E-BOOK

AMPLAMENTE
PESQUISA CIENTÍFICA

ORGANIZADORES
Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Luciano Luan Gomes Paiva
Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes

AmplaMente Cursos
EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

E-BOOK

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA

1ª EDIÇÃO. VOLUME 01.

AmplaMente Cursos

EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

ORGANIZADORES
Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Luciano Luan Gomes Paiva
Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes

DOI: 10.47538/AC-2022.07

ISBN: 978-65-89928-21-8

CBL

9 786589 928218

AmplaMente Cursos
EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

Ano 2022

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

E-BOOK

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA

1ª EDIÇÃO. VOLUME 01.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amplamente [livro eletrônico] : pesquisa científica : volume 1 / organização Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas, Luciano Luan Gomes Paiva, Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes. -- 1. ed. -- Natal, RN : Amplamente Cursos e Formação Continuada, 2022. PDF.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89928-21-8

1. Brasil - Política e governo 2. Democracia 3. Educação pública 4. Eleições 5. Pesquisa científica 6. Saúde pública I. Freitas, Dayana Lúcia Rodrigues de. II. Paiva, Luciano Luan Gomes. III. Fernandes, Caroline Rodrigues de Freitas.

22-132479 CDD-001.42

Índices para catálogo sistemático:
1. Interdisciplinaridade : Pesquisa Científica 001.42
Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Amplamente Cursos e Formação Continuada
CNPJ: 35.719.570/0001-10
E-mail: publicacoes@editoraamplamente.com.br
www.amplamentecursos.com
Telefone: (84) 999707-2900
Caixa Postal: 3402
CEP: 59082-971
Natal- Rio Grande do Norte – Brasil

AmplaMente Cursos
EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

Ano 2022

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Editora Chefe:
Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas

Assistentes Editoriais:
Caroline Rodrigues de F. Fernandes
Maria Pollyana Sales Vicente
Margarete Freitas Baptista

Bibliotecária:
Aline Graziele Benitez

Projeto Gráfico e Diagramação:
Luciano Luan Gomes Paiva
Caroline Rodrigues de F. Fernandes

Imagem da Capa:
Shutterstock

Edição de Arte:
Luciano Luan Gomes Paiva

Revisão:
Os autores

2022 *by* Amplamente Cursos e Formação Continuada
Copyright © Amplamente Cursos e Formação Continuada

Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Amplamente Cursos e Formação Continuada
Direitos para esta edição cedidos pelos autores à Amplamente Cursos e Formação Continuada.

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de atribuição Creative Commons. Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND).

Este e-book contém textos escritos por autores de diversos lugares do Brasil e, possivelmente, de fora do país. Todo o conteúdo escrito nos capítulos, assim como correção e confiabilidade são de inteira responsabilidade dos autores, inclusive podem não representar a posição oficial da Editora Amplamente Cursos.

A Editora Amplamente Cursos é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Todos os artigos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

É permitido o download desta obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Situações de má conduta ética e acadêmica ou quaisquer outros problemas que possam vir a surgir serão encaminhados ao Conselho Editorial para avaliação sob o rigor científico e ético.

EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

Ano 2022

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Damião Carlos Freires de Azevedo - Universidade Federal de Campina Grande

Dra. Danyelle Andrade Mota - Universidade Federal de Sergipe

Dra. Débora Cristina Modesto Barbosa - Universidade de Ribeirão Preto

Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade Estadual do Ceará

Dra. Eliana Campêlo Lago - Universidade Estadual do Maranhão

Dr. Everaldo Nery de Andrade - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Dra. Fernanda Miguel de Andrade - Universidade Federal de Pernambuco

Dr. Izael Oliveira Silva - Universidade Federal de Alagoas

Dr. Jakson dos Santos Ribeiro - Universidade Estadual do Maranhão

Dr. Maykon dos Santos Marinho - Faculdade Maurício de Nassau

Dr. Rafael Leal da Silva - Secretaria de Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba

Dra. Ralydiana Joyce Formiga Moura - Universidade Federal da Paraíba

Dra. Roberta Lopes Augustin - Faculdade Murialdo

Dra. Smalyanna Sgren da Costa Andrade - Universidade Federal da Paraíba

Dra. Viviane Cristhyne Bini Conte - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Wanderley Azevedo de Brito - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO

Ma. Ana Claudia Silva Lima - Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves

Ma. Andreia Rodrigues de Andrade - Universidade Federal do Piauí

Ma. Camila de Freitas Moraes - Universidade Católica de Pelotas

Me. Carlos Eduardo Krüger - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Esp. Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes – Escola Ressurreição Ltda.

Me. Clécio Danilo Dias da Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

AmplaMente Cursos
EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

Ano 2022

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Me. Fabiano Eloy Atílio Batista - Universidade Federal de Viçosa

Me. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará

Me. Fydel Souza Santiago - Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo

Me. Giovane Silva Balbino - Universidade Estadual de Campinas

Ma. Heidy Cristina Boaventura Siqueira - Universidade Estadual de Montes Claros

Me. Jaiurte Gomes Martins da Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Me. João Antônio de Sousa Lira - Secretaria Municipal de Educação/SEMED Nova Iorque-MA

Me. João Paulo Falavinha Marcon - Faculdade Campo Real

Me. José Henrique de Lacerda Furtado - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Me. José Flôr de Medeiros Júnior - Universidade de Uberaba

Ma. Josicleide de Oliveira Freire - Universidade Federal de Alagoas

Me. Lucas Peres Guimarães - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Ma. Luma Mirely de Souza Brandão - Universidade Tiradentes

Me. Marcel Alcleante Alexandre de Sousa - Universidade Federal da Paraíba

Me. Márcio Bonini Notari - Universidade Federal de Pelotas

Ma. Maria Antônia Ramos Costa - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia

Ma. Maria Inês Branquinho da Costa Neves - Universidade Católica Portuguesa

Me. Milson dos Santos Barbosa - Universidade Tiradentes

Ma. Náyra de Oliveira Frederico Pinto - Universidade Federal do Ceará

Me. Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan - Faculdade de Educação e Meio Ambiente

Ma. Sandy Aparecida Pereira - Universidade Federal do Paraná

Ma. Sirlei de Melo Milani - Universidade do Estado de Mato Grosso

Ma. Viviane Cordeiro de Queiroz - Universidade Federal da Paraíba

Me. Weberson Ferreira Dias - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Me. William Roslindo Paranhos - Universidade Federal de Santa Catarina

AmplaMente Cursos
EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

Ano 2022

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Todos os autores desta obra declaram que trabalharam ativamente na produção dos seus trabalhos, desde o planejamento, organização, criação de plano de pesquisa, revisão de literatura, caracterização metodológica, até mesmo na construção dos dados, interpretações, análises, reflexões e conclusões. Assim como, atestam que seus artigos não possuem plágio acadêmico, nem tampouco dados e resultados fraudulentos. Os autores também declaram que não possuem interesse comercial com a publicação do artigo, objetivando apenas a divulgação científica por meio de coletâneas em temáticas específicas.

INDEXADORES E BANCO DE DADOS

EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

Ano 2022

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

APRESENTAÇÃO

O E-book Amplamente: Pesquisa Científica, consiste em uma coletânea de textos científicos, proveniente de autores de todo país, oriundos de pesquisas e/ou experiências, abrangendo todas as áreas de conhecimento da Capes: Ciências Humanas; Ciências da Saúde; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; e Linguística, Letras e Artes.

Este e-book, tem como objetivo proporcionar diálogos com as mais variadas temáticas relevantes, divulgando informações importantes e contribuindo para a disseminação do conhecimento de forma coletiva.

No E-book Amplamente: Pesquisa Científica, é possível encontrar textos de pesquisadores em formato de artigos completos oriundos de Pesquisa Concluída, Pesquisa em Andamento, Ensaio Acadêmico, Revisão Bibliográfica e Relato de Experiência para suscitar um debate importante para os profissionais de diferentes áreas.

Assim, em nome da Editora Amplamente Cursos, convido a todas as pessoas para esbaldarem-se nas leituras de cada capítulo do E-book Amplamente: Pesquisa Científica. Boa leitura!

Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas

AmplaMente Cursos
EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA
Ano 2022

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

SUMÁRIO

SESSÃO 01 – CIÊNCIAS HUMANAS 15

CAPÍTULO I 16
A FORMAÇÃO DOCENTE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS (REDS) VIVENCIADA NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E EAD
Ferlucia Sabino de Souza; Maria das Graças de Oliveira Pereira.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-01

CAPÍTULO II 40
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA: O CALENDÁRIO CULTURAL E O MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
Juliana Rodrigues Clementino.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-02

CAPÍTULO III 60
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O TRANSTORNO DISCALCULIA
Aldo Alves de Melo; Francisca de Fátima Ribeiro;
Rogéria Rúbia Lima da Silva; Francisca Maria de Farias Martins;
Maria da Conceição dos Santos Leandro.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-03

CAPÍTULO IV 68
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes;
Francisca Tamires Medeiros da Silva Leandro;
Aurineide da Silva Pimentel; Diôgo Hermógenes da Silva Moreira;
Mikarla de Sousa Silva do Vale; Leonardo Lima da Silva;
Izaura Passos de Oliveira Silva; Janicleide Fernandes Alves.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-04

CAPÍTULO V 81
POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADA AOS TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), NA VISÃO HOLÍSTICA DA NEUROPSICOPEDAGOGIA, NA ESCOLA MUNICIPAL DR. NONATO IBIAPINA EM CAMPO MAIOR PI
José Jorge Modesto Araújo; Maria José Ribeiro.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-05

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO VI **103**
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: (IM)POSSIBILIDADES DE PESQUISA
Neide Elisa Portes dos Santos; Lúcio Alves de Barros;
Mauro Giffoni de Carvalho; Renato Francisco dos Reis.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-06

CAPÍTULO VII **130**
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CENÁRIO EDUCACIONAL
Juçara Aguiar Guimarães Silva; Michely Queiroz de Lima Menezes;
Jannaib Beserra Benvindo Rosado; Vanessa Vasconcelos Lima;
Marcello Rodrigues Flores; Paula Priscila de Matos Vasconcellos.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-07

CAPÍTULO VIII **142**
EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: FERRAMENTAS E MECANISMOS DE CONTROLE, APURAÇÃO E VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE
Jannaib Beserra Benvindo Rosado; Ana Gabriella Moreira de Moura;
Marcello Rodrigues Flores; Carlos Henrique Holanda da Silva.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-08

CAPÍTULO IX **149**
O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CRIANÇA NO CONTEXTO ESCOLAR
Maria Ilma Soares da Cruz Silva; Maria Iana Soares da Cruz Silva.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-09

CAPÍTULO X **167**
TIC X ENSINO REMOTO: UMA ABORDAGEM PRÁTICA DE USO DE SOFTWARES LIVRES E/OU ONLINE NA DISCIPLINA DE CÁLCULO NUMÉRICO
Viviane Cristhyne Bini Conte; Luciana de Souza Moraes;
Andrea Sartori Jabur; Diony José Almeida;
Cyntia Natalia Ruela.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-10

CAPÍTULO XI **174**
AUTISMO: DA BASE LEGAL À REALIDADE DA ESCOLA
Gilmaria Cardoso de Souza Vale.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-11

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XII ____ **194**
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TICS NA CONTEMPORANEIDADE: AS TECNOLOGIAS DISPONÍVEIS NA TELEVISÃO PARA "VER E LER" VOZES
Alyson Matheus da Silva Rodrigues; Josenildo Batista da Silva;
Rosa Primeira Sunamita Batista do Nascimento da Trindade Neta;
Verônica Cristina Rodrigues de Oliveira.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-12

CAPÍTULO XIII ____ **202**
REFLEXÃO SOBRE AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO
Francisco Kleiton de Souza Silva Gomes.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-13

CAPÍTULO XIV ____ **216**
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA
Maria Ilma Soares da Cruz Silva; Maria Iana Soares da Cruz Silva.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-14

CAPÍTULO XV ____ **236**
REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO NAS ESCOLAS
Edna Maria Silva da Costa.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-15

CAPÍTULO XVI ____ **252**
A RELEVÂNCIA DO SUPORTE PSICOPEDAGÓGICO FRENTE ÀS DIFICULDADES DE ALUNOS COM DISLEXIA
Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes;
Francisca Tamires Medeiros da Silva Leandro;
Diôgo Hermógenes da Silva Moreira; Aurineide da Silva Pimentel;
Taise Meire Bezerra Lira de Aquino; Shirley Machado da Costa;
Maria Antônia Teixeira da Cunha Martins.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-16

CAPÍTULO XVII ____ **268**
ENSINO DE GEOGRAFIA E O APRENDIZADO NA ESCOLA: BREVES CONSIDERAÇÕES
Jacy Bezerra de Oliveira.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-17

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XVIII ____ **290**
O LÚDICO: JOGOS E BRINCADEIRAS NA CONTRIBUIÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josenildo Batista da Silva;
Rosa Primeira Sunamita Batista do Nascimento da Trindade Neta;
Alyson Matheus da Silva Rodrigues; Verônica Cristina Rodrigues de Oliveira.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-18

CAPÍTULO XIX ____ **307**
EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA: LIMITES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS
Francisca Ariela Reges Rocha; Areillen Ronney Rocha Reges.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-19

CAPÍTULO XX ____ **320**
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O IMPACTO DA ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA
Irlândia Oliveira Almeida.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-20

CAPÍTULO XXI ____ **335**
RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA: UMA PARCERIA NECESSÁRIA
Edna Maria Silva da Costa.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-21

CAPÍTULO XXII ____ **347**
EDUCAÇÃO ESPECIAL: LIMITES E DESAFIOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM RETARDO MENTAL NO ENSINO REGULAR
Francisca Ariela Reges Rocha; Areillen Ronney Rocha Reges.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-22

SESSÃO 02 – CIÊNCIAS DA SAÚDE ____ 370

CAPÍTULO XXIII ____ **371**
ANTICORPOS MONOCLONAIS E OS AVANÇOS NO TRATAMENTO DO CÂNCER COLORRETAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
Cristiano Alves de Souza; José Charles Balduino Cardoso Filho;
Débora Lopes Gonçalves.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-23

CAPÍTULO XXIV ____ **382**
PERFIL DOS PACIENTES ATENDIDOS EM UNIDADE DE CUIDADOS ESPECIAIS EM AVC E O IMPACTO DA DOENÇA NAS FAMÍLIAS
Carmen Lucia Nunes da Cunha.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-24

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXV 395
CUIDADOS INTENSIVOS EM PACIENTES EM PÓS-OPERATÓRIO DE CIRURGIA CARDIOVASCULAR
Leonidas Nelson Martins Junior.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-25

CAPÍTULO XXVI 410
RISCOS OCUPACIONAIS NA UNIDADE DE CLÍNICA MÉDICA DO HOSPITAL SANTO ANTÔNIO
Tereza Cristina Araújo Silva; Ana Dulce Azevedo Santana;
Sheila Oliveira Belas Silva.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-26

CAPÍTULO XXVII 425
QUEM CUIDA DO CUIDADOR: UMA VISÃO EPISTEMOLÓGICA DO CUIDAR
Leonidas Nelson Martins Junior.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-27

SESSÃO 03 – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 437

CAPÍTULO XXVIII 438
A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS
Amanda Aparecida Santos de Oliveira.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-28

CAPÍTULO XXIX 449
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA PRIVADA DA LIBERDADE SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL
Fernando Augusto Albuquerque Moraes; Jorge Ribeiro Dias Dos Santos.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-29

SESSÃO 04 – LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES 461

CAPÍTULO XXX 462
PROPOSTA PEDAGÓGICA: A MÚSICA E A DRAMATIZAÇÃO NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA ESTADUAL LOBO D´ALMADA, BOA VISTA – RORAIMA
Lorena Cristina Dourado de Souza; Nádia Fernandes Pires Pereira de Almeida;
Diane Macedo Esbell Gomes.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-30

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXXI ____ **478**
REFLEXÃO DO TEXTO "OS EXCLUÍDOS DO INTERIOR" DE P. BOURDIEU E P. CHAMPAGNE, DO LIVRO "A MISÉRIA DO MUNDO"
Aldo Alves de Melo; Francisca de Fátima Ribeiro;
Rogéria Rúbia Lima da Silva; Francisca Maria de Farias Martins;
Maria da Conceição dos Santos Leandro.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-31

CAPÍTULO XXXII ____ **486**
DESENVOLVIMENTO DA LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE ALGUMAS DIFICULDADES
Edna Maria Silva da Costa.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-32

CAPÍTULO XXXIII ____ **500**
O LÚDICO NA ALFABETIZAÇÃO
Alyson Matheus da Silva Rodrigues; Josenildo Batista da Silva;
Rosa Primeira Sunamita Batista do Nascimento da Trindade Neta;
Verônica Cristina Rodrigues de Oliveira.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-33

CAPÍTULO XXXIV ____ **511**
A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOMOTRICIDADE NA APRENDIZAGEM DA ESCRITA
Vilma Rejane da Silva Pereira.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-34

CAPÍTULO XXXV ____ **527**
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Rosane Xavier de Oliveira.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-35

CAPÍTULO XXXVI ____ **538**
A LUDICIDADE COMO ALIADO NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
Rayane Cristina Carvalho Bezerra; Enilsa Ramos de Lima;
Karla Monique Fernandes Pereira.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-36

POSFÁCIO ____ **547**
SOBRE OS ORGANIZADORES ____ **548**
SOBRE OS AUTORES ____ **550**
ÍNDICE REMISSIVO ____ **557**

CIÊNCIAS HUMANAS

AmplaMente Cursos
EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DOCENTE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS (REDS) VIVENCIADA NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E EAD

Ferlucia Sabino de Souza[1]; Maria das Graças de Oliveira Pereira[2].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-01

RESUMO: A educação está vivenciando um momento marcante, muito se fala em inserção de práticas inovadoras e da incorporação de tecnologias digitais nas aulas, neste sentido, pode-se perceber a necessidade de conservar valores existentes, mas, ao mesmo tempo, almeja recriar ou criar valores contemporâneos. Com base nisto, o presente portfólio busca averiguar de que forma a formação docente perante a aplicação dos recursos educacionais digitais – REDs favorecem o ensino e aprendizagem diante o objetivo de analisar dez atividades do curso de Especialização em Tecnologias Educacionais e Educação à Distância (EAD) que versam sobre o trabalho com REDs para o exercício de práticas inovadoras. Para tanto, foi construída uma pesquisa de abordagem qualitativa e descritiva demonstrando interpretações e relações do estudo. A análise das atividades mostra as contribuições adquiridas que foram significativas para a prática docente nos contextos: Formação Continuada, REDs e Ensino Aprendizagem. Por fim, o estudo resultou em uma trajetória significativa por verificar as evidências de aprendizagens desprovida e na superação das limitações, proporcionando alicerce no domínio para integração de metodologias ativas agregando o potencial das TICs nos processos de ensino e aprendizagem necessários para uma atuação docente frente aos desafios proposto diante da complexidade dos processos educacionais existentes.
PALAVRAS-CHAVE: REDs. Formação. Práticas inovadoras. Ensino e aprendizagem.

TEACHER TRAINING AND APPLICATION OF DIGITAL EDUCATIONAL RESOURCES (REDS) EXPERIENCED IN THE SPECIALIZATION COURSE IN EDUCATIONAL TECHNOLOGIES

ABSTRACT: Education is experiencing a remarkable moment, much is said about the insertion of innovative practices and the incorporation of digital technologies in classes, in this sense, it is possible to perceive the need to conserve existing values, but, at the same time, it aims to recreate or create contemporary values. Based on this, the present

1 Especialização em Tecnologias Educacionais e Educação à Distância- IFRN; Pós-graduada em Informática Educativa – Faveni. Graduada em Licenciatura em Computação - UFERSA. Trabalho como professora de laboratório de informática - Guamaré/RN. E-mail: ferluciasabino@gmail.com
2 Doutoranda em Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) – UERN. Especialização em Atendimento Educacional Especializado na Diversidade – CEFOP. Especialização em Mídias na Educação -UERN. Especialização em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido - IFRN. Especialização em Ensino e Aprendizagem de Língua Espanhola - UERN. Especialização em Excelência em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais – CEFOP. Especialização em Pedagogia e Docência Universitária – CEFOP. Graduada em Letras com Habilitação em Língua Espanhola e suas Respectivas Literaturas – UERN. Graduação em Pedagogia - UFRN. Graduação em Geografia - UFRN. E-mail: mariaoliver788@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

portfolio seeks to find out how teacher training in the face of the application of digital educational resources - REDs favor teaching and learning in view of the objective of analyzing ten activities of the Specialization course in Educational Technologies and Distance Education (EAD) that deal with working with REDs for the exercise of innovative practices. Therefore, a qualitative and descriptive research was built, demonstrating interpretations and relationships of the study. The analysis of the activities shows the acquired contributions that were significant for the teaching practice in the contexts: Continuing Education, REDs and Teaching and Learning. Finally, the study resulted in a significant trajectory by verifying the evidence of learning devoid and in the overcoming of limitations, providing a foundation in the domain for the integration of active methodologies adding the potential of ICTs in the teaching and learning processes necessary for a teaching performance in front of the challenges proposed in view of the complexity of existing educational processes.
KEYWORDS: REDs. Training. Innovative practices. Teaching and learning.

INTRODUÇÃO

A educação está vivenciando um momento marcante relacionado às tecnologias com a inserção de práticas inovadoras e da incorporação de tecnologias digitais nas aulas. A inserção de recursos educacionais digitais alinhados ao perfil dos estudantes possibilita promover o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para uma educação dinâmica e inovadora. No entanto, percebe-se a necessidade da formação continuada de professores para acompanhar essa evolução na educação para construção de um sujeito crítico, criativo e participativo.

A partir dessas considerações, a problemática do trabalho está alicerçada na seguinte questão: A formação docente perante a aplicação dos recursos educacionais digitais – REDs favorecem o ensino e aprendizagem? O objetivo geral deste portfólio foi analisar as atividades do curso de Especialização em Tecnologias Educacionais e Educação à Distância (EAD) que versam sobre o trabalho com REDs para o exercício de práticas inovadoras. Para tanto, foram propostos objetivos específicos: a) Verificar as atividades que contemplam o uso das tecnologias digitais e o uso dos REDs como facilitador do processo de ensino e aprendizagem; b) refletir sobre a importância da formação continuada de professores para apropriação de novos saberes necessários para educação atual; c) Investigar se as práticas inovadoras contribuem ou não para a autonomia na construção de conhecimentos adquirido no curso.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A justificativa deste trabalho é apresentar dez atividades desenvolvidas no Curso de Especialização em Tecnologias Educacionais e EAD ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Natal Zona Leste na modalidade à distância. Desse modo, mostra-se o caminho percorrido que trouxe conhecimentos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação voltados à educação e mediação pedagógica.

Este estudo foi elaborado de forma qualitativa, que de acordo com Pereira (2018, p. 67) "Os métodos qualitativos são aqueles nos quais é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo." O tipo da pesquisa é descritiva, definida por Leite (2013, p. 24) que é "A descrição das características ou o estabelecimento de relações entre variáveis são os principais objetivos desse tipo de pesquisa". Com relação aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo bibliográfico; pois é a partir da análise da interpretação de materiais que se tem intuito de buscar ideias relevantes para o estudo.

Este portfólio está organizado da seguinte forma: o primeiro momento aborda a fundamentação teórica com a visão dos autores contribuindo para a explanação de apontamentos da necessidade de formação continuada dos professores, a importância do uso dos REDs e ressaltar as práticas inovadoras como benefício no ensino e aprendizagem. A saber: Almeida (2014); Borges (2015); Bacichi e Moran (2018); Carvalho (2012); Pettro (2013); Jordão (2009); Mello (2021), dentre outros.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação é um dos elementos que ajudam a constituir e moldar a sociedade. Neste sentido, pode-se perceber a necessidade de conservar valores existentes, mas, ao mesmo tempo, almeja recriar ou criar valores contemporâneos. Desse modo, a educação deve caminhar junto ao perfil do aluno, onde o professor deve ajustar as metodologias que possibilitem um ensino e aprendizagem mais significativos, provocando o interesse e principalmente a autonomia na construção de conhecimentos. Borges (2015, p. 12) descreve bem esse momento:

> As rápidas mudanças ocorridas na sociedade e o grande volume de informações estão refletindo-se no ensino, exigindo, desta forma, que a escola

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> não seja uma mera transmissora de conhecimento, mas que seja um ambiente estimulante, que valorize a invenção e a descoberta, que possibilite o indivíduo percorrer o conhecimento de maneira mais motivada, crítica e criativa, que proporciona troca de experiências no ato de aprender e desenvolver o pensamento crítico reflexivo.

Por essa caracterização são exigidas novas posturas que ajudem os alunos adquirirem competências necessárias para superar desafios que advém dessa realidade, para isso, é preciso provocar o protagonismo do aluno no seu processo de ensino e aprendizagem para que o empregue em seu cotidiano nas implicações de um mundo com mudanças rápidas. Dessa forma, a formação do cidadão preparará para melhor compreender e lidar com os desafios da vida a partir de aplicação dos conhecimentos adquiridos destinado a atender a demanda de um sujeito crítico e reflexivo.

Em vista disso, cada vez mais é visível que a educação necessita mudar o paradigma de mera transmissora de conhecimento, e passa a valorizar as diversas formas de saber para assegurar um processo de ensino e aprendizagem de qualidade e inovador, reconfigurando os saberes para uma educação que transforme. Para isso, "a formação dos nossos alunos deve ter como foco principal o desenvolvimento das competências acadêmicas mínimas para que este consiga obter sucesso em sua área de atuação profissional" (MELLO, 2021, p. 50). Desse modo, o aluno sabendo aproveitar o grande volume de informações proveniente do uso das tecnologias e utilizando as competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) em meio às peculiaridades do mundo atual saberá atuar e resolver problemas que resultem no sucesso pessoal e profissional.

Nesse sentido, o amplo uso das novas tecnologias proporcionou grande consumo de informação, uma vez que, essas transformações de práticas refletiram na educação, por essa mudança de comportamento surgiu a necessidade da escola repensar seu papel e sua função para se adequar e possibilitar estratégias que possa utilizá-las de forma construtiva e potencializadora dentro de um ambiente educacional. Pretto (2013, p. 139) explica essa transformação e como deve ajustar sua função:

> A presença desses recursos, como fundamento da nova educação, transforma a escola, que passa a ser um novo espaço físico, inclusive, qualitativamente diferente do que vem sendo. Sua função, nessa perspectiva, será a de constituir-se em um centro irradiador de conhecimento, com o professor adquirindo, também e necessariamente, uma outra função. Função de comunicador, de articulador das diversas histórias, das diversas fontes de informação.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Em vista disso, percebe-se que a escola é um lugar privilegiado que pode incluir vários processos que vão de encontro com as necessidades da sociedade, uma vez que, está em constante modificação. “E sua missão social e seus objetivos são definidos consoante as expectativas e exigências da sociedade para qual a prestar seu serviço, enquanto instituição social” (ALMEIDA, 2014, p. 7). Sua responsabilidade é oferecer condições para que o processo de ensino-aprendizagem contribua para a formação de cidadãos mais preparados e qualificados para a vida, podendo tornar compatível com uma sociedade em que predominam o uso das tecnologias.

Assim, umas das condições inerentes é a necessidade de transformações em alguns elementos da prática pedagógica, principalmente do papel do professor exigindo uma nova postura frente a realidade vivida atualmente para atuar conforme os novos paradigmas curriculares. Carvalho (2012, p. 6) menciona algumas competências que devem ser adquiridas:

> Conhecer as novas formas de aprender, ensinar, produzir, comunicar e reconstruir conhecimento, é fundamental para a formação de cidadãos melhor qualificados para atuar e conviver na sociedade, conscientes de seu compromisso, expressando sua criatividade e transformando seu contexto.

O professor obtém o papel que é acompanhar e se adequar a essa mudança de comportamentos adquiridos com o uso de tecnologias digitais. Buscando as competências e atitudes que contribuam para o processo de ensino aprendizado contemporâneo para atender seu público-alvo com as características peculiares consideradas, nativos digitais. A respeito disso, “é vital para o professor entender a forma como o aluno de hoje aprende, e se preparar para utilizar estratégias que tornem a aprendizagem prazerosa e significativa” (JORDÃO, 2009, p. 10).

A familiaridade que os alunos têm com as tecnologias é positiva, pois o consumo de informações, agilidade de pensamento, as possibilidades de caminhos, a interação, desenvolve diversas habilidades que beneficiam a ação do professor. Ele precisa acompanhar e gerenciar, buscando novas formas de ensinar e apoiar o aluno na construção do conhecimento estimulado pelas suas descobertas. Perante isso, Almeida (2014, p. 53) menciona que “A relação entre professor-aluno e os demais elementos (conteúdos, atividades, recursos e principalmente avaliação) carecem de uma inclusão radical de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

novos conceitos. Para isso, as TICs favorecem imensamente as ferramentas mediadoras entre ensinar e aprender".

> O professor é o primeiro ator que deve mudar sua forma de pensar e agir na educação, pois existe uma grande tendência de repetição em sala de aula, dos modelos que funcionaram na aprendizagem destes. Por este motivo, a formação do professor deve ocorrer de forma permanente de forma contínua. Sempre surgirão novos recursos, novas tecnologias e novas estratégias de ensino e aprendizagem (JORDÃO, 2009, p. 12).

Perante isso, para que o professor possa assumir o papel de agente facilitador de aprendizagem é preciso estar aberto às mudanças e buscar atualização dos conhecimentos necessários à sua prática pedagógica incorporando as TICs para atender as demandas do cenário atual. Neste sentido, o professor deve se apropriar dos recursos digitais voltados para a educação, uma vez que, os alunos estão muito mais envolvidos no mundo tecnológico, sendo assim, o professor pode acrescentá-los como ferramentas que se encaixem aos objetivos da sua aula tornando-a enriquecedora por poder apresentar assuntos em diferentes meios, contribuindo assim, para aquisição de conhecimento mais dinâmico.

Acerca disso, os Recursos Educacionais Digitais (REDs) "são qualquer recurso digital que possa ser utilizado no cenário educacional, abrangendo, assim, um contexto bastante amplo e que contempla diversas terminologias comumente já estabelecidas." (CECHINEL, 2017, p. 6). Esses recursos são classificados por

> [..] ser de diferentes formatos (textos, imagens, vídeos, áudios, páginas web), atender a distintos níveis de público e finalidades (superior, fundamental, primário, técnico, empresarial), ter diferentes tamanhos ou granularidades (conteúdos atômicos independentes, lições, aulas completas, capítulos, livros), ser de diversos tipos (animações, simulações, tutoriais, jogos), rodar em diferentes plataformas (computadores pessoais, tablets, celulares), possuir diferentes licenças e condições de uso (gratuitos, pagos, abertos e adaptáveis, fechados) e também abordar diferentes temáticas ou disciplinas (CIEB, 2017, p. 6).

Essa diversidade proporciona condições para potencializar o aprendizado possibilitando novas maneiras de ensinar e aprender, uma vez que, abre um leque de possibilidades para incorporar a tecnologia na aula. Sua intencionalidade educativa serve tanto como ferramentas de apoio para professores que otimizam processos e auxilia na produção de conhecimento, como para os alunos que favorece a expansão de saberes e

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

intensifica a aprendizagem possibilitando o aprender fazendo, criando assim, experiências significativas.

O REDs são recursos didáticos em múltiplos formatos e estão disponíveis em plataformas digitais que reúne e disponibiliza em um ambiente organizado com o objetivo de melhorar a experiência do professor na busca desses recursos, permitindo escolher o produto adequado para uma situação específica, como também neste ambiente pode-se interagir, compartilhar e colaborar com os colegas. Os REDs são grandes aliados na criação de aulas mais atrativas, motivadoras, engajadoras, conquistando a atenção de grupos heterogêneos em sala de aula. Desse modo, facilitando a inclusão digital necessária elaborando atividades que incorporem a tecnologia na rotina pedagógica dos alunos.

Verão et al. (2021, p. 139), considera a importância dos recursos digitais educacionais da seguinte forma:

> os recursos servem para apoiar as atividades tanto do professor quanto do aluno por facilitarem o intercâmbio de informações e o ensino colaborativo, podendo abrir um leque de opções, considerando que os recursos propiciam aos alunos a parceria no desenvolvimento das atividades, uma vez que já fazem parte de uma geração que vive uma cultura digital.

Nesse sentido, o autor alude à necessidade de acompanhar o estágio dessa geração. Logo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enfatiza em seu documento as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Em sua 5º competência - Cultura Digital - reforça a necessidade de utilizar bem as tecnologias, destacando que devemos,

> Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p. 11).

À vista disso, as competências anunciadas são relevantes para a participação mais ativa e consciente no tratamento de informações para que seu uso seja qualificado e ético frente às diversas formas de aquisição de conhecimento. Dessa forma, é preciso uma compreensão ativa almejando atitudes críticas a respeito do conhecimento que os alunos estão consumindo e produzindo nesses múltiplos letramentos. Pois, com o uso habitual

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

das TICs, o aluno tem facilidade de acesso à informação por meio de "[..] (infraestrutura, banda larga, mobilidade) e as competências digitais são fundamentais para implementar propostas educacionais atuais, motivadoras e inovadoras" (BACICH; MORAN, 2012, p. 51). Para tanto faz-se necessário adequar a essa nova realidade e implantar novas abordagens pedagógicas que tanto esperava proporcionando ao aluno autoria no seu aprendizado.

Segundo Bacich e Moran (2018) as metodologias ativas com apoio de tecnologias digitais são apontadas como um caminho para integrar diante das práticas dos novos métodos de ensino que motivem os alunos e os tornem mais criativos, empreendedores e protagonistas, possibilitando uma aprendizagem ativa e significativa. Por esse modo, os autores dão ênfase no papel do aluno e do professor, considerando que o primeiro, obtém sua autonomia nos estudos aprendendo no seu ritmo, no seu tempo, tendo envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo, experimentando, desenhando, criando, com orientação do professor.

No tocante ao papel do docente, Bacich e Moran (2018, p. 40) afirmam que "professor como orientador ou mentor ganha relevância em ajudar os alunos a irem além de onde conseguiriam ir sozinhos, motivando, questionando, orientando". Desta forma o docente poderá provocar e estimular a participação do aluno.

Ainda, segundo os autores:

> A combinação de metodologias ativas com tecnologias digitais móveis é hoje estratégica para a inovação pedagógica. As tecnologias ampliam as possibilidades de pesquisa, autoria, comunicação e compartilhamento em rede, publicação, multiplicação de espaços e tempos; monitoram cada etapa do processo, tornam os resultados visíveis, os avanços e as dificuldades. As tecnologias digitais diluem, ampliam e redefinem a troca entre os espaços formais e informais por meio de redes sociais e ambientes abertos de compartilhamento e coautoria (BACICH; MORAN, 2018, p. 53).

Portanto, a união das estratégias das metodologias ativas com as potencialidades das tecnologias possibilita ações que facilitem a aprendizagem, por envolver o aluno em contextos que aproximem sua realidade, que são o uso frequente de recursos digitais. Sendo assim, possibilitando que eles façam o melhor proveito dos REDs viabilizando a independência e interesse nos estudos e por meios deles consigam de forma abrangente apoiar e mediar o seu aprendizado.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

OBJETIVO DO MÓDULO I

Desenvolver a construção do conhecimento com apoio das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs para obter competências para a docência.

Atividade 1
Título da Atividade: Ferramenta Padlet Objetivo educativo: Refletir sobre como as ferramentas tecnológicas influenciam a realidade social, como também o contexto escolar de professores e alunos. Metodologia: Fazer o estudo do material didático e em seguida construir uma apresentação utilizando a ferramenta Padlet, tendo como eixo norteador a seguinte discussão: Como fazer uso das tecnologias de forma significativa na sala de aula? Como fazer com que seu uso não esteja limitado à simples transposição do conhecimento de forma digital ou tecnológica? Resultados: a nota obtida foi equivalente a 28. No feedback o avaliador parabenizou pela produção e destacou que conseguiu captar o propósito da questão.
Atividade 2
Título da Atividade: produção de um vídeo apresentando o resumo do artigo "Material sobre tecnologia, computador, computação e informática" estudado na Unidade 2. Objetivo educativo: Compreender como criar e compartilhar vídeos. Metodologia: elaborar uma apresentação numa ferramenta como o PowerPoint; escolher uma ferramenta para criação do vídeo; conhecer as funcionalidades da ferramenta escolhida; produzir o vídeo; Depositar o link do vídeo no fórum chamado ‘Compartilhe aqui seu vídeo’. Resultados: A atividade não foi enviada, consequentemente ficou sem nota.

REFLEXÃO FUNDAMENTADA SOBRE O PROCESSO ACADÊMICO DO MÓDULO I

As atividades da ferramenta Padlet e da ferramenta para criação e produção de vídeo foram inovadoras e desafiadoras, uma vez que, desconhecia as ferramentas e suas funcionalidades. Sua utilização foi direcionada para demonstrar algo mais ligado à prática, abordando os elementos teóricos estudados na unidade I. Quanto a utilização do programa OBS Studio, ocorreram dificuldades na criação do vídeo devido não ter dispositivos que suportam a ferramenta. Além disso, a falta de desenvoltura atrelada com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

a insegurança e o nervosismo provocou a desistência da conclusão do vídeo. Entretanto, foi muito proveitoso o conhecimento das ferramentas.

No tocante a ferramenta de gravação de vídeo, foi possível perceber que atualmente é essencial para o docente o conhecimento de ferramentas que produzam vídeo aula. Dessa forma, em conformidade com Kenski (2010, p. 48; BORGES, 2015, p. 40), "é preciso que esse profissional tenha tempo e oportunidades de familiarização com as novas tecnologias educativas, suas possibilidades, seus limites, para que na prática, faça escolhas conscientes". Perante isso, é possível fazer uma reflexão sobre aprimorar a prática docente e estar aberto a receber novas informações para também compartilhar o aprendizado.

ATIVIDADES DO MÓDULO II

Apresentar processos de ensino e aprendizagem com apoio das tecnologias.

Atividade 1
Título da Atividade: Pesquisa de uma Tecnologia Assistiva (TA)
Objetivo educativo: Compreender os princípios e conceitos de acessibilidade.
Metodologia: Pesquisar sobre uma Tecnologia Assistiva contendo seu nome, sua descrição de no mínimo 150 palavras e referências, após publicar a investigação no fórum. Em seguida observar as publicações das pesquisas dos colegas.
Resultados: a nota obtida foi equivalente a 100. No feedback o avaliador parabenizou duplamente, pela pesquisa onde o recurso mencionado foi bem caracterizado e pela interação com o resultado das pesquisas dos colegas considerando a ação muito importante para enriquecer o conhecimento.
Atividade 2
Título da Atividade: Projeto de disciplina para modalidade EAD
Objetivo educativo: planejar uma disciplina para utilização eficiente das tecnologias.
Metodologia: selecionar uma disciplina de um curso que já tenha trabalhado, ou escolher um curso/tema que se aproxime da área de conhecimento, utilizar o modelo de plano disponibilizado no ambiente; descrever de forma clara os itens: título, conteúdos que serão trabalhados, justificativa e planejamento.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Especificar no planejamento os recursos e atividades a serem utilizados do ambiente virtual para toda disciplina.

Resultados: a nota obtida foi equivalente a 100. No feedback o avaliador parabenizou pelo empenho e destacou a forma como foi proposto a abordagem dos conteúdos e a utilização dos recursos metodológicos por estarem bem organizados e distribuídos.

REFLEXÃO FUNDAMENTADA SOBRE O PROCESSO ACADÊMICO DO MÓDULO II

As atividades escolhidas foram a Pesquisa de uma Tecnologia Assistiva e o Projeto de disciplina para modalidade EAD consideráveis instigadoras, por proporcionar um interesse em realizar algo inédito, porém que devem advir na vida profissional acadêmica. Sobre a primeira atividade, diante a leitura do material de estudo e a pesquisa realizada foi possível ter conhecimentos dos inúmeros recursos e serviços existentes e como também aprofundamento das possibilidades que os mesmos promovem aos seus usuários.

A TA investigada foi a ferramenta Essential Accessibility, a partir dela pode-se refletir sobre os benefícios de acessibilidade web que resultam em melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência. Dessa forma, em concordância com Radabaugh (1996 apud BERSCH, 2017, p. 2), diz que “para as pessoas, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”. Em consideração a isso, é evidente a importância da criação de novos recursos e serviços que se adequem a um público bastante heterogêneo e que precisa ser incluído nos processos educacionais possibilitando o aprendizado dos alunos com deficiência.

Considerando que é preciso aprofundar no assunto, uma vez que, tanto o público-alvo quanto às TÁ só aumentam, necessitando de profissionais capacitados. A segunda atividade, ocorreram dificuldades por ter sido algo inabitual, porém foi criado e planejado diante a minha experiência profissional de capacitação de professores com uso de recursos digitais educacionais, embora adaptando para um ambiente e recursos em EAD. Diante das atividades realizadas foi possível constatar que os processos de ensino e

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

aprendizagem com apoio das tecnologias são de fundamental importância para práticas pedagógicas atuais.

ATIVIDADES DO MÓDULO III

Gestão tecnológica da modalidade EAD.

ATIVIDADE 1
Título da Atividade: Atividade prática na plataforma Moodle. Objetivo educativo: Articular recursos e atividades no ambiente virtual de aprendizagem, configurando-os corretamente, através de simulação de uma situação de ensino-aprendizagem. Metodologia: Escolher um assunto da área de atuação; pesquisar textos acadêmicos sobre o assunto escolhido, vídeos, blogs etc.; acessar a página de testes do Moodle com o nome do Polo; Configurar a página adicionando ferramentas de recursos e atividades pré-estabelecidas. Resultados: A nota obtida foi equivalente a 60. No feedback o avaliador parabenizou pela produção e pelo desempenho para a realização da atividade, onde a proposta cumpriu os aspectos e itens solicitados.
Atividade 2
Título da Atividade: Projeto Integrador Objetivo educativo: aplicar conhecimentos sobre sistemas tecnológicos diversos na produção de conteúdo que poderá ser disponibilizado por meio de plataformas diversas. Metodologia: publicar um vídeo no Youtube em uma apresentação ao vivo utilizando a transmissão pelo programa OBS Studio contendo uma aula teórica sobre algum assunto vinculado à área tecnológica; sincronizar a videoaula com o Youtube; enviar o link da videoaula do Youtube nas atividades das duas disciplinas. Resultados: A nota obtida foi equivalente a 100. No feedback o avaliador parabenizou pela realização da atividade integrada, considerando que a apresentação ficou clara e objetivo e também enfatizou que o vídeo está bem organizado por utilizar muito bem os recursos.

REFLEXÃO FUNDAMENTADA SOBRE O PROCESSO ACADÊMICO DO MÓDULO III

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Foram escolhidas as atividades práticas na plataforma Moodle e o Projeto Integrador. Ambas possuem grande significado para minha formação acadêmica, primeiro, por possibilitar o conhecimento dos processos envolvidos por meio da simulação do gerenciamento de uma página de curso à distância na plataforma Moodle, e a segunda, por ter uma nova oportunidade de realizar uma gravação de vídeo aula, que anteriormente não foi concluída por motivos de insegurança e falta de recursos necessários.

Porém, nessa nova chance provocou entusiasmo em realizá-la com objetivo de enfrentar barreiras de apresentação buscando habilidade, preparo, desenvoltura e competência para conseguir executar a mesma.

Entretanto, por motivos de conexão lenta, não foi possível realizar a gravação em modo de transmissão ao vivo como foi solicitado. Em conformidade com Gebran (2009, p. 14) “através da interatividade com o ambiente de aprendizado, o educando terá condições de construir seu conhecimento. Ele é o participante ativo nesse processo de aprendizagem”. No entanto, as atividades selecionadas geraram aquisição de conhecimentos produzidos por intermédio das práticas didáticas oferecidas, confirmando-se na nota máxima obtida.

ATIVIDADES DO MÓDULO IV

Mediação pedagógica da EAD.

Atividade 1
Título da Atividade: Mapa Mental
Objetivo educativo: elaborar um planejamento para ser implementado na modalidade EAD considerando o Moodle como plataforma de ensino e aprendizagem e a página de testes como espaço virtual para observação de suas ferramentas.
Metodologia: Organizar ideias para elaboração do mapa mental de um planejamento de um curso, disciplina ou unidade didática considerando sua implementação na educação a distância, e o modelo de tutoria para a plataforma Moodle; utilizar ferramentas ou aplicativos para elaboração do mapa mental; enviar o link ou o arquivo em pdf do mapa para a área que foi aberta para esse fim.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Resultados: A nota obtida foi equivalente a 50. No feedback o avaliador parabenizou pela realização da atividade e acrescentou que o mapa apresentado foi bem organizado, continha um planejamento coerente e utilizou recursos peculiares da educação a distância.
Atividade 2 Título da Atividade: Proposta de matriz pedagógica para cursos EAD. Objetivo educativo: resgatar os princípios básicos da aprendizagem que se relaciona com os conhecimentos trabalhados nos capítulos 03, 04 e 05 do caderno de estudos. Metodologia: Escolher um tema da área/disciplina de atuação para desenvolver um curso; Selecionar uma ferramenta tecnológica relacionada ao tema; Escolher um objetivo relacionado com a aprendizagem que se pretende alcançar; Fazer uma análise de cenário; Elaborar a matriz instrucional da atividade utilizando o Template; Enviar atividade para campo indicado. Resultados: A nota obtida foi equivalente a 50. No feedback o avaliador parabenizou e comentou que a matriz pedagógica foi bem estruturada e apresentava características relevantes da Educação a Distância e a ferramenta tecnológica destacada foi utilizada na matriz de forma significativa e coerente com a proposta do curso.

REFLEXÃO FUNDAMENTADA SOBRE O PROCESSO ACADÊMICO DO MÓDULO IV

As atividades escolhidas foram o Mapa Mental e a Proposta de matriz pedagógica para cursos EAD, as mesmas consideráveis complementar, por fornecer aprendizados sobre processos, fundamentos e metodologia da Educação à Distância iniciadas previamente. Em relação a construção do mapa, foi possível a percepção de toda a estrutura envolvida na modalidade EAD antes não refletido, e a segunda atividade foi bastante intrigante e complexa, por ter sido inusitado, mas com a mediação da professora, o material de estudo e a atividade realizada no módulo anterior foi possível concluir.

As reflexões obtidas na compreensão do papel aluno, Behrens (2000, s/d apud LIMA, 2012) afirma que “ele tem que tornar-se criativo, crítico, atuar como pesquisador e interagir constantemente com o conhecimento, com os colegas e com os professores. Ele precisa aprender a aprender”. Desse modo, a autonomia do aluno é essencial para desenvolver capacidades que procure sanar os desafios propostos.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

ATIVIDADES DO MÓDULO V

Compreender os princípios do Design Instrucional, sua aplicabilidade na produção de materiais didáticos.

Atividade 1
Título da Atividade: Projeto de Design de uma videoaula Objetivo educativo: compreender os princípios de design para uso concreto em situações de produção de recursos multimídias e cursos. Metodologia: elaboração de projeto de curso para EAD ou de produção de videoaula profissional. Resultados: A nota obtida foi equivalente a 100. No feedback o avaliador comentou que a estrutura do modelo, apresentou o conteúdo, está na forma narrativa e tem encadeamento lógico. Apresentou informações para desenvolvimento e possui imagens ilustrativas.
Atividade 2
Título da Atividade: Análise de videoaula (Processos de Produção de Material Didático) Objetivo educativo: colocar em prática os conhecimentos adquiridos sobre aspectos a serem observados durante a avaliação de materiais didáticos, realizar a avaliação de uma videoaula de acordo com critérios definidos previamente. Metodologia: realizar uma análise de um vídeo de autoria própria, analisando as 5 categorias citadas pelo autor do material de estudo, seguindo o modelo sugerido. Resultados: A nota obtida foi equivalente a 76. No feedback o avaliador comentou que todos os itens deveriam ser justificados. Se o critério de avaliação não se aplicava ao vídeo analisado, a descrição deveria informar o porquê.

REFLEXÃO FUNDAMENTADA SOBRE O PROCESSO ACADÊMICO DO MÓDULO V

As atividades escolhidas foram o projeto de design de uma videoaula e análise de uma videoaula, as mesmas consideráveis produtivas, por executar os conhecimentos oferecidos no módulo, visto que, as disciplinas tratam de assunto tão pretendido por ser de uma área até então desconhecida, dessa forma, a produção das atividades se deram pelo interesse no assunto.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Na atividade 1, foi escolhida a opção do projeto para videoaula, pela tentativa de vencer os desafios, uma vez que, tive dificuldades na produção desse recurso em disciplina anterior. Por tanto, a mesma proporcionou um conhecimento mais específico em relação a produção profissional, como também os processos e reconhecer que durante a construção de materiais instrucionais, deve ser priorizada uma linguagem clara, direta, precisa e objetiva, de forma a facilitar o processo de aprendizagem do aluno (BARREIRO, 2016, p. 16). A atividade 2, se fez como complemento da atividade citada anteriormente, por agregar conhecimentos e possibilitar a análise de avaliação de uma videoaula de minha autoria, bem como fazer uma reflexão da importância da elaboração do material didático como instrumento central no processo de mediação pedagógica.

Desse modo, ao revisar o vídeo foi possível avaliar as características técnicas e a proposta pedagógica, levando em consideração os critérios de escolha dos "elementos que são mais significativos para nossas identidades e localizar seus problemas e limitações" (GOMES, 2010, p. 9). Logo, diante da disposição desse recurso, vale ressaltar a necessidade de avaliação dos objetivos educacionais que pretende alcançar com o uso do material.

ANÁLISE DO PORTFÓLIO

O referido curso traz como objetivo geral "capacitar os profissionais da educação para o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação no contexto da gestão e das práticas pedagógica escolar, considerando as demandas de uma proposta inclusiva de educação" (SILVA et al., 2017, p. 7). Por meio da trajetória acadêmica percorrida, foi possível identificar e vivenciar os objetivos propostos no curso, diante das distribuições bem intencionadas das disciplinas que possibilitaram seguir um caminho de construção de conhecimentos bem estruturado.

As metodologias inovadoras adotadas também estimularam o prosseguimento do curso, por obter estratégias de envolvimento e poder vivenciar momentos de reflexão de um professor enquanto aluno, experimentando visões de ambos os lados por meio dos conteúdos e atividades.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Portanto, será apresentado análises de todas as atividades contidas nos cinco módulos que é composto o curso, pois ambas foram relevantes para o processo de aprendizagem, porque resultaram em conhecimentos sobre como as tecnologias da informação e comunicação podem ser utilizados na prática docente, previamente usufruído e avaliado. Neste sentido, as contribuições adquiridas serão expostas em três contextos: Formação Continuada, REDs e Ensino-Aprendizagem.

FORMAÇÃO CONTINUADA

As atividades do módulo I, a ferramenta Padlet e produção de vídeo aula foram inovadoras e desafiadoras, uma vez que, desconhecia as ferramentas e suas funcionalidades. Em relação à primeira atividade, foi bastante proveitosa como também foi possível explorar possíveis aplicações em demais contexto. Na segunda, apesar de ter desenvoltura com ferramentas tecnológicas, a falta de experiência em práticas cotidianas de sala de aula tornou-se complexa.

Diante isso, foi possível adquirir conhecimentos com apoios das TICs e refletir sobre a prática docente que deve está em constante atualização para adquirir habilidades fundamentais para o professor moderno, uma vez que, exige do profissional a capacidade de incorporar as tecnologias para diversificar as aulas, está aberto às inovações das novas tendências comunicacionais interativas, renovar conhecimentos aprendendo novas técnicas para possibilitar novas dinâmicas de ensino, atentar dos problemas contemporâneos vividos pelos alunos tendo sensibilidade e conhecimento para ajudá-los. Para Pretto (2013, p. 141), a viabilização de uma escola moderna, “exige trabalhar na formação dos professores, porque só assim poder-se-á chegar mais perto dos alunos.”

No tocante, Freire (1996) remete-se a circunstância vivenciada

> [..] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunde com a prática (FREIRE, 1996, p. 12).

Assim, compete aperfeiçoar-se em uma contínua construção de saberes e a partir se posicionar à frente das demandas como resultado da reflexão sobre a prática docente.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

"O professor que não se dispuser, durante toda a sua vida profissional, a se adequar a seu tempo e espaço ficará à margem do processo de desenvolvimento social" (ALMEIDA, 2014, p. 20). Desse modo, cabe ao professor o desafio de desenvolver novas competências e habilidades essenciais para uma educação ativa, contribuindo para um ensino de qualidade e inovador.

No tocante, a participação no curso foi proveitosa neste contexto, pois existia a carência de atualização profissional para adequar-se às novas estratégias, logo, permitiu-se pesquisar, conhecer o que as tecnologias têm a oferecer a fim de criar condições de aprendizagem mais dinâmicas e instigadoras.

REDS

As atividades que produziram conhecimentos por meio dos REDs foram: Atividade *Padlet* do módulo I; Atividade Pesquisa de TA do módulo II; Atividade Prática Moodle e Atividade Projeto Integrador do módulo III; Atividade Mapa Mental do módulo IV. As mesmas, contribuíram como facilitadoras no aprendizado e conhecimentos inovadores.

A Atividade *Padlet,* nesta perspectiva, proporcionou a descoberta do recurso e estudo de possibilidades de utilização. O *padlet* "é uma ferramenta digital gratuita utilizada para elaboração de murais e painéis virtuais (online, colaborativo e gratuito), com uma lógica semelhante a um mural de post it, com caixinhas que se moldam ao conteúdo postado" (MELLO; NETO; PETRILLO, 2021, p. 141). Por meio deste recurso foi possível adquirir competências para adaptar as atividades utilizando as tecnologias, inovando a prática docente, como também partilhar a descoberta com demais professores. Logo, foi realizada pesquisa para explorar o uso deste recurso, e pode-se perceber as potencialidades do mesmo em diversas aplicações em contexto escolar que favorecem na discussão dessa temática, na colaboração/interação, na troca de conhecimentos e na avaliação.

A atividade pesquisa de uma TA, foi bastante enriquecedora, por proporcionar conhecimento sobre o assunto, seus recursos e serviços e a partir provocou um olhar atento sobre as demandas heterogêneas, e que os recursos digitais vão muito além, pois

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

torna para pessoas com deficiências maior independência, qualidade de vida e inclusão social. Os autores Bersch e Tonolli (2006, s/d *apud* BERSCH, 2017, p. 2) definem TA como,

> É um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão.

Perante isso, ocasionou um empenho em aprofundar nesta questão para atender a esse público, possibilitando oferta de recursos digitais que torne possível, por meio deles, o ensino e aprendizagem.

Atividade Prática Moodle e Atividade Projeto Integrador trouxeram práticas inovadoras e inéditas necessárias na docência contemporânea, em respeito a articular recursos e atividades em um ambiente virtual de aprendizagem configurando uma situação de ensino-aprendizagem, como também conhecer e experimentar ferramentas de transmissão de aulas online. Para Mello; Neto e Petrillo (2021, p. 103) ter acesso e conhecimento de recursos promovem a cultura maker, uma competência adquirida emergencial exigida no momento de pandemia[3], ele menciona que "o aprender fazendo" tem como fundamento a interação entre conteúdo e aplicação para a criação de determinado artefato (coisa) de interesse do aprendiz (aluno e/ou professor) uma vez que é durante o processo de construção da coisa que ocorre o processo ativo de aprendizagem. A eficácia, a disponibilização e a facilidade desses recursos digitais favorecem para adotar as práticas inovadoras que são essenciais para oferecer suporte ao novo paradigma de ensino. Desse modo, conseguinte a realização das mesmas, foi possível simular práticas docentes ainda não executadas na minha recente carreira profissional.

A atividade Mapa Mental foi significativa, pois permitiu ao aluno encadear as informações, através do uso deste recurso, promovendo melhor absorção da temática e auxiliando no processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, a experiência na ferramenta cumpriu exatamente sua função, que é "relacionar conceitos e informações fragmentadas e difusas em torno de um contexto, situação, problema ou conteúdo estudado" (CAMARGO; DAROS, 2021, p. 118) Este recurso permitiu o aprender

[3] Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto da pandemia do COVID-19, onde o isolamento social era a melhor forma de prevenção.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

fazendo de uma forma que conecta informações em torno de um tema central facilitando a apropriação do conteúdo proposto. O segundo motivo foi analisar o recurso como apoio para diversificar a aula atingindo objetivos como: auxiliar na compreensão de questões complexas, desenvolver habilidades de escrita dos alunos, avaliar a aprendizagem.

Neste ponto de vista, de acordo com Freire (1996, p. 12) é possível compreender sobre essa experiência dos dois olhares:

> Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina ensina alguma coisa a alguém.

À vista disso, o docente está em constante aprendizado, pois as inúmeras possibilidades de uso dos REDs nos permitem refletir que o docente necessita se inteirar das tecnologias, de modo que possam não só ensiná-las a seus alunos, mas também aprender com elas.

ENSINO E APRENDIZAGEM

As atividades que colaboram à reflexão sobre o ensino e aprendizagem foram, Atividade Projeto de Disciplina do módulo II; Atividade Proposta de Matriz Pedagógica para Curso em EAD do módulo IV; Atividade Projeto Design de Vídeo Aula e Atividade Análise de Vídeo Aula do módulo V. Ambas consideradas singulares por ter o primeiro contato com as temáticas, entretanto, adquiriu-se novos saberes.

Nessa linha de raciocínio, Almeida (2014, p. 39) afirma que:

> O uso de novas tecnologias permite romper barreiras, uma vez que elas possibilitam o acesso mundial à informação e colocam o cidadão em contato com diferentes conteúdos, linguagens e diversidades. Dessa forma, a instalação e o uso de ambientes virtuais passam a ser imprescindíveis no direcionamento de vários conteúdos a serem aplicados.

Esses são aspectos relevantes da contemporaneidade da educação, é preciso acompanhar essas modificações mais amplas de uma sociedade do conhecimento, pois são novas formas de ensinar e aprender. Logo, oportuniza criar estratégias que aproximem a prática pedagógica em situações concretas de sala de aula utilizando recursos essenciais para desenvolvimento da aprendizagem.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Todas as atividades descritas acima, foram valiosas por possibilitar resolução de problemas complexos, onde suas contribuições teóricas e práticas desenvolvidas por meio de metodologias ativas apoiadas em tecnologias trouxeram autonomia para realizá-las. Sobre isso, Borges (2015, p. 26) cita a teoria humanismo e que seguindo a linha filosófica deu origem a aprendizagem significativa, sobre ela, ele afirma "[...] que os seres humanos têm uma potencialidade para aprender e que a aprendizagem ocorre quando a matéria de ensino é percebida como relevante para seus próprios objetivos". Dessa forma, a oferta dos assuntos e atividades com potencial de promover a experiência e a aprendizagem, ofereceram a oportunidade de vivenciar o emprego das metodologias ativas numa perspectiva discente.

Suas abordagens transformaram o conhecimento em experiências de aprendizagem mais vivas e significativas, o que ocasionou a conscientização da responsabilidade da própria construção e ampliação do conhecimento, constatando a importância do protagonismo e participação.

Nessa linha de raciocínio, os autores Bacich e Moran (2009, p. 278) explicam bem a experiência vivida explanada de professor enquanto aluno

> [...] o objetivo de que o professor considere a experiência de aprender por meio de tecnologias digitais como um recurso importante em seu próprio desenvolvimento profissional, e deixe, então, de aprender sobre o uso de tecnologias digitais para passar a aprender com o uso delas.

Logo, é evidente que as atividades contribuíram para o amadurecimento didático permitindo reconstruir competências e saberes docentes sobre a prática de ensino apoiados pelas TICs promovendo uma nova postura como educador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado, foi possível concluir que o uso de tecnologias digitais, especificamente, o uso do REDs favorece o processo de ensino e aprendizagem diante o cenário da educação atual. De modo que seu uso é amplo, podendo-se explorar assuntos de diversas maneiras, aplicar em diferentes finalidades, possibilitando experiências de aprendizagem em diferentes formatos ou tipos, facilitando a assimilação

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

e aquisição de novos saberes de forma dinâmica, contribuindo assim, para uma apropriação de conhecimento significativo.

Contatou-se que os objetivos específicos do estudo foram alcançados. Os REDs fornecem esses benefícios tanto para o professor que auxilia na complementaridade e enriquecimento do estudo proposto, quanto para o aluno em estimular o protagonismo, a interação e a participação no aprendizado.

Em relação a formação de professores, verificou-se que o professor obtém novas atribuições, incluindo a necessidade de desenvolver competências que atendam as demandas atuais da nossa sociedade, para que sua prática pedagógica seja direcionada em uma aprendizagem contextualizada, significativa e centrada nas pessoas.

A respeito das contribuições adquiridas no curso, evidenciou-se que a partir das dificuldades enfrentadas nas elaborações das atividades complexas e inéditas, como a criação de vídeo aula, possibilitaram a motivação em aprender, apropriando-se da variedade de recursos e estratégias de aprendizagem oportunizados pelas práticas inovadoras. Desse modo, ao registrar o percurso, experiência e potencialidade vivenciada no curso resultou em alicerce no domínio para integração de metodologias ativas agregando o potencial das TICs nos processos de ensino e aprendizagem necessários para uma atuação docente frente aos desafios propostos diante da complexidade dos processos educacionais existentes.

Contudo, a trajetória do curso foi significativa por verificar as evidências de aprendizagens desprovidas e a superação das limitações. Portanto, espera-se que novos trabalhos sejam feitos para orientar o caminho de todos para o domínio e apropriação de novas formas de abordagens indispensáveis atualmente no contexto acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nanci Aparecida de. *Et al.* **Tecnologia na escola: abordagem pedagógica e abordagem técnica**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Porto Alegre: Penso, 2018.

BARREIRO, R. M. C. (2016). **Um Breve Panorama sobre o Design Instrucional**. EAD Em Foco, 6(2). Disponível em:< https://doi.org/10.18264/eadf.v6i2.375> Acesso em: 10 de set. de 2021.

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva.** Assistiva, 2017.

BORGES, R. P. **Tecnologias educacionais:** Módulo 2: Tecnologia educacional e concepção de aprendizagem / Rosemary Pessoa Borges, Roberto Douglas da Costa e Nadja Soares Dantas. – Natal: IFRN Editora, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em: 02 de out. de 2021.

CAMARGO, F.; DAROS, T. **A sala de aula digital:** estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo, on-line e híbrido. Porto Alegre: Penso. 2021.

CARVALHO, R. **As tecnologias no cotidiano escolar**: possibilidades de articular o trabalho pedagógico aos recursos tecnológicos. Disponível em: < http://webcache.googleusercontent.com/search>. Acesso em: 15 set. 2021.

CECHINEL, C. (Ago de 2017) CIEB-Estudos 5 **Modelos de curadoria de recursos educacionais digitais**. p. 48., disponível em: <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2019/04/CIEB-Estudos-5-Modelos-de-curadoria-de-recursos-educacionais-digitais-31-10-17.pdf> Acesso em: 10 de out. de 2021

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEBRAN, M. P. **Tecnologias educacionais.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

GOMES, L. F. **Vídeos didáticos**: uma proposta de critérios para análise. Travessias, Cascavel, v. 2, n. 3, mar. 2010. ISSN 1982-5935. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3128>. Acesso em: 30 ago. 2021.

JORDÃO, T. C. **Formação de Educadores**: a formação do professor para a educação em um mundo digital. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Tecnologias digitais na educação.** Ano XIX boletim 19 - Novembro-Dezembro/2009. ISSN 1982 – 0283.

LEITE, F. C. L.; POSSA, A. D. **Metodologia da pesquisa científica** / Fabiana Calçada de. – 2. ed. rev. Florianópolis: IFSC, 2013.

LIMA, Artemilson. **Fundamentos e práticas na EAD**. – Natal: IFRN Editora, 2012.

MELLO, C. d.; NETO, J. R.; PETRILLO, R. P. **Educação 5.0:** educação para o futuro. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 2021.

PEREIRA, A. S. *et al.* **Metodologia da pesquisa científica** [recurso eletrônico] – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2018.

PRETTO, N. L. 1954- **Uma escola sem/com futuro**: educação e multimídia – 8 ed. - Salvador : EDUFBA, 2013.

RADABAUGH, M.P. NIDRR's Long Range Plan **- Technology for Access and Function Research Section Two**: NIDDR Research Agenda Chapter 5:

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

TECHNOLOGY FOR ACCESS AND FUNCTION. Disponível em: <http://www.ncddr.org/rpp/techaf/lrp_ov.html>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SILVA, A. N.B; LEMOS, E. C. L; LIMA, G. P. *et al.* **Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância na modalidade à distância (Pós-Graduação Lato Sensu)**. Curso de Especialização em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância, Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade de educação a distância, IFRN, 2017.

VERÃO, G. B.; LOPES, J. F.; GOMES, L. N.; BORGES, L. N.; NETO, R. D. (2021). **Possibilidades do uso de ferramentas digitais em lives da universidade virtual do estado de São Paulo (UNIVESP):** um estudo de caso. Em M. C. al.], *Tecnologias na educação [livro eletrônico] : ensino, aprendizagem e políticas* (p. 391). São Paulo: Artesanato Educacional.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA: O CALENDÁRIO CULTURAL E O MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Juliana Rodrigues Clementino[4].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-02

RESUMO: A presente pesquisa teve por objetivo analisar sob a perspectiva do Método Indutivo Intercultural, dez trabalhos de conclusão de curso, das licenciaturas ofertadas pelo Instituto Insikiran, que abordam a temática da proposição da construção de um Calendário Cultural nas comunidades indígenas roraimenses. Trata-se de uma análise fundamentada na Teoria da Atividade, oriunda dos estudos de Vygotsky e posteriormente desenvolvida por Leontiev e seus seguidores, que trata das relações entre o ser humano e a natureza da qual faz parte. Entende-se que a cultura indígena é rica em conhecimentos que podem agregar aos conteúdos escolares maior significância e atribuir aos membros das comunidades, valorização cultural e reconhecimento identitário. Dessa forma, as pesquisas investigadas trabalharam conhecimentos específicos em comunidades diferentes e demonstraram um resgate cultural importante e valioso para futuras gerações, que foi desde o conhecimento medicinal das plantas à produção de remédios para as doenças que acometem as comunidades em determinados períodos. Ademais, a proposta do calendário cultural vai além de um resumo das atividades que as comunidades apresentam ao longo do ano, sendo um resgate de sua cultura, seus costumes e sua identidade enquanto povos indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Calendário Cultural. Teoria da Atividade. Pesquisa. Cultura Indígena.

INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION AND PEDAGOGICAL INNOVATION: THE CULTURAL CALENDAR AND THE INTERCULTURAL INDUCTIVE METHOD: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

ABSTRACT: The present research aimed to analyze, from the perspective of the Intercultural Inductive Method, ten course conclusion works, of the degrees offered by the Insikiran Institute, which address the theme of the proposition of the construction of a Cultural Calendar in the indigenous communities of Roraima. It is an analysis based on the Activity Theory, originating from Vygotsky's studies and later developed by Leontiev and his followers, which deals with the beings and the nature of which they are part, as well as the implications regarding such relationships. It is understood that indigenous culture is rich in knowledge that can add greater significance to school contents and attribute cultural appreciation and identity recognition to community members. In this way, the research worked on specific knowledge in different communities and demonstrated an important and valuable cultural rescue for future generations, which

4 Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Politécnica e Artística do Paraguai - UPAP. E-mail: julianarodriguesclementino@gmail.com.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

ranged from the medicinal knowledge of plants to the production of remedies for diseases that affect communities in certain periods. Furthermore, the proposal of the cultural calendar goes beyond a summary of the activities that the communities present throughout the year, being a rescue of their culture, their customs and their identity as indigenous peoples.
KEYWORDS: Cultural Calendar. Activity Theory. Search. Indigenous Culture.

INTRODUÇÃO

O Calendário Cultural, ou Calendário Socionatural, já era uma realidade nas comunidades indígenas, antes mesmo das concepções teóricas chegarem até lá. Atividades envolvendo toda a comunidade, nas quais eventos naturais são celebrados ou ritualizados antecedem a bibliografia a qual se tem acesso atualmente. Antes mesmo do homem branco colonizar as terras brasileiras, os índios de muitas tribos já conheciam a influência que a lua exerce sobre as águas e nas plantações. Já sabiam curar pelas folhas, já entendiam o ciclo da terra e como cuidar dela.

Dessa forma, seguindo a análise de alguns trabalhos que tratam da temática como outras em afins, nota-se a construção de novas propostas educacionais para as escolas e/ou para as comunidades por meio do método indutivo intercultural, que se basearam nos estudos do Calendário Socionatural/Cultural.

Assim, o presente artigo encontra-se caracterizado sob uma abordagem qualitativa, trabalhando com uma pesquisa do tipo bibliográfica, uma vez que fundamentou-se na análise de trabalhos acadêmicos oriundos da Universidade Federal de Roraima, UFRR, defendidos e aprovados nos anos de 2014 e 2017, todos do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, sob os cursos de Licenciatura Intercultural, Licenciatura Socionatural e Bacharelado em Gestão Territorial Indígena com habilitação em Agroecologia.

Percebe-se, diante das leituras dos trabalhos sobre a temática do Calendário Cultural, que o tema é uma escolha bastante usual entre os acadêmicos em formação, por resumir, na prática, o que aprendem nos cursos, sob contextos das realidades das comunidades indígenas. Esta pesquisa se justifica pela sua importância em querer mostrar que cada comunidade é única e é igualmente importante entre os povos indígenas, e que suas tradições, rituais, costumes, culinárias e maneiras de se relacionar com o meio

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

ambiente são princípios mais antigos que as teorias que estudamos e que regem suas rotinas.

Além disso, ao se abordar a realidade indígena por meio da observação e/ou da participação na rotina das comunidades, é possível o reconhecimento da importância da cultura, da preservação das tradições, dos valores e saberes dos povos indígenas, pois, o Calendário Cultural nada mais é do que o conhecimento da vida, da realidade, do mundo, aliado aos conhecimentos formais.

A TEORIA DA ATIVIDADE E SUA INTERFACE COM O CALENDÁRIO CULTURAL

De acordo com Repetto (2018, p. 29), os autores da Teoria da Atividade entendem que as relações entre a sociedade e a natureza ocorrem a partir das atividades humanas. Nesse sentido, apresentam-se sob uma estrutura interna comum. Contudo, em seu interior, diferentes níveis de compreensão compõem as atividades e estes, por sua vez, podem ser subdivididos em atividades ações e operações.

Repetto (2018, p. 30) considera como exemplos de operações o modo como um indígena lança uma flecha em direção a um pássaro em movimento ou como este lança um anzol à água, o modo como manusear o barro para fazer seus utensílios, a forma de se realizar determinado procedimento culinário, entre outros. Nesse sentido, o autor percebe a identificação desses procedimentos enquanto portas de compreensão dos povos indígenas e suas visões de mundo, do tempo, da convivência e da sua ação sobre o meio.

Assim, compreende-se que a ação de cada indivíduo, é, para Leontiev, um processo que não mantém relação direta entre objeto da ação e o motivo/meta/objetivo da atividade, que seria uma ação comunitária. Dessa forma, Leontiev percebe o papel dos contextos e ações nas atividades, enquanto Engeström et al. (1999) dá um maior foco à contextualização da atividade, evidenciando sua natureza social e coletiva e analisando as relações sujeito/comunidade. Nesse contexto, Engeström acrescenta novos componentes ao sistema de atividade humana.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Para Repetto (2018, p. 30), o modelo de Engeström “nos permite identificar as diferentes dimensões que envolvem a atividade social”, reconhecendo que estas são componentes de um sistema mais amplo “onde as atividades não podem ser compreendidas de forma isolada e independentes entre si”. Duarte (2002) pondera que existe a necessidade de análise cautelosa acerca das atividades para que não se criem enganos de análises insuficientes ou excessivas.

Para Repetto (2018) ao se aprofundar o entendimento desses elementos, é possível explicitar de uma forma sistemática e metodologicamente organizada, os conhecimentos dos povos indígenas em associação a uma atividade. Desse modo, a fim de analisar os elementos estruturantes, é preciso ter conhecimento das necessidades, dos motivos pontuais e do objeto material que envolve a atividade.

As necessidades dizem respeito às carências ou às ausências que existem nas comunidades, sejam elas materiais, espirituais ou sociais. Essas ausências são o cerne das motivações para a realização da atividade. Os motivos pontuais são causas imediatistas, motivações que impulsionam um comportamento específico da comunidade.

Já o objeto material é aquilo que a atividade busca concretizar, podendo apresentar-se sob a forma de um objeto concreto ou de uma ação subjetiva de conscientização da comunidade.

Portanto, ao perceber que esses componentes formam os elementos estruturantes, percebemos a organização composicional da atividade. Contudo, para compreender as partes internas da atividade se faz necessária a compreensão dos seus elementos formadores, tais como: Objetivo Geral, Objetivos Específicos, Sujeitos, Instrumentos, Comunidade, Regras, Divisão do Trabalho e Resultados Esperados.

A comunidade é o grupo de indivíduos que, direta ou indiretamente, participam no processo da atividade. As regras são o conjunto de princípios que devem ser estabelecidos e respeitados pelos membros da comunidade. A divisão de trabalhos é a forma como a comunidade se organiza em torno das responsabilidades atribuídas entre homens, mulheres, crianças, por faixa etária, região, lugar de moradia, etc. Os resultados esperados são o que se espera atingir mediante o processo da aplicação da atividade.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Destarte, a relação em nível primário que se dá entre sujeito e objeto que era anteriormente mediada pelos objetos na teoria de Vygotsky, é complementada com a presença de elementos secundários mas muito importantes, como a comunidade , as regras, a divisão do trabalho e o conjunto dos processos busca a concretização de um resultado comum a todos. Partindo dessa premissa, é possível explicar e refletir acerca dos conhecimentos indígenas, de acordo com Gasché orienta no desenvolvimento de sua técnica do calendário cultural.

O CALENDÁRIO CULTURAL E SUA APLICABILIDADE

De acordo com Feitosa (2015, p. 89), "o calendário cultural é uma técnica de sistematização das relações socioambientais". Tal técnica teve sua origem no Peru e foi idealizada e aplicada, inicialmente, por José Gasché, antropólogo e linguista suíço, que mantém relações de filiação junto ao Instituto de Investigações da Amazônia Peruana, IIAP, e que atualmente tem trabalhado com os povos da Amazônia peruana sobre essa temática.

Contudo, Gasché (2013) firmou parcerias com diversos professores e pesquisadores sobre a aplicabilidade do calendário cultural, além de outras questões concernentes à interculturalidade e à Educação Indígena. Universidades brasileiras, como a Universidade Federal de Roraima, que através do professor e pesquisador Maxim Repetto, introduziu a técnica do calendário cultural e do Método Indutivo Intercultural nos cursos de formação superior indígena.

A proposta da técnica do calendário cultural e da interculturalidade, parte, de acordo com Ramos (2013, p. 33) "do suposto teórico de que as sociedades da floresta Amazônica vivem um sistema de vida em que a cultura depende diretamente do meio ambiente no qual o grupo vive". Dessa forma, sociedade e cultura se tornam inseparáveis em função da necessidade de adequação ao contexto, ou seja, ao meio ambiente.

Assim, a concepção de cultural sofre mudança, de forma evolutiva, adotando o conceito de "socionatureza", uma vez que a própria cultura, de acordo com Gasché e

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Mendoza (2011), responde de forma direta, pelo aspecto que envolve as atividades sociais que geram interação com a natureza.

Desse modo, a proposta do calendário cultural dedica-se fundamentalmente às realizações das atividades comunitárias em integração com os seus contextos naturais e ambientais. Sobre o objeto do calendário cultural, Carvalho *et al.*, (2013) define os principais indicadores do calendário cultural como sendo divididos em sete principais agrupamentos de conhecimentos e atividades.

O primeiro indicador que o calendário cultural considera é o das atividades da comunidade, dividindo homens e mulheres por faixa etária, isto é, jovens, adultos e idosos. Para Repetto (2018, p. 22) este indicador é considerado como ponto-chave para as pesquisas que envolvem o Método Indutivo Intercultural, uma vez que permite ao pesquisador a identificação e a análise dos conhecimentos indígenas associados às atividades e aos trabalhos.

O segundo indicador refere-se especificamente às atividades realizadas pelas crianças da comunidade, que também são divididas em meninos e meninas e também por suas etapas culturais de crescimento. Ainda sobre o segundo indicador, há que se considerar também todos os educandos das comunidades indígenas, uma vez que "se pode aplicar em todos os níveis e modalidades escolares, por exemplo, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA)".

Repetto (2018) explica que dessa forma se pode compreender melhor e mais claramente o mundo social e simbólico dos estudantes, o que pode ser um norte orientador para a construção de novas propostas educativas e políticas públicas educacionais para a educação Indígena, chaves para a transdisciplinaridade, que levam à construção do conhecimento e à reflexão na escola.

Os indicadores seguintes são correspondentes ao terceiro e quarto agrupamentos, referindo-se, respectivamente, ao entendimento e às atividades sobre a Astronomia e ao Clima, respectivamente. O indicador astronômico diz respeito aos conhecimentos que os povos indígenas construíram ao longo do tempo acerca dos corpos celestes, e sobre os fenômenos relacionados a eles. Seus entendimentos e relação de crenças sobre a lua, as estrelas, o sol, os cometas, os eclipses lunares e solares, entre outros.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Já os indicadores climáticos devem, conforme Repetto (2018, p. 23), contemplar os diversos fenômenos climáticos que a comunidade conhece e enfrenta, associados às diferentes estações do ano, aos diferentes períodos de temperaturas (calor e frio), tempos de chuva e de estiagem, etc.; tudo em função do estudo dos conhecimentos indígenas.

Não se trata, no entanto de se identificar quando ocorre o verão ou quando acabam as chuvas e sim, identificar e relacionar as categorias e concepções culturais próprias daquelas comunidades, os vocabulários que usam para designá-los e suas significações em cada língua, em cada ação diante do clima ao longo do ciclo anual.

O quinto indicador diz respeito à fauna, ou seja, aos animais e insetos silvestres (aquáticos, terrestres, aves e anfíbios) e domésticos (criações de animais pela própria comunidade). Implica, portanto, no registro e reflexão acerca da diversidade de animais silvestres e de criação e sua relação com os indicadores das atividades humanas. Sob esse aspecto, não é interessante que se realize um levantamento de todos os animais e sim a compreensão das relações existentes entre esses animais e as atividades humanas, ampliando o conhecimento sobre sociedade e natureza.

O sexto indicador aborda a flora silvestre, isto é, os vegetais, sendo a flora silvestre (mata ciliar, lavrado, floresta, etc.), as roças, as capoeiras, as ervas medicinais, os pomares, a madeira (extração e utilização em construções e artesanatos), entre outros aspectos relevantes a esse grupo.

Por último, o indicador referente aos problemas socioambientais e à saúde tratam de questões de prevenção e cuidados necessários nesse quesito, realizados na comunidade. Esses problemas, nem sempre de fácil identificação, precisam ser considerados na pesquisa que trabalha sob o calendário cultural, uma vez que este tratará de identificar como os membros da comunidade entendem e lidam com esses problemas de saúde. Tais problemas, podem apresentar-se transversalmente, podendo percorrer mais de um dos indicadores.

Nesse sentido, Repetto (2018, p. 25) ressalta que o último indicador serviu e ainda serve de aporte para diversas pesquisas realizadas na UFRR, diante do desenvolvimento de Pesquisas com o Método Indutivo Intercultural. No mesmo sentido, o autor denota ainda que o trabalho com o calendário cultural fornece subsídios para o entendimento das

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

relações dos povos indígenas com a natureza da qual são parte integrante e convivem de maneira harmoniosa, oferecendo uma "visão panorâmica da comunidade, servindo como um diagnóstico socioambiental" (REPETTO, 2018, p. 25).

Feitosa (2015, p. 90) percebe assim, que a lógica presente no calendário cultural, também denominado calendário Socionatural (homem e natureza), está fundamentada na sistematização da rotina das atividades diárias e suas relações socioespaciais, isto é, as relações existentes entre a comunidade e a natureza, o quanto e o como essas relações são consideradas nas ações da comunidade. Tais pesquisas evidenciam as relações homem/natureza, "e as transformações que ocorrem no espaço geográfico no decorrer dos ciclos anuais" (FEITOSA, 2015, p. 90).

Seguindo este argumento, Gasché e Mendoza (2011, p. 66) ressaltam que para as comunidades indígenas, os elementos naturais presentes no ambiente onde coexistem, não se traduzem apenas em matérias e sim em elementos com os quais se faz necessária a convivência harmoniosa, sem que a interação humana o prejudique.

Portanto, para os povos indígenas, a vida em comunidade é intrínseca à natureza, isto é, as relações de modo geral, sociais, de trabalho, com os elementos e fenômenos, se fundamentam na capacidade de utilização do espaço natural no qual se inserem de forma a construir e desenvolver saberes.

MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL

O Método Indutivo Intercultural é uma proposta defendida por Jorge Gasché, que, de acordo com Silva (2016, p. 71), o chama também de proposta educativa intercultural, que surgiu com o objetivo de "se formalizarem algumas pedagogias indígenas dos povos da região amazônica peruana". Inicialmente, segundo Gasché e Vela (2012), o Método Indutivo Intercultural derivou-se da união de várias pesquisas, desenvolvidas fundamentalmente com os povos Shipibo e Bora.

A formalização desse novo modelo denota um agrupamento de experiências e de conhecimentos que os povos nativos desenvolvem em termos educacionais. É possível se supor, dessa forma, que o método desenvolvido por Gasché (2008) possa ter seus

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

fundamentos intimamente relacionados às experiências do próprio pesquisador junto aos povos indígenas da Amazônia peruana. Contudo, essa formatação metodológica seria exequível a qualquer contexto, podendo ser aplicados tanto na formação de professores, quanto nas ações pedagógicas da prática nas escolas indígenas.

A respeito da formação docente indígenas, cabe aqui salientar que o Método indutivo intercultural foi desenvolvido com o intuito de auxiliar na formação de educadores indígenas vinculados à AIDESEP, no curso de Formação de Professores Bilíngues para a Amazônia Peruana (FORNABIAP) (SILVA, 2016, p. 71), tendo esse empirismo da proposta do Método Indutivo intercultural se desenvolvido entre os anos de 1987 e 1997 e logo sendo interrompido porque ocorreu a oficialização da proposta no currículo da formação dos professores indígenas.

Contudo, o Método Indutivo intercultural é um método contextualizado social e politicamente, nas práticas educativas, estabelece vínculos entre a educação da escola regular, as comunidades indígenas, a natureza e a sociedade em geral.

Diante das experiências com as atividades sociais que vinham sendo aplicadas nas comunidades peruanas e mexicanas Gasché evidenciou como os elementos estruturantes da proposta podem permear o ambiente escolar, levando professores, alunos e comunidade escolar à reflexão crítica sobre seus contextos, aplicando sobre o Método, suas leituras de mundo, suas práticas sociais, apontando novas reflexões, novas formas de ensinar e aprender, que incorporem os seus contextos, , conforme as designações das próprias comunidades, através de uma linguagem que se aproxime do dia-a-dias dos membros da comunidade, em especial das crianças e dos jovens.

Para Bertely Busquets (2008), a prática educativa que envolve as comunidades indígenas inclui ainda a compreensão das crenças e do mundo espiritual. Os povos indígenas respeitam e convivem com um contexto místico, que muitas vezes não é percebido por quem não é parte daquela realidade. No entanto, o Método Indutivo Intercultural contempla essa consideração através do enfoque da Teoria Histórico-Cultural da Atividade. Todavia, não adota essa teoria em sua totalidade, apenas centralizando seu foco nas concepções do desenvolvimento das atividades e das relações humanas com o seu meio.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O CALENDÁRIO CULTURAL

Os termos Calendário Cultural, Calendário Natural, Calendário Socionatural ou Calendário Sociocultural se referem a um mesmo produto, resultante das pesquisas investigadas por este estudo. Nesse sentido, trata-se do resumo que reflete as atividades e características de cada comunidade. “Assim, cada escola das aldeias constrói o seu calendário anual de atividades, que é reconduzido ano após ano em configurações e aprofundamentos diversos” (VALADARES; TAVARES, 2015, p. 58).

Para Lima (2014, p. 25), se trata de um “instrumento próprio”, exclusivo de cada localidade, que atua representando, ao mesmo tempo, um desafio e um processo de aprendizagem. Nesse sentido, o Calendário Cultural se constrói pesquisando as atividades dos habitantes da comunidade. Entre as funções exercidas pelo Calendário Cultural, está a realização de uma análise das atividades sociais mais relevantes das comunidades, aprofundando-se em uma reflexão sobre os conhecimentos indígenas, enquanto momentos de interaprendizagem (LIMA, 2014).

Dessa forma, Araújo (2017) afirma que o Calendário Cultural não se trata de uma mera lista de atividades”. Trata-se sim de um espelho das relações homem x natureza, concretizada em um processo contínuo de compreensão da própria cultura, vendo esta como elemento vivo e dinâmico, resultado dessas relações.

Assim, o Calendário Cultural remete a um instrumento que analisa sistematicamente a organização da ação humana sobre a natureza, que “ajuda a conhecer melhor a comunidade e a criar estratégias para melhorar ainda mais a comunidade, dando sugestões a essas dificuldades” (HORÁCIO, 2017).

Ainda, o Calendário Cultural considera em sua composição os conhecimentos indígenas frente às vivências destes nas atividades da comunidade (CLEMENTINO, 2017), através da articulação de sete indicadores que mostram a relação entre as atividades humanas e da natureza (SOUZA, 2017, p. 33).

> Este calendário propõe uma forma de articular os conhecimentos socialmente situados na vivência do povo com os conhecimentos científicos. (...) se nomeia esse processo de “articulação intercultural de conteúdo” (VALADARES; TAVARES, 2015, p. 68).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Portanto, o Calendário Cultural configura-se em um excelente meio de compreensão do contexto em que cada comunidade se insere, refletindo seus costumes e a sua cultura, que são parte fundamental da sua identidade.

DISCUSSÕES E RESULTADOS SOBRE O CALENDÁRIO CULTURAL APLICADO À REALIDADE DAS COMUNIDADES INDÍGENAS RORAIMENSES

Conforme Sobrinho *et al.* (2017, p. 59), "a educação indígena organiza-se em processos tradicionais de aprendizagem que envolvem saberes e costumes característicos de cada etnia". Para as autoras, esses ensinamentos eram, desde o princípio, passados pelas gerações de forma oral, na convivência diária, durante cerimônias e/ou rituais, na transmissão das lendas e ainda nas diferentes formas em que cada comunidade está estruturada.

Sobre isso, Pereira e Franco (2010, p. 03) observam que as comunidades indígenas costumam, geralmente, educar por meio de sua cultura e de seus legados sociais. Discorrem acerca das diferentes formas de educar indígenas, que envolvem "simbologias empregadas nos rituais, nas festas, nos sacrifícios, no meio da sobrevivência e nas formas de convivência". Dessa forma, é possível compreender que, ainda que de forma diferenciada do modelo "colonizador" que lhes foi imposto, os indígenas, em suas diferentes comunidades, já possuíam um sistema educativo próprio, que visava a transmissão dos costumes e conhecimentos através das gerações, costume que é mantido até os dias atuais.

Assim, Bergamaschi e Medeiros (2010, p. 55) denotam que, mesmo vivenciando ricamente sua cultura, os povos indígenas sofreram dos colonizadores um processo que os subjugou e se impôs em todos os aspectos, especialmente os educacionais. Contudo, mesmo diante dessa imposição, lograram êxito em preservar algumas tradições, princípios e valores.

> A educação escolar indígena no Brasil foi imposta aos povos originários desde os primórdios da colonização com o intuito de catequizá-los e civilizada-los. No entanto, coerentes com suas cosmologias, esses povos mantiveram um modo próprio de educação (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010, p. 55).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Entende-se que esses povos aprenderam a conviver com uma cultura que lhes foi imposta, mas, mantiveram um modo particular de educar, por vezes mesclando a sua cultura à dos colonizadores, por vezes adaptando-a, por outras, recriando-a (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010). Na concepção de Ferreira (2009) a compreensão e a perspectiva histórica indígena possibilitaram uma trajetória produtiva que articula essa relação ensinar/aprender com os saberes que vêm da própria comunidade.

Um dos aspectos dessa convivência está em considerar o contexto no qual estão inseridos como fonte de aprendizagem. Trata-se de entender o mundo a sua volta como parte de sua vida e a relação mantida com esse mundo torna-se um meio para entendê-lo. Nesses termos, é possível realizar uma conexão entre o modo de educar/aprender indígena com as teorias socio interaccionistas de Vygotsky, uma vez que para este, a aprendizagem e o conhecimento são construídos a partir das relações estabelecidas entre o homem e o meio. Portanto, é plausível dizer que a Educação Indígena sofreu diferentes processos, mas, manteve a sua essência, e pode ser apoiada, ainda que de forma não-intencional, nas teorias de aprendizagem de Vygotsky.

Desse modo, Albuquerque *et al.* (2012, p. 12) interpretam que a origem da educação indígena se relaciona com a história do Brasil por meio, inicialmente, da dominação, passando pela integração e homogeneização cultural e, mais atualmente, culminando no pluralismo cultural. Sob o aspecto legal, a educação Indígena atravessou e ainda atravessa vários processos de aceitação e reconhecimento.

Diante disso, percebe-se que a Constituição Federal de 1988, doravante CF/88, foi um marco para a educação indígena, uma vez que foi por meio dela que foram estabelecidos e assegurados aos indígenas os seus direitos aos seus costumes e "ao uso das línguas maternas e de seus processos próprios de aprendizagem" (ALBUQUERQUE *et al.*, 2012).

Nesse sentido, Grupioni (2005) argumenta que a CF/88 abandona a postura integracionista que via as comunidades indígenas "como uma categoria étnica e social transitória, fadada ao desaparecimento". Segundo o autor, a aprovação da nova constituição deixou clara a importância e a alteridade indígena e assegurou-a, isto é, a

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

partir da CF/88 os índios puderam ter “o direito de ser índios e de permanecer como tal” (p. 14).

A comunidade indígena, enquanto parte da comunhão nacional, teve também o direito à educação assegurada, além dos direitos à capacidade processual, ou seja, o direito ao acesso aos processos judiciais aos quais todo o cidadão brasileiro possui. Entretanto, as alterações realizadas nos artigos 78 e 79 da CF/88, determinando que o Sistema de Ensino deveria responsabilizar-se pelo desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa, para a promoção de uma educação escolar bilíngue e que contemplasse a interculturalidade indígena.

Já no seu artigo 210, o uso das línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem também ficam sob a responsabilidade do Estado, que deverá proteger tais manifestações culturais. Para Grupioni (2005, p. 14), esses dispositivos reconceitalizam os valores escolares, pois priorizam a valorização das línguas e dos costumes indígenas. Para o autor, esse processo oportunizou o desempenho de “um importante e necessário papel no processo de autodeterminação desses povos”.

Entretanto, mesmo com as novas diretrizes legais e a inserção dos novos dispositivos no Plano Nacional de educação (Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001), para Lima (2018, p. 63), estes foram implementados pois “o modelo de educação não satisfaz aos interesses da cultura indígena, de modo que sua prática pedagógica atuava contra eles”. A preocupação com a evolução desses programas desenvolvidos revelou a necessidade da criação e implantação de políticas públicas que favorecessem essas comunidades.

Tassinari e Gobbi (2017), denotam que, no caso da educação indígena houve uma modificação nos discursos legais em função da movimentação e organização dos grupos e comunidades indígenas em busca dos seus direitos. Dessa forma, os parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/MEC, 1997) abordam essa temática identificando a pluralidade cultural como um de seus temas transversais.

Assim sendo, estabelecem como objetivos o conhecimento e a valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural do país, bem como aspectos atualizá-los frente aos de outras nações, assumindo um posicionamento não-discriminatório, que valoriza as

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

diversidades brasileiras como um todo (culturais, sociais, religiosas, raciais, etc.). Destarte, os PCNs reiteram que as escolas indígenas precisam preservar suas próprias pedagogias.

Grupioni (2005) entende que, mesmo com a promulgação da LDB, que instituiu a "Década da Educação" em seu 87º artigo, esta estabeleceu ainda um Plano Nacional de Educação que colocasse em prática suas regulamentações. Para o autor, os direitos conquistados pelos povos indígenas brasileiros, em prol de uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e também bilíngue ainda estão em processo de construção.

Corroborando a esse pensamento, Dangelis (2012, p. 24) entende que todo o cenário que a Educação Indígena representa no contexto brasileiro pós anos 1990, início dos anos 2000 serviu para incentivar as discussões acerca das escolas nas aldeias indígenas. Dessa maneira, tal encorajamento impulsionou o próprio sistema educacional na incrementação de ações de formação docente indígena.

Essas ações, vem crescendo e se estabelecendo financiadas pelo Governo Federal e pelos governos estaduais, tendo o apoio e o suporte das universidades e de organizações não-governamentais. É o caso da Região Norte do Brasil, mais especificamente no Estado de Roraima, onde as comunidades indígenas vêm traçando um caminho de luta para assegurar sua alteridade e garantir o respeito que merecem da sociedade.

As escolas indígenas do Estado de Roraima atravessaram e ainda atravessam grandes desafios. De acordo com Silva (2018, p. 100), essas escolas ganharam caráter específico e diferenciado através do trabalho e das pesquisas realizadas pelos professores indígenas que atuam nas comunidades. Esses trabalhos trouxeram consigo mudanças no comportamento das comunidades em relação ao "modo de fazer educação" e, consequentemente, à perspectiva dessas comunidades diante do próprio contexto indígena.

De acordo com Fonseca e Nascimento (2008, p. 31), um aspecto primordial para um professor que apresenta preocupação com o desenvolvimento de uma proposta educacional contextualizada e que tenha significado para os indivíduos da comunidade envolvida no processo educativo, seja, seja justamente uma tomada de consciência sobre

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

o meio de aplicação de sua ação, bem como da representatividade da função docente para cada localidade. Trata-se da condição fundamental para que a escola ganhe também novos significados.

Contudo, para que essa atuação docente nas escolas indígenas se concretize efetivamente, se faz necessário que as autoridades responsáveis pela própria Educação Indígena assumam uma postura formadora também para os docentes que atuam nas comunidades, de modo que suas ações se revelam por meio de propostas educacionais que resgatem os valores e valorizem a cultura dos povos indígenas.

Essas políticas públicas, emanadas das organizações e das representações indígenas influenciaram diretamente na formação dos professores indígenas. Nesse sentido, Siems-Marcondes (2014, p. 566) aponta que no Estado de Roraima, onde a representatividade dos povos indígenas é tão ativa, grandes conquistas vêm sendo alcançadas desde o início dos anos 2000.

Lima (2017, p. 162) argumenta que "atualmente existe na Universidade Federal de Roraima, UFRR, o Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. "A criação de uma instituição que proporcionasse formação superior aos educadores indígenas era um objetivo complexo; contudo, desde o início dos anos 2000, políticas públicas e esforços dos governos e da UFRR, têm promovido progressos para alcançá-lo.

Dessa forma, no ano 2000 a UFRR recebeu reivindicações que pleiteavam condições efetivas de acesso e permanência dos indígenas no ensino superior. Assim, uma comissão interdepartamental e interinstitucional foi instituída para preparar um espaço de discussão para as questões dos povos indígenas, além de elaborar a implantação do Ensino Superior Indígena.

Em 2001, a UFRR inaugurou o Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena, modificado posteriormente, em 2009 para Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, onde desde 2003 já funcionava o curso de Licenciatura Intercultural, destinado à formação dos docentes indígenas. O interesse nessa licenciatura era o trabalho que esses educadores realizaram em suas comunidades, promovendo uma "educação escolar realmente diferenciada e voltada para os projetos de vida específicos das comunidades indígenas" (LIMA, 2017, p. 164).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Entretanto, o Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, ao longo do tempo, implantou novos cursos, entre eles o bacharelado em Gestão Territorial Indígena e também em Gestão em Saúde Coletiva. Essas conquistas só foram possíveis graças à implementação de políticas públicas voltadas às necessidades das comunidades indígenas de Roraima.

CONCLUSÃO

Quando optei pela realização de uma pesquisa que abordaria a Teoria da Atividade aplicada na prática, pelo Método Indutivo, sob a forma dos calendários socionaturais das comunidades indígenas roraimenses, tinha em mente uma análise dos trabalhos dos alunos do Instituto Insikiran, de forma que, não haveria demanda de envolvimento com a temática escolhida, apesar das minhas raízes indígenas. Contudo, percebi-me cada dia mais interessada em aprofundar meus conhecimentos nessa área, devido a riqueza de informações que esta oferece.

A cultura indígena é real, dinâmica, viva e tem seus próprios direcionamentos e propósitos. Mesmo diante dos desafios e da opressão massificante e violenta que sofreu ao longo do tempo, sobreviveu e manteve sua essência. Enfrenta hoje, é bem verdade, outros desafios e entraves que se opõem aos seus direitos sofridamente adquiridos.

Nesse sentido, resistem bravamente, reunidos em pequenas comunidades espalhadas pelo território roraimense. Resistem às legislações que preconizam descaso e que lhes tomam o que lhes pertence há gerações, impondo-lhes tecnologias e normativas das quais não necessitam.

Essas comunidades sobrevivem passando seus saberes através das gerações, pelo entendimento das plantas, pelo conhecimento dos movimentos dos astros, pela força do trabalho, por sua relação de coexistência e respeito pelos seres vivos e pela natureza da qual orgulhosamente fazem parte.

Para mim, foi extremamente gratificante resgatar essas informações, formando um compilado de características que me possibilitou vislumbrar o cenário da cultura e da valorização da identidade dos povos indígenas do século XXI.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Quero aqui registrar o meu respeito ao Mestre Maxim Repetto, pela coragem de implantar e incentivar as pesquisas voltadas aos povos indígenas, de direcionar os olhares dos alunos do Instituto Insikiran para que percebam a importância da cultura, do conhecimento e da valorização dos povos e comunidades indígenas roraimenses. Ademais, quero registrar minha admiração pelos alunos do Instituto Insikiran, autores dos trabalhos que me serviram de fundamentação de análise, pela entrega que tiveram ao buscar os conhecimentos nas comunidades, sistematizá-los e trazê-los a público de forma acessível, agregando valor e respeito à essas comunidades e suas vivências.

Também, é preciso pontuar acerca do Calendário Socionatural, método que não se originou no Brasil, mas que aqui encontrou espaço e adequou-se aos trabalhos de investigação científica, elevando-os a um patamar de pesquisas e reconhecimento na comunidade acadêmica. Esse método, além de representar um resumo da relação entre a natureza e as rotinas das atividades nas comunidades, representa um reflexo da própria identidade desses povos, traduzindo suas crenças e hábitos, experiências e expectativas para si e para o ecossistema no qual estão inseridos.

Por fim, trago a intenção em aprofundar-me mais, em um futuro próximo, na temática que abordei; dessa vez, objetivando ir a campo e levar minha pesquisa de uma abordagem teórica para uma abordagem prática, por meio da imersão cultural e da vivência nas comunidades indígenas.

Sem mais, encerro minhas considerações esperando ter elucidado eventuais questões que surgiram no processo e/ou por mim levantadas, esperando servir como recurso informativo ou de inspiração para trabalhos futuros que tenham objetivos similares aos meus e querem enaltecer a cultura e as comunidades dos povos indígenas de Roraima.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. A. dos S. (Orgs**.). Educação indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização**. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 223-244. 2012.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

BERGAMASCHI, M. A.; MEDEIROS, J. S. **História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola kaigang.** *In:* Revista Brasileira de História, v. 30, n. 60, 2010.

BERTELY BUSQUETS, M.; SARTORELLO, S. C.; ARCOS VAZQUEZ F. **Monitoramento, assistência e controle etno-político: Educação Intercultural de rede indutiva**. Desacatos, México, n. 48, p. 32 - 49, agosto de 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p.

BRASIL. **MEC - Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**/ ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. –Brasília: MEC/SEF, 1998

CARVALHO, F. A.; FERNANDES, M. L.; REPETTO, M.. (Org.) **Projeto Político – Pedagógico da Licenciatura Intercultural/Núcleo Insikiran. UFRR**. –Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

D`ANGELIS, V., 1957.**Aprisionando Sonhos: a educação escolar indígena no Brasil-Campinas**, SP: Curt Nimuendajú, 2012.

DUARTE, Gleuso Damasceno. **Coleção de jornais para o nosso tempo.** Belo Horizonte: Lê, 2002.

FERREIRA, M. K. L. **A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil**. In: antropologia história e educação: a questão indígena na escola.Aracy Lopes da Silva e Mariana Kawall Leal Ferreira (orgs). 3ª edição –São Paulo: global, 2009

FEITOSA, Saulo Ferreira. **O processo de territorialização epistemológica da bioética de intervenção: por uma prática bioética libertadora.** Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências da Saúde. Cátedra Unesco de Bioética. Programa de Pós-Graduação em Bioética. UNB. Brasília. 2015.

GASCHE, J. **Niños, Maestros, Comuneros y Escritos Antropológicos como Fuentes de Contenidos Indígenas Escolares y la Actividad como Punto de Partida de los Procesos Pedagógicos Interculturales: Un Modelo Sintáctico De Cultura. In: Educando en la Diversidad. Investigaciones y experiencias educativas interculturales y bilingües**. Coordenadores: María Bertely; Jorge Gasché; Rossana Podestá. Ecuador: Abya-Yala/CIESAS/IIAP, 2008. (279-365)

GASCHÉ, Jorge Suess. **Éxitos y fracasos de una propuesta educativa basada sobre el "Método Inductivo Intercultural" e implementada en el Perú, México y el Brasil.** ISEES, n. 13, p. 17-31, jul./dez. 2013.

GASCHÉ, J. . VELA MENDOZA, N. **Sociedad Bosquesina**. Ensayo de antropologia rural amazónica, acompanhado de uma critica y propuesta alternativa de proyectos de dessarrollo. Iquitos, Peru: Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana(IIAP); Lima, Peru: Consorcio de Investigaciones Económicas y Sociales(CIES); Japón: Center for Integrated Area Studies, Kyoto University(CIAS);2012

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). **As Leis e a educação escolar indígena: Programa em Ação de Educação Escolar Indígena.** 2ª ed. Brasília: MEC/SEF, 2005.

HORÁCIO. A. A. A. **FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DO POVO TAUREPANG COM PINTURAS CORPORAIS NA COMUNIDADE BOCA DA MATA.** Trabalho apresentado como requisito para a Conclusão do Curso de licenciatura intercultural na área habilitação de ciências sociais, do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima.2017.

LIMA, V. da S. **O calendário cultural e a teoria da atividade na educação escolar indígena: Fazer xarope para doenças respiratórias na comunidade Pedra Preta, T.I. Raposa Serra do Sol**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Licenciatura Intercultural, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR, Ano 2014.

LIMA, A. S. **Licenciatura Intercultural Indígena da UEPA: Saberes Matemáticos e Prática Pedagógica.** 2017. Dissertação (Mestrado Educação em Ciências e Matemáticas) – Universidade Federal do Pará, Pará. 2017

LIMA, K. E. F. de. **Docência nos anos iniciais do ensino fundamental: primeiras experiências profissionais.** 61 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

PEREIRA, E. **Roraima: um Estado de violência institucionalizada**.In: RICARDO, Carlos Alberto(Ed.).Povos Indígenas No Brasil: 1991-1995.São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 166-168.

PEREIRA, D. S. FRANCO. H. R. **História e memória da educação indígena: um estudo do processo de escolarização dos WASSU – COCAL em Alagoas.** Anais...VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", São Cristóvão – SE, set. 2010.

RAMOS, L. Da S**. Processos Social de Formação da Mulher Indígena e a Construção de Propostas Curriculares para a Escola na Comunidade Indígena Araçá da Serra / T. I. Raposa Serra do Sol.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, 2013

REPETTO, M**. Educación escolar indígena em Roraima, Amazonas brasileño: del conflicto intercultural a la construcción de propuestas educativas**. REVISTA ISEES. Inclusión Social y Equidad en la Educación Superior. Santiago, Chile: Julio –diciembre, 2018.

SIEMS E MARCONDES. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n67/1413-2478-rbedu-21-67-0963.pdf>. Acessado em 20 de abril de 2019.

SILVA, A. R. da. **Concepções e práticas de educação escolar indígena: institucionalidade, estado da arte e escolarização dos Tikuna no Alto Solimões-AM.** 270 f. Tese. (Doutorado em Sociedade e Cultura da Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SILVA, Francinete Pereira da. **Educação Escolar Indígena: Espaço de Fronteira e de Possibilidades.** Revista Científica FAEST, Tangará da Serra, v. 6, n. 1, p. 57-63, 2018.

SILVA, J. P. **Proposta educativa intercultural para o ensino das ciências da natureza baseada no calendário socionatural da Comunidade Mangueira.** Trabalho

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

apresentado como requisito para conclusão do Curso de Licenciatura Intercultural, do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR, na área de habilitação de Ciências da Natureza (CN). 2017.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarac; SOUZA, Adria Simone Duarte de; BETTIOL, Célia Aparecida. **A Educação Escolar Indígena no Brasil:** Uma Análise Crítica a partir da Conjuntura dos 20 Anos de LDB. Artigo apresentado na POIÉSIS – Revista do Programa de Pós graduação em Educação- Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Santa Catarina, p. 58-75, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na idade Escolar**. In: Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2009.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO III

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O TRANSTORNO DISCALCULIA

Aldo Alves de Melo[5]; Francisca de Fátima Ribeiro[6];
Rogéria Rúbia Lima da Silva[7]; Francisca Maria de Farias Martins[8];
Maria da Conceição dos Santos Leandro[9].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-03

RESUMO: A Discalculia não é bastante conhecida pelos docentes, pais e responsáveis, consequentemente, existem muitos poucos estudos e pesquisas sobre o tema. Em torno de 1940, houveram os primeiros estudos de crianças que possuíam danos neuronais no cérebro, dos quais foram pesquisados por dois cientistas, Alfred Strauss e Heins Werner, que iniciaram investigações com indivíduos que apresentavam lesões cerebrais, que resultou na revelação de que existem duas distinções deste atrasamento. O presente artigo busca objetivamente discutir a necessidade de entender e refletir sobre a importância de conhecer, identificar e aprender a trabalhar com os alunos em fase escolar com o transtorno, visando ampliar as discussões e aprofundar conhecimentos sobre os aspectos que causam a não aprendizagem na área de matemática, assim como possibilidades de intervenção pedagógica. Servindo assim, todas as discussões sobre este transtorno, como um ampliador, agente disseminador de entendimento da importância de entender e de busca de soluções que possam servir de auxílio para a sociedade e seus indivíduos, poderá subsidiar futuras pesquisas, sendo esse um assunto ainda pouco discutido, vê a necessidade de empenhamento não somente por parte dos professores, mas sim, de todos os atores sociais envolvidos diretamente ou indireto no aprendizado e seus procedimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Discalculia. Matemática. Distúrbio. Dificuldade.

A BRIEF REFLECTION ABOUT DYSCALCULIA DISORDER

5 Graduado em Ciências Biológicas – IFRN. Pós-graduação em: Especialização em Ensino de Ciências Naturais e Matemática; Especialização em Mídias na Educação; Especialização em Metodologia do Ensino de Biologia e Química; Mestrando em Mestrado em Ciências da Educação da Word Ecumenal University. Professor efetivo da Educação Básica. Lattes: https://lattes.cnpq.br/8792926279215740. E-mail: aamel7@gmail.com

6 Graduação em Pedagogia – UFRN. Especialização em Metodologia do Ensino em Educação Básica – FIP. Especialização em Docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais - FAVENI (2021). Especialização em Educação Infantil - FAVENI. Mestrado em Ciências da Educação pela World Ecumenical University. Professora da Educação Básica na cidade de Pendências/RN e Alto do Rodrigues. E-mail: fatinha71ribeiro@gmail.com

7 Graduação em pedagogia – UFRN. Especialização em Educação Ambiental – UERN. Mestranda em Ciências da Educação pela Word Ecumênical University. Professora da Educação Básica na cidade de Macau- RN. E-mail: rogeriarubia@gmail.com

8 Graduação em Letras - UFRN. Especialização em Educação de Jovens e Adultos – UFRN. Graduada em Pedagogia – FAEL. Especialização em Gestão pública – FAEL. Especialização em Neuropsicopedagogia – Faculminas. Mestrando do curso em Ciências da Educação da Word Ecumenal University. Professora aposentada - Prefeitura de Natal. Professora da Rede Estadual - RN. Coordenadora Administrativa e Financeira da 6ª Direc - (Diretoria Regional de Educação e Cultura Macau-RN. E-mail: franmartin@bol.com.br

9 Graduada em Letras – UERN. Pós-Graduação em LIBRAS - ISEP; Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - Faculdade Futura; Ensino de Língua Portuguesa - FAVENI; EJA - Educação de Jovens e Adultos pela Faculdade - FAVENI (2020); Mestranda em Ciências da Educação pelo World Ecumenical University. Professora da Educação Básica no município de Guamaré/RN. E-mail: ceycysantos@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

ABSTRACT: Dyscalculia is not well known by teachers, parents and guardians, consequently, there are very few studies and research on the subject. Around 1940, there were the first studies of children who had neuronal damage in the brain, which were researched by two scientists, Alfred Strauss and Heins Werner, who started investigations with individuals who had brain damage, which resulted in the revelation that there are two distinctions from this delay. This article objectively seeks to discuss the need to understand and reflect on the importance of knowing, identifying and learning to work with students in school age with the disorder, aiming to broaden discussions and deepen knowledge about the aspects that cause non-learning in the area. of mathematics, as well as possibilities of pedagogical intervention. Thus, all discussions about this disorder, as an enlarger, disseminator agent of understanding of the importance of understanding and searching for solutions that can help society and its individuals, will be able to subsidize future research, which is a subject still little known. discussed, sees the need for commitment not only on the part of teachers, but of all social actors directly or indirectly involved in learning and its procedures.
KEYWORDS: Dyscalculia. Math. Disturb. Difficulty.

INTRODUÇÃO

Provavelmente através das relações da espécie humana com a natureza, gerou-se a matemática. Seja pela necessidade de medir distância entre determinados locais abastecidos de recursos diferentes, na pré-história, seja para fugir de predadores.

Desde o mundo ocidental, como explica a historiadora Bezerra (2022), a matemática teve seu desenvolvimento nas eras imperiais babilônicas e o antigo Egito, a partir de 3500 a.C.

Desde este tempo e até os dias atuais, a matemática tornou-se uma grande e poderosa ferramenta para o ser humano, auxiliando-o em seu convívio social, pessoal e intelectual, devido ao seu cotidiano sempre estar sendo necessário realizar cálculos diariamente. Como exemplificação, temos a contagem de seus estoques de alimentos, bens, do tempo de iniciar e terminar determinada tarefa e serviço, entre outros. Percebemos assim, de que, o pensamento matemático é solicitado constantemente, desde o homem antigo até ao moderno.

Atualmente, nas escolas contemporâneas, são observados uma quantidade significativa de discentes que possuem necessidades de aprendizagem das problematizações matemáticas e habilidades para calcular. Revelando assim, uma necessidade de identificar e classificar os alunos que não conseguem se desenvolver,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

conhecer melhor os presumíveis transtornos e buscar soluções para que estes problemas não afetem o aprendizado na idade escolar.

Conforme o autor Garcia (1998, apud PERETTI; ZAGO, 2009, p. 7), ele explica que tudo isto pode estar relacionado à Discalculia, “um transtorno de aprendizagem causado por má-formação neurológica que se manifesta como uma dificuldade da criança para realizar operações matemáticas”.

Em torno de 1940, houveram uns primeiros estudos de crianças que possuíam danos neuronais no cérebro, dos quais foram pesquisados por dois cientistas, Alfred Strauss e Heins Werner, que iniciaram investigações com crianças que apresentavam lesões cerebrais, que resultou na revelação de que existem duas distinções deste atrasamento, “[...] deficientes mentais endógenos (indicando uma deficiência mental devido a fatores familiares) e deficientes mentais exógenos (indicando uma deficiência mental devido a déficits neurológicos”, (FONSECA, 1995, p. 13; apud PASSOS, 2011, p. 62). Estes autores esclarecem que é necessário considerar que não devemos contextualizar os transtornos mentais de formas homogêneas, mas de amplos aspectos, níveis e características, e que devemos diferenciar as deficiências de aprendizagem.

A Discalculia não é bastante conhecida pelos docentes, pais e responsáveis, consequentemente, existem muitos poucos estudos e pesquisas sobre o tema, onde que, por muitas vezes as crianças são diagnosticadas tardiamente, podendo assim ocasionar uma dificuldade maior ainda em identificar, caracterizar e realizar os devidos atendimentos que se forem necessários.

Com isso, este trabalho busca objetivamente discutir a necessidade de entender e refletir sobre a importância de conhecer, identificar e aprender a trabalhar com os alunos em fase escolar com o transtorno da Discalculia. Abordando os prováveis motivos de tantos desconhecer ela, a necessidade de buscar conhecimento deste assunto, como também, incentivar a criação de estratégias de ensino, trazendo vários exemplos de ações desenvolvidas, para que sejam feitos os acolhimentos, atendimentos e a equidade de conseguir restabelecer o Direito de todos à educação universal.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

DIFICULDADES DE CONHECER OU PERCEBER A DISCALCULIA

A Discalculia é um transtorno de aprendizagem em assimilar conceitos matemáticos, o portador desta dificuldade apresenta um baixo nível no desempenho nas atividades que envolvem as habilidades aritméticas. Os primeiros sinais de Discalculia surgem na faixa etária entre 4 a 6 anos, justamente quando a criança está aprendendo os números e apresentam dificuldade em compreender noções básicas de matemática, como: contar especificamente de trás para a frente; não conseguir relacionar o número com a palavra que corresponde ao seu som; mostra-se com problema em assimilar conceitos sobre maior ou menor, curto e longo, alto e baixo; inabilidade ou pouca habilidade para entender e desenvolver o raciocínio lógico, dentre outros. Assim, Farrell (2008) ressalta que:

> Discalculia é uma condição que afeta a capacidade de adquirir habilidades matemáticas. (…) Mesmo que produzam a resposta correta ou usem o método correto, eles fazem isso mecanicamente e sem confiança (FARRELL, 2008, p. 73).

Nesta perspectiva, compreendemos que a Discalculia é um impedimento que afeta a aquisição das habilidades da área da matemática e mesmo reproduzindo a resposta correta, como também tendo a metodologia adequada, o processo torna-se mecanizado e inconfiável.

Obviamente, qualquer pessoa pode vir a apresentar um transtorno de aprendizagem e se tratando de Discalculia, alguns fatores são notórios, principalmente quando se é criança, pois é a fase inicial de compreender e perceber o mundo à sua volta.

É neste contexto que as aptidões serão construídas, assimiladas, desenvolvidas e um dos caminhos para serem abordadas, colocadas em prática é a escola. E o ingresso à escola se torna um dos fatores essenciais para a descoberta deste transtorno, pois o espaço escolar é um amplo caminho para de fato perceber e detectar se o aluno tem características que sofre de Discalculia, assim como também outros déficits que comprometem a aprendizagem do alunado.

Nota-se que a Discalculia pode ser observada desde muito cedo, porém os sintomas são distinguidos de pessoa para pessoa e fica mais em evidência quando a criança ingressa no ambiente escolar.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA ALUNOS QUE SOFREM DE DISCALCULIA

Percebe-se que alguns alunos apresentam dificuldades, principalmente, com relação aos procedimentos lógicos matemáticos, observados no dia a dia escolar. Esse aspecto é um de vários dos maiores problemas que o alunado enfrenta, assim como, pelos professores que se angustiam com as diversas estratégias metodológicas, que muitas vezes não apresentam resultados esperados.

Essas dificuldades, podem ser a não compreensão da metodologia, falta de interesse, falta de um acompanhamento individual, focando nas dificuldades apresentadas, assim como também, por estar relacionada a uma não construção morfológica neuronal que provavelmente estimula em problemas no aprendizado que acometera e dificultar o aprendizado dos alunos relacionados a números, como: contar, medir, como realizar questões matemáticas, classificar números, objetos de conhecimento e aplicar a operações matemáticas, no seu cotidiano e , principalmente em compreender e resolver situações-problemas nas atividades escolares (DIAS et al., 2013, p. 94).

Esse transtorno, chamado discalculia, vem se mostrando muito presente nas salas de aulas. Porém, se faz necessário um diagnóstico para assim verificar se realmente o aluno apresenta essa má formação neurológica, a fim de que a escola possa possibilitar alternativas visando a aprendizagem.

Nessa perspectiva, percebe-se que existem poucos estudos a respeito da discalculia, portanto, é necessário um olhar cuidadoso e bastante pesquisa para somar esforços para compreender, e garantir que os alunos com esse distúrbio, possam adquirir êxitos ao realizarem operações matemáticas, assim como também apropriarem de conceitos necessários para as suas atividades normais do seu cotidiano “noção de tempo, hora, trajetos, valores monetários, etc.”, conforme Bernard e Stobäus descrevem (2011, p. 53).

A autora Silveira (2018), explica que, devidamente assistidas as crianças com Discalculia, existem melhorias alcançáveis para a vida destes jovens. Ela também traz estratégias e métodos que podem intervir, citando os principais que são:

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> • Explicar o diagnóstico à criança e desmistificar a situação; • Reforçar, periodicamente, as noções básicas trabalhadas; • Evitar dar os conceitos de modo muito abstrato no início da aprendizagem; • Fornecer exemplos da vida real para a utilização de determinado procedimento matemático (número de gols num jogo de futebol, canais de televisão mais vistos...); • Encorajar a utilização de material concreto (botões, feijões, dedos) para facilitar a compreensão das operações e conceitos matemáticos (por exemplo, manipular um cubo quando estão a dar os sólidos geométricos); • Usar esquemas e diagramas para compreender os conceitos matemáticos e "desmontar" as situações problemáticas; • Sugerir a utilização de papel quadriculado para facilitar a organização na folha; • Utilizar "músicas e lengalengas" que facilitem a aprendizagem; 47 • Usar mnemônicas para aprender os passos necessários à resolução de determinada operação; • Pedir à criança que pense em voz alta os passos a serem tomados por forma a facilitar a memorização de todo o processo; • Caso se revele necessário, incentivar a utilização de lápis coloridos para a diferenciação das operações a realizar; • Permitir que utilize uma "cábula" da tabuada como recurso em situações em que ainda não tenha conseguido memorizar a tabuada. • Incentivar a repetição na medida em que o treino sistemático é fundamental para conseguir a automatização e a compreensão de determinada tarefa (SILVEIRA, 2018, p. 46)

Percebe-se desta forma, que são necessários estudos objetivando proposições que estimulem atividades reflexivas, dentre várias outras ações, em detrimento da Discalculia, almejando ampliar as discussões e aprofundamentos sobre os aspectos que ocasionam a não aprendizagem na área de matemática, assim como possibilidades de intervenção pedagógica.

Poderá ser observado os casos e identificando desde a pré-escola, o que poderá ser observado quando não estão alcançando as devidas "competências de matemática", como o autor Kaufmann explique "que a capacidade de identificar quantidades prediz a capacidade aritmética aos 10 anos de idade" (2012, Apud SILVEIRA, 2018, p. 46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este trabalho, auxilie na busca de compreender mais sobre a Discalculia, um tema que pode ainda ser pouco abordado nos cursos formadores de professores, como nos cursos de Licenciatura Plena em Matemática. É um grande desafio ainda identificar e fazer as devidas intervenções necessárias na aprendizagem dos alunos quando não se tem um domínio teórico sobre essas necessidades relacionadas aos distúrbios de aprendizagem.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Geralmente a dificuldade em aprender matemática pode ter diversas causas, a busca por um diagnóstico efetivo para qualquer que seja a dificuldade de aprendizagem só é possível com o apoio de profissionais que sejam especialistas em temas para as questões da educação.

Uma vez diagnosticado não significa dizer que este aluno será incapaz de aprender matemática, ou que não vai ser capaz de conseguir ser acolhido na sociedade por causa desta dificuldade, existindo uma necessidade ter atenção ao diagnosticar e tratar essa dificuldade a fim de que o alunado com Discalculia tenha condições adequadas para se desenvolver como os demais discente no seu nível escolar.

Servindo assim, todas as discussões sobre este transtorno, como um ampliador, agente disseminador de entendimento da importância de entender e de busca de soluções que possam servir de auxílio para a sociedade e seus indivíduos, poderá subsidiar futuras pesquisas, sendo esse um assunto ainda pouco discutido, vê a necessidade de empenhamento não somente por parte dos professores, mas sim, de todos atores sociais envolvidos diretamente ou indireto no aprendizado e seus procedimentos, porque para que exista uma identificação mais cedo da Discalculia, o educador em sala de aula, possa fazer as devidas intervenções pedagógicas em sala de aula faz necessário ter uma investigação da situação do aluno.

O presente trabalho pode proporcionar significativas contribuições, uma vez que, por meio desse, gera questionamentos diversos, entre outros, como o de desconhecimento por grande parte dos professores sobre esta temática que está em questão. Objetivamos que esta seja mais uma possibilidade para futuras pesquisas referentes ao Transtorno de Discalculia e outros transtornos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Julia. **História da matemática.** Toda matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/historia-da-matematica/>. Acesso em: 28/04/20222.

BERNARDI, Jussara; STOBÄUS, Claus Dieter. **Discalculia:** conhecer para incluir. Revista Educação Especial, v. 1, n. 1, p. 47-59, 2011.

DIAS, Michelle de Almeida Horsae; PEREIRA, Mônica Medeiros de Britto; VAN BORSEL, Jonh. **Avaliação do conhecimento sobre a discalculia entre educadores.** Audiology-Communication Research, v. 18, p. 93-100, 2013.

FARRELL, Michael. **Dislexia e outras dificuldades de aprendizagem específicas**. Guia do professor; tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GARCIÁ, Jesus Nicasio. **Manual de dificuldades de Aprendizagem: linguagem, leitura,escrita e matemática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

PASSOS, Adriana Quimentão et al. Dificuldade de aprendizagem em matemática: discalculia. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, v. 12, n. 1, 2011.

PERETTI, Lisiane; ZAGO, Adriane. Discalculia–transtorno de aprendizagem. **Monografia-Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Erechim: URI**, 2009.

SILVEIRA, Cristiane dos Passos. **Discalculia:** superação das dificuldades de ensino e de aprendizagem. Matemática-Tubarão, 2018.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO IV

TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes[10]; Francisca Tamires Medeiros da Silva Leandro[11]; Aurineide da Silva Pimentel[12]; Diôgo Hermógenes da Silva Moreira[13]; Mikarla de Sousa Silva do Vale[14]; Leonardo Lima da Silva[15]; Izaura Passos de Oliveira Silva[16]; Janicleide Fernandes Alves[17].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-04

RESUMO: Atualmente é possível perceber o quanto as tecnologias estão diretamente ligadas à comunicação, aprendizagem e a realização de diversas tarefas do cotidiano, por isso acredita-se que seu uso na prática pedagógica vem a contribuir significativamente com o ensino-aprendizagem, além de integrar a escola neste constante processo de transformação social vivido nos últimos anos. Por isso, os elementos tecnológicos são extremamente benéficos para os discentes que apresentam limitações físicas ou intelectuais, já que trazem autonomia para que executem as suas atividades. A presente pesquisa tem como objetivo conhecer quais os benefícios do uso da tecnologia na Educação Especial. Dentre as importantes mudanças que a escola e o professor precisam incorporar na atualidade, destaca-se a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, que constituem um diversificado conjunto de recursos tecnológicos. Conclui-se que se as tecnologias têm muito a oferecer aos estudantes de um modo geral, ainda mais elas têm a contribuir para as pessoas com necessidades educacionais especiais, sendo seu emprego, nesse caso, uma questão não só pertinente, mas vital para o processo de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia. Educação Infantil. Educação Especial. Práticas pedagógicas.

10Pós-Graduada em Mídias na Educação (UERN). Docente no Município de Macau/RN. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9198-6746. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5956672837215695. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com.

11 Graduada em Letras - Língua Portuguesa - UERN. Pós-graduada em Psicopedagia Clínica e Institucional -ISEP. Graduação em Pedagogia (cursando) - Centro Universitário Dom Bosco. Professora da educação básica no município de Macau/RN. E-mail: tamymedeiros28@gmail.com

12 Pedagoga. Professora da Educação básica. E-mail: aurineide.pimentel@hotmail.com

13 Graduado em pedagogia – Faex. Pós-graduado em música - Faveni. Pós-graduação em educação infantil e anos iniciais (cursando) - Faveni. Professora no município de Guamaré/RN e Jandaíra/RN. E-mail: diogojupd@gmail.com

14 Graduada em pedagogia – UVA. Pós-graduação em Educação Infantil e Ensino Fundamental – FMB. Pós-graduação em Educação Infantil e Práticas Pedagógicas – FETREMIS. Pós-graduação em Psicopedagogia e em Educação Especial e Inclusiva - Faculdade do Vale Elvira Dayrell. Professora da educação básica. E-mail: mikarladesouza07@gmail.com

15 Doutorando em Ciências da Educação (CECAP). Docente. E-mail: leonardollslima@hotmail.com

16 Graduação Normal superior. Pós-graduação em Psicopedagogia – IFRN. Professora no município de Guamaré/RN. E-mail: izaurapassos@yahoo.com.br

17 Graduação em pedagogia – IESM. Pós-graduação em Educação Infantil e Ensino Fundamental I - FMB. Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Especial - Faveni. Mestrado em Ciências da Educação - faculdade world University Ecumenical. Professora do município de Alto do Rodrigues/RN e Carnaubais/RN. E-mail: janicleidefernandes02@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

TECHNOLOGY AND EDUCATION: NEW PEDAGOGIC PRACTICES FOR DEVELOPMENT IN CHILDHOOD EDUCATION AND SPECIAL EDUCATION

ABSTRACT: Currently, it is possible to perceive how technologies are directly linked to communication, learning and the performance of various daily tasks, so it is believed that their use in pedagogical practice significantly contributes to teaching-learning, in addition to integrating the school in this constant process of social transformation experienced in recent years. Therefore, technological elements are extremely beneficial for students who have physical or intellectual limitations, as they provide autonomy to carry out their activities. This research aims to know the benefits of using technology in Special Education. Among the important changes that the school and the teacher need to incorporate nowadays, the use of Information and Communication Technologies - ICT, which constitute a diversified set of technological resources, stands out. It is concluded that if technologies have a lot to offer students in general, they have even more to contribute to people with special educational needs, and their use, in this case, is not only relevant, but vital for the process. education.
KEYWORDS: Technology. Child education. Special education. Pedagogical practices.

INTRODUÇÃO

O contexto educacional atual nos instiga a vivenciar inúmeros desafios, sobretudo diante das novas possibilidades de aprender e ensinar no século XXI. O perfil do alunato mudou radicalmente ao longo dos últimos anos, com isso surgiu a necessidade de apropriação de novas metodologias, apoiadas em recursos tecnológicos com intencionalidade pedagógica, tornando-se essencial a incorporação de novas ferramentas para o desenvolvimento de inovações significativas na forma de aprender e ensinar.

Com base no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005 de 2014, a meta é de que haja a inclusão de todas as pessoas de 4 a 17 anos que sejam portadoras de necessidades especiais até 2024. A tecnologia é uma grande aliada para que essa meta seja atingida. Por meio da utilização de tecnologias inclusivas aliada à capacitação dos educadores, a educação poderá, finalmente, alcançar a todos sem qualquer tipo de restrição.

Atualmente, o uso da tecnologia na educação especial contribui para que muitas pessoas portadoras de necessidades especiais ganhem independência em muitas áreas. Há inúmeros recursos tecnológicos disponíveis e que atendem às diferentes necessidades.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Isso permite que eles possam ser utilizados na escola como um aliado à educação inclusiva.

O uso de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem representa a criação de novas possibilidade nas práticas pedagógicas. Assim, cabe ao professor enquanto mediador desse processo, orientar o educando no sentido de transformar as informações obtidas a partir dessas tecnologias em conhecimento e aprendizagem. Assim, é possível ampliar a visão de educar para além do tradicional uso do quadro negro/branco, aproveitando as possibilidades que as tecnologias oferecem em prol de conquistar uma educação mais significativa e de melhor qualidade.

Metodologias inovadoras estão cada vez mais em pauta em debates educacionais de todas as áreas e, no que diz respeitos às Metodologias Ativas, muitos professores já incorporam em suas práticas pedagógicas atividades que, em maior ou menor proporção, têm base nos fundamentos dos Métodos Ativos, mesmo sem conhecê-los do ponto de vista teórico e metodológico.

Como apontado por Rojo (2012, p. 116), a tecnologia de informação e comunicação envolve a sociedade quando “surgem novas formas de ser, de se comportar, de discursar, de se relacionar, de se informar, de aprender. Novos tempos, novas tecnologias; novos textos, novas linguagens”. O surgimento da cultura digital e a utilização de dispositivos como laptop, celulares, smartphones e tablets, juntamente com a internet sem fio modificou o significado da aprendizagem móvel e permitiu reconfigurar toda a didática educacional.

Percebe-se ainda que o uso inadequado de ferramentas no processo de ensino-aprendizagem pode proporcionar uma mera reprodução de métodos antigos por meio de recursos novos, uma espécie de atualização do modelo tradicional. Entretanto, a mudança desse enfoque só pode acontecer se, enquanto educadores, entendermos o nosso papel como mediador no processo de ensino e aprendizagem (VASCONCELOS, 2012).

Com base nas afirmações supracitadas, o presente estudo foi iniciado nesta peculiar relação entre a tecnologia e a educação especial, e no seguinte problema de pesquisa: Quais os benefícios do uso da tecnologia na Educação Especial? Visando responder aos objetivos propostos essa pesquisa se insere no estudo de novas relações

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

entre a tecnologia e a sociedade, em abordagens mais significativas e não apenas restritas a técnicas e equipamentos, bens de consumo, produção e acumulação de capital.

O impacto das tecnologias sobre as relações humanas é notório na atualidade, contudo muitos sistemas educacionais mostram dificuldades de acompanhar o ritmo dessas transformações. Por tanto, faz-se necessário entender e preconizar a descentralização da produção do conhecimento a partir de um ensino-aprendizagem colaborativo e mediado pelo uso das novas tecnologias e baseado em metodologias ativas utilizadas como recursos pedagógicos pelos docentes.

Na atualidade, as metodologias exigem que os profissionais atuem integrando o ensino com as tecnologias, visto que estas têm se renovado em um ritmo cada vez mais acelerado. Para isso, é fundamental não somente conhecer os recursos disponíveis, mas saber como estruturar as atividades e estratégias pedagógicas para atingir os objetivos definidos. Recriar, refazer, recompor, reformular e reelaborar são palavras que fazem parte da prática docente na atualidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Não é novidade que a melhor forma de conduzir o ensino-aprendizagem é mediante a participação ativa de todos os envolvidos nesse processo, principalmente os próprios educandos. Tendo como objetivo promover uma formação crítica e significativa dos alunos, é necessário primeiramente uma compreensão do perfil geracional dos estudantes, para assim, poder adequar ferramentas como linguagem, metodologias, didáticas e formas de ensino que possibilitem aos educandos atuarem como protagonistas nesse processo.

Diante das revoluções tecnológicas ocorridas nas últimas décadas, é fundamental promover um ensino capaz de integrar os conteúdos e as novas tecnologias de forma dinâmica e eficaz, aumentando a cooperação entre as partes e a busca pelo conhecimento, possibilitando a construção de novos saberes e o desenvolvimento de novas habilidades.

Em tempos de avanços tecnológicos cada vez mais acelerados e de ampliação do acesso à informação, demanda-se um maior investimento por parte dos docentes,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

objetivando inovar rumo a efetivação de um ensino-aprendizagem verdadeiramente significativo.

Baseando-se nesta perspectiva, Moraes (2002, p. 08) respalda:

> O simples acesso à tecnologia em si não é o mais importante. O computador por si só não provoca as mudanças desejadas. O importante é saber usar essas ferramentas para a criação de novos ambientes de aprendizagem que estimulem a interatividade, que desenvolvam a capacidade de formular e resolver questões, a busca de informações contextualizadas associadas às novas dinâmicas sociais de aprendizagem e a ampliação dos graus de liberdade de uma comunidade escolar [...].

Contudo, a apropriação das tecnologias nas escolas também deve ser compreendida também quanto a sua não neutralidade, e que somente a adoção de computadores nas escolas não modifica a educação. Desta forma, mesmo que a tecnologia tenha um papel de destaque, um ambiente educacional efetivo exige muito mais que apenas um computador.

Diante dessa nova realidade do saber e do conhecimento veloz, provisório, dinâmico, o professor precisa redefinir o seu papel, rever seus paradigmas de aprendizagem e ensino, rever sua postura diante da realidade que o circunda e buscar novas alternativas para entrar em sintonia com o mundo contemporâneo que aí está e que exige dele uma redefinição da sua identidade profissional.

A adoção das TIC nas escolas não garante aprendizado. Isso vai depender de como esta tecnologia é utilizada pelos sujeitos docentes e discentes. Neste sentido, quando se trata de tecnologias na educação, [...] há uma tendência dos professores se referirem somente ao recurso computador e suas ferramentas. No entanto, tecnologias na educação são todos artefatos que fazem parte da realidade de muitas escolas do nosso país e, que são utilizados no processo ensino e aprendizagem (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2006, p. 14).

A recontextualização de metodologias educativas que objetivam colocar os estudantes no centro do processo de construção de saberes, as chamadas Metodologias Ativas, multiplicam suas potencialidades quando aliadas às tecnologias digitais.

> Metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida. As metodologias ativas, num mundo conectado e digital, expressam-se por meio de modelos de ensino com muitas possíveis

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> combinações. A junção de metodologias ativas com modelos flexíveis e híbridos traz contribuições importantes para o desenho de soluções atuais para os aprendizes de hoje (BACICH; MORAN, 2018, p. 4).

A combinação facilitada pela ampliação do acesso à internet consiste em integrar as aulas presenciais e as tecnologias educacionais disponíveis para o ensino-aprendizagem à ação colaborativa entre estudantes e professores na produção do conhecimento. A transferência de conteúdos que o docente tradicionalmente realiza, agora, dá-se não mais apenas pelos professores ou apenas sob indicação direta destes por um único material específico. Os alunos estudam em diferentes situações e ambientes. A escola, enquanto espaço físico, torna-se o lugar da troca de conhecimentos mais do que da aquisição destes, apenas.

Moran (2015, p. 19) afirma que, "nas Metodologias Ativas de aprendizagem, o aprendizado se dá a partir de problemas e situações reais; os mesmos que os alunos vivenciarão depois na vida profissional, de forma antecipada". Sendo assim, as propostas apresentam-se com situações reais ou simuladas para estimular a 25 aprendizagem e possibilitar a interligação entre as ambiências escolares e cotidianas de forma mais evidente.

Refletir e repensar o processo de ensino-aprendizagem se faz uma constante para todos que zelam por uma educação transformadora e buscam a superação da abordagem tradicional verticalizada e centrada na figura docente. Para tanto, é essencial que os estudantes sejam protagonistas não apenas do consumo de tecnologia, mas problematizadores de tal necessidade, não apenas usuários de produtos da ciência, mas comprometidos com o método científico.

Contudo, a importância do sujeito docente neste processo de adoção das tecnologias nas unidades educacionais. São eles, os responsáveis pelas práticas que apropriam ou excluem as TIC do contexto educacional.

> A prática pedagógica é considerada para além da execução de uma tarefa por parte do professor, dentro da escola, ou da sala de aula. Uma prática pedagógica consiste em um processo complexo que implica o desenvolvimento de uma atitude que leve a produção do conhecimento e o envolvimento de toda comunidade escolar (CORTELAZZO; RIZZATO, 2007, p. 2079).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Com as tecnologias na escola, (TV, computadores, tablets, laptops) as unidades educacionais passaram, mesmo que discretamente, a conviver com estes artefatos. Ao longo do processo de adoção das tecnologias na educação, alguns paradigmas educacionais influenciaram a formas de apropriação das tecnologias nas unidades educacionais. Dentre as diversas possibilidades de aplicação de softwares educacionais, destacam-se os jogos multimídias e a Internet.

O desenvolvimento cognitivo do ser humano está sendo mediado por dispositivos tecnológicos, onde as novas tecnologias da informação e comunicação estão ampliando o potencial humano. Observa-se que a informação se disponibiliza através de tecnologias cada vez mais inovadoras, o que demanda novas formas de se pensar, agir, conviver e principalmente aprender com e através dessas tecnologias.

> Sem dúvida, a interconectividade atingida através da Internet é muito maior do que a que vivemos há cem ou cinquenta anos através do telégrafo, rádio ou telefone. Todavia nós ainda fazemos com a Internet nada mais nada menos do que o que desejamos no domínio das opções que ela oferece, e se nossos desejos não mudarem, nada muda de fato, porque continuamos a viver através da mesma configuração de ações (de emocionar) que costumamos viver (MATURANA, 2001, p. 199).

No sistema de ensino a tecnologia assume uma função importante em termos de apoio pedagógico, mas precisa ser cuidadosamente planejada e controlada para evitar desperdícios de tempo e recursos financeiros.

Moran (2015) salienta que a internet é um grande apoio à educação e ressalta a importância da formação continuada dos docentes, pois a internet traz saídas e levanta problemas, como por exemplo saber de que maneira gerenciar essa grande quantidade de informação com qualidade.

O aumento da diversidade de recursos tecnológicos computacionais que adentraram a toda sociedade contemporânea e, em especial, o ambiente educacional influenciou as formas de se transmitir informações através das TICs. Neste contexto, o uso de softwares educacionais destinados ao ensino são ferramentas facilitadoras na transmissão de informações em treinamentos empresariais, assim como nos ambientes de educação pública ou privada.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

As diversas possibilidades, aliadas aos desenvolvimentos de hardware e software, estão proporcionando o crescimento da informática educacional, a qual vem se destacando pelo avanço do ensino não só por meio do computador, mas também através de aplicativos e dispositivos móveis que se tornaram recursos ou instrumentos, de apoio pedagógico nos processos de ensino e aprendizagem.

Netbooks, tablets e celulares podem ser utilizados na sala de aula para construir o conhecimento e aprimorar o que foi ensinado, funcionando como instrumento de apoio pedagógico, a diversidade de aplicativos educacionais de ampla utilização permite uma reflexão em como a tecnologia pode ser eficaz na educação, diversificando seus processos de ensino e aprendizagem.

Os aplicativos que são destinados à educação podem ser utilizados para ampliar as metodologias, seja no ensino presencial ou na educação a distância. Pela sua ampla aplicabilidade, demanda tecnológica e a crescente oferta de softwares educacionais para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos, os aplicativos para dispositivos móveis ganham destaque. Transformando o que seria transmitido, dentro do ambiente presencial, para o ambiente virtual, numa versão digital, proporciona-se um tipo de evolução, que transforma o ambiente educacional como outros processos tecnológicos realizaram, por exemplo, a caneta, o quadro-negro etc.

A utilização dessas tecnologias, indo ao encontro da construção do conhecimento pelos discentes, deve levá-los a formular e trazer soluções para diversos problemas, justificando a ascensão dos dispositivos móveis dentro do ambiente educacional.

Essa evolução tecnológica contínua do ensino e aprendizagem se transforma em uma faceta realista. A evolução do ensino-aprendizagem, por meio das tecnologias e dos dispositivos móveis, pode ser estabelecida como um novo formato a disposição educacional em que a única ou dominante tecnologia será dos dispositivos portáteis.

Camargo e Daros (2018) afirmam que não devemos confundir a metodologia ativa com a modernização, pois apesar do recurso tecnológico ser útil ele não é característica de uma metodologia ativa, pois mesmo em aulas claramente tradicionais a tecnologia se faz presente enquanto ferramenta, ou seja, as Metodologias Ativas não se alicerçam em ferramentas, mas no protagonismo do aluno e no aporte do professor.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Portanto, o principal objetivo de trabalhar com as tecnologias digitais e das metodologias ativas é o fato de que elas podem expandir ainda mais os horizontes no processo de ensino-aprendizagem. A partir disso, há a possibilidade de fazer com que os estudos se tornem mais dinâmicos e interativos aos alunos.

FERRAMENTAS TECNÓLOGICAS QUE AUXILIAM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A criança com necessidade educacional especial também faz parte desse mundo tecnológico. Ela está em constante contato com diversas mídias e tecnologias no seu dia a dia. Mesmo que muitas crianças, dependendo de sua limitação, não consigam utilizar diferentes aparelhos tecnológicos, elas convivem diariamente com tais recursos, interagindo à sua maneira.

Uma prática pedagógica inclusiva é ampliar as potencialidades de aprendizagem dos estudantes, independente das dificuldades ou os níveis de dificuldades que apresentem. Potencializar esta prática pode ser um caminho muito interessante para atender a diversidade e suas individualidades.

Geralmente, o estudante com deficiência tende a se concentrar mais e melhorar a sua performance quando entra em contato com recursos que suprem as suas necessidades e o estimulam da maneira adequada. No universo tecnológico, a escola encontra inúmeras alternativas que permitem o despertar de múltiplos estímulos. O objetivo de usar as TICs é estimular o aprendizado e incluir as crianças deficientes no ambiente escolar. Por isso é importante que as ferramentas escolhidas promovam a interação entre as crianças e de forma lúdica contribuam para o seu desenvolvimento

Por meio da tecnologia assistiva, como programas que ajudam na comunicação, a inclusão ganha eficiência e ajuda a explorar todo o potencial dos alunos, tendo em vista que permite que todos acessem os mesmos recursos e, portanto, participem das aulas de forma igualitária. Assim, a educação inclusiva, pautada pela tecnologia permite que os alunos determinem o seu próprio ritmo de aprendizagem.

> As respostas das tecnologias para a diversidade deverão ser contempladas como uma via de acesso à participação dos sujeitos na construção de seu

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> conhecimento e cultura para poderem escolher uma vida independente e autônoma (GONZÁLEZ, 2002, p. 184).

Dentre os recursos de tecnologia assistiva disponibilizados pelo Ministério da Educação nas salas de recursos multifuncionais figuram materiais didáticos e paradidáticos em braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa, entre outros que promovem o acesso ao currículo.

> Existe um número incontável de possibilidades, de recursos simples e de baixo custo, utilizados como Tecnologia Assistiva, que podem e devem ser disponibilizados nas salas de aula inclusivas, conforme as necessidades específicas de cada aluno com necessidades educacionais especiais presente nessas salas, tais como: suportes para visualização de textos ou livros; fixação do papel ou caderno na mesa com fitas adesivas; engrossadores de lápis ou caneta confeccionados com esponjas enroladas e amarradas, ou com punho de bicicleta ou tubos de PVC "recheados" com epóxi; substituição da mesa por pranchas de madeira ou acrílico fixadas na cadeira de rodas; órteses diversas, e inúmeras outras possibilidades (FILHO, 2012, p. 4).

O aluno com necessidade educacional especial deve ser estimulado a usar todo tipo de ferramenta tecnológica que a escola tiver a oferecer. As ferramentas tecnológicas podem enriquecer a diversidade de materiais e contextos de aprendizagem. Dependendo da necessidade especial da criança, a tecnologia pode proporcionar uma maior autonomia para sua aprendizagem.

As mídias existentes podem promover situações de aprendizagem que favoreçam a construção do conhecimento de forma mais atrativa, significativa, participativa e colaborativa tanto para os alunos de escolas regulares como para aqueles com necessidades educacionais especiais.

Neste sentido, quando o professor coloca-se à disposição de melhorar a sua prática educacional, não basta apenas dominar as ferramentas tecnológicas, mas criar estratégias cabíveis para uma educação inclusiva, isto é, o docente pode exercer a criação de Tecnologias Assistivas.

> Fazer TA na escola é buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa "fazer" de outro jeito. É valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação, a partir de suas habilidades. É conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, mobilidade, escrita, leitura, brincadeiras, artes, utilização de materiais escolares e pedagógicos, exploração e produção de temas através do computador e etc. é envolver o aluno ativamente, desafiando-o a experimentar e conhecer, permitindo assim que

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> construa individual e coletivamente novos conhecimentos. É retirar do aluno o papel de espectador e atribuir-lhe a função de ator [...] (BERSCH, 2006, p. 22).

Muitos são os recursos hoje criados e adaptados para que o aluno com necessidade educacional especial tenha total acesso à informação e comunicação. O MEC tem investido em recursos pedagógicos e tecnológicos para que o aluno possa aprender independente de sua limitação física ou cognitiva.

CONCLUSÃO

Conforme foi visto, com as transformações e avanços ocorridos na sociedade, crescem as pesquisas relacionadas à Tecnologia Assistiva, percebida cada vez mais como um elemento fundamental para a autonomia, "empoderamento" e inclusão escolar e social da pessoa com deficiência.

Na área educacional, a Tecnologia vem se tornando, cada vez mais, uma ponte para abertura de novo horizonte nos processos de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiências até bastante severas.

Além do uso de novas tecnologias e metodologia é imprescindível a compreensão dos processos pedagógicos necessários à aprendizagem do aluno com deficiência e também conhecer a especificidade de cada necessidade especial, para que tais recursos sejam utilizados de forma consciente na educação, proporcionando ao estudante com deficiência todas as possibilidades para que aconteça efetivamente a inclusão, que ele possa com isso ter mobilidade, autonomia, para assim sentir-se parte integrante da sociedade em que está inserido.

O estudo nos leva a concluir que estratégias pedagógicas bem formuladas e apoiadas em tecnologias têm grandes chances de obter sucesso quando consideram as singularidades individuais. Cada estudante tem suas potências, que devem ser exploradas em sua máxima medida, e nenhum deles pode ser deixado para trás.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. (Org) **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem téorico-prática [recurso eletrônico] / Porto Alegre: Penso, 2018

BRITO, Gláucia da Silva.; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e novas tecnologias um re-pensar**. Curitiba: Ibpex, 2006.

CAMARGO, F. DAROS, T. **A sala de aula inovadora**: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto alegre: Penso, 2018.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo; RIZZATO, Flávio Adalberto Poloni. **A prática pedagógica apoiada pelas tecnologias no ensino técnico.** In: VII 6 CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE., 2007, Curitiba. Anais. Curitiba: Pucpr, 2007. p. 198 - 206. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-274-02.pdf. Acesso em: 01/10/2022

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Fontes de Informação:** Um Manual para Cursos de Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. São Carlos: UFSCAR, 2005.

FILHO, Teófilo Alves Galvão. **Tecnologia assistiva:** favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem em contextos educacionais inclusivos. As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas/ Claudia Regina Mosca. Giroto, Rosimar Bortolini Poker, Sadao Omote.(org.) Oficina Universitária; São Paulo: cultura Acadêmica,2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e diversidade:** bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MATURANA, H. Metadesign In MAGRO, C. & PAREDES,V. (orgs.) **Cognição, ciência e vida cotidiana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MORAES, Maria Cândida. (org) **Educação à distância:** fundamentos e práticas. Campinas: UNICAMP, 2002.

MORÁN, José. **Mudando a Educação com Metodologias Ativas.** In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (Org.). Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. v. 2. Ponta Grossa: UEPG, 2015. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 02/10/2022.

MOREIRA, Herivelto; CALEFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para professor pesquisador.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de,. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico, 2ª Ed., Novo Hamburgo - RS, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR Universidade Feevale, 2013. Disponível em: http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book. Acesso em: 01/10/2022

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

ROJO, R. H. **Pedagogia dos Multiletramentos:** diversidade cultural e de linguagens na escola. In. ROJO, R. H. MOURA, E. (orgs.). Multiletramentos na Escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 11-31.

VASCONCELOS, José Antônio. **Metodologia do ensino de História.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO V

POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADA AOS TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), NA VISÃO HOLÍSTICA DA NEUROPSICOPEDAGOGIA, NA ESCOLA MUNICIPAL DR. NONATO IBIAPINA EM CAMPO MAIOR PI

José Jorge Modesto Araújo[18]; Maria José Ribeiro[19].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-05

RESUMO: Este trabalho contou com a colaboração do espaço público Escola Municipal Dr. Nonato Ibiapina, em Campo Maior-PI, no qual fomos recepcionados e acolhidos com positividade e entusiasmo de todo corpo docente e discente. Essa participação envolveu um aluno laudado com TEA e acompanhado por uma equipe multidisciplinar. Este artigo tem como objetivo geral analisar as ações de políticas públicas desenvolvidas para a pessoa com autismo, dentro do espaço educacional, através de um olhar neuropsicopedagógico. O objetivo específico deste artigo visa refletir, na holística neuropsicopedagógica, sobre a análise de políticas públicas voltadas para a pessoa com autismo, dentro da Escola Municipal Dr. Nonato Ibiapina. A metodologia apresentada neste trabalho teve por base os tipos característicos de uma pesquisa descritiva e explicativa. Segundo Gil (1999), a pesquisa descritiva é o modelo de pesquisa que aborda característica de uma determinada população fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis. Enfatiza também que o modelo de pesquisa explicativa são aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É um modelo de pesquisa que mais se aprofunda com o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o motivo das coisas. No entanto, quando se expressa sobre as políticas públicas nesse contexto escolar, percebe-se que ainda falta um olhar com maior preciosidade por parte dos representantes políticos. Pois, há uma certa demanda e nem sempre o público autista é assistido como dita a literatura, portanto, há muito a melhorar em todas as variáveis que norteiam o ensino desde a estrutura física até a valorização e capacitação constante dos profissionais envolvidos. É, de algum modo, plausível, todas as ações iniciais relacionadas à inclusão, especificamente ao público autista, pois entendemos que ainda estão em um processo de construção e de adaptação. Mas, são necessários muitos esforços para que possamos chegar a uma inclusão satisfatória, a fim de que façamos valer a inclusão.
PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Políticas públicas. Inclusão.

PUBLIC POLICIES DIRECTED TO AUTISTIC SPECTRUM DISORDER (ASD), IN THE HOLISTIC VIEW OF NEUROPSYCHOPEDAGOGY, AT SCHOOL MUNICIPAL DR. NONATO IBIAPINA IN CAMPO MAIOR PI

ABSTRACT: This work the collaboration of the public space Municipal School Dr. Nonato Ibiapina, in Campo Maior-PI, in which we were welcomed and welcomed with

18 E-mail: jose-jorge2010@hotmail.com
19 Graduação em licenciatura plena em Pedagogia. Atuação: Agente de saúde Campo Maior PI. E-mail: mj3660597@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

positivity and enthusiasm from all faculty and students . This participation involved a student with an ASD and accompanied by a multidisciplinary team. This article has as general objective analyze theactions of public policies developed for the person with autism, inside educational space,through neuropsychopedagogical look. The specific objective of this article aims to reflect, in neuropsychopedagogical holistic, about the analysis of public policies aimed at the person withautism, inside the Municipal School Dr. Nonato Ibiapine. The methodology presented in thiswork was based on the characteristic types of a descriptive and explanatory research. According to Gil (1999), descriptive research is the research model that addresses the characteristic of a particular population phenomenon or establishment of a relationship between variables. It also emphasizes that the explanatory research model is those research whose central concern is to identify the factors that determine or contribute to the occurrence of phenomena. Well, there is a certain demand and the autistic public is not always assisted as the literature says, so there is a lot to improve in all the variables that guide teaching from the physical structure to the constant appreciation and training of the professionals involved. It is, in some way, applaud able, all the initial actions related to inclusion, specifically to the autistic public, because we understand that they are still in a process of construction and adaptation. But, it takes a lot of efforts so that we can reach a satisfactory inclusion, in order to make inclusion count
KEYWORDS: Autism. Public policy. Inclusion

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais integram como um dos elementos de normatização do Estado, guiado pela sociedade civil, que visa garantir o direito universal à educação de qualidade e o pleno desenvolvimento do educando, proporcionando a inclusão e acessibilidade inclusive. As políticas educacionais precisam, obrigatoriamente, abranger uma série de variáveis.

Entretanto, com o crescente número de crianças especiais matriculadas no regime regular de ensino, desperta-se a preocupação com a aprendizagem desses alunos, surgindo assim as seguintes indagações; como está sendo abordado a política educacional no decorrer do processo de ensino e aprendizagem deste público e se a abordagem metodológica está satisfazendo a clientela envolvida? Tudo isso em um olhar neuropsicopedagógico sendo esse o alvo deste artigo.

O desejo de desenvolver a referida pesquisa, partiu da inquietação sobre a compreensão de como ocorre na prática a política educacional do fazer pedagógico e o

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

processo de acompanhamento do docente do campo neuropsicopedagógico direcionado para alunos com autismo.

Este trabalho contou com a colaboração do espaço público Escola Municipal Dr. Nonato Ibiapina, em Campo Maior-PI, no qual fomos recepcionados e acolhidos com positividade e entusiasmo de todo corpo docente e discente. Essa participação envolveu um aluno laudado com TEA e acompanhado por uma equipe multidisciplinar.

Dentre tantas temáticas disponíveis, pesquisar e analisar algo sobre a temática nos faz refletir se a teoria realmente é exercida na prática, é, no entanto, saber de perto se as literaturas do direito, LDB, BNCC e a própria Constituição se realmente são executadas de forma integral na prática.

Segundo Costa e Fernandes (2008), Considera que:

> Para a realização do direito pleno da cidadania no tocante às políticas públicas educacional para autista é necessário o pleno conhecimento da mesma tanto para a família como para o ambiente escolar para que possa viabilizar um acesso e o suporte multidisciplinar à educação de qualidade.

Contudo, esse trabalho pretendeu contribuir para a comunidade acadêmica de modo a refletir sobre os trabalhos metodológicos práticos e todo meio norteado que envolve a política pública educacional no processo da educação em especial a inclusiva, além de proporcionar mais pesquisas que contribuam para o conhecimento sobre as políticas públicas para o público educacional autista.

Este artigo tem como objetivo geral analisar as ações de políticas públicas desenvolvidas para a pessoa com autismo, dentro do espaço educacional, através de um olhar neuropsicopedagógico. O objetivo específico deste artigo visa refletir, na holística neuropsicopedagógica, sobre a análise de políticas públicas voltadas para a pessoa com autismo, dentro da Escola Municipal Dr. Nonato Ibiapina.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os autores Volkmar e Wiesner (2019), desenvolveram um trabalho de guia essencial para conceituar e destacar as causas relacionadas ao autismo, tendo por base pesquisas sobre o tema. Eles pontuam que o autismo é um transtorno que apresenta

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

déficits significativos na interação social, como uma característica marcante da hipótese autista. Esses déficits são bastante severos quando surgem nas fases do desenvolvimento infantil, pois o sujeito irá passar por uma maior dificuldade, seja no processo fisiológico, biológico e psicológico e também se difundindo tanto na educação quanto na adaptação ao meio. Ao longo do tempo, inúmeras classificações e definições foram surgindo, mas propriamente nesse estudo, apresentou-se um breve resumo dessas condições, em seguida passou-se uma breve revisão sobre as causas do autismo, bem como foram examinadas algumas pesquisas atuantes sobre a doença. Durante a pesquisa foi relatado o surgimento inicial do conceito do Autismo, Hans Asperger, foi um estudante de medicina que escreveu um trabalho em 1994, relatando sobre crianças que tinham acentuados problemas sociais, em sua tese, ele destaca meninos que não eram capazes de formar grupos. Além, de possuírem problemas motores significativos, em vários casos, em peculiaridade, o pai tinha problemas similares, podendo destacar a genética como a causa do fator autista. Os autores destacaram ainda em sua pesquisa, que segundo Hans Asperger o autismo não era reconhecido antes dos três anos de idade e seu conceito original foi autistic psychopathy (provavelmente mais bem traduzida como transtorno da personalidade autista).

> Em análise ao trabalho de Liberalesso, ele conceitua o termo “autismo” que foi utilizado pela primeira vez em 1908, pelo psiquiatra suíço Paul Eugen Bleuler, para descrever pacientes com sintomas que ele julgava semelhantes àqueles observados na esquizofrenia. Bleuler nasceu em 1857, na pequena cidade de Zollikon, estudou Medicina e Psiquiatria, e em 1898 assumiu a catedral de Psiquiatria da Universidade de Zurique, transformando-a em uma referência mundial no estudo das doenças mentais. Neste período, nomes como Carl Gustav Jung e Eugène Minkowski trabalharam como seus assistentes, documentando seu grande prestígio à época. O livro “A psicologia da demência precoce” publicado em 1906 por Jung teria forte influência sobre o pensamento de Bleuler, que neste mesmo ano começaria a utilizar em suas obras, o termo “esquizofrenias” (no plural), demonstrando sua ruptura com o clássico pensamento kraepeliniano (Emil Kraepelin), uma vez que ele acreditava que esta não se tratava de uma doença única, mas sim, de um grupo de doenças com um núcleo psicopatológico semelhante. Em 1911, Bleuler publicou sua monografia intitulada “Demência precoce ou o grupo das esquizofrenias”, uma obra clássica na História da Psiquiatria. É justamente neste contexto que Bleuler construiu e fundamentou seu pensamento de que o “autismo” faria parte de um grupo maior de psicopatologias, incluindo-o como algo semelhante à esquizofrenia (LIBERALESSO, 2020, p. 13).

O conhecimento histórico acerca do autismo e alguns de seus principais representantes faz com que os futuros pesquisadores se sintam seguros e compreensivos

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

acerca da origem do autismo, desta forma, o contexto histórico do presente, tem como o seu apoio o passado, pois à medida que o presente vai acontecendo, deixa rastros de ações passadas que influenciarão diretamente no futuro.

Para, Costa e Fernandes (2018), em análise ao contexto histórico construído ao longo do século, pessoas ditas como "anormais", não são encaixadas com o modelo padrão para a mentalidade social, e eram submetidos a atos mais perversos e cruéis, sofrendo o estigma da discriminação e da exclusão. Nesta premissa, os autores desenvolveram um estudo no Estado do Rio Grande do Sul, com um público de aproximadamente 70.045 mil pessoas com transtorno do espectro autista. Pessoas estas, as quais são necessitadas de políticas públicas que permitam o pleno exercício da cidadania. Dessa forma, o presente trabalho teve por objetivo investigar quais são as políticas públicas destinadas a esse segmento populacional e as implicações que envolvem o Estado na sua implementação. Percebe-se que, mesmo na atualidade esse público ainda sofre, embora de uma forma menos acentuada, a exclusão e a discriminação decorrente do poder público e da falta de comprometimento de diversos âmbitos da sociedade. O método utilizado foi o dedutivo, através do tipo de pesquisa qualitativo descritivo e a técnica utilizada, foi a documental-legal e bibliográfica.

De acordo com uma pesquisa realizada nos 496 municípios do RS, sobre as condições reais de acesso das pessoas com deficiência, no que tange à saúde, à educação, à inclusão e à assistência social, verificou-se um profundo desequilíbrio entre as demandas e as políticas públicas realizadas, evidenciando assim, que existe um longo percurso ainda, para garantir à dignidade humana e cidadania as pessoas com algum tipo de deficiência. A partir do estudo realizado, foi possível perceber que de forma gradativa houve um leve aumento na proteção e promoção dos direitos relacionados a essa amostra por meio de um conjunto normativo específico, assim como tornou deveres do Estado a criação e a efetivação de políticas públicas em prol dos mesmos. Nesse contexto, é possível afirmar que há uma necessidade urgente de que sejam preenchidas as lacunas existentes entre a teoria e a realidade com medidas efetivas, das quais realmente transformem o cenário de exclusão e omissão do qual fazem parte, do quadro norteado autista. Por fim, os autores concluem que temos que reconhecer a realidade dos autistas

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

e, mais do que isso, reconhecê-los como parte integrante da sociedade. É essencial para a construção de uma sociedade justa e democrática, que seus integrantes possam se relacionar e serem ativos na qualidade de participação social, e em termos de igualdade de condições, fortalecendo cada vez mais a integração e o respeito às diferenças.

> Teixeira destaca que os transtornos do espectro autista apresentam uma incidência estimada de 1% em crianças e adolescentes em todo o mundo. Outro dado epidemiológico importante é que a ocorrência de autismo é maior no sexo masculino, afetando cerca de cinco meninos para cada menina acometida. Sendo assim, estima-se que ocorra um caso de autismo para cada 42 nascimentos de meninos, enquanto para o sexo feminino a relação seria de um caso para cada grupo de 189 meninas. Desta forma, os transtornos do espectro autista ilustram um grande problema de saúde pública e que deve ser enfrentado com a participação e apoio de toda a sociedade civil, além de representantes do poder público. Precisamos desenvolver estratégias e projetos na área da saúde e educação que incluam essas crianças e suas famílias (TEIXEIRA, 2016, p. 4-5),

Teixeira (2016), relata que bebês com autismo apresentam grandes acentuados déficits no comportamento social, além de terem comportamentos característicos de evitar contato visual, além de mostrar-se pouco interesse na voz humana. Eles não garantem uma postura antecipatória: colocam braços à frente para serem guiados pelos pais, podendo mostrar-se indiferente ao afeto e são fechados a expressões faciais ao serem acariciados. Outra característica presente em alguns bebês e crianças pequenas é o início normal em suas desenvolturas sociais, mas de forma rápida esse processo é parado, assim sendo, a criança começa a regredir em seu desenvolvimento social, seja na fala, seja nas suas habilidades motoras. O autor também destaca algumas características peculiares para a característica autista de crianças de quatro meses a cinco anos de idade, entretanto, dentre essas variações ele menciona o tipo sendo mais característico para crianças de quatro anos.

> Não brinca com outras crianças. Interage com poucas pessoas; Resistem em trocar de roupas; Não aprende histórias de faz de conta; Dificuldades na fala; Não entende comandos simples; Não usa pronomes: você e eu corretamente; Tem dificuldade em rabiscar um desenho; Perdeu habilidades que já possuía (TEIXEIRA, 2016, p. 14).

De acordo com os preceitos legais, essa idade é considerada a idade obrigatória escolar, como diz o texto da LDB. art. 6º da LDB: “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 anos de idade”. Anteriormente, os pais eram obrigados a colocar as crianças na escola a partir dos 6 anos.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O texto constitucional mencionado no Art. 205, diz que: A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Logo após a promulgação da educação inclusiva no Brasil em 2008, (GUARESCHI; ALVES; NAUJORKS, 2016), desenvolveu um estudo tematizando o direito de todos os alunos frequentarem a educação regular de ensino, viabilizando assim uma política pública de ação inclusiva, inerente e importantíssima ao público autista. O estudo teve como base metodológica, documentos orientadores publicados pelo ministério da saúde nos anos de 1994 a 2013. O estudo faz atribuição dos alunos a serem incluídos no regime regular, e que possa ser dada toda atenção a "passos largos" ao público autista nas escolas, e também incluídos nas práticas políticas das instituições escolares.

Guedes (2015) considera que é preciso mais estudos voltados não só para a sintomatologia do autismo, mas sim em propostas que possam incluir uma verdadeira inclusão social dos autistas, promovendo uma melhor qualidade de vida para eles, procurando assim, potencializar essas pessoas em conhecimento e em transformações sociais.

> Relatam que os alunos com condutas típicas eram considerados sujeitos que possuíam dificuldades de adaptações ao ambiente, apresentando comportamentos considerados inadequados, por exemplo: agressividade, alheamento, hiperatividade. Tais comportamentos estavam associados às dificuldades acentuadas de aprendizagem, necessitando dos serviços oferecidos pela Educação Especial (GUARESCHI; ALVES; NAUJORKS, 2016, p. 247).

Os alunos com características acentuadas eram de certa forma restritos a um tipo de educação, "a educação especial". A educação especial dificulta de certo modo a interação social e cria barreiras de desenvolvimento para pessoas com autismo. Pois o mesmo não participaria de uma interação por igualdade, restringindo-se conforme o nível da doença, excluindo assim a possibilidade de ocorrer uma aprendizagem significativa. Atualmente, observa-se que esses alunos portadores de autismo, têm o direito de frequentar a educação regular de ensino, pois a legislação já garante esse direito a eles, sendo de certa forma, uma conquista muito importante para esse público. Há muitos

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

desafios a serem conquistados, porém percebe-se que pouco a pouco as políticas públicas estão mesmo de forma tímida, indo ao alcance do público autista.

Nessa proposta, observa-se a real importância das políticas públicas ao alcance do público autista, pois viabiliza uma atenção envolvente, fazendo com que se sintam pessoas capazes de transformações.

A exclusão faz de o sujeito partir-se de uma ideia de inferioridade, agarrando-se dessa filosofia de incapacidade do sujeito, de algum modo retraindo as evoluções que possivelmente possam lhe tornar um ser capaz de mudanças.

Trevisan (2008), desenvolveu um estudo em descrição de um realizado panorâmico das reais políticas públicas em seu contexto literal. O autor cita que o saber teórico e histórico na área do conhecimento é essencial na prática, para que possam compreender-se os seus desdobramentos, sua trajetória e concepção. O artigo inicialmente aborda questões sobre políticas públicas, sua origem e dimensões conceituais. O presente trabalho argumenta sobre a temática no Brasil nos últimos anos. Para Castro (2012), a política social ampara-se no fato de que ela, em seu estágio mais progredido, se faz presente mediante múltiplos esquemas de distribuição de renda, produção e suprimento de bens e serviços, compartimentando de ativos patrimoniais, aplicando relevâncias na aplicabilidade do produto Interno Bruto (PIB), além de regular alguns setores da economia e do mercado na expressiva força de trabalho do país. As políticas sociais afetam toda a sociedade, quando é bem desenvolvida ou não, seja no campo da saúde, educação, meio ambiente, assistência social, lazer, transporte etc. Portanto, quando o aprofundamento da expansão da democracia é bem desenvolvido é fundamental no processo de desenvolvimento social.

Nesse raciocínio podemos verificar que quando as ações sociais estão inseridas socialmente de forma precisa, podemos dizer que os representantes estão embutidos de uma responsabilidade, ao mesmo tempo em que estão fazendo seus papéis, de forma que a expansão da democracia promova o bem-estar social.

No tocante às políticas sociais direcionadas ao público autista, há muito que ser feito, desde as estruturações físicas das escolas e dos ambientes no geral, até o bom amparo psicológico tanto dos pacientes como dos familiares e cuidadores, necessita de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

uma grande ampliação nos programas existenciais e criação de novos auxílios relevantes para o público autista. Hoje se fala muito em conferências, em reuniões e em debates que são de fato ações necessárias para o real entendimento dessa problemática, porém é preciso que saia do papel com mais celeridade e avanço para que mais pessoas possam ser beneficiadas.

> A avaliação da criança com autismo exige um histórico cuidadoso do desenvolvimento físico e psicológico das habilidades adaptativas nos diversos momentos e contextos. Devem ser verificadas evidências de perdas ou prejuízos auditivos e atrasos motores. O diagnóstico é feito por exclusão, diferenciando os sintomas causados por fatores orgânicos, como convulsão e esclerose tuberosa, ou alterações por causas genéticas como a Síndrome do X Frágil (FRANZIN, 2014, p. 68).

Há uma parcela significativa de diagnósticos equivocados, principalmente nos altos níveis de funcionalidade mental. Entretanto, a hipótese para buscar o diagnóstico, deve surgir quando a criança, entre um ano e um ano e meio, não desenvolve linguagem, a qual não responde as interações, mas reage de forma a não responder às abordagens, reagindo de forma decisiva aos sons e objetos inanimados, como, por exemplo, o som do aspirador de pó ligado.

Pexe (2019), explica que devido a elevada incidência e prevalência de transtorno do espectro autista (TEA) e transtorno do déficit de atenção (TDAH) no ambulatório de saúde do Centro Universitário de Várzea Grande UNVAG, desenvolveu-se um estudo com a finalidade de se aprofundarem sobre o atendimento desses pacientes. O estudo teve como objetivo, analisar de forma epidemiológica crianças e adolescentes do Ambulatório de Saúde Mental da Clínica Integrada do Centro Universitário de Várzea Grande MT. (PEXE, 2019, p. 4). Sabe-se que a presença e permanência de uma condição crônica e grave na infância interferem de forma significativa no funcionamento do corpo da criança em longo prazo.

O estudo desenvolvido por Pexe (2019) teve como método a análise de 52 prontuários de crianças e adolescentes entre 1 e 16 anos de idade, desde agosto de 2018 até julho de 2019. Vários fatores foram estudados para a realização do estudo, tais como escolaridade dos responsáveis, renda mensal da família, religião, histórico médico do paciente, como apoio para diagnóstico e tratamentos anteriores, sociabilidade entre outros.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Os autores concluem que é na etapa inicial da vida escolar, o melhor momento de certas descobertas de patologias, pois os alunos cobertos de pressão social e responsabilidades, impostas tanto pelos pais, como por familiares e a sociedade, acabam por acionar o gatilho das descobertas, fazendo assim, com que o indivíduo apresenta desempenho mais baixo dos que os demais. Pexe et al., (2019) ainda relata que a idade escolar é o período que marca o início do indivíduo à inclusão social.

Piaia e Scalabrin (2011) desenvolveram um estudo, retratando acerca das leis e normas educacionais, no tocante às políticas públicas; segundo eles essas ações são cada vez mais necessárias para garantir a construção de propostas curriculares democráticas e críticas. Neste sentido, considerando a necessidade de agregar qualidade ao ensino público, o trabalho desenvolvido teve como objetivo, uma reflexão sobre as políticas educacionais implementadas no Brasil. O estudo teve por objetivo investigar pesquisas documentais e analisar de que forma algumas leis e diretrizes e programas, favorecem e burocratizam os projetos e ações voltadas ao ensino formal. O objeto do estudo foi a educação como forma de transformação, no tocante às necessidades e a compreensão, através de bases teóricas, temas intrínsecos, e as políticas educacionais, que acabam interligando a escola, a educação e o estado. A temática abordada será mediada por autores como Shiroma, Marcon, Romanelli, Salvani, entre outros. Deste modo, o trabalho problematiza o papel das escolas públicas como agente de tarefas, por proporcionar condições para ampliar e defender a construção de uma educação que supere os vícios educacionais que estabiliza as necessárias transformações no campo social. A pesquisa colaborou para a compreensão dos indicadores educacionais brasileiros no tocante a estagnação nesse campo e indicou a necessidade de articulação e o compromisso por parte dos governantes quanto ao fortalecimento institucional. Com vista, a dispor medidas tradicionais e inovadoras de informações e de tecnologias para a educação, onde o interesse social será propagar uma educação justa e de qualidade.

Oliveira (2010), afirma que as políticas públicas estão estreitamente ligadas a quem governa e que as ações positivas ou negativas irão refletir no tocante a educação de qualidade ou não, e que a maioria dos governantes neoliberalistas não estão comprometidos a investir no sistema educacional por achar desnecessário, acreditando

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

não ser tão importante, desejando que essas ações sejam obrigações do setor privado, fato esse que transformaria a educação em um mercado, ou negócio de lucratividade.

Gonçalves (2020), desenvolveu um estudo, propondo uma reflexão sobre a aprendizagem de alunos autistas (TEA) em rede regular de ensino, e a intervenção Neuropsicopedagógica. O estudo buscou compreender quais seriam as adaptações curriculares e as contribuições que a Neuropsicopedagogia pode favorecer em favor da obtenção de novos conhecimentos e de novas habilidades do aluno com TEA, por entender que a Neuropsicopedagogia é uma grande aliada à aprendizagem de alunos especiais, ao reunir conhecimentos da neurociência, psicologia e pedagogia. O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica de artigos científicos de periódicos na área de estudos, o autor teve como suporte de sua pesquisa, livros sobre o autismo e sites de Saúde, Google Acadêmico e o banco de dados da Scientific Electronic Library Online – SciELO. Os autores concluíram que a aprendizagem de crianças com TEA ainda é um desafio para muitos, pois requer o conhecimento personalizado de como o cérebro de cada aluno aprende, levando em consideração as peculiaridades de cada indivíduo, onde se entende que se faz necessário um amplo conhecimento da causa para poder delinear estratégias terapêuticas e curriculares que favoreçam o aprendizado, além de contribuir para a diminuição da ansiedade, buscando adaptações curriculares a partir de sua vivência e das habilidades já adquiridas. O autor menciona que a aprendizagem de alunos especiais requer flexibilidade e adaptações curriculares por parte dos professores. Contudo, é possível realizar adequações personalizadas que contribuam para a inclusão e o conhecimento destes discentes, com atividades visuais e estratégicas, que favorecem o aluno a compreender o que é de expectativa dele.

A pesquisadora Almeida (2022), em seu trabalho de conclusão de curso, elaborou uma pesquisa, cujo objetivo geral era analisar as práticas pedagógicas com crianças com autismo, a partir de suas atividades acadêmicas. A pesquisa objetivou de forma específica, identificar as produções acadêmicas no que concerne ao sujeito com autismo. O Trabalho teve como metodologia, intermediações de diversas pesquisas bibliográficas, em foco, trabalhos com produções no banco de dados do Scielo entre os anos de 2008 e 2021. Nesta premissa foram encontrados 272 trabalhos. A partir da leitura e sistematização de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

análise chegando à base total de 80 trabalhos relacionados à educação. A leitura dos trabalhos dessas produções resultou em 6 trabalhos referentes à prática, onde chegaram, portanto, à conclusão de que existem ainda muito poucas pesquisas específicas sobre a prática pedagógica em se tratando da inclusão desse público alvo. Desta forma, os trabalhos referentes à prática encontrada se destacam em sua grande maioria de estudo no quesito, planejamento, avaliação e procedimentos. A maioria destacada refere-se às condições individuais dos estudantes com autismo, o que segundo eles em suas conclusões é uma precarização da escolarização desse grupo de pessoas.

Os autores Belo e Guedes (2021) pesquisaram sobre a importância do neuropsicopedagogo no contexto escolar, eles visavam entender qual a sua função e suas principais contribuições no contexto escolar, no quesito processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, os pesquisadores buscaram enfatizar os aspectos da inclusão de avaliação, diagnóstico e intervenção, considerando como um auxílio do neuropsicopedagogo, no seu fazer profissional, contudo, assim como a devida atenção e compromisso ético a educação inclusiva focava nas dimensões de análise comportamental do aprendente, em seu norte educacional, preservando a sua integridade pessoal e não apenas como um ser humano que deve ser igual e sim levando em consideração que cada indivíduo apresenta suas diferenças e peculiaridades. No entanto, o conhecimento do neuropsicopedagogo pode servir como um suporte para muitos professores, todo corpo docente da escola, família, comunidade e toda a sociedade em prol de uma educação de qualidade e inclusiva. Entende-se que trabalhar estratégias para o desenvolvimento de crianças com baixa aprendizagem, deve ser com práticas, direcionadas pelos neuropsicopedagogos que eleva de algum modo, os estímulos das crianças a fim de colaborar com as tarefas no contexto escolar, pois os mesmos devem possuir na sua totalidade, conhecimento da neurociência aplicada para a educação.

Nessa premissa, observando a importância da neuropsicopedagogia dentro do contexto escolar e suas contribuições nas dimensões comportamentais dos aprendentes é importante destacar a sua finalidade e seus objetivos (TABAQUIM, 2013).

Segundo eles, a Neuropsicopedagogia é uma área da neurociência interligada com a psicologia e a pedagogia, cuja finalidade é compreender o funcionamento do cérebro,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

além de buscar melhores formas de adaptações metodológicas educacionais e cognitivas para os indivíduos debilitados. Esse profissional visa conhecer as anomalias neurológicas para desenvolver um acompanhamento educacional, de tal modo que a sua importância busca através de suas habilidades desenvolver e estimular as novas sinapses neurológicas no processo de ensino e aprendizagem.

O pesquisador Avelino (2019) refletiu através de estudos que a junção da neurociência, da psicologia e da pedagogia, fundiu-se a uma nova ciência transdisciplinar, a Neuropsicopedagogia, da qual, cujo objetivo é compreender as funções cerebrais para o processo de aprendizagem, com intuito na reabilitação e prevenção dos eventuais problemas detectados nos indivíduos. Assim sendo, os autores elaboraram um artigo do qual objetiva analisar e discutir o papel da neuropsicopedagogia no processo de ensino e aprendizagem da educação básica, com a premissa de implementação desses profissionais em todas as escolas do País como mecanismo de inclusão e sucesso escolar. Os autores fizeram um apanhado de referenciais bibliográficos, e puderam constatar que a defasagem escolar está agregada a diversos fatores, dentre estes fatores o autor menciona, o biológico, social, histórico e econômico, o qual tem influência de forma direta na aprendizagem dos alunos, sobretudo daqueles reincidentes com históricos de insucesso escolar. Para tanto, o autor utilizou como base, diversas referências bibliográficas para dar ênfase, como: Almeida (2012), Beauclair (2014), Cosenza e Guerra (2011), Tabaquim (2003), Mantovanini (2001) e Patto (1999). Como resultado, ao delinear o arcabouço teórico, percebeu-se que as produções de estado da arte ou do conhecimento, ainda permanecem em “passos lentos”, o que marca uma lacuna entre a teoria e a prática, sobretudo a temática da neuropsicopedagogia, a falta de políticas públicas e a relação entre saúde e educação.

Oliveira (2004), no tocante a educação, faz-se dá ideia de que todo ambiente escolar deve ser norteado para o processo da inclusão, desde o pessoal de apoio até mesmo o espaço físico, o que inclui também, o material escolar e as diretrizes de AEE, sobretudo para chegar aos objetivos educacionais indicados no processo de escolarização para a pessoa com deficiência.

> Indubitavelmente, as literaturas acerca do AEE na educação básica, apresentam a relevância da diversidade de estratégias pedagógicas em

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> consonância com as especificidades dos alunos no intuito de colaborar com a escolarização. É preciso identificar tais especificidades tendo em vista as necessidades educacionais especiais das crianças com diferentes deficiências e o papel do AEE como um apoio pedagógico suplementar e ou complementar aos estudantes com deficiência (MATIAS, 2016, p. 07).

Partindo dessa observação que norteia essa complexidade do processo, une-se ao fortalecimento a formação continuada dos professores e uma boa criação de articulação de apoio aos docentes, todo o corpo escolar, família e os profissionais multidisciplinares para oferecer um atendimento com eficiência.

Nunes (2015) O atendimento especializado em sala de AEE, têm como base a mediação do aprendizado que é realizado em sala de regime regular, de maneira que, possa evoluir ou despertar as habilidades e competências do educando. É notório que as salas de aula estejam lotadas e muita das vezes o professor não tem condições de ter um atendimento mais preciso no que diz respeito aos alunos com deficiência. É, portanto, nesse momento que se encaixa o AEE, permitindo, no entanto, essa atenção especial do educando, facilitando assim o atendimento inerente a suas necessidades.

Em observância ao trabalho desenvolvido por Lucca et al. o trabalho teve como intenção abordar a prática da avaliação com crianças acometidas com baixa qualidade na aprendizagem, os autores enfatizam que estas relações e inter-relações do comportamento cerebral da criança com a prática é de suma importância para a fundamentação do grau da evolução do aprendizado, pois através dos dados obtidos é possível desenvolver técnicas, para ativar partes cerebrais que não está correspondendo nesse quesito, e essa importância permite também o desenvolvimento psico, linguístico e cognitivo, além da interdependência dos mesmos. O presente trabalho desenvolvido pelos autores teve como pretensão a investigação da defasagem na aprendizagem e entender de fato os motivos do fracasso escolar, abrangendo consequentemente as áreas acadêmicas, e sócio emocionais da criança. Além do mais, o estudo resolveu instrumentar pais e escola para lidar com essa problemática, propondo intenções condizentes às suas realidades.

Teve como apoio de participação uma criança, do sexo masculino com queixa de dificuldades de aprendizagem, aluno da 4º série do ensino fundamental de uma escola municipal de ensino de São João da boa Vista, Estado de São Paulo. Durante a avaliação neurológica foram utilizados instrumentos aprovados e validados para essa finalidade. As

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

avaliações dos testes ocorreram de forma individualizada, com sessões semanais de 50 minutos cada, realizadas em um espaço cedido pela escola. Com os resultados obtidos os autores perceberam o valor da avaliação neuropsicológica para um diagnóstico mais específico das funções psicológicas superiores, podendo-se dar maior ênfase em medidas para o aprimoramento das habilidades consideradas deficitárias. A criança avaliada foi encaminhada para atendimento psicopedagógico e treino em psicomotricidade, para tanto, não haveria dentro da rede de ensino, meios para que esses encaminhamentos se realizem. Diante disto, com a prática revelou-se que a multicausalidade do fracasso escolar, em concordância com autores da área, havendo assim vários fatores. Rodrigues e Chechia (2017), enfatiza que no tocante ao fracasso escolar surgir nesse contexto, é à premissa de que pode exercer grande influência não somente na vida escolar do aluno, mas como também pode atingir o aspecto intrínseco e extrínseco do indivíduo, trazendo consequências para a vida. Uma vez que fracassando, passa a sentir-se incapaz, não somente como aluno, mas também como pessoa.

De acordo com Bossa (2002),

> tão importante como a relação do indivíduo consigo mesmo, são as relações interpessoais que se processam entre o aluno e seu mundo social e emocional. Bossa ainda complementa que não basta só inteligência para uma boa aprendizagem escolar, mas que o sujeito tenha uma personalidade sadia e emocionalmente madura.

É necessário que haja um feedback constante e satisfatório na relação família e escola que cerca o aluno, para que seja possível ser apresentado tudo o que se desenvolveu, e o que deve ser melhorado, e para também manter o que está dando certo, gerando, no assim, um bom convívio social com a família e a sociedade no geral.

ANÁLISE DOS DADOS

A metodologia apresentada neste trabalho teve por base os tipos característicos de uma pesquisa descritiva e explicativa. Segundo Gil (1999), a pesquisa descritiva é o modelo de pesquisa que aborda característica de uma determinada população fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis. Enfatiza também que o modelo de pesquisa explicativa são aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É um

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

modelo de pesquisa que mais se aprofunda com o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o motivo das coisas.

Nesse aspecto, o estudo foi desenvolvido no espaço Público Municipal Colégio Dr. Nonato Ibiapina em Campo Maior –PI. No quesito geográfico a escola se situa a norte as cidades de: Cabeceiras do Piauí/Nossa Senhora de Nazaré/Cocal de Telha. A sul: Alto Longá/Coivaras/Novo Santo Antônio; A Leste: Cocal de Telha/Jatobá do Piauí/Sigefredo Pacheco. A Oeste: José de Freitas/Altos/Coivaras. Latitude: 4° 49' 42" Sul, Longitude: 42° 10'10" Oeste.

Inicialmente a escola foi observada no aspecto físico com relação a sua estrutura de acessibilidade e adaptações do espaço, ponderando em torno de 15 horas de observações, analisando e registrando os pontos que norteiam a inclusão escolar nos quesitos negativo e positivo. Dessa maneira, também foi feito uma análise em relação ao pessoal que ali o compõem.

A escola tem uma composição de 1 diretoria, 1 secretaria, 1 cantina, 1 sala de depósito, 1 biblioteca, 1 sala de AEE, 7 salas de aula, 2 banheiros, sendo 1 masculino e outro feminino. (Todos com acessibilidade); totalizando atualmente 11 alunos com inclusão no momento. Rampa acessível na entrada e em cada sala de aula, no entanto, existe a presença de uma estrutura de edificações que podem gerar risco a queda dos educandos, da qual foi feita com a finalidade dos mesmos se sentarem quando estiverem no intervalo. Todos os profissionais com uma vasta capacitação e que se relacionam de forma ética e profissional.

Em seguida, houve um direcionamento para a sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado); nesse contexto, tivemos o contato com um aprendente laudado de autismo infantil leve com o CID F84.0. Com 9 anos de idade e cursando 4° ano menor, no ensino regular, incluído desde 2018 com atendimento psicopedagógico nesta instituição. Para essa idade, no âmbito escolar Segundo (Piccoli; Camini, 2013). Descreve que a criança se apresenta em um nível alfabético e é nessa fase que desenvolve uma análise fonética, produzindo escritas com hipóteses alfabéticas. Sendo que seu percurso adiante terá como desafio a ortografia.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Em face multidisciplinar, o aprendente faz acompanhamento fonoaudiológico, psicológico e terapêutico em outro anexo da instituição de ensino, apresentando-se, portanto, ambos desenvolvimentos positivos no decorrer do processo.

Inicialmente observamos o tratamento que é oferecido no AEE e vivenciamos algumas características externadas pelo mesmo durante as sessões terapêuticas. Evidenciamos uma falta de atenção durante as atividades assim como uma lentidão cognitiva, além de apresentar baixo desenvolvimento social deixando a desejar no momento.

Durante a anamnese feita com a mãe foi relatado que o mesmo de fato sente esta dificuldade de comunicação bem como pronunciar uma história ou frases, porém já se percebe uma melhora nesse sentido.

Diante do observado iniciamos com o aprendizado de 5 sessões interventivas de abrangência as 5 dimensões cognitiva, afetiva, psicomotora, lúdica e social. Com duração de 10 minutos cada procedimento.

Tabela 1- Sessões Interventivas

Dimensões	*Atividade*	*Material*
Cognitiva	Encaixar as setas conforme o local indicado, direita esquerda em cima em baixo. (Trabalhando a lateralidade e a cognição).	Tampinha de garrafa e papelão.
Afetiva	Passa pompons; transportar de colher para colher sem derrubar com outro aprendente.	Colher, e massa de modelar com formato bolinha
Psicomotor	Aramado; Transportar as cores até a posição final.	Estrutura de madeira e ferro com dobras intercaladas.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Lúdica	Jogos quebra cabeça	Figura recortada com diferentes formas: Com a finalidade de formar a figura mestre.
Social	Encaixar nomes de animais conforme a figura. Formar frases oral relacionada a figura	Papelão e letras recortadas.

FONTE: Elaborada pelos autores com base em Santos, 2020.

Santos (2020) define que as funções executivas correspondem a um conjunto de competências e habilidades necessárias para o controle da saúde mental e funcional. E que os jogos e as atividades lúdicas são recursos utilizados no trabalho pedagógico e terapêutico, contribuindo para o melhoramento das funções executivas que reflete na plasticidade cerebral da aprendizagem. A neurociência conceitua a aprendizagem como experiências comportamentais, havendo uma correlação entre o ambiente rico em estímulos e o aumento de sinapses (conexões entre as células cerebrais).

Primeiramente, houve uma certa timidez por parte do aprendente algo que para ele é um desafio a sua interação social, mas com uma linguagem simples e inerente a ele conseguimos pouco a pouco fazer com que se desenvolvesse as atividades de forma suave que para nós caracterizamos como um desafio em superação.

> É necessário que a criança consiga atuar de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepções de suas limitações, conhecendo progressivamente seu próprio corpo, brincando, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades (BRASIL, 1998 a, p. 83).

O processo de aprendizagem permite que os desafios e dificuldades do sujeito sejam minimizados durante o desenvolvimento das atividades. A criança por sua vez pode expressar e dominar o seu movimento como sendo uma linguagem corporal, evidenciando a eficácia no seu rendimento escolar.

CONCLUSÃO

É de extrema importância este estudo para nós, pois percebemos ao longo da pesquisa que a neuropsicopedagogia realmente faz a diferença no contexto multidisciplinar principalmente no tocante à inclusão e valorização do processo de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

escolarização. Esta ciência visa compreender as influências cerebrais de maneira como o indivíduo aprende sinalizando através de suas funções cognitivas, e este aprendizado é constante e integral que norteia todas as dimensões do sujeito.

Em entrevista com o especialista psicopedagogo Anderson Monteiro do Estado Rio Grande do Norte, da qual possui vivências com práticas em sala de aula e com o apoio clínico com a pessoa com autismo, ele relata que: "O processo de ensino e aprendizagem se dá em cada particularidade do sujeito, sendo ele ímpar as suas limitações. Requer recursos, espaço e qualidade para que possamos ter uma aprendizagem significativa".

No entanto, quando se expressa sobre as políticas públicas nesse contexto escolar, percebe-se que ainda falta um olhar com maior preciosidade por parte dos representantes políticos. Pois, há uma certa demanda e nem sempre o público autista é assistido como dita a literatura, portanto, há muito a melhorar em todas as variáveis que norteiam o ensino desde a estrutura física até a valorização e capacitação constante dos profissionais envolvidos.

É, de algum modo, plausível, todas as ações iniciais relacionadas à inclusão, especificamente ao público autista, pois entendemos que ainda estão em um processo de construção e de adaptação. Mas, são necessários muitos esforços para que possamos chegar a uma inclusão satisfatória, a fim de que façamos valer a inclusão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. P. Plasticidade cerebral e aprendizagem. In: RELVAS, M. P.(org**.). Que cérebro é esse que chegou à escola?:** as bases neurocientíficas da aprendizagem. Rio de Janeiro: WAK, 2012.

ALMEIDA, RAFAELA. **Práticas Pedagógicas desenvolvidas com estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na produção acadêmica brasileira**. / Rafaela Almeida; orientador, Maria Helena Michels, 2022. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Graduação em, Florianópolis, 2022.

AVELINO, Wagner Feitosa. **A NEUROPSICOPEDAGOGIA NO COTIDIANO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Revista Educação em Foco – Edição nº 11 – Ano: 2019.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

BEAUCLAIR, J. **Neuropsicopedagogia:** inserções no presente, utopias e desejos futuros. Rio de Janeiro: Essence All, 2014.

BELO, Rita de Cassia Fernandes; GUEDES, Ivan Claudio **Neuropsicopedagogo: Como este Profissional pode auxiliar nos processos de Aprendizagem.** Revista Acadêmica Faculdade Progresso V.7, N.2 2021

BOSSA, N. (2002). **Fracasso escolar:** um olhar psicopedagógico. Porto Alegre: Artmed.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC C_20dez_site.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2022.

CASTRO, J.A. Política social e desenvolvimento no Brasil. Economia e Sociedade**, Campinas**, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. **Neurociências e Educação:** como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm . Acesso em 21 de maio de 2022.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; FERNANDES, Paulo Vanessa. **Autismo, cidadania e políticas públicas: as contradições entre a igualdade formal e a igualdade material**. Revista do Direito Público, Londrina, v. 13, n. 2, p.195-229, ago. 2018. DOI: 10.5433/24157-108104-1.2018v13n2p195. ISSN: 1980-511X.

FRANZIN, S. O diagnóstico e a medicalização. In: MORI, N. N. R.; CEREZUELA, C. (Orgs.). **Transtornos Globais do Desenvolvimento e Inclusão:** aspectos históricos, clínicos e educacionais. Maringá, PR: Eduem, 2014, p. 62-92.

FUNDAÇÃO CEPRO, **Piauí – Informações Municipais** – 2000 – Anuário Estatístico do Piauí – 2001 http://www.cepro.pi.gov.br/download/201102/CEPRO16_3d9c0dd1db.pdf . Acessado: 13/05/2022

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Alzira de Sousa Paiva. **A aprendizagem do autista (TEA) e a intervenção neuropsicopedagógica.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 06, pp. 32-40. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/aprendizagem-do-autista, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/aprendizagem-do-autista

GUARESCHI, T.A; Alves, M.D; Naujorks, M.I. Autismo e Políticas Públicas de Inclusão No Brasil**. Journal of Research in Special Educational Needs,** v. 16, n. S1, p. 246- 250, 2016.

GUEDES NPS, Tada INC. A produção científica brasileira sobre autismo na Psicologia e na Educação. **Psic: Teor e Pesq.** 2015;v.31(3):303-9. Acesso: http://www.inttegrare.com.br/novidades/noticia/57/qual-a-importancia-da-psicomotricidade-para-o-desenvolvimento-infantil-e-para-aprendizagem

IBLIOGRAFIAS. Acessado 20/05/2022.

LIBERALESSO, Paulo. LACERDA, Lucelmo. **Autismo, comprovação** e práticas baseadas em evidências (livro eletrônico). 1ªEd. Curitiba. Marcos Valentin de Souza, 2020.

LUCCA, S. A. de (et al.) **Dificuldade de aprendizagem: contribuições da avaliação neuropsicológica** Pensamento Plural: Revista Científica do , São João da Boa Vista, v.2, n.1, 2008

MANTOVANINI, Maria Cristina. **Professores e alunos problema:** um círculo vicioso. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

NUNES. Anna Paula de Paiva. Evento: **II Seminário Potiguar**: Educação, Diversidade e Acessibilidade - Uma Questão de Efetivação de Direitos. ANAIS ISBN 978-85-7621-124-2 ISSN 2525-3085 2015 VOLUME ÚNICO. MOSSORÓ/RN 2015.

OLIVEIRA, Adão Francisco de: **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. –** Texto publicado no livro "Fronteiras da Educação: desigualdade, tecnologias e políticas". Editora PUC Goiás, 2010, p. 5

OLIVEIRA, E. L.; MENDES, E. G. Percepções sobre pessoas com deficiências e o prognóstico para o atendimento educacional especializado. **Rev. bras. educ. espec.,** v. 20, n. 1, p. 21-36, Mar. 2014.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PEXE, M. et al. Perfil Epidemiológico Do Ambulatório De Saúde Mental Infanto juvenil Da Clínica Integrada Do Centro Universitário De Várzea Grande (UNIVAG). **Caderno de Publicações Univag** - n.10 (2019).

PIAIA, Karine e SCALABRIN, Ionara Soveral: **Um olhar sobre as políticas educacionais brasileiras: desafios e possibilidades.** X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba, 2011, p. 2

PICOLLI, Luciana; CAMINI, Patrícia. **Práticas pedagógicas em alfabetização:** espaço, tempo e corporeidade. Porto Alegre: Edelbra, 2013

RODRIGUES, A. & Chechia, V. A. Fracasso escolar e processo de ensino e aprendizagem._Psicologia - **Saberes & Práticas,** n.1, v.1, 29-36, 2017.

SERAPIONI, M. (2005). O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. Ciência & Saúde Coletiva, 10(0), 243-253. doi: 10.1590/S1413-81232005000500025.

TABAQUIM, Maria L. M**. Avaliação Neuropsicológica nos Distúrbios de Aprendizagem. In Distúrbio de aprendizagem:** proposta de avaliação interdisciplinar. Org. Sylvia Maria Ciasca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

TABAQUIM, Maria L. M. **Avaliação Neuropsicológica nos Distúrbios de Aprendizagem. In Distúrbio de aprendizagem:** proposta de avaliação interdisciplinar. Org. Sylvia Maria Ciasca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

TEIXEIRA, Dr. Gustavo. **Autismo.** Quais são os sinais de alerta: CBI of Miami (Child Behavior Institute of Miami) Manual dos transtornos escolares e o reizinho da casa, publicados pela Editora BestSeller. 2016

TREVISAN, A. P.; Bellen, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

SANTOS, Eliana Ribeiro Dos. Jogos e funções excecutivas: Impactos na Aprendizagem Escolar. **E-book**; abril, 2020.

VOLKMAR, F. R; A Wiesner, L. O que é autismo?: conceitos de diagnóstico, causas e pesquisas atuais. In: VOLKMAR, Fred R; A WIESNER, Lisa. **Autismo:** guia essencial para compreensão e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2019. p. 1-24.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO VI

O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: (IM)POSSIBILIDADES DE PESQUISA

Neide Elisa Portes dos Santos[20]; Lúcio Alves de Barros[21];
Mauro Giffoni de Carvalho[22]; Renato Francisco dos Reis[23].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-06

RESUMO: O objetivo do presente artigo é o de apresentar algumas reflexões acerca dos possíveis caminhos metodológicos desenhados em uma investigação que se encontra em desenvolvimento e tem como objeto de estudo, o trabalho docente na educação superior. A pesquisa em curso se debruça no estudo de duas instituições mineiras multicampi e cujo contingente de professores se aproxima de 2700 docentes. Uma possível estratégia para amenizar os efeitos de eventuais elementos dificultadores é o entrecruzamento das dimensões quali-quanti da pesquisa. Nesse cenário, torna-se um desafio pensar os contornos de uma pesquisa com dupla abordagem. É no contexto das reflexões sobre os limites e possibilidades das abordagens qualitativa e quantitativa de pesquisa que o presente texto se delimita. Em relação à dimensão qualitativa o exercício será, à luz dos referenciais teóricos e da análise de conteúdo de respostas obtidas por meio de questionários e/ou entrevistas, buscar compreender o contexto em que os/as docentes desenvolvem seu trabalho. No que concerne à dimensão quantitativa, a estratégia metodológica será definida a posteriori, conforme o número de respostas obtidas aos questionários aplicados, uma vez que a amostragem será identificada após a pesquisa de campo.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho docente. Educação superior. Universidade. Condições de trabalho. Carreira.

TEACHING WORK IN HIGHER EDUCATION: (IM)RESEARCH POSSIBILITIES

ABSTRACT: The objective of this article is to present some reflections about the possible methodological paths designed in an investigation that is in development and whose object of study is the teaching work in higher education. The ongoing research focuses on the study of two multicampi Minas Gerais institutions whose contingent of professors is close to 2700 professors. A possible strategy to mitigate the effects of possible hindering elements is the intersection of the qualitative and quantitative dimensions of the research. In this scenario, it becomes a challenge to think about the contours of a research with a dual approach. It is in the context of reflections on the limits

20 Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. neide.santos@uemg.br
21 Doutor em Ciências Humanas (Sociologia). Professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. lucio.alves@uemg.br
22 Doutor em Comunicação. Professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. mauro.carvalho@uemg.br
23 Mestre em Administração. Professor da Unidade Ibirité. renato.francisco@uemg.br

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

and possibilities of qualitative and quantitative research approaches that the present text is delimited. In relation to the qualitative dimension, the exercise will, in the light of theoretical references and content analysis of responses obtained through questionnaires and/or interviews, seek to understand the context in which teachers develop their work. Regarding the quantitative dimension, the methodological strategy will be defined a posteriori, according to the number of responses obtained to the applied questionnaires, since the sample will be identified after the field research.
KEYWORDS: Teaching work. College education. University. Work conditions. Career.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é o de apresentar algumas reflexões acerca dos possíveis caminhos metodológicos desenhados em uma investigação que se encontra em desenvolvimento e tem como objeto de estudo, o trabalho docente na educação superior.

A partir de revisão de literatura, percebe-se que os estudos sobre a temática vêm ocupando a agenda de pesquisadores de diferentes áreas. Da análise das obras mapeadas – a despeito da sempre vigilância aos limites – percebessem-se algumas tendências importantes:

- Observa-se que o trabalho docente na educação superior vem passando por processos de intensificação e de precarização das relações de trabalho, quer no âmbito público, quer no âmbito privado.
- Há uma prevalência de estudos sobre o tema em universidades federais.
- Os estudos sobre a temática abordam uma diversidade de aspectos do trabalho, contemplando a questão da eficiência escolar, avaliações, organização sindical; saúde do trabalhador e condições de trabalho (FÁVERO; MANCEBO, 2004; BROOKE; SOARES, 2008).

Em que pese o crescimento das produções sobre a temática, nota-se uma relativa ausência de estudos que abordem o contexto das universidades estaduais, em especial, em relação à que tomamos como exemplo 9, ou, possibilidade de pesquisa – a UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais) e a UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros).

Nesse sentido, a investigação em curso tem por fundamento, se debruçar sobre ambas as instituições que se inserem no universo descrito abaixo. Segundo informações veiculadas em site oficial da Universidade, a UEMG foi criada pelo Art.81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989. O parágrafo primeiro do Art.82 proporcionou a incorporação das seguintes fundações como unidades da UEMG: Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, Fundação

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Educacional do Vale do Jequitinhonha, de Diamantina, Fundação de Ensino Superior de Passos, Fundação Educacional de Lavras, Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas, de Varginha, Fundação Educacional de Divinópolis, Fundação Educacional de Patos de Minas, Fundação Educacional de Ituiutaba e Fundação Cultural Campanha da Princesa, de Campanha.

Posteriormente, conforme estabelecido pela Lei 11.539, de 22 de julho de 1994, foram incorporadas à instituição: a Fundação Mineira de Arte Aleijadinho (FUMA) – hoje transformada em duas unidades: Música e Design; a Fundação Escola Guignard; o curso de Pedagogia do Instituto de Educação, transformado na Faculdade de Educação, e o Serviço de Orientação e Seleção Profissional – SOSP – hoje, Centro de Psicologia Aplicada – CENPA. A incorporação dessas unidades deu origem ao (multi) Campus Belo Horizonte, e as nove fundações optantes, que ao serem absorvidas pelo Estado, passaram a constituir-se em Fundações Agregadas, localizadas nos Campi Regionais.

Igualmente com estrutura multicampi, a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, de acordo com dados institucionais, foi constituída a partir da transformação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – FUNM –, criada em 24 de maio de 1962. É uma autarquia de regime especial do estado de Minas Gerais igualmente criada pelo artigo 82 do "Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais", promulgada em 21 de setembro de 1989, parágrafo 3°.

A instituição é estruturada por campi localizados em: Almenara, Bocaiúva, Brasília de Minas, Espinosa, Janaúba, Januária, Paracatu/Unaí, Pirapora, Salinas e São Francisco e com ações desenvolvidas nos núcleos de Joaíma e Pompéu e conta com 11.781 discentes; 1.179 servidores técnico-administrativos e cerca de 1093 docentes Já a UEMG, segundo dados institucionais, possui 20 unidades distribuídas em 16 cidades, tendo, em última contagem, 23.425 alunos; 1511 docentes e 608 servidores técnicos - administrativo. Em termos de número de cursos, temos o seguinte cenário: 119 de graduação; 26 cursos de especialização; nove de mestrado e dois de doutorado.

Como se pode depreender, ambas instituições mineiras são multicampi, desempenhando um papel de interiorização do ensino superior. É preciso afirmar, nesse contexto, que temos várias instituições de ensino em muitas cidades de Minas. Algumas

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

são muito distantes, outras são próximas. Esse fato empírico, de difícil manejo, opera como obstáculo de pesquisa levando em consideração um survey ou levantamento de dados contundentes, dado a impossibilidade de levar a efeito uma boa caracterização de amostra probabilística. Por certo, as próprias instituições desconhecem as condições pelas quais vivem os seus professores.

Nesse cenário, compreendendo que o trabalho docente é influenciado pela organização do trabalho na universidade e em cada instituição peculiar por natureza; e que uma estrutura multicampi reflete uma diversidade de contextos, é que se propõe como tema de estudo, o trabalho docente nas mencionadas instituições. O problema é qual a melhor técnica de pesquisa para se ter uma compreensão do que realmente os professores fazem, ou dos obstáculos e conflitos que enfrentam, principalmente se utilizarmos a denominada pesquisa quantitativa (BOUDON, 1971).

ALGUNS ELEMENTOS DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa com possibilidades em curso, tem como objetivo geral, descrever como se estrutura a carreira docente na UEMG e na UNIMONTES. Como objetivos específicos, elencamos: analisar como se configuram as relações de trabalho nas instituições; conhecer e caracterizar o trabalho docente na UEMG e na UNIMONTES; descrever as condições de trabalho bem como, o processo de trabalho docente em ambas as instituições.

Para tanto, buscar-se-á documentos e dados institucionais referentes à forma de contratação de professores, à regulamentação da carreira, como por exemplo, o Estatuto e o Regimento de ambas as Universidades

A partir da revisão de literatura, percebe-se que os estudos e pesquisas têm focalizado as transformações que vêm ocorrendo nas Universidades públicas em sua maioria no âmbito das Universidades Federais. Logo, é de suma importância desenvolver pesquisas que considerem as realidades locais – daí a opção por analisar os efeitos da mudança na educação superior na UEMG e na UNIMONTES. Acrescente-se a isso, o fato de que, o estado de Minas Gerais vem empreendendo reformas educacionais desde

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

os anos 1990 com vistas a "adequar a formação da força de trabalho dos mineiros às demandas do grande capital que o Estado esperava atrair; responder às exigências do movimento organizado em defesa da escola pública" (OLIVEIRA, 1999, p. 83).

Também, constitui-se como justificativa para se empreender a pesquisa, a constatação de Bosi (2007, p. 1504) de que "os estudos sobre a precarização do trabalho docente nas IES no Brasil não são numerosos e, geralmente, atêm-se à dimensão da flexibilização das relações contratuais de trabalho discutindo-se pouco ou quase nada as transformações experimentadas na rotina do trabalho acadêmico".

Em relação ao universo da pesquisa, a Universidade do Estado de Minas Gerais tem sido objeto de estudo em algumas pesquisas. Santos (2014) em sua tese de doutoramento discutiu as consequências das reformas do estado materializadas pela política denominada "choque de gestão" em pleno governo pseudo liberal para o trabalho do docente na UEMG. Santos e Vieira (2015) apresentaram algumas reflexões sobre as consequências das reformas de Estado e da educação em Minas Gerais para o trabalho docente na UEMG nos anos 2000.

Em relação à UNIMONTES, não foram localizados trabalhos sobre a temática, pelo menos nas bases consultadas – daí a proposição pela investigação que se estrutura em pelo menos três ações: revisão da literatura, análise documental e pesquisa de campo.

De todo modo, uma reflexão nesse caminho se impõe e diz respeito à dificuldade de operar em um universo tão denso e ao mesmo tempo disperso, dado que as questões relacionadas ao trabalho docente (COSTA, 1995; TARDIF; LESSARD, 2008) não se limitam a contratos, documentos e regulamentos. É de crucial importância verificar as sociabilidades, as relações de conflito, consentimentos e de interesses divergentes que se forjam no mundo relacional docente. Os jogos ocultos, provenientes do trabalho docente nas universidades, são muitas vezes determinantes, acabando por reduzir subjetividades, desadequado relações, multiplicando adversidades, diferenças de pensamento quanto aos rumos da educação, ou mesmo, destruindo pessoas.

A ABORDAGEM QUALITATIVA NA PESQUISA: ALGUMAS QUESTÕES

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

As reflexões apresentadas acima nos apontam como uma das abordagens, a dimensão qualitativa de investigação. A expressão "investigação qualitativa" é um termo genérico utilizado para se referir a um conjunto de estratégias de investigação que tem características comuns como a capacidade de "gerar teoria, descrição ou compreensão" (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 67), ou seja, nela busca-se compreender o processo mediante o qual os participantes entrevistados constroem significados, símbolos e significantes acerca de suas relações, seja no ato de trabalho, seja nas relações que se configuram em espaços não escolares, informais ou de administração (GOLDEMBERG, 2001; YIN, 2003)

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 67), na pesquisa qualitativa, "o objetivo principal do investigador é o de construir conhecimentos e não dar opinião sobre determinado contexto". Goldemberg (2001) segue o mesmo caminho deixando claro que a pesquisa qualitativa tem por mérito, a arte de compreensão dos fatos e fatores, das relações e das configurações oriundas da tensão dos investigados, cabendo ao cientista revelar a verdade, construir ou legitimar hipótese e levar à frente novas questões, pois a pesquisa qualitativa é uma arte que não vislumbra seu fim.

Gatti e André (2011) explicitam quatro aspectos da pesquisa qualitativa que caracterizam uma "nova conotação" no campo da educação:

> i) Compreensão mais profunda dos processos de produção do fracasso escolar, um dos grandes problemas na Educação brasileira, que passa a ser estudado sob diversos ângulos e com múltiplos enfoques; ii) Compreensão de questões educacionais vinculadas a preconceitos sociais e sociocognitivos de diversas naturezas; iii) Discussão sobre a diversidade e a equidade; e iv) Destaque para a importância dos ambientes escolares e comunitários (GATTI; ANDRÉ, 2011, p. 34).

Como se pode depreender, as dimensões explicitadas pelas autoras possibilitam uma compreensão do contexto no qual as questões relativas à educação se estruturam. E numa observação nada ingênua, tais dimensões nos possibilitam analisar as relações latentes, não passíveis de verificação sem uma boa bagagem teórica ou de uma importante triangulação de informações que fogem ao olhar do investigador ainda em formação (GOLDEMBERG, 2001; HAGUETTE, 1992).

Bogdan e Biklen (1994, p. 47-50) apresentam cinco características da investigação qualitativa, aqui apresentadas de forma esquemática: 1) a fonte direta de coleta de dados

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

é o ambiente natural onde ocorrem os fenômenos, constituindo o investigador o instrumento principal. “Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48). Os autores argumentam que as ações são melhor compreendidas quando são observadas no próprio ambiente que ocorrem. 2) A investigação qualitativa é descritiva, pois “os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48). Esses dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos ou outros registros. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48). 3) Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49). O interesse do pesquisador é verificar como um problema se manifesta em algumas situações. 4) Os investigadores qualitativos tendem a analisar os dados (e não premissas) de forma indutiva. “Não recolhem dados ou prova com o objetivo de confirmar e informar hipóteses construídas previamente, ao invés disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos vão se agrupando” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 50). 5) O significado é a importância vital na abordagem qualitativa. “Os investigadores que fazem uso dessa abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido a suas vidas” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 50).

Ainda acerca da abordagem qualitativa, Bogdan e Biklen (1994) argumentam, com base em Psathas (1973, p. 51) que o papel do investigador nessa abordagem é o de questionar os sujeitos da investigação com o objetivo de perceber “aquilo que eles experimentam, os modos como eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem” (PSATHAS, 1973 apud BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 51, grifos dos autores).

A partir das questões apresentadas acerca da abordagem qualitativa que coloca ênfase no contexto e nos sujeitos em ação e reação, o desafio posto à investigação em duas instituições distintas, multicampi passa pela tentativa de apreensão do contexto em que se estrutura o trabalho docente. Nesse cenário, a leitura de documentos que possibilitem a compreensão do contexto da criação de ambas as instituições; as políticas

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

estruturantes vigentes no momento de criação e legitimação de instituições e das condições de trabalho docente são de crucial relevância.

Nesse sentido, considerados os objetivos específicos da investigação, a priori, vislumbra-se verificar também, dados que nos permitam caracterizar os docentes de nossa pesquisa quanto ao todo do contexto no qual estão inseridos. Vejamos:

1) Carreira: Acesso à carreira; Conjunturas de ação e reação; Avaliação; Tempo de serviço; Sistema de promoção; Afastamentos e aposentadoria.

2) Perfil profissional e à situação Funcional: Cargo; Remuneração; Tempo de exercício; Forma de ingresso na instituição; Regime de dedicação; Atividades desenvolvidas.

3) Condições de trabalho: Política de qualificação; Fomento à pesquisa, ensino e extensão; Formas de progressão na carreira; Políticas de cargos e salários.

Alguns dados elencados acima serão obtidos através de consulta ao Setor de Recursos Humanos. Também com a possibilidade de encontrá-los em outros setores como o de Planejamento ou de políticas provenientes da Secretaria responsável por ambas as universidades.

A fim de aprofundar tais questões que, inclusive, possam contribuir para uma caracterização do contexto no qual o trabalho docente é desenvolvido, é oportuna, para não dizer obrigatória e necessária, a realização de questionários e entrevistas (estruturadas e semiestruturadas) com docentes da UEMG e da UNIMONTES.

Para o tratamento qualitativo dos dados obtidos, serão construídos instrumentos de análise específicos para a categorização dos dados coletados através das fontes documentais e da pesquisa de campo com base na análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016).

Em uma segunda etapa, para o aprofundamento das questões, pretende-se selecionar uma amostra representativa [entre os respondentes] para a realização de entrevistas. A priori, pretendemos selecionar docentes segundo a titulação: especialistas, mestres e doutores e segundo o locus de atuação: graduação e a pós-graduação stricto sensu. Também pretende-se entrevistar professores aposentados, professores velhos de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

casa e algumas personalidades coadjuvantes que participaram em importantes cargos e lugares de gestão.

No processo de análise e considerando o universo da pesquisa constituído por cerca de 2700 docentes, é recomendável, na medida do possível, lançar mão de algumas técnicas de pesquisa quantitativa.

ABORDAGEM QUANTITATIVA: ALGUMAS REFLEXÕES

Como se sabe, ao se propor um problema de pesquisa, procura-se selecionar os métodos a serem utilizados para identificá-lo, ou mesmo, descrevê-lo dentro do universo em que se encontra. O método de pesquisa de cunho quantitativo que se pretende utilizar é o conhecido como *survey*.

Segundo Babbie (2001), a pesquisa *survey* é semelhante ao censo, e a diferença entre eles é que o *survey* examina uma amostra de população de pessoas baseado na lei da probabilidade, enquanto o censo, implica em uma enumeração total desta população. "Levantamento por amostragem" é o termo empregado em português como tradução de *survey sampling* ou sample *survey* (SILVA, 2001, p. 15).

O Universo ou a população-alvo é o conjunto dos seres animados ou inanimados que apresenta pelo menos uma característica em comum, sendo representado pela letra maiúscula X, tal que: Xn = X1; X2; X3... Xn. A amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do Universo. Logo, para os incautos, na reunião das informações é categórica a repetição de comportamentos levando em consideração a progressão das informações. Esse método é ostensivamente utilizado por todas as ciências e assegurado por médias, medianas, probabilidade, e demonstrada de forma gráfica pelo uso da curva normal que, por sinal, pode ser divindade em quartéis, etc. (LAKATOS; MARCONI, 2007; BABBIE, 2001; BOUDON, 1971; PEREIRA, 1999; CRESPO, 1996).

Uma das fases da pesquisa científica – o planejamento propriamente dito – poderá ser desenvolvida de forma *censitária* ou *amostral*. Caso a opção do procedimento seja de forma amostral, a técnica utilizada para a seleção da amostra, poderá ser probabilística ou

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

não-probabilística. Segundo Silva (2001), podemos caracterizar a amostragem probabilística como um mecanismo que tem por objetivo, referenciar e revelar o como se apresenta o todo. Obviamente, somos humanos e, para isso, os estatísticos estipulam margens de erro (em geral, de 3 a 5 pontos para cima ou para baixo) que nada mais são medidas de dispersão em uma curva normal de distribuição das pessoas entrevistas. É a forma mais usual e constante de avaliar o todo sem maiores erros. Nota-se que, para isso, o pesquisador deve ter a ciência de todo o universo - que não deve ser ao tempo todo remodelado como acontece nos surveys eleitorais. Para isso, os sérios estatísticos utilizam dados censitários que, no Brasil, raramente estão completos ou atualizados. No caso de uma pesquisa de campo de grande monta a análise é a mesma. O "n" deve estar correto, sem a possibilidade de mudanças em longo ou pequeno prazo. O que se torna difícil em análise de grandes instituições que, no caso de Minas, estão em mutação desde os anos noventa.

Nesse sentido, a amostragem probabilística, poderá ser realizada de diferentes formas, tais como amostragem aleatória simples (AAS), amostragem sistemática (AS), amostragem estratificada (AE), amostragem de conglomerados (AC). Cabe ressaltar que a proporcionalidade da amostra em relação ao universo, nos casos dos estratos e conglomerados, contribui na representação da amostra selecionada (CRESPO, 1996).

A amostragem não-probabilística, caracteriza-se por não proporcionar o dimensionamento probabilístico de participação dos elementos na amostra. Desta forma, os pressupostos para inferência estatística não são totalmente válidos e impossibilitam dimensionar o erro da pesquisa. A amostragem não-proporcional também se classifica por vários tipos tais como: a intencional ou julgamento, por quotas, a esmo ou sem norma.

Ao decidir adotar um levantamento censitário, tem-se como proposta, a participação de todos os pertencentes à população. Assim, as respostas obtidas evidenciaram os parâmetros populacionais, diferentemente das estimativas amostrais associadas com margens de erro obtidas através de amostragens probabilísticas. Cabe ressaltar que na amostragem não probabilística não se aplicam os princípios da inferência estatística. Outro ponto é que, qualquer pesquisa censitária necessita de muitos recursos,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

equipe de campo qualificada, pessoas bem-intencionadas e sabedoras do que irão fazer em caso de não encontro das pessoas previamente selecionadas. Mais que isso, grande são os recursos para transporte, alimentação, organização de informações e uso de softwares – muitos destes não disponíveis nas universidades.

No caso de termos um reduzido escore na taxa de respostas, a proposta inicialmente delineada, seja ela um por um delineamento amostral probabilístico, ou mesmo um censo, resultará na possibilidade de termos uma limitação das evidências o que não significa que podemos validar as informações qualitativamente (PEREIRA, 1999) viés no resultado. No caso da amostra probabilística, estuda-se a complementação da amostra inicial, favorecendo assim a possibilidade de permanência do erro da pesquisa. Segundo Mattar (1996, p. 157), "O resultado de um processo de amostragem probabilístico, a priori, pode resultar em um estudo não probabilístico, devido a erros que os entrevistadores podem cometer quando não seguem corretamente as instruções". No entanto, a pesquisa censitária passa a ter nessa situação, uma característica de pesquisa amostral, classificando-se como pesquisa amostral não-probabilística. Isto decorre do fato de que as respostas obtidas não terem o *princípio da aleatoriedade* de escolha e sim, um princípio de resposta por representações, imagens e crenças de um determinado fato. Nesse processo, "... a taxa de resposta é um guia da representatividade dos respondentes na amostra. Alcançar uma alta taxa de respostas resulta em chance menor de viés de resposta significativa do que uma baixa de resposta" (BABBIE, 2001, p. 253).

Segundo (BOLFERINE; BUSSAB, 2005, p. 22), há uma percepção entre muitas pessoas que apenas através do censo é que se pode conhecer a "verdade" sobre a população. Isto evidencia que, em igualdade de condições, os resultados obtidos através do censo serão mais precisos do que a amostra. Outra ocorrência em que é recomendável o uso do censo, é quando a população é pequena, de tal forma que, ao estimar o tamanho da amostra, este tamanho supera mais da metade da população.

No que concerne à abordagem quantitativa, a questão dos tipos de amostragem torna-se relevante, em especial quando se tem um universo expressivo de sujeitos.

A Amostragem pode ser compreendida como um processo adequado de obtenção de amostras com garantia de representatividade da população. Na *Amostragem*

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Probabilística – reúnem-se todas as técnicas que utilizam mecanismos aleatórios de seleção dos elementos da amostra, atribuindo a cada um deles uma probabilidade, conhecida *a priori*, de pertencer à amostra, isto é, se todos os elementos da população tiverem probabilidade conhecida, e diferente de zero, de pertencer à amostra. Já a Amostragem Casual Simples, também chamada de amostra simples ao acaso, aleatória, casual, elementar, randômica, e é equivalente a um sorteio lotérico; nela , todos os elementos têm igual probabilidade de pertencer à amostra, e todas as possíveis amostras têm também igual probabilidade de ocorrer.

No que se refere à *Amostragem Sistemática*, em geral, a utilizamos quando os elementos da população se apresentam ordenados e a retirada dos elementos da amostra é feita periodicamente. Uma outra modalidade de amostragem pode ser feita por meio de conglomerados que consiste em sortear um número suficiente de conglomerados, cujos elementos constituirão a amostra. As unidades de amostragem são os conglomerados e não os elementos individuais da população. É utilizada quando a população apresenta uma subdivisão em pequenos grupos sendo possível – e muitas vezes conveniente – recorrer a esse tipo de amostragem.

Amostragem Estratificada consiste em especificar quantos elementos da amostra serão retirados em cada estrato. São considerados três tipos: uniforme – quando há igual número de elementos em cada estrato; proporcional – o número de elementos em cada estrato é proporcional ao número de elementos existentes no estrato é; ótima – quando toma em cada estrato um número de elementos proporcional ao número de elementos do estrato e também à variação da variável de interesse no estrato, medida pelo seu desvio-padrão. Outra dimensão da amostragem é a Amostragem Múltipla - a amostra é retirada em diversas etapas sucessivas e tem por finalidade, diminuir o número médio de itens inspecionados em longo prazo, baixando assim, o custo de inspeção.

No que concerne à *Amostragem Não-Probabilística*, essa é também empregada em trabalhos estatísticos, em função de sua simplicidade ou pela impossibilidade de se obterem amostras probabilísticas, como seria desejável.

Há um outro tipo de Amostragem – *por acessibilidade a toda a população*. Em determinadas circunstâncias, somos forçados a colher a amostra somente da parte da

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

população que nos é acessível, daí surge uma distinção entre população-objeto e população amostrada. A população objeto é a que temos em mente ao realizar o trabalho estatístico, mas somente parte dessa população está acessível para a retirada da amostra. Esta parte é a população-amostrada. Nesta direção, temos a "amostragem a esmo" ou "sem norma" que é aquela em que o amostrador, para simplificar o processo, procura ser aleatório sem, no entanto, realizar propriamente o sorteio usando algum dispositivo aleatório confiável.

Por fim, temos a *Amostragem população formada por material contínuo*. Nesse caso, é impossível realizar a amostragem probabilística, devido à impraticabilidade de um sorteio rigoroso. Se a população for líquida ou gasosa, o que se costuma fazer, com resultado satisfatório, é homogeneizá-la e retirar a amostra a esmo. Às vezes pode ser usado no caso de material sólido. Amostragens intencionais - o amostrador deliberadamente escolhe certos elementos para pertencer à amostra, por julgar esses elementos representativos da população".

À medida que alcançarmos uma inserção no campo, iremos definir as técnicas mais adequadas de pesquisa qualitativa e quantitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No contexto latino-americano, as reformas neoliberais que atingem o trabalho docente além de afetarem, conforme as contribuições de Martínez (2010), o processo de trabalho e a organização do trabalho como afirma a mesma autora (OLIVEIRA et al., 2002; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009), têm conduzido o trabalho docente a um processo de precarização das relações de trabalho.

A categoria trabalho docente abarca tanto os sujeitos nas suas complexas dimensões, experiências e identidades quanto as condições em que as atividades são realizadas no ambiente escolar. Compreende, portanto, as atividades, responsabilidades e relações que se realizam na escola para além da regência de classe, sujeitas, em conjunto, a mecanismos implantados pela gestão na busca por redução dos custos e aumento da eficácia (COSTA, 1995; OLIVEIRA, 2006).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Nos últimos anos, a organização da educação superior vem passando por profundas mudanças decorrentes, especialmente, das reformas da educação dos anos 1990 que tiveram como marca a centralidade na educação básica ao mesmo tempo que contribuíram para processos de privatização e mercantilização do ensino superior. Tais reformas ocorreram tanto em nível de Brasil quanto em nível de América Latina e Europa. Os trabalhos de Mollis (2010); Martínez (2010); Sguissard (2009); Lima (2008); Gomes (2008) constituem exemplos de estudos que tratam das implicações do referido processo.

O trabalho docente na educação superior é compreendido por Maués (2010) como sendo aquele que articula o tripé que sustenta uma concepção de universidade: ensino, pesquisa e extensão – o que elucida a complexidade do trabalho do professor neste nível de ensino. Dessa forma, o trabalho docente não pode ser visto divorciado de questões relativas à organização do trabalho da universidade.

No que tange à educação superior, percebe-se que essa vem passando por profundas mudanças nos últimos anos - quer sejam mudanças relativas às políticas públicas para o setor, quer seja no trabalho no interior da universidade.

Pode-se dizer que as políticas neoliberais produziram um ajuste do sistema ao crescimento da demanda por educação superior e o atendimento às exigências do mercado o que desencadeia, de acordo com Dourado; Catani; Oliveira (2004, p. 92-93), “um amplo processo de mercantilização da educação superior e maior subordinação da gestão e da produção do trabalho acadêmico aos parâmetros do capital produtivo”.

Do ponto de vista das políticas públicas nota-se que um dos eixos estruturantes é a privatização que se manifesta de duas formas no cenário brasileiro. Isso porque, além da ampliação do número de vagas ter sido acompanhada da expansão da rede privada de ensino, identifica-se, no sistema público de educação superior, a utilização de estratégias de gestão que se assemelham à da organização da empresa privada, haja vista, os novos padrões de produtividade impostos aos docentes, em especial, os dos cursos de pós-graduação *stricto sensu;* a adoção do sistema de avaliação da qualidade da educação que tem como foco, a avaliação do desempenho discente, como por exemplo, o SINAES, bem como, a avaliação de desempenho docente.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Em relação ao processo de expansão do acesso à educação, esse ocorreu, de acordo com Lima (2008, p. 59), através de dois mecanismos básicos: a "explosão" do setor privado e a privatização interna das IES públicas. O primeiro está relacionado ao incremento significativo do número de matrículas na rede privada de ensino. O segundo refere-se à privatização interna das IES públicas que pode ser vinculada ao reordenamento das IFES promovido no Governo Cardoso.

Além da privatização, o processo ora descrito "teve por base uma política de diversificação e diferenciação que associou três princípios fundamentais: *flexibilidade, competitividade* e *avaliação*, objetivando uma expansão acelerada do sistema". (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2004, p. 92) (grifos dos autores).

Como vem sendo discutido, as mudanças na organização do trabalho na universidade têm afetado o trabalho docente.

As atribuições dos docentes parecem tornar-se mais complexas à medida que a organização do trabalho escolar ganha novos contornos. Isso porque, como argumenta Silva (2007), o trabalho docente compreende:

> (…) todo o conjunto de atribuições que cabe ao professor. Aí estão incluídas, desde suas tarefas em sala de aula – a serem exercidas no trato com os alunos até outras funções que o professor acaba por exercer, como atividades de planejamento, escrituração e até contribuições na gestão escolar. O professor, então, é o trabalhador que executa, tanto na escola, quanto fora dela, atividades relacionadas à educação, buscando cumprir os objetivos do sistema e da escola por meio de métodos necessários à realização de tais intentos (SILVA, 2007, p.10).

A partir da observação apurada da literatura, percebe-se que as reformas educacionais e a implementação das políticas neoliberais trazem mudanças para o cotidiano das instituições de ensino, mudando o ritmo de trabalho dos docentes, quer seja na Educação Básica, quer seja na Educação Superior. No contexto desse segundo nível de ensino, como lembra Mancebo (2007), o trabalho docente se vê duplamente afetado pelas políticas públicas implementadas para a educação.

De uma feita, o docente é visto como um trabalhador de um sistema produtivo-industrial, imerso numa nova organização do trabalho; de outra feita, o produto do seu trabalho – formação de "força de trabalho competente" e, no caso da educação superior, produção de 'tecnologia e conhecimento científico' – é profundamente afetado.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Algumas categorias analíticas têm sido utilizadas para a análise e compreensão das transformações que as instituições vêm passando e o trabalhador docente vem sendo submetido. O trabalho de Mancebo (2007) contribui para a sistematização dessas categorias. A autora elenca alguns elementos que têm perpassado as discussões sobre temática: precarização; intensificação do regime de trabalho; descentralização e submissão das instituições e docentes a rigorosos e múltiplos sistemas avaliativos. A autora chama a atenção para o fato de que, o tema da precarização é o mais recorrente na literatura. De um modo geral, os autores remetem à desqualificação e à fragmentação do trabalho do professor.

A mencionada autora identifica a intensificação do trabalho ocorrendo de duas formas: de ordem intensiva (aceleração na produção num mesmo intervalo de tempo) e "extensiva" (maior tempo dedicado ao trabalho). Quanto à precarização da força de trabalho, observa-se a implementação de contratos de trabalho mais ágeis e econômicos, como temporários, precários, substitutos e outras denominações já em vigor inclusive, em universidades públicas. Nesse cenário, percebe-se que os docentes da educação superior têm sido submetidos a diversas modalidades de contratos: contratos temporários, bolsas de professor visitante, enfim, a formas de flexibilização dos direitos. Outro aspecto abordado diz respeito à submissão das instituições e docentes a rigorosos e múltiplos sistemas avaliativos, nos quais destacam a adoção de avaliações gerenciais que abrangem o controle do sistema educativo.

Leher e Lopes (2008) ao analisarem o trabalho docente nas IFES nos anos 1990, identificam algumas transformações na gestão da força de trabalho que podem estar relacionadas ao quadro descrito acima Uma das mudanças foi a instituição da remuneração vinculada aos parâmetros de produtividade estabelecidos para os docentes. Parte do discurso de um analista da Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe – CEPAL que "argumenta que para avançar nas contrarreformas, era preciso quebrar o monopólio do saber dos professores".

A lógica produtivista instituída a partir dos mecanismos de avaliação parece contribuir para a competitividade entre instituições, programas de pós-graduação e até mesmo, entre docentes.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

De acordo com (MACEDO et al., 2005) o modelo de formação universitária prevalecente na maioria dos países ocidentais está se esgotando em função de alguns fatores: as transformações no mundo do trabalho e no campo científico e a demanda por novos tipos de profissionais.

No contexto brasileiro, assiste-se, sobretudo a partir dos anos 1980 e 1990, a um conjunto de reformas educacionais que têm trazido implicações para a organização das instituições educacionais e para o trabalho docente nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Esse quadro demanda estudos acerca do caráter e do desdobramento desse processo.

Cabe lembrar que as reformas educacionais tiveram centralidade no âmbito das políticas educacionais dos anos 1990, estando sobretudo, vinculadas às reformas fiscal e de Estado, visando ao atendimento às exigências de reprodução do capital tal como demonstram estudos de alguns autores.

No que se refere às políticas de governo voltadas à expansão da educação superior, Gomes (2008) faz uma análise das diferenças entre os governos FHC e Lula. De acordo com o autor, ambos governos admitem a necessidade de se aumentar o número de matrículas nos cursos de graduação.

No governo Lula (anos de início e fim), a questão da expansão da educação superior ganha contornos diferentes sendo articulada dentro de uma

> (…) configuração discursiva que enuncia claramente o tema da democratização e da justiça social, fundado no conceito de redistribuição indireta de renda, no sentido de que a expansão da educação superior passa necessariamente pela incorporação de setores tradicionalmente excluídos da educação superior: a população estudantil de baixa renda proveniente de escolas públicas, no que se inclui a população negra e grupos étnico-raciais. (GOMES, 2008, p. 30).

O autor chama a atenção para o fato de que esse recorte das políticas de expansão esteve ausente nas políticas governamentais de nossa história.

Outra questão relevante em relação ao processo de expansão da educação superior é o movimento de estadualização e de interiorização de instituições públicas (SANTOS, 2014)

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Tanto a UEMG quanto a UNIMONTES são instituições criadas a partir de processos de estadualização. No que concerne ao processo de criação da Universidade do Estado de Minas Gerais, Brito (2009) argumenta que esse foi desde o início, objeto de disputa política e jurídica entre os parlamentares quando da elaboração da Constituição Mineira de 1989, que, estabeleceu "um modelo de universidade com campi diversificados pela incorporação de fundações privadas localizadas em vários municípios mineiros". (BRITO, 2009, p. 54).

Esse modelo traz implicações para o trabalho docente? Quais?

A partir das discussões ora apresentadas, embora alguns estudos sejam gerais, a prevalência das discussões em torno das IFES.

Entretanto, algumas categorias podem ser definidas como chave para análise do trabalho docente no contexto das duas universidades mineiras, sobretudo, considerando o cenário das atuais políticas de governo: corte de gastos que acarretam cortes de recursos e de pessoal.

Nesse sentido, as categorias recorrentes nos estudos abordados podem ser apropriadas para a análise do caso mineiro: condições de trabalho; precarização; intensificação e mutações gerenciais.

O termo condições de trabalho remete a situações e circunstâncias cuja existência é indispensável para que o trabalho se desenvolva. Para Migliavacca (2010), às condições de trabalho dos professores não podem ser pensadas de forma isolada das transformações no mundo do trabalho, em especial as que se referem à crise no padrão de acumulação taylorista/fordista. Frente à instituição do novo modelo denominado flexível, para Migliavacca, reportando a Antunes (2000), ter-se-iam algumas tendências – incremento do trabalho precarizado; mudanças na forma de contratação: trabalho terceirizado e subcontratado; e o "aumento do trabalho feminino" sobretudo, "no universo do trabalho precarizado e desregulado".

Essas transformações também incidem sobre o trabalho docente que tem sido submetido a formas temporárias de contratação. A noção de condições de trabalho estaria relacionada a alguns elementos estruturantes da carreira profissional: salário, formas de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

contratação e políticas de qualificação. Os estudos da autora bem como outros estudos por ela citados apontam para uma flexibilização dos direitos do trabalho implicando na perda da estabilidade que é intensificada pelo incremento do número de empregos temporários.

Como apresentado, um dos elementos recorrentes nos estudos é a precarização do trabalho. O atual panorama da universidade brasileira aponta para um quadro de precarização do trabalho docente que se manifesta nas relações de trabalho instituídas tanto na rede pública quanto na rede privada. Na rede pública, assiste-se partir do aprofundamento das chamadas políticas neoliberais, a um quadro de degradação salarial e a um processo de desqualificação da educação superior que decorre em grande medida das orientações dos organismos internacionais nos quais se destacam o Banco Mundial que propugna ser mais rentável se investir em ensino fundamental que em educação superior.

Sob o ponto de vista das relações de trabalho, observa-se, mesmo em instituições públicas a adoção de formas de contratação temporária como: professor substituto, professor visitante, professor estrangeiro convidado – formas essas que não são baseadas em vínculos empregatícios.

Marin (2010, p. 01) argumenta que o termo precarização do trabalho docente "refere-se a mudanças marcadas por características negativas no conjunto do exercício da função docente". A autora apresenta os diferentes usos e termos relacionados ao trabalho docente ou trabalho do professor. Quando se refere às mudanças do trabalho, encontra-se: "flexibilização; intensificação; desemprego; desprofissionalização; degradação; sobrecarga; cobranças; fragilização; desvalorização; competitividade; perda da autonomia; novas categorias de trabalhadores, sobretudo os temporários, ausência de apoio à qualificação" (…) (grifos nossos).

Oliveira (2004, p. 1140) constata que, da mesma forma que as relações de trabalho têm sido flexibilizadas na organização do trabalho, na organização escolar esse processo também vem ocorrendo. A autora identifica alguns elementos a partir dos quais é possível constatar a precarização das relações de trabalho na educação: "aumento de contratos temporários [que às vezes chega ao mesmo número dos efetivos na rede pública]; arrocho

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

salarial; a inadequação e mesmo ausência de um plano de cargos e salários; a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias".

Nas discussões aqui apresentadas, as mudanças nos padrões de gestão das instituições têm levado, de acordo com alguns autores, a um aumento nas demandas postas para os docentes – exigências por maior número de trabalhos publicados, maior número de orientadores por orientador, etc. Esse movimento remete para a questão da intensificação.

A categoria intensificação tem sido utilizada como um elemento explicativo do aumento dos encargos docentes oriundo das novas formas de controle instituídas por um currículo centralizado e pelas avaliações institucionais e de cursos. As reformas educacionais colocam a centralidade nas avaliações tanto na educação básica como na educação superior.

Dal Rosso (2008) argumenta: trabalhar mais densamente, ou simplesmente trabalhar mais, supõe um esforço maior, um gasto maior de energias pessoais para dar conta do plus, em termos de carga adicional ou de tarefa mais complexa. Esse processo pode acarretar um maior desgaste do trabalhador, gerando, de acordo com o autor, efeitos "nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional" (DAL ROSSO, 2008, p. 23).

Ao discutir a questão da intensificação do trabalho capitalista contemporâneo, o referido autor argumenta que, a intensidade é, portanto, mais que esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador.

No capitalismo contemporâneo, a análise da intensidade do trabalho está voltada para os resultados. Falamos de intensificação quando os resultados são quantitativa ou qualitativamente superiores, razão pela qual se exige um consumo maior de energias do trabalhador. Há intensificação do trabalho quando se verifica maior gasto de energia do trabalhador no exercício de suas atividades cotidianas (DAL ROSSO, 2008, p. 21).

Apple (1995) também vincula a intensificação ao aumento da intensidade do trabalho.

A intensificação representa uma das formas tangíveis pelas quais os privilégios de trabalho dos/as trabalhadores/as educacionais são degradados. Ela tem vários sintomas,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

do trivial ao mais complexo – desde não ter tempo sequer para ir ao banheiro, tomar uma xícara de café, até ter uma falta total de tempo para conservar-se em dia com sua área. Podemos ver a intensificação atuando o mais visivelmente no trabalho mental, no sentimento crônico de excesso de trabalho, o qual tem aumentado ao longo do tempo. (APPLE, 1995, p. 39)

Com base em Davezeis (2007), Assunção; Oliveira (2009) falam da importância de se analisar a intensificação do trabalho também por uma perspectiva qualitativa. A intensificação então estaria relacionada aos aspectos qualitativos: pelas transformações das atividades (qualidade do serviço, do produto) e quantitativos relacionados ao volume.

Em relação ao processo de intensificação no campo da educação, esse parece ocorrer tanto nas dimensões quantitativa quanto qualitativa. Assunção; Oliveira (2009) vinculam a intensificação do trabalho docente no magistério à diversidade das condições de trabalho que variam de rede para rede (municipal ou estadual) às vezes até, na mesma região; à complexificação do trabalho docente decorrente da complexificação das demandas as quais a escola deve responder. As autoras chamam a atenção para o fato de que, nem sempre os professores estão preparados para atender a essas demandas que tendem a aumentar quanto mais forem vulneráveis às condições das escolas. As autoras argumentam, com base nos estudos de Noronha (2001), que do ponto de vista qualitativo, a intensificação pode decorrer do processo de padronização de procedimentos. “Formulário de registro de avaliação de alunos, quadro de frequência, catálogos de atividades com as famílias e suas comunidades envolvem procedimentos padronizados e são encarados pelos professores como excesso de burocracia” (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2007, p. 356-357).

As autoras argumentam que os processos de descentralização administrativa, financeira e pedagógica promovem uma maior autonomia da escola dos sujeitos envolvidos, em especial, dos professores.

Esse modelo regulatório tem levado à intensificação e auto intensificação do trabalho por meio da mobilização da subjetividade dos trabalhadores, que se sentem auto-responsabilizados por suas tarefas, seu desempenho, sua formação e atualização e até

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

mesmo pelo sucesso ou fracasso do aluno ou da escola. (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p.357).

Garcia; Anadon (2009) também tratam da questão da intensificação do trabalho na educação e seus vínculos com as reformas educacionais. Embora seus estudos estejam focalizados na educação básica, as dimensões conceituais apresentadas pelas autoras oferecem pistas para a compreensão de como a intensificação do trabalho docente afeta também a educação superior. (SANTOS, 2014).

Garcia; Anadon (2009, p. 71) definem a intensificação do trabalho docente como:

> (…) o fenômeno da ampliação das responsabilidades e atribuições no cotidiano escolar dos professores considerando o mesmo tempo de trabalho, indo além das tarefas instrucionais e pedagógicas, para abarcar questões de administração e gestão da escola e o desenvolvimento de atividades de formação que lhes proporcione rever habilidades e competências necessárias para educar as novas gerações de acordo com as demandas do mercado.

As autoras afirmam que os baixos salários do magistério, as novas demandas de trabalho na gestão da escola, dos currículos e do ensino, as políticas oficiais de profissionalização, o estímulo a uma moral de auto responsabilização e culpa por parte do discurso oficial têm como efeitos a intensificação e a autointensificação do trabalho docente.

No contexto da educação superior, a questão da intensificação e da autointensificação parece estar relacionada às exigências postas aos docentes da pós-graduação que têm sido, de acordo com Bianchetti (2009) e Sguissard (2009), compelidos a produzirem mais e menor tempo. Dentre as exigências que têm sido postas ao trabalhador docente da pós-graduação, destacam-se a maior exigência por publicações, o aumento do número de orientandos por professor.

A partir da revisão da literatura percebe-se que o fenômeno da intensificação do trabalho docente tem atingido os diferentes níveis e modalidades de ensino.

Outra categoria importante nas discussões acerca do trabalho docente é a carreira docente. De acordo com Bollmann (2010), a carreira docente consiste no estímulo ao exercício do magistério e à evolução acadêmico-científica. Pressupõe indivíduos preparados para o exercício da profissão. Portadores de título compatíveis com as

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

necessidades do nível de ensino a que o trabalho docente se destina". A carreira docente teria um vínculo com a formação e as condições de trabalho.

Embora Torrecilla (2007) discuta a questão da avaliação de desempenho e da carreira docente na educação básica, seus estudos fornecem subsídios para analisar-se a carreira docente na educação superior a partir de quatro aspectos: acesso à carreira; sistemas de promoção; aposentadoria e afastamentos e, avaliação de desempenho docente.

Como lembram Pimentel; Palazzo & Oliveira (2009), no Brasil, os planos de carreira, têm, de um modo geral, como critérios para a progressão, a escolaridade e o tempo de docência do professor.

No que diz respeito ao acesso à carreira, o autor defende que deve haver um sistema de seleção capaz de escolher os melhores profissionais e, que no curso da carreira, haja mecanismos que propiciem a motivação e a satisfação dos docentes.

O autor identifica dois mecanismos principais de promoção na carreira que conduzem a um incremento salarial. A promoção horizontal em o professor é reconhecida por seu trabalho segundo determinados critérios, mas sem alteração de função. Já a progressão vertical caracteriza-se como aquela na qual o docente pode acessar em uma escala hierarquizada de funções do magistério: coordenação, supervisão ou direção.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O trabalho docente da educação superior vem experimentando processos semelhantes aos que ocorrem na educação básica, em especial no que se refere à precarização das relações de trabalho.

No caso da educação superior, o processo de intensificação se relaciona em grande medida às funções de ensino, pesquisa e extensão que precisam ser desenvolvidas sem as necessárias condições de trabalho.

Um dos desafios postos à investigação proposta será a apreensão e compreensão do contexto no qual o trabalho docente se desenvolve. Em grande medida, o desafio decorre do número de docentes que compõem o quadro de pessoal de duas instituições

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

que são multicampi e contam ao todo, com cerca de 2700 docentes. Uma possível estratégia para amenizar os efeitos de eventuais elementos dificultadores é o entrecruzamento das dimensões quali-quanti da pesquisa.

Em relação à dimensão qualitativa o exercício será, à luz dos referenciais teóricos e da análise de conteúdo de respostas obtidas por meio de questionários e/ou entrevistas, buscar compreender o contexto em que os/as docentes desenvolvem seu trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade.** [online]. 2009, vol.30, n.107, p. 349-372. ISSN 0101-7330.

APPLE, Michael W. **Trabalho docente e textos**: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Trad. SILVA, T. T. da; AMADO, T.; MOREIRA, V. M. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BABBIE, Earl. **Método de Pesquisa Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino- Belo Horizonte – Ed. UFMG, 1999

BIANCHETTI, Lucídio. Os dilemas do coordenador de Programa de Pós-Graduação: entre o burocrático-administrativo e o acadêmico-pedagógico. In: SGUISSARD, V.; BIANCHETTI, L. (orgs.) **Dilemas da Pós-Graduação**: gestão e avaliação. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. - (coleção educação contemporânea). p. 15- 99.

BOLFERINE, Heleno; BUSSAB, Wilton O. **Elementos de Amostragem.** São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 2005.

BOLLMANN, Maria Da Graça Nóbrega. Carreira docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

BOSI, Antônio de P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação & Sociedade** [online]. 2007, vol.28, n.101, pp. 1503-1523.

BROOKE, Nigel e Soares, José Francisco (Org.) **Pesquisa em eficácia escolar**. Origem e trajetórias. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

COSTA, Marisa C. Vorraber. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1995

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil**. São Paulo: Ed.Saraiva, 1996

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008. 206 p.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a Educação Superior

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 23, n. 80, 234-252, set.dez/2002.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Antônio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Políticas públicas e reforma da educação superior no Brasil: impasses e perspectivas. **Proposições.** Campinas, SP, v.1, n.1, mar (1990), v.15, n.3 (45), p. 91-115. Set/dez. 2004.

GARCIA, Maria Manuela Alves Garcia; ANADON, Simone Barreto. Reforma educacional, intensificação e auto intensificação do trabalho docente. **Educação & Sociedade** [online]. 2009, vol.30, n.106, pp. 63-85. ISSN 0101-7330.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisador**. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro – São Paulo: Ed. Record, 2001.

GOMES, Alfredo Macedo. As reformas e políticas da educação no Brasil: avanços e recuos. In: MANCEBO, D.; SILVA JR, J. dos R.; OLIVEIRA, J. F. de. (orgs.) **Reformas e Políticas:** Educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. P. 23- 52.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992

HORTA, José Silvério Baia. Avaliação da Pós-Graduação: com a palavra os coordenadores de Programas. In: SGUISSARD, V. BIANCHETTI, L. B. (orgs.) **Dilemas da Pós-Graduação:** gestão e avaliação. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. – (coleção educação contemporânea). P. 101-131.LEHER, R. & LOPES, A. Trabalho Docente, carreira, autonomia e mercantilização da educação. In: MANCEBO, D.; SILVA JR, J. dos R.; OLIVEIRA, J. F. de. (orgs.) **Reformas e Políticas:** Educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. P. 73-96.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa.** 6ª ed. São Paulo Ed. Atlas, 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Reformas e políticas de Educação Superior no Brasil. In: MANCEBO, D.; SILVA JR, J. dos R.; OLIVEIRA, J. F. de. (orgs.) **Reformas e Políticas:** Educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. P. 53-72.

MACEDO, Arthur Roquete de et al. Educação Superior no século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. **Ensaio**: aval. Pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, 13, n.47, p. 127-148, abr./jun. 2005.

MANCEBO, Deise. Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. **Educação & Sociedade.** Campinas, vol. 28, n.99, p. 466-482, maio/ago. 2007. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br

MACEBO, Deise; Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.) **Universidade. Políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Ed. Cortez. 2004.

MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

MARTÍNEZ, Diolinda. Trabajo docente em la educación superior: nuevos sentidos. Nuevos Sujetos. P. 47-76. In: OLIVEIRA, D. A.; FELDFEBER, M.; MARTÍNEZ, D. (comp.) **Nuevas regulaciones educativas en América Latina:** Universidad y Docencia. Peru: Lima, 2010. Universidad de Ciencias y Humanidades, Fondo Editorial. Colección Políticas educativas y trabajo docente 4. 310 p.

MAUÉS, Olgaíses. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. **Educar em Revista,** Curitiba, Brasil, n. especial 1, p.141-160, 2010. Editora UFPR.

MATTAR, Fauze Nagib. **Pesquisa de Marketing.** São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MIGLIAVACCA, A. Condições de trabalho do professor. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

MOLLIS, M. La formácion de profesores universitarios para el medio y superior: una asignatura pendiente. P. 17-46. In: OLIVEIRA, D. A.; FELDFEBER, M.; MARTÍNEZ, D. (comp.) **Nuevas regulaciones educativas en América Latina**: Universidad y Docencia. Peru: Lima, 2010. Universidad de Ciencias y Humanidades, Fondo Editorial. Colección Políticas educativas y trabajo docente 4. 310 p.

OLIVEIRA, Dalila Andrade et al. **Trabalho & Educação** – Revista do NETE, Belo Horizonte, n.º 11, p.51-65, ,jul/dez.,2002.

OLIVEIRA, D. A. As reformas em curso nos sistemas públicos de educação básica: empregabilidade e eqüidade social. OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (ogs.) **Política e Trabalho na Escola:** Administração dos sistemas públicos de Educação Básica. P. 69-97. BH: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade,** [online]. 2004, vol.25, n.89, pp. 1127-1144. ISSN 0101-7330.

OLIVEIRA, D. A. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto Latino-americano. **Educação & Sociedade,** Ago 2007, vol.28, no.99, p.355-375. ISSN 0101-7330

OLIVEIRA, D. A. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, 2006.

PIMENTEL, G. S. R; PALAZZO, J.; OLIVEIRA, Z. dos R. B. B. de. Os planos de carreira premiam os melhores professores? **Ensaio**: aval. Pol. Públ. Educ., abr/jun. 2009, vol.17, no.63, p.355-380. ISSN 0104-4036

PEREIRA, Júlio Cesar. Análise de dados qualitativos. Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humnas e Sociais.

SANTOS, Neide Elisa Portes dos. **Gestão e trabalho na universidade:** as recentes reformas do Estado e da educação superior e seus efeitos no trabalho docente na UEMG. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. 269 f.

SANTOS, Neide Elisa Portes dos.; VIEIRA, Lívia Maria Fraga. A (re)configuração do

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

trabalho docente na Universidade do Estado de Minas Gerais frente às reformas de Estado e da educação dos anos 2000. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 409-424, maio/ago. 2015.

SGUISSARD, Valdemar. A avaliação defensiva no "Modelo CAPES de avaliação": é possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? In: SGUISSARD, Valdemar; BIANCHETTI, Lucídio B. (orgs.) **Dilemas da Pós-Graduação:** gestão e avaliação. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (coleção educação contemporânea). P. 133- 176.

SILVA, Nilza Nunes da. **Amostragem probabilística:** um curso introdutório.2ª ed. rev. São Paulo – Ed. da Universidade de São Paulo, 2001.

SILVA, Nilza Nunes da. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª. Ed. São Paulo, Atlas, 2008.

SILVA, Flávio Jnanuzzi da. **A intensificação do trabalho docente na rede municipal de Betim.** 2007. 202 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude. (Org.) **O ofício de professor.** História, perspectivas e desafios internacionais. Petrópoilis: Ed. Vozes, 2008.

TORRECILLA, F. J. M. Avaliação de desempenho e carreira docente: um estudo em cinquenta países da América e Europa. In: Balzao, S. **O desafio da profissionalização docente no Brasi**l e na América Latina. Brasília: CONSED, UNESCO, 2007. P. 21-27.

YIN, Robert K**. Estudo de Caso**. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001.

SILVA, Nilza Nunes da. **Amostragem probabilística:** um curso introdutório.2ª ed. rev. São Paulo – Ed. da Universidade de São Paulo, 2001.

SILVA, Nilza Nunes da. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª. Ed. São Paulo, Atlas, 2008.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO VII

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CENÁRIO EDUCACIONAL

Juçara Aguiar Guimarães Silva[24]; Michely Queiroz de Lima Menezes[25]; Jannaib Beserra Benvindo Rosado[26]; Vanessa Vasconcelos Lima[27]; Marcello Rodrigues Flores[28]; Paula Priscila de Matos Vasconcellos[29].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-07

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo de estudo a importância da educação inclusiva na educação Com a intenção de favorecimento uma construção de conhecimento que estimule o aluno a lidar com as dificuldades, obstáculos, limitações e diferenças que a sociedade é formada por diferentes pessoas esse tipo de educação faz reflexo do comportamento futuro. O que fez realizar essa pesquisa devido ao índice que vem crescendo de crianças portadoras de alguma deficiência e assim preparar a sua aceitação. O objetivo é formação de caráter do indivíduo ainda na infância. Os conteúdos a serem trabalhados e desenvolvidos são a partir de linguagem oral e escrita, artes, dramatização, matemática. A inclusão dos portadores de deficiências na escola regular está garantida por lei. O Poder Público segundo a Lei 13.146/2015 coloca, como vigor, a ampliação do atendimento ao educando com necessidades especiais, na rede pública ou privada regular de ensino, dentro da mesma lei para escola privada é validado em adotar as medidas de adaptação necessárias sem que nenhum valor financeiro seja repassado nas mensalidades nem às matrículas. Com este estudo busca-se a preparação de uma política educacional que seja implantada projetos motivadores voltados na inclusão pois sendo bem planejada e executada adequadamente terá contribuição na aprendizagem dos alunos evitando a evasão escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Formação. Aceitação.

24 Licenciada em pedagogia – UNOPAR. Pós-graduada em psicopedagogia e Gestão escolar e Mestranda em tecnologias Emergentes em educação - Must Unisersity. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4411660084289885; Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2414-9884. E-mail: escolaraiosecreche@gmail.com

25 Licenciada em Pedagogia -FAK. Licenciada em História -UVA. Especialização em História e Geografia – FAK. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação - Must University. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8487020421293639; Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5603-6967. E-mail: menezesmaylla@gmail.com

26Graduado em Administração – FAR. Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos – ANHANGUERA. Especialista em Gestão Pública Municipal – GPM. Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação - MUST University. CEO da Marca Homem de Valor, Professor do IFPI. E-mail: adm.jannaib@gmail.com

27Graduada em Pedagogia – UNIFOR. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional – UVA. Gestão escolar, supervisão e coordenação pedagógica – FTP. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação - MUST University. Gestora pedagógica e Procuradora Institucional da FATEC Cariri e Sertão Central Assessora do Ensino e Pesquisa. E-mail: vanessa.vlima@hotmail.com

28 Graduado em Administração (Aespi), Pós-graduado em Gestão Estratégica nas Organizações (FAR), Mestre em Estratégia de Investimento e Internacionalização (ISG) Professor do IFPI. E-mail: marcellorodrigues_f@hotmail.com

29 Graduação em Direito - Faculdade de Belém. Graduanda em Licenciatura em História - Faculdade Unyleya. Pós-Graduação em Direito Constitucional - Intervale. Pós-Graduação em Gestão Pública - Intervale. Mestranda em Educação - Must University. Assistente em administração do IFPA. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4411660084289885; Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1140-2075. E-mail: paulamvasconcellos32@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

THE IMPORTANCE OF INCLUSIVE EDUCATION IN THE EDUCATIONAL SCENARIO

ABSTRACT: This article aims to study the importance of inclusive education in education With the intention of favoring a construction of knowledge that encourages the student to deal with the difficulties, obstacles, limitations and differences that society is formed by different people this type of education reflects future behavior. What led to carry out this research due to the increasing rate of children with disabilities and thus prepare their acceptance. The objective is character formation of the individual in childhood. The contents to be worked and developed are from oral and written language, arts, drama, mathematics. The inclusion of people with disabilities in regular schools is guaranteed by law. The Public Power, according to Law 13.146/2015, enforces the expansion of service to students with special needs, in the regular public or private school network, within the same law for private schools it is validated to adopt the necessary adaptation measures without that no financial value is passed on in monthly fees or enrollments. This study seeks to prepare an educational policy that will implement motivating projects aimed at inclusion because, being well planned and properly executed, it will contribute to student learning, avoiding school dropout.
KEYWORDS: Education. inclusive. Training. Acceptance.

INTRODUÇÃO

Atualmente tem falado muito sobre inclusão, e a escola deve está preparada para promover uma educação de aprendizagem juntamente com os demais alunos. O tema central deste trabalho é a importância da educação inclusiva na educação infantil, ou seja, desenvolver uma educação diferenciada cujo objetivo é a construção e formação de personalidade ainda criança em aprender respeitar o próximo independe a sua exiguidade. Quando se fala em inclusão deve se levar em consideração não apenas colocá-la na escola em classes ditas regulares. Incluir exige um projeto de união entre todos: comunidade escolar, família, professores e alunos. Realizar adaptação curricular dentro da escola será necessário oferecer suporte principalmente ao professor para desenvolver um bom trabalho, pois a criança especial possui potencialidades que devem ser trabalhadas dentro da sua habilidade.

A importância de se discutir esse tema se justifica pelo fato de que, para os deficientes, atualmente a inclusão não é uma realidade de fácil aceitação em todas as escolas, sejam elas pública ou privada ou nos lugares em que é frequentado, contribuirá também para minha formação profissional quando estiver em campo lesionado.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Existe uma preocupação em atender de maneira adequada crianças que possuem alguma deficiência física ou psicológica realizar atendimento próprio. Nesse contexto visara a problematização com os seguintes questionamentos: Quais as principais dificuldades e facilidade do professor em sala de aula quando tem um aluno portador de necessidade especial? Como essas crianças estão sendo atendidas, recepcionadas na comunidade escolar? Os professores recebem cursos de capacitação para desenvolver trabalho de qualidade?

Dentro da educação inclusiva a escola deve ter o seu plano pedagógico educação inclusiva que deve levar em consideração a estrutura do processo pedagógico plural e inclusivo, no sentido de assegurar o direito à diferença, bem como atender e valorizar os distintos saberes e capacidades de cada um O projeto de ensino será abordado uma sequência didática através da história infantil A lebre e a tartaruga o qual oferecerá conteúdos com atividades interdisciplinares e lúdicas, com contação de história, escrita, sequência numérica, artes, valores, alimentação, zona rural e zona urbana, Bullying dentre outros assuntos. Será trabalhado durante uma semana envolvendo as crianças, em especial as que possuem algum tipo de deficiência. O professor deverá propiciar aulas dinâmicas lúdicas e prazerosas através de roda de leitura, roda de conversa, exposição de gravuras, leitura de palavras, sequência numérica, desenhos, pinturas, dramatizações, enfim atividades que possam favorecer a participação e aprendizagem das crianças, ocorrerá a troca de experiência que contribuirá para um melhor alcance do processo aprendizagem.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O processo de inclusão deve ser extrapolado pois a educação inclusiva é um processo que amplia a participação de todos, sem distinguir condições físicas, mentais, sociais, de raça, cor, o credo nos estabelecimentos de ensino. Alguns estudos têm evidenciado de forma intensa as políticas educacionais inclusivas, bem como os aportes legais que lhes dão sustentação, tendo como objetivo que a criança deve ser respeitada como sujeito de direitos, não levando em consideração sua condição social, cultural, biológica, entre outras. Dentre as discussões, ressalta-se a postura dos educadores de estarem à frente capacitados para um bom atendimento às crianças com deficiência.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Segundo Bueno (2004) o atendimento para pessoas com deficiência teve início ainda no governo imperial na cidade do Rio de Janeiro com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos e Mudos hoje de nome Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Desde as antiguidades os deficientes eram vistos como negligentes ignorados e excluído da sociedade, algumas tribos selvagens entendia que ter uma deficiência era motivo de orgulhos outras já acreditavam em maus espíritos que aceitavam como normalidade a crueldade era tanto que chegada a até mesmo enterrar vivo ou então, alguns povos deixavam que os ursos brancos os devorasse subentendia que a terra se fertilizar do corpo. Segundo Silva em 1991 entre os séculos XIV e XVI, com o movimento renascentista, uma nova concepção de mundo de pessoas portadoras de deficiência começa a surgir: o homem começou a ser tomado como o centro de tudo. Isso porque, como desenvolvimento da ciência, a própria religiosidade passou por transformações mudando a mentalidade. Bianchetti (1995) afirma que nas sociedades primitivas, o portador de deficiência era visto como um empecilho para a sobrevivência do grupo, motivo pelo qual ele era abandonado pelos demais. Nessas sociedades, reinava a lógica da seleção natural, onde os mais fortes sobreviviam e os mais fracos eram descartados A partir disso foi formalizado uma preocupação para a inclusão dessas pessoas na escola e na sociedade com a Lei 5692/71, a Secretaria do Estado da Educação sofreu modificações e assumiu o papel de coordenar e promover o ensino especializado, criando assim um Departamento de Educação Especial para proporcionar atendimento especializado para as diferentes deficiências, dentre elas: deficiência visual, auditiva, mental, física. O homem já mudou bastante considerando o que viveu durante anos. O Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva é considerado dia 14 de abril foi fundado em 2004 pelo Sistema Conselhos de Psicologia (SCP) com o objetivo de mobilizar os psicólogos, escolas, poder público em prol da inclusão de pessoas que, historicamente, são excluídas do processo educacional. As necessidades educativas especiais dos alunos, em salas de aulas é grande tendo em comum entre todos a aprendizagem. Prática pedagógica coletiva, deve ocorrer de maneira dinâmica e flexível sendo necessário mudanças significativas em toda estrutura e no funcionamento das escolas, deve ser levado em consideração a

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

formação dos professores também a parceria família-escola. Com a união se transformará, a educação inclusiva e sociedade e alcançará resultados satisfatórios.

No ano de 1998 ocorreu na Índia cidade de Agra o Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento (International Disability and Development Consortium – IDDC) que foram discutidos que o sistema de educação só pode ser considerado inclusivo quando abrange a definição ampla citadas abaixo como:

> Reconhece que todas as crianças podem aprender;
>
> Reconhece e respeita diferenças nas crianças: idade, sexo, etnia, língua, deficiência/inabilidade, classe social, estado de saúde (i.e. HIV, TB, hemofilia, Hidrocefalia ou qualquer outra condição);
>
> Permite que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam as necessidades de todas as crianças;
>
> Faz parte de uma estratégia mais abrangente de promover uma sociedade inclusiva;
>
> É um processo dinâmico que está em evolução constante;
>
> Não deve ser restrito ou limitado por salas de aula numerosas nem por falta de recursos materiais.

O esforço pela inclusão na escola de pessoas com necessidades especiais no Brasil é a resposta de uma aceitação que vem crescendo, no início do século 21 o sistema de ensino brasileiro era realizado apenas em escola especial foi aí que criou a escola regular que acolhe todos os alunos, apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem que é capaz de transforma a escola em um espaço para todos. Capaz de favorecer e conviver com a diversidade. Entretanto, as necessidades no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica a capacitação da escola como todo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos. O que vem ser a esses recursos como exemplo o aluno tem deficiência auditiva ter um tradutor de libras, deficiência visual o braile.

A educação é um direito de todos assegurado por leis e para ter um bom desenvolvimento e formação de personalidade o respeito é um dever junto aos direitos de liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser trabalhado na infância. Por isso, o projeto visa a formação de personalidade, que é o papel da escola com parceria além das paredes escolares. Todavia a educação inclusiva é educar todas as crianças no mesmo contexto isso não quer dizer negar as dificuldades e limitação do

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

próximo, mas entender não como dificuldade e sim como diversidade essa variação faz parte da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência com todos.

Carvalho (2005) em uma de suas reflexões:

> Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, estabeleceu que os países devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que potencializam o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação. O Brasil, por ser assinante desses documentos, fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo.

A documentação que conduz o sistema de ensino é o Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. E suas diretrizes para atendimento à criança especial é: realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. Trabalhar com a educação inclusiva tem sido um caminho importante para atender a diversidade, essa ação cresce emocionalmente principalmente àqueles que correm risco de exclusão em termos de aprendizagem e participação “normal” na sala de aula ou ambientes frequentados. Apesar de ser lei, é chegado a conclusão que portadores com algum tipo de deficiência especial, e de baixo poder aquisitivo, não têm livre acesso às formas de lazer, seja pelas dificuldades de acesso físico às adaptações, incluindo o próprio preconceito em si.

Contudo para construir uma sociedade inclusiva e de aceitação a primeira mentalidade que deve ter em formação é a família devendo procurar formação não reprimir ou esconder antigamente os pais não colocava as crianças especiais cedo na escola, pois não acreditavam na capacidade cognitiva que não teriam capacidade de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

aprender, de se desenvolver, e até se independente viviam na mentalidade de que a criança era repleta de limitações, que o máximo que poderiam fazer era levá-la regularmente a tratamento médico. Quando descobriram que eles precisavam também frequentar escolas, espaços sociais, de interação, muitas vezes já era um pouco tarde e diversas habilidades que poderiam ter sido descobertas, trabalhadas poderiam ter sido superadas não foram sendo tarde demais, pois o acesso a esses foi tardio. Por isso as informações estão aí, até mesmo os especialistas médicos orientam os pais a inserir e não reprimir.

Em 2004 Aranha fez afirmação relacionado ao trabalhar o sensório motor da criança: A estimulação sensorial é essencial para seu desenvolvimento e contribui para prevenção de parte dos comprometimentos, quando ele tem, por exemplo,

Nos últimos anos de acordos, muitas pesquisas muito têm sido feitas para que as propostas inclusivas sejam concretizadas. Todavia, sem exceção da qualificação profissional que é de extrema relevância. Com o seguinte questionamento: os professores estão preparados ou não para a inclusão? A evolução é grande de acordo com os índices, porém tem muito ainda que deve ser feito principalmente a escolas públicas, existem diversas especializações em universidade que o profissional pode estar investido e se tornar o diferencial. O professor, na educação inclusiva, precisa ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum já formado. Ainda faltam nas escolas brasileiras a necessária infraestrutura, materiais, informação, treinamento, apoio das autoridades, e, especialmente, uma filosofia de inclusão (ORSATI; TEIXEIRA, 2008). Segundo o Parecer do CNE 01/2001:

> A inclusão escolar constitui uma proposta que [...] encontra ainda sérias resistências. Estas se manifestam, principalmente, contra a ideia de que todos devem ter acesso garantido à escola comum. A dignidade, os direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição Federal impõem às autoridades e à sociedade brasileira a obrigatoriedade de efetivar essa política [...]. Operacionalizar a inclusão escolar – de modo que todos os alunos possam aprender juntos em uma escola de qualidade – é o grande desafio a ser enfrentado (BRASIL, 2001).

No entanto, para alcançar o cumprimento do processo de inclusão, torna-se indispensável o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à essa temática. Docentes, diretores e funcionários

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente de modo que a inclusão escolar seja efetivada com sucesso.

Nas palavras de Ferreira (2005)

> A formação de educadores para uma escola inclusiva não se restringe a cursos de capacitação, reciclagem, aperfeiçoamento e outros que são oferecidos em diferentes instâncias educacionais. À reflexão individual sobre a prática em sala de aula deve se somar ao conhecimento científico já existente sobre estratégias de ensino mais dinâmicas e inovadoras (FERREIRA, 2005, p. 46).

De acordo com Mantoan (2006), a inclusão deve ser completa, onde venha se basear na cooperação e na solidariedade, onde tenhamos como resultado o respeito e a valorização das diferenças.

Portanto, no mundo em que se vive, onde existem ainda muitos preconceitos em diversos casos com relação às pessoas que apresentam deficiências não seria diferente, é a principal barreira para se tornar uma educação e inclusão de qualidade muitos estudiosos se propõem a discutir e estudar diferentes formas para minimizar a questão da discriminação à qual as pessoas são submetidas e que as impedem de terem oportunidades iguais na sociedade atual.

São inúmeras barreiras a serem quebradas e percorridas para alcançar nível de integração social e menos preconceito.

No decorrer das experiências profissional e de relatos é descoberto a carência em aprimorar os conhecimentos que estão ligados à formação do professor frente ao trabalho. Ter um segundo professor na sala de aula, é uma outra forma de otimizar seja presente durante todas as aulas ou em alguns momentos, nas mais diversas modalidades. Outra forma evidenciada pela prática inclusiva para favorecer o educador é a adoção em relacionar os diferentes conteúdos às diversas atividades presentes no trabalho pedagógico. São esses procedimentos que irão promover aos alunos a possibilidade de reorganização do conhecimento, à medida que são respeitados os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem.

A educação escolar deve ser considerada primordial no processo formativo do sujeito, e como qualquer outra não tem um mero efeito de influenciar aqueles que pretendem levar a frente o conhecimento. Existe na deficiência problemas que serão

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

solucionados à medida que o sujeito estiver sendo apoiado por aqueles que participam da sua vida diária. Motivo pelo qual os alunos com NEE devem aprender na escola regular. Para entender a utilidade da inclusão na sociedade das pessoas com NEE Freitas (2006) descreve:

> A inclusão desafia, pois, a mudanças, estimula a flexibilidade das relações, a redistribuição dos recursos para um mais correto aproveitamento, o trabalho em equipe, a colaboração e a cooperação, o envolvimento de toda a escola, dos pais, da comunidade, dos diferentes serviços e dos seus profissionais do sistema educativo (FREITAS, 2006, p. 38).

Percebe-se que algumas escolas não estão preparadas adequadamente para que se possa desenvolver um trabalho específico capaz de atender as crianças portadoras de deficiências especiais, tornando difícil uma aprendizagem qualificada. No entanto a criança que deveria estar inserida na sala de aula acaba ficando excluída esperando uma oportunidade de poder expressar, o que ocorre em salas de aula onde tem portadores de necessidades especiais e professores sem capacitação acontece o inverso do esperado a exclusão ficando isolada ou então fica fazendo todos os dias atividades repetitivas e desmotivadora que o professor oferece, é mais vantajoso deixar a criança em seu mundinho rabiscando ou fazendo atividade sem fundamento que seja possível adquirir conhecimento do que propor desafios a essa criança.

Desse modo, nota-se que houve transformações para que acontecessem avanços acerca da inclusão, mas deve também existir maior progresso no contexto educacional de modo que auxilie com mais eficácia à atualização de professores do ensino regular, pois dessa forma evitaria condutas errôneas provocadas por educadores devido insuficiência de informações, conforme elucida Fernandes:

> A maioria dos professores não sabem como lidar com as manifestações de condutas típicas de seus alunos pela falta de orientação e desconhecimento de suas causas, é comum, diante do conflito que estes geram em sala de aula ficarem impacientes, impotentes e tratá-los com desprezo, agressividade e marginalização (FERNANDES, 2009).

Trabalhar a inclusão de alunos com deficiências na educação regular requer que se olhe várias questões sob diferentes aspectos, para que não se seja simplista é preciso olhar pelos aspectos político, conceitual e pedagógico. Garcia (2004) expõe a necessidade de reflexão sobre os processos de inclusão/exclusão que, representativos dos processos

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

sociais, políticos e econômicos, devem ser compreendidos e analisados, como acima se assinalou, de forma conjunta, posto que ocorram nas relações sociais desiguais.

A Inclusão na Educação requer novas posturas tanto dos professores quanto do sistema educacional brasileiro, pois este é um assunto que está gerando muitas discussões e opiniões distintas. Trata-se de um confronto de opiniões entre estudiosos, pais e professores. Por isso a preocupação se torna maior na educação infantil onde a criança está em construção de caráter, a formação não é por meio por ações isoladas, mas por hábitos, atitudes, exemplos e vivências. Ainda se é defendido a tese de que criança com deficiência deve se conviver e estudar em escola onde todos são considerados “iguais” pois somente nesse ambiente possui pessoas capacitados com NEE (Necessidade Educacional Especial) do outro lado há quem defenda a ideia de que esse tipo de aluno tem que ser inserido no ensino regular, pois assim ele pode interagir com os outros alunos “normais” favorecendo a aquisição da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é a primeira a ser o educador responsável por constituir um dos principais fatores para a conscientização da importância da inclusão, pois a mesma consiste na primeira forma de educação e é onde inicia o desenvolvimento da aquisição de transformar exclusão e inclusão. Já a escola é considerada como um espaço necessário à transformação da sociedade, da família do próprio portador de necessidades especiais e de seus alunos no processo de educação e aceitação, pois a própria pessoa, muitas vezes necessita de apoio para enfrentar as diferenças comuns ocasionadas pela exclusão. E ao alunato em recepcionar aceitação.

Os desafios da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) em classes regulares da educação infantil é desafiador dia a dia. Portanto, se faz necessário que haja capacitação para que os educadores atuem de forma positiva que possam atender as necessidades desses alunos, bem como as práticas pedagógicas buscando o diferencial na educação e o envolvimento de todos os profissionais que atuam nas instituições de ensino precisam estar preparados, para o atendimento a essas crianças.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Por isso os autores escolhidos para a elaboração do projeto foram bastante relevantes, pois pude perceber que é cada vez maior o número de pesquisadores que se empenham para compreender as questões relativas à implantação da temática da Educação Inclusiva no sistema educacional, os desafios, quais as melhorias contínuas para se obter bons resultados tem como princípio básico atender a educação de todos, oportunizando o acesso à escola, a permanência nela e principalmente uma educação de qualidade.

Foi evidenciado também que ainda existe carência de investimento na parte pública de capacitação, adaptações conforme solicitadas as diretrizes escolares. Com este projeto o professor possa desenvolvê-lo voltando o seu olhar principalmente para a participação do aluno com NEE, bem como para as atitudes dos demais alunos para com o aluno portador de necessidade especial tirando o mito de que pessoas especiais são incapazes trabalhar a capacidade e o desenvolvimento de todos tornando independentes.

Portanto, é importante na nossa formação, sabermos conviver, respeitar e aceitar as diferenças físicas ou comportamentais, dentro do processo de inclusão na educação de nossos jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 agos. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Escola Viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola, necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001b

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: www.trt02.gov.br/geral/Tribunal2/Legis/CF88/CF88_1.html. Acesso em: 8 agos. 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

FERNANDES, E. M. et al. O Atendimento educacional a alunos com necessidades educativas especiais nos sistemas municipais de ensino do Rio de Janeiro: o estado 91 da

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

arte. In: MARQUEZINE, M. C. et al. **Re'discutindo a inclusão**. Londrina: ABPEE, 2009, p. 33-40.

FREITAS, Soraia Napoleão et al. **Tendências Contemporâneas de Inclusão**. 2008: UFSM. p. 42

MANTOAN, Maria Tereza Égler; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006

OMOTE, S. (Org.). **Inclusão**: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004a.

RODRIGUES, D. Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 4, n.2, p. 7-16. jul./out. 2008a.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO VIII

EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: FERRAMENTAS E MECANISMOS DE CONTROLE, APURAÇÃO E VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE

Jannaib Beserra Benvindo Rosado[30]; Ana Gabriella Moreira de Moura[31]; Marcello Rodrigues Flores[32]; Carlos Henrique Holanda da Silva[33].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-08

RESUMO: Tendo como objetivo geral, mostrar a importância de usar ferramentas provenientes da Ciência da Administração na Educação pública e privada. Para atingir tal objetivo podemos identificar alguns objetivos específicos, como apontar ferramentas administrativas que podem ser usadas na educação, identificar as melhorias introduzidas após verificações de qualidade da educação, demonstrar ferramentas aplicadas diretamente nas aulas para melhorá-las. A metodologia utilizada será a pesquisa em artigos especializados, livros referentes ao assunto e materiais específicos. Aqui serão inseridas duas ferramentas muito utilizadas na administração da produção, que servem principalmente para melhoria dos processos, as esplanadas aqui foram a reengenharia e o seis sigma. Os problemas encontrados que não podem ser extirpados através da reengenharia podem ser resolvidos com a implementação do Seis Sigma, que é uma ferramenta cíclica de melhorias já utilizada a muitos anos para reduzir defeitos em produções empresariais de milhares de produtos a um nível de erro ou vício zero.
PALAVRAS-CHAVE: Seis Sigma. Reengenharia. Administração da produção. Educação.

EDUCATION AND ADMINISTRATION: TOOLS AND MECHANISMS FOR CONTROL, DETERMINATION AND QUALITY VERIFICATION

ABSTRACT: Having as a general objective, it shows the importance of using tools from the Science of Administration in public and private education. To achieve this objective, we can identify some specific objectives, such as pointing out administrative tools that can be used in education, identifying the improvements introduced after education quality checks, demonstrating tools applied directly in classes to improve them. The methodology used will be the research in specialized articles, books on the subject and in the specific materials. Here, two tools widely used in production management will be inserted, which serve mainly to improve processes, the esplanades here were reengineering and six sigma. Problems found that cannot be eliminated through reengineering can be solved with the implementation of Six Sigma, which is a cyclical

30 Administrador, Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, Especialista em Gestão pública Municipal, Mestrando em Tecnologias Emergentes na Educação pela MUST University, Empreendedor na www.homemdevalorofc.com.br. E-mail: adm.jannaib@gmail.com, ano de 2022. E-mail: adm.jannaib@gmail.com
31 Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Especialista em Docência do Ensino Superior e Metodologias Ativas, em Gestão Financeira e Análise de Custos (Faculdade Metropolitana). Professora EBTT do Instituto Federal do Piauí. E-mail: anagabithe2@gmail.com
32 Graduado em Administração (Aespi), Pós graduado em Gestão Estratégica nas Organizações (FAR), Mestre em Estratégia de Investimento e Internacionalização (ISG) Professor do IFPI. E-mail: marcellorodrigues_f@hotmail.com
33 Graduado em Administração - Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Especialista em Administração Financeira (IEMP). Professor EBTT do Instituto Federal do Piauí. E-mail: carlos.henrique@ifpi.edu.br

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

improvement tool that has been used for many years to reduce defects in business productions of thousands of products to a level of error or addiction. zero.
KEYWORDS: Six Sigma. Reengineering. Production management. Education.

INTRODUÇÃO

A Educação sempre está em discussão em quaisquer que sejam as organizações populares que venham a debater sobre o futuro das Cidades, Estados e Países. O mundo inteiro está atualizando, estudando e discutindo seus Currículos Escolares, no intuito de melhorar seus indicadores de educação e multiplicar seus resultados de forma proporcional aos seus investimentos.

No Brasil, essa é uma pauta cara para a população, desde meados dos anos 2000 a educação se deteriora, onde algumas vezes os indicadores, como IDEB, aumentam, mas a evasão escolar aumenta também, a destruição dos prédios públicos voltados à educação se alastra pelo país, a comprovação através das notas pela prova do PISA decepciona todos os profissionais da educação que estão preocupados com o futuro dos estudantes.

Tendo como base o que foi exposto acima, surge o questionamento: como a Administração das ferramentas utilizadas no âmbito educacional, para a verificação e ampliação da qualidade do ensino, podem influenciar na melhoria da educação?

O que justifica o esforço deste trabalho, em elencar algumas ferramentas que auxiliam na educação, e mostrar para a comunidade acadêmica mecanismos que ajudam na disseminação do conhecimento e nas formas de auferi-lo e melhorá-lo.

Tendo como objetivo geral, mostrar a importância de usar ferramentas provenientes da Ciência da Administração na Educação pública e privada. Para atingir tal objetivo podemos identificar alguns objetivos específicos, como apontar ferramentas administrativas que podem ser usadas na educação, identificar as melhorias introduzidas após verificações de qualidade da educação, demonstrar ferramentas aplicadas diretamente nas aulas para melhorá-las.

A metodologia utilizada será a pesquisa em artigos especializados, livros referentes ao assunto e materiais específicos.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: FERRAMENTAS ADMINISTRATIVAS EDUCACIONAIS

O "crossover" da educação com a administração é imprescindível, pois a esfera privada, onde nasceu a Ciência da Administração, sempre foi movida pela evolução dos mercados, inovações tecnológicas e o crescimento econômico. As empresas crescem, aprendem e se multiplicam a cada dia e essa metodologia pode ser utilizada na educação. Utilizando artifícios como o resgate do que já deu certo na educação e implementar as novas tecnologias emergentes para multiplicar a disseminação do conhecimento.

TIPOS DE FERRAMENTAS ADMINISTRATIVAS: REENGENHARIA

Uma ferramenta muito utilizada na Administração é a Reengenharia de Processos de Negócio (BPR – business process re-engineering) que de acordo com Slack (2020, p. 612) "originou-se no início dos anos 1990, quando Michael Hammer propôs que, em vez de usar a tecnologia para automatizar o trabalho, ela seria mais bem aplicada para eliminar a necessidade de fazer o trabalho em primeiro lugar ("não automatize, elimine")", dessa forma muitos processos podem ser divididos, estudados e ter suas partes inúteis eliminadas.

Os princípios mais relevantes da BPR podem ser resumidos nos seguintes pontos:

> - Repense os processos de negócio de modo interfuncional, que organiza o trabalho em torno do fluxo natural da informação (ou de materiais ou de clientes).
> - Lute por melhoramentos significativos no desempenho, radicalmente repensando e reprojetando os processos.
> - Faça com que os que usam o output de um processo desempenhem o processo. Procure conferir se todos os clientes internos podem ser seus próprios fornecedores, em vez de dependerem de outra função da empresa para supri-los (que ficam mais afastados e separados dos estágios do processo).
> - Coloque pontos de decisão onde o trabalho é desempenhado. Não separe os que trabalham dos que controlam e gerenciam o trabalho (SLACK, 2020, p. 612).

Para repensar o processo de modo interfuncional precisa-se fazer com que todas as funções envolvidas estejam representadas no planejamento das atividades que são inerentes à educação de cada instituição. Um exemplo disso é mostrar como a tecnologia, através das ideias dos funcionários de TI (Tecnologia de Informação), pode diminuir o

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

uso de papel, pincel, apagador, dentre outros itens utilizados na escola, apenas melhorando as técnicas de aulas com vídeos, slides, uso de plataformas ou Apps de elaboração e resolução de provas e trabalhos. Dessa forma haverá um melhoramento significativo no desempenho na desenvoltura das aulas, redução de gastos com itens físicos ultrapassados e as explanações de conteúdo, resolução de questões e aplicações de provas terão seus processos projetados.

A reengenharia pode ser alimentada pelas informações oriundas de todos os clientes internos e externos. A sociedade como um todo é a principal beneficiada com os Outputs do sistema de ensino e ela pode ditar, cada vez mais, como querem a formação dos seus próprios cidadãos. E por último, as decisões são tomadas de cima para baixo, entretanto, quem não está dentro do processo não entende como ele é desempenhado de forma prática na "ponta da linha" e as decisões podem não ser acertadas por esse motivo, desta forma, a reengenharia define que alguns pontos de decisão precisam ser inseridos onde o trabalho é executado, pois não se deve separar totalmente a opinião dos que trabalham das decisões dos que gerenciam o trabalho, pois gera um vácuo informacional que pode fazer com que as decisões não surtam os efeitos necessários e ainda desmotive aqueles que o executam.

TIPOS DE FERRAMENTAS ADMINISTRATIVAS: *SEIS SIGMA*

A ferramenta que será apresentada é muito utilizada e voltada para a qualidade, é denominada de Seis Sigma. Inicialmente implementada pela Motorola no final do século XX, com o slogan "satisfação total do cliente" dotado de indicações que invoca suas benesses acima da Qualidade Total (QT), que era um programa japonês de técnicas de administração multidisciplinar inventado anteriormente. E, segundo Slack (2020, p. 614), "a medida de defeitos por milhão é usada na abordagem Seis Sigma para enfatizar a força em direção a um objetivo de praticamente zero defeito", nesse sentido, esse método se firmou como (SLACK 2020, p. 614) "uma metodologia disciplinada de definir, medir, analisar, melhorar e controlar a qualidade de qualquer um dos produtos, processos e transações da empresa – com a meta final de eliminar praticamente todos os defeitos".

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Alguns elementos frequentemente associados ao Seis Sigma, segundo Slack (2020, p. 614) incluem o seguinte:

> - Objetivos orientados ao cliente. Às vezes, Seis Sigma é definido como "o processo de comparar outputs do processo com as exigências dos clientes". Utiliza várias medidas para avaliar o desempenho dos processos das operações. Em particular, expressa o desempenho em termos de defeitos por milhão de oportunidades (DPMO).
> - Uso de evidência. Embora Seis Sigma não seja a primeira das novas abordagens para as operações usarem métodos estatísticos, ele tem feito muito para enfatizar o uso de evidência quantitativa.
> - Ciclo de melhoramento estruturado. O ciclo de melhoramento estruturado usado em Seis Sigma é o ciclo DMAIC.
> - Capacidade e controle do processo. Não surpreende que, dadas suas origens, a capacidade e o controle do processo são importantes dentro da abordagem Seis Sigma.
> - Projeto do processo. Em sua origem, os proponentes de Seis Sigma também incluíam o projeto do processo na coleta de elementos que definem o Seis Sigma.
> - Treinamento estruturado e organização de melhoramento. A abordagem Seis Sigma assume que as iniciativas de melhoramento só podem ser bem-sucedidas se recursos significativos e treinamento forem dedicados à sua gestão (SLACK, 2020, p. 614).

Dessa forma, um sistema que pode ajudar milhares de produtos a ter uma taxa zero de defeitos pode ajudar escolas a diminuir sua taxa de estudantes mal-formados. Primeiramente fazendo comparações entre empresas e instituições e estipulando os padrões de qualidade a se seguir, dessa forma pode-se utilizar as evidências quantitativas para mostrar cientificamente que como algo já aconteceu pode ser replicado e melhorado.

A partir desse ponto faz-se o uso do ciclo DMAIC, que é mais intuitivo e óbvio que o ciclo PDCA, onde, segundo Slack (2018, p. 595-596), "D" que significa o problema para entender o escopo junto com as exigências de melhoramento do processo, seguidos por "M" que significa a mensuração, verifica-se esse escopo para ter certeza de que ali está o problema e usa os dados coletados para apurar, aperfeiçoar e medir o nível de dificuldade, logo após, pode-se analisar, "A" , verificar as articulações feitas entre o que se observa de problemas e os dados coletados para que se possa desenvolver hipóteses quanto ao que origina os reais problemas e validá-las ou não.

Validadas as hipóteses e confirmadas as causas dos problemas, inicia-se a fase de melhoria do processo "I". Começa agora o desenvolvimento de ideias para dissolver as

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

causas dos problemas e começar a fazer testes de possíveis soluções, onde as que forem se adaptando e funcionando vão sendo incorporadas no processo e tendo seus resultados mensurados. Por último, após as melhorias estarem “rodando” normalmente, faz-se o processo de checagem “C”, que é o controle para manter as soluções sustentáveis dentro do processo. Quando são identificados novos problemas ou possíveis melhorias o processo se inicia novamente de forma infinita e as melhorias continuam sendo aprimoradas (SLACK 2018, p. 595-596).

Além dos demais processo, a certeza de que o seis sigma terá os resultados esperados só pode ser alcançada com o comprometimento da gestão em não poupar investimentos e treinamentos constantes do pessoal que está inserido no sistema. Dessa forma, o clima organizacional pode fluir cada vez melhor com os treinos e as equipes que trabalham nesses processos conseguirão alcançar os resultados com o mínimo de esforços, onde esses, até buscarão por cada problema e os resolverão como se fossem de forma automática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas são ferramentas voltadas à produção, que é uma função inerente a qualquer instituição pública ou privada. Se levarmos em consideração que as escolas tem o seu produto final os estudantes bem formados e cidadãos com princípios e valores pautados pelo bem da sociedade em que estão inseridos ou possam se inserir posteriormente, os processos que outrora era usado na educação e que hoje são facilmente substituídos pelos aparatos tecnológicos devem ser eliminados, com isso, surgem os atalhos, as eliminações dos gargalos que impedem o processo de ser mais ágil e a burocracia e papelório é reduzida ao máximo.

Os problemas encontrados que não podem ser extirpados através da reengenharia podem ser resolvidos com a implementação do Seis Sigma, que é uma ferramenta cíclica de melhorias já utilizada a muitos anos para reduzir defeitos em produções empresariais de milhares de produtos a um nível de erro ou vício zero.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

REFERÊNCIAS

SLAKE, N; ALISTAIR, B-J; JOHNSTON, R. (2020). **Administração da Produção** (8ª ed.). São Paulo: ATLAS. 810 p.

SLAKE, N; ALISTAIR, B-J; JOHNSTON, R. (2018). **Administração da Produção** (8ª ed.). São Paulo: ATLAS. 848 p.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO IX

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CRIANÇA NO CONTEXTO ESCOLAR

Maria Ilma Soares da Cruz Silva[34]; Maria Iana Soares da Cruz Silva[35].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-09

RESUMO: A educação e a infância hoje passam a ser amparadas pelas leis, políticas e programas que foram criadas para promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças. A presente pesquisa abordará sobre o desenvolvimento social da criança no contexto escolar. Desse modo, cabe à sociedade garantir os direitos da infância e as suas atuais determinações em nossos dias, dando seu valor devido, para que essa etapa seja capaz de trazer às crianças todas as oportunidades disponíveis para o seu crescimento, seja físico, social e intelectual. Os resultados apontam que o professor, deve ter um olhar mais sensível junto à criança, sobretudo, deve desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade, o que possibilitará a integração e a socialização da mesma no ambiente escolar e social. Toda esta pesquisa veio para aprimorar o conhecimento junto a esta faixa etária juntamente com a atuação a mais de oito anos, esta que deixa de ser assistencial para ter um objetivo pedagógico. Sendo assim, foi possível retratar todo o crescimento educacional na qual a infância está vinculada. Espera-se que haja um melhor reconhecimento da educação infantil, não só como direito da criança, mas, sobretudo pelo fato de possibilitar-lhe o seu desenvolvimento.
PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Social. Criança. Escola.

THE SOCIAL DEVELOPMENT OF CHILDREN IN THE SCHOOL CONTEXT

ABSTRACT: Education and childhood are now supported by laws, policies and programs that were created to promote and expand the necessary conditions for children to exercise their citizenship. This research will address the social development of children in the school context. In this way, it is up to society to guarantee the rights of children and their current determinations in our days, giving their due value, so that this stage is able to bring children all the opportunities available for their growth, whether physical, social and intellectual. . The results indicate that the teacher must have a more sensitive look at the child, above all, he must develop a quality pedagogical work, which will enable the integration and socialization of the child in the school and social environment. All this research came to improve knowledge with this age group along with the performance for more than eight years, which is no longer assistance to have a pedagogical objective. Thus, it was possible to portray all the educational growth in which childhood is linked. It is hoped that there will be a better recognition of early childhood education, not only as a child's right, but, above all, because it allows for its development.
KEYWORDS: Social Development. Child. School.

34 Graduada em Pedagogia – FACERN; Serviço Social - FACEX e Farmácia – UNINASSAU. Pós-graduada em Psicopedagogia clínica e institucional, pela - FMB. Mestranda em ciências da educação pela instituição ESL Centro Educacional. Servidora pública na cidade de João Câmara/RN. E-mail: mariailmasoaresdacruz@gmail.com
35 Graduada em Pedagogia – UVA. Pós- graduada em Educação Infantil - FALC. Mestranda em Ciências da Educação pela Instituição ESL Centro Educacional. João Câmara/RN. E-mail: iana_torres@yahoo.com.br

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

INTRODUÇÃO

Durante séculos, a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família, porque era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura. A infância foi marcada pela ignorância dos adultos e a discriminação social, porém, esta história também é traçada por grandes desafios e transformações. No Brasil, a educação infantil entra em foco no início do século XIX com a instalação de jardins de infância, asilos e orfanatos com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa, às viúvas desamparadas e os órfãos abandonados pelas mães solteiras. As instituições apenas encobrem o problema e não tinham a capacidade de buscar transformações mais profundas na realidade social dessas crianças.

Diante disso, ocorreram, ao longo das décadas, arranjos alternativos que foram se formando no sentido de atender às crianças das classes menos favorecidas mostrando as raízes da desvalorização da Educação Infantil. Ainda no final do século XIX, houve iniciativas isoladas de proteção à infância, no sentido de combater os altos índices de mortalidade infantil. Na metade do século XX, um número significativo de creches foi criado não pelo poder público, mas exclusivamente por organizações filantrópicas. Devido a muitos fatores, como o processo de implantação da industrialização no país, a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho e a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, os movimentos operários ganharam força. Eles começaram a se organizar nos centros urbanos mais industrializados e reivindicavam melhores condições de trabalho; dentre estas, a criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos.

Dessa forma, pode-se observar a origem do atendimento fragmentado que ainda faz parte da Educação Infantil destinada às crianças carentes, uma educação voltada para suprir supostas “carências”. Nos anos 80, com o processo de abertura política, houve pressão por parte das camadas populares para a ampliação do acesso à escola. A educação da criança pequena passa a ser reivindicada como um dever do Estado, que até então não havia se comprometido legalmente com essa função. Em 1888, devido à grande pressão dos movimentos feministas e dos movimentos sociais, a Constituição reconhece a educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado, e

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

que contempla o caráter educacional destas instituições, cabendo a este manter e dar a educação infantil uma constante integração e valorização com o cuidar, o educar e o brincar elementos fundamentais no processo de ensino e aprendizagem infantil.

Há um fortalecimento da nova concepção de infância, garantindo em lei os direitos da criança enquanto cidadã. Cria-se o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); a nova LDB, Lei nº9394/96, incorpora a Educação Infantil como primeiro nível da Educação Básica, e formaliza a municipalização dessa etapa de ensino.

Em 1998, é criado o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), um documento que procura nortear o trabalho realizado com crianças de 0 a 6 anos de idade. Ele representa um avanço na busca de se estruturar melhor o papel da Educação Infantil, trazendo uma proposta que integra o cuidar e o educar, o que é hoje um dos maiores desafios da Educação Infantil. É preciso afirmar que as propostas trazidas pelo RCN só podem se concretizar na medida em que todos os envolvidos no processo busquem a efetiva implantação das novas propostas, se não ele vai se tornar apenas um conjunto de normas que não saem do papel.

As leis vieram para consolidar essas características educacionais, pois coube à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 9394 de (1996, p. 227) complementar ação [...] trazendo a educação infantil para a Educação Básica. Fator principal para essas primeiras transformações educacionais, que passa de assistencial para um caráter totalmente educacional, onde se começa a ampliar a importância da educação infantil no processo de desenvolvimento, integração, socialização e aprendizagem.

Sendo assim, não só os recursos físicos, mas os espaços que deve se adequar às novas normas, mas toda a ação direta com a criança, sendo esta obrigação dos órgãos mantenedores, municipais e filantrópicos, as regularizações, o que requer maior incentivo e aplicações para o melhoramento da educação nesta faixa etária.

> Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida (DIDONET, 2001, p. 17).

A criança começa a ser vista como dona de uma infância que exige maior compreensão e investimento quanto aos aspectos que ela desenvolve se de uma

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

especificidade e individualidade única e importante diante da sociedade, ela é agora vista como sujeito histórico e participante das transformações futuras, ou seja, a consolidação da educação brasileira. Cabem às instituições de educação infantil atender às especificidades do desenvolvimento das crianças nas suas especialidades, pois é nestas instituições que começaram os primeiros indícios de que vale a pena investir em uma educação de qualidade é o processo educativo acontecendo, é a formação para a cidadania, o trabalho e o desenvolvimento da pessoa e suas transformações.

Apesar de todos esses avanços ocorridos neste processo histórico em que infância e educação infantil estão passando, ainda é necessário que se busque uma educação de qualidade, com profissionais qualificados e valorizados quanto a sua formação específica uma vez que é de extrema importância essa especialização para assim atender e compreender essa faixa etária. Presenciando e compreendendo a aprendizagem junto a criança. Compreender o porquê da educação infantil e sua contribuição para o desenvolvimento e aprendizagem da criança é também valorizar e contribuir para suas conquistas nestes séculos.

Sendo assim, se faz necessário buscar reinvenções que requer uma maior conquista dos obstáculos que ainda se percebe contra a infância do século XXI, que está esquecendo-se da inocência para a obscuridade da violência e da falta de afeto, característica presentes na infância que pela ocupação e crescimento capitalista se torna extinta dentro de uma sociedade ocupada com muitos afazeres.

A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

A concepção de infância vai sendo modificada conforme a sociedade passa a vê-la. Esta que vem se deparando com mudanças e transformações econômicas, sociais e culturais diante de uma sociedade que busca uma maior valorização no que diz respeito à educação infantil.

Dessa forma, precisamos pensar, sobre qual definição se dá para esta fase infantil, em que o adulto e o meio na qual ela está inserida é responsável pelo seu desenvolvimento. Onde a exploração e marginalização contra ela estão tão evidentes,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

muitas vezes, fora de controle da família e da sociedade em geral, estas coisas ainda continuam a permear nosso pensamento, já que a criança deve ser preparada para viver na sociedade, de uma forma que não tire o prazer e seu momento presente de ser criança. “O adulto é considerado o homem acabado, pronto e completo, ou seja, o modelo perfeito que deve ensinar as crianças, principalmente, moldar seu caráter, comportamento e conhecimento Vygotsky (1999. p. 90). A infância é a continuidade de nossas esperanças e objetivos, isto faz com que a criança por muitas vezes fique cercada por fases, que os adultos projetam. Porém esta fica mais tarde também ameaçada pela atualidade, pela globalização, é o mundo adulto que chegou muito antes em suas vidas, o que acaba tirando o prazer da infância, pois estas crianças passam a não ter tempo para o brincar, a tecnologia as faz refém de uma vida ilusória e muitas vezes perigosa, o que as deixam sem fantasias para criar e recriar, que invadem e transformam o seu caráter infantil.

Para Aroeira (1996, p. 22):

> o conceito de infância se dá de acordo com a classe social a que nos referimos, porque a criança é um ser social e histórico, não é abstrata não é um modelo teórico de desenvolvimento, para conhecê-la melhor é necessário sempre levar em conta suas condições reais de vida a origem social a cultura, pois é a partir desse contexto que determinamos que ela construa seu conhecimento.

Com isto fica visível que todos os aspectos sociais, no qual a criança está inserida afeta seu desenvolvimento e suas especialidades, uma vez que esta vive, em uma sociedade de constantes mudanças e avanços serão elas influenciadas. Ressaltar-se a partir daí que não deve haver diferenças, no que diz respeito aos direitos da criança, como por exemplo, a educação, a saúde, o lazer e a família, já que todos esses elementos são importantes para uma vida adulta de sucesso e prosperidade. Percebe-se que “A criança é um ser completo, num contexto historicamente definido, conhecendo o verdadeiro papel que exerce em sua família e na comunidade, é possível compreender melhor a linguagem, as ações, sentimentos, reações e possibilidades de seu desenvolvimento Aroeira" (1996, p. 21). Sendo assim, é possível conhecer e descobrir as novas especificidades na qual a infância está inserida, essa que necessita ser identificada como etapa importante de desenvolvimento e aprendizagem. É preciso desmistificar essa concepção única que estamos acostumados a pensar, geralmente como uma infância urbana, de crianças organizadas, limpas, comportadas e de classe média esquecendo-se das outras e suas

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

especificidades como sujeito, que tem uma parte importante na construção histórica e social, e não como mera invenção cultural. Esta é a mesma criança dos séculos passados que ainda necessita ser descoberta e valorizada na sua diferença e necessidades. Segundo Friedmann (2005) é importante contextualizar a criança à qual nos referimos, para a partir daí fazermos uma comparação com as teorias sobre desenvolvimento infantil. Uma visão enquanto real, com as quais convivemos diariamente, com famílias diferentes, ambientes diferentes, oportunidades diferentes e meios diferentes de aprendizagem.

O que vimos é uma sociedade que limita a criança e sua infância, está lhe tira a oportunidade de brincar e de criar, se transformando em vítimas de uma globalização, cercadas por uma violência simbólica que julga valores fazendo-a um adulto com compromissos já estabelecidos pela sociedade. Assim ela se deixa caracterizar pelas transformações sociais culturais e econômicas influenciando seus comportamentos, que invadem e transformam o seu caráter infantil.

Difícil saber de quem é a responsabilidade de enfrentar tais dificuldades e desafios que acompanham a criança atual, se é das escolas, das famílias ou da sociedade. É possível perceber que as instituições escolares têm a grande oportunidade de fazer a diferença para que todas essas transformações ocorram, uma delas são aquelas atividades que envolvam o lúdico e a criatividade, que devem acontecer não só nos ambientes escolares, mas, em todos aqueles pelos quais a criança participa. Para que possam. “Resgatar uma infância com alma, com essência com significado, aquela na qual os pequenos e simples momentos, gestos, atitudes, saberes, brinquedos, contos, histórias, pinturas produções toques e olhares sejam significativos, valorizados Friedmann (2005, p. 11). Cabe à educação essa transformação, é preciso a inserção da criança na sociedade sem ser manipulada, é papel do educador ser um intermediador entre ela e o mundo. Entender que ambos são construtores de saberes, é preciso deixar a criança ser ela mesma, em diferentes ambientes e contextos, é com os estímulos, com os rabiscos que elas vão ampliando a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

A educação e a infância hoje passam a ser amparadas pelas leis, políticas e programas que foram criadas para promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças. Com todas estas conquistas podem-se caracterizar

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

as transformações que acompanham a infância como fatores importantes para a sua construção e valorização, estes que não deixam de estarem vinculadas também às instituições escolares que é por sua vez ambiente de construção social e integrador para a criança e suas descobertas. Sendo necessário, "compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais". RCNEI (1998, p. 22). É importante para as crianças serem reconhecidas não apenas pelas leis, neste primeiro estágio da vida, devemos ensiná-las, educá-las, auxiliá-las em suas dificuldades e valorizar suas conquistas, pois, é primordial e importante para a infância.

Desse modo, cabe à sociedade garantir os direitos da infância e as suas atuais determinações em nossos dias, dando seu valor devido, para que essa etapa seja capaz de trazer às crianças todas as oportunidades disponíveis para o seu crescimento, seja físico, social e intelectual. Somente assim, estaremos preparando nossas crianças para viverem esses novos tempos que se anunciam, carregados de novas necessidades, novos anseios, novos desejos e novos desafios.

PIAGET E VYGOTSKY: DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O desenvolvimento do ser humano é um processo que se constrói a partir de habilidades e de comportamentos que resultam da interação com outras crianças e adultos, a história de vida e seu contexto sociocultural. A conquista de novas habilidades está relacionada não apenas à faixa etária da criança, mas também com vivências com outras pessoas do seu grupo social.

Como relata Piaget (1896/1980, p. 10): "o desenvolvimento é fruto do processo de maturação e da necessidade de equilíbrio inerente a todo ser vivo, ou seja, à cada mudança do meio externo ou interno ao indivíduo, ocorre uma mudança no seu comportamento na tentativa de atingir um novo estado de equilíbrio".

Piaget, em sua trajetória, preocupou-se com o desenvolvimento cognitivo da criança, buscando compreender como ela estrutura o conhecimento e se inclui no mundo que a cerca. Sendo assim, percebeu que à medida que a criança passa a conviver com as

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

pessoas de seu cotidiano, ela entende que pode mudar a sua realidade, não só com atos externos, mas também internos. Pois, para ele, nós seres humanos passamos por muitas mudanças e processos vinculados a Assimilação, Acomodação e de Equilibração. A partir disso, Piaget considera a existência de estágios diferentes relativamente à inteligência, à linguagem e à percepção. Cada estágio é definido por diferentes formas de pensamento. A criança deve atravessar cada um segundo uma sequência. Se a criança não for estimulada não conseguirá superar o atraso do seu desenvolvimento. Assim, torna-se necessário que em cada um desses estágios, haja um tempo suficiente para interiorizar o conhecimento antes de avançar para o estágio seguinte.

Segundo Piaget existem quatro estágios de desenvolvimento (1978, p. 110): Estágio sensório-motor (zero a dois anos aproximadamente): esta etapa é caracterizada por atividades físicas que são dirigidas a objetos e situações externas; Estágio pré-operacional (por volta dos dois aos seis sete anos): nesta fase a criança vai construindo a capacidade de efetuar operações lógico-matemáticas (seriação, classificação); Estágio das operações concretas (sete a doze anos): Para Piaget é neste estádio que se reorganiza verdadeiramente o pensamento. Estágio das operações formais (doze a quinze dezesseis anos): A transição para o estádio das operações formais é bastante evidente dadas as notáveis diferenças que surgem nas características do pensamento.

A passagem de um estágio para o outro se dá quando as crianças observam outras crianças mais velhas quando estão a resolver problemas e notam que o fazem de uma maneira diferente da sua, por meio de regras que pertencem a outro estágio de desenvolvimento e, por isso, sentem-se perdidas. Então, a criança procura diminuir a distância que a separa das outras, mais velhas e, tentam aprender novas regras e, por consequência disso, iniciará a sua entrada no estágio seguinte. A aprendizagem de conceitos e de novas práticas de comportamento poderá ser realizada socialmente, pela observação de outras pessoas. Sendo assim, o importante é a ordem dos estágios e não a faixa etária destes.

Para Vygotsky (1988), o funcionamento psicológico da criança estrutura-se a partir das relações entre o indivíduo e a sociedade, sendo que para ele, é esta relação que determina o desenvolvimento e a aprendizagem. Isso implica não somente em mudanças

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

quantitativas, mas em transformações qualitativas do pensamento, dentro de um processo histórico e social. Que se dá por sistemas de símbolos, em que a linguagem tem seu papel primordial na formação e na construção do pensamento, num processo de internalização.

Como mostra Vygotsky (1988, p. 27):

> O momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então, duas linhas completamente independentes de desenvolvimento se convergem.

De acordo com o autor, o desenvolvimento infantil é produto da ação dos adultos que fazem a mediação no processo de aprendizagem das crianças. Nesta mediação, o adulto usa ferramentas culturais, tais como a linguagem e outros meios. É um processo de internalização, no qual a criança domina e se apropriam dos instrumentos culturais possíveis para sua aprendizagem.

Vygotsky enfatizava, portanto, o processo histórico-social e mostrou que a criança possui um nível de desenvolvimento, que ele nomeou de ZDP (zona de desenvolvimento proximal). "Qual é a distância entre o desenvolvimento real da criança e o seu desenvolvimento potencial" (LAKOMY, 2003, p. 43). Sua questão central é a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio, cabe então à escola elaborar estratégias para estimular a criança a avançar em sua compreensão e desenvolvimento, para seguir etapas posteriores.

Ao contrário do conceito de Piaget em que o indivíduo constrói a compreensão do mundo, o conhecimento sozinho, Vygotsky via o desenvolvimento cognitivo como dependendo da experiência social, com as pessoas e com os instrumentos do mundo da criança.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA

Considerando os fatos históricos das instituições de educação infantil é possível observar que ela tem sido encarada de várias formas: como função de assistência social, como função sanitária ou higiênica e, mais recentemente, como função pedagógica. Seu crescimento e seus objetivos junto ao processo de desenvolvimento e aprendizagem da

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

criança, no sistema educacional, se dá através de objetivos concretos e reflexivos que qualificam essas instituições e seus princípios pedagógicos, que se destacam como fatores fundamentais para o ensinar e o aprender. Pois, a nova função da educação infantil deve estar associada a padrões de qualidade.

Diante disso, toda instituição de educação deve possuir um currículo, e desenvolver a organização do trabalho pedagógico baseando-se nele, mas o que permite a maior expressão do currículo é a prática pedagógica diária, realizada em sala de aula ou em outros espaços pedagógicos. Por meio deste, é possível identificar a estrutura das diversas áreas de conhecimento que compõem a organização curricular e suas atividades a serem desenvolvidas junto a instituição de educação infantil.

Entendemos que a organização das tarefas pedagógicas deve ser orientada pelo princípio básico de proporcionar à criança o desenvolvimento da autonomia, ou seja, a capacidade de construir as suas próprias regras e meios de ação. Toda essa organização pedagógica faz da educação infantil a fase de maior importância e que precisa ser valorizada e associada à vida da criança, pois, o cuidar, o educar e o brincar são fatores importantes que devem caminhar juntos para que o processo de desenvolvimento e aprendizagem aconteça. Cabe ao educador pesquisar e conhecer o desenvolvimento infantil para poder organizar atividades onde a criança possa experimentar situações das mais diversas.

A ação pedagógica que integra o cuidar e o educar sugerem também uma aproximação entre dimensões educacionais e sociais e propõe outro método que possa possibilitar a aprendizagem de maneira lúdica que é o brincar na infância, uma vez que a criança pequena aprende, se integra e se socializa com todos aqueles que estão ao seu redor por meio da brincadeira.

Neste ambiente educacional onde a brincadeira é conteúdo indispensável na formação social da criança, usando-as em situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. O que se caracteriza em atividades próprias estimulando e exercitando seus sentidos, envolvendo todo o seu corpo com movimentos que se transformam em aprendizagem. É importante ressaltar que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Fica, pois, claro que as novas funções da educação infantil devem estar integradas a padrões de qualidade. Essa que advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos. Nesse processo, a educação infantil poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades, de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes, capazes e saudáveis.

A ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Considerando os fatos históricos que acompanharam as instituições de educação infantil, conta que a docência nestes estabelecimentos era uma novidade, apesar de já existirem poucos envolvidos nessa modalidade de educação desde os primeiros jardins de infância. Durante muitos anos esse trabalho foi realizado por profissionais sem formação específica, pois a educação das crianças não era vista como responsabilidade educacional, apenas como um direito assistencial das famílias. Hoje, "A formação de docentes para atuar na educação básica se fará em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. (BRASIL, 1996)". Contudo, muitos sistemas e instituições educacionais permanecem na situação de ter profissionais com ensino médio, tendo alguns incompletos, poucos com curso de Pedagogia, existindo ainda lacunas quanto a esta formação, sendo essencial para "A atuação profissional do professor, bem como a produção de conhecimento desse profissional, midiatizada pela leitura, pela escrita e pela reflexão da sua prática, são extremamente relevantes (MORENO, 2007, p. 61)."

Diante disso, é importante que a sua formação principie de pesquisa reflexiva sobre a área de atuação docente, por um ensino de qualidade que o faça transmissor e mediador do conhecimento infantil. Considerando que este profissional irá trabalhar diretamente com a criança, em uma fase de total importância para ela, este deve então, atingir as necessidades encontradas, o que requer uma formação mais transformadora,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

eficaz e de competência, visando o estímulo na sua prática educativa. Nessa perspectiva, faz-se necessário que os professores, nas instituições de educação infantil, tenham ou venham a ter uma formação inicial sólida de constante e permanente atualização em serviço.

Para que isto aconteça é preciso ter educadores que estejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como às questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis. Além de um empenho com o ensino e aprendizado da criança em suas fases e especificidades educativas. Estas que se caracterizam pelo uso da criatividade e diversidades de atividades que envolva a criança em sala de aula. Isto exige investimentos emocionais e conhecimento técnico-pedagógico.

Faz-se necessário compreender a aprendizagem da criança, observando seus aspectos próprios à educação infantil, como: Saúde, afeto, segurança, interação, alimentação, estimulação, brincadeira, entre outros, devem integrar o cuidar/educar de forma dinâmica. Pois com todos esses aspectos é possível estabelecer ligações, interações, relações desde que a ação pedagógica esteja em constante e total vigilância. Sendo capaz de auxiliar o aluno para que construa sua identidade histórica e cidadã, os quais o denominam como construtor da aprendizagem e da história. É preciso que a educação e o profissional seja algo novo que garanta a aprendizagem e o desenvolvimento da criança em todas as suas necessidades de conhecimento.

Para isso se faz necessário uma junção entre famílias, comunidades e escolas, fazendo com que essa formação responda às novas exigências da era global e as mudanças socioculturais, capaz de produzir conhecimentos sociais e polivalentes diante das competências trabalhadas, deve ele estar em constante reflexão da sua prática e desafios, respondendo assim às necessidades educacionais.

Sendo assim, esses novos profissionais são também convidados a partir da compreensão da primeira infância, a promover os cuidados e a educação, construir vínculos a partir da afetividade. Precisa-se de professores que conheçam, e construam uma educação pela cidadania do aluno na infância, sendo ele também um profissional qualificado, visando um novo e moderno perfil do educador infantil.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CONTRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A Família exerce um papel importante na vida da criança, a participação dela é fundamental para o seu desenvolvimento, é o ambiente em que ocorrem os primeiros contatos e relacionamentos da criança, e, é através desta que se constroem pessoas adultas com uma determinada autoestima, onde estas aprendem a encarar desafios e a assumir responsabilidades. É com a família que as crianças interagem, entretanto, existem outras pessoas que desempenham um importante papel no desenvolvimento da mesma, como: os colegas, os professores e outros membros da família. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (ECA, Art. 25, 1990). Estas pessoas proporcionam a essa criança um ambiente de muitas possibilidades para desenvolver-se de forma satisfatória, progredindo em sua autoconfiança e desenvolvendo sentimentos de segurança. , sendo elas a formadora de sua primeira identidade social.

No Brasil, a Constituição Federal (1988) preconiza, em seu Art. 277, que:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Não depende se esta família na qual a criança convive é constituída por pais biológicos ou não, mas de que maneira essa criança é tratada e acolhida nesse lar. O relacionamento familiar deve ser verdadeiro e ocorrer de forma prazerosa para todos, pois, não basta estar em uma mesma residência, é necessário que haja uma interação, na qual exista comunicação de sentimentos e ideias.

Quando uma criança nasce e cresce numa família bem estruturada, em que prevalece o respeito e o afeto entre eles, onde os pais ensinam seus filhos a respeitarem o próximo e a se comportar no ambiente extrafamiliar. Certamente essa criança poderá viver em sociedade, adaptando-se, realizando transformações e, principalmente, sendo mais feliz. Pois, todos esses ensinamentos se refletirão, fazendo dessas crianças cidadãos de bem.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Deste modo, a família torna-se primordial, pois é através desta que a criança herda princípios e valores, preparando-se para a vida adulta. Porém se essa base familiar não possuir esses valores éticos e morais afetará diretamente nas suas relações sociais.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil, recentemente, vem tendo um maior destaque no cenário nacional. A partir da mobilização de vários setores da sociedade, foram criadas legislações visando garantir direitos às crianças e suas respectivas famílias. Caracterizando um momento bastante diferenciado e de razoáveis modificações na área.

Segundo a LDB (Art. 29 e 30, 1996):

> Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A Educação Infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; e pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Apesar dos avanços obtidos, através de um rol de regulamentações, documentos oficiais e leis, o que se verifica, de modo geral, na realidade brasileira, é um distanciamento enorme entre essas conquistas e as práticas efetivadas no cotidiano das instituições. Ainda constatamos no nosso contexto atual muitos “desafios” a serem enfrentados, o que desfaz alguns direitos garantidos por lei.

Um dos principais desafios da Educação é a legitimação da Educação Infantil nos sistemas de ensino. Essa deve ser regulamentada, acompanhada e supervisionada pelos conselhos municipais de educação, pelos pais e pela sociedade. Nesse mesmo sentido, as determinações sobre a formação e qualificação do profissional da educação infantil. Dessa maneira, a formação de docentes para atuar na Educação Infantil, segundo o art. 62 da LDB, deverá ser realizada em “nível superior”. [...] As professoras e professores e os outros profissionais que atuam na Educação Infantil exercem um papel socioeducativo, devendo ser qualificados especialmente para o desempenho de suas funções com crianças de 0 a 6 anos. A formação inicial e a continuada dos profissionais de Educação Infantil são leis e devem ser asseguradas a todos, pelos sistemas de ensino com a inclusão nos planos de cargos e salários do magistério. Essa nova dimensão articula-se com a

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

valorização do papel do profissional, pois, ainda é comum encontrarmos escolas que tratam as professoras e professores como meros “tomadores de conta” de criança, sem o menor reconhecimento da sua prática pedagógica como elemento essencial na formação e desenvolvimento das crianças. Como também se encontram profissionais totalmente desqualificados nessa modalidade de ensino, pensando eles que a criança por ser pequena não necessita de acompanhamento pedagógico, apenas de cuidados. Tendo assim, muitos desses profissionais apenas ensino médio e muitos nem isso.

Outro grande desafio é a interação da família, junto à instituição de educação infantil. Sabe-se que: “Cada escola, cada professor, podem em conjunto, com a família, desenhar caminhos e gestar alternativas de partilha." (Quando na verdade o que se percebe são famílias descompromissadas com suas crianças, muitos destes, nunca podem ir deixar, ou, buscar seus filhos na escola, poucos comparecem em reuniões e nunca podem ajudá-los em suas tarefas de casa). Ou seja, veem a educação infantil, tão somente, como um lugar em que seus filhos irão brincar e ser cuidado.

Diante dessas limitações, bem como da realidade do atendimento, que permanece em muitos casos alheia aos avanços na área, acreditamos que, nesse momento, faz-se necessário definirmos as questões e as bandeiras levantadas na educação infantil, direcionando nosso olhar para o distanciamento entre discurso e prática e a sua necessária reflexão para que os avanços não fiquem restritos ao papel, beneficiando efetivamente nossas crianças.

Diante da importância do desenvolvimento Infantil para a continuidade das aprendizagens ao longo da vida escolar da criança elaborou-se o projeto de intervenção socioescolar objetivando apresentar possibilidades de seu uso na escola para contribuir com o sucesso da Educação Infantil.

Desse modo, pudemos observar que as escolas de Educação Infantil, auxiliam diariamente as crianças em seu desenvolvimento físico e intelectual, pois, todos que estão presentes na instituição escolar são colaboradores nesse fantástico desenvolvimento que vem acontecendo com essas crianças. Além disso, é na infância que se desenvolvem as características mais importantes para o equilíbrio e inteligência do adulto.

Como relata Piaget (1978, p. 87):

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> A criança possui várias fases de desenvolvimento até chegar à vida adulta e essas fases devem ser respeitadas por todas as pessoas que têm ou terão influência nesse desenvolvimento (pais, familiares, professores e funcionários da escola em que a criança está estudando).

Esse desenvolvimento sofre mudanças constantes, mas todas essas fases são importantes para a criança e devem ser respeitadas. Porém, estas mudanças dependem também das várias adaptações que envolvem lugares adequados, organizados e que propiciem o estímulo, com profissionais adequados e qualificados para este nível de ensino. A criança precisa de assistência, cuidado e consequentemente de educação dirigida, que lhe possibilita um amplo desenvolvimento, contudo a educação familiar aliada à escolar permitirá que a criança ultrapasse as diversas transformações que ocorreram ao longo de sua vida, de forma equilibrada e sadia.

Contudo, as instituições precisam favorecer as aprendizagens infantis e possibilitar os diferentes saberes, isto é: “Uma educação infantil que respeite os direitos da criança em um espaço adequado, rico em estímulos agradáveis aos olhos infantis num tempo bem planejado capaz de satisfazer suas necessidades em busca da construção de novos saberes e da descoberta do mundo a sua volta.” (MORENO, 2007, p. 55). Sendo assim, a Educação Infantil possibilita uma maior promoção do desenvolvimento da criança em todos os aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procurou-se compreender a importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança. Especialmente as que participam de instituição de educação infantil, buscando mostrar de maneira específica toda a trajetória histórica da educação infantil no Brasil, suas características, descobertas, mudanças e contribuições para o desenvolvimento infantil assim como os aspectos socioeconômico, cultural e político em que a criança está inserida.

A Educação Infantil desempenha um papel importante junto à criança, principalmente em seus primeiros anos de vida, a qual lhe permite uma maior participação e desenvolvimento na sociedade, interagindo e conhecendo sua identidade, autonomia, aprendizagem e especificidade.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Ressaltando que com a definição do tema, foi possível conhecer e identificar todo o crescimento histórico da educação infantil junto à sociedade e a família.

Com isso, fica comprovado que é necessária a contribuição de uma educação infantil de qualidade junto à criança, além de aprimorar seus conhecimentos e ampliar suas experiências.

Além de pesquisar sobre o histórico da educação infantil e os conceitos de infância, teve como meta identificar sua contribuição para o desenvolvimento da criança em seus aspectos físicos, cognitivos e emocionais e como etapa fundamental da educação básica.

Os resultados apontam que o professor, deve ter um olhar mais sensível junto à criança, sobretudo, deve desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade, o que possibilitará a integração e a socialização da mesma no ambiente escolar e social.

Toda esta pesquisa veio para aprimorar o conhecimento junto a esta faixa etária juntamente com a atuação a mais de oito anos, esta que deixa de ser assistencial para ter um objetivo pedagógico.

Sendo assim, foi possível retratar todo o crescimento educacional na qual a infância está vinculada. Espera-se que haja um melhor reconhecimento da educação infantil, não só como direito da criança, mas, sobretudo pelo fato de possibilitar-lhe o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AROEIRA, Maria Luísa Campos. **Didática de pré-escola**: vida da criança: brincar e aprender. SP: FTD, 1996.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Art. 277,

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº. 9493/90. Brasília, DF: MEC, 20 de dez. 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA – SP, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1998.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

DIDONET, Vital. **Educação Infantil.** Humanidades. Brasília. n, 43, 1991, p. 89-98.

LAKOMY, A. M. **Teorias Cognitivas da Aprendizagem**. Curitiba: IBPEX, 2003.

MORENO, Gilmara Lupion. **Organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil**. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado (Org.). Trabalho pedagógico na educação infantil. Londrina: Humanidades, 2007.

PIAGET, J. **Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Diefel, 1978.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO X

TIC X ENSINO REMOTO: UMA ABORDAGEM PRÁTICA DE USO DE SOFTWARES LIVRES E/OU ONLINE NA DISCIPLINA DE CÁLCULO NUMÉRICO

Viviane Cristhyne Bini Conte[36]; Luciana de Souza Moraes[37];
Andrea Sartori Jabur[38]; Diony José Almeida[39];
Cyntia Natalia Ruela[40].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-10

RESUMO: Este trabalho visa mostrar como ferramentas computacionais podem auxiliar no processo ensino-aprendizagem da disciplina de Cálculo Numérico para cursos de graduação na área de engenharia, propiciando a modernização do ensino pelo uso de metodologias ativas, o aumento na motivação e no interesse dos discentes e a popularização do uso de softwares pela comunidade acadêmica. Foram construídos códigos didáticos em Scilab e linguagem Phyton para implementação de técnicas numéricas, já disponíveis na literatura da disciplina de Cálculo Numérico, com o propósito de resolver problemas propostos. O uso de tecnologias no Ensino Superior, bem como em outros níveis de ensino, pode transformar os processos de aprendizagem tornando as disciplinas mais acessíveis, compreensíveis e agradáveis para os acadêmicos.
PALAVRAS-CHAVE: Scilab. Linguagem Phyton. Cálculo Numérico.

ICT X REMOTE EDUCATION: A PRACTICAL APPROACH TO THE USE OF FREE AND/OR ONLINE SOFTWARE IN THE SUBJECT OF NUMERIC CALCULATION

ABSTRACT: This work aims to show how computational tools can help in the teaching-learning process of the Numerical Calculus discipline for undergraduate courses in the engineering area, providing the modernization of teaching through the use of active methodologies, the increase in students' motivation and interest. and the popularization of the use of software by the academic community. Didactic codes were built in Scilab and Python language to implement numerical techniques, already available in the Numerical Calculus literature, with the purpose of solving proposed problems. The use of technologies in Higher Education, as well as in other levels of education, can transform learning processes by making subjects more accessible, understandable and enjoyable for academics.

36 Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-AP); http://lattes.cnpq.br/9396503718117826; número ID ORCID 0000-0002-5808-8936. E-mail: vivianeconte@utfpr.edu.br
37 Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-AP); http://lattes.cnpq.br/2397350503012190; número ID ORCID 0000-0003-0186-3230. E-mail: lucianamoraes@utfpr.edu.br
38 Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-AP); http://lattes.cnpq.br/0460678668447420; número ID ORCID 0000-0002-1560-0477. E-mail: jabur@utfpr.edu.br
39 Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR-TB); http://lattes.cnpq.br/3610413319529667; número ID ORCID 0000-0003-3446-6004. E-mail: diony.a@gmail.com
40 Graduanda do curso de Engenharia Química da Universidade Tecnlógica Federal do Paraná (UTFPR-AP); http://lattes.cnpq.br/7860266023594459. E-mail: cyntiaruela@alunos.utfpr.edu.br

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

KEYWORDS: Scilab. Python language. Numerical calculation.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a inserção das ferramentas computacionais no processo de ensino e aprendizagem tem sido cada vez mais vista e discutida nos diversos âmbitos educacionais, em particular, nos cursos de graduação em Engenharia. Tão importante quanto a pesquisa de metodologias e tecnologias é a aplicação destas de forma a tornar o estudo mais dinâmico e eficiente. A pandemia da COVID-19 acelerou a adoção dessas tecnologias uma vez que o contato *face-to-face* foi temporariamente interrompido. O emprego dessas ferramentas auxilia o desenvolvimento de outras habilidades no aluno, como: o uso de linguagem técnica (em português ou inglês), o raciocínio lógico, dentre outros.

Dentro da disciplina de Cálculo Numérico, o uso de software pode ajudar o aluno a compreender melhor e mais rapidamente como a solução exata de um problema pode ser aproximada por meio de um método iterativo. Essa aproximação é feita a partir de um chute inicial da solução e recursivamente aplicando-se uma fórmula iterativa para a melhoria desta conforme o algoritmo é repetido. A construção manual desta tarefa é exaustiva e desestimulante, normalmente não são efetuadas repetições suficientes para o aluno perceber visualmente a efetividade do processo. Logo, algo que torne automático o trabalho “braçal” agiliza e abre espaço para interpretação e discussão de viabilidade do resultado.

Diante da realidade em que vivemos, onde a tecnologia digital faz parte do cotidiano, principalmente dos jovens estudantes, cabe ao professor adaptar sua forma de ensiná-lo (CONTE et al., 2020). As metodologias onde o aluno era apenas o ouvinte e não participante ativo de seu processo de aprendizagem não são mais efetivas e não há mais espaço para o ensino linear. É imprescindível ser interdisciplinar: ao mesmo tempo em que o aluno aprende conceitos de Cálculo Numérico estará também aprendendo/desenvolvendo Computação.

A partir dessa observação o presente trabalho propõe-se a apresentar o emprego de ferramentas computacionais (softwares livres ou online) para consolidar conceitos

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

teóricos aprendidos na disciplina de Cálculo Numérico no que tange assuntos de zeros de funções e resolução de sistemas lineares por meio da resolução de exercícios.

METODOLOGIA

O trabalho teve início com revisão bibliográfica no sentido de encontrar situações problemas nos livros de Cálculo Numérico utilizados na disciplina. Após essa escolha de exercícios, foi necessário, também, estudar e aprender os softwares e plataformas de implementação para compreensão dos seus recursos. Em segundo momento, foi realizada a organização dos temas envolvidos com os resultados de aprendizagem levantados. Ficaram estabelecidos os seguintes temas: zeros de funções e resolução de sistemas lineares.

O software SciLab (livre) e a linguagem Python (online) foram utilizados para resolver os problemas pré-definidos e aqueles com os melhores recursos para cada situação foram definidos. Os códigos foram escritos pelo professor e o papel do aluno é entender o código e replicá-lo para outras situações-problemas.

O SCILAB E A LINGUAGEM PHYTON

O Scilab é um software científico para computação numérica que fornece um poderoso ambiente computacional aberto para aplicações científicas. Os comandos do Scilab se parecem mais com os que se costuma escrever nas expressões algébricas, facilitando a utilização, não exigindo uma escrita tão particular nas manipulações das expressões. No Scilab é possível trabalhar desde as operações mais simples, até fazer simulações, executar comandos em sequências para automatizar o cálculo de equações, em suas mais diversificadas maneiras de resolução. Conte (2020) mostra que o software para Scilab pode ser utilizado para tornar as disciplinas de cálculo diferencial e integral mais atrativas com exemplos do uso da ferramenta para resolver problemas no que tange a disciplina.

Python é uma linguagem de programação de alto nível, interpretada por script, imperativa, orientada a objetos, funcional, de tipagem dinâmica e forte. Foi lançada por

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Guido van Rossum em 1991. Atualmente, possui um modelo de desenvolvimento comunitário, aberto e gerenciado pela organização sem fins lucrativos: Python Software Foundation. Para exemplificar, durante a pandemia, Grave (2021) aplicou, com estudantes do sétimo ano do ensino fundamental em uma escola da rede privada, atividades remotas por meio do Google Colab, utilizando o Python na resolução de problemas matemáticos. Os alunos desenvolveram seus códigos e acompanharam o desenvolvimento das atividades de seus colegas.

RESULTADOS

A figura 1 mostra o resultado da implementação em linguagem Python do método de Newton-Raphson para resolver problemas que envolvem zeros de funções.

Figura 1: Resolução de pelo método de Newton-Raphson utilizando linguagem Python na plataforma colaborativa Replit.

Fontes: Autores (2022)

Para mostrar uma aplicação mais prática dos métodos de Newton-Raphson e secantes para encontrar zeros de funções as implementações apresentadas na figura 2 e 3 resolvem um problema de engenharia no que diz respeito às estruturas e o movimento oscilatório amortecido do livro de Chapra (2016).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Figura 2: Resolução do problema pelo método de Newton-Raphson implementada em Scilab.

```
  //METODO_NENTOW_RAPHSON encontra uma aproximação para o zero de uma função utilizando o método
de Newton-Raphson ou (tangentes)
  //ENTRADAS
  //x0 é o chute inicial x = 0.31517
  //tol é a tolerância tol = 0.0001
  //SAÍDAS
  // x é a aproximação para o zero da função (raiz)
  // xk+1 = xK - (f(xk)/f'(xk))
  fx0 = 8 * exp(-0.5*x0) * cos(3*x0);
  difx0 = -4 * exp(-0.5*x0) * cos(3*x0) - 24 * exp(-0.5*x0) * sin(3*x0);
  err = 1;
  k = 0;

  while(err > tol)
    k = k + 1;
    x = x0 - (fx0/difx0);
    err = abs((x-x0)/x);
    x0 = x;
    fx0 = 8 * exp(-0.5*x0) * cos(3*x0);
    difx0 = -4 * exp(-0.5*x0) * cos(3*x0) - 24 * exp(-0.5*x0) * sin(3*x0);
    xk(:,k) = x0;
    fk(:,k) = fx0;
  end

endfunction
```

Fontes: Autores (2022)

Figura 3: Resolução do problema pelo método das secantes implementada em Scilab.

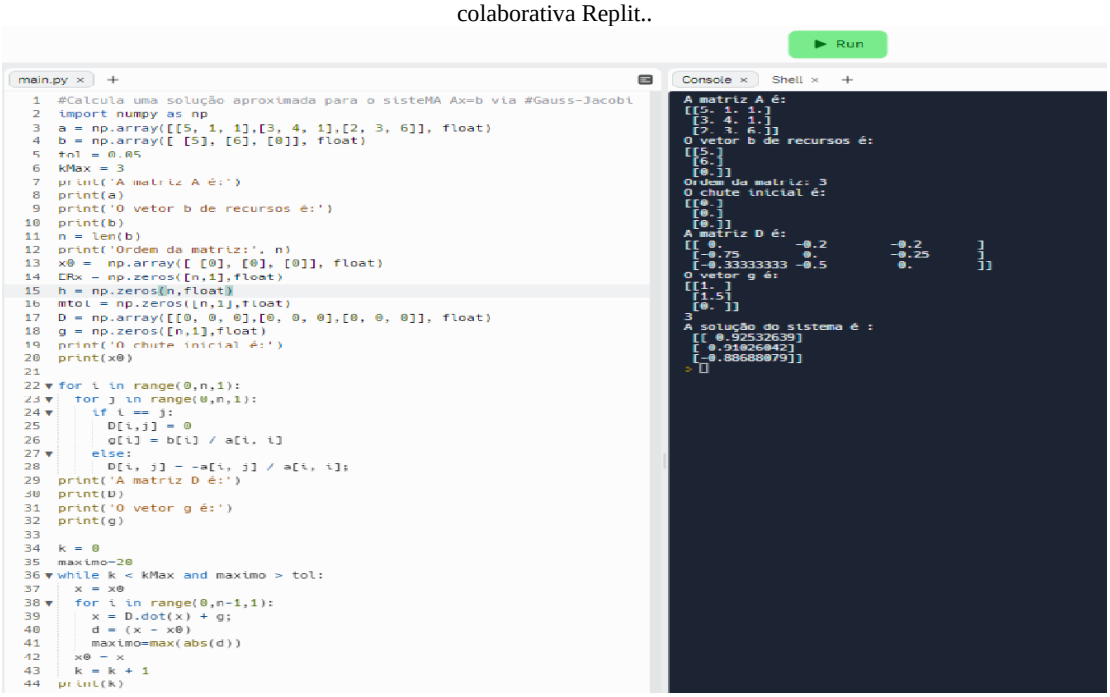
```
function [x, k, xk, fk]=metodo_secante(x0, x1, tol)
  //METODO_SECANTE encontra uma aproximação para o zero de uma função utilizando o método das Secantes
  //ENTRADAS
  //x0 e x1 são os dois chutes iniciais x0 = 0.31517 e x1 = 0.4000
  //tol é a tolerância tol = 0.0001
  //SAÍDAS
  // x é a aproximação para o zero da função (raiz)
  // xk+1 = (xk-1*f(xk) -  xk* f(xk-1)) / (f(xk) - f(xk-1))
  fx0 = 8 * exp(-0.5*x0) * cos(3*x0);
  fx1 = 8 * exp(-0.5*x1) * cos(3*x1);
  err = 1;
  k = 0;
  while(err > tol)
    k = k + 1;
    x = (x0 * fx1 -  x1 * fx0) / (fx1 - fx0);
    err = abs((x-x1)/x);
    x0 = x1;
    x1 = x;
    fx0 = 8 * exp(-0.5*x0) * cos(3*x0);
    fx1 = 8 * exp(-0.5*x1) * cos(3*x1);
    xk(:,k) = x1;
    fk(:,k) = fx1;
  end
endfunction
```

Fontes: Autores (2022).

A figura 4 mostra o resultado da implementação do método iterativo de Gauss Jacobi para encontrar uma aproximação para a solução de um sistema de equações lineares utilizando a linguagem Phyton.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Figura 4: Resolução de sistema linear pelo método de Gauss Jacobi utilizando linguagem Phyton na plataforma colaborativa Replit..



Fontes: Autores (2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho contribuiu no processo de ensino aprendizagem na disciplina de Cálculo Numérico. Observou-se a necessidade de abordar mais ferramentas na implementação dos métodos numéricos em questão. Por exemplo, com o uso da linguagem Phyton, a implementação pode ser realizada através de plataformas colaborativas em sites da internet (no caso, https://replit.com) compartilhados via link. Dessa forma, todos (alunos e professor) puderam contribuir na implementação dos métodos. Além disso, os alunos tornar-se-ão construtores dos seus algoritmos de forma compartilhada.

Nesse mesmo viés, Silva (2013) descreve que o principal resultado de utilização de códigos desenvolvidos em Scilab na disciplina de Cálculo Numérico reflete-se no desempenho final dos estudantes da disciplina, os quais conseguem perceber a importância de mesclar a parte teórica com a parte prática reduzindo assim o número de alunos com baixo desempenho no decorrer da disciplina.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Por outro lado, como forma de alerta, Arruda e Nascimento (2021) observam que é preciso ampliar o olhar para além das possibilidades do uso de tecnologias e adentrar na discussão sobre o acesso e manejo de recursos por professores e alunos para fins pedagógicos no contexto da pandemia, pois neste, as tecnologias, de certo modo, favoreceram uma "pedagogia da presença" tornando as relações humanas mais distanciadas.

REFERÊNCIAS

CONTE, V. C. B.; VIEIRA, P. F.; RIBEIRO, J. B.; FERNANDES, J. V. S. **Utilização e aplicação do software SCILAB para as disciplinas de cálculo diferencial e integral I, II e III desenvolvido em um projeto de ensino universitário**. Amplamente (livro eletrônico) – Saberes na Educação. 1ª. ed. Amplamente Cursos e Formação Continuada: Natal/RN, 2020.

GRAVE, L. A. S. **O pensamento computacional na prática:** uma experiência usando Python em aulas de Matemática Básica. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

CHAPRA, S. C.; CANALE, R. P. **Métodos numéricos para engenharia.** 7 ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

REPLIT. **Replit: The collaborative browser based IDE.** Página inicial. Disponível em: <https://replit.com>. Acesso em: 16 de ago. de 2022.

SILVA, S. R. X. **O uso do SciLab como ferramenta para o ensino de Cálculo Numérico**. Anais – XLI Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, Gramado – RS, 2013.

ARRUDA, R. L. NASCIMENTO, R. N. A**. Apontamentos sobre o uso das TICs nas aulas remotas:** um estudo com professores da Educação Básica. Revista Dialogia, 2021.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XI

AUTISMO: DA BASE LEGAL À REALIDADE DA ESCOLA

Gilmaria Cardoso de Souza Vale[41].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-11

RESUMO: Esta pesquisa tem o objetivo de analisar de que forma são efetivadas as ações de inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em salas de aula de uma instituição pública e de uma instituição privada de ensino do município de Caicó-RN. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, de caráter comparativo. Refere-se, também, à pesquisa documental e bibliográfica, que se amparou em fundamentos legais e teóricos que abordam acerca da inclusão escolar dos alunos com TEA, tais como: Sousa (2015), Mangueira (2018) e Silva (2018). Ao final do estudo, constata-se que o sistema escolar, seja ele público ou privado, ainda não dispõe dos meios necessários para assegurar todos os direitos conferidos aos alunos autistas quanto à sua inclusão. Porém, conclui-se que o professor é essencial no processo inclusivo do aluno com TEA, pois lhe compete utilizar as estratégias pedagógicas que melhor atendam às características, interesses, saberes e dificuldades desses alunos.
PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Aspectos legais. Inclusão escolar.

AUTISM: FROM LEGAL BASIS TO SCHOOL REALITY

ABSTRACT: This research aims to analyze how the inclusion actions of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) are carried out in classrooms of a public institution and a private educational institution in the municipality of Caicó-RN. Methodologically, this is a qualitative study of a comparative nature. It also refers to documentary and bibliographic research, which was based on legal and theoretical foundations that address the school inclusion of students with ASD, such as: Sousa (2015), Mangueira (2018) and Silva (2018). At the end of the study, it is observed that the school system, whether public or private, has not yet desfee of the necessary means to ensure all the rights granted to autistic students regarding their inclusion. However, it is concluded that the teacher is essential in the inclusive process of the student with ASD, because it is up to him to use the pedagogical strategies that improve the characteristics, interests, knowledge and difficulties of these students.
KEYWORDS: Autism. Nice aspects. School inclusion.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar refere-se a todas as ações que se voltam para a garantia do direito de todos à educação. Para tanto, é necessário que as instituições de ensino reconheçam e busquem atender às necessidades e particularidades dos seus alunos,

[41] E-mail: gilmaria.vale@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

adequando-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento individual dos alunos, para que obtenham êxito nas atividades desenvolvidas na escola.

Esse ensino igualitário, entretanto, embora já esteja previsto em diferentes atos normativos que regulamentam as políticas públicas educacionais referentes à inclusão, ainda se constitui em um grande desafio a ser enfrentado pelas instituições educativas, principalmente no que diz respeito às crianças com TEA, já que elas demandam algumas condições educativas que necessitam de metodologias e materiais adequados às suas especificidades e particularidades educacionais.

Este trabalho tem o objetivo de analisar de que forma são efetivadas as ações de inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista em salas de aula de uma instituição pública e de uma instituição privada de ensino do município de Caicó-RN. Desse modo, busca-se abordar sobre a inclusão escolar de alunos com TEA, destacando como ocorre o desenvolvimento e aprendizagem destas crianças; compreender como se aplicam as leis que regem as pessoas com TEA dentro das escolas; verificar quais os meios utilizados pelos professores para realizar a inclusão dos alunos com TEA em sala de aula do ensino regular.

Diante disso, este estudo apresenta a seguinte problemática: como se efetivam as ações de inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista em salas de aula de uma instituição pública e de uma instituição privada de ensino do município de Caicó-RN?

O interesse de trabalhar com essa temática da inclusão de crianças com TEA surgiu de uma inquietação e dúvidas de querer saber se realmente os direitos dos alunos com autismo são cumpridos e respeitados, de acordo com o que nossas leis brasileiras exigem que aconteça dentro dos espaços educacionais. Tal proposta é importante para o âmbito social, porque auxiliará como fonte de informação para a sociedade em geral, pois a cada dia há um aumento na clientela de pessoas diagnosticadas com TEA, as quais precisam ter seus direitos de inclusão atendidos corretamente em todos os ambientes, seja dentro ou fora da escola. Academicamente, este estudo é bastante relevante, uma vez que servirá de embasamento para os futuros acadêmicos que tenham interesse no tema. Isso

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

porque há uma indagação acerca dos direitos das pessoas com autismo e se a inclusão acontece nas escolas, o que tem sido motivo de reflexão e questionamento de muitos estudantes.

Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, de caráter comparativo, que se apoia numa análise reflexiva sobre as leis que regem a inclusão de alunos com TEA em âmbito escolar e a sua efetivação na realidade de uma instituição pública e de uma instituição privada de ensino do município de Caicó-RN. Para tanto, utilizou-se questionário semiestruturado, com perguntas abertas e perguntas fechadas, aplicado com duas professoras que trabalham com alunos autistas em suas salas de aula. Refere-se, também, à pesquisa documental e bibliográfica, que se amparou em fundamentos legais e teóricos que abordam acerca da inclusão escolar dos alunos com TEA.

INCLUSÃO ESCOLAR DE AUTISTAS E LEGISLAÇÃO

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E INCLUSÃO ESCOLAR

O Transtorno do Espectro Autista refere-se a um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) que acomete a capacidade linguística, a capacidade motora e a capacidade cognitiva de um indivíduo. Dessa forma, para identificar o autismo é preciso avaliar se a criança apresenta dificuldades nestas três áreas do desenvolvimento, porém, como alerta Jordan (2000, p. 12), “nenhuma dessas áreas, isoladamente e por si só, se pode assumir como reveladora de ‘autismo’. É a tríade, no seu conjunto, que indica se a criança estará, ou não, a seguir um padrão de desenvolvimento anómalo [...]”.

De modo geral, a criança com autismo apresenta algumas características comuns ao transtorno. Ao caracterizarem o Autismo, Williams e Wright (2008, p. 4) descrevem:

- Não há padrão fixo para a forma na qual [...] se manifesta.
- Não há idade determinada para o aparecimento dos sintomas.
- Em geral, os sintomas tornam-se evidentes gradativamente.
- Os sintomas específicos variam bastante. Muitas crianças podem não apresentar todos os sintomas até hoje identificados.
- Os sintomas variam de acordo com a idade. Algumas crianças com três anos podem repetir indefinitivamente frases que ouvem, mas podem não repetí-las aos sete anos.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> ● A gravidade dos sintomas varia. Por exemplo, algumas crianças podem ter apenas dificuldades sutis. [...].

A partir do exposto, pode-se observar que o diagnóstico do autismo apresenta certa imprecisão, em virtude da grande variedade de características que este transtorno pode apresentar. Conforme Cunha (2015, p. 24-25), as principais características comportamentais que acometem os autistas são:

- retrair-se e isolar-se das outras pessoas;
- não manter contato visual;
- desligar-se do ambiente externo;
- resistir ao contato físico;
- inadequação a metodologias de ensino;
- não demonstrar medo diante de perigos;
- não responder quando for chamado;
- birras;
- não aceitar mudança de rotina;
- usar as pessoas para pegar objetos;
- hiperatividade física;
- agitação desordenada;
- calma excessiva;
- apego e manuseio não apropriados de objetos;
- movimentos circulares no corpo;
- sensibilidade a barulhos;
- estereotipias;
- ecolalias;
- ter dificuldades para simbolizar ou para compreender a linguagem simbólica;
- ser excessivamente literal, com dificuldades para compreender sentimentos e aspectos subjetivos de uma conversa.

É importante destacar, então, que cada caso isoladamente apresenta características diversas. Por esta razão, Alexandre (2010) afirma não existir uma definição exclusiva do autismo. Isso porque esses aspectos variam de uma pessoa para outra, em níveis diferentes. Desse modo, tais características podem ser percebidas em um autista e não se manifestarem em outros.

No que se refere ao desenvolvimento da criança com TEA, Mangueira (2018) afirma que não há uma padronização, pois cada criança tem seu próprio momento de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

aprender a andar, falar, etc. Nesse sentido, a autora alerta para a necessidade de um atendimento multidisciplinar, de modo a contribuir para o desenvolvimento da autonomia da criança com autismo, superando algumas de suas limitações e tornando-a capaz de realizar coisas simples como vestir-se, alimentar-se sozinha, higienizar-se, dentre outras situações do dia a dia.

Assim, como nem sempre é possível desenvolver essas habilidades do cotidiano de forma natural, Mangueira (2018) apresenta algumas técnicas que podem auxiliar na aprendizagem das crianças com TEA. Segundo a autora, tais técnicas "são aplicadas na escola dando continuidade à aplicação das técnicas em casa, [...] para modelar um comportamento, uma habilidade, uma tarefa" (MANGUEIRA, 2018, p. 29). No quadro a seguir, são descritas algumas dessas técnicas:

Quadro 1 – Técnicas de aprendizagem para autistas.

Técnica	Descrição
Modelagem por meio de gravação de vídeo	Um aluno que já adquiriu habilidade é gravado executando-a e assim o vídeo é repetido várias vezes para o aluno que ainda não adquiriu a habilidade em questão.
Rotina de atividades pictográficas	Ilustrações como fotos, desenhos, etc., compõem estágios de uma tarefa, para que o aluno siga as instruções e complete a tarefa independentemente.
Participação e Orientação de colegas	Outras crianças normotípicas são usadas como modelos para o ensino de habilidades funcionais na comunidade para alunos com TEA.
Comunicação facilitada	Uso de um teclado de máquina de escrever ou um computador.
Integração Auditiva	A criança ou adulto ouve música através de fones de ouvido, com algumas frequências de som eliminadas através de filtros.
Integração Sensorial	Visa integrar as informações que chegam ao corpo da criança, através de brincadeiras que envolvem movimentos, equilíbrio e sensações táteis. Ex: brinquedos, argila, gangorras, etc.
Movimentos Sherborne	Visa desenvolver o autoconhecimento da criança através da consciência de seu corpo e do espaço que a cerca, pelo ensino do movimento consciente.

Fonte: Mangueira (2018, p. 29) e Mello (2007, p. 44-48).

De acordo com as autoras supracitadas, se aplicadas de forma correta e consciente, essas técnicas mostram-se eficazes no processo de desenvolvimento das crianças autistas.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

De fato, a partir de uma intervenção planejada alguns dos aspectos do TEA podem ser alterados ou amenizados, chegando inclusive a desaparecer. Da mesma forma que outras características podem surgir ao longo da evolução do indivíduo, o que só pode ser diagnosticado por meio de avaliações sistemáticas e periódicas.

Frente a isso, Praca (2011) ressalta que a educação é o tratamento mais efetivo para o desenvolvimento dos autistas. No entanto, é preciso ter em mente que, dadas as particularidades de aprendizagem das crianças com TEA, faz-se necessário que haja uma adequação do sistema educacional de modo a atender às necessidades educacionais especiais desses alunos, pois, como afirma Cunha (2015, p. 124- 125),

> O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui uma maneira singular de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode promover grandes descobertas e conquistas. [...] O seu processo de aquisição do saber é semelhante ao de qualquer outro educando. Porém, como vimos enfatizando, no que tange à atenção, nem sempre o foco estará naquilo que o professor apontar ou falar.

Dessa forma, a inclusão escolar é fundamental nesse processo de desenvolvimento. Ela valoriza a diversidade inerente à espécie humana, buscando perceber e atender às necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiência, a fim de promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de cada um deles (OLIVEIRA; SILVA; SOUSA, 2009).

A educação inclusiva é um projeto coletivo "que passa por uma reformulação do espaço escolar como um todo, desde o espaço físico, dinâmica de sala de aula, passando pela adaptação do currículo, pelas formas e respectivos critérios de avaliação" (ALEXANDRE, 2010, p. 19). Tudo isso, com vistas a atender às características e especificidades dos alunos com TEA.

Para Mangueira (2018, p. 32), só é possível afirmar que uma escola é inclusiva se ela atender aos seguintes critérios:

> [...] conhecer as características da criança promovendo adequações físicas e curriculares; treinamentos de profissionais à busca de novas informações são indispensáveis; procurar profissionais para que avalie a criança; preparar os seus programas para que atenda aos seus diferentes perfis; conscientizar os professores quanto a adaptação das atividades e avaliações da aprendizagem; estar consciente que o conhecimento e habilidades possuem definições diferentes para o Transtorno do Espectro do Autismo; analisar o ambiente para que evite situações que geram impactos sobre os alunos; prover suporte físico e acadêmico garantindo uma aprendizagem aos alunos incluídos; realizar a

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> inclusão com a presença de apoio terapêuticos com a tutoria individual; saber que a educação não elimina os apoios terapêuticos; desenvolver programas de educação que busque a socialização e avanço nas realizações das atividades; aprimorar as práticas conforme o aprimoramento das pesquisas sobre TEA.

Nessa perspectiva, a inclusão escolar das crianças com TEA pressupõe "um atendimento educativo diferenciado e individualizado", por meio da adaptação dos "métodos de ensino, meios pedagógicos, currículos, recursos humanos, materiais e espaços educativos" (ALEXANDRE, 2010, p. 16). Isso implica essencialmente no trabalho dos professores, pois cabe aos mesmos identificar as particularidades de seus alunos, de modo a utilizar as estratégias pedagógicas que melhor atendam às suas características, interesses, saberes e dificuldades. Conforme Oliveira, Silva e Souza (2009, p. 166),

> São muitos os benefícios das ações inclusivas para todos os envolvidos com a escola. A facilitação programática da inclusão na organização e nos processos escolares é um fator primordial e necessário para o sucesso na escolarização do aluno. A educação inclusiva enfatiza uma nova realidade para a tradicional educação especial, onde estes alunos ganharão mais oportunidades marcadas pela oferta de ajuda, visando uma conquista da autonomia e da independência tendo uma melhor qualidade de vida educacional e social.

Sendo assim, o trabalho pedagógico com alunos autistas exige do professor o desenvolvimento de práticas e estratégias educacionais que acolham a todos em suas particularidades e respeitem às diferenças, pois, conforme Sousa (2015), efetivar o processo de inclusão é desafio do professor, uma vez que cabe a ele criar os procedimentos necessários ao desenvolvimento dos alunos com TEA. Como ressalta Sousa (2015, p. 16):

> A busca por meios e estratégias para o trabalho com alunos autistas depende muito do empenho, sensibilidade e disponibilidade do professor em manter-se informado sobre as atualidades na área. O docente ao se planejar deve pesquisar estratégias de ensino que poderá adotar para adaptar o conteúdo, eleger os recursos pedagógicos e a didática a ser utilizada de forma que venha favorecer a aprendizagem de todos os alunos.

Para tanto, o professor precisa sempre buscar recursos metodológicos de interação e desenvolvimento de seus alunos. Ao citar Maria Montessori, Serra (2004) atribui como tarefa do educador no atendimento ao aluno autista: i) reconhecer as capacidades da criança; ii) mostrar-lhe algo que ela tenha interesse e que possa aprender a imitar; iii) propor a autonomia, evitando interferir nos movimentos da criança.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A inclusão escolar, como se vê, exige algumas adaptações. Sem as quais, a aprendizagem não é possível, e, como afirma Serra (2004), sem aprendizagem não há inclusão. Ou seja, para que o processo de inclusão não se torne mais segregador do que a própria exclusão declarada, é fundamental que ocorra o desenvolvimento do aluno com TEA, seja em seus aspectos linguísticos, motores ou cognitivos.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ASPECTOS LEGAIS

Para garantir a inclusão das crianças com autismo em escolas regulares, alguns atos normativos e legais foram regulamentados ao longo dos anos. Tais atos são fruto da luta de grupos sociais em defesa da criança com TEA, em sua maioria formados por pais de autistas, que precisavam ver na prática os direitos dos seus filhos acontecerem.

Em nível mundial, dentre os documentos que asseguram os direitos fundamentais às crianças, como a educação, estão: 1) Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Assembleia Geral realizada em 1948; 2) a Declaração Universal dos Direitos da Criança, proclamada em 1959 pela ONU; 3) a Declaração da Conferência Mundial de Educação para Todos, aprovada na Conferência de Jomtien, em 1990, com a participação da UNESCO e UNICEF, além de outras organizações intergovernamentais e não-governamentais (MANGUEIRA, 2018).

Além desses, deve-se referenciar também a Declaração de Salamanca, assinada pela ONU em 1994, a qual reafirma o compromisso das Nações Unidas para com a educação das crianças com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino:

> 7. Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, n.p.).

Acompanhando a tendência mundial, a legislação brasileira incorpora os princípios norteadores dos documentos internacionais supracitados, buscando expandir e assegurar a inclusão das crianças com deficiência na escola. Dentre os principais

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

documentos nacionais, podemos citar: 1) a Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional De Educação; 2) a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; 3) a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em janeiro 2008; 4) as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, instituída em setembro de 2008; 5) o Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite (MANGUEIRA, 2018).

Além destes documentos, é mister destacar a Carta Magna brasileira, que em seu Artigo 205 dispõe sobre a educação como direito de todos e dever do Estado, "[...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, n.p.). Da mesma forma que, no Artigo 206, inciso I, prevê como um dos princípios para o ensino a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola", garantindo como dever do Estado, no Artigo 208, Inciso III, Atendimento Educacional Especializado às pessoas com deficiência, de preferência na rede regular de ensino.

Outro dispositivo legal nacional que merece ser mencionado é a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. A qual, em seu capítulo IV, assegurar à criança e ao adolescente o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (BRASIL, 1990, n.p.):

> Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
>
> I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
>
> II - Direito de ser respeitado por seus educadores;
>
> III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
>
> IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;
>
> V - Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
>
> VI - Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentam a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Este Artigo 53 corrobora com os princípios previstos na Constituição Federal Brasileira, reforçando o direito de todos à educação. No âmbito educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Artigo 59 (BRASIL, 1996, n.p.) garante:

> Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
>
> I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
>
> II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
>
> III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
>
> IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
>
> V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A partir do exposto, percebe-se que a LDB traz um importante avanço no que diz respeito à educação inclusiva, pois assegura às pessoas com deficiência o acesso ao sistema regular de ensino, por meio da adequação curricular, metodológica e técnica que atenda às particularidades do aluno com necessidade educacional especial.

Em 2015, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que se destinava a assegurar e promover, de forma igualitária, os direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, com vistas à sua inclusão social e cidadania. Desse modo, o Art. 27 (BRASIL, 2015, n.p.) dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência à educação:

> Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Ademais, a referida lei prevê que a oferta de educação de qualidade à pessoa com deficiência é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade. Nesse

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

sentido, dentre as ações voltadas à educação inclusiva, o Artigo 28 (BRASIL, 2015, n.p.) merece destaque:

> Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
>
> I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
>
> II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
>
> III - Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; [...]
>
> V - Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino; [...].

Cabe enfatizar que, a partir da Lei Brasileira de Inclusão, tornou-se obrigatório o cumprimento de tais determinações tanto nas instituições de ensino públicas quanto nas de natureza privada, sendo vedada a estas a cobrança de qualquer valor adicional na oferta desses serviços.

Entretanto, conforme Frazão (2019, n.p.), tal exigência pode ocasionar uma segregação pedagógica, uma vez que "as instituições de ensino estão realizando a matrícula do aluno, mas não fornecem as devidas condições para que esse aluno seja mantido em sala de aula".

No que se refere particularmente à inclusão escolar da criança com Transtorno do Espectro Autista, após a implementação da Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, Lei Berenice Piana, os autistas passaram a ter garantia de acesso à escolarização, pois foi a partir desta lei que o autismo passou a ser legalmente considerado uma deficiência, o que trouxe "um significativo avanço na consolidação de políticas públicas inclusivas no que concerne ao atendimento das pessoas que tem esse tipo de transtorno" (SILVA, 2018, p. 15).

A Lei nº 12.764/2012, em seu Art. 3º, enumera os direitos das pessoas com TEA:

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; dos medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social. (BRASIL, 2012, n.p.).

Segundo Pinto (2020), em pesquisa realizada no estado do Amazonas, após a promulgação da Lei Berenice Piana, entre os anos de 2012 e 2019 houve um aumento expressivo nas matrículas de alunos com TEA, saindo de 407 para 3.556 alunos matriculados em sala de aula regular.

Segundo a autora supracitada, este aumento expressivo de matrículas de crianças com TEA em sala de aula regular é uma realidade em todo contexto educacional em nível nacional, fazendo emergir a necessidade de mudanças e adaptações que conduzam os alunos com autismo "para além do acesso à escola, em direção da permanência, do ensino com equidade e de metodologias práticas que atuem em consonância às características individuais destes alunos" (PINTO, 2020, p. 15).

Ainda com vistas à garantia de inclusão de crianças com o TEA no âmbito das escolas regulares, foi aprovada em 2020 a nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE), a qual considera os princípios constitucionais de direito à educação equitativa e inclusiva, defendendo que as crianças com TEA recebam do sistema escolar de esfera pública ou privada "um atendimento específico de apoio à aprendizagem, segundo as suas singularidades e demandas, com o apoio de equipes pedagógicas ou multiprofissionais" (BRASIL, 2020, p. 59).

A PNEE de 2020 prioriza a educação de forma equitativa e inclusiva, defendendo que o aprendizado deve se estender ao longo da vida das pessoas com deficiência. Diante disso, apresenta as seguintes políticas:

a) política educacional equitativa

> [...] conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias e diferenciadas para que todos tenham oportunidades iguais e alcancem os seus melhores resultados, de modo a valorizar ao máximo cada potencialidade, e eliminar ou minimizar as barreiras que possam obstruir

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> a participação plena e efetiva do estudante na sociedade. (BRASIL, 2020, p. 41).

b) política educacional inclusiva

> [...] conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias para desenvolver, facilitar o desenvolvimento, supervisionar a efetividade e reorientar, sempre que necessário, as estratégias, os procedimentos, as ações, os recursos e os serviços que promovem a inclusão social, intelectual, profissional, política e os demais aspectos da vida humana, da cidadania e da cultura, o que envolve não apenas as demandas do estudante, mas, igualmente, suas potencialidades, suas habilidades e seus talentos, e resulta em benefício para a sociedade como um todo. (BRASIL, 2020, p. 41).

c) política de educação com aprendizado ao longo da vida

> [...] conjunto de medidas planejadas e implementadas para garantir oportunidades de desenvolvimento e aprendizado ao longo da existência do estudante, com a percepção de que a educação não acontece apenas no âmbito escolar, e de que o aprendizado pode ocorrer em outros momentos e contextos, formais ou informais, planejados ou casuais, em um processo ininterrupto. (BRASIL, 2020, p. 42).

Nesse sentido, a PNEE de 2020 sustenta que o sistema educacional deve promover políticas, práticas e esforços que considerem a singularidade e a diversidade de seus alunos, de modo a oportunizar não somente o acesso, mas a permanência e o êxito escolar. Para tanto, "ressalta a necessidade de promoção de serviços e recursos especializados, a fim de que os educandos tenham plenamente assegurados seus direitos à aprendizagem [...]" (BRASIL, 2020, p. 48).

Sendo assim, a inclusão escolar da criança com TEA não diz respeito somente ao ato de garantir o acesso à escola por meio da realização de matrícula, mas se concretiza quando o sistema educacional oferece o devido apoio e supre as condições necessárias para a permanência deste aluno.

Ao tratar sobre os dispositivos legais que abordam sobre a inclusão educacional, Oliveira, Silva e Sousa (2009, p. 164) defendem:

> A educação é um direito de todos independente do quadro clínico, físico ou psicológico do paciente. Deve-se ter uma visão humanística de atenção, visando às necessidades integrais do educando, aqui retratadas como crianças, adolescentes e jovens, sejam elas físicas, psíquicas ou sociais.

Deste modo, além do cumprimento das exigências dispostas na legislação anteriormente apresentada, é de fundamental importância que as instituições escolares se

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

reestruturem pedagogicamente para atender às especificidades e às particularidades dos alunos com TEA.

INCLUSÃO DE AUTISTAS EM SALAS DE AULA DO ENSINO REGULAR: UMA ANÁLISE

Com o intuito de analisar de que forma são efetivadas as ações de inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista em salas de aula de instituições de ensino do município de Caicó-RN, realizou-se estudo de campo com a aplicação de um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e perguntas fechadas, aplicado por meio do aplicativo *Google Forms* com duas professoras que trabalham com alunos autistas em suas salas de aula.

Mesmo não tendo realidades iguais, uma vez que se trata de uma professora da rede pública e outra da rede privada de ensino, ambas atuam há mais de dez anos na área educacional, e há pelo menos três anos com crianças diagnosticadas com autismo. As docentes são graduadas em Pedagogia e, apenas a professora da escola privada, possui curso de especialização na área de Educação Inclusiva.

No que se refere à inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista em sala de aula, as duas educadoras consideram que se trata de um processo bastante desafiador. No entanto, a professora da rede privada de ensino acredita ser algo possível.

Coincidentemente, a professora da rede pública, que não possui formação específica a nível de pós-graduação para atuar com a educação inclusiva, não mencionou a inclusão dos alunos com TEA como uma possibilidade, embora reconheça o desafio existente no processo inclusivo.

De certo, percebe-se que quando o professor tem a formação adequada para o trabalho com educação inclusiva, embora surjam os desafios, em suas mais variadas formas e contextos, esse docente não perde a percepção de que a inclusão se trata de um processo cheio de possibilidades. Como ressalta Silva (2018, p. 17),

> A inclusão escolar das crianças com deficiência na rede regular de ensino, mais especificamente quando está relacionada ao autismo, ainda é considerada um grande desafio para o campo docente, pois os educadores precisam se capacitar

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> para melhor atuação no ensino-aprendizagem para essas crianças, haja vista que elas têm um ritmo de aprendizagem diferente das outras crianças e precisam de metodologias de ensino específicas que atendam às suas necessidades.

Daí a importância de se discutir e refletir sobre a formação continuada de professores. Sousa (2015, p. 14) mostra preocupação no que concerne à falta de preparo ou lentidão na formação de professores para trabalhar com o público da educação inclusiva. Diante disso, defende "a necessidade de mais preparo dos profissionais da educação que devem ter formação adequada para receberem esses alunos", de modo a garantir a essas crianças uma educação de qualidade.

Nesse sentido, buscou-se investigar se as professoras entrevistadas tinham algum tipo de formação específica para o trabalho com alunos autistas em sala de aula. A educadora da instituição pública informou nunca ter participado de uma formação específica nesta área, alegando que a escola onde trabalha além de não oferecer cursos, não incentiva a participação de seus profissionais nesse tipo de qualificação.

Já a educadora da instituição vinculada à rede privada de ensino relata ter participado de minicursos, palestras, oficinas e cursos de extensão na área de inclusão. Segundo ela, a escola onde trabalha possibilita e/ou incentiva sua qualificação para o trabalho com alunos autistas, uma vez que além de ofertar cursos na área de educação inclusiva, firma parcerias com instituições que promovam qualificações voltadas para essa área, incentivando e garantindo a participação de seus profissionais nesse tipo de qualificação.

A partir dos dados coletados, faz-se necessário destacar a importância da capacitação dos profissionais para atuar em classes inclusivas. Nesse sentido, Mangueira (2018, p. 32) afirma:

> [...] Para tanto se deve pensar em uma perspectiva de formação de professores voltada a educação especial e a formação continuada do professor no intuito de pensar que, para que ocorra a mudança na escola necessita antes de tudo o empenho dos professores nessa mudança e que tudo depende da liberação de espaços para que realmente haja a formação continuada, lembrando-se de certa forma que essa formação não ocorre de forma isolada e independente, mas com o envolvimento de todos para que haja a transformação e sensibilização para atender às necessidades educacionais especiais do aluno.

Como se vê, é do professor a maior responsabilidade sobre o processo educativo do aluno com Transtorno do Espectro Autista em sala de aula do ensino regular. No

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

entanto, a falta de preparo para lidar com esses alunos ainda se apresenta como uma dificuldade a ser enfrentada dentro do contexto da comunidade escolar, com vistas a oferecer a este público aquilo que já lhe é garantido por lei: a inclusão. Ao tratar sobre a formação dos professores para atuar na educação inclusiva, Beyer (2007 *apud* MANGUEIRA, 2018, p. 22) destaca:

> O professor em sala de aula é peça fundamental para que a ação educativa junto aos alunos com necessidades educacionais especiais tenham margem razoável de sucesso. Assim, tanto a formação inicial como a formação continuada do professor em serviço deve englobar conceitos e uma prática pedagógica que criem as condições para uma prática educativa coerente com o projeto inclusivo.

Entretanto, quando se trata do processo de inclusão dos alunos com TEA, percebe-se que ele exige não somente ações por parte do professor em sala de aula, mas em nível institucional. Nesse sentido, é de competência da escola "[...] adaptar-se para atender às capacidades e necessidades do estudante na classe comum, mobilizando ações e práticas diversificadas que, além do acesso, propicie condições de permanência exitosa no contexto escolar" (KELMAN et al., 2010 *apud* SOUSA, 2015, p. 15).

De acordo com os dados pesquisados, a professora da instituição pública descreve que em sua escola as ações de inclusão escolar acontecem de forma efetiva e harmoniosa por parte da equipe pedagógica e dos colegas de sala, não detalhando especificamente como de fato isso ocorre. Já conforme a professora da rede privada de ensino, a escola onde ela trabalha

> realiza um trabalho inclusivo e que respeita as especificidades de todos os alunos. Além de realizarem adaptações ao material didático e as atividades pedagógicas e de incentivarmos discussões, debates e apresentações de trabalhos orais em sala de aula, nossos alunos com TEA são convidados a participar de todos os momentos socioculturais da escola, tais como: peças teatrais, músicas e celebrações de datas comemorativas. Ações que impulsionam o desenvolvimento da oralidade e a desenvoltura em falar em público (PROFESSORA REDE PRIVADA, 2020).

Analisados os dados referentes às ações de inclusão por parte das instituições, buscou-se averiguar quais os meios utilizados pelas professoras para realizar a inclusão dos alunos autistas em sala de aula. Nesse sentido, a professora da rede pública de ensino informou que conta com o acompanhamento de um cuidador, e realiza tarefas diferenciadas, de acordo com o nível em que o aluno autista se encontra. Como a docente não entrou em detalhes com relação a tais tarefas, é possível que elas sejam de atribuição

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

do cuidador e que, por isso, se diferenciam das atividades realizadas pelo restante da turma.

Tal realidade diverge daquela apresentada pela professora da rede privada de ensino, pois, segundo ela,

> Incluir alunos, vai muito além de simplesmente tê-los presentes na sala de aula. A inclusão começa desde o planejamento da aula, onde é preciso identificar os melhores meios e métodos que possam proporcionar o aprendizado tanto aos alunos tidos como 'normais', como aos alunos com TEA. Nas minhas aulas, costumo usar além do material didático adotado pela escola, livros paradidáticos, fantasias, fantoches, dedoches, palitoches, pinturas com tinta guache, exibição de vídeos curtos, apresentação de músicas, construção de maquetes, material dourado, experiências diversas e etc. O método usado, vai depender do conteúdo a ser trabalhado (PROFESSORA REDE PRIVADA, 2020).

Diante do exposto, percebe-se que a professora da rede privada de ensino, justamente a que vê a inclusão como um processo possível, que busca por formação continuada e se qualifica na área da educação inclusiva, é a que se mostra mais preparada para o trabalho com autistas em sala de aula, demonstrando se utilizar de meios que favorecem o aprendizado desses alunos, como recursos visuais e concretos.

Acredita-se e defende-se neste estudo que é essencial promover os meios necessários para que o aluno com Transtorno do Espectro Autista se mantenha em sala de aula junto aos demais alunos e realize as tarefas junto com a sua turma, pois isso, além de possibilitar a sua inclusão escolar, dá-lhe garantia de um direito social fundamental: à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar sobre a inclusão escolar de alunos com TEA, percebe-se que o desenvolvimento e a aprendizagem dos autistas acontece de maneira bastante peculiar. Sendo assim, é preciso que as escolas se adequem de modo a atender às necessidades educacionais especiais desses alunos, desenvolvendo práticas e estratégias pedagógicas que acolham a todos em suas particularidades.

Nesse sentido, a educação se apresenta como uma importante aliada no processo de desenvolvimento das crianças com TEA. Ao tratar sobre os aspectos legais que

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

dispõem sobre a inclusão escolar desses alunos, verificou-se que há alguns atos legislativos regulamentados, tanto em nível mundial quanto nacional, todos eles com vistas a garantir o direito de todos à educação, buscando expandir e assegurar a inclusão escolar das crianças com deficiência.

No que se refere especificamente à inclusão de alunos autistas, compreende-se que ela de fato ocorreu a partir da implementação da lei Berenice Piana, em 2012. Recentemente, em 2020, foi aprovada a nova Política Nacional de Educação Especial, a qual defende uma educação que promova políticas, práticas e esforços que levem em consideração a singularidade e a diversidade dos alunos, oportunizando não somente o seu acesso à escola, mas a sua permanência e êxito, o que só é possível por meio de adequações de cunho curricular, metodológico e técnico.

Partindo da base legal à realidade da escola, constata-se que, embora os alunos autistas estejam respaldados por lei quanto à sua inclusão, não se pode afirmar que eles têm garantia plena de equidade em seu processo educacional, pois o sistema escolar, seja ele público ou privado, ainda não dispõe dos meios necessários para assegurar todos os direitos que lhes competem. Ademais, infere-se que o perfil do professor exerce uma forte influência nesse processo, pois quando o docente está aberto à inclusão do aluno com TEA, acredita nas possibilidades e potencialidades desse aluno, busca alternativas que favoreçam aprendizagens significativas para esse educando e, mesmo sem os recursos adequados, consegue promover avanços que o torne um sujeito mais autônomo e independente.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, J. M. D. **A criança com autismo**: os desafios da inclusão escolar. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2010. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/48577994.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Congresso Nacional, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Congresso Nacional, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE**: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília: MEC; SEMESP, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.

CUNHA, E. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Salamanca, Espanha: ONU, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

FRAZÃO, C. A. T. **O direito ao acesso à educação da pessoa com Transtorno Espectro Autista (TEA) após a Lei Berenice Piana n. 12.764/12**: violação de preceito fundamental ou descumprimento de relação contratual. *In*: jus.com.br [*on-line*], [*S. l.*], 2019. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/73835/o-direito-ao-acesso-a-educacao-da-pessoa-com-transtorno-espectro-autista-tea-apos-a-lei-berenice-piana-n-12-764-12-violacao-de-preceito-fundamental-ou-descumprimento-de-relacao-contratual. Acesso em: 18 fev. 2021.

JORDAN, R. **Educação de crianças e jovens com autismo**. Instituto de Inovação Educacional: Ministério da Educação, 2000.

MANGUEIRA, S. L. S. **A inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista na escola da rede privada de ensino**: estudo de caso na Escola Recanto Novo. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14173?locale=pt_BR. Acesso em: 07 nov. 2020.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo**: guia prático. 7. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. Disponível em:

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

https://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/7guia%20pratico.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

OLIVEIRA, J. B.; SILVA, M. C. R.; SOUSA, N. A. **Estratégia de saúde da família no processo de inclusão**: reinserção do escolar pós-hospitalizado. *In*: DÍAZ, F. *et al*. (Orgs.). Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 161-169.

PINTO, A. V. **Alunos com autismo no ensino regular**: caracterização e análise de repertórios profissionais da docência. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192710. Acesso em: 16 jan. 2020.

PRAÇA, E. T. P. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011. Disponível em: http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/3042/1/elidatamarapratadeoliveirapraca.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

SERRA, D. C. G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular**: desafios e processos. Dissertação (Programa de pós-Graduação em Educação/UERJ), Rio de Janeiro, 2004, 113 p. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/Dayse_Carla_Genero_Serra-ME.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

SILVA, Z. V. **A criança com autismo**: um estudo sobre a inclusão escolar e a participação da família nesse processo. 2018. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú. Caicó, RN, 2018.

SOUSA, M. J. S. **Professor e o autismo**: desafios de uma inclusão com qualidade. 2015. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, UnB/UAB. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.bdm.unb.br/handle/10483/15847. Acesso em: 25 nov. 2020.

WILLIAMS, C.; WRIGHT, B. **Convivendo com Autismo e Síndrome de Asperger**: estratégias práticas para pais e profissionais. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2008.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XII

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TICS NA CONTEMPORANEIDADE: AS TECNOLOGIAS DISPONÍVEIS NA TELEVISÃO PARA "VER E LER" VOZES

Alyson Matheus da Silva Rodrigues[42]; Josenildo Batista da Silva[43];
Rosa Primeira Sunamita Batista do Nascimento da Trindade Neta[44];
Verônica Cristina Rodrigues de Oliveira[45].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-12

RESUMO: A sociedade, de uma forma geral vive um novo mundo, um patamar muito além das expectativas, onde as tecnologias superam todas as barreiras em um crescimento muito rápido. O artigo se propõe a pesquisar sobre a educação inclusiva e TICs na contemporaneidade: as tecnologias disponíveis na televisão para "ver e ler vozes". O objetivo desta pesquisa é refletir sobre diversos fatores que geram esses avanços tecnológicos existentes hoje na sociedade a partir desta análise de conceitos sobre educação inclusiva, devemos ter um posicionamento sobre a situação. A pesquisa é de natureza qualitativa de cunho interpretativo, cujo o objetivo é registrar como acontece o uso das TICs na educação inclusiva, as abordagens teóricas fundamentam-se em Castells (2010), Habermas (2003), Martins (2008), Brasil (2008), Silva (2010) entre outros artigos que tratam do tema como as novas tecnologias que tem sido fundamental para esse caminho de descobertas da inclusão, mas também da superação dos obstáculos, para gradativamente integrar e socializar o aluno, bem como, a equipe da escola, com essa reflexão pessoal sobre a educação inclusiva na formação do cidadão apontasse o papel fundamental da escola no processo de inclusão social em relação do contexto social que está inserido.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Tecnologia inclusiva. Comunicação.

EDUCATION, INCLUSIVE AND ICT IN CONTEMPORARY: THE TECHNOLOGIES AVAILABLE ON TELEVISION TO "SEE AND READ" VOICES

ABSTRACT: Society, in general, lives in a new world, a level far beyond expectations, where technologies overcome all barriers in a very fast growth. The article proposes to research about inclusive education and ICTs in contemporary times: the technologies

42 Licenciatura em Biologia – IFRN. Especialista em psicopedagogia clínica e institucional – FAVENI. Mestrando em Ciências da educação - Universidade World Ecumênica. Gestor da Escola Municipal João Felipe (Pendências) e Docente no município de Porto do Mangue. E-mail: matheusdemaria@outlook.com
43 Graduado em pedagogia - UVA. Pós-graduação em Ensino de Educação Física e Psicomotricidade – FAVENI. Pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais – FIAVEC. Pós-graduação em AEE – Facuminas. Mestrado em Ciências da Educação - Universidad Evangélica Del Paraguay. Acadêmico em Educação Física – Uninta. Professor no município de Guamaré/RN. E-mail: denis_f_uracao@hotmail.com
44 Licenciada em Pedagogia - ISEP. Especializada em Educação Infantil e Ensino Fundamental -FMB. Cursando Gestão Escolar - IPEBRAS. Professora da educação básica no município de Macau/RN e Pendências. E-mail: sunamitarosa6@gmail.com
45 Licenciada em pedagogia – ISEP. Especialização em Educação Infantil e Ensino Fundamental – FMB. Professora da Educação Básica no município de Macau/RN. E-mail: veronicacris123@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

available on television to “see and read voices”. The objective of this research is to reflect on the various factors that generate these technological advances existing in society today from this analysis of concepts on inclusive education, we must have a position on the situation. The research is of a qualitative nature of an interpretative nature, whose objective is to record how the use of ICTs in inclusive education happens, the theoretical approaches were based on Castells (2010), Herbermas (2003), Martins (2008), Brazil (2008), Silva (2010) among other articles that deal with the theme as the new technologies that have been fundamental for this path of discoveries of inclusion, but also of overcoming obstacles, to gradually integrate and socialize the student, as well as the school team, with this reflection on inclusive education in the formation of the citizen pointed out the fundamental role of the school in the process of social inclusion in relation to the social context in which it is inserted.
KEYWORDS: Education. Inclusive technology. Communication.

INTRODUÇÃO

As mudanças tecnológicas contribuíram para a disseminação do conhecimento e para a transformação da sociedade no que se refere à inclusão social, pois as tecnologias, com os diferentes recursos desenvolvidos, possibilitam a autonomia das pessoas com e sem deficiência, surdas ou ouvintes. Teremos como base neste artigo, fundamentações ligadas ao uso das tecnologias e a inclusão digital, integradas ou não, no contexto escolar. Abordaremos desafios e técnicas que podem ser usadas por professores quanto ao uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e suas vantagens no processo ensino-aprendizagem.

As Tecnologias da Informação e Comunicação, mais conhecidas como TICs, consistem em meios técnicos usados para auxiliar na informação, que podem ser entendidas como um conjunto tecnológico integrado entre si. Podem ser utilizadas de diversas maneiras, para investimentos, informações simultâneas, no processo de ensino e aprendizagem e a educação.

De acordo com Castells (2010), houve pelo menos duas revoluções industriais que mudaram os modos de produção e marcaram o início de uma nova era. A primeira revolução industrial, no final do século XVIII, foi marcada pelo surgimento da máquina a vapor, fiadeira, e das primeiras máquinas industriais.

A segunda, ocorrida em meados do século XIX, teve como marco a descoberta da eletricidade, do motor de combustão, dos produtos químicos desenvolvidos com base

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

científica, a invenção do telégrafo e do telefone que modificaram profundamente os modos de produção, bem como a estrutura e a organização social e econômica da época. No final do século XIX e meados do século XX, surgem os primeiros experimentos feitos com transmissão de ondas eletromagnéticas, o que se deu em vários locais do mundo, realizados por diferentes pesquisadores. Tais experimentos resultaram na invenção do rádio, e, após a primeira guerra mundial, iniciou-se efetivamente a "era do rádio", mais precisamente nos Estados Unidos.

> Então, para haver a inclusão digital é necessária a capacitação no acesso à informação na Internet, o que conforme já se observou é denominada, pelos programas governamentais, alfabetização digital. Essa expressão que encerra o conceito certo, suscita, no entanto, controvérsias paralelas com conceito de alfabetização (SILVA et al., 2005, p. 33).

Podemos dizer que a Inclusão Digital não se envolve em apenas comprar uma televisão ou computador e utilizar esse ou aquele. Ter ou não acesso é só mais um fator que influencia na Inclusão/Exclusão, mas não se torna o mais relevante. Para ser letrado digitalmente, uma pessoa precisa ser capaz de perceber quando a informação é necessária, deve-se ter habilidade para buscar a informação, localizá-la e identificá-la.

> Na sociedade industrial organizada como Estado-Social multiplicam-se as relações e os relacionamentos que não podem ser suficientemente ordenados em institutos quer do Direito Privado, quer do Direito público; obrigam, antes, a produzir normas do assim chamado Direito Social (HABERMAS, 2003, p. 177).

Uma nova sociedade, onde a tecnologia predomina e facilita as relações sócio-culturais-econômicas, caracterizada pela capacidade de se obter qualquer informação, em qualquer momento, em qualquer lugar, onde o conhecimento é fundamental e deve ser cada vez mais compartilhado.

DESENVOLVIMENTO

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de cunho interpretativa, por estar em concordância e harmonia com o tema proposto. Tendo em vista o estudo sobre a inclusão escolar e social de pessoas com deficiência auditivas especificamente as que assistem programas televisivos, foi realizada pelo Grupo de Estudo e Pesquisas em Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação (GEPETIC) que mediante a,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

diversos discussões sobre a inclusão escolar e social dessas pessoas, por meio das produções acadêmicas e científicas, vem fomentando questões importantes para o fortalecimento de ações e políticas públicas que assegurem o acesso a formas diferenciadas de aprendizagem da leitura e escrita, do desenvolvimento da linguagem e de acesso aos meios de comunicação e informação.

Levando-se em conta muitas discussões ocorridas nos últimos anos sobre a inclusão social e a necessidade de compreender as suas práticas, optamos por uma pesquisa pautada em uma metodologia qualitativa de cunho descritiva e interpretativa, cujo observador vai interagir e, em seguida, levantar dados sobre o que realmente quer descobrir sobre o seu tema abordado, para a partir da ir colher os dados e levantar seu posicionamento e questionamento sobre o assunto abordado.

Nesse tipo de pesquisa, acontece um processo de investigação, cujo pesquisador busca um envolvimento com os participantes para a coleta dos dados, deixando estabelecer uma harmonia com as pessoas que estão à sua volta fazendo questionamento e observando o que quer descobrir com sua pesquisa Creswell (2007).

Para Patton (1990, p. 24) A principal característica da pesquisa qualitativa é o fato de que estas seguem a tradição compreensiva ou interpretativa. Sendo assim, o pesquisador tem que descrever os dados encontrados e levantar posicionamentos sobre as questões propostas.

Assim, pretendemos obter resultados significativos por meio da descrição e interpretação de pesquisa, a partir daí, discutiremos as implicações para o ensino da educação das escolas.

Segundo Gonçalves (2005, p.91) “Sua preocupação é descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre e qual a sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características”.

A Pesquisa revela dados que vivemos em uma sociedade audiovisual, e que a televisão é o aparelho que está sendo mais utilizado na casa dos brasileiros. Em busca de melhor entender os elementos utilizados, os dados foram tratados de cunho

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

interpretativos, examinandos os itens em destaque segundo os fenômenos ressaltados pelos autores.

DESENVOLVIMENTO

A descrição deste capítulo nos revela o desenvolvimento tecnológico direcionado aos meios de comunicação que levam a informação à sociedade em um contexto fundamental surgido no século XXI. Nesse processo, voltado para o âmbito educacional destacamos os procedimentos a discutir sobre o que levam ao processo de inclusão e exclusão dos passos tecnológicos existentes, principalmente, as necessidades do uso de Libras para a melhoria daqueles que buscam e precisam aprender.

Desde o período da Revolução Industrial e das duas grandes guerras existentes no mundo, o homem não parou de produzir novas tecnologias, mas ainda, necessita rever valores que destinem coerentemente essas novas tecnologias para aqueles que necessitam adquiri-las para se colocar diante da sociedade como alguém que também merece espaço, nisso destacamos os deficientes auditivos e visuais.

A inclusão de pessoas com deficiência auditivas e visuais nas escolas do Brasil ainda tem sido um obstáculo enfrentado, principalmente, por familiares e educadores, com o intuito de levar ao ensino junto à tecnologia meios e possibilidades de um novo aprendizado para essas pessoas que merecem o reconhecimento e descobrir o aprender.

O uso da inclusão das TICs se explana em um cenário da educação de urgência, possibilitando facilitar novos aprendizados, pensando em propor uma realidade significativa a inclusão com as Tecnologias de informação e comunicação. Visto que para uma prática significativa necessita de uma junção da escola com a realidade dos educandos para que se propague um uso coerente dessas tecnologias.

Ao professor que irá trabalhar com a inclusão, deve estar muito mais preocupado, com o processo pedagógico como um todo, do que com o processo orgânico desta deficiência, na verdade as informações ou cursos propícios ao ensino inclusivo ainda é lento, sendo que muitos profissionais na educação não têm meios adequados para trabalhar com esses deficientes da forma correta.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O planejamento das aulas é de suma importância bem como a utilização dos recursos visuais e tecnológicos que visa auxiliar a qualidade no ensino, nisso dentro e fora das salas de aula, do mesmo modo se faz necessário que o professor esteja apto para exercer o controle de uma sala diversificada, porém, sabemos que há obstáculos, mas se faz necessário instigar seus alunos e realizar a aula com entusiasmo.

O professor deve ser o condutor do conhecimento e estar capacitado, para isso necessita de capacitações orientadas e voltadas a atenção a inclusão dos deficientes utilizando as suas habilidades em prol dos alunos. Com isso, busca-se promover estímulos, principalmente, aos alunos surdos e cegos, que se sentem deslocado pelas circunstâncias atribuídas pela sociedade.

As inovações na tecnologia oferecem um mundo complexo de aprendizados, para os alunos com deficiência, são essas ferramentas que trazem a perspectiva de mudanças, principalmente, nos usos e costumes.

A educação dos alunos surdos e cegos com o uso das TICs no âmbito escolar contribui para o seu desenvolvimento efetivo a sua inclusão na sociedade, pois a tecnologia faz parte desse processo de construção da autoestima do aluno com necessidades especiais. Sendo inclusive necessária para o desenvolvimento intelectual, cultural e social.

Sigla: Grupo de Estudo e Pesquisas em Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação (GEPETIC). Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

CONCLUSÃO

Portanto, a contribuição deste trabalho pode ser identificada a partir do momento em que oportunizou a discussão e a reflexão sobre as questões, antes já discutidas por muitos profissionais, no contexto da inclusão de pessoas com deficiência nos processos educacionais e sociais, e em vários ambientes. Percebe-se, claramente, que todo aluno, independentemente de ter ou não alguma deficiência, possui características próprias de interesse, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas, fazendo com que a aprendizagem seja singular e particular.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A educação inclusiva assume, então, a partir deste momento, um papel de essencial importância, tendo em vista as crescentes exigências de uma sociedade em expansão e os desequilíbrios do atendimento educacional aos surdos, apesar do expressivo interesse que desperta aos sujeitos envolvidos neste processo que, na atualidade, está buscando esforços para a realização efetiva de instituições públicas e particulares, no atendimento satisfatório desse público. Para se garantir o acesso de qualidade aos deficientes é necessário haver uma reforma no sistema educacional vigente, para que, dessa forma, as oportunidades sejam igualitárias e oferecidas a todos sem que haja a segregação e afastamento dos indivíduos; ou seja, uma política planejada a partir das necessidades do aluno, assim como de suas características específicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação EspeciaL –MEC, SEESP, 2001

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. **Prática e formação de professores na integração de mídias**. Prática pedagógica e formação de professores com projetos: articulação entre conhecimentos, tecnologias e mídias. In: Integração das Tecnologias na Educação/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Políticas de inclusão:** escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA de E. G. SOUZA, V. C. (Org.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, J.B.G. **Alfabetização tecnológica:** alguns aspectos práticos. Boletim EAD, Campinas, n.33, 2005. Disponível: em http://www.ead.unicamp.br/php_ead/boletim.php> Acesso em: 10 de maio. 2021

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2010. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. Acesso em: 10 maio 2021.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos (org). **Escola Inclusiva:** pesquisa, reflexões e desafios. João Pessoa: Ideia, 2008.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto.2, ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PATTON, M. Q. **Qualitative Evaluation and Research Methods**. London: Sage, 1990.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** São Paulo: Avercamp, 2005.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XIII

REFLEXÃO SOBRE AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Francisco Kleiton de Souza Silva Gomes[46].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-13

RESUMO: Atualmente vivenciamos uma crescente transformação nos meios de comunicação e informação na sociedade, o avanço tecnológico tem proporcionado diversas facilidades nas atividades da vida das pessoas, como acesso às informações em tempo real, agilidade de comunicação, melhoria de equipamentos e ferramentas na produção de bens e serviços, meios de transporte, dentre outros, na educação trouxe avanços significativos possibilitando vários mecanismos no processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, surge a pergunta: Como as tecnologias digitais estão presentes na educação? Na busca desta resposta, o presente trabalho tem como objetivo geral discutir sobre a importância das tecnologias digitais na educação. Os objetivos específicos são descrever sobre as tecnologias na educação; apresentar as contribuições da tecnologia na educação; relatar sobre as mudanças tecnológicas no ambiente escolar. Para embasamento teórico foram utilizados autores como: Moran; Masetto e Behrens (2012); Brasil (1997); Serafim e Sousa (2011), dentre outros. As tecnologias certamente são capazes de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, se o seu uso ocorrer de forma consciente e produtiva, por isso, é necessário atenção para que os alunos não se percam na gama de informações que recebem de forma tão rápida, podendo com isso dispersar sua atenção e deixá-los alheios ao que de fato é relevante para o seu desenvolvimento. Por fim, cabe ao professor proporcionar uma análise dos pontos positivos e negativos do uso das tecnologias, alertando para que seus alunos não se isolem no mundo virtual e percam o estímulo por aprender, questionar, criticar, discutir e se socializar, afinal o objetivo é ampliar os seus conhecimentos de forma coletiva, significativa e eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias Digitais. Educação. Ensino-aprendizagem.

IMPORTANCE OF DIGITAL TECHNOLOGIES IN EDUCATION

ABSTRACT: We are currently experiencing a growing transformation in the means of communication and information in society, technological advancement has provided several facilities in people's life activities, such as access to information in real time, communication agility, improvement of equipment and tools in the production of goods and services, means of transport, among others, in education has brought significant advances, enabling several mechanisms in the teaching-learning process. In this way, the question arises: How are digital technologies present in education? In the search for this answer, the present work has the general objective to discuss the importance of digital technologies in education. The specific objectives are to describe about technologies in education; present the contributions of technology in education; report on technological

[46] Professor de História licenciado – UERN. Atua em escolas públicas dos municípios de Macau e Guamaré. Especialização em gestão escolar pela instituição Dom Alberto; Especialização em Ensino de História pela Faculdade século XXI. Especialização em Supervisão escolar e história e cultura do Brasil pela intervale. Mestrando no curso de Ciência da educação - Facem. E-mail: kleitonsouza07@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

changes in the school environment. For theoretical basis, authors such as: Moran were used; Massetto and Behrens (2012); Brazil (1997); Serafim and Sousa (2011), among others. Technologies are certainly capable of assisting in the teaching-learning process, if their use occurs in a conscious and productive way, therefore, attention is needed so that students do not get lost in the range of information they receive so quickly, being able to thereby dispersing their attention and making them oblivious to what is actually relevant to their development. Finally, it is up to the teacher to provide an analysis of the positive and negative points of the use of technologies, warning that their students do not isolate themselves in the virtual world and lose the stimulus to learn, question, criticize, discuss and socialize, after all the objective is expand their knowledge collectively, meaningfully and effectively.
KEYWORDS: Digital Technologies. Education. Teaching-learning.

INTRODUÇÃO

Atualmente vivenciamos uma crescente transformação nos meios de comunicação e informação na sociedade, o avanço tecnológico tem proporcionado diversas facilidades nas atividades da vida das pessoas, como acesso às informações em tempo real, agilidade de comunicação, melhoria de equipamentos e ferramentas na produção de bens e serviços, meios de transporte, dentre outros, na educação trouxe avanços significativos possibilitando vários mecanismos no processo de ensino-aprendizagem.

Para Champaoski e Mendes (2017) colocam que a tecnologia digital chega ao ambiente escolar como um convite envolvente e, ao mesmo tempo, desafiador para todos os envolvidos. Assim os novos recursos digitais surgem novas possibilidades para a educação, transformando o cotidiano de professores, alunos e toda a comunidade escolar, por meio de ferramentas digitais, como aplicativos, computadores, celulares, dispositivos de vídeos e som entre outros tem transformado o processo pedagógico, assim com a inserção das tecnologias na educação é bastante importante para a interação e construção de saberes.

A aproximação da tecnologia com a escola provoca uma mudança de postura do professor, que precisa incorporar o novo (tecnologia) para atender e acompanhar o dia-a-dia dos estudantes, que cada vez mais são usuários de recursos e ferramentas tecnológica, sendo assim precisa criar estratégias para envolver e buscar uma participação ativa na construção do conhecimento. Segundo Almeida (*apud* GARCIA, 2013), a utilização das tecnologias no processo educativo proporciona novos ambientes de ensinar e aprender

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

diferentes dos ambientes tradicionais, e as reais contribuições das tecnologias para a educação surgem à medida que são utilizadas como mediadoras para a construção do conhecimento.

Desse modo, é incontestável a importância das Tecnologias da Informação e da Comunicação para a educação, pois promove a criatividade, sistematização do conhecimento, aprendizagem colaborativa, favorecendo melhor qualidade no processo educacional. A escola por sua vez, precisa criar condições com recursos e ferramentas tecnológicas, como acesso a rede de internet, equipamentos de vídeo, sons, computadores e outros, para professores e estudantes facilitarem a efetivação de conhecimentos.

Assim, entendemos que a utilização das tecnologias digitais na educação permite facilitar o processo de ensino-aprendizagem, promovendo a inovação das metodologias que trazem o aluno a colaborar e buscar novos conhecimentos.

Desta forma, surge a pergunta: Como as tecnologias digitais estão presentes na educação? Na busca desta resposta, o presente trabalho tem como objetivo geral discutir sobre a importância das tecnologias digitais na educação. Os objetivos específicos são descrever sobre as tecnologias na educação; apresentar as contribuições da tecnologia na educação; relatar sobre as mudanças tecnológicas no ambiente escolar.

TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Escrever sobre o uso das tecnologias na educação, faz-nos remeter a pensar sobre o que é tecnologia? Segundo Kenski (2003) as tecnologias são tão antigas quanto a espécie humana. Na verdade, foi a engenhosidade humana, em todos os tempos, que deu origem às mais diferentes tecnologias. No dicionário online Dicio, tecnologia significa teoria ou análise organizada das técnicas, procedimentos, métodos, regras, âmbitos ou campos da ação humana.

A história da educação no Brasil percorreu diversos caminhos para chegar ao atual contexto educacional. Durante sua caminhada, a conquista da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) foi um dos maiores destaques para o desenvolvimento do progresso da educação, o que possibilitou várias mudanças positivas

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

nessa área, proporcionada por diversos fatores, que contemplam transformações em todas as áreas do conhecimento e nos processos de ensino e aprendizagem de todos os níveis educacionais. Ações realizadas neste âmbito podem trazer benefício para a população, com estímulos para a capacitação do discernimento, da reflexão e criticidade, configurando as políticas educacionais dessas práticas como importantes instrumentos de mudanças sociais (SOUZA, 2018).

O sistema educacional, em nível mundial e nível nacional, está passando por diversas modificações no que diz respeito à implantação das novas tecnologias, sendo mais visíveis essas transformações nos últimos dez anos (SERAFIM; SOUZA, 2011). Sabendo que os alunos são oriundos de uma sociedade com uma gama variada de tecnologia, como televisão, rádio, cinema e a internet; cabe às escolas se adequarem a esse novo sujeito tecnológico (JUCIEUDE; et al., 2016).

São inegáveis os avanços tecnológicos já ocorridos no ambiente escolar, contudo, muitas instituições ainda enxergam os meios de comunicação pelo aspecto técnico e não pelo aspecto cultural. Se ao entrar na escola o aluno já se encontra culturalmente inserido no universo midiático, como pode a mesma negar a cultura veiculado pelos meios de comunicação em massa?! (JUCIEUDE; et al., 2016). Desta forma, só restam aos sistemas educacionais a imersão definitiva na era tecnológica, dinamizando os processos de ensino-aprendizagem (SERAFIM; SOUZA, 2011).

Com a ampliação e consolidação da era digital os professores devem mudar seus hábitos e incorporar o das tecnologias da informação no cotidiano de suas aulas. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a inclusão das novas tecnologias sob a ótica educativa, bem como analisar a utilização das redes sociais como um canal educativo para os jovens, visto que os mesmos estão inseridos no mundo digital.

Este trabalho se justifica pela importância do estudo sobre as tecnologias da comunicação visando à incorporação dessas tecnologias no cotidiano da sala de aula, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem de uma sociedade conectada com o mundo virtual, através do uso das tecnologias e das redes sociais pelo professor como forma de extensão do conhecimento pode ser benéfico e atrair a curiosidade e o interesse dos alunos.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral: Identificar possíveis metodologias para o ensino de ciências através do uso das redes sociais. E seus objetivos específicos são: Reconhecer, através dos alunos, as necessidades de implantação do uso das redes sociais no ensino de ciências; apresentar estratégias com uso das TICs, que possam efetivamente ser utilizadas na escola; Ampliar as formas de processo de ensino-aprendizagem para a disciplina de ciências na escola.

O auxílio das tecnologias na educação é imprescindível, e perpassa muitos âmbitos no espaço escolar, principalmente com a inserção de sistemas virtuais, com dados e informações dos alunos, professores e equipes. Se antes os professores usavam os recursos tecnológicos em suas aulas para diversificar; projetores, computadores, caixas de sons etc. Outro recurso que o professor também tem contato, é o uso de sistema para inserção de notas, frequências, conteúdos e materiais usados em sala de aula. Então a tecnologia está no cotidiano escolar, e faz necessário seu uso, mas ainda tem muitas dificuldades para profissionais da educação, seja professor, alunos e equipes de setores das instituições.

Uso de recursos tecnológicos em sala de aula, é um importante material para auxiliar na aprendizagem dos alunos. Mas, é necessário discorrer que nem todos os profissionais fazem uso devido por não ter habilidades no manuseio, visto que alguns não tiveram formação de capacitação. Essa situação é o que dificulta a utilização de recursos tecnológicos em sala como também a falta de equipamentos nas instituições, além das dificuldades dos alunos em ter acesso na escola como fora. A falta de computadores, projetores, conexão com internet impossibilita a educação com elo na tecnologia.

O autor Kenski (2003), em sua obra Educação e tecnologia ressalta a importância dessa ligação entre a tecnologia e educação, visto que ele nos apresenta uma noção que tecnologia não só se limita a equipamentos e aparelhos, ele abre um leque de possibilidades nos levando a pensar que a tecnologia está presente a muito tempo e vem evoluindo com a humanidade. Portanto, a educação e seu relacionamento com tecnologia só funcionaram quando questões como foram apresentadas estiverem resolvidas, as escolas com equipamentos e conexões para a internet serem acessíveis a todos, como formação a todos os profissionais.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

A tecnologia já se encontra inserida na sociedade, contudo, entre os vários impasses que permeiam a implantação e o desenvolvimento das tecnologias dentro da escola está o fato da capacitação dos professores não acompanharem o mesmo ritmo dos avanços tecnológicos, resultando no uso inadequado dos recursos ou da não utilização dos mesmos (SERAFIM; SOUZA, 2011). Ainda segundo os autores é fundamental que o docente esteja apto a incluir as tecnologias digitais da informação e da comunicação em sua prática pedagógica.

Dentre as diversas possibilidades tecnológicas existentes hoje, o professor pode fazer uso das redes sociais como recurso didático para suas aulas, esta ferramenta é muito comum aos jovens de todo o mundo. Segundo Juliane *et al.* (2012, p. 02), o termo "redes sociais" significa:

> Ferramentas tecnológicas que permitem com que os relacionamentos sociais ocorram virtualmente, sem desconsiderar os indivíduos que as manipulam. São exemplos dessas ferramentas: MySpace, Twitter, Facebook, Orkut, Ebah, LinkIn, Google+, dentre outros.

Quanto às políticas públicas para a instalação das tecnologias na escola, bem como para a formação complementar dos professores, pode-se citar o programa Proinfo, implantando em todas as escolas públicas do país. Contudo, somente a instalação dos computadores não foi suficiente para uma mudança definitiva na prática pedagógica, a forma como o professor utiliza os recursos tecnológicos está ligada a sua relação de transformação, sendo uma percepção individual de como o mesmo se sente frente a esse processo (SERAFIM; SOUZA, 2011).

É importante ressaltar que o uso das tecnologias não altera a essência da relação pedagógica, uma vez que serve tanto para uma pedagogia conservadora quanto progressista (MORAN, 1995). Já que a comunicação e a escola não se separam, o professor deve utilizar a tecnologia "visando à transformação da informação em conhecimento" (SERAFIM; SOUZA, 2011). Entende-se que mesmo diante de tantos avanços, a tecnologia não substitui o professor, apenas transforma sua relação com o aluno; uma vez que as informações estão disponíveis por toda a parte (bancos de dados, livros, vídeos, programas em CD, etc.) o docente passa a ter um papel de incentivador à

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

curiosidade, orientando esse conhecimento e mediando o processo de ensino-aprendizado (MORAN, 1995).

A integração da escola com os meios multimídias proporciona diversos benefícios, segundo Serafim e Souza (2011, p. 22) esses benefícios são:

> A dinamização e ampliação das habilidades cognitivas, devido à riqueza de objetos e sujeitos com os quais permitem interagir; a possibilidade de extensão da memória e de atuação em rede; ocorre a democratização de espaços e ferramentas, pois estas facilitam o compartilhamento de saberes, a vivência colaborativa, a Autoria, coautoria, edição e a publicação de informações, mensagens, obras e produções culturais tanto de docentes como discentes.

Apesar dos inegáveis benefícios quanto ao uso das tecnologias, muitas escolas não enxergam esse potencial, pois compreendem as mídias como impróprias devido seu conteúdo de entretenimento (JUCIEUDE et al., 2016).

Com os avanços tecnológicos pode-se perceber uma mudança dos "sistemas analógicos de produção e transmissão para os digitais". Os computadores antes utilizados apenas por grandes instituições agora encontram-se por toda parte, podendo ser utilizados como instrumento de trabalho, de comunicação e de lazer (MORAN, 1995). Nesse cenário as redes sociais ganham destaque, devido seu caráter de comunicação rápida e entretenimento.

Com tantas formas de comunicação, real e virtual, a língua apresenta diversas variedades. Segundo Souza (2018) "a variação linguística é representada pela caracterização dos muitos modos de falar uma língua". Onde cada variedade pode ser utilizada para uma comunicação ou meio social específico. Com relação à comunicação nas redes sociais, a autora fala:

> O reconhecimento ou não de determinadas práticas de escrita nas redes sociais faz com que o cidadão construa a imagem do senso comum, a imagem de transformação da linguagem, com consequente degradação da língua? Ao considerar a inserção do tema no campo de estudo das Ciências da Linguagem, da Comunicação Social e da Educação, se faz necessária uma visão discursiva no que se concebe a escrita como fonte, transcrição ou interferência da fala. E portanto, veicular a problematização do fenômeno do internetês no âmbito de uma avaliação distinta (SOUZA, 2018, p. 08).

Com todas essas mudanças e adaptações na comunicação, a escola não pode desconsiderar a variação linguística, pois seu uso é comum tanto na sociedade como na sala de aula. Desta forma, "as práticas de linguagem a serem tomadas no espaço da escola

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

não se restringem à palavra escrita nem se filiam apenas aos padrões socioculturais hegemônicos" (SOUZA, 2018). Além disso, as escolas devem se apropriar do uso das redes sociais como espaço de aprendizagem, tornando mais atraente o processo de ensino aprendizagem.

Com tanta tecnologia, é possível o renascimento do encantamento da escola, ao expandir suas fronteiras e permitir que o estudante converse e pesquise com outros alunos, proporcionando a integração de conhecimentos da mesma cidade, país ou do exterior. Segundo Moran (1995, p. 06):

> Alunos e professores encontram inúmeras bibliotecas eletrônicas, revistas online, com muitos textos, imagens e sons, que facilitam a tarefa de preparar as aulas, fazer trabalhos de pesquisa e ter materiais atraentes para apresentação. O professor pode estar mais próximo do aluno. Pode receber mensagens com dúvidas, pode passar informações complementares para determinados alunos. Pode adaptar a sua aula para o ritmo de cada aluno. Pode procurar ajuda em outros colegas sobre problemas que surgem, novos programas para a sua área de conhecimento. O processo de ensino-aprendizagem pode ganhar assim um dinamismo, inovação e poder de comunicação inusitados.

Jucieude et al. (2016) apontam que os meios de comunicação desempenham um papel socializador e formativo relevante, pois atuam como agentes de informação e entretenimento em todas as instâncias da sociedade, como a família, a escola e a igreja. Portanto, entende-se que existem muitos ambientes de aprendizagem fora da sala de aula, que podem ocorrer através de espaços virtuais e do uso das redes sociais (SERAFIM; SOUZA, 2011).

Desta forma, cabe às escolas e ao professor a inclusão e afirmação das redes sociais como meio possível para a aprendizagem de uma sociedade altamente tecnológica e digital. Por vivermos em um mundo onde a tecnologia se faz presente em todas as áreas da nossa vida, modificando desde os aparelhos eletrônicos até mesmo as relações interpessoais e relacionamentos afetivos (MORAN, 1995). Segundo Kroetz, Ballejo e Lara (2015, p. 08) o uso das redes sócias para as aulas de Ciências traz novas perspectivas, tais como:

> Aulas que permitam um estudante mais ativo, com espaços para diálogos e socializações possibilitam que o estudante se sinta mais participante na construção do seu conhecimento. Além disso, se os saberes que ele possui puderem ser socializados e articulados aos conhecimentos da sala de aula, o estudante se sentirá mais valorizado e motivado a aprender.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Tais mudanças ocorridas na sociedade a partir do uso da tecnologia da informação faz-se necessário uma mudança nas instituições educacionais, não sendo mais aceito que a escola não se adeque a essa nova realidade digital, sendo necessária essa mudança para a "sobrevivência" das instituições de ensino (SERAFIM; SOUZA, 2011).

AS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Pensar em educação nos dias de hoje é pensar não exclusivamente em ambientes presenciais, como escolas e universidades, mas também em ambientes e atividades associadas ao uso das tecnologias de informação e comunicação que tem ampliado o processo de aprendizagem e se integrado cada vez mais aos processos educativos. Assim, como se pode ver, a educação tem se transformado em decorrência do desenvolvimento tecnológico no processo de ensino-aprendizagem, apesar de isto não ocorrer de forma regular e sistematizada.

A aprendizagem está na base do processo educacional, e requisitos como participação consciente, reconhecimento da experiência do outro e aproveitamento das potencialidades e das individualidades das pessoas são cada vez mais necessários. Com os novos meios de comunicação e de acesso à informação a educação se transformou e os processos educativos tomaram novos rumos. Com isso, hoje espera-se que as portas das escolas se abram às novas formas de acesso ao conhecimento.

Neste ambiente virtual e tecnológico, o aluno tem de certa forma a responsabilidade de sua própria aprendizagem e tem que desenvolver algumas competências que lhe permitam chegar a esse ponto. Assim surgiu o termo aprendizagem colaborativa. A pedagogia da aprendizagem colaborativa é centrada no grupo e não em indivíduos isolados. O indivíduo aprende do grupo, mas individualmente também contribui para a aprendizagem dos outros (MINHOTO; MEIRINHOS 2011, p. 2).

A conquista do ciberespaço como lócus secundário e, em alguns momentos, principal das atividades de aprendizagem e produção de conhecimento tornou quase que obrigatório o desenvolvimento das capacidades de aprender a aprender e de colaborar com os outros. A Escola na configuração tradicional tem dificuldade de desenvolver essas

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

competências nos alunos, devido ao modelo pedagógico que se baseia na mera transmissão do saber e no individualismo. Enquanto a máxima hoje é colaborar para o desenvolvimento do outro, numa lógica de ganha-ganha, onde um sistema só faz sentido quando todos os envolvidos ganham.

Ao trabalharem colaborativamente, as pessoas trazem suas próprias estruturas a atividade desenvolvida e assim podem analisar um problema sob diferentes prismas e podem entender e produzir significados e soluções com base na compreensão compartilhada e chegar a soluções sob vários aspectos diferentes.

Atualmente diversas teorias trazem a compreensão da aprendizagem colaborativa, estas teorias estão baseadas na ideia de que os indivíduos são agentes ativos que procuram e constroem o conhecimento num contexto significativo. Estas teorias têm como objetivo favorecer um ambiente real que proporcione um relacionamento ou ligação com os conhecimentos prévios que os alunos possuem.

As práticas colaborativas propiciam aprendizagens diversas, fazendo circular muito mais rápido as informações e conhecimentos. A troca e o compartilhamento de experiências fazem aumentar de forma significativa a quantidade de ideias e a qualidade das soluções realizadas. É preciso estar apto a aprender com o outro, e ser coautor da sua própria aprendizagem e da aprendizagem de outros.

> O maior poder das redes sociais quando utilizadas na aprendizagem é a identificação imediata que os alunos têm com o processo e o sentimento de que a construção do conhecimento depende da contribuição de todos e de cada um deles e não apenas do professor (MINHOTO; MEIRINHOS 2011, p. 8).

A Escola nos dias de hoje deve estar preocupada mais dar oportunidade para o desenvolvimento da aprendizagem de forma autônoma do que em continuar ensinando seus conceitos de forma fragmentada. Para que isso ocorra uma medida necessária é a priorização da pesquisa como vetor de aprendizagem, pois assim o aluno aprenderá pela descoberta.

É certo que as pessoas desenvolvem-se e aprendem mais quando estão inseridas em um processo coletivo de aprendizagem. Nessa condição, elas compartilham significados e representações comuns, comunicam e discutem seus pontos de vista, examinam e aperfeiçoam suas ideias e, ainda, podem estabelecer o diálogo

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

multidirecional acerca das questões colocadas, seja revisando, modificando ou contrapondo soluções e alternativas.

> Não restam dúvidas de que os recursos cognitivos que alunos e professores desenvolvem com o uso dessas tecnologias trazem efeitos significativos sobre as experiências de interações que fazem em sala de aula e fora dela, potencializando as chances de aprender uns com os outros. Além disso, a partir do uso dessas ferramentas, é possível trabalhar integradamente e com maior eficiência os conteúdos das diversas disciplinas, oferecendo aos alunos uma visão interdisciplinar que favoreça a compreensão dos problemas da realidade sob uma perspectiva mais abrangente (TORRES; AMARAL, 2011, p. 10).

Segundo Haro (2011), o mundo educativo não deve ficar alheio ante fenômenos sociais que alteram as formas de comunicação entre as pessoas. O sistema educativo carece de sentido se não for capaz de incorporar as ferramentas que a sociedade já usa em nível da comunicação.

> O Homem vive em um mundo cada vez menor, pois ele consegue se deslocar, no colo da telemática, entre espaços e na velocidade da luz. Assim, ele precisa conviver com múltiplas culturas, as quais têm suas singularidades, e interagir. Por isso é que se advoga, aqui, a necessidade de uma Educação que privilegie o holismo, a criatividade, a tolerância, o raciocínio dedutivo e indutivo, a capacidade de ler e usar a matemática funcionalmente, a destreza com as TIC, a competência de dar significado aos dados nesse mar de informações e a aprendizagem pela descoberta. As tecnologias digitais só vêm enriquecer os ambientes de ensino e de aprendizagem, oferecendo recursos que facilitam atingir esse objetivo (SCHNEIDER, 2013, p. 17).

Segundo Capobianco (2010), às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) oferecem recursos para favorecer e enriquecer as aplicações e os processos, principalmente na área de educação. A adoção dos recursos das TIC para a aprendizagem abre novas possibilidades para complementar a educação formal.

> O uso das TIC na escola auxilia na promoção social da cultura, das normas e tradições do grupo, ao mesmo tempo, é desenvolvido um processo pessoal que envolve estilo, aptidão e motivação. A exploração das imagens, sons e movimentos simultâneos ensejam aos alunos e professores oportunidades de interação e produção de saberes (MORAN, 2012, p.13).

É notório que a presença das tecnologias na sociedade atual é uma realidade irrevogável, mas que está em constante transformação, se renovando e multiplicando a cada dia. As tecnologias trazem consigo inúmeras inovações, abrindo um leque infinito de possibilidades para se adquirir novos conhecimentos, estimulando o surgimento de novas formas de linguagem, novas expressões, novos pensamentos.

> Numa sociedade em que se convive com a supervalorização do conhecimento científico e com a crescente intervenção da tecnologia no dia-a-dia, não é

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> possível pensar na formação de um cidadão crítico à margem do saber científico (BRASIL, 1997, p.21).

A Educação precisa e deve acompanhar e, principalmente, se adequar às novas concepções trazidas pelas transformações tecnológicas, e consequentemente culturais e morais, oriundas dos avanços tecnológicos, estando apta a preparar seus alunos para um mundo de ilimitadas possibilidades, integrando escola, alunos e professores em um processo de ensino-aprendizagem mais significativo a partir do uso destas tecnologias.

Portanto, a Escola precisa estar em sintonia com os acontecimentos e desenvolvimentos da sociedade em que está inserida. Se o mundo está globalizado e demanda novas competências, a escola precisa dar a sua contribuição na formação deste indivíduo, tornando-o apto para atuar nesta sociedade, onde ele irá utilizar, de fato, o que aprender, na Escola e fora dela.

CONCLUSÃO

A educação e o uso de meios tecnológicos para auxiliar na aprendizagem dos alunos, proporciona ao professor um recurso didático incentivador e motivador aos alunos. Os meios tecnológicos inseridos nas aulas diversificam e despertam nos alunos o interesse, mesmo que conheçam e utilizem em casa recurso tecnológico, na escola a curiosidade aos nove, e assim o professor que adota tal recurso, conseguir atingir um resultado com os alunos.

A inserção de tecnologias digitais nos processos educativos é cada vez mais exigida, diante das mudanças que vêm sendo ocasionadas dentro da sociedade. Precisa-se ter em mente que os alunos do século XXI, considerados nativos digitais, passam a maior parte do tempo em um mundo virtual. Então, não diz respeito apenas a uma questão de escolher aderir ou não ao uso das tecnologias nos processos educativos, trata-se de avaliar e saber como empregar estes recursos nas práticas docentes e no cotidiano escolar de forma a contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, modificando assim os conceitos do antigo sistema tradicional de ensino.

Mas todo esse potencial só é vivenciado de forma concreta e bem aproveitada se houver um plano pedagógico por parte da instituição e do próprio professor para sua

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

utilização de forma eficaz como recurso didático. Portanto, é imprescindível ao professor saber utilizar a tecnologia, e com ela criar meios para o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Portanto, mais do que a modernização do ambiente escolar, o uso das tecnologias deve proporcionar uma mudança de paradigma oriundos dos benefícios que suas ferramentas proporcionam para o processo de ensino-aprendizagem.

As tecnologias certamente são capazes de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, se o seu uso ocorrer de forma consciente e produtiva, por isso, é necessário atenção para que os alunos não se percam na gama de informações que recebem de forma tão rápida, podendo com isso dispersar sua atenção e deixá-los alheios ao que de fato é relevante para o seu desenvolvimento. Por fim, cabe ao professor proporcionar uma análise dos pontos positivos e negativos do uso das tecnologias, alertando para que seus alunos não se isolem no mundo virtual e percam o estímulo por aprender, questionar, criticar, discutir e se socializar, afinal o objetivo é ampliar os seus conhecimentos de forma coletiva, significativa e eficaz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.** 1997.

CAPOBIANCO, L. **Comunicação e Literacia Digital na Internet** – Estudo etnográfico e análise exploratória de dados do Programa de Inclusão Digital AcessaSP – PONLINE. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2010.

CHAMPAOSKI, E. B.; MENDES, A. A. P. **Percepção de professores do Ensino Fundamental I acerca das tecnologias digitais no cotidiano escolar.** In: ALMEIDA, S. D. C. D. D.; MEDEIROS, F. D.; MATTAR, J. Educação e Tecnologias: refletindo e transformando o cotidiano. 1ª. ed. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017. Cap. 3.

DICIO. **Significado de Tecnologia**. 2021. Disponível em: https://www.dicio.com.br/tecnologia/ Acesso 16/12/2021

JUCIEUDE, L.E.; PAIVA, M.S.; SOUZA, K.C.A.; FONSECA, A.S.S. **Meios de comunicação e escola na contemporaneidade: conflitos e diálogos possíveis.** Educare Et. Educare Revista De Educação. Vol. 11, Número 23, Jul./Dez. 2016.

JULIANI, Douglas Paulesky et al. **Utilização das redes sociais na educação:** guia para o uso do Facebook em uma instituição de ensino superior. Renote, v. 10, n. 3, 2012.

KROETZ, K.; BALLEJO, C.C.; LARA, I.C.M. **Internet e redes sociais no ensino de ciências e Matemática: percepções de docentes de um Programa de Pós-Graduação.** In Anais III CIECITEC. 2015. Santo Ângelo/RS.

MORAN, J. M., MASSETTO, M. T., BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas.** Campinas, SP: Papirus. 2012.

MORAN, J.M. **Novas tecnologias e o re-encantamento do mundo revista Tecnologia Educacional.** Rio de Janeiro, vol. 23, n.126, setembro-outubro 1995, p. 24-26. 1995.

SERAFIM, M.L., SOUSA, R.P. **Multimídia na educação: o vídeo digital integrado ao contexto escolar.** (ORG) SOUSA, RP., MIOTA, FMCSC., and CARVALHO, ABG. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

SOUZA, F.V. **Variação linguística e escrita veiculada na internet: a compreensão das operações sócio – discursivas.** IN: Portal UERN moodle. 2018.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XIV

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Maria Ilma Soares da Cruz Silva[47]; Maria Iana Soares da Cruz Silva[48].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-14

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo comprovar a importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança. Desenvolvido através de leituras bibliográficas de caráter qualitativo, com tudo caminhando para uma melhor compreensão do fenômeno social na qual está inserida a educação infantil. Desta forma a pesquisa traz um breve histórico sobre a educação infantil no Brasil e sua consolidação como educação básica. Faz um resgate histórico sobre o conceito de infância nas sociedades passadas que mostra a criança como um adulto em miniatura. Já nas sociedades contemporâneas o que se vê é uma infância marcada por afazeres e que muitas vezes se esquece da sua especificidade como criança, mostra também como se dá o desenvolvimento da criança na visão de Piaget e Vygotsky. Discute-se sobre a função pedagógica que a educação infantil tem para com a criança em seus primeiros anos de vida, baseada na prática pedagógica e o papel do professor que é de extrema importância, destacando como relação essencial o cuidar e o educar. Destacando o papel da família e os desafios presentes durante toda a história da educação infantil. Percebendo-se que todo o atendimento infantil deve acontecer de maneira lúdica e dinâmica para que a criança possa alcançar em seu processo de ensino o desenvolvimento, a integração e a socialização.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Criança. Educação Infantil. Desenvolvimento.

THE IMPORTANCE OF CHILD EDUCATION FOR CHILD DEVELOPMENT

ABSTRACT: This work aims to prove the importance of early childhood education for child development. Developed through qualitative bibliographic readings, with everything moving towards a better understanding of the social phenomenon in which early childhood education is inserted. In this way, the research brings a brief history of early childhood education in Brazil and its consolidation as basic education. It makes a historical review of the concept of childhood in past societies that shows the child as a miniature adult. In contemporary societies, on the other hand, what you see is a childhood marked by tasks and that often forgets its specificity as a child, it also shows how the child's development takes place in the vision of Piaget and Vygotsky. It discusses the pedagogical role that early childhood education has for the child in their first years of life, based on pedagogical practice and the role of the teacher, which is of extreme importance, highlighting as an essential relationship caring and educating. Highlighting the role of the

47 Graduada em Pedagogia – FACERN; Serviço Social - FACEX e Farmácia – UNINASSAU. Pós-graduada em Psicopedagogia clínica e institucional, pela - FMB. Mestranda em ciências da educação pela instituição ESL Centro Educacional. Servidora pública na cidade de João Câmara/RN. E-mail: mariailmasoaresdacruz@gmail.com
48 Graduada em Pedagogia – UVA. Pós- graduada em Educação Infantil - FALC. Mestranda em Ciências da Educação pela Instituição ESL Centro Educacional. João Câmara/RN. E-mail: iana_torres@yahoo.com.br

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

family and the challenges present throughout the history of early childhood education. Realizing that all child care must happen in a playful and dynamic way so that the child can achieve development, integration and socialization in their teaching process.
KEYWORDS: Childhood. Child. Child education. Development.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho traz como contribuição á todos àqueles que atuam na área de educação infantil um maior conhecimento quanto a sua importância junto à primeira infância além de possibilitar uma maior clareza, para o atendimento de qualidade nesse nível de ensino que é garantir o conhecimento para integrar o educar e o cuidar.

O mesmo tem o objetivo mostrar a contribuição da educação infantil para o desenvolvimento da criança, considerando que a Educação Infantil é uma etapa relevante na medida em que proporciona à criança desenvolver-se integralmente em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Acredita-se que com a realização desse trabalho os conhecimentos serão ampliados, além de possibilitar a implantação de uma prática educativa com maior sustentabilidade, um processo de profissionalização mais adequado e com uma visão científica, observando a pedagogia como uma ciência educacional, e a educação na sua especificidade. Para o âmbito científico, este estudo propõe um aprofundamento sobre o tema, podendo, assim, partir de uma visão pluralística a qual envolve a criança, entre o reconhecimento formal e avanços científicos.

Quanto à sociedade atual, deseja-se contribuir para uma maior compreensão, valorização e participação social, junto à educação infantil por meio de políticas públicas para a infância, assim como propostas pedagógicas, capazes de promover o desenvolvimento de um trabalho de qualidade respeitando a criança.

Assim, esta etapa de educação básica será compreendida e desenvolvida de maneira com que a criança seja vista e educada como sujeito de valores e respeito, com autonomia, capacidades cognitivas, físicas e sociais.

HISTÓRIA E CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Durante séculos, a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família, porque era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura. A infância foi marcada pela ignorância dos adultos e a discriminação social, porém, esta história também é traçada por grandes desafios e transformações. No Brasil, a educação infantil entra em foco no início do século XIX com a instalação de jardins de infância, asilos e orfanatos com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa, às viúvas desamparadas e os órfãos abandonados pelas mães solteiras. As instituições apenas encobrem o problema e não tinham a capacidade de buscar transformações mais profundas na realidade social dessas crianças.

Segundo Oliveira (2002, p. 59):

> A ideia de abandono, pobreza, culpa e caridade impregnam assim, as formas precárias de atendimento a menores nesse período e vão permear determinadas concepções acerca do que é uma instituição que cuida da Educação Infantil, acentuando o lado negativo do atendimento fora da família.

Diante disso, ocorreram, ao longo das décadas, arranjos alternativos que foram se formando no sentido de atender às crianças das classes menos favorecidas mostrando as raízes da desvalorização da Educação Infantil. Ainda no final do século XIX, houve iniciativas isoladas de proteção à infância, no sentido de combater os altos índices de mortalidade infantil. Na metade do século XX, um número significativo de creches foi criado não pelo poder público, mas exclusivamente por organizações filantrópicas. Devido a muitos fatores, como o processo de implantação da industrialização no país, a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho e a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, os movimentos operários ganharam força. Eles começaram a se organizar nos centros urbanos mais industrializados e reivindicavam melhores condições de trabalho; dentre estas, a criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos.

Como afirma Oliveira (1992, p. 18):

> Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores [...] para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternais para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois quanto mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Dessa forma, pode-se observar a origem do atendimento fragmentado que ainda faz parte da Educação Infantil destinada às crianças carentes, uma educação voltada para suprir supostas "carências". Nos anos 80, com o processo de abertura política, houve pressão por parte das camadas populares para a ampliação do acesso à escola. A educação da criança pequena passa a ser reivindicada como um dever do Estado, que até então não havia se comprometido legalmente com essa função. Em 1888, devido à grande pressão dos movimentos feministas e dos movimentos sociais, a Constituição reconhece a educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado, e que contempla o caráter educacional destas instituições, cabendo a este manter e dar a educação infantil uma constante integração e valorização com o cuidar, o educar e o brincar elementos fundamentais no processo de ensino e aprendizagem infantil.

Há um fortalecimento da nova concepção de infância, garantindo em lei os direitos da criança enquanto cidadã. Cria-se o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); a nova LDB, Lei nº9394/96, incorpora a Educação Infantil como primeiro nível da Educação Básica, e formaliza a municipalização dessa etapa de ensino.

Em 1998, é criado o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), um documento que procura nortear o trabalho realizado com crianças de 0 a 6 anos de idade. Ele representa um avanço na busca de se estruturar melhor o papel da Educação Infantil, trazendo uma proposta que integra o cuidar e o educar, o que é hoje um dos maiores desafios da Educação Infantil. É preciso afirmar que as propostas trazidas pelo RCN só podem se concretizar na medida em que todos os envolvidos no processo busquem a efetiva implantação das novas propostas, se não ele vai se tornar apenas um conjunto de normas que não saem do papel.

As leis vieram para consolidar essas características educacionais, pois coube à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 9394 de (1996, p. 227) complementar ação [...] trazendo a educação infantil para a Educação Básica. Fator principal para essas primeiras transformações educacionais, que passa de assistencial para um caráter totalmente educacional, onde se começa a ampliar a importância da educação infantil no processo de desenvolvimento, integração, socialização e aprendizagem.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Sendo assim, não só os recursos físicos, mas os espaços que deve se adequar às novas normas, mas toda a ação direta com a criança, sendo esta obrigação dos órgãos mantenedores, municipais e filantrópicos, as regularizações, o que requer maior incentivo e aplicações para o melhoramento da educação nesta faixa etária.

> Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida (DIDONET, 2001, p. 17).

A criança começa a ser vista como dona de uma infância que exige maior compreensão e investimento quanto aos aspectos que ela desenvolve se de uma especificidade e individualidade única e importante diante da sociedade, ela é agora vista como sujeito histórico e participante das transformações futuras, ou seja, a consolidação da educação brasileira. Cabem às instituições de educação infantil atender às especificidades do desenvolvimento das crianças nas suas especialidades, pois é nestas instituições que começaram os primeiros indícios de que vale a pena investir em uma educação de qualidade é o processo educativo acontecendo, é a formação para a cidadania, o trabalho e o desenvolvimento da pessoa e suas transformações.

Estas mudanças são necessárias, pois possibilitam para as instituições uma maior promoção do desenvolvimento infantil, entre os aspectos da criança. Porém, dependem também das várias adequações que envolvem lugares adequados, organizados e que propiciem o estímulo, com profissionais adequados e qualificados, para este nível de ensino. Desse modo, “está lançado o desafio, a todos aqueles que se preocupam com a educação da criança pequena, e, consequentemente, com a qualidade do trabalho pedagógico" (MORENO, 2007, p. 62). Desafio esse que precisa ser cumprido e organizado dentro das instituições que atendem a criança que visa o cuidar, o educar e o brincar como fatores principais de aprendizagem.” É nesta dimensão que a Educação Infantil vem ganhando espaço e assumindo um papel importante, pois é de caráter influenciador no desenvolvimento cognitivo da criança de zero a cinco anos, podendo ela ajudar em seu aprendizado, enquanto sujeito autônomo, sendo necessário um maior investimento nessa etapa tão importante no desenvolvimento da criança, dar essa oportunidade para que a criança vivencie experiências positivas é capaz de transformar toda uma personalidade de maneira eficaz e clara.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Apesar de todos esses avanços ocorridos neste processo histórico em que infância e educação infantil estão passando, ainda é necessário que se busque uma educação de qualidade, com profissionais qualificados e valorizados quanto a sua formação específica uma vez que é de extrema importância essa especialização para assim atender e compreender essa faixa etária. Presenciando e compreendendo a aprendizagem junto a criança. Compreender o porquê da educação infantil e sua contribuição para o desenvolvimento e aprendizagem da criança é também valorizar e contribuir para suas conquistas nestes séculos.

Para Fortuna (2005, p. 38),

> Ainda é preciso fazer uma reinvenção da infância a reconhecendo como fase de extrema importância dentro do desenvolvimento infantil, pois é durante o presente da infância que se nasce à expressão de um futuro melhor este que marca vários desafios ainda a serem superados pela criança e seus direitos e deveres, é preciso que a infância e inocência sejam mantidas como sinônimos de alegria e afetividade.

Sendo assim, se faz necessário buscar reinvenções que requer uma maior conquista dos obstáculos que ainda se percebe contra a infância do século XXI, que está esquecendo-se da inocência para a obscuridade da violência e da falta de afeto, característica presentes na infância que pela ocupação e crescimento capitalista se torna extinta dentro de uma sociedade ocupada com muitos afazeres.

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE INFÂNCIA

O conceito de infância veio sofrendo diversas alterações percebidas no transcorrer dos tempos. Cada época tratou de fazer um discurso diferente que revela em sua essência os ideais e expectativas depositadas na criança, tendo tais discursos consequências sobre esses indivíduos em formação. A história da infância foi identificada como uma fase que se transformava conforme as mudanças sociais.

Durante muito tempo era possível observar a falta de um sentimento voltado à criança, a fase da infância tinha uma curta duração. Ao adquirir certa independência à criança era introduzida ao mundo adulto, desvalorizada pela sociedade da época retrata também uma criança caracterizada em todos os seus aspectos físicos como adulto em miniatura. ”De criancinha pequena, ela se transforma imediatamente em homem jovem,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

sem passar pelas etapas da juventude que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje" (ARIÉS, 1986, p. 10). Ou seja, não lhe ofereciam, nenhum tratamento preferencial para sua faixa etária, não se tinha vínculos afetivos, a ordem apreciava a obediência aos pais, algo considerado de muita importância, para se manter uma família organizada, uma vez que o afeto era considerado como fator de deslumbramento e desorganização dentro da família, ou seja, se não houvesse ordem e respeito era considerado prejudicial às famílias. Todos os cuidados relacionados à infância eram de responsabilidade da família, mães e mulheres propriamente ditas, a criança era vítima de uma desorganização familiar e social que muitas vezes se transformava em um grande índice de mortalidade infantil e se a criança chegasse a falecer, devido às condições precárias de sobrevivência, havia um sentimento de substituição, pois logo outra criança nasceria e a substituiria.

Esses detalhes da história da infância deixam transparecer a posição de inferioridade da criança na sociedade, condição que durou ainda por vários séculos. Devido a isso, mais tarde vários estudos e pesquisas foram feitos sobre a infância e suas especificidades dentro da sociedade. Tudo chamando a atenção para as suas necessidades específicas, onde suas características deveriam ser respeitadas e levadas em contas. O que é possível ver durante toda a construção histórica e do conceito de infância, é que a criança por muito tempo não aproveitou os seus devidos direitos.

É no final do século XVIII, que irão surgir as primeiras instituições destinadas a cuidar da criança. A partir das transformações ocorridas durante a revolução industrial que teve como grande exigência a mão de obra, inclusive, feminina, fator primordial para que ocorresse uma desestruturação familiar, onde se passou a ter outra ordem de sobrevivência e relacionamento. A infância passa então a ser vista por outro ângulo, denominado de social, "as crianças passam a representar um valor e uma identidade própria" (TOMAS, 2001, p. 69-72). Para as sociedades as famílias passam então a ter outra consciência, a primeira é de ter ou não filhos, a outra é que a relação agora, é de que devem servir aos mesmos, e não fazer uso deles como se haviam feito durantes os séculos passados. Apesar da descoberta da infância ter acontecido em meados dos séculos XIX e XX, só em 1959 é que a Assembleia geral das Nações Unidas promulgou a declaração

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

dos direitos da criança, contudo, só em meados do século XX, com a adoção pelas nações unidas, em 1989 da convenção internacional relativa aos direitos da criança passa a ser considerada como cidadão dotado de capacidades para ser titular de direito (TOMAS, 2001, p. 69-71). Todas essas características denominadas de cuidado, amparo da criança, e valorização da infância vem se transformando durante a história, desde o período colonial onde ela tinha seu papel desconhecido, vista como mera personagem que fazia parte da história contada a partir dos adultos.

Como afirma o RCNEI (1998, p. 17).

> Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do estado diante das crianças pequenas.

Hoje a criança faz parte da história, só que agora contada e construída por ela e amparada por lei. Assim é possível ver que a história traz aspectos importantes sobre a criança e sua participação na construção de seu conceito e de seus direitos, estes que ainda continuam se transformando com o passar dos anos.

Diante disso, percebe-se um grande salto quanto à infância e suas especificidades, é um novo olhar sobre ela, é agora papel da sociedade atual considerar seus direitos enquanto cidadão e construtor de sua história.

O CONCEITO DE INFÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

A concepção de infância vai sendo modificada conforme a sociedade passa a vê-la. Esta que vem se deparando com mudanças e transformações econômicas, sociais e culturais diante de uma sociedade que busca uma maior valorização no que diz respeito à educação infantil.

Segundo o RCNEI (1998, p. 21):

> As crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio, e isto porque, através das interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditórias que presenciam

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> [...], explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos.

Dessa forma, precisamos pensar, sobre qual definição se dá para esta fase infantil, em que o adulto e o meio na qual ela está inserida é responsável pelo seu desenvolvimento. Onde a exploração e marginalização contra ela estão tão evidentes, muitas vezes, fora de controle da família e da sociedade em geral, estas coisas ainda continuam a permear nosso pensamento, já que a criança deve ser preparada para viver na sociedade, de uma forma que não tire o prazer e seu momento presente de ser criança. "O adulto é considerado o homem acabado, pronto e completo, ou seja, o modelo perfeito que deve ensinar as crianças, principalmente, moldar seu caráter, comportamento e conhecimento" (VYGOTSKY, 1999, p. 90). A infância é a continuidade de nossas esperanças e objetivos, isto faz com que a criança por muitas vezes fique cercada por fases, que os adultos projetam. Porém esta fica mais tarde também ameaçada pela atualidade, pela globalização, é o mundo adulto que chegou muito antes em suas vidas, o que acaba tirando o prazer da infância, pois estas crianças passam a não ter tempo para o brincar, a tecnologia as faz refém de uma vida ilusória e muitas vezes perigosa, o que as deixam sem fantasias para criar e recriar, que invadem e transformam o seu caráter infantil.

Para Aroeira (1996, p. 22):

> o conceito de infância se dá de acordo com a classe social a que nos referimos, porque a criança é um ser social e histórico, não é abstrata não é um modelo teórico de desenvolvimento, para conhecê-la melhor é necessário sempre levar em conta suas condições reais de vida a origem social a cultura, pois é a partir desse contexto que determinamos que ela construa seu conhecimento.

Com isto fica visível que todos os aspectos sociais, no qual a criança está inserida afeta seu desenvolvimento e suas especialidades, uma vez que esta vive, em uma sociedade de constantes mudanças e avanços serão elas influenciadas. Ressaltar-se a partir daí que não deve haver diferenças, no que diz respeito aos direitos da criança, como por exemplo, a educação, a saúde, o lazer e a família, já que todos esses elementos são importantes para uma vida adulta de sucesso e prosperidade. Percebe-se que "A criança é um ser completo, num contexto historicamente definido, conhecendo o verdadeiro papel que exerce em sua família e na comunidade, é possível compreender melhor a linguagem, as ações, sentimento, reações e possibilidades de seu desenvolvimento (AROEIRA, 1996,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

p. 21). Sendo assim, é possível conhecer e descobrir as novas especificidades na qual a infância está inserida, essa que necessita ser identificada como etapa importante de desenvolvimento e aprendizagem. É preciso desmistificar essa concepção única que estamos acostumados a pensar, geralmente como uma infância urbana, de crianças organizadas, limpas, comportadas e de classe média esquecendo-se das outras e suas especificidades como sujeito, que tem uma parte importante na construção histórica e social, e não como mera invenção cultural. Esta é a mesma criança dos séculos passados que ainda necessita ser descoberta e valorizada na sua diferença e necessidades. Segundo Friedmann (2005) é importante contextualizar a criança à qual nos referimos, para a partir daí fazermos uma comparação com as teorias sobre desenvolvimento infantil. Uma visão enquanto real, com as quais convivemos diariamente, com famílias diferentes, ambientes diferentes, oportunidades diferentes e meios diferentes de aprendizagem.

O que vimos é uma sociedade que limita a criança e sua infância, esta lhe tira a oportunidade de brincar e de criar, se transformando em vítimas de uma globalização, cercadas por uma violência simbólica que julga valores fazendo-a um adulto com compromissos já estabelecidos pela sociedade. Assim ela se deixa caracterizar pelas transformações sociais culturais e econômicas influenciando seus comportamentos, que invadem e transformam o seu caráter infantil.

Difícil saber de quem é a responsabilidade de enfrentar tais dificuldades e desafios que acompanham a criança atual, se é das escolas, das famílias ou da sociedade. É possível perceber que as instituições escolares têm a grande oportunidade de fazer a diferença para que todas essas transformações ocorram, uma delas são aquelas atividades que envolvam o lúdico e a criatividade, que devem acontecer não só nos ambientes escolares, mas, em todos aqueles pelos quais a criança participa. Para que possam. “Resgatar uma infância com alma, com essência com significado, aquela na qual os pequenos e simples momentos, gestos, atitudes, saberes, brinquedos, contos, histórias, pinturas produções toques e olhares sejam significativos, valorizados” (FRIEDMANN, 2005, p. 11). Cabe à educação essa transformação, é preciso a inserção da criança na sociedade sem ser manipulada, é papel do educador ser um intermediador entre ela e o mundo. Entender que ambos são construtores de saberes, é preciso deixar a criança ser

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

ela mesma, em diferentes ambientes e contextos, são com os estímulos, com os rabiscos que elas vão ampliando a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

A educação e a infância hoje passam a ser amparadas pelas leis, políticas e programas que foram criadas para promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças. Com todas estas conquistas podem-se caracterizar as transformações que acompanham a infância como fatores importantes para a sua construção e valorização, estes que não deixam de estarem vinculadas também às instituições escolares que é por sua vez ambiente de construção social e integrador para a criança e suas descobertas. Sendo necessário, "compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais" (RCNEI, 1998, p. 22). É importante para as crianças serem reconhecidas não apenas pelas leis, neste primeiro estágio da vida, devemos ensiná-las, educá-las, auxiliá-las em suas dificuldades e valorizar suas conquistas, pois, é primordial e importante para a infância.

Desse modo, cabe à sociedade garantir os direitos da infância e as suas atuais determinações em nossos dias, dando seu valor devido, para que essa etapa seja capaz de trazer às crianças todas as oportunidades disponíveis para o seu crescimento, seja físico, social e intelectual. Somente assim, estaremos preparando nossas crianças para viverem esses novos tempos que se anunciam, carregados de novas necessidades, novos anseios, novos desejos e novos desafios.

DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA VISÃO DE PIAGET E VYGOTSKY

O desenvolvimento do ser humano é um processo que se constrói a partir de habilidades e de comportamentos que resultam da interação com outras crianças e adultos, a história de vida e seu contexto sociocultural. A conquista de novas habilidades está relacionada não apenas à faixa etária da criança, mas também com vivências com outras pessoas do seu grupo social.

Como relata Piaget (1896/1980, p. 10): "o desenvolvimento é fruto do processo de maturação e da necessidade de equilíbrio inerente a todo ser vivo, ou seja, à cada

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

mudança do meio externo ou interno ao indivíduo, ocorre uma mudança no seu comportamento na tentativa de atingir um novo estado de equilíbrio".

Piaget, em sua trajetória, preocupou-se com o desenvolvimento cognitivo da criança, buscando compreender como ela estrutura o conhecimento e se inclui no mundo que a cerca. Sendo assim, percebeu que à medida que a criança passa a conviver com as pessoas de seu cotidiano, ela entende que pode mudar a sua realidade, não só com atos externos, mas também internos. Pois, para ele, nós seres humanos passamos por muitas mudanças e processos vinculados a Assimilação, Acomodação e de Equilibração. A partir disso, Piaget considera a existência de estágios diferentes relativamente à inteligência, à linguagem e à percepção. Cada estágio é definido por diferentes formas de pensamento. A criança deve atravessar cada um segundo uma sequência. Se a criança não for estimulada não conseguirá superar o atraso do seu desenvolvimento. Assim, torna-se necessário que em cada um desses estágios, haja um tempo suficiente para interiorizar o conhecimento antes de avançar para o estágio seguinte.

Segundo Piaget existem quatro estágios de desenvolvimento (1978, p. 110): Estágio sensório-motor (zero a dois anos aproximadamente): esta etapa é caracterizada por atividades físicas que são dirigidas a objetos e situações externas; Estágio pré-operacional (por volta dos dois aos seis sete anos): nesta fase a criança vai construindo a capacidade de efetuar operações lógico-matemáticas (seriação, classificação); Estágio das operações concretas (sete a doze anos): Para Piaget é neste estádio que se reorganiza verdadeiramente o pensamento. Estágio das operações formais (doze a quinze dezesseis anos): A transição para o estádio das operações formais é bastante evidente dadas as notáveis diferenças que surgem nas características do pensamento.

A passagem de um estágio para o outro se dá quando as crianças observam outras crianças mais velhas quando estão a resolver problemas e notam que o fazem de uma maneira diferente da sua, por meio de regras que pertencem a outro estágio de desenvolvimento e, por isso, sentem-se perdidas. Então, a criança procura diminuir a distância que a separa das outras, mais velhas e, tentam aprender novas regras e, por consequência disso, iniciará a sua entrada no estágio seguinte. A aprendizagem de conceitos e de novas práticas de comportamento poderá ser realizada socialmente, pela

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

observação de outras pessoas. Sendo assim, o importante é a ordem dos estágios e não a faixa etária destes.

Para Vygotsky (1988), o funcionamento psicológico da criança estrutura-se a partir das relações entre o indivíduo e a sociedade, sendo que para ele, é esta relação que determina o desenvolvimento e a aprendizagem. Isso implica não somente em mudanças quantitativas, mas em transformações qualitativas do pensamento, dentro de um processo histórico e social. Que se dá por sistemas de símbolos, em que a linguagem tem seu papel primordial na formação e na construção do pensamento, num processo de internalização.

Como mostra Vygotsky (1988, p. 27):

> O momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então, duas linhas completamente independentes de desenvolvimento se convergem.

De acordo com o autor, o desenvolvimento infantil é produto da ação dos adultos que fazem a mediação no processo de aprendizagem das crianças. Nesta mediação, o adulto usa ferramentas culturais, tais como a linguagem e outros meios. É um processo de internalização, no qual a criança domina e se apropriam dos instrumentos culturais possíveis para sua aprendizagem.

Vygotsky enfatizava, portanto, o processo histórico-social e mostrou que a criança possui um nível de desenvolvimento, que ele nomeou de ZDP (zona de desenvolvimento proximal). "Qual é a distância entre o desenvolvimento real da criança e o seu desenvolvimento potencial" (LAKOMY, 2003, p. 43). Sua questão central é a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio, cabe então à escola elaborar estratégias para estimular a criança a avançar em sua compreensão e desenvolvimento, para seguir etapas posteriores.

Ao contrário do conceito de Piaget em que o indivíduo constrói a compreensão do mundo, o conhecimento sozinho, Vygotsky via o desenvolvimento cognitivo como dependendo da experiência social, com as pessoas e com os instrumentos do mundo da criança.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Considerando os fatos históricos das instituições de educação infantil é possível observar que ela tem sido encarada de várias formas: como função de assistência social, como função sanitária ou higiênica e, mais recentemente, como função pedagógica. Seu crescimento e seus objetivos junto ao processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, no sistema educacional, se dá através de objetivos concretos e reflexivos que qualificam essas instituições e seus princípios pedagógicos, que se destacam como fatores fundamentais para o ensinar e o aprender. Pois, a nova função da educação infantil deve estar associada a padrões de qualidade.

Diante disso, toda instituição de educação deve possuir um currículo, e desenvolver a organização do trabalho pedagógico baseando-se nele, mas o que permite a maior expressão do currículo é a prática pedagógica diária, realizada em sala de aula ou em outros espaços pedagógicos. Por meio deste, é possível identificar a estrutura das diversas áreas de conhecimento que compõem a organização curricular e suas atividades a serem desenvolvidas junto a instituição de educação infantil.

De acordo com o RCNEI (1998, p. 43):

> Para tanto estabelece uma integração curricular na qual os objetivos gerais para a educação infantil norteiam a definição de objetivos gerais e específicos para os diferentes eixos de trabalho. Desses objetivos específicos decorrem os conteúdos que possibilitam concretizar as intenções educativas. O trabalho didático que busca garantir a coerência entre objetivos e conteúdos se explicita por meio das orientações didáticas.

Entendemos que a organização das tarefas pedagógicas deve ser orientada pelo princípio básico de proporcionar à criança o desenvolvimento da autonomia, ou seja, a capacidade de construir as suas próprias regras e meios de ação. Toda essa organização pedagógica faz da educação infantil a fase de maior importância e que precisa ser valorizada e associada à vida da criança, pois, o cuidar, o educar e o brincar são fatores importantes que devem caminhar juntos para que o processo de desenvolvimento e aprendizagem aconteça. Cabe ao educador pesquisar e conhecer o desenvolvimento infantil para poder organizar atividades onde a criança possa experimentar situações das mais diversas.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A ação pedagógica que integra o cuidar e o educar sugerem também uma aproximação entre dimensões educacionais e sociais e propõe outro método que possa possibilitar a aprendizagem de maneira lúdica que é o brincar na infância, uma vez que a criança pequena aprende, se integra e se socializa com todos aqueles que estão ao seu redor por meio da brincadeira.

Como afirma o RCNEI (1998, p. 23):

> A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação.

Neste ambiente educacional onde a brincadeira é conteúdo indispensável na formação social da criança, usando-as em situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. Pois, "é pelo brincar que a criança aprende a expressar ideias, gestos, emoções, a tomar decisões, a interagir e viver entre pares, a conhecer e integrar-se no seu ambiente próximo a elaborar imagens culturais e sociais de seu tempo e, em decorrência, desenvolver-se como ser humano dotado de competência simbólica" (CIPRIANO, 2004, p. 11-20). O que se caracteriza em atividades próprias estimulando e exercitando seus sentidos, envolvendo todo o seu corpo com movimentos que se transformam em aprendizagem. É importante ressaltar que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada.

Fica, pois, claro que as novas funções da educação infantil devem estar integradas a padrões de qualidade. Essa que advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos. Nesse processo, a educação infantil poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades, de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes, capazes e saudáveis.

PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Considerando os fatos históricos que acompanharam as instituições de educação infantil, conta que a docência nestes estabelecimentos era uma novidade, apesar de já existirem poucos envolvidos nessa modalidade de educação desde os primeiros jardins de infância. Durante muitos anos esse trabalho foi realizado por profissionais sem formação específica, pois a educação das crianças não era vista como responsabilidade educacional, apenas como um direito assistencial das famílias. Hoje, "A formação de docentes para atuar na educação básica se fará em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. (BRASIL, 1996)". Contudo, muitos sistemas e instituições educacionais permanecem na situação de ter profissionais com ensino médio, tendo alguns incompletos, poucos com curso de Pedagogia, existindo ainda lacunas quanto a esta formação, sendo essencial para "A atuação profissional do professor, bem como a produção de conhecimento desse profissional, midiatizada pela leitura, pela escrita e pela reflexão da sua prática, são extremamente relevantes (MORENO, 2007, p. 61)."

Diante disso, é importante que a sua formação principie de pesquisa reflexiva sobre a área de atuação docente, por um ensino de qualidade que o faça transmissor e mediador do conhecimento infantil. Considerando que este profissional irá trabalhar diretamente com a criança, em uma fase de total importância para ela, este deve então, atingir as necessidades encontradas, o que requer uma formação mais transformadora, eficaz e de competência, visando o estímulo na sua prática educativa. Nessa perspectiva, faz-se necessário que os professores, nas instituições de educação infantil, tenham ou venham a ter uma formação inicial sólida de constante e permanente atualização em serviço.

Como relata o RCNEI (1998, p. 41).

> O trabalho direto com as crianças pequenas exige que o educador tenha uma competência polivalente. [...] Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla e profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Para que isto aconteça é preciso ter educadores que estejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como às questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis. Além de um empenho com o ensino e aprendizado da criança em suas fases e especificidades educativas. Estas que se caracterizam pelo uso da criatividade e diversidades de atividades que envolva a criança em sala de aula. Isto exige investimentos emocionais e conhecimento técnico-pedagógico.

De acordo com Monteiro (2002, p. 5):

> O educador deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. O educador é o mediador entre crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano.

Faz-se necessário compreender a aprendizagem da criança, observando seus aspectos próprios à educação infantil, como: Saúde, afeto, segurança, interação, alimentação, estimulação, brincadeira, entre outros, devem integrar o cuidar/educar de forma dinâmica. Pois com todos esses aspectos é possível estabelecer ligações, interações, relações desde que a ação pedagógica esteja em constante e total vigilância. Sendo capaz de auxiliar o aluno para que construa sua identidade histórica e cidadã, os quais o denominam como construtor da aprendizagem e da história. É preciso que a educação e o profissional seja algo novo que garanta a aprendizagem e o desenvolvimento da criança em todas as suas necessidades de conhecimento.

De acordo com RCNEI (2000, p. 12).

> Faz-se necessária uma revisão profunda dos diferentes aspectos que interferem na formação inicial de professores, tais como a organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que a resposta às necessidades da atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação inicial e os sistemas de ensino.

Para isso se faz necessário uma junção entre famílias, comunidades e escolas, fazendo com que essa formação responda às novas exigências da era global e as mudanças socioculturais, capaz de produzir conhecimentos sociais e polivalentes diante das

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

competências trabalhadas, deve ele estar em constante reflexão da sua prática e desafios, respondendo assim às necessidades educacionais.

Sendo assim, esses novos profissionais são também convidados a partir da compreensão da primeira infância, a promover os cuidados e a educação, construir vínculos a partir da afetividade. Precisa-se de professores que conheçam, e construam uma educação pela cidadania do aluno na infância, sendo ele também um profissional qualificado, visando um novo e moderno perfil do educador infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procurou-se compreender a importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança. Especialmente as que participam de instituição de educação infantil, buscando mostrar de maneira específica toda a trajetória histórica da educação infantil no Brasil, suas características, descobertas, mudanças e contribuições para o desenvolvimento infantil assim como os aspectos socioeconômico, cultural e político em que a criança está inserida.

A Educação Infantil desempenha um papel importante junto à criança, principalmente em seus primeiros anos de vida, a qual lhe permite uma maior participação e desenvolvimento na sociedade, interagindo e conhecendo sua identidade, autonomia, aprendizagem e especificidade.

Ressaltando que com a definição do tema, foi possível conhecer e identificar todo o crescimento histórico da educação infantil junto à sociedade e a família.

Com isso, fica comprovado que é necessária a contribuição de uma educação infantil de qualidade junto à criança, além de aprimorar seus conhecimentos e ampliar suas experiências.

Além de pesquisar sobre o histórico da educação infantil e os conceitos de infância, teve como meta identificar sua contribuição para o desenvolvimento da criança em seus aspectos físicos, cognitivos e emocionais e como etapa fundamental da educação básica.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Os resultados apontam que o professor, deve ter um olhar mais sensível junto à criança, sobretudo, deve desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade, o que possibilitará a integração e a socialização da mesma no ambiente escolar e social.

Toda esta pesquisa veio para aprimorar o conhecimento junto a esta faixa etária juntamente com a atuação a mais de oito anos, esta que deixa de ser assistencial para ter um objetivo pedagógico.

Sendo assim, foi possível retratar todo o crescimento educacional na qual a infância está vinculada. Espera-se que haja um melhor reconhecimento da educação infantil, não só como direito da criança, mas, sobretudo pelo fato de possibilitar-lhe o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARIÈS. Philipe. **História social da criança e da família.** São Paulo, perspectiva,1986

AROEIRA, Maria Luísa Campos. **Didática de pré-escola**: vida da criança: brincar e aprender. SP: FTD, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Art. 277,

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº. 9493/90. Brasília, DF: MEC, 20 de dez. 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA – SP, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BRASIL. **Diretrizes operacionais para a Educação Infantil.** Brasília/DF: MEC/SEF.. 2000.

DIDONET, Vital. **Educação Infantil.** Humanidades. Brasília. n, 43, 1991, p. 89-98.

FORTUNA, Tânia Ramos. **A Reinvenção da Infância**: Pátio Educação Infantil. Porto Alegre:ano II, N6,Dez 2004/Mar 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.43.

FRIDEMAN, Adriana. **O Que é Infância?:** Pátio Educação Infantil. Porto Alegre: ano II, N. 6,Dez. 2004/Mar. 2005.

HAYDT, Reguna Cazaux. **Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem.** 6. Ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

HERMIDA, J. F. (Org.) **Educação Infantil**: políticas e fundamentos. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

LAKOMY, A. M. **Teorias Cognitivas da Aprendizagem**. Curitiba: IBPEX, 2003.

MONTEIRO, João de Paula; MONTEIRO, Cláudia. **Cooperação passo a passo:** como inovar em desenvolvimento aplicando a cooperação. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

MORENO, Gilmara Lupion. **Organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil**. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado (Org.). Trabalho pedagógico na educação infantil. Londrina: Humanidades, 2007.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches:** Crianças, faz de conta & Cia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

_____. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, J. **Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Diefel, 1978.

TOMÁS, Catarina Almeida. **A Transformação da Infância e da Educação**: Algumas Reflexões Sócio-Histórica .Pidéia Ribeirão Preto,v.11, n.21.2001/ Disponível em:<http:// www.scielo.br/scielo.php?pid>. Acesso em: 20 jun. 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A Formação Social da Mente**; O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. 2. Ed. São Paulo.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XV

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO NAS ESCOLAS

Edna Maria Silva da Costa[49].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-15

RESUMO: A temática da inclusão sempre traz uma série de questionamentos e compreensões diversas, em especial diante das constantes mudanças pelas quais a sociedade passa, as exigências escolares são cada vez maiores, para a criança com necessidade educacional especial os desafios são ainda maiores. O objetivo do presente trabalho é compreender como se dá a educação inclusiva na atualidade a partir da participação da família e da escola nas ações, visando o processo de ensino e aprendizagem da criança com necessidade especial, independentemente de sua especificidade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental por meio da qual foram analisadas legislações importantes que tratam da obrigatoriedade da inclusão no âmbito da escola regular, dentre os quais os mais relevantes, citamos a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/06. Foi também elaborada entrevista com a família e professor de aluno especial, onde as mesmas puderam expor suas angústias e seus anseios mediante ao atendimento educacional especializado. Além disso, a pesquisa dialoga com autores como: Mantoan (2003, 2005), dentre outros teóricos que pesquisam a temática. A partir do estudo realizado pode-se concluir que, apesar das evoluções de inclusão ao longo do tempo e a defesa da Lei sobre os direitos das crianças, adolescentes e adultos que tem necessidades educacionais especiais, a sociedade escolar ainda tem muitas limitações no atendimento deste público, dificultando assim o processo de inclusão, todavia, há significativo crescimento, visto que, família e professores têm trabalhado juntos em benefício de suas crianças. A pesquisa aqui apresentada traz pontos relevantes para a inclusão escolar bem como a participação da família para esse processo.
PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação Especial. Escola.

REFLECTIONS ON THE IMPORTANCE OF SPECIAL EDUCATION AND INCLUSION IN SCHOOLS

ABSTRACT: The theme of inclusion always brings a series of questions and diverse understandings, especially in the face of the constant changes that society goes through, school requirements are increasing, for children with special educational needs the challenges are even greater. The objective of the present work is to understand how inclusive education takes place today, based on the participation of the family and the school in the actions, aiming at the teaching and learning process of children with special needs, regardless of their specificity. This is a bibliographical and documental research

[49] Pedagogia -UVA. Pós-graduação em educação infantil e alfabetização - FETREMIS, Pós-graduação em psicopedagogia, educação especial e inclusiva - Faculdade Dom Alberto. Pós-graduação em psicopedagogia institucional e clínica - ISEP. Professora da Rede municipal de ensino nas cidades de Guamaré/RN e Macau/RN. E-mail: edna.4004@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

through which important legislations were analyzed that deal with the mandatory inclusion in the scope of regular schools, among which the most relevant, we cite the Salamanca Declaration (1994) and the Law of Directives and Basis of National Education, Law No. 9,394/06. An interview was also carried out with the family and teacher of a special student, where they were able to expose their anxieties and anxieties through specialized educational assistance. In addition, the research dialogues with authors such as: Mantoan (2003, 2005), among other theorists who researched the theme. From the study carried out, it can be concluded that, despite the evolution of inclusion over time and the defense of the Law on the rights of children, adolescents and adults who have special educational needs, school society still has many limitations in meeting this public, thus hindering the inclusion process, however, there is significant growth, since family and teachers have worked together for the benefit of their children. The research presented here brings relevant points for school inclusion as well as family participation in this process.
KEYWORDS: Inclusion. Special education. School.

INTRODUÇÃO

A educação como um todo, vive uma constante inovação, seja pelas mudanças tecnológicas às quais as crianças e adolescentes são expostos, ou mesmo pela necessidade de flexibilidade, intuindo, sobretudo, receber de forma satisfatória todos os tipos de criança, independentemente de sua posição social e/ou religiosa (em geral advinda da família). Todavia, o presente trabalho estará centrado na inclusão de crianças com necessidades especiais, independente de qual diferença se trata; muitas questões são levantadas quando se fala em escola inclusiva, assim, no decorrer desta produção, vamos discorrer um pouco sobre como deve se dá a inclusão, bem como as responsabilidades da família no processo de aprendizagem de uma criança com necessidades especiais.

Partindo de um pressuposto de que todas as crianças, mesmo as que não têm nenhum tipo de deficiência, apresentam níveis de desenvolvimento diferenciados, o nosso objeto de estudo é a educação inclusiva e o papel da família e da escola no processo de ensino e de aprendizagem. Compreender o papel da escola na inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O presente trabalho busca entender a seguinte questão: qual o papel da família e da escola na inclusão e no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidade educacionais especiais?

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A promoção de uma escola inclusiva não é uma atividade simples, pois requer estudos constantes por parte de todos os atores da escola, um aprendizado que deve ser disponibilizado desde o porteiro até o gestor escolar. Faz-se necessário assumir, enquanto escola, um papel social, mudar paradigmas e analisar os possíveis problemas de maneira a buscar uma ligação entre o Ensino Regular e a Educação Especial, entendendo que futuramente a criança com necessidade especial será submetida a desafios tais quais os adultos sem deficiência.

A escola pode contribuir significativamente com o crescimento social de uma criança com necessidades especiais, quando trabalha de forma inclusiva, objetivando atender às diversidades e proporcionando educação a todos, aceitando o desafio atual, ou seja, trabalhando de forma a buscar a consolidação de uma escola inclusiva e de qualidade.

A escolha do tema proposto se deu a partir do desejo de demonstrar através de um estudo, pautado na pesquisa bibliográfica, como ocorre a educação inclusiva na atualidade, buscando mostrar que educação inclusiva não se limita às pessoas com deficiência, é um assunto que precisa de constante reformulação, à medida que novas limitações psicológicas ou de outros tipos surgirem.

É importante conhecer e compreender quais as políticas públicas que se referem à educação inclusiva, seus documentos legais e o que diz a LDB/96 – Lei de Diretrizes e Bases, tendo em vista que se trata de um documento de fundamental significado para o bom desempenho da educação escolar. Como referenciais teóricos, trabalhamos com autores tais como: Mantoan (2005, 2003); alguns Documentos Legais como a Declaração de Salamanca, entre outros. É preciso estar atualizado com o que é determinado em Lei sobre a inclusão, por vários motivos, mas em especial, para observar e apoiar os avanços, e buscar acabar com possíveis recuos que, porventura, venha a se fazer presente no sistema educativo.

DESENVOLVIMENTO

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Antigamente, tinha-se uma visão muito superficial em relação à pessoa com deficiência, seja qual fosse sua limitação, era entendido que estes não teriam competências necessárias para se desenvolverem socialmente. Suas diferenças os deixavam na escória social, eles eram xingados, considerados loucos e dignos de piedade, não eram aceitos como seres capacitados a conviver com as demais pessoas, ideias que eram de uma ignorância desmedida. As pessoas com deficiência findam por serem isoladas, e socialmente sacrificadas. Mesmo Aristóteles, famoso filósofo e pensador grego, acreditava que, se a pessoa não fala é porque não pensa, e se não pensa, não podia ser considerada humana.

Esse período em que se isolava a pessoa com deficiência da sociedade, já é parte da evolução, visto que antes do isolamento, coisas piores eram feitas. A história mostra que as visões e as ações voltadas para os cuidados com pessoas, em especial as crianças, com deficiências severas ou mesmo limitações simples, vêm evoluindo no decorrer do tempo. A história da inclusão no Brasil traz a amostra de conquistas, mas também relata políticas de grande exclusão da sociedade.

Segundo Pessotti (1984), apesar de não haver muitas literaturas que sirvam como referências históricas sobre as deficiências físicas, sabe-se que em Esparta, quando a criança nascia com algum tipo de deficiência física ou mental, eram consideradas sub-humanas, o que provocava sua morte ou abandono; essas ações indicam que não havia nenhum processo de interação com as crianças que apresentavam algum tipo de deficiência. Garcia diz que:

> Nesse sentido, são conhecidas as medidas de Esparta, povo de grandes exércitos, em que um conselho de anciãos examinava, imediatamente, após o nascimento de uma criança, suas características físicas. Se o conselho inferia que ele não possuía as qualidades referidas para chegar a ser um grande guerreiro, o bebê era jogado de uma grande montanha para ser eliminado. Medidas semelhantes ocorriam em outras sociedades, em que os pais podiam decidir abandonar seus filhos às feras por considerá-las com alguma formação inadequada (GRACIA, 2004, p. 18).

Fatos históricos estes que nos mostram que na antiguidade existia uma total falta de atendimento às pessoas com deficiência, ao contrário, eles eram perseguidos e eliminados em consequência de suas condições atípicas para a sociedade da época, que

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

ignorava o potencial que eles tinham, e o mais chocante era que tais atitudes eram consideradas normais.

Pessoti (1984) indica que apenas na Idade Média o tratamento às pessoas com deficiência começou a tomar outros rumos, embora ainda não fosse o que desejado, eles passaram a ser acolhidos em conventos ou igrejas, sob a condição de castigo ou caridade. Na verdade, a exclusão das pessoas com deficiência se dava a partir do incômodo que sua existência causava, sendo considerados dignos de piedade, isolando-os nos conventos, eles não causavam frustrações à sociedade; ou seja, eles não eram mortos, mas eram excluídos. Mendes (1995) afirma que foi no período da Idade Média que a institucionalização referente à pessoa com deficiência teve início; ao serem segregados e "protegidos" nos conventos ou igrejas, tinham tratamentos que variam entre o castigo e ações de caridade, o grau da deficiência é que determinava o tipo de tratamento que cada um teria.

Somente no Renascimento, que foi um movimento característico do século XV e XVI é que houve mudanças, este surgiu contrapondo-se às ideias da Idade Média, no referido período a cultura e os valores se voltam para o homem, assim ocorreram mudanças positivas para as pessoas com deficiência, pois minimizou o grau de ignorância e rejeição, e tinha início discussões sobre direitos e deveres deles.

Foi a partir do período renascentista que, conforme Jimenez (1994), surgiram os primeiros interessados em promover ações sociais em pró das pessoas com deficiência, dentre os quais, destacam-se: Bauer (1443-1485), que elaborou um estudo intitulado de – "De Invention Dialéctica", este fazia menção a um surdo-mudo, que conseguia comunicar-se por escrito. A partir deste fato, o médico Jerônimo Cardan (1501-1576), tinha aparato real para questionar o princípio defendido por Aristóteles, sobre a impossibilidade de pensar quando não há meio de comunicação pela palavra.

As mudanças se seguiram com o frade Pedro Ponce de Léon (1509-1584), este se dedicou à educação de 12 crianças com surdez, e a partir do sucesso obtido na empreitada, escreveu o livro com o título de – "Doctrina para los surdos-mudos"; por seu feito, foi considerado o iniciador do ensino para surdos e criador do método oral. Em 1755, Charles Michel de l'Epeé (1712-1789) criou a primeira escola pública para surdos; mesmo sendo

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

uma ação benéfica para o deficiente de surdez, não seria uma atividade adequada para o século atual, visto que sendo uma escola apenas para surdos, eles não estavam sendo incluídos no meio social "normal" (JIMENEZ, 1994).

Dando continuidade às mudanças ocorridas em voltadas às pessoas com deficiência, em 1784, Valentin Haüy (1746-1822), fundou em Paris um instituto para crianças com deficiência visual. O instituto tinha entre seus alunos, o criador do sistema de leitura e escrita, conhecido por sistema Braille, o cego Louis Braille (JIMENEZ,1994).

A época do Renascimento foi marcada, segundo Carmo (1991), por grandes personalidades da área cultural, da ciência, arte e música, alguns grandes nomes destes segmentos tinham alguma deficiência, entre eles, destaque para Luís de Camões, que perdeu um dos olhos em luta; Galileu Galilei, que ficou cego no fim de sua vida. Johannes Kepleer, que foi um astrônomo e matemático alemão, considerado figura-chave da revolução científica do século XVII, ficou cego aos quatro anos de idade, deficiência essa causada por sarampo. Ludwig Von Beethoven, que no final de sua vida ficou surdo. Como pode-se constatar, os tipos de deficiência que começavam a ser aceitas e trabalhadas no meio social, mesmo que de forma restrita, só se referem aos aspectos físicos; mesmo no Renascimento, o deficiente mental permanecia segregado e não tinha espaço na sociedade, assim, à eles era negado as oportunidades de aprendizado.

Somente no final do século XVIII e início do século XIX é que começa a se desencadear estudos voltados para a compreensão das deficiências mentais; isso se deu através de Jean Itard (1775-1838), foi através de suas pesquisas que se deu os primeiros passos para o desenvolvimento da pedagogia da inclusão social. Esse estudioso dedicou parte de sua vida na recuperação de um menino com deficiência mental profunda, seus esforços para compreender, incluir e socializar essa especificidade de deficiência, o deixou conhecido como "pai da Educação Especial", Fossi (2010). Cardoso diz que: [...] nasce talvez a primeira tentativa para educar e modificar o potencial cognitivo [...] devendo-se a Itard o primeiro esforço e estudo sistemático de reabilitação de uma criança diferente (CARDOSO, 2006, p. 16).

Os estudos de Itard no início do século XIX, foram usados como base para a revolução da Educação Especial. As pessoas com deficiência passam a ser vistos de forma

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

mais amena, menos assustadora; todavia, apesar de a sociedade ter consciência do que é correto fazer, o quadro de exclusão permanece, visto que o atendimento prestado às pessoas com deficiência se centra em aspectos mais assistenciais do que educativos. Cardoso (2006, p.16) revela que a assistência proporcionada em centros especializados para lidar com pessoas com deficiência, tinha como objetivo "proteger" a sociedade do contato com os "anormais"; foi um período em que se perpetuou a segregação às pessoas com deficiência, na mesma época foi criada as escolas chamadas de especiais. Cardoso (2006) diz que as políticas públicas desse tipo de escola eram claras, cujo objetivo era de separar e isolar as crianças com deficiência; dessa forma, comprova-se que a sociedade prestava assistência, mas não oportuniza a inclusão.

No Brasil, a Educação Especial teve início a partir dos estudos de Mendes (1995) e Dechichi (2001), porém os referidos pesquisadores deixam claro que não é uma tarefa simples delinear essa história no Brasil, de forma que não se encontram registros literários e sistematizados sobre o tema.

No Brasil, a história da Educação Especial teve características diferentes das observadas nos países europeus e norte-americanos, segundo os referidos pesquisadores. No século XIX pensava-se na criação de escolas para crianças com necessidades especiais, o que não é de fato, o retrato de uma educação inclusiva, visto que as crianças só teriam contato com outras com deficiências tais qual ela própria. Em consequência dos poucos recursos financeiros, poucas escolas foram criadas, pois além da necessidade de um espaço físico adequado, era preciso profissionais especializados. O país afirmava não ter recursos para custear todas as necessidades advindas da abertura de uma escola assim.

Conforme documentos citados pelo Ministério da Educação a criação de instituições direcionadas às pessoas com deficiência de diferentes aspectos tiveram início na época do império, conforme é explicitado.

> No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (BRASIL, 2010, p. 11).

Somente em meados do século XX é que teve início um movimento a favor da inclusão. A palavra "inclusão" traz em si uma infinidade de significados intrínsecos, é oportunizar a cidadãos, antes socialmente exilados, a oportunidade de conhecer, entender e viver da forma que ele considera melhor. Dessa forma, a escola inclusiva é o lugar social onde melhor se pode promover a inclusão, pois conhecer e respeitar as peculiaridades do outro é um aprendizado. Assim, no século citado, as escolas ditas "normais" passam a receber alunos com deficiência, houve rejeição nas escolas públicas em aceitar essas crianças, visto que, não se sentiam pedagogicamente preparadas para lidar com as mesmas (MENDES, 1995).

No século atual, apesar das significativas evoluções quanto ao atendimento e aceitação às pessoas com deficiência, ainda existe um pouco de rejeição. Atualmente algumas leis defendem o processo de inclusão das pessoas com deficiência, mas conforme Aranha (1995), no século passado esse direito não era assegurado.

> Nos anos 60 e 70, grande parte dos países, tendo como horizonte a Declaração Universal dos Direitos Humanos, passou a buscar um novo modelo, no trato da deficiência. A proposição do princípio da normalização contribui com a ideia de que as pessoas diferentes podiam ser normalizadas, ou seja, capacitadas para a vida no espaço comum da sociedade (ARANHA, 1995, p. 12).

Os direitos da criança com deficiência são assegurados, e o direito à escola de qualidade é fundamental, pois é a partir do convívio com as demais crianças que eles se serão incluídos e poderão, com ajuda de profissionais capacitados, socializar-se e aprender algumas coisas. Vale salientar que o aprendizado cognitivo não é prejudicado quando as deficiências são apenas aspecto físico.

Apesar das muitas limitações referentes à educação especial e inclusiva, foi por meio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO que mudanças significativas ocorrem quanto ao seu conceito, ancorados em um projeto que tem reconhecimento a nível mundial, como a UNESCO, promove-se uma nova visão, que dá ênfase a novos enfoques educativos em diferentes partes do mundo.

> Falar de necessidades educacionais especiais implica enfatizar aquilo que a escola pode fazer para compensar as dificuldades do/a aluno/a, já que neste enfoque, entende-se que as dificuldades para aprender têm caráter interativo e

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> dependem não apenas de limitações dos/as aluno/as, mas também da condição educacional que lhe é oferecida. (CARDOSO. 2006, apud Costa, 2016, p. 10).

Isso quer dizer que as crianças com necessidades especiais requerem cuidados diferentes, isso desde o convívio familiar até a escola, que se acredita estar preparada para disponibilizar o apoio necessário para lidar com os diferentes tipos de deficiência. No entanto, os cuidados não precisam ser isolados dos cuidados com os demais alunos, pois a forma como ele é tratada no meio dos demais o faz sentir-se ou não incluído na sociedade escolar.

Enfim, o que se pode constatar é que foi a partir das décadas de 1980 e 1990 que ocorreram as mudanças mais expressivas em se tratando dos cuidados dispostos às pessoas com deficiência, mudanças essas que incluem o Brasil. A Educação Inclusiva é muito importante e ganhou ainda mais visibilidade a partir da orientação de que:

> As escolas regulares com orientação para educação inclusiva, são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos (CARDOSO, 2006, p. 21).

A colocação de Cardoso (2006) explicita o quanto é interessante que crianças com alguma deficiência convivam com as crianças sem deficiência, pois elas aprendem valores morais como respeito, solidariedade, compreensão, entre outros. Parafraseando o que diz a Declaração de Salamanca – A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas. – A reciprocidade no saber é o que torna a socialização enriquecedora para todos.

Ao nos referirmos aos desafios ligados à Educação Inclusiva, podemos observar que este não é apenas deixado sob a responsabilidade da escola. Os desafios começam no âmbito familiar, quando a família precisa aprender continuamente a lidar com determinado tipo de deficiência; é um desafio para escola quando se observa pelo prisma de que a instituição recebe diferentes especificidades de deficiências, além de alunos denominados “normais”, mas que também requerem um olhar diferenciado. No entanto, o maior desafio é das próprias pessoas com deficiência, que precisam ser constantemente submetidas a novos desafios.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O conceito de inclusão apresenta uma diversidade de significados e pode ser um termo carregado de dúvidas estimulando assim, o mau uso da expressão. Para Ferreira (2010, p. 93, apud SILVA, 2015, p. 134), "[...] incluir é o mesmo que compreender, que por sua vez, quer dizer entender, alcançar com a inteligência.".

O processo de inclusão escolar não é satisfatório apenas para as pessoas com deficiência, mas também para os ditos "normais", visto que, diante da convivência com desenvolverá censo de respeito, cidadania, solidariedade, atributos estes fundamentais para a construção de um cidadão. De acordo com Mantoan (2005):

> Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. E para o estudante com deficiência física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já a inclusão é estar com, é interagir com outro (MANTOAN, 2005, p. 96).

A afirmação de Mantoan (2005) mostra claramente a diferença entre incluir e, simplesmente, receber a criança com deficiência. Apesar das muitas conquistas das pessoas com deficiência na sociedade, ainda é perceptível o preconceito velado, algumas pessoas ainda praticam a segregação em relação às pessoas com deficiência; dessa forma, a escola que é o meio social de maior impacto na construção e desenvolvimento do saber, precisa, de fato, encarar os novos desafios ligados à inclusão e buscar meios que auxiliem na geração de seres mais inteligentes quanto ao trato com o semelhante.

Prieto (2006) diz que:

> a educação inclusiva tem sido caracterizada como um "novo paradigma", que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, consequentemente, nos sistemas de ensino (PIETRO, 2006, p. 40).

A concepção da educação inclusiva constitui, portanto, um novo enfoque para a educação, trazendo contribuições valiosas para a reflexão sobre a transformação conceitual à prática do sistema educacional. Sanchez (2005, p. 07) defende a educação inclusiva como direito e prevalência de um único sistema educacional para todos.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Segundo Silva (2010, p. 81), sabemos que somos todos iguais, nascemos e possuímos os mesmos direitos e deveres sem haver distinção de raça, credo, etnia ou até mesmo sociocultural. Todo cidadão tem por direito conviver com outros sem que sofra qualquer tipo de descriminação, ou atitude preconceituosa. Porém quanto mais deficiências se têm se percebe que menos direito é concedido.

Fazendo ainda referência a citação de Silva (2010) o direito à convivência deve estar acima de qualquer outro, pois é nele que se aprendem as maiores lições que a vida nos impõe, através dela as pessoas desenvolvem suas criatividades e se mostram como um indivíduo colaborador nesta sociedade. Na escola a interação com os alunos ditos "normais" faz com que esses alunos façam parte deste contexto, em que a convivência entre as diferenças se aprende o que é viver sob a perspectiva do olhar do outro.

Sampaio (2009, p. 63) com base na teoria de Vigotsky, escrevem:

> Se construir conhecimentos implica uma ação compartilhada, já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas, a diversidade de níveis de conhecimento de cada criança pode propiciar uma rica oportunidade de troca de experiências, questionamentos e cooperação. A aceitação da criança deficiente pelos colegas vai depender muito do professor colocar em prática uma pedagogia inclusiva que não pretenda a correção do aluno com deficiência, mas a manifestação do seu potencial. A escola, nesta perspectiva, deve buscar consolidar o respeito às diferenças, vistas não como um obstáculo para o cumprimento da ação educativa, mas como fator de enriquecimento e melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, tanto para alunos com deficiência quanto para aqueles sem deficiência (SAMPAIO, 2009, p. 63).

Em consonância à citação acima descrita, o professor deve criar meios que levem os alunos a aprender por meio da convivência entre os educandos e deixar manifestar o potencial de cada um, consolidando os saberes adquiridos. A deficiência destes alunos não pode ser uma barreira que impeça a manifestação da capacidade que cada um deles tem neste processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim uma escola inclusiva, a escola deve representar com lealdade a ideia de que o indivíduo tem o seu papel de cidadão atuante em uma sociedade.

Então este conceito de que a escola não exclui ninguém, independente da deficiência que ela tenha, assume assim a responsabilidade de atender essas crianças dentro da sua necessidade, fazendo assim valer o direito delas frequentarem a escola e nela avançar em conhecimento dentro de sua realidade.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> [...] a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 7).

Analisando a resolução acima podemos afirmar que o ensino educacional especializado ultrapassa as relações dentro da escola, transformando o ambiente escolar em um lugar de proporcionar a esses educandos a oportunidade de um ensino qualificado e direcionado a suas deficiências e especificidades. Segundo Bueno:

> A escola inclusiva é um desafio, pois os sistemas pouco ou nada fazem, a inclusão exige modificações profundas, que demandam ousadia, prudência, política efetiva, oferecendo às crianças com deficiência educação de qualidade para que seja uma escola única e democrática (BUENO, 2001, p. 27).

Usando a citação de Bueno (2001) percebemos que a escola inclusiva deve reconhecer as deficiências dos educandos buscando a participação e o progresso de todos, utilizando práticas pedagógicas que atendam às necessidades dos alunos. É bem verdade que a adoção imediata de tais práticas vai depender das inúmeras mudanças que terão que acontecer na sala de aula, escola e além dela. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

Um dos maiores desafios enfrentados pelas escolas é a formação de professores do atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais. Prieto (2006), a expansão do acesso de alunos com necessidades educacionais especiais às classes comuns, constatável principalmente desde a última década do século XX, demanda investimentos de diversas naturezas para também assegurar a permanência desses educandos. O professor Xavier (2002) considera o seguinte:

> a construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam excluem, e ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania (XAVIER, 2002, p. 19).

Como já foi mencionado anteriormente, inclusão não é somente direcionar os discentes dentro da sala de aula, porém é compreender suas limitações fazendo o uso de estratégias para que possam ser superadas. Valorizar a especificidade desses alunos, por

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

meio de mecanismos que contribuam para o desenvolvimento educacional é uma forma de contribuir para o potencial de cada um deles.

CONCLUSÃO

O projeto e construção de uma escola com boa qualidade para todos, tendo por preceito à inclusão é desejada por todos os atores que fazem parte das instituições de ensino – gestores, professores, alunos, pais e sociedade como um todo, entretanto, apesar de existir a consciência sobre a importância de ações que promovam a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, existe também os entraves, muitos deles financeiros e dificuldades pessoais (dos profissionais) para se especializarem sobre as novas adequações.

O professor precisa redobrar sua atenção e ter domínio de tudo ou pelo menos quase tudo que acontece. Em consequência das dificuldades de adequação das escolas e profissionais, muitas vezes as crianças com alguma deficiência são inseridas, mas não incluídas, ou seja, elas estão presentes na sala de aula, mas não participam efetivamente das atividades propostas, não têm suas potencialidades inerentes trabalhadas, o que faz com que ela permaneça excluída do processo de ensino-aprendizagem.

A partir das leituras executadas, pode-se concluir que para que haja, de fato, a inclusão, o professor, bem como a escola precisa ser preparado para isso. Em sala faz-se necessário que sejam desenvolvidas atividades que possam atender as limitações do aluno especial, mas não o individualizando, é preciso ousar, estimular, provocar o crescimento cognitivo de todos. Ainda é possível salientar a importância da família para que a criança tenha um bom desempenho. Escola e família devem caminhar juntas no processo de aprendizagem.

Muitos professores entendem que para existência de uma educação que, na prática, inclua todas as crianças com alguma deficiência e não apenas às insira na sala de aula, as mudanças não podem ocorrer apenas no profissional que está diretamente ligado ao aluno – o professor; é necessário que todos participem da mudança – escola e família, entendendo que todo o ambiente escolar deve estar voltado para a inclusão.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A inclusão ainda pode parecer uma quimera, mas ela precisa se tornar real a cada dia, pois não é aceitável que ainda tenham escolas e profissionais que se recusem a admitir a necessidade das mudanças. A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola exige profundas modificações no sistema de ensino, mas não acontece de uma hora para outra, é uma ação gradativa, contínua, sistemática e planejada, e certamente terá sucesso se o objetivo for favorecer o aprimoramento do alunado e houver o empenho dos profissionais ligados à educação.

No entanto, sabe-se que não depende exclusivamente da boa vontade dos profissionais, os poderes políticos precisam disponibilizar condições para que as modificações físicas (no prédio) e as formações (para os profissionais) ocorram. Para fortalecer a obrigatoriedade da inclusão na escola, tem-se os termos legais, institucionalizados pela LDB (BRASIL, 1996), pela Declaração de Salamanca (1994), entre outros documentos que defendem os direitos da criança com deficiência e os deveres da escola para com estes.

Enfim, é preciso desnudar-se de preconceitos, pois a inclusão requer um novo olhar de todos, não é fácil para ninguém, mais do que um olhar profissional, é preciso um olhar humano; ter práticas reflexivas, posicionar-se frente às dificuldades de forma consciente, buscando promover uma educação inclusiva, desenvolvendo mais do que saberes pontuais e conteúdos programáticos, mas oferecer a oportunidade da criança com necessidades educacionais especial de vislumbrar novos horizontes e possibilidades de crescimento.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F., LARANJEIRA, M.I. **Brasil, século XX, última década.** Mímeo, 1995.

BRASIL. MEC. **Política Nacional de Educação**. Brasília, 2010.

BRASIL: Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado.** Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

BUENO, J.G.S. **A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular**. Temas sobre o Desenvolvimento. São Paulo: vol.9, n.8, 2001, p. 21-27.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, "recupera" e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

CARDOSO, M. S. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada. In: STOBÃUS, C. D. e MOSQUERA, J. J. M. **Educação Especial:** em direção à educação inclusiva. 3 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

FOSSI, Giovana de Cássia Gonçalves. **Necessidades Educativas Especiais E A Inclusão Escolar.** Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Especialista em Prática Interdisciplinar. FACULDADE CAPIVARI. Capivari de Baixo (SC), 2010.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira.** 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciência da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GÓMEZ, A. P. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo**.** In: NÓVOA, A. (org). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

JIMENEZ, R. B. (org) **Necessidades educativas especiais**. Dinalivro: Lisboa, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar de deficientes mentais**: que formação para professores? In: MANTOAN, Maria Teresa Egler. (org.) A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças.** In Nova Escola, maio de 2005.

MENDES, E. G. **Deficiência mental:** a construção científica de um conceito e a realidade educacional.1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

_____. **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos, Rosângela Gavioli Prieto: Valéria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

SANCHEZ. **Defende a educação inclusiva como direito e prevalência de um único sistema educacional para todos.** 2005.

SILVA,Sergio Gomes. **Direitos Humanos**: entre o princípio da igualdade e a tolerância, 2010 Revista Praia Vermelha/Rio de Janeiro.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

SAMPAIO, CT. and SAMPAIO, SMR. **Educação inclusiva:** o professor mediando para a vida [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0627-7. Available from SciELO Books

XAVIER, A. G. P. **Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva**. In: Revista Interação. p.19, Vozes, 2002.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XVI

A RELEVÂNCIA DO SUPORTE PSICOPEDAGÓGICO FRENTE ÀS DIFICULDADES DE ALUNOS COM DISLEXIA

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes[50]; Francisca Tamires Medeiros da Silva Leandro[51]; Diôgo Hermógenes da Silva Moreira[52]; Aurineide da Silva Pimentel[53]; Taise Meire Bezerra Lira de Aquino[54]; Shirley Machado da Costa[55]; Maria Antônia Teixeira da Cunha Martins[56].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-16

RESUMO: A presente pesquisa busca fazer uma abordagem à Psicopedagogia Institucional junto à Dislexia, considerando que se trata de um transtorno no desenvolvimento da linguagem que afeta a aprendizagem nos âmbitos da soletração, da leitura e da escrita, e que a psicopedagogia institucional serve de suporte para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem desses alunos. Realizamos uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, atrelado às ideias de teóricos, a saber: Osti et al. (2005); Damiani (2012); Berger (1975) e Ciasca (2003), entre outros, tendo em vista o fato de que um aluno disléxico tem um nível de inteligência normal, mas que também apresenta dificuldades no âmbito escolar, abordando depoimentos de um professor de um aluno disléxico em relação a metodologia de trabalhos e técnicas para lidar com tal dificuldade, estabelecendo uma correlação das partes envolvidas no processo de ensino-aprendizagem, a saber, o professor e o psicopedagogo, mediador deste processo.
PALAVRAS-CHAVE: Psicopedagogia. Dislexia. Professor. Ensino-Aprendizagem.

THE RELEVANCE OF PSYCHOPEDAGOGICAL SUPPORT IN THE FACE OF DIFFICULTIES OF STUDENTS WITH DYSLEXIA

ABSTRACT: The present research seeks to approach Institutional Psychopedagogy with Dyslexia, considering that it is a language development disorder that affects learning in the areas of spelling, reading and writing, and that institutional psychopedagogy serves as a support to assist in the teaching-learning process of these students. We carried out a qualitative bibliographic research, linked to the ideas of theorists, namely: Osti et al.

50Pós-Graduada em Mídias na Educação (UERN). Docente no Município de Macau/RN. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9198-6746. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5956672837215695. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com.
51 Graduada em Letras - Língua Portuguesa - UERN. Pós-graduada em Psicopedagia Clínica e Institucional -ISEP. Graduação em Pedagogia (cursando) - Centro Universitário Dom Bosco. Professora da educação básica no município de Macau/RN. E-mail: tamymedeiros28@gmail.com
52 Graduado em pedagogia – Faex. Pós-graduado em música - Faveni. Pós-graduação em educação infantil e anos iniciais (cursando) - Faveni. Professora no município de Guamaré/RN e Jandaíra/RN. E-mail: diogojupd@gmail.com
53 Pedagoga. Professora da Educação básica. E-mail: aurineide.pimentel@hotmail.com
54 Graduada em pedagogia - UNP. Pós-graduada em Educação infantil – FACESA. Pós-graduação em AEE e Educação Especial (cursando) – Ipebras. Professora da Educação Especial no município de Guamaré RN. E-mail: taise.assu@gmail.com
55 Graduada em Pedagogia - Faculdade Estácio do Amapá. Pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva (cursando). E-mail: shirleyycosta.14@gmail.com
56 Graduação em pedagogia - UFRN. Pós-graduação em educação infantil, faculdade integradas de patos. Pós-graduação em educação especial - FAVENI. Professora do município de Guamaré/RN. E-mail: mariaantoniat160@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

(2005); Damiani (2012); Berger (1975) and Ciasca (2003), among others, in view of the fact that a dyslexic student has a normal level of intelligence, but also has difficulties in the school environment, addressing statements by a teacher of a dyslexic student in relation to the methodology of works and techniques to deal with such difficulty, establishing a correlation of the parts involved in the teaching-learning process, namely, the teacher and the psychopedagogue, mediator of this process.
KEYWORDS: Psychopedagogy. Dyslexia. Teacher. Teaching-Learning.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo discorrer acerca questão relativa à intervenção psicopedagógica em alunos com dislexia que são inseridos no ensino regular. Fundamentados na ideia de que se falar em dislexia nos dias de hoje nos possibilita abrir um leque de informações acerca desse transtorno.

Considerando o fato de que o número de crianças que se inserem mais cedo nas escolas tem aumentado, e por consequência disso, o número equivalente a crianças com problemas de aprendizagem também. Mais especificamente, no caso de nossa pesquisa, os alunos com dislexia nas escolas têm crescido de forma considerável. Assim, faz-se necessário a função do psicopedagogo nessa instituição, para que cada vez menos, esses problemas venham a afetar a aprendizagem. Este, por sua vez encaminha a criança a outro profissional para que haja um tratamento específico atrelado ao seu trabalho.

Sabemos que a atuação do psicopedagogo na escola é de fundamental importância na prevenção desses problemas e distúrbios de aprendizagem, posto que, quando há prevenção não há a necessidade de tratamento, e isso facilita bastante o processo de ensino-aprendizagem na escola. No entanto, quando o problema já está instalado, cabe ao psicopedagogo, agora, atuar não com a prevenção, mas com a intervenção.

Ou seja, não é de agora que tal transtorno perpassa nossas escolas, através de alguns alunos. Há alguns anos já vem sido abordadas algumas questões sobre essa temática: o primeiro trabalho sobre dislexia foi citado em 1872, por Reinhold Berlin, seguido por James Kerr em 1897. James Hinshelwood, em 1917, publicou uma monografia sobre “Cegueira Verbal Congênita”, que encontrara pacientes com inteligência normal e com dificuldade para aprender a ler e escrever. Partindo dessa premissa, nossa pesquisa se deu de forma qualitativa, através da qual abordamos algumas

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

dificuldades apresentadas pelos alunos com dislexia, bem como ainda por parte de professores que convivem com esses alunos no dia a dia escolar.

Sabemos que, em uma perspectiva discursiva primária, a educação escolar é concebida como um dos fatores cruciais para o desenvolvimento crítico, social e intelectual do indivíduo e que é através dela que o homem consegue inserir-se e galgar seu espaço na comunidade, e que cabe ao professor o papel fundamental nesse processo de inserção. Salientando que o aluno disléxico também se inclui nesse processo e que, para tanto o professor terá que utilizar estratégias de ensino que promovam tal inserção do aluno na sociedade.

Em suma, nosso artigo aborda a relevância da relação professor e psicopedagogo institucional, em busca de compreendê-la em prol de um bom desempenho no processo de ensino-aprendizagem, pois acreditamos que a didática com um olhar psicopedagógico em sala de aula contribui efetivamente para uma aprendizagem significativa.

Realizamos uma pesquisa qualitativa, considerando que esse tipo de pesquisa é dotado de uma subjetividade através de uma investigação, apresentando particularidades e experiências acerca do nosso tema, a saber a dislexia e a psicopedagogia, apontando então, nosso ponto de vista em relação ao assunto abordado.

Para tanto, nos atrelamos às ideias de teóricos que contemplam as áreas abordadas, a saber: a psicopedagogia e a dislexia. Os quais nos trazem fundamentos relevantes sobre nosso tema.

Segundo Osti et al. (2005) há muitos alunos com problemas de aprendizagem e, para isso existe o psicopedagogo: para auxiliar o processo de aprendizagem do aluno e para orientar o professor de como fazê-lo da melhor forma, ou seja, o psicopedagogo é de suma importância para auxiliar tanto o professor quanto o aluno com dificuldades de aprendizagem. No nosso caso, o aluno com dislexia. Sobre a psicopedagogia, Damiani (2012) nos relata que nasceu no Brasil em meados dos anos 1970 devido ao grande número de crianças com fracasso escolar. (p.5), ou seja, nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem. Acerca do psicopedagogo e seu papel, Bossa (2000) nos alerta que o este deve ser um multiespecialista em aprendizagem

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

humana, buscando conhecimento em outras áreas científicas e técnicas, para assim intervir no processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Assim, trata-se de uma área que contempla as dificuldades de aprendizagem dos alunos, buscando meios que facilitem ou possibilitem um desempenho satisfatório no processo de ensinoaprendizagem do indivíduo.

Em relação à dislexia, Giacheti e Capelini (2000) nos dizem que "é um distúrbio neurológico de origem congênita, que acomete crianças com potencial intelectual normal, sem déficits sensoriais" que compromete a leitura e a escrita do aluno, e pode se acentuar mais entre os seis e sete anos. Para Berger (1975) e Ciasca (2003) a dislexia é um transtorno de leitura e escrita cujas consequências afetam o rendimento escolar do aluno, fato que o deixa inferior ao que se busca em relação à idade cronológica do indivíduo quanto sua escolaridade e seu potencial. Rotta e Pedroso (2007) vão nos mostrar que a dislexia pode-se encontrar em diferentes categorias: uma pressupõe o déficit fonológico, a segunda déficit na nomeação rápida e a terceira inclui as duas anteriores em uma só: a teria do duplo déficit, a qual está relacionada a dificuldade tanto de leitura, quanto de escrita das situações anteriores, constituindo assim formas graves de dislexia.

Entendemos assim que a dislexia é uma dificuldade de aprendizagem que, não possui cura, mas tratamento para o caso, o que se torna um processo longo que requer persistência e uma equipe multidisciplinar que envolve profissionais que vão desde o professor ao fonoaudiólogo e demais áreas afins, os quais são fundamentais para a convivência e superação dessa dificuldade. Assim, compilamos nossa pesquisa em quatro capítulos os quais contemplam nossa temática de forma clara e específica e possibilitam a compreensão de nossas ideias.

Nesse sentido, nosso propósito é apresentar essa didática através da intervenção psicopedagógica como auxílio ao professor nesse contexto que envolve o processo de ensino-aprendizagem.

Esperamos contribuir de forma relevante com professores que lidam com alunos disléxicos, bem como nortear a pais sobre o trabalho dos psicopedagogos em relação a sua práxis na instituição de ensino, a fim de que haja um bom desempenho em ambos os

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

trabalhos realizados por tais profissionais, os quais possuem papel importante no processo de aquisição e desenvolvimento da aprendizagem.

CONCEITUAÇÃO DE PSICOPEDAGOGIA

Sabemos que ao se falar em distúrbios de aprendizagem, surge a ideia contraditória a respeito do conceito, pelo fato de que geralmente se usam os termos dificuldade e transtorno como sinônimos, sendo que cada um possui sua singularidade ao passo que se estuda a aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem estão relacionadas a problemas externos que podem se desencadear do contexto pedagógico e/ou cultural em que o sujeito está inserido, ou seja, são de origem orgânica, é extrínseco ao indivíduo. Enquanto os transtornos são de origem congênita ou adquirida, pois estão relacionados a problemas contraídos durante a gestação, ou causado por acidentes, que provocam disfunções cerebrais nas áreas envolvidas no ato de aprender. Ou seja, tais problemas são intrínsecos.

Nesse sentido, Damiani (2012) nos relata que “a Psicopedagogia nasceu no Brasil em meados dos anos 1970 devido ao grande número de crianças com fracasso escolar.” (p.5), posto que havia crianças que tinham de fato uma deficiência mental, e outras que, apesar de inteligentes, não apresentavam bom desempenho na escola, especificamente a psicopedagogia escolar, cujo trabalho está diretamente relacionado com o processo de ensino-aprendizagem, no qual estão envolvidos: o professor e o aluno.

Ou seja, a psicopedagogia nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem e se tornou uma área de estudo específica, que busca conhecimento em outros campos e cria seu próprio objeto de estudo.

Conforme Osti; Júlio; Torrezin; Silveira (2005) há muitos alunos com problemas de aprendizagem e, para isso existe o psicopedagogo: para auxiliar o processo de aprendizagem do aluno e para orientar o professor de como fazê-lo da melhor forma (OSTI; JÚLIO; TORREZIN, 2005, p. 05), ou seja, o psicopedagogo é de suma importância para auxiliar tanto o professor quanto o aluno com dificuldades de aprendizagem. No nosso caso, o aluno com dislexia.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Assim, podemos dizer que a Psicopedagogia se remete a buscar a identificação do possível problema que afeta a aprendizagem do aluno, mediante seu comportamento e/ou relação nos contextos sociais em que convive.

Visca nos diz que a Psicopedagogia foi inicialmente uma ação subsidiada da Medicina e da Psicologia, perfilando-se posteriormente como um conhecimento independente e complementar, possuída de um objeto de estudo, denominado de processo de aprendizagem, e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios (VISCA 1987 apud BOSSA, 2000, p. 21).

Assim, a psicopedagogia no Brasil passou por todo um processo de regulamentação. Seu verdadeiro papel foi constantemente indagado quanto a sua coerência.

Os primeiros profissionais a adentrarem no campo da Psicopedagogia foram os da educação, conforme já dito anteriormente, com o intuito de ajudar essas crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem, as quais eram atribuídas a distúrbios que as impediam de assimilar o conhecimento, e por conseguinte, as impediam de aprender. Ou seja, a culpa era diretamente atribuída ao aprendiz e ponto.

Nesse sentido, Bossa (2000) nos alerta que o psicopedagogo deve ser um multiespecialista em aprendizagem humana, buscando conhecimento em outras áreas científicas e técnicas, a fim de que possa intervir no processo de ensino-aprendizagem do aluno, não apenas no intuito de potencializar a aprendizagem, cuidando das dificuldades, mas também buscar métodos e utilizar instrumentos para tal objetivo.

Atrelado a essa ideia Mery (1985) nos afirma que o psicopedagogo é uma espécie de professor particular que realiza tarefa de pedagogo sem que perca de vista os propósitos terapêuticos, e “qualquer que tenha sido a sua formação (psicólogo, pedagogo, fonoaudiólogo, professor), ele assumirá sempre a dupla polaridade de seu papel, o que determinará seu modo de ser perante a criança e seus familiares, bem como diante da equipe a que pertence (1985, p. 48).

Em suma, entendemos que compete ao psicopedagogo não apenas estudar os casos, mas também prevenir e corrigir as dificuldades que o indivíduo com o qual ele irá

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

lidar apresente no processo de aprendizagem, considerando que a psicopedagogia estuda o fenômeno de adaptação que sugere o desenvolvimento evolutivo da mente do indivíduo junto ao processo de ensino-aprendizagem.

DISLEXIA: DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E PERSPECTIVAS

A palavra dislexia, conforme o dicionário de significados, em seu sentido etimológico, deriva do termo dis=distúrbio + lexia=linguagem/leitura, e significa um distúrbio na linguagem e/ou na leitura, provocando dificuldades no reconhecimento e identificação de letras e palavras, bem como dificuldades na leitura, escrita e soletração, podendo haver também déficits em outras áreas como matemática, na atenção, ou até outras áreas cognitivas.

Em suma, é a incapacidade parcial que uma criança apresenta em ler e compreender o que se leu, embora, todas as outras faculdades sejam normais (audição, visão...) e sejam oriundas de lares considerados como “adequados”.

De acordo com a ABD (Associação Brasileira de Dislexia) a dislexia é uma das dificuldades de aprendizagem de maior incidência em nosso país, sendo um índice 10 a 15% da população brasileira que sofre com o distúrbio de aprendizagem. Alguns teóricos também apresentam suas ideias acerca desse distúrbio.

Segundo Kappes et al., (2012), a dislexia pode ser hereditária ou congênita, sem causas culturais, intelectuais e emocionais, onde a criança falha no processo de aquisição da linguagem. De acordo com Giacheti e Capelini (2000 apud DUARTE; SOUZA, 2014, p. 03):

> A dislexia é um distúrbio neurológico de origem congênita, que acomete crianças com potencial intelectual normal, sem déficits sensoriais, com suposta instrução educacional apropriada, contudo, não conseguem desenvolver a habilidade de leitura e escrita. Torna-se mais evidente dos 6 (seis) aos 7 (sete) anos.

Em outras palavras, é um transtorno de aprendizagem que afeta a linguagem e a escrita do indivíduo, mais especificamente em salas de aula, decorrente de um transtorno funcional específico cuja procedência é de origem neurológica. Tais dificuldades

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

configuram um obstáculo para o disléxico decodificar a escrita e perceber as unidades sonoras das palavras.

Os autores nos alertam para a questão que já apresentamos no decorrer de nossa pesquisa, a qual é uma das áreas mais afetadas nos disléxicos, que é a leitura e, por consequência, a escrita, posto que uma depende da outra no processo de aprendizagem.

Para Berger (1975) e Ciasca (2003) trata-se de um transtorno de leitura e escrita que traz consequências ao rendimento escolar do aluno, que o deixa inferior ao que se busca em relação à idade cronológica do indivíduo quanto sua escolaridade e seu potencial.

Nesse sentido, Santos (1975) aponta como principais erros de leitura e escrita algumas das características abaixo: Confusão entre letras simétricas como P e B, N e U, D e B,G e Q (na escrita manuscrita logicamente); Confusão entre letras vizinhas: J e G, M e N; Confusão entre letras foneticamente parecidas: T e D, P e B; Inversão da ordem das sílabas numa palavra; Inversão da ordem das letras numa sílaba; Leitura e escrita em forma espelhada; Substituição de uma palavra por outra de significado aproximado ou metonímia; Omissão de letras em palavras ou sílabas; Repetição de palavras em frases e orações; Omissão de palavras nas frases quando simplesmente a criança as ignora, tanto na escrita, quanto na leitura, ou nem tenta as ler; Incapacidade de juntar unidades de sons, de modo a formar palavras; Incapacidade em perceber a forma das palavras como um todo, tentando adivinhá-las à custa das primeiras ou das últimas letras; Omissão de pequenas palavras na escrita, geralmente preposições; Tendência a recorrer à escrita fonética; Confusões sintáticas que incapacitam a percepção do que deve ser escrito.

Tais características norteiam ao professor e/ou responsável pela criança que as apresentam, para que seja diagnosticada a dislexia. No entanto, saber se a pessoa é portadora de dislexia é o melhor caminho para o tratamento específico, ou seja, o diagnóstico irá possibilitar conhecer o melhor caminho a fim de que se evite prejuízos no desempenho escolar e por consequência, rótulos negativos que conduzem a criança a uma baixa autoestima.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Ao tomar ciência dessas informações, torna-se mais fácil ao professor observar seu aluno e passar a buscar métodos que facilitem sua relação no processo de aprendizagem do disléxico.

Nessa concepção, entendemos que a dislexia possui um prognóstico reservado. Ou seja, mesmo com tratamento, é um problema que persiste até a vida adulta do sujeito. A mesma encontra-se presente nos primeiros anos de escolaridade, ou pode surgir posteriormente, devido a alguma lesão cerebral. Para a classificação da dislexia, podem ser adotados critérios, pautados em testes diagnósticos pedagógicos, psicológicos, fonoaudiológicos, entre outros.

Em consonância, Rota e Pedroso (2007) sugere que se faça por meio de percepções e memórias visual e auditiva.

A classificação da dislexia requer esse olhar diferenciado pois a criança disléxica se parece em quase tudo com as que são ditas normais, ou seja, levam uma vida comum, brincam e se socializam, apenas apresentam diferenças em sua leitura e escrita em relação às demais. Portanto, de acordo com as experiências e bases desses autores é importante usar várias designações para que possa identificar a dislexia.

Outra classificação por eles citada é a de Colheart (1978), que divide a dislexia em fonológica, superficial e profunda. Sendo a primeira advinda de dificuldades na via indireta de acesso; a segunda, quando ocorrem empecilhos nas vias e diretas; e a terceira, quando as duas vias são acometidas de dificuldades.

Cabe ressaltar que um disléxico possui alterações na citoarquitetura e no cerebelo. E, que os seus neurônios parecem ser menores em relação à média, em algumas áreas do seu cérebro. Assim, é de suma importância que haja uma intervenção pedagógica e/ou psicopedagógica, de preferência, precoce, por parte da instituição que recebe um aluno disléxico, para que esse tenha um desenvolvimento otimizado.

Em suma, dislexia trata-se de um transtorno genético, de ordem neurobiológica, caracterizado pela dificuldade em decodificar símbolos gráficos tanto na leitura quanto na escrita. Essa dificuldade compromete a capacidade do indivíduo em ler e escrever com fluência, bem como ainda em interpretar textos. Pode-se desenvolver em diferentes

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

graus, cujo portador não consegue situar sua memória fonêmica, ou seja, associar as letras ao seu som.

O OLHAR PSICOPEDAGÓGICO MEDIANTE O ALUNO DISLÉXICO

No trabalho escolar com alunos disléxicos, faz-se necessário que os professores busquem aumentar seus conhecimentos acerca desse distúrbio e se embasem teoricamente para apoiarem o aluno com dislexia. Para tanto, é preciso que haja a intervenção psicopedagógica como um suporte não apenas ao professor, como também ao aluno. Em se tratando do papel do professor como mediador da aprendizagem do aluno disléxico, é necessário estar ciente de que vai se deparar com algumas particularidades.

Segundo Pennington (1997), é preciso compreender que o alfabeto é um código para fonemas, os sons individuais da fala e da linguagem, e com isso ser capaz de usar esses códigos rápida e automaticamente, de modo que possa se concentrar no significado do que lê. Logo, esse profissional deve adotar práticas que proporcionarão ao aluno disléxico um bom desempenho em sua aprendizagem. Algumas dessas práticas são citadas por que orientam que a escola deve adotá-las ao constatar que o aluno possui dislexia: Dar encorajamento; Atender e respeitar as capacidades e os limites das crianças; Estar informada para amparar a criança em sua dificuldade; Manter o professor da classe familiarizado(s) e sensibilizado(s) com a dislexia para compreender e apoiar a criança na sala de aula, ou ainda reconhecer a necessidade de ajuda extra; Desenvolver um clima de paciência, para que as crianças possam ter tempo suficiente para cumprir suas tarefas e até mesmo repeti-las várias vezes para retê-las; Permitir que a criança erre, isso fará com que ela se sinta mais livre para se expressar e mais interessada em corrigir o erro; Manter uma relação de troca de experiências e evolução com os pais e, se for o caso, com o profissional que acompanha a criança.

Essas orientações são bastante relevantes para o trato com alunos disléxicos, pois ajudam a traçar um diagnóstico mais preciso para cada criança, de acordo com as características apresentadas por cada um. Bem como saber que existem diferentes tipos de dislexia.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Assim, após o diagnóstico, e de posse dessas orientações, o psicopedagogo irá informar acerca das estratégias para o professor e para os pais e/ou responsáveis. Tais orientações são o ponto de partida para saber como auxiliar a aprendizagem de uma criança disléxica. Sobretudo, é de fundamental importância a presença do psicopedagogo nesse processo, pois o mesmo possibilita aos pais e a escola uma compreensão das áreas de aprendizagem em que o disléxico requer mais atenção.

No entanto, para que tais práticas sejam adotadas, faz-se necessário que os professores sejam orientados a respeito, e tal orientação, nesse caso, é advinda do psicopedagogo, o qual é um profissional que auxiliará na prática docente, pois "a didática com um olhar psicopedagógico inserida na sala de aula pode contribuir para uma aprendizagem realmente significativa. (SENA; SOARES, 2012, p. 07).

Um aluno com dislexia consegue facilmente compreender matérias como matemática e conhecimentos gerais. No entanto, tudo o que se refere à leitura e linguagem tipo: ditado, redação, produção de texto, são considerados uma verdadeira tortura.

Diante disso, Rotta e Pedroso (2007) afirmam que é de suma importância passar confiança à pessoa com dislexia, pois esta precisa de atenção especial e se sentir à vontade para solicitar ajuda. Também enfatizam que o professor deve oferecer ao aluno disléxico um material apropriado ao seu nível, destacando os aspectos positivos. Evitar a leitura em público, considerando o fato de que esse aluno se distrai com muita facilidade.

Outras ações propostas pelos autores é que se utilizem materiais que permitam visualizações, contendo imagens, evitando longos textos e, diminuir também deveres de casa que estejam relacionados a leitura e escrita.

Para Salles, Parente e Machado (2004) o sucesso de uma intervenção se dá através de uma avaliação criteriosa e multidisciplinar (psicopedagogo, neurologista, fonoaudiólogo, psicólogo), e o processo de avaliação dos fatores cognitivo-linguísticos deve estar ligado aos modelos teóricos de aprendizagem da leitura.

Dessa forma, entendemos que a intervenção psicopedagógica não se dá de maneira individual ou isoladamente, mas sim, em consonância com outros profissionais

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

das áreas afins, para que todos estejam em um único objetivo, o qual é proporcionar e/ou facilitar a aprendizagem do aluno disléxico.

Nesse contexto, Torres e Fernandez (2001) propõem ainda outro método de intervenção, a terapia multissensorial, ou seja, aquela que propõe aprendizagem pelo uso de todos os sentidos, combinando a visão, a audição e o tato a fim de auxiliar a criança na leitura e soletração correta das palavras.

Tal método leva a criança a observar o grafema escrito, para depois escrevê-lo no ar com o dedo, escutando e articulando a sua pronúncia. Por conseguinte, ela deve cortá-lo e moldá-lo (no barro, na argila, na massinha etc.), para depois, de olhos fechados, reconhecê-la pelo tato. Para o autor "a realização destas atividades favorece por isso a criação de imagens visuais, auditivas, cinestésicas, tácteis e articulatórias que, de modo conjunto, incidem na globalização ou unidade do processo de leitura a escrita" (p. 56).

De fato, a relação entre a teoria (nome/som das letras) e a prática (escrita/forma das letras) possibilita uma aprendizagem mais proveitosa até mesmo para crianças ditas normais, quanto mais em se tratando de crianças disléxicas. Ou seja, é bastante relevante que haja essa incorporação de recursos que possibilitem o processo de leitura do disléxico.

No entanto, vale ressaltar a importância da relação das pessoas que intervém na aprendizagem dessa criança. Ou seja, é importante que estejam interligados, pais, professores, educadores e psicopedagogos, ambos, em constante comunicação em prol do sucesso da aprendizagem da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de nossa pesquisa buscamos elucidar a relevância do papel do psicopedagogo na instituição, mais especificamente como suporte ao professor que lida com as dificuldades de aprendizagem. Assim, discorremos de forma específica acerca da dislexia em sala de aula e a tarefa do professor que lida com tal dificuldade, considerando a intervenção psicopedagógica como um dos fatores primordiais para o processo de ensino-aprendizagem.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Entendemos que a dislexia pode se dar por fatores congênitos e provoca dificuldades na aprendizagem do aluno, dificultando suas habilidades de leitura e escrita, que passa a se apropriar do conhecimento de uma forma diferenciada, mas que não retira de si suas individualidades.

Percebemos também que, partindo dessa necessidade é de suma importância que haja um diálogo entre os profissionais que irão lidar com esse aluno em determinada instituição, desde o gestor ao professor, para que se compartilhem conhecimentos e experiências a fim de que venha a se otimizar o aprendizado de uma forma dinâmica e eficaz.

É aí que surge o papel do psicopedagogo institucional, que, através de seus conhecimentos intervém na prática pedagógica, através de uma parceria que visa o bom desempenho no processo de ensino-aprendizagem do aluno com dificuldades de aprendizagem, no nosso caso, com dislexia.

Pudemos comprovar que simples métodos adotados surtem efeito positivo nesse processo que envolve aluno, professor, tais como: o uso de materiais que se adequem à faixa etária do aluno, respeitando suas peculiaridades e interesses, o estabelecimento de confiança na relação professor/aluno, o auxílio de colegas como troca de conhecimentos entre outros, tendem a ser facilitadores de aprendizagem em alunos disléxicos.

A sala de aula é um ambiente onde se desenvolvem potencialidades de alunos e se contribui para tal desenvolvimento, pelo fato de que há diversidade e singularidades, pois, cada indivíduo é único, pensa e aprende de maneira singular, de acordo com suas concepções sociais e culturais, que contribuem de forma ativa para esse processo de aprendizagem. É nela que o professor se faz mediador desse processo, e algumas vezes se depara com alunos que aprendem de maneira diferenciada.

É nesse momento que é relevante a contribuição psicopedagógica na instituição, a fim de que haja uma reeducação na equipe, promovendo uma compreensão do que é a dislexia e o que ela traz a quem apresenta esse distúrbio. Esclarecendo que é uma dificuldade passível de contornos e que pode ser amenizada.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

No entanto, a intervenção psicopedagógica dificilmente terá êxito se o professor não o ajudar, ou seja, é necessário que haja uma certa cumplicidade entre estes profissionais. Cabe ao professor respeitar as diferenças desta criança, não tecendo comentários pejorativos e respeitando o ritmo de aprendizagem do aluno. Quanto ao psicopedagogo, lhe compete um trabalho junto à escola e a mediação de estratégias que busquem o desenvolvimento da autoestima do disléxico que por muitas vezes é afetada mediante o fracasso escolar.

Vale salientar que a intervenção como reeducação da prática não se dá de forma individual, mas sim havendo cumplicidade e objetivo entre as partes envolvidas (professor/escola/psicopedagogo) em prol do educando. Considerando que o psicopedagogo será como uma espécie de ponte entre a família, a escola e os profissionais terapeutas (médicos) que venham a atender essa criança.

É possível que surjam alguns entraves no contexto educacional, no entanto, devemos considerar que a intervenção psicopedagógica institucional realizada de forma adequada deve ser dotada de estudos, formação continuada, e primordialmente, envolvimento entre as partes interessadas. Esperamos que o nosso trabalho venha a nortear educadores e pais em como lidar com o disléxico, proporcionando um ambiente escolar sem preconceito.

Esperamos que nosso trabalho venha a cooperar no sentido em que novas pesquisas acerca das dificuldades dos disléxicos venham a surgir, a fim de entender e atender de forma eficaz esses alunos, através de uma intervenção pautada em conceitos coerentes, proporcionando assim uma melhor forma de analisar e de se relacionar com o aluno disléxico. E que venha então a servir de suporte tanto aos educadores quanto aos pais e/ou responsáveis que lidam com o autista, para que enfrentem os obstáculos que surgem na aprendizagem do disléxico.

REFERÊNCIAS

ABD **(Associação Brasileira de Dislexia)**. Disponível no site www.dislexia.org.br, acesso em 20/ 01/ 2017.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

BOSSA, Nadia A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BOSSA, Nadia A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.

DAMIANI, Anna Maria Nascimento. **Psicopedagogia Institucional**, p. 1- 39, 2012. Disponível em: <www.anhanguera.edu.br/cead>. Acesso em: janeiro de 2017.

DUARTE, Anne; SOUZA, Calixto. **Intervenções Pedagógicas em alunos com dislexia.** UERJ – 2014. https://www.significados.com.br/dislexia/ - acesso em janeiro de 2017.

IANHEZ, Maria Eugênia; NICO, Maria Ângela. **Nem sempre é o que parece: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Alegro, 2002.

KAPPES, Dany; FRANZEN, Gelson; TEIXEIRA, Glades; GUIMARÃES, Vanessa. **Dislexia**.Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos>. Acesso em: janeiro de 2017.

MARIA, Sonia. **A Psicopedagogia trabalhando a relação interpessoal docente/discente.** Set. 2007. Disponível em: **http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_19605/artigo_sobre_a_psicopedagogia_trabalhando_a_relacao_interpessoal_docente/discente**. Acesso em: janeiro de 2017.

MERY, Janine. **Pedagogia curativa escolar e psicanálise**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1985.

MIRANDA, Maria Augusta Mota. **A importância do psicopedagogo na instituição escolar.** Disponível em: <http://www.psicopedagogiabrasil.com.br/artigos.htm>. Acesso janeiro de 2017.

OSTI, A.; JÚLIO, A. A.; TORREZIN, L. J.; SILVEIRA, C. A. F. **A atuação do Psicopedagogo em Instituições de Ensino: Relato de Experiência**. In: Revista de Educação. v. VIII, n. 8, set. 2005.

PENNINGTON, Bruce F. **Diagnóstico de distúrbios de aprendizagem**. São Paulo: Pioneira,1997.

ROTTA, Newra Tellecha…[et al.] **Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed,2006

ROTTA, T, N. PEDROSO, S, F. Transtornos da linguagem, in: ROTTA, T, N. OHLWEILER, L, **Transtorno da aprendizagem abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. 2ºedição, Porto Alegre: Artmed, 2007.

ROTTA,T,N. PEDROSO,S,F. **Transtornos de Linguagem, in**: ROTTA,T,N. DHLWEILER,L, **Transtorno da aprendizagem abordagem neurológica e multidisciplinar.** 2ª edição, Porto Alegre: Artmed, 2007.

Salles JF, Parente MAM, Machado SS. **As dislexias de desenvolvimento: aspectos neuropsicológicos e cognitivos**. Interações. 2004; 9(17): 109-32.

SANTOS, C. C. **Dislexia específica da evolução**. São Paulo: Sarvier, 1975

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

SENA, Clerio C. B.; SOARES, Matheus. **A Contribuição do Psicopedagogo no Contexto Escolar.** Disponível em: <http://www.abpp.com.br/artigos/108.html>. Acesso em: janeiro de 2017.

TORRES, R.; FERNÁNDEZ, P. (2001). **Dislexia, Disortografia e Disgrafia**. Amadora: McGraw- Hill.

VISCA, Jorge. **Clínica Psicopedagógica. Epistemologia Convergente**. Porto Alegre,Artes Médicas, 1987.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XVII

ENSINO DE GEOGRAFIA E O APRENDIZADO NA ESCOLA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Jacy Bezerra de Oliveira[57].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-17

RESUMO: O ensino de uma forma geral, e especificamente de geografia passa por dificuldades, onde o saber ensinado aos alunos, está longe de permitir a eles o entendimento do mundo e suas complexidades, consequentemente, não o capacita a transformá-lo em contribuinte para o desenvolvimento da cidadania e do pensamento crítico das pessoas, que sem as quais, não se constrói um saber eficaz. O objetivo desta pesquisa é investigar as dificuldades de aprendizagem de geografia e seus fragmentos na sala de aula. E desta forma, podemos atrelar as práticas de ensino, que são de extrema importância, abrangendo fatores que foram encontrados na aprendizagem do aluno em sala, tais como: reprovação, repetência e evasão. Questões estas, preocupantes e desgastantes, causando dificuldade no cotidiano, e, por conseguinte, no contexto escolar. As novas perspectivas para o ensino de Geografia, apontam mudanças significativas no cotidiano escolar, englobando o aluno e o professor, apoiados pelos textos que fundamentam a LDB, dos PCN's e das DCN's, vemos surgir interesse renovado pela qualidade da escola pública, contudo, ainda nos deparamos com a manutenção da Geografia Tradicional e de metodologias cristalizadas. Fica evidente que a metodologia está intrinsecamente relacionada com as práticas didático-pedagógicas, que podem levar o aluno a aquisição de conhecimento, saindo das aulas entediantes e cansativas, que apenas contribuem para a memorização dos conteúdos, sem nenhuma análise dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Geografia. Aprendizado na escola. Práticas de ensino.

TEACHING GEOGRAPHY AND LEARNING AT SCHOOL: BRIEF CONSIDERATIONS

ABSTRACT: Teaching in general, and specifically geography, goes through difficulties, where the knowledge taught to students is far from allowing them to understand the world and its complexities, consequently, it does not enable them to transform it into a contributor to the development of people's citizenship and critical thinking, without which an effective knowledge cannot be built. The objective of this research is to investigate the difficulties of learning geography and its fragments in the classroom. And in this way, we can link the teaching practices, which is extremely important, covering factors that were found in the student's learning in the classroom, such as: failure, repetition and dropout. These issues are worrying and exhausting, causing difficulty in everyday life, and therefore in the school context. The new perspectives for the teaching of Geography, point out significant changes in the school routine, encompassing the student and the teacher,

57 Mestrando em Ciências da Educação - World University Ecumenical. Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica - FMB. Graduação em Geografia - UERN. Graduação em Pedagogia - FAIBRA. Professora polivalente do município de Assú/RN. e-mail: Jacy261104@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

supported by the texts that base the LDB, the PCN's and the DCN's, we see renewed interest in the quality of the public school, however, still we are faced with the maintenance of Traditional Geography and crystallized methodologies. It is evident that the methodology is intrinsically related to the didactic-pedagogical practices, which can lead the student to acquire knowledge, leaving the boring and tiring classes, which only contribute to the memorization of the contents, without any analysis of them.
KEYWORDS: Teaching Geography. Learning at school. Teaching practices.

INTRODUÇÃO

O ensino de uma forma geral, e especificamente de geografia passa por dificuldades, onde o saber ensinado aos alunos, está longe de permitir a eles o entendimento do mundo e suas complexidades, consequentemente, não o capacita a transformá-lo em contribuinte para o desenvolvimento da cidadania e do pensamento crítico das pessoas, que sem as quais, não se constrói um saber eficaz.

O objetivo desta pesquisa é investigar as dificuldades de aprendizagem de geografia e seus fragmentos na sala de aula. E desta forma, podemos atrelar as práticas de ensino, que são de extrema importância, abrangendo fatores que foram encontrados na aprendizagem do aluno em sala, tais como: reprovação, repetência e evasão. Questões estas, preocupantes e desgastantes, causando dificuldade no cotidiano, e, por conseguinte, no contexto escolar.

Em um primeiro momento, foi-nos revelada as dificuldades do ensino no âmbito da Geografia, como disciplina escolar, com o propósito de reunir elementos, capazes de dar significado ao trabalho, sendo fundamental para o aluno, que estes estejam situados no espaço temporal e social dos mesmos.

Lembrando que em muitos casos, os professores de geografia, não são habilitados na área, por isso, a grande dificuldade em ensinar, onde os professores buscam entre si, a construção de seu próprio conhecimento, através do livro didático, da formação continuada, planejamentos, estudos em grupos, para que possam transmitir aos alunos, o conhecimento acerca da disciplina.

Entre outras dificuldades de aprendizagem, não se pode perder de vista, a presença de distorções inerentes ao sistema educacional e as influências ambientais que funcionam

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

como contexto para as manifestações comportamentais e as peculiaridades que o indivíduo pode apresentar no universo escolar.

Existe um verdadeiro vazio e lacunas, no processo de aprendizagem do aluno, como dependente do currículo escolar, este que oferece ao aluno, um pouco dos recursos necessários para uma compreensão, mesmo que limitada, da disciplina e suas vertentes.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA E O APRENDIZADO NA ESCOLA

Assim como o conhecimento científico, a Geografia, diante das transformações que ocorrem constantemente nos múltiplos cenários sociais, também acaba sendo afetada pela dinamicidade, na qual os eventos se desenrolam, conseguindo avançar de forma significativa em todos os seus ramos. Nesse, sentido o ensino da geografia não deve ser diferente, pois, faz-se necessário que os docentes e o próprio currículo escolar estejam aptos a mudanças e a inclusão de novos métodos e metodologias facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem, como destaca Núria, Paganelli e Pontuschka (2007, p. 38).

> A geografia como disciplina escolar, oferece sua contribuição para que alunos e professores enriqueçam suas representações sociais e seu conhecimento sobre múltiplas dimensões da realidade social, natural e histórica, entendendo melhor o mundo em seu processo ininterrupto de transformação, o momento atual da chamada mundialização da economia.

Baseado nesse propósito, o docente passa a ter uma visão específica da realidade e dos fatos sociais, assim, passando de produtor para produtor do conhecimento, por meio disto é que se formam alunos cidadãos autênticos, capazes de intervir e transformar a sociedade.

PROBLEMAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA ESCOLAR

Antes de explicarmos os problemas de aprendizagem, faz-se necessário uma reflexão sobre o que de fato é aprender. A aprendizagem se constitui como um produto, originado através de nossas capacidades físicas e mentais, onde os fatores externos e internos do ambiente, podem condicionar favorável ou desfavoravelmente o ganho de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

conhecimento. Esta não pode ser resultado de um modelo pronto e acabado, mas deve advir de um processo contínuo.

Ao considerarmos o momento pelo qual a sociedade passa, podemos dizer que existem muitos problemas que envolvem o relacionamento dos estudantes com a escola, isto pode ser consequência de inúmeros fatores, inclusive fruto do sistema que rege a sociedade brasileira atualmente.

O que podemos notar é que os problemas são muitos e não estão restritos às salas de aula da Geografia, pois todas as disciplinas passam por um momento de renovação de seu papel diante desta sociedade, esta que passa a estabelecer novas diretrizes para a escola, sendo que a mesma deve propiciar uma formação voltada para o resgate dos conceitos de cidadania, ou ainda, que possibilite a instrumentalização do aluno, para que esse tenha condições de processar as informações recebidas durante as aulas e as transforme em conhecimento.

A ciência geográfica ocupa um espaço fundamental na grade curricular das escolas, visto que esta proporciona um sistema integrado entre o mundo em toda sua totalidade e o ambiente conhecido pelo aluno, ao modo que esta conexão propicia uma visão da teoria complexa que compõe a construção sócio e econômica.

O ensino e a aprendizagem em todas as disciplinas se constituem como elementos distintos entre si, porém são indissociáveis. Ao considerar essa relação simbiótica, torna-se indispensável a transposição de conhecimentos geográficos e científicos adaptando-os ao contexto escolar.

É importante resgatar que a Geografia como disciplina escolar, foi inserida efetivamente a partir das Leis Orgânicas do Ensino Primário e Secundário. A base era a Geografia Tradicional, que como sabemos é enraizada no positivismo clássico, onde as análises dos fatos ocorrem de forma empírica e neutra, abandonando as questões sociais da produção do espaço, desvinculando-se da sociedade deixando de lado o propósito de contribuir para o saber.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Esse modelo, estruturou-se como discurso oficial e escolar, onde sua permanência ainda se manifesta nos programas e planos de algumas instituições de ensino. Isso reflete em uma Geografia descritiva, onde os fatos estão cristalizados sem abordagem crítica.

Por tradição, a pauta das aulas da Geografia escolar é caracterizada pela fragmentação dos conteúdos e por estes estarem sempre aquém da realidade do alunado. Deste modo, podemos afirmar que as contribuições dessa forma de ensino colaboram para uma aprendizagem mecanizada, onde o aluno é apenas um transmissor do discurso geográfico. É uma realidade marcante nas escolas do Brasil, onde segundo Callai (2001, p. 139)

> São aspectos naturais e humanos do espaço geográfico, traduzidos em aulas sobre relevo, vegetação, clima, população, êxodo rural e migrações, estrutura urbana e vida nas cidades, industrialização e agricultura, estudados como conceitos abstratos, neutros, sem ligação com a realidade concreta da vida dos alunos (CALLAI, 2001, p. 139).

Sabemos que os conteúdos não podem ser ministrados apenas com essa abordagem informativa, mas que devem estar relacionados com formação da capacidade de raciocinar geograficamente, precisam embrenhar-se pela interpretação dos fenômenos sociais, espaciais, econômicos, políticos e culturais.

É indiscutível que avanços foram contabilizados, mas muitos tabus continuam vivos, a prática da sala de aula é um deles. Com a persistência da fragmentação dos conteúdos, deixando-os isolados e sem sentido, a Geografia escolar perde o significado. Importante recordar, que em partes essa quebra no ensinar é resultante de uma formação acadêmica carente de práticas construtivistas, onde falta incentivo ao mergulho no saber geográfico. Assim, Vesentini (2009, p. 239) afirma

> Formar especialistas é atribuição dos cursos de pós-graduação (ou de especialização) e não da graduação. E o geógrafo (professor ou não, pois essa diferença no fundo é ou deveria ser pouco importante) deve ter uma formação completa na sua área, estando apto a dar aulas no ensino elementar ao ensino médio, e a exercer outras atividades nas quais a sua presença costuma ser requisitada [...] (VESENTINI, 2009, p. 239).

Portanto, a formação do professor de geografia se constitui como pilar fundamental no que se refere à construção dos conhecimentos primordiais e de seus significados dentro da sociedade que são concernentes à ciência geográfica. Assim, não satisfaz enquanto profissional, apenas o domínio dos conteúdos, é importante que o

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

professor tenha capacidade de ser crítico e que seja capaz de induzir a formação de sujeitos voltados para a realidade.

Lembrando que a Geografia Tradicional, ainda operante em muitas escolas, introduz uma forma de pensar o momento atual, ocultando o papel do homem enquanto ser modificado e construtor do espaço, resultando em uma formação sem caráter social. Callai (2005, p. 229) aponta

> É certo que, da forma como a geografia tem sido tratada na escola tradicionalmente, ela não tem muito a contribuir. Aquela geografia chamada tradicional, caracterizada pela enumeração de dados geográficos e que trabalha espaços fragmentados, em geral opera com questões desconexas, isolando-as no interior de si mesmas, em vez de considerá-las no contexto de um espaço geográfico complexo, que é o mundo da vida.

Contudo, conceber a Geografia como uma disciplina estratégica para a formação de uma consciência cidadã, na qual a construção da aprendizagem ocorre fundamentada na realidade cotidiana dos alunos, buscando levantar inúmeros questionamentos, assim, contribuindo para o ensino adequado da ciência, durante a aula, é uma das grandes dificuldades do profissional de Geografia, pois muitas vezes o sistema educacional não permite tal abordagem.

APRENDER E ENSINAR GEOGRAFIA A LUZ DOS PCN's E DCN's

Ao se tratar de Ensino Fundamental, não podemos deixar à margem, fatos relevantes quanto a sua fundamentação e evolução dentro de nosso país. A Constituição de 1934, foi o primeiro documento oficial a determinar a obrigatoriedade do ensino fundamental, anteriormente conhecido como primário, que tinha duração de quatro anos. Porém, em 1967, através da Carta Constitucional a duração foi ampliada para oito anos, pois, o primário e o ginásio foram unificados.

Fazendo um salto no tempo, vemos que a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, dispõe sobre o aumento da duração do Ensino Fundamental, passando o mesmo a ser de nove anos, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Essa Lei, propicia ver que o acesso à escolarização se tornou mais aberto e abrangente, incluindo todas as faixas culturais e econômicas da sociedade.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Através das modificações sofridas ao longo do tempo, vemos que a escola se transformou em um local em que as disparidades socioeconômicas e culturais estão condensadas, possibilitando, a visualização dos múltiplos gêneros que compõem o nosso país. Nesse sentido, a disciplina de Geografia não pode ficar à margem dessas mudanças.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S) de Geografia, abordam que, desde as primeiras etapas da escolarização, deve-se ter como, objetivo aproximar o aluno da cidadania, como também, ao sentimento de pertença a realidade, onde se é participante, formando a ideia de um todo, interligado, em que todos somos responsáveis por haver a propagação de valores humanísticos. Nesse sentido afirma Pontuschka (1999, p. 14).

> Os PCN's, portanto, não constituem um projeto isolado, mas fazem parte de políticas públicas educacionais iniciadas com a LDB/96 e estabelecidas de acordo com as determinações de políticas mais amplas ditadas pelo conjunto dos países centrais para os países chamados de "emergentes", como o Brasil, sob o respaldo e a cooperação do Estado, e que afetam profundamente o trabalho pedagógico das escolas brasileiras (PONTUSCHKA, 1999, p. 14).

Os currículos ultrapassam o estereótipo de listagem dos conteúdos a serem abordados durante o ano letivo, adquirindo concepções obedecendo três escalas de abordagem: mundo, sociedade, e o homem. Assim, consideramos que os PCN's assumem uma atitude político-filosófica.

Os PCN's têm como objetivo direcionar os conhecimentos escolares, sendo, que através deles se orquestram a teoria e a prática. Ao longo dos últimos anos, as propostas que dão base para a construção do currículo escolar, principalmente no que concerne ao ensino de Geografia, passaram e passam por transformações que buscam melhorias no processo educacional. Estas novas propostas priorizam a reinvenção de métodos, onde o conhecimento seja construído com colaboração entre professor e aluno.

A organização do currículo deve ser concebida como a abordagem dada pelos professores para o ensino dos conteúdos e conceitos, onde a didática, colabore para o repensar da prática de um ensino que inter-relacione as questões do cotidiano do aluno com a realidade onde esse dia-a-dia se reproduz. Em relação a Geografia, o professor deve elaborar um currículo escolar, onde não evidencie apenas os conteúdos dessa disciplina, mas que possibilite a transformação conhecimento do aluno, possibilitando ao mesmo, que ele enxergue a importância desta ciência para o ser social.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Através de eixos abordados dentro das propostas para o ensino de Geografia contidas nos PCN'S, observamos que se desenvolveram metodologias autônomas e alternativas para o trabalho dentro da geografia enquanto disciplina escolar, passamos por um momento de reestruturação da disciplina.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Geografia, há uma preocupação quanto a ampliação das discussões acerca do ensino da ciência geográfica, isso vai muito além da mera definição dos conteúdos, onde se explicita as possibilidades da disciplina e suas práticas. Desde 1998, que as ideias contidas nos PCN's adquiriram maior abrangência no ensino de Geografia, tendo como base princípios como: seleção dos conceitos básicos para organização dos conteúdos, assim como a valorização das distintas abordagens destes conceitos (espaço, lugar, território, região, paisagem), dentro da perspectiva de que tais categorias de análise serviram como norteadores para a construção do conhecimento geográfico.

> No que se refere ao ensino fundamental, é importante considerar quais são as categorias da Geografia mais adequadas para os alunos em relação a essa etapa da escolaridade e às capacidades que se espera que eles desenvolvam. Assim, "espaço" deve ser o objeto central de estudo, e as categorias "território", "região", "paisagem" e "lugar" devem ser abordadas como seu desdobramento (PCN's, 1998, p. 27).

Ainda, dentro dos PCN's, encontramos pontos relevantes sobre a "Geografia do Aluno", onde as representações sociais são tomadas como base para a referência do conhecimento geográfico que será construído em sala de aula, assim, o reconhecimento das dimensões afetivas, também, são levadas em consideração dentro do processo de aquisição dos saberes geográficos. Dentro disso, o convívio entre o professor e aluno deve ser fortalecido, onde a partir das práticas em sala de aula, o aprendente possa perceber como a Geografia faz parte de seu cotidiano.

O construtivismo é tomado como cerne da Geografia Escolar, onde deve haver uma articulação dos objetivos, conteúdos e métodos da disciplina, pois estes configuram como componentes do processo de ensino-aprendizagem e são fundamentais para interação entre aqueles que formam o espaço da sala de aula. Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais da disciplina de Geografia (1998, p. 30), aponta que

> É fundamental, assim, que o professor crie e planeje situações de aprendizagem em que os alunos possam conhecer e utilizar os procedimentos

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> de estudos geográficos. [...] É fundamental que o espaço vivido pelos alunos continue sendo o ponto de partida dos estudos [...]. Recomenda-se não trabalhar hierarquicamente do nível local ao mundial [...]. A compreensão de como a realidade local relaciona-se com o contexto global é um trabalho a ser desenvolvido durante toda a escolaridade, de modo cada vez mais abrangente, [...].

Em geral, através dessas propostas, percebemos que, ao longo do processo, foram incorporados componentes temáticos relevantes, estes relativos à cultura, cidadania, afetividade, subjetividade, valores, gênero, representações do espaço vivido, entre outros temas, onde, mais uma vez, se ressalta a constante referência aos conceitos básicos da análise geográfica, pois estes são pilares estruturais da Geografia enquanto ciência e, enquanto disciplina escolar.

Incluído nos PCNs (1998, p. 35), descobrimos apontamentos que demonstram a necessidade de formar cidadãos independentes, atuantes, com capacidade de posicionamento acerca de diversificadas situações e mediante os acontecimentos em qualquer contexto que estejam inseridos.

Quando mencionado, a pesquisa como novo rumo para o ensino de Geografia, vemos que “conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender a paisagem, o território e o lugar, seus procedimentos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições” (PCN’s, 1998, p. 35). Assim, observamos a importância de introduzir a pesquisa como atitude cotidiana da disciplina, em que esta seja, mais um instrumento de emancipação, na qual, a educação seja mecanismo transformador.

Sabemos que não existe nenhuma receita pronta ou metodologia infalível, que possa ser utilizada na aplicação diária da Geografia, mas a pesquisa promete elucidar problemas inerentes a memorização/aceitação dos conteúdos, fato presente nas nossas escolas desde que o ensino foi instaurado.

Temos que levar em consideração, também, que a sociedade se condensa a cada instante, dentro do meio técnico-científico e informacional revelado por Milton Santos, onde os meios de comunicação estão inseridos de forma significativa na vida dos alunos, desse modo, não podemos restringir o imaginário do alunado, limitando-o apenas a sua

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

realidade tangível, pois as redes fazem com que estejamos engajados em uma aldeia global, como dito por Octavio Ianni, onde as escalas se confundem.

Ainda, dentro da proposta dos PCN's, encontramos o ensino de geografia, mediado por eixos temáticos e pelos temas transversais, onde, as ideias de flexibilização dos conteúdos e da interdisciplinaridade são amplamente difundidas, onde o professor deverá dialogar com as áreas afins, intensificando ainda mais a compreensão por parte dos alunos.

É verdade que os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, revela uma tendência à descentralização do conhecimento, onde este é retirado da exclusiva obrigatoriedade do professor e passa a ser construído mutuamente. No entanto, visualiza-se uma idealização do professor, da escola e do aluno, esta, não é condizente com a realidade escolar do Brasil, desse modo, detecta-se a falta de diálogo entre as propostas apresentadas pelos PCN's e a real situação da educação.

DIAGNÓSTICO DO ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA ESTADUAL TENENTE CELSO JOSÉ CORREIA – ASSÚ/RN

O sistema educacional impõe, geralmente, padrões de conduta que as escolas devem seguir (OLIVEIRA, 2005). O universo escolar é fragmentado e absoluto ao mesmo tempo, onde as salas de aula, constituem-se como universos à parte, cada um com suas particularidades, imperando as características de seus componentes, alunos, docentes, equipe pedagógica e funcionários como um todo. Desse modo, Silva (2006, p. 206) aponta a escola como

> [...] a escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e de razão, construídas no decorrer da sua história, tomando por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre as determinações externas a ela e as suas tradições, as quais se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula e nos pátios e corredores, em todo e qualquer tempo, segmentado, fracionado ou não.

Assim, a escola se apresenta como um lugar dotado de dinâmicas próprias, que aliadas aos moldes da sociedade que a compõem, garantem várias particularidades, estas que também, acabam pode determinar condições adequadas ou não para a aprendizagem daqueles que a frequentam.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Ao observar a Escola Estadual Tenente Celso José Correia, localizada na cidade de Assú, no Rio Grande do Norte, vemos que o modelo não foge à regra, onde, turmas numerosas, falta de recursos materiais e financeiros, são alguns dos pontos levantados durante a fase observatória.

O aumento progressivo nas vagas das escolas públicas, permitiu uma inadequação na estrutura da escola, seja, pedagógica ou mesmo física. Em que, como em várias instituições, encontramos, salas inapropriadas, carteiras desconfortáveis, áreas de lazer e quadras sem cobertura. A própria organização do horário escolar é desmotivadora, em que vemos quantificações de tempo rígidas e repetitivas.

A escola em questão, abrange as classes inferiores da sociedade da cidade, geralmente, pessoas da classe média baixa, que estão sujeitas ou em situação econômica desfavorável, na qual a frequência escolar impera como sendo algo em segundo plano.

Apesar de estar localizada em um bairro central, a instituição escolar conta com uma estrutura antiga e pouco cuidada, as salas não têm ventiladores, o que proporciona desconforto térmico nos alunos, ressaltando que estamos inseridos em um domínio climático que abrange altas temperaturas.

A instituição recebe alunos de vários bairros, inclusive da zona rural do município. Além do Ensino Fundamental, são oferecidas turmas em nível médio. Tem seu funcionamento nos três turnos, no entanto a professora titular da disciplina de geografia não é graduada na área.

PERFIL DO PROFESSOR

A professora de geografia da Escola Estadual Tenente Celso José Correia da cidade de Assú-RN, leciona na instituição há 18 anos, tem sua formação acadêmica em História, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, da referida cidade.

Atualmente apresenta dois vínculos empregatícios em diferentes instituições, onde no turno matutino ela desenvolve a função de professora polivalente, em outra instituição. Enquanto, à noite, leciona geografia na referida escola. A profissional em

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

questão, não tem pós-graduação, porém pretende cursar uma voltada para o ensino de religião, pois considera importante para a formação continuada do profissional em educação.

É importante perceber que a profissional em questão, além de não executar trabalho voltado para sua área de formação, ministra disciplinas que não correspondem ao seu currículo acadêmico. Notamos, que diante disso, a mesma ainda manifesta interesse em cursar uma pós-graduação lato-sensu voltada para uma área totalmente distinta de suas competências.

A mesma ainda cita que, conforme a educação passa por modernizações, os professores devem acompanhar esse ritmo, dessa forma, o planejamento anual, bimestral e semanal, se configura como uma ferramenta importante para utilizar e buscar novas metodologias e recursos didáticos, pois reconhece que a geografia já não é mais a mesma dos tempos em que iniciou seus trabalhos como docente.

Pensar no que queremos fazer em sala de aula e perceber que este fazer geográfico está influenciando a formação do educando, do homem cidadão, diante da modernização do trabalho e das mudanças constantes no espaço urbano é de grande relevância dentro da ciência em pauta. De acordo com Cavalcanti (2005, p. 16):

> A geografia defronta-se, assim, com a tarefa de entender o espaço geográfico num contexto bastante complexo. O avanço das técnicas, a maior e mais acelerada circulação de mercadorias, homens e ideias distanciam os homens do tempo da natureza e provocam um certo "encolhimento" do espaço de relação entre eles. Na sociedade moderna, baseada em princípios de circulação e racionalidade, há um domínio do tempo e do espaço, mecanizados e padronizados, que se torna fonte de poder material e social numa sociedade que constitui a base do industrialismo e do capitalismo [...].

A docente, reconhece que tem dificuldade em lecionar alguns conteúdos que são concernentes à ciência geográfica, principalmente os que correspondem aos temas voltados para a área física da disciplina. Importante lembrar que essa dicotomia é quase unânime entre os professores que ministram a disciplina, mesmo entre os formados na área, devido à afinidade e a complexidade dos temas, estes que exigem mais conhecimentos didáticos-metodológicos.

Sobre esse ponto de vista, Pimenta (2005, p. 24) aponta a necessidade "de que para saber ensinar não bastam a experiência e os conhecimentos específicos, mas se fazem

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

necessários os saberes pedagógicos e didáticos". Assim, fica evidente que a metodologia está envolvida juntamente com a prática e a didática, desse modo, caminhando para levar o aluno à uma aprendizagem, onde são apontadas as melhores estratégias para aprender e utilizar o conhecimento no seu agir, enquanto cidadão, "[...] os saberes da experiência são também aqueles que os professores produzem no seu cotidiano docente, num processo permanente de reflexão sobre sua prática, mediatizada pela de outrem, [...]" (PIMENTA, 2005, p. 20).

A professora destaca a importância do uso de metodologias diversificadas, para atrair a atenção do alunado, estas que variam entre debates, jornais e filmes. Lembrando que, o uso desses recursos só é aceitável, se tiver relação explícita com o tema e se os mesmos, forem usados juntamente com materiais direcionadores para o aproveitamento do mesmo.

Trabalhar as propostas de utilização de novas metodologias é justamente utilizar de formas, tanto para formação e construção do conhecimento, como para ocorrência de relações de afetividade dos alunos. Fazer isso, compreende bem mais que usar uma metodologia de ensino que facilita e motiva a aprendizagem. Ressaltando que, os recursos didáticos atuam como transformadores, pois os mesmos modificam as aulas de reprodução em aulas sócio construtivas. Dessa forma, Passini (2007, p. 102) atesta

> A aula dinâmica, que tem a participação do aluno como sujeito para a construção compartilhada do conhecimento, pode ser bastante produtiva porque o aluno está motivado a buscar informações e comprometimento com as análises para comprovar seus argumentos (PASSINI, 2007, p. 102).

Sobre o Projeto Político Pedagógico, como avaliação sobre a atuação dos gestores na solução de problemas e intermediação de conflitos na escola, sobre a autonomia na tomada de decisões em relação aos alunos e docentes, ressaltando que a mesma participou da construção do PPP, tendo assim, conhecimento sobre o mesmo. Apontando qualidades que são necessárias ao professor de geografia. Ainda, faz a ressalva sobre a escassa participação da família no universo escolar.

ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Sabemos que o livro didático, tem sido através de décadas, o recurso norteador das aulas de Geografia, onde o conhecimento acerca da disciplina estava restrito a esse material didático-pedagógico, desse modo, podemos afirmar que o desenvolvimento do ensino da Geografia escolar está intrinsecamente ligado ao uso do livro didático.

Contudo, o ensino de Geografia tem passado por transformações, que não podem ser ignoradas, algumas destas, passam a levar em consideração a percepção do aluno sobre os conteúdos da disciplina, essas mudanças ocasionaram, também, modificações nas estruturas dos livros didáticos.

Contemporaneamente, percebemos as novas propostas para o uso do livro didático, em que, este passa a ser apenas auxiliar, deixando de lado a sua função de guia de práticas metodológicas, este aliado a outros recursos didáticos para colaborarem no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

É importante notar que, os livros didáticos no Brasil, trazem em suas capas, indicações que apontam os currículos escolares adotados como referência para a sua elaboração, atualmente, essa ação corresponde a demonstração de relação do material com os PCN’s, estes estabelecidos em 1998 e regentes dos conteúdos de ensino do país.

A estrutura do livro didático está dividida em seis unidades que, por sua vez, subdividem-se, cada uma, em capítulos. Na abertura das unidades, encontram-se imagens, estas, sempre relacionadas às temáticas que serão explanadas nos capítulos que compõem as unidades. Ainda referente às imagens, identificamos a existência de questões voltadas para a interpretação das mesmas, esses questionamentos servem, também, como introdutores ao tema abordado e configuram-se como uma forma de captar os conhecimentos primários do alunado acerca da temática.

Assim, essa forma de introduzir aos conteúdos, colaboram para o processo de aprendizagem dos alunos, objetivando, a continuidade ao procedimento de alfabetização geográfica dos educandos, facilitando a aquisição de habilidades e competências fundamentais, para a compreensão da realidade que o estudante está inserido.

O que propomos são questões, voltadas para a leitura, interpretação e análise de imagens, estas, por sua vez, podem ser, fotografias, charges, cartoons, mapas,

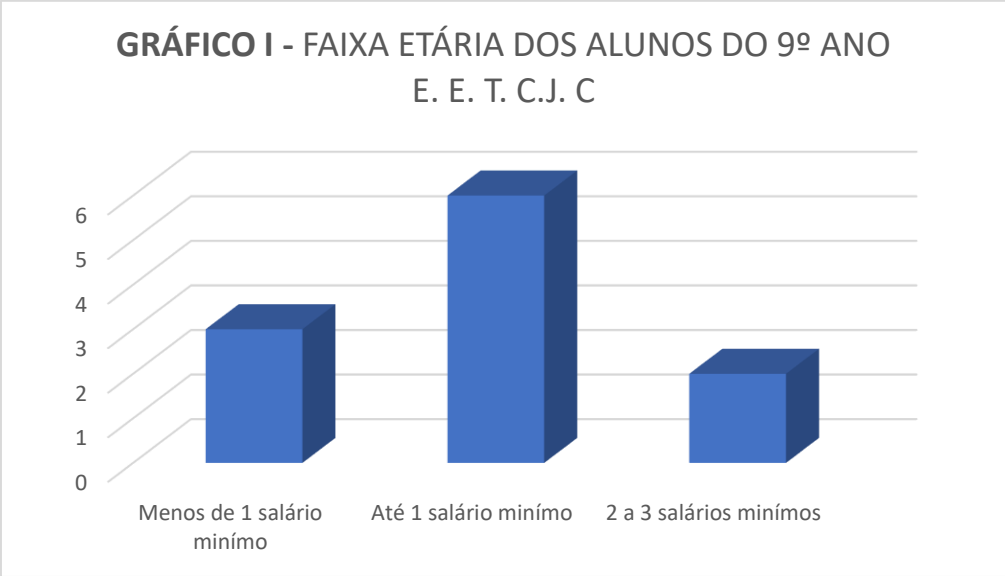
AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

infográficos, gráficos, além de textos variados que tratem do tema a ser trabalhado. É importante promover debates na turma sobre as questões onde possa ficar exposto os conhecimentos prévios de cada um.

VISÃO DO ALUNO

A escola objeto de estudo, apresenta um corpo de alunos diversificado, onde verifica-se várias faces do aspecto socioeconômico no qual a instituição está inserida, ainda, mesmo de modo superficial, é possível traçar um perfil do alunado e apontar alguns pontos relevantes para o ensino de Geografia sob o olhar destes.

Em um primeiro momento, se observou que a faixa etária dos alunos do 9º ano da Escola Estadual Tenente Celso José Correia, é diversificada, abrangendo indivíduos entre 15 a 30 anos de idade, no que se verifica uma maioria expressiva de pessoas com mais de 16 anos, como podemos observar no gráfico.



FONTE: Jacy Bezerra, 2015

Esses números apontam que os alunos estão fora da faixa de ensino, onde alguns pontos podem ser determinantes para esses dados, tais como, evasão escolar, dificuldades

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

de aprendizagem, repetências, ingresso tardio no sistema educacional, estas condições determinantes para o ensino.

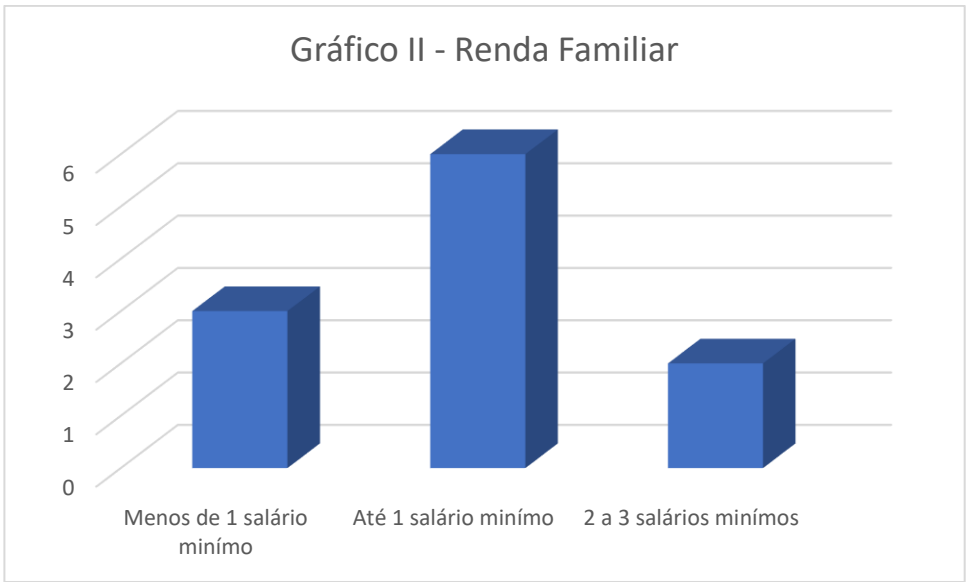
As dificuldades de aprendizagem e as sucessivas repetências estão ligadas entre si, estas também levam a outro dado significativo, a evasão escolar. É importante perceber que no momento que o aluno se depara com as dificuldades no processo de aquisição de conhecimentos, se desmotiva, acabando por deixar de frequentar as aulas, ou mesmo, sendo levado pela rotina do ano letivo.

A avaliação escolar, também desempenha papel preponderante nesses dados, sabemos que o processo de avaliação é um instrumento importante para o trabalho do docente, este que precisa estar a par do desenrolar de todo o processo de ensino e aprendizagem, no entanto, avaliar não se constitui como uma tarefa simples. Libâneo (p. 202) diz que "a avaliação do rendimento escolar deve centrar-se no entendimento de que as capacidades se expressam no processo da atividade do aluno em situações didáticas. Por essa razão, é insuficiente restringir as verificações a provas no final de bimestres".

A avaliação deve se constituir como um processo no qual se contemple os eixos da aprendizagem dos alunos e que se leve em consideração as habilidades desenvolvidas por eles, logicamente, atreladas a disciplina de Geografia e aos conteúdos estudados dentro da ciência.

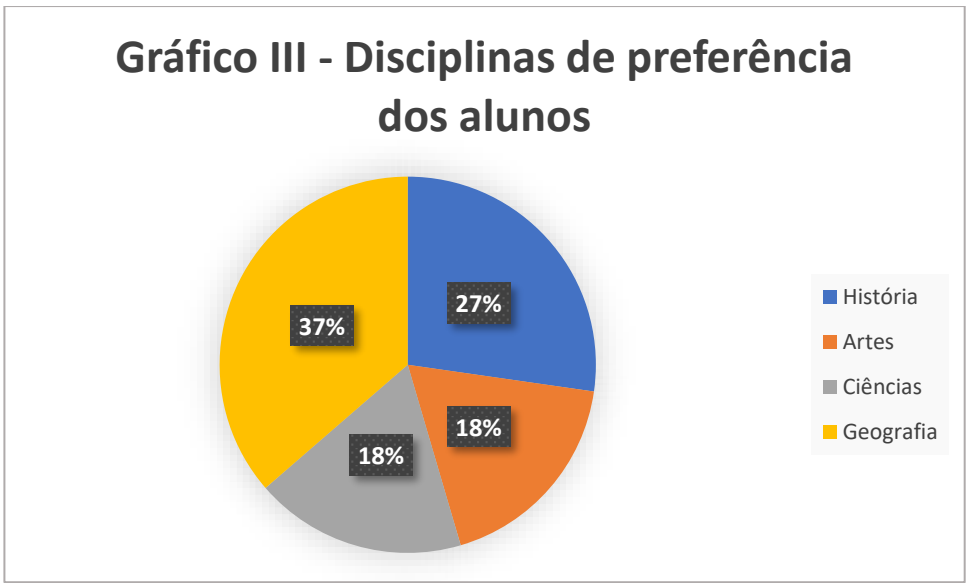
Outros motivos que podem influenciar na escolarização tardia desses alunos é a renda familiar, onde as dificuldades financeiras podem configurar-se como coadjuvantes no desempenho desses alunos, visto que a maioria dos entrevistados compõem o grupo de baixa renda, como podemos observar no gráfico II:

A baixa renda das famílias dos alunos da escola, proporciona traçar o perfil socioeconômico da mesma, onde os aprendentes muitas vezes não têm opção que não seja frequentar a instituição, são alunos de bairros variados, que na maioria das vezes já presenciaram situações de violência e uso de entorpecentes. Os alunos quando questionados, informaram que escolheram a escola, devido à proximidade da mesma a suas residências.



FONTE: Jacy Bezerra, 2015

O alunado apresenta opinião diversificada sobre a disciplina de sua preferência, levando em consideração a afinidade com o professor titular, seu interesse por aprender os conteúdos das mesmas e o perfil das aulas que são ministradas durante os horários correspondentes às disciplinas. Percebemos através do gráfico III que as opiniões acerca da preferência são bastantes direcionadas a algumas disciplinas em especial, como podemos observar abaixo:



FONTE: Jacy Bezerra, 2015

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Notamos que a geografia aparece ao lado de história como as disciplinas que apresentam mais afinidades com os alunos. Mesmo com esse resultado, temos que ficar atentos ao motivo que leva a essa escolha. Em muitos casos os alunos as preferem por serem de ciências de assimilação simples. É importante lembrar que para alguns alunos a geografia é uma disciplina enfadonha, apenas de memorização e que não apresenta conexão com seu mundo de vivência, não exercendo nenhuma utilidade sobre a vida do indivíduo.

Ressaltando que essa concepção, surgiu ainda quando a Geografia Tradicional era pungente nas escolas, onde os professores apenas reproduziam conhecimentos, fazendo uso de um ensino bancário, no qual apenas são depositadas as informações, sem nenhuma reflexão sobre estas. Os conteúdos aparecem compartimentados e, geralmente, alheios a vida do indivíduo, contudo, essa ainda é uma prática sobrevivente em algumas escolas do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do quadro exposto ao longo dessa pesquisa, fica evidenciado alguns problemas no ensino da geografia escolar, no que concerne à Escola Estadual Tenente Celso José Correia, na cidade de Assú-RN, contudo a realidade apresentada não está restrita apenas a essa instituição, mas espalhada por todo país.

As novas perspectivas para o ensino de Geografia, apontam mudanças significativas no cotidiano escolar, englobando o aluno e o professor, apoiados pelos textos que fundamentam a LDB, dos PCN’s e das DCN’s, vemos surgir interesse renovado pela qualidade da escola pública, contudo, ainda nos deparamos com a manutenção da Geografia Tradicional e de metodologias cristalizadas.

Refletindo sobre os vários pontos explanados percebemos que o processo de mudança está longe de atingir uma significativa porcentagem dos professores, o ensino continua impregnado de vicissitudes, onde vemos que a cada dia os alunos têm menos paciência para ouvir os docentes a escola vem perdendo seu principal foco de ação social.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A necessidade da formação do professor, ainda é tema irrelevante por parte do sistema de ensino, a exemplo disso, vemos a professora da escola campo de pesquisa, que é licenciada em História, porém há 18 anos ministra a disciplina de geografia. É inegável que a formação acadêmica do professor é deixada de lado, com isso as perdas no ensino são gritantes. Ao abrir mão, do profissional habilitado na área de atuação, acabamos deixando de lado aspectos da ciência que apenas o profissional voltado para essa vertente poderia orquestrar.

Os conteúdos que abrangem a Geografia Física, são marginalizados e ensinados de forma inadequada, acabando por fragmentar o ensino e fundamentando a dicotomia entre os dois ramos da Geografia, cometendo o pecado de ensiná-las sem fazer as devidas correlações, apontado para os alunos importância do meio físico para a sociedade.

Ainda, observamos que a professora manifesta interesse em especializar-se em Ensino Religioso, disciplina totalmente contrária a de sua formação e aquela que leciona, indo contra todas as recomendações das diretrizes adotadas no Brasil para a educação e ensino de disciplinas específicas.

Lembrando que o profissional conhecedor da ciência que ministra, é capaz de introduzir o alunado a conquistar autonomia intelectual, onde os alunos se classificaram como sujeitos sociais, enxergando-se como capazes de intervir e no lugar onde vivem.

Quando voltamos nossas atenções aos PCN’s, notamos que referente à interdisciplinaridade, existem falhas, partindo da diferenciação entre o que é interdisciplinar e o transversal, principalmente no que concerne a execução de projetos em sala de aula, onde não fica explicitado como interagir e integrar conteúdos trabalhados em disciplinas diversas.

É importante lembrar que devido a sobrevivência da Geografia Tradicional nas escolas atuais, vemos que a geografia escolar induz o aluno a pensar na realidade, porém ocultando o papel fundamental que ele exerce na sociedade e na construção do espaço que o cerca.

Nesse aspecto o professor deve ser flexível e saber se moldar às mudanças que ocorrem no espaço globalizado, alimentado pelo meio técnico-científico e informacional,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

buscando aproximação com as demais áreas do conhecimento, enveredando por novos encaminhamentos que atendam às exigências sociais, escolares e do alunado.

Faz-se necessário a avaliação desse referencial da educação nacional, para que tenhamos clareza de seus riscos e limites. Indagações sobre até que ponto elas constituem mudanças significativas na qualidade do ensino, ou se corroboram para a manutenção das políticas educacionais dominantes em nosso país. Nessa perspectiva, pensar as questões do ensino e adequá-las às regras da globalização e da visão da sociedade, busca-se "Uma Geografia que não seja apenas centrada na descrição empírica das paisagens, tampouco pautada exclusivamente na interpretação política e econômica do mundo; que trabalhe tanto as relações socioculturais da paisagem como os elementos físicos e biológicos que dela fazem parte, investigando as múltiplas interações entre eles estabelecidas na construção de um espaço: o espaço geográfico" (PCN's, 1998, p. 106).

A escola campo de estudo, apresenta falta de estrutura e inadequação de algumas salas, estas que não têm sequer ventiladores. Isso de certo modo, colabora para a desmotivação do alunado e do professorado, onde as condições físicas do meio acabam por atrapalhar o aprendizado.

A instituição de ensino deve se propor a abrir um leque de opções para que os educandos percebam que podem alcançar uma realidade diferente, modificando a partir do meio em que estão inseridos, aproveitando aí as experiências vividas por eles para dar significado ao aprendizado.

A aula deve ser transformadora, resultado de um espaço que permita o diálogo e a expressão dos conhecimentos prévios, do cotidiano, onde se abram outras possibilidades de abordagens e temas para gerar novas visões acerca do estudado. Nesse sentido, o uso de recursos metodológicos é importante, pois retira o aluno do jugo criado pelas aulas apenas expositivas auxiliadas e, muitas vezes, embasadas pelo livro didático.

Partindo desse pressuposto, vemos que existe a necessidade "de que para saber ensinar não bastam a experiência e os conhecimentos específicos, mas se fazem necessários os saberes pedagógicos e didáticos" (PIMENTA, 2005, p. 24). Fica evidente que a metodologia está intrinsecamente relacionada com as práticas didático-pedagógicas, que podem levar o aluno a aquisição de conhecimento, saindo das aulas

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

entediantes e cansativas, que apenas contribuem para a memorização dos conteúdos, sem nenhuma análise dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. D. de. **Do desenho ao mapa:** iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2001.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALLAI, H. C. A Geografia e a Escola: Muda a Geografia? Muda o Ensino?. Revista **Terra Livre**, n. 16. (p. 133-152). São Paulo, 2001.

_____. Aprendendo a ler o mundo: A Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Caderno Cedes.** Vol. 25, n.66, p. 227-247, maio/agosto. Campinas: 2005.

CASTELLAR, S. M. V.; MORAES, J. V. **Ensino de Geografia.** São Paulo: Cengage Learning, 2010. Coleção Ideias em Ação. Org: Anna Maria Pessoa de Carvalho.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Digitalização: 2003.

LIBÂNEO. J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994

MELO, A. A. **Trajetórias do ensino da Geografia no Brasil:** 1978 a 1996. 2001. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

NÚRIA, H. C.; PAGANELLI, T. I; PONTUSCHKA, N. N. **Para ensinar e aprender geografia** 1°ed. São Paulo; Cortez, 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia e ensino: os parâmetros Curriculares Nacionais em discussão. In. CARLOS. A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Orgs.). **Reformas no mundo da educação** – parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, M. I. de. **Indisciplina Escolar**: Determinantes consequências e ações. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

PASSINI, E. Y. **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

PONTUSCHKA, N. N. Geografia, Representações Sociais e Escola Pública. **Terra Livre**. São Paulo, n. 15, p. 145-154, 2000.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

SILVA, F. de C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. In. **Educar**, nº 28. Curitiba: Editora da UFPR, 2006

VESENTINI, J. W. A Formação do Professor de Geografia – Algumas Reflexões. In: PONTUSCHKA, Nídia N. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). **Geografia em Perspectiva:** Ensino e Pesquisa. São Paulo: Contexto, 2009. p. 235-240.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XVIII

O LÚDICO: JOGOS E BRINCADEIRAS NA CONTRIBUIÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Josenildo Batista da Silva[58];
Rosa Primeira Sunamita Batista do Nascimento da Trindade Neta[59];
Alyson Matheus da Silva Rodrigues[60]; Verônica Cristina Rodrigues de Oliveira[61].
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-18

RESUMO: Este trabalho trata do tema lúdico e procura enfatizar sua utilização como elemento, recurso facilitador de aprendizagem. Este ainda concentra-se no estudo da inserção e presença da ludicidade no cotidiano escolar da educação infantil. No primeiro capítulo, procura se enfatizar o papel da educação infantil tendo como suporte os autores Ariés (1981) e Wajskop (2005) dentre outros, e nele tratam-se dos brinquedos e brincadeiras na história da educação como agem e seus benefícios cognitivos para as crianças, fala-se dos eixos norteadores da educação infantil que é o cuidar, educar e brincar que tem por objetivo o melhoramento de educação com base nesses eixos. Abordar-se-á os jogos e as brincadeiras da antiguidade e que os mesmos contribuíram para sua inserção no desenvolvimento infantil e na educação atual. Mostrando assim a importância da utilização dos jogos e brincadeiras na educação infantil como metodologia para um aprendizado eficaz e de sucesso.
PALAVRAS-CHAVE: Lúdico. Educação Infantil. Aprendizagem.

THE PLAYFUL: GAMES AND PLAY IN THE CONTRIBUTION OF LEARNING IN CHILD EDUCATION

ABSTRACT: This research deals with the playful theme at the Municipal School Professor Maria do Rosario Freire of child education in the city of Pending Rio Grande do Norte and seeks to emphasize its use as an element, as a resource facilitator of learning. This also focuses on the integration of study and presence of playfulness in everyday school life of early childhood education. The first chapter seeks to emphasize the role of early childhood education being supported by Ariès authors (1981) and Wajskop (2005) among others, and it these are the toys and games in the history of education as act and its cognitive benefits for children, speak of the guiding principles of early childhood education that is caring, educate and play that aims to improve education based on these

[58] Graduado em pedagogia - UVA. Pós-graduação em Ensino de Educação Física e Psicomotricidade – FAVENI. Pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais – FIAVEC. Pós-graduação em AEE – Facuminas. Mestrado em Ciências da Educação - Universidad Evangélica Del Paraguay. Acadêmico em Educação Física – Uninta. Professor no município de Guamaré/RN. E-mail: denis_f_uracao@hotmail.com
[59] Licenciada em Pedagogia - ISEP. Especializada em Educação Infantil e Ensino Fundamental -FMB. Cursando Gestão Escolar - IPEBRAS. Professora da educação básica no município de Macau/RN e Pendências. E-mail: sunamitarosa6@gmail.com
[60] Licenciatura em Biologia – IFRN. Especialista em psicopedagogia clínica e institucional – FAVENI. Mestrando em Ciências da educação - Universidade World Ecumênica. Gestor da Escola Municipal João Felipe (Pendências) e docente no município de Porto do Mangue. E-mail: matheusdemaria@outlook.com
[61] Licenciada em pedagogia – ISEP. Especialização em Educação Infantil e Ensino Fundamental – FMB. Professora da Educação Básica no município de Macau/RN. E-mail: veronicacris123@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

axes. Address will be games and games of antiquity and that they contributed to their inclusion in child development and education today. Thus showing the importance of using games and play in early childhood education as a methodology for effective learning and success.
KEYWORDS: Playful. Children. Learning Education.

INTRODUÇÃO

O interesse pela temática dos jogos e brincadeiras vivenciadas na infância como elemento mediador da aprendizagem na educação Infantil, parte da prática educacional com crianças na faixa etária de 4 a 6 anos. Na prática observamos que a maior parte das crianças, aprenderá com maior facilidade através de jogos e brincadeiras. Por esse motivo o trabalho com os jogos tornou-se fundamental na medida em que sua estrutura e dinâmica estão presentes em todos os períodos do desenvolvimento e socialização do ser humano enquanto cidadão.

O brincar faz parte da natureza humana infantil, não uma natureza biológica, mas social. É através da brincadeira e do jogo que a criança utilizando-se de um processo imaginativo mediatiza os conflitos gerados pela tensão entre a realidade que ela vai se apresentando e as frustrações de nem sempre realizar seus desejos. O jogo lúdico é a ação da criança sobre o mundo. Acreditamos que quando brincamos com a criança não perdemos tempo e sim ganhamos, pois é a melhor forma de iniciar a formação integral dos seres humanos.

Desejando auxiliar o desenvolvimento pleno das crianças utilizando o lúdico esta pesquisa está inserida e voltada para a educação infantil nível II. Ela está relacionada ao papel que o lúdico pode desempenhar quando aplicado aos processos de aprendizagem. Esperamos desse estudo que ele possa contribuir para um melhor aproveitamento dos recursos lúdicos quando aplicados ao processo de aprendizagem. Igualmente espera-se que tanto os educadores quanto os professores possam, partindo dessa proposta, levantar informações que levem à otimização do seu trabalho.

Nessa perspectiva, ressaltamos que o brincar é inerente ao ser humano e estabelece uma relação entre brincar e aprender pode tornar o processo de aprendizagem prazeroso e ao mesmo tempo enriquecedor para a criança. Por meio da participação em jogos e brincadeiras o aluno interage e socializa integrando-se com os outros. É necessário que a

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

criança encontre na escola um espaço favorável às suas brincadeiras, uma vez que brincar leva-a a combater seus medos, experimenta novas sensações, assume vários papéis, faz descobertas sobre si e sobre o outro. Sendo assim é fundamental compreendermos a importância da inserção e utilização de jogos e brincadeiras na prática pedagógica.

A aprendizagem lúdica é assunto que tem conquistado espaço no panorama educacional. Os jogos e brincadeiras são a essência da criança, e utilizá-los como ferramentas no cotidiano escolar possibilita a produção do conhecimento, da aprendizagem e do desenvolvimento da criança. Portanto, precisamos perceber a escola como um espaço para os alunos vivenciarem a ludicidade como meio para desenvolver a atenção, o raciocínio, a criatividade e a aprendizagem significativa. Cabe ao professor criar um ambiente que reúne elementos motivadores em que a criança sinta prazer na realização das atividades. Através da mediação pautada numa acolhedora relação professor/aluno, de um planejamento adequado na organização do trabalho pedagógico, teremos uma aprendizagem significativa para os alunos.

A temática o lúdico, jogos e brincadeiras vivenciadas na infância como elemento mediador da aprendizagem na educação infantil, é um meio de procuramos entender o universo da criança e entender a sua importância viabilizando o prazer em aprender através da utilização dos jogos e brincadeiras na prática pedagógica, pois é possível perceber que a escola precisa abrir um espaço para que os alunos vivenciem a ludicidade como meio para desenvolverem a atenção, o raciocínio, a criatividade e a aprendizagem significativa.O jogo e o brincar caminharão juntos desde o momento que se tem registro e lembranças de uma criança que joga e brinca. Eles são característicos de cada momento histórico e de cada cultura.

Nesse contexto, definimos como objetivos analisar de que formas são utilizadas as brincadeiras para o desenvolvimento da criança, bem como identificar os diversos tipos de brincadeiras para as crianças, além de saber introduzir as diversas brincadeiras no aprendizado da criança e resgatar a importância do brincar, do cuidar e do aprender no desenvolvimento da criança. Nesse intento, o presente trabalho está dividido em capítulos, sendo a introdução, o qual fala sobre a importância do brincar para desenvolvimento e aprendizagem das crianças da educação infantil. Já o segundo, fala

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

sobre a história da educação infantil Em seguida, o terceiro capítulo fala sobre os Eixos norteadores: Educar, Cuidar e Brincar, O quarto que fala sobre o conceito dos jogos, brinquedos e brincadeiras, com a apresentação enfática das Bases Legais da Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o brincar e o desenvolvimento da criança No quinto capítulo, apresentamos o jogo na visão piagetiana, em sequência vêm as considerações finais, seguidas das referências.

HISTORIANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL

Para melhor entendermos a importância do lúdico, é necessário saber qual a visão da criança que predomina na sociedade atual. O senso comum ao definir o conceito da criança, parte do referencial do adulto. Aurélio (2001) define como criança aquele ser de pouca idade, menino ou menina, pessoa. Mas será que esta definição serve para caracterizar qualquer criança? Será que só se pode entender o significado de criança tomando como indicativo a figura do adulto?

A maioria das pessoas ao conceituar a criança, refere-se à realidade, mas próxima de si e ao fazê-lo a concepção de infância fica contextualizada e desvinculada da estrutura sociopolítico-cultural na qual ela está inserida. Torna-se difícil entender a criança, levando em conta apenas a sua história sociocultural, e/ou em reduzi-la a um ser único e a partir desses pré-entendimentos acaba ocorrendo generalizações e aumentando as dificuldades em relação ao entendimento do mundo infantil.

A medicina do século XI não possuía a mesma estrutura dos dias atuais da humanidade em função do desconhecimento da tecnologia científica, tinha uma expectativa de vida baixa. Ora o não avanço nas técnicas medicinais aliados à falta de higiene foram os principais responsáveis pelo alto índice de mortalidade infantil. As crianças da sociedade medieval, quando conseguiam vencer a barreira da morte eram vistas como adultos em miniatura.

Porém, atualmente esse conceito de adulto em miniatura sumiu, e a importância da criança na vida social é enfatizada cada dia mais, tendo em vista seu futuro e o importante lugar que ela assume dentro da família.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Neste contexto, Áries (1981, p. 184) declara que:

> Tudo o que se referia às crianças e a família torna-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro das crianças, mas também sua simples presença e existência eram dignas de preocupação, a criança havia assumido um lugar central dentro da família.

Cabe aqui destacar que as crianças desta época, quando conseguiam viver sem auxílio de mães, eram introduzidas no mundo dos adultos. Essa passagem rápida no mundo infantil para o mundo dos adultos restringia e negava as necessidades infantis de uma convivência mais prolongada com os brinquedos, brincadeiras e com as crianças de mesma faixa etária como um bloco homogêneo com dimensões e funções sociais pré determinadas. A partir das grandes descobertas científicas dos meados do século XVI o aumento da expectativa de vida do homem na sociedade feudal, e simultaneamente a atuação dos pedagogos humanistas e médicos iluministas proporcionou uma mudança no sentido de família dando origem a família nuclear, a organização familiar que mudou a forma de ver a criança.

O novo sentimento de infância que estava surgindo fez com que a criança fosse vista por outro ângulo a forma de agir espontânea e sua gentileza davam um enfoque nas relações sociais. A partir destas mudanças surge o primeiro sentimento de infância dominado pelo paparico (termo usado para designar agrados excessivos a uma criança). Este primeiro sentimento de infância fez com que a criança da idade média ficasse mais próximas de suas famílias, enfim o reconhecimento da natureza infantil intensificou a interação criança-criança ao mesmo tempo os brinquedos e as brincadeiras começaram a ter um caráter infantil o que segundo Wajskop (1995) para Vygotsky:

> (...) a criança desenvolve-se pela experiência social, nas interações que estabelecem desde cedo, com a experiência sócio-histórica dos adultos e do mundo por eles criado e dessa forma a brincadeira é uma atividade na qual as crianças são introduzidas constituindo-se em um modo de assimilar e recriar a experiência sociocultural dos adultos.

A evolução industrial foi outro marco de mudanças sociais. O cercamento dos campos fez com que houvesse um grande deslocamento do trabalho do meio rural para o centro industrial urbano. Esta mudança se deu sem que as áreas urbanas estivessem preparadas para receber grande massa humana. A ambição capitalista por obtenção de lucro impunha aos trabalhadores, neste estavam incluídos mulheres e crianças, numa jornada de trabalho de 14 horas por dia. Em nome de uma necessidade eminentemente

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

burguesa de moralizar e proteger as crianças dos males oriundos da nova realidade capitalista foi imposto gradualmente a sociedade moderna, o segundo sentimento de infância baseada na moralização associado à higiene e saúde física. Educadores e pesquisadores do século XX realizaram estudos e pesquisas direcionadas ao novo papel da criança que deixou de ser um ser pequeno e ingênuo que deve ser protegido dos males da sociedade para se transformar em um ser com entendimento a partir da condição histórica-política-social.

Fazer com que a sociedade contemporânea tenha um entendimento de infância a partir de sua condição de ser histórico, político e sociocultural representa um grande desafio para grandes teóricos e educadores deste século, principalmente os profissionais ligados à educação infantil. Costuma-se pensar que a origem dos brinquedos e brincadeiras está relacionada historicamente com atividades essencialmente infantis, visão esta que está baseada na realidade lúdica das crianças na contemporaneidade, onde os brinquedos são projetados para atender as necessidades essencialmente infantis, mas nem sempre foi assim. Primitivamente às brincadeiras eram usadas por adultos com apelos religiosos ou de entretenimento.

EIXOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: EDUCAR, CUIDAR E BRINCAR

Muito se tem discutido a respeito do atendimento das crianças de 4 a 6 anos, a natureza de seus programas, seu universo, limitações e possibilidades. A trajetória da educação infantil sempre esteve ligada ao conceito de infância que o homem contribuiu ao longo da história e consequentemente as políticas voltadas para esta faixa etária. Assim sendo, educar é constituir momentos que exprimem cuidados, que desenvolvam as capacidades infantis de acordo com a realidade social e cultural em que ela vive.

De acordo com o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 23):

> Educar significa, portanto propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis, de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso pela criança aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

É de suma importância que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar não mais diferenciadas e nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com crianças pequenas ou aquelas que trabalham com as demais idades, advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos, sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados aos mais variados conhecimentos para a construção da autonomia. E dessa maneira, tornar a educação infantil aberta para todas as crianças possam frequentar a escola e enriquecer sua cultura e seu aprendizado. Desta maneira as escolas exercem seu papel proporcionando momentos de interação das crianças.

De acordo com o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 23):

> A Instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento a inserção social. Cumpre um papel socializador, proporcionando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagem diversificadas realizadas em situações de interação.

Todavia, as escolas oferecem às crianças condições para as aprendizagens e que esta ocorra também nas brincadeiras, advinda de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens de natureza diversa. Ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil e proporcionam novos meios de aprendizagem.

Para educar, faz-se necessário que o educador crie situações que seja e tenha significação para a aprendizagem, pois se quiser alcançar os objetivos que propõem seu planejamento é preciso desenvolver habilidades cognitivas, psicomotoras e socioafetiva, mas sobretudo é imprescindível que a criança seja vista como um ato inacabado, e que seja sempre sujeito a novas inserções, a novos recursos e novas tentativas. Neste processo, no contexto da educação infantil, os procedimentos estão ligados ao cuidar. Propiciará situações de cuidados orientadas de forma que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança. Segundo RCENEI (BRASIL, 1998, p. 23).

> Com esse processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimentos das potencialidades corporais,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

afetivas, emocionais, estéticas e éticas na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Cuidar é parte integrada da educação no contexto educativo demanda da integração de vários campos de conhecimentos e da cooperação de profissionais de diferentes áreas com intuito de ajudar o ser humano, e isso significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades, criando dimensões afetivas e emocionais pois estas estão em sintonia com os aspectos biológicos do corpo, cuidados relacionados com a qualidade da alimentação, cuidados com as oportunidades de acesso ao conhecimento. Segundo o RCNEI (1998, p. 75): Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, capacidades disso depende a construção de um vínculo afetivo entre quem cuida e é cuidado.

Atitudes e procedimentos de cuidados são influenciados por crenças e valores em torno da saúde, educação e do desenvolvimento infantil. Necessidades comuns são formas de identificá-la, valorizá-la e atendê-las construí-las sócioculturalmente, pois o professor deve saber identificar as necessidades da criança e priorizá-la através dos conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das mesmas levando em considerações as diferentes realidades socioculturais em que elas vivem.

O brincar faz parte do mundo da criança, assim elas aprendem o espírito de grupo, aprendem a tomar decisões e percebem melhor o mundo dos adultos sem falar que as aulas se tornam mais atraentes e assim o professor poderá desenvolver diversos conteúdos gerando uma nova interação entre os materiais curriculares. Com o brincar a criança entra no mundo dos sonhos, das fábulas mostrando o sentimento, usando sempre sua imaginação. Pois é por meio das brincadeiras que o professor pode observar e construir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjuntos e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõe.

Ao brincar a criança conhece através de suas mãos tudo aquilo que esta ao seu redor, ela também passa a conhecer seus limites através do seu físico e de tudo que o ambiente lhe propõe. Ao jogar ela se sente livre sem a interferência da presença do adulto e neste momento passa a reconhecer o valor de tudo que pratica.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

De acordo com Araújo (1992, p. 14):

> É fundamental o jogo na vida da criança, pois quando ela brinca, explora e manuseia tudo aquilo que esta a sua volta através de esforços físicos e mentais e sem se sentir coagida pelo adulto começa a ter sentimento de liberdade e satisfação pelo que faz dando, portanto real valor e atenção as atividades vivenciadas naquele instante.

Conhecendo o valor educativo contido nos jogos e brincadeiras o educador poderá alcançar um desenvolvimento globalizado, atingindo necessidade de seu aprendiz de forma que este seja um sujeito na construção de seu conhecimento, pois o encanto natural das crianças de todas as idades e realidades sociais pelo brincar, nos faz pensar na importância dos jogos e brincadeiras como parceiros do processo de ensino-aprendizagem.

Ressaltando que o eixo do ensino aprendizagem depende em grande parte da interação professor/aluno, pois o mesmo é um facilitador da aprendizagem e assim deverá criar condições para que as crianças explorem seus movimentos. Guie seus alunos para ações participativas em tarefas e atividades que façam aproximar mais as crianças dos conteúdos através do brincar. Sabendo que é um meio de expressão e crescimento da criança mesmo assim, sabendo que essa ação depende do contexto na qual está inserida independente de época, classe social e outros fatores.

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequenta, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social e que permitem aproximação entre as extensões: educacionais e sociais, ambas propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens, realizadas em situações de interação, em um contexto atualizado.

Haddad (2003, p. 16):

> A expressão “educação e cuidado infantil” propõe um terceiro modelo, um novo paradigma que indica a necessidade de uma aproximação entre as dimensões sociais e educacionais do atendimento em uma atenção conjunta às necessidades da criança e da família no contexto da modernidade.

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e a ajudar desenvolver capacidades, o cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. O desenvolvimento integral depende tanto dos

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde quanto da forma que esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados.

CONCEITUANDO JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

A palavra jogo é de origem latina – ludus-, ludere que indicava movimentos rápidos, mais tarde designou festas religiosas, ritos de iniciação, arte cênica e até mesmo os jogos de azar.

Historicamente o lúdico esteve presente nas atividades diárias dos diversos povos, uma das figuras mais antigas que evocam a ideia de jogo e a imagem de Zeus, que joga a bola para sua Naí, a bola representava o Sol, astro rei, em movimento em torno da Terra. A figura mitológica movimentava-se em torno do objeto lúdico e a atividade realizava-se pelo prazer da ação, do movimento.

A infância de cada povo traz consigo as concepções de homem de um determinado grupo, refletindo nas práticas dos pequenos, os comportamentos e valores manifestados pelos adultos. Jogar de forma cooperativa é uma atividade criativa que, facilita a criança, encontram-se consigo próprio, com o ambiente e com os outros, faz com que ela se torne um ser verdadeiramente humano.

As frases: vamos brincar ou jogar surte o mesmo efeito em crianças por se tratar a final de duas palavras com o mesmo significado o que se propõe nas duas atividades que por serem distintas podem dividir o grupo entre os que responderão eu prefiro brincar e outras dirão eu prefiro jogar. Certamente encontraremos professores que utilizarão as palavras jogo, brinquedo e brincadeira como sinônimo, outros, no entanto, marcarão uma diferença entre elas que remota a sua própria história de vida. De acordo com Weis (1993, p. 20):

> A importância do jogo para o desenvolvimento da criança foi reconhecida recentemente. Ainda no século passado, predominava a ideia de que a criança era uma miniatura do homem e, portanto os brinquedos em particular os bonecos, lembravam os adultos com todos os seus detalhes.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Podemos, portanto, dizer que há pelo menos dois aspectos nessa questão. O primeiro diz respeito às palavras que podem assumir diferentes significados desde a nossa infância bem como ao longo da fase adulta, ou seja, antes da formação profissional utilizamos certas palavras e com ela possíveis significados passam a surgir após a aquisição do conhecimento científico é que aprendemos o real significado das palavras, e dessa forma reflexões desde o ponto de vista feito por Piaget, Winncott e outros tais conceitos e/ou significados já estavam marcados pelas vivências de casa, pois as crianças nomeiam o seu brincar, que este irá de acordo com a cultura em vive.O segundo aspecto refere-se aos diferentes significados que uma mesma palavra pode assumir ao longo dos tempos. Se pegarmos um dicionário de 5 anos atrás certamente a definição de certas palavras como: jogo, brinquedo e brincadeira estão empregadas a uma visão de época. Nos dias de hoje, observamos que há uma clara deficiência entre o jogo e brinquedo e entre brincadeira e brinquedo. No entanto, tanto o jogo e brincadeira podem ser sinônimos de divertimento.

A antiguidade entre os termos se consolida com o uso que as pessoas fazem dela. A primeira e talvez mais forte imagem que vem a mente a quase todos quando se fala em jogos, consiste em duas pessoas sentadas jogando (xadrez, cartas, damas, etc.), ou seja, dentro dessa ideia não há movimento. No entanto, o jogo por si só se constitui em ação e assim associado ao movimento.

É claro, porém, que além das diferenças esses conceitos também possuem pontos em comum. Um deles é o de que tanto o jogo quanto a brincadeira são culturais. É difícil encontrarmos exemplos de um jogo ou uma brincadeira que sendo originária de uma cultura, tenha sido assimilado por outra. Não fosse assim, de tanto assistirmos filmes norte-americanos e convivermos com pessoas que viajam constantemente aos Estados Unidos trazendo novidades de lá, nós já estaríamos hoje jogando beisebol e nossas crianças estariam brincando de doces ou travessuras na noite de Halloween. Também é através do brincar que a criança vê e constrói o mundo, expressa aquilo que tem dificuldade de colocar em palavras. Sua escolha é motivada por processos e desejos íntimos, pelos seus problemas e ansiedades. É brincando que a criança aprende que, quando se perde a criança aprende que quando se perde no jogo o mundo não se acaba.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O LÚDICO NA VISÃO PIAGETIANA

Jean William Fritz Piaget nasceu na Suíça em 1896 e morreu em 1980, foi um grande epistemológico, contribuindo muito para o estudo do desenvolvimento cognitivo. Em todas as suas obras sempre enfatizou a importância do lúdico para o desenvolvimento das crianças, pois em seus estudos viu que o jogo é essencial para o desenvolvimento infantil, a atividade lúdica é o berço das atividades intelectuais da criança, sendo por isso, indispensável à prática educativa.

Piaget (apud KAMILL, 1991, p. 10),

> (...) é uma forma de atividade particularmente poderosa para estimular a vida social e a atividade construtiva da criança (...) é verdade que na maioria das minhas publicações tenho lidado com vários aspectos do desenvolvimento cognitivo, particularmente com o desenvolvimento da operatividade, mas acredito que nos meus primeiros trabalhos já enfatizei a importância das trocas interindividuais.

No decorrer do desenvolvimento infantil, Piaget (1964), reconhece que os jogos infantis estão classificados segundo três grandes estruturas: do exercício, do símbolo e da regra, sendo que os jogos de construção figuram como transição entre os três tipos. Baseando-se na psicologia genética, o autor apresenta a natureza do jogo de acordo com o estágio de desenvolvimento do indivíduo, apontando as características dos jogos conforme os quatros estágios.

No estágio sensório-motor, de 0 a 2 anos, o jogo caracteriza-se como sendo de exercícios ou funcionais, pois está relacionado aos aspectos motores da criança. Os jogos funcionais, muitas vezes, são movimentos como abrir e fechar os braços, mexer em objetos e provocar sons. Nos jogos de exercício, que aparentemente significam apenas pura repetição de gestos, a criança tem seus objetivos alcançados, pois age para verificar o resultado de sua ação.

Nesse período a criança inicialmente realiza exercícios motores mais diferenciados utilizando as mãos. É prazeroso para ela rasgar, encaixar objetos, desmontar e montar coisas, intencionalmente. De uma forma intencional, os exercícios motores dos músculos amplos e finos passam a ser dirigidos e aplicados, ocorrendo estímulos para manifestações psicomotoras. Dessa forma, por mais simples que seja as brincadeiras, correspondem a importantes estímulos ao desenvolvimento intelectual da

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

criança, pois o número de registro em seu cérebro é proporcional ao número de informações que recebe.

Na fase simbólica, a criança imita e verifica o que sua ação produz. Experimenta, manipula objetos e dá forma a seu mundo conforme suas impressões, ao mesmo tempo em que registra ocorrência na memória e as cria. Nesta etapa de desenvolvimento, a criança gosta e necessita de ouvir e contar histórias, brincar de adivinhações, de esconde-esconde e participar de atividades como canto, exercícios físicos, descobertas, montagens, encaixes e ter contato com o alfabeto. Essas manifestações constituem puro simbolismo, representado na mente. A criança aprecia brincar de casinha, de motorista, de cavalo-de-pau, dança etc. para expressar o mundo que viu e interiorizou.

Nesta fase, a criança gosta de movimentar seu corpo, corre, pula, nada, exercita-se, desenvolvendo-se fisicamente. As atividades de desenhar, pintar, rasgar, pegar, amassar, modelar e bordar desenvolvem os movimentos finos. A imitação está sempre presente e cada novo conhecimento adquirido fortalece seu desenvolvimento. Ao contrário do jogo de exercícios, o jogo simbólico solicita a representação de um objeto ausente como, por exemplo, quando uma criança desloca uma caixa de sapato, dizendo ser um automóvel. O jogo simbólico surge na criança no geral, por volta do segundo ano do seu desenvolvimento.

A partir do período pré-conceitual, cuja característica é o egocentrismo, o jogo torna-se basicamente maneira pela qual a criança se relaciona com o contexto social no qual está inserida. Entretanto, o jogo é também uma atividade regida por regras. O uso de objetos de acordo com sua finalidade própria, para obter resultados reais, em vez de somente figurar na imaginação, opera uma situação de transição entre a ação com objeto concreto e ação com significados. O símbolo abre o caminho para a regra coletiva. Dentro dessa ótica, o importante é que o jogo proporcione um contexto estimulador para a atividade mental da criança e de sua capacidade de cooperação, utilizando-se, ou não, de regras previamente determinadas.

A fase das operações concretas, que compreende dos 06 aos 12 anos aproximadamente, corresponde a um período no qual a criança assimila conhecimentos sistematizados, passa a estar consciente de seus próprios atos e cooperar socialmente. Os

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

exercícios físicos funcionais transformam-se paulatinamente em práticas esportivas que aliadas à arte, por exemplo, auxiliam no desenvolvimento físico e da personalidade. Com a prática a criança desenvolve movimentos amplos e finos, assimilam noções de cálculos, velocidade, equilíbrio como também normas sociais estabelecidas pelas regras do jogo. Os jogos passam a ser construções adaptadas, nas quais é exigido um trabalho mais efetivo e participativo no processo de aprendizagem e podem ser utilizados de várias formas, tornando as atividades mais prazerosas e menos exaustivas.

Nessa fase, ocorre o início do pensamento lógico, e a criança passa a ver o mundo mais objetivamente. A partir dos sete anos a criança é capaz de raciocinar sobre dimensões como largura, forma, espaço, altura e movimento, e relacionar detalhes auditivos e visuais. Ela é capaz de raciocinar fazendo agrupamentos, seriação, divisão, subdivisão, combinação e síntese, o que lhe dá condição de interiorizar conhecimentos sistematizados. A criatividade neste estágio é algo obrigatório para a criança, devido ao fato de desejar romper com as estruturas estabelecendo novas relações.

Piaget (1967, p. 87) diz que:

> Essas mudanças, reflete da construção da estrutura operatória, são possíveis, dada a vida grupal que alimenta as atividades da criança, a partir do período anterior. A convivência em grupo possibilita um intercâmbio de ponto de vista, e, portanto, um exercício de objetividade que contribui para a descontração do pensamento da criança. São as experiências de cooperação que possibilitam o início da reflexão, como forma de discurso interiorizada.

Por outro lado, os jogos possibilitam o desenvolvimento das relações sociais, pois refletem experiências e valores da comunidade em que a criança se encontra. Essa abordagem aponta para a importância das relações interindividuais, que são divididas em duas categorias: as relações de coação e as relações de cooperação. Enquanto a relação de coação sedimenta a “fase” do desenvolvimento moral denominada por Piaget (1988) de heteronomia, que significa ser governado por outro, as relações de cooperação possibilitam a construção de uma moral da autonomia, que significa ser governado por si próprio.

Na relação de coação, os sentimentos predominantes que aparecem são o medo e o amor. Por temor, as regras devem ser seguidas. Obviamente, quando não existe um risco condizente com o temor, não há necessidade de seguir as regras. Dessa forma, o respeito

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

unilateral é caracterizado como um respeito por medo do castigo ou com o próprio medo de perder o amor da pessoa que representa a autoridade. Assim as relações de cooperação desenvolvidas no jogo e brinquedos no geral, além de contribuírem para o desenvolvimento cognitivo, tornam possível a construção de uma moral de autonomia, podendo ser observada em crianças a partir dos dez anos aproximadamente ou pode até mesmo nunca ser encontrada. Nesse estágio, os sujeitos concebem as regras de maneira adulta. Há o cumprimento delas, que agora são estabelecidas pelas relações individuais. É considerado importante, então, o respeito mútuo entre as pessoas.

Finalmente, a fase das operações formais, a partir de 11 a 12 anos em diante, caracteriza o jogo o significado de adaptação ao equilíbrio físico porque é viabilizado o aperfeiçoamento e desenvolvimento da musculatura através, por exemplo, da ginástica e dos jogos olímpicos trazendo novidades, desenvolvimento e à criatividade, bem como amadurecimento dos aspectos ligados ao julgamento e à crítica. Paralelamente, nesta fase, das operações formais, os jogos intelectuais tornam-se atrativos, tendo em vista a necessidade da criança da descoberta de algo novo e do exercício do seu poder de pensamento. Atividades e jogos com quebra-cabeça, discussão, pesquisa, trabalho de grupo, jogos eletrônicos, desenvolvimento de projeto, corrida e aventuras são ideias para os adolescentes deste estágio, pois já possuem a capacidade de raciocínio dedutivo e indutivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao procurar compreender os processos vivenciados com a prática docente sobre a importância do brincar na educação infantil, partimos do pressuposto de que toda ação humana é investida de sentido, contribuindo para o processo dinâmico que considera os sujeitos em seus contextos, dos quais experimentam situações que possibilitam uma interpretação da realidade e de sua própria experiência.

O presente trabalho contribui para o conhecimento durante o desenvolvimento das atividades relacionadas ao brincar, favorecendo a evolução da aprendizagem das crianças na educação infantil. Destacamos, ainda, que o aprendizado teórico fez compreender e conhecer acerca do papel do lúdico nas práticas cotidianas das instituições infantis,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

entendendo que o brincar completa a imaginação infantil, pois a criança vê o mundo através do brinquedo.

Mesmo assim observamos que os direitos das crianças não estão sendo respeitados, pois percebe-se a atual sociedade em que muitas crianças não brincam e enquanto outras brincam pouco. E as razões para tanto, manifesta-se de diversas formas, muitas crianças precisam trabalhar para ajudar os pais no sustento da alimentação e por fim expondo o direito da criança desenvolver atividades como a dança, a ginástica, natação, música e dentre outras que lhes possam ocupar quase todo o seu dia, e ao invés da criança esta praticando essas e outras atividades, as mesmas trabalham e ocupam seu tempo não sobrando nada deste tempo para o lazer, causando na criança estresse, cansaço físico e mental ocasionando o avanço forçado do ser criança. Defendemos que a participação do professor é fundamental no momento da brincadeira, pois a criança sente-se mais segura e, assim, elabora melhor sua aprendizagem através dos conteúdos trabalhados. Esta se torna mais participativa, autônoma e pronta para adquirir novos conhecimentos.

A educação infantil foi um grande avanço, pois o maior desafio atualmente é buscar a igualdade de estrutura e qualidade oferecida. Nota-se que a atual educação infantil trilha a procura de estratégias capazes de garantir o cuidar e o educar da infância tendo em vista a atender as necessidades do corpo e mediar o desenvolvimento sociocultural das crianças desde o nascimento, assegurando-lhes o tripé de direitos que se esboça para as etapas da educação, o direito a brincar, cuidar e a aprender. No cotidiano da sala de aula o professor ou professora buscam tornar o ensino mais eficaz e também estimular isto é uma das alternativas e, aliás, o prazer e o divertimento à aprendizagem, porém nem sempre isso é fácil mesmo porque os interesses e as situações das crianças são bem diversas e não são todas as situações de ensino aprendizagem que possibilitam na escola.

Dentro da realidade brasileira qualquer instituição que tenha como objetivo potencial das atividades lúdicas ou de aprendizagens terá por si mesma um grande significado social, pois quando este método é aplicado cria-se na sala de aula uma atmosfera de motivação que permite aos alunos participarem ativamente, do processo

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

ensino/aprendizagem, assimilando experiências e informações incorporando atitudes e valores para que a aprendizagem ocorra de forma natural e necessário respeitar e reajustar o movimento humano respeitando a bagagem espontânea de conhecimento da criança, seu mundo cultural movimentos, atitudes lúdicas, criaturas e fantasias.

REFERÊNCIAS

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família.** 2 ed. São Paulo. Guanabara Koogan, 1981.

ARAUJO, Vânia Carvalho de. **O jogo no contexto da educação psicomotora.** São Paulo: Cortez, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998, volume: 1 e 2.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda, **O Minidicionário da Língua Portuguesa**: Mini Aurélio Século XXI Escolar, Rio de Janeiro. 4 ed., 2001, Nova Fronteira.

FRIEDRICH, Fröbel/ HELMUT, **Heiland:** Tradução: Ivanise Monfredini - Recife Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010.

HADDAD, Lenira. Um novo paradigma na integração do cuidar e do educar. **Revista Pátio educação infantil**. Abril/jul, 2003, p. 17.

KAMMI, C, DEVRIES, R. **Piaget para a educação pré- escolar**: Porto Alegre: Arte Médicas, 1991.101p.

PIAGET, **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imaginação e representação, Tradução por Álvaro cabral por christiano M. oiticica. 3, ed Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1964. 370p. tradução de la formation du symbole chez l'enfant imitation, jeu et rêve image representation.

PIAGET, **A formação do símbolo da criança**, Rio de Janeiro: Zahar. 1988.

PIAGET, **O raciocínio na criança**.3 ed. Rio de Janeiro, Record, 1967.

TEBEROSKY, Gisela. **Psicopedagogia da linguagem escrita.** Petrópolis: Vozes, 2007

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na Pré-escola.** São Paulo, Cortez, 1995

WEISS. Luise, **Brinquedos e Engenhocas.** São Paulo. 2 ed. Editora Scipione. 1993

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XIX

EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA: LIMITES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Francisca Ariela Reges Rocha[62]; Areillen Ronney Rocha Reges[63].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-19

RESUMO: Enquanto educadores, estamos sempre refletindo acerca das possibilidades de melhorar, aprofundar, aprimorar a nossa prática pedagógica, no sentido de que a nossa atuação em sala de aula seja o mais prazerosa possível e que, acima de tudo, possibilite ao nosso aluno uma efetiva aprendizagem, entretanto, quando se trata da Educação Infantil devemos estar alertas acerca de habilidades que as crianças devem desenvolver neste período introdutório de sua educação, o que por si só já torna esta tarefa complexa e, ao discutirmos a educação especial e inclusiva nesta modalidade de ensino nossas preocupações se tornam cada vez mais fortes, este estudo contribui para problematizar discursos acerca da inclusão escolar que se proliferaram na escola de educação infantil, partindo das análises e visões de teóricos como Brasil (1001), Ferreiro (1985), Mendes (2010), Scoz (2005), dentre outros, ou por meio de nossas próprias interpretações, visto que o grupo de pessoas com NEE sempre fez parte da categoria de excluídos sociais e é mais do que chegada a hora de vencer as barreiras existentes e tentarmos traçar novos caminhos rumo a inclusão de maneira efetiva. É este o nosso desejo maior ao tentar nos deter a Educação Infantil Inclusiva em especial, para isso, refletimos acerca de análises in loco na escola de educação infantil, onde pudemos constatar as formas em que este processo de inclusão acontece, traçando o perfil da Educação Especial numa perspectiva analítico-crítica a fim de revermos o que se postula e as divergências com o que realmente vêm acontecendo no interior das escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Prática pedagógica. Educação Infantil Inclusiva.

INCLUSIVE CHILDHOOD EDUCATION: LIMITS, POSSIBILITIES AND CHALLENGES

ABSTRACT: As educators, we are always reflecting on the possibilities to improve, deepen, enhance our teaching practice, in the sense that our performance in the classroom is as pleasant as possible and, above all, allows our students an effective learning however, when it comes to early childhood education should be alert about skills children should develop this introductory period of their education, which in itself makes this complex task and to discuss special education and inclusive education in this modality our concerns are becoming stronger, this study contributes to problematize discourses of

62 Formado em Geografia/Licenciatura - UERN. Graduando em Pedagogia - Instituto Brasileiro de Formação - Faculdade Verdes Mares. Especialista em Geografia do Nordeste - UERN. Especialista em Direito da Criança e do Adolescente - Instituto Brasileiro de Formação - Faculdade Verdes Mares. Mestrando em Ensino - Programa de pós-graduação em Ensino POSENSINO (UFERSA; UERN; IFRN). Professor de Geografia. E-mail: arielarocha_@hotmail.com

63 Graduado em Geografia - UERN. Especialista em Geografia do Nordeste e Especialista em Direito da Criança e do Adolescente. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO/UFERSA). Professor na cidade de Mossoró-RN. E-mail: areillen_ronney@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

inclusion school that proliferated in school children's education, based on the analyzes and views of theorists such as, Brazil (1001), Smith (1985), Mendes (2010), Scoz (2005), among others, or through our own interpretations, since the group of people with special needs has always been part of the category of socially excluded and it is more than time to overcome existing barriers and try chart new paths toward inclusion effectively. This is our greatest desire to try to stop the Inclusive Early Childhood Education in particular for this, reflect upon in situ analyzes of early childhood education in school, where we have seen the ways in which this process of inclusion happens, tracing the profile of Education a special analytical-critical in order for us to review what is postulated and disagreements with what actually been happening inside schools.
KEYWORDS: Pedagogical practice. Kindergarten Inclusive.

INTRODUÇÃO

Refletir acerca da Educação Infantil e dos moldes como está vem se desenvolvendo nos últimos anos é tarefa necessária para que possamos ressignificar práticas locais, para tanto, o presente estudo identifica aspectos que implicam na efetivação das políticas de inclusão na localidade observada, mais especificamente no Jardim Escola Sonho Vivo – JESF, situada à Rua Barão do Rio Branco, nº 232, Centro, no município de Macau/RN. O olhar investigativo levantou aspectos que tanto possibilitam, quanto limitam a efetivação das políticas de inclusão no referido município, a partir do olhar analítico acerca da atuação prática dos professores, da visão da família e dos pais frente a este processo.

O desenvolvimento global da criança nos remete a fatores fundamentais e ímpares no processo educativo, como por exemplo, a própria educação no sentido de possibilitadora da aquisição de habilidades e competências por parte da criança e ainda, os cuidados que estão amplamente potencializados quando tratamos da Educação Infantil. Nesse sentido, ao discutirmos a Educação Inclusiva no âmbito do ato de educar os pequenos nos chegam as dúvidas quanto ao papel do Professor, as possibilidades de ação frente aos desafios e peculiaridades de cada aluno e de que cada caso requer. Para tanto, o respaldo no vasto referencial teórico possibilitou o entendimento a respeito da inclusão nesta etapa do processo educativo e ainda, desenvolver um estudo reflexivo da prática pedagógica dos agentes diretamente ligados a educação de crianças, ou seja, equipe gestora e pedagógica e em especial, os educadores, no sentido de identificar os caminhos pelos quais percorre a Educação Infantil nos moldes atuais.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Nesta perspectiva, identifica-se como se desenvolve o processo de Inclusão na Educação Infantil no contexto da educação vigente, tecendo considerações, visões e caminhos para a efetivação da "inclusão" no contexto mais amplo da palavra. E Tomando por base o vasto referencial teórico pertinente à temática proposta, foram tecidas considerações acerca da historicidade do processo de inclusão na escola de educação infantil, constituindo uma linha do tempo até os dias atuais refletindo acerca das mudanças e contextos.

A Investigação na Escola de Educação Infantil revelou os modos como o processo de inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais se dá, e partindo destas informações proferem-se análises de entrevistas escritas direcionadas ao professor, a gestão pedagógica e administrativa escolar e aos pais no sentido de identificar possíveis distanciamentos entre a teoria que se prega e a prática que realmente acontece nas instituições e foi por intermédios destes levantamentos que identificamos muitos percalços entre teoria e prática, por isso, é nosso desejo de que, a partir do presente instrumento de pesquisa, possam incitar a reflexão dos profissionais que lidam direta ou indiretamente com a educação inclusiva não âmbito da educação infantil a fim de sensibilizá-los a respeito da necessidade de reflexão, profissionalização, formação continuada e mudanças na prática pedagógica e no currículo.

As transformações aqui propostas discorrem no sentido de propiciar mais a fundo a discussão acerca dos desafios da educação infantil inclusiva no futuro, pois só revendo nossas práticas é que poderemos refletir e contextualizar as formas como a educação infantil inclusiva acontece e traçar metas e caminhos para que a realidade excludente ganhem novos rumos, onde mudanças possam ser aplicadas e/ou sugeridas para que a "inclusão" propriamente dita se dissipe em nossas escolas de maneira a proporcionar melhores dias para os portadores de Necessidades Educativas Especiais - NEE e com isso transformar a educação inclusiva no Brasil.

É com esta visão que se desenvolve a presente pesquisa em campo, na instituição de Educação Infantil do município de Macau/RN, mais especificamente no Jardim Escola Sonho Vivo, onde, inicialmente, realizamos visitas para análise da prática educativa vigente não apenas no contexto da sala de aula, mas no âmbito da escola como um todo.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Posteriormente, elaboradas as entrevistas escritas, as mesmas foram aplicadas com Professores, Gestores, Profissionais do Apoio Pedagógicos e Pais de Alunos com NEE para podermos traçar o real perfil da instituição no que concerne a educação inclusiva e pautados de um amplo referencial teórico e dos dados coletados nas entrevistas estabelecemos uma análise crítico reflexiva, traçando metas e caminhos mediante o perfil da Educação Infantil atual, de maneira a descobrir na íntegra os limites, possibilidades e desafios desta modalidade de ensino, são estas considerações as quais discorreremos tecendo nosso ponto de vista e nossas próprias reflexões.

UM OLHAR ACERCA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sabemos que o nosso momento histórico está cada vez mais impulsionando o uso de termos democráticos, divergências de pensamento, lutas por direitos e concepções religiosas, étnico-raciais e opção sexual, o que tem favorecido a uma ampla valorização da igualdade de direitos humanos, e a inclusão das pessoas com Necessidades Educativas Especiais – NEE já não é apenas uma ação a ser implantada nas escolas e sim uma realidade com a qual muitos educadores têm que lidar sem ao menos, por muitas vezes, ter o preparo, a formação necessária para receber e proporcionar um ensino de qualidade, com equidade para estes alunos. Este é o desafio que se nos impõem tentar entender como estes processos ocorrem e tecer caminhos para o entendimento e viabilização de métodos e posicionamentos que auxiliem cada vez mais educadores a estabelecerem um olhar sistemático, amplo e dinâmico da Educação Inclusiva nesta, e nas demais etapas da formação humana.

Temos ciência que os vários segmentos sociais vêm lutando pelos direitos de inclusão na sociedade e que, dentre esses grupos, há um em particular que tem sido excluído histórica e culturalmente, mas que começa a delinear possibilidades de valorização pessoal e social que é o Grupo das pessoas com necessidades especiais (NE), pois, não podemos mais olhar para estas pessoas como criaturas à margem da sociedade, nem tampouco excluí-las do universo educativo, e do mundo do trabalho, afinal, a evolução nos permitiu concluir que estas pessoas tidas como “especiais” muitas vezes tem a capacidade de chegar muito longe, num patamar onde pessoas tidas como

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

“normais” muitas vezes nem chegariam. É evidente que existem limitações, peculiaridades, particularidades que merecem ser analisadas à luz de estudiosos do ramo.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva já postula:

> O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2007, p. 16).

A educação inclusiva implica ainda numa possibilidade legal de educação abrangente e igualitária que contempla a sociedade em sua totalidade, isto é a educação que visa reverter o percurso da exclusão de modo a criar condições, estruturas e espaços para que todos consigam chegar lá, no mesmo patamar. Sejam os tidos como “normais” sejam os especiais, a educação inclusiva tem a premissa de totalidade.

A escola somente poderá ser considerada inclusiva quando conseguir transformar não apenas a rede física, mas, a postura, as atitudes e a mentalidade dos educadores e da comunidade escolar como um todo, estes que por sua vez passarão a construir saberes rumo a novos modos de posicionar-se frente às diversidades e adversidades de cada turma, de cada escola e, principalmente de cada aluno.

Para entender a proposta da educação inclusiva faz-se necessário estabelecer uma análise dos modelos anteriores pelos quais esta etapa de ensino percorria com vistas a delimitar o papel da escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência. Somente deste modo é possível identificar com clareza os moldes como a inclusão das crianças portadoras de NEE foram sendo introduzidas nas classes regulares de ensino.

As RCNEI’s postulam ainda que:

> O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (BRASIL, 2007, p. 16).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A escola e a classe especial, destinadas à educação da criança com necessidade educativa especial, inicialmente tinham como meta a normalização do sujeito de forma que pudesse se assemelhar o máximo possível com os sujeitos normais, para então, e só então, poderem ser integrados ao convívio comum, nesse caso a escola dita "normal".

Tentar assemelhar a criança com Necessidade Educativas Especiais das outros tidas como "normais" além de negar a condição de diferença e estabelecer parâmetros homogêneos de desenvolvimento, como se isso fosse Educação inclusiva na educação infantil possível, descaracterizou o papel da escola, que passou de instituição responsável pela formação das novas gerações, difundindo o conhecimento elaborado pela humanidade ao longo do tempo, passou a ter como foco principal, e na maioria das vezes, único, a modificação do aluno com deficiência através da reabilitação de funções ou da habilitação para o desempenho de funções inexistentes em virtude da deficiência. Morin apresenta de forma ímpar esse princípio:

> Cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade, e que a da sua diversidade não apague a da unidade. Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana. A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie Homo sapiens. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano. Existe também diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana; não apenas existe unidade cerebral, mas mental, psíquica, afetiva, intelectual; além disso, as mais diversas culturas e sociedades têm princípios geradores ou organizacionais comuns. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno (MORIN, 2011, p. 49-50).

Para muitos autores a Educação somente poderá ser considerada inclusiva quando a soma dos contextos físicos, pedagógicos, curriculares e institucionais englobam como um todo as peculiaridades da parcela tida como "especial", esta que por sua vez é formada por crianças realmente especiais, com diferenças e especificidades particulares e únicas que merecem ser ouvidas, percebidas e entendidas e acima de tudo, asseguradas.

A efetivação da educação inclusiva na educação infantil perpassa além dos horizontes da escola de nível fundamental, médio e superior, ela vai muito além, pois é neste período em específico que a criança está introduzindo-se no ambiente social e ao mesmo tempo educativo, é hora em que todas as crianças deixam o único e exclusivo seio familiar para ir de encontro ao meio plural, onde conviveram com outras crianças, neste

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

contexto, tudo será novo, seja ela preta, branca, albina, nutrida ou especial, naquele instante todas eles estão num mesmo grau, equiparadas, por isso este período deve ter esta atenção especial e isso pode se dá por meio de ações conjuntas da comunidade escolar sob a forma de técnicas colaborativas.

Como ressalta Friend (2002) tecendo:

> Recomendações sobre ideias específicas e estratégias para promover práticas colaborativas nas escolas, a primeira e mais fundamental seria levar professores e administradores ao entendimento de que a colaboração é uma parte importante, crítica do funcionamento da escola para se prolongar a uma comunidade comum (FRIEND, 2002, p. 182).

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. É esta perspectiva de ensino que deve ser impregnada nas escolas e na Educação Infantil em particular, como já está previsto nas DCNEI's:

> O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (BRASIL, 2007, p. 16)

O trabalho de colaboração entre os diferentes atores da escola de educação infantil não se limita apenas no favorecimento de benefícios aos alunos com NEE, mas beneficia aos alunos em sua totalidade.

É nesta ótica que construiremos uma prática flexível capaz de atender às diferenças individuais e oportunizar outras formas de aprendizagem em uma perspectiva de escola em sua totalidade, numa articulação onde a promoção da prática reflexiva do professor, torna-se elemento indispensável para o novo paradigma que a educação inclusiva aponta.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Desse modo, a escola reorganiza rotineiramente suas práticas, potencializando as ações relevantes e eficazes, moldando as vertentes que se apresentam dificultosas, num processo de trocas de saberes onde a aprendizagem ocorre quando existem colaboração e interação positiva entre alunos e professores.

O respeito entre ambos os atores do sistema de ensino e, principalmente dos professores para com os alunos e com seus colegas educadores torna mais fácil o trabalho pedagógico com os alunos e, dentre eles, com os que apresentam NEE, oferecendo oportunidades para desenvolver as potencialidades de cada um, favorecendo uma eficiente adaptação e ação sobre o aprender.

É por meio de uma maior interação que o Professor irá ter conhecimento na prática de muitas peculiaridades cognitivas, físicas ou sensoriais de seus alunos, convidando em seu fazer pedagógico a experimentação das mais variadas sensações: acertos: erros, frustrações, desafios, possibilitando a criança desde cedo criar e recriar saberes, tendo sua aprendizagem efetivamente zelada, para que o seu crescimento enquanto aprendiz em desenvolvimento não continue sendo comprometido.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO INFANTIL: TEORIA E PRÁTICA

Tomando por base o vasto referencial teórico e as considerações tecidas até então, adentramos o ambiente escolar a fim de identificarmos o modelo educacional vigente e deste modo discutirmos acerca da inclusão na escola de educação infantil e revelamos desde o início que na instituição campo de estudo existe uma vivência peculiar no que concerne a inclusão, visto que a mesma dispõe de criança com NEE dos mais variados tipos, hiperativas, com deficiência auditiva, visual, problemas físicos, dentre outros. Neste âmbito, sentimos a necessidade de colher informações dos gestores, professores e pais para que as informações levantadas pudessem mostrar uma maior proximidade da realidade acompanhada. De início, pudemos identificar que em um contexto geral a instituição tenta atender as necessidades de todos, dentro das possibilidades que são impostas pelo ambiente escolar, que apresenta algumas dificuldades que podem comprometer o acesso, a permanência e o desenvolvimento das crianças especiais, aspectos dos quais tratamos de discutir neste capítulo.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A escola como mediadora da socialização fornece-nos a chave para que percebamos o mundo no qual estamos imersos. Partindo deste princípio, ressaltamos o racismo e o preconceito existentes como fatores que ainda persistem nas situações educativas, não só por parte das crianças, mas principalmente por parte dos próprios professores/gestores ou mesmo os próprios pais. Durante a intervenção pudemos perceber o receio de alguns pais em colocar seus filhos numa mesma sala de aula onde existiam alunos com NEE, por mais variados que fossem suas desculpas que iam desde o medo do não desenvolvimento total de seus filhos até questões racistas propriamente ditas. A realidade nos permite valorizar o presente instrumento e pesquisa nos fazendo entender que por mais que possamos pregar a inclusão e explanar aos quatro cantos sua existência, ainda existe um grande número de pessoas presas a exclusão e aos rótulos que ela carregou e ainda carrega através dos tempos. Faz-se necessário expor, revelar e desmistificar cada vez mais estes entraves, visto que na sociedade da informação na qual estamos vivenciando este tipo de posicionamento é inadmissível e a gestão escolar, assim como os educadores têm por obrigação propor ações concretas que viabilizem a quebra destes paradigmas.

Falar de inclusão e de importância tornou-se uma discussão muito bonita de se ouvir, mas, fazer com que toda essa teoria seja pregada na prática é outra história e são poucas as instituições que apresentam uma preocupação real em melhorar suas condições físicas e pedagógicas para atender, de fato, essas crianças.

Diante do exposto, pela coordenação pedagógica é possível afirmar que a escola de fato, trabalha com esse novo modelo, apesar de deixar a desejar em alguns aspectos como foi citado anteriormente mais no sentido de provocar essa relação de inclusão com os pais. A escola trabalha considerando as limitações de todos, principalmente em se tratando dos alunos com necessidades educativas especiais. Apesar de não existir alunos cadeirantes, pois mesmo o único que apresenta deficiência física mais acentuada consegue se locomover com auxílio dos colegas. A escola mostra o desejo de trabalhar com esta clientela, pois como mencionou a Coordenadora Pedagógica:

> É importante ressaltar que inclusão não significa tratar a todos como iguais, anulando as diferenças. A diversidade é um elemento extremamente enriquecedor para a aprendizagem, e o princípio democrático da Educação Para Todos se evidencia nos sistemas educacionais onde a inclusão não se

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> limita apenas em colocar a criança dentro da escola, sendo portanto, necessário incluí-la de forma que esta consiga interagir com outras crianças, de acordo com suas potencializadas. E, partindo desse princípio é que trabalhamos a Inclusão no jardim Escola Sonho Vivo, para isso, procuramos incluir uma pedagogia que atenda aos alunos com NEE, embora ainda não estejamos totalmente preparados para lidar com esta clientela, mas mesmo assim desenvolvermos um trabalho que promova a socialização e inclusão destes alunos.

A Coordenadora tocou num dos aspectos mais relevantes da Educação Inclusiva na atualidade que é o despreparo do educador frente a esta clientela. Mesmo que muitas ações educativas por meio de Cursos de Capacitação Continuada, palestras, rodas de conversas, dentre outras medidas já estejam acontecendo, a Formação do professor para o trabalho com a pluralidade de suas salas de aula ainda deixa e muito a desejar. Faz-se necessário um olhar para esta modalidade de ensino que englobe não só o currículo como já dispomos na legislação vigente, mas que vá de encontro à prática. Em momentos em que o professor lê, compreende a Educação Especial e Inclusiva e a faz/constrói no interior de suas salas de aula. Este é o caminho, este é o desafio que se nos impõe.

Entretanto, a Educação Inclusiva na Educação Infantil tem suas peculiaridades que vão de encontro a promoção da socialização das crianças com NEE com os demais e entre si não apenas no interior da sala de aula e da escola, mas da sociedade como um todo, pois é preciso considerar suas diferenças tanto no espaço escolar como no contexto macro do universo social, favorecendo deste modo sua autonomia e o exercício da plena cidadania.

A Gestão Escola, sob as considerações tecida pela própria diretora nos levar a repensar os modos de perceber a própria situação pedagógica inclusiva, quando a mesma relata que:

> Não usamos o termo “diferenciado” e sim adaptado, pois a educação especial é concebida como um mecanismo educacional que comporta um conjunto de medidas que a escola regular põe a serviço de uma resposta adaptada à diversidade dos alunos. Nesse contexto, explicitamos o conceito de adaptações curriculares, ou adaptações de acessibilidade ao currículo e adaptações pedagógicas. A realização de adaptações curriculares é o caminho para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos.

A escola para tornar-se verdadeiramente espaço inclusivo precisa atuar de maneira a propiciar a compreensão do aluno com NEE, reconhecendo e respeitando suas limitações, tomando consciência dos objetivos e estratégias a serem seguidos. Com a

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

maturidade de acompanhar, refletir e identificar práticas que necessitam de adaptações e/ou reformulações.

O Campo da inclusão fundamenta-se na concepção de diferenças, pois uma nova concepção de educação e sociedade se faz pela vontade coletiva e é essencial que o ensino assuma esse desejo de coletividade, com isso, é essencial que o exercício social e profissional dos agentes envolvidos diretamente com o ensino estejam ancorados por uma rede interdisciplinar, que favoreça o trabalho com as diferenças, numa fase onde a escola se consolida num espaço de crescimento interpessoal dos seus alunos e não de parte destes. A luta pelo acesso e democratização da inclusão ainda tem muito a amadurecer, faz-se necessário que novas batalhas sejam travadas e novos caminhos traçados, para que a conquista de uma educação de qualidade para todos e todas seja uma realidade e não apenas um desejo. Deste modo e somente assim as Crianças com NEE, assim como seus pares estarão verdadeiramente inseridas num processo de aprendizagem inclusiva em sua essência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arranjo analítico permitiu organizar os dados coletados em diferentes eixos, sendo que podemos citar duas vertentes pelas quais as considerações tecidas discorrem, possibilidades para a educação inclusiva na escola e limites para o processo de educação inclusiva. Neste nortear refletir acerca de como os estudiosos da educação percebem a Educação inclusiva na Educação Infantil é essencial, pois nas análises proferidas na instituição campo de estudo consolidam-se as vertentes estudadas com o que acontece na prática, no cotidiano escolar. Dentre os aspectos que possibilitam, estão o apoio pedagógico e o suporte estrutural, assim como as relações estabelecidas no cotidiano escolar. Já entre os aspectos que limitam o processo inclusivo está a falta de formação continuada de docentes, a dificuldade de promover o acesso efetivo, em termos físicos e pedagógicos, a ausência de profissional para auxiliar a sala de aula e apoio de uma equipe multidisciplinar. Isso foi o que pudemos diagnosticar numa visão mais geral das análises proferidas.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Nesta ótica, percebe-se que muitas das limitações encontradas no sistema educacional são definidoras para que a educação atual assuma o papel e a força excludente que conhecemos, mas a verdade é que temos que reconhecer o quanto já conseguimos melhorar em termos de estrutura física, do acesso a recursos pedagógicos mais abrangente e até mesmo no preparo de alguns professores que estão constantemente se aperfeiçoando a fim de lidar melhor com estas peculiaridades da profissão. Devemos reconhecer ainda que é possível reverter o quadro, ou seja, perceber a diversidade existente nos espaços escolares e fazer desta um veículo de transformação, de busca da valorização da diferença e da singularidade de cada sujeito, possibilitando deste modo que a aprendizagem existente em nossas escolas se consolide verdadeiramente de maneira inclusiva e aberta à diversidade. Somente assim propiciar uma Educação na perspectiva Inclusiva desde a mais tenra idade escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEESP/SEF, 2001.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. 284 p.

FRIEND, M. **Na interview with**... Intervention in school and clinic. v. 37, n. 4, p. 223-228, March 2002.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero**: começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MORIN, EDGAR. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PORTAL EDUCAÇÃO - Cursos Online : Mais de 1000 cursos online com certificado http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/13854/**educacao-especial-na educacaoinfantil**-dos-limites-as-possibilidades#ixzz2VO6Zmacq

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e Realidade Escolar: o problema escolar e de aprendizagem**. Petrópolis. RJ: ed. 12ª. Vozes, 2005.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XX

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O IMPACTO DA ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA

Irlândia Oliveira Almeida[64].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-20

RESUMO: A violência doméstica é um problema social, que integra padrões políticos, culturais, sociais e jurídicos. Quando o estado falha na proteção desse grupo social e a sociedade se omite, a convivência com a violência é revelada. Sabe-se que culturalmente, existe uma ideologia patriarcal na sociedade, o que torna mais difícil receber a assistência necessária. A intimidade com o agressor é considerada um fator agravante nesses casos, dificultando a saída da vítima da relação. Esse tipo de violência segue como se fosse invisível e é tida como natural pela sociedade, criando obstáculos para a aceitação das denúncias. O papel do psicólogo e os objetivos da intervenção desse profissional são de extrema valia e tem o propósito de proporcionar que essa vítima consiga lidar melhor com a situação, diminuindo a culpabilidade. É muito comum em mulheres que passam por essas situações. Assim, o presente trabalho teve como objetivo explanar sobre a atuação do profissional psicólogo na assistência a essas mulheres, identificando por meio de uma revisão da literatura qual o impacto dessa assistência e como ela tem sido verdadeiramente aplicada às vítimas. Nesse sentido, considera-se também de extrema relevância intervenções e estudos que visem ampliar os conhecimentos sobre esse tipo de violência e seus agravantes, e as melhores formas de manejo das vítimas.
PALAVRAS-CHAVES: Violência doméstica. Psicologia. Assistência.

VIOLENCE AGAINST WOMEN AND THE IMPACT OF PSYCHOLOGICAL ASSISTANCE

ABSTRACT: Domestic violence is a social problem, which integrates political, cultural, social and legal patterns. When the state fails to protect this social group and society omits itself, living with violence is revealed. It is known that culturally, there is a patriarchal ideology in society, which makes it more difficult to receive the necessary assistance. Intimacy with the aggressor is considered an aggravating factor in these cases, making it difficult for the victim to leave the relationship. This type of violence continues as if it were invisible and is taken for granted by society, creating obstacles to the acceptance of complaints. The role of the psychologist and the objectives of the intervention of this professional are of extreme value and have the purpose of providing that this victim can better deal with the situation, reducing guilt. Very common in women who go through these situations. Thus, the present work aimed to explain the role of the professional psychologist in assisting these women, identifying through a literature review the impact of this assistance and how it has been truly applied to the victims. In this sense,

[64] Psicóloga pela Faculdade Anísio Teixeira-FAT em Feira de Santana-Ba. Especialista pela Faculdade Faveni em Psicologia Hospitalar, assim como em Psico-Oncologia, Psicologia da Saúde na Faculdade Serra Geral, psicóloga clínica e social com abordagem voltada para gestalt-terapia a qual é especialista pela Faculdade Serra Geral. Tem experiência de trabalho com a população de rua. E-mail: irlandia.almeida@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

interventions and studies that aim to increase knowledge about this type of violence and its aggravating factors, and the best ways of handling victims, are also considered extremely relevant.
KEYWORDS: Domestic violence. Psychology. Assistance.

INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno social que significa agressividade, hostilidade, coação, constrangimento, cerceamento, ameaça, imposição, intimidação. Assim, baseia-se intimamente em negar a existência do outro, negar suas convicções, seus direitos, bem como subjugá-lo. Manifesta-se através da opressão, da tirania e inclusive, pelo abuso da força, ou seja, ocorre quando é exercido o constrangimento sobre uma pessoa a fim de que a obrigue a fazer ou deixar de fazer um ato qualquer (GERHARD, 2014, p. 23).

Dentre os diversos tipos de violência sofrida pela mulher, podem ser citadas as de maior recorrência a moral, psicológica, sexual e a intimidação, que está associada à importunação sexual. A violência moral caracteriza-se pelo ato de caluniar, injuriar a honra e difamar a reputação da mulher. Ela ocorre de forma implícita ou explícita, através de certas atitudes, olhares e gestos (SEGATO, 2003, p. 98).

A violência psicológica entende-se como sendo qualquer conduta que cause danos emocionais e diminuição da autoestima. A agressão psicológica ocorre por meio da rejeição do agressor, de ameaças recorrentes, do impedimento de sair de casa, seja para trabalhar, ver os amigos e até mesmo ter contato com a sua família, por exemplo. A humilhação e a intimidação são práticas constantes de abuso psicológico, onde os agressores se tornam indiferentes a certas demonstrações de afeto, desprezando a vítima agredida, ou ainda, intimidando-a por meio de ameaças de morte (HIRIGOYEN, 2006, p. 41).

É muito comum que a vítima seja muito resistente em procurar assistência dos órgãos oficiais devido a sua vulnerabilidade, pois é comum ela acreditar que é a responsável pela violência que sofre, sentindo-se culpada e acaba acreditando que seu agressor tem todo o direito de exercer seu poder sobre ela, ou então não denuncia o agressor por não acreditar no sistema de proteção estatal, tendo assim medo da violência por conta da denúncia (OLIVEIRA; BERNARDES; COSTA, 2016, p. 49).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Esse tipo de violência tem enraizada uma superioridade masculina, sendo a premissa cultuada e desculpada pela sociedade. Mas a Constituição Federal, no seu art. 5º, caput e inc. I, garante a todos os indivíduos a igualdade formal, preservando a inviolabilidade de Direitos considerados Fundamentais (BRASIL, 1988, s/p).

Apesar disso, culturalmente, o patriarcado ainda se encontra muito forte na estrutura familiar brasileira. Nesse sentido, o avanço das conquistas femininas tem gerado reações contrárias do público masculino, que até então estabelecia uma relação de superioridade sobre as mulheres (MENDES, 2012, p. 31).

As famílias na era primitiva tinham como objetivo a reprodução do homem e a segurança do grupo familiar. Na Roma Antiga predominava o modelo de família patriarcal, onde a ascendente masculino mais velha (“pater famílias”) tinha o comando sobre toda a família como esposa, os filhos, os netos, bisnetos, os bens, os escravos inclusive seus clientes. Ele podia aplicar a pena corporal, vendê-los e tirar-lhes a vida. A mulher nunca tinha autonomia, passando do domínio do pai para o domínio do marido, sendo-lhes permitidos somente afazeres domésticos, não possuindo os mesmos direitos que os homens (DIAS, 2019, p. 36).

Segundo o Código Civil de 1916, a família era representada por uma sociedade fundiária, patriarcal, marcada pelo Direito Canônico, no qual se referem impedimentos e nulidades para o casamento. O esposo era o chefe da família, cabendo a todos acatar suas decisões, caracterizando-se assim a “pater familliae”. O chefe da família tinha poder sobre a mulher, seus filhos e escravos, sendo o mesmo absoluto, significando o poder de vida e de morte. Diante do exposto, é possível verificar que a família tinha controle patriarcal, sem interferência feminina nas decisões importantes do âmbito familiar (DIAS, 2019, p. 37).

Com o objetivo de se autoafirmar quando confrontados e desafiados por uma mulher, alguns homens usam os seus instintos como forma de justificar seus atos violentos. O agressor muitas vezes começa controlando todos os rendimentos que são da família e passa a proibir a mulher de comprar algo. Além disso, muitos também passam a proibir suas companheiras de trabalhar, tornando assim a dependência por parte delas

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

muito maior. A vítima muitas vezes acaba não se dando conta de que de fato está ocorrendo a violência, portanto, suporta e aceita (LÓPEZ, 2017, p. 50).

A violência contra a mulher é considerada um fenômeno mundial, apresentando números alarmantes, principalmente em países da América Latina, da Ásia e África. Os crimes sexuais, por exemplo, definidos pela Lei 12.015/2009, apresentam taxas de ocorrência a nível mundial, sem fazer distinção de sexo, idade, etnia ou classe social. Apesar de ser um crime com índices que se elevam em todo o mundo, sabe-se que existe muita subnotificação, o que impede entender sua real incidência e prevalência (GERHARD, 2014).

Estima-se que no mundo, cerca de 35% das mulheres já sofreram algum tipo de violência, seja ela física ou sexual, sendo o parceiro íntimo o principal agressor. Ao observar os dados da Índica, por exemplo, em torno de 92% das mulheres já sofreram violência doméstica, a maioria delas passou por um abuso sexual em locais públicos. No que tange o estupro, em âmbito mundial, 120 milhões de meninas já foram vítimas, sendo o agressor ex-marido, parceiros ou namorados (NAÇÕES UNIDAS, 2019, s/p).

No Brasil, alguns fatores como a corrupção política, desigualdade racial, social, impunidade, privilégios para poucos e a descrenças nas instituições públicas tornam o ambiente favorável para essas ocorrências. No ano de 2015, segundo dados do IBGE, 45.460 casos de estupro foram registrados contra mulheres, ressalvando que esse crime é o que apresenta a maior taxa de notificação quando se trata de violência doméstica. Estimativas indicam que a cada hora, mais de 5 mulheres sofrem com esse tipo de violência (SOUSA, 2020, p.7).

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, o Brasil é o país com a 5ª maior taxa de feminicídio no mundo, sendo estimados 4,8 para 100 mil casos, com maior risco para mulheres negras. Entre os anos de 2003 e 2013, os índices de feminicídio cresceram cerca de 54%, e os meios utilizados no crime foram arma de fogo (48,8%), seguido por objetos cortantes (25,3%), sendo crescente o meio de asfixia por estrangulamento. Quanto ao agressor, o principal é o cônjuge tanto para as mulheres adultas como jovens, sendo respectivamente de 34% e 29% (SOUSA, 2020, p. 9).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

De acordo com o que trata Bernardes (2016, p.11), a violência doméstica está fundada em uma ação discriminatória e que afeta, majoritariamente, as mulheres, impedindo que elas participem de forma igualitária na sociedade. Dados publicados pelas Nações Unidas no ano de 2019, indicam que mulheres com idade entre 15 e 44 anos representam o grupo com maior probabilidade de sofrer algum tipo de violência doméstica, como o estupro quando comparado com o câncer, acidentes ou ocorrência de doenças graves (NAÇÕES UNIDAS, 2019, s/p).

No Brasil, as mulheres representam 74% das vítimas de violência doméstica segundo dados registrados nos hospitais públicos. Dessas ocorrências, cerca de 53% a 70% o agressor é o marido ou parceiro. Além disso, muitos casos ainda são omitidos, podendo esses números representarem apenas uma parcela das ocorrências (NAÇÕES UNIDAS, 2019, s/p).

Segundo Meyerfeld (2010, p.5), a violência doméstica possui agravantes importantes, sendo elas a seriedade, continuidade do dano, intimidade com o agressor, vulnerabilidade social e a falha estatal. É válido destacar que esse tipo de crime não ocorre de maneira isolada e em episódios individuais, e que a severidade da mesma não se relaciona somente com o dano físico causado à vítima, mas também ao grau de vulnerabilidade que é imposto a mesma.

Ainda segundo o autor, a violência doméstica pode ser comparada com a tortura diante do dano físico, psicológico e moral. A subordinação da mulher perante o agressor é considerada um dos mecanismos mais importantes no que tange a seriedade da agressão, isso porque induzem o ambiente de medo e controle por parte do agressor, de forma contínua.

Esse fato contribui para os baixos índices de busca por assistência por parte das vítimas, diante do fato de que as mesmas, em função do medo do agressor, pensam que são as responsáveis por essa situação, desacreditando que as denúncias sejam eficazes.

Nota-se que a violência doméstica é um crime frequente e que ainda apresenta muita resistência no que tange a assistência à vítima parte da sociedade. Abarcada por práticas, costumes e tradições, muitas das vítimas são desacreditadas, de modo que a

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

violência é tratada com naturalidade e entendida como possuindo caráter pedagógico (MONTENEGRO, 2015, p.10).

Em casos mais graves, a violência desencadeia reações que proporcionam a ocorrência do feminicídio. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o número de feminicídios no Brasil, no primeiro semestre de 2020, cresceu 1,9% em relação a igual período do ano anterior. Também houve aumento no número de chamadas ao telefone 190 para denúncias de violência doméstica (GONÇALVES, 2021).

Esse aumento expressivo no número de casos de feminicídios está diretamente relacionado à crescente da violência doméstica. Além disso, o isolamento social fez com que as mulheres ficassem mais expostas a agressões físicas, sexuais e psicológicas. Em sua maioria, os agressores pertencem ao círculo social das vítimas, sendo comumente os parceiros ou ex-parceiros. O crime de ódio de gênero nunca foi tão evidente. Mulheres negras são as mais atingidas pela epidemia de violência doméstica (MELLO; ROSENBLATT, 2021).

Essas mulheres encontram-se em evidente exposição ao risco de morte, visto que a violência doméstica ocorre, geralmente, de maneira contínua e recorrente. Essas mulheres, por estarem submissas ao seu agressor, vivem na constante do medo e da pressão psicológica.

A violência contra a mulher é vista como uma afronta aos direitos humanos, visto que limita os direitos e liberdade. Além disso, a inércia do estado em promover a defesa dessas mulheres é considerada um crime e está diretamente ligado ao conceito de inviolabilidade do espaço privado. Ao submeter a mulher ao seu domínio, o homem desrespeita o direito à liberdade, pertencente à primeira geração de direitos. A violência doméstica é uma maneira de desrespeito à violação dos direitos humanos da segunda geração também, pelo fato de que ofende o direito à igualdade (RODRIGUEZ, 2015, p. 26).

Infelizmente, de modo cultural, o poder social, econômico, físico e emocional, ainda é centrado na figura masculina. E nesse contexto, os direitos de terceira geração são ofendidos, diante do fato que a violência doméstica está atrelada a questões de gênero, transcendendo a individualidade.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Desse modo, a violência doméstica mantém a mulher encarcerada em uma situação de risco de vida constante e, nesse sentido, instintivamente, ela busca uma forma de defender-se de tal ocorrência. Por meio disso, que os casos de agressões relacionadas a legítima defesa preordenada da vítima podem ser considerados necessários, visto que muitas vezes não somente a mulher encontra-se em risco, mas também a sua prole.

O caminho para buscar ajuda também é bastante longo, e muitas vezes a mulher é submetida ao preconceito embasado em estereótipos de gênero, sendo desacreditada por agentes públicos. Além disso, a impotência do Estado em promover a proteção dessas vítimas permite que ela se torne algo sistemático e recorrente (CAMPOS, 2015, p. 402).

As vítimas da violência doméstica normalmente se encontram em uma situação de vulnerabilidade, estando sujeitas de maneira psicológica ou financeira do seu agressor. Segundo Vera Regina Pereira de Andrade (2012, p. 2), existe uma fenomenologia de controle social que deve ser tratada quando a temática é a violência contra a mulher, caracterizada pela violência das relações capitalistas e patriarcais.

Nesse sentido, torna-se importante tratar sobre a assistência psicológica que as vítimas dessa violência devem ter acesso. Por meio desse acompanhamento, é possível que ela possa amenizar seus medos e traumas, e sentir-se mais segura.

Geralmente, as mulheres que foram submetidas a violência doméstica apresentam algum tipo de comprometimento psicológico, possuindo bastante dificuldade de mudar a sua realidade, uma vez que “a pessoa sob jugo não é mais senhora de seus pensamentos, está literalmente invadida pelo psiquismo do parceiro e não tem mais um espaço mental próprio” (HIRIGOYEN, 2006, p. 182).

O psicólogo, independentemente da abordagem clínica que utilizada, deve iniciar o processo de acompanhamento criando um "rapport" e um vínculo terapêutico com a vítima, estabelecendo assim um espaço seguro e confiável para que ela se sinta à vontade para expressar seus traumas. Ao estabelecer esse espaço, a vítima vê no psicólogo um indivíduo de confiança, com o qual pode compartilhar suas vivências e sofrimentos (PIMENTEL, 2011).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Outro objetivo do atendimento psicológico às vítimas é fazer com que elas resgatem sua condição de sujeito, bem como sua autoestima, seus desejos e vontades, que ficaram encobertos e anulados durante todo o período em que conviveram em uma relação marcada pela violência. Desta forma, elas poderão ter coragem para sair da relação que, durante muito tempo, tirou delas a condição de ser humano, tornando-as alienadas de si mesmas. Este é um processo que continua ativo durante um longo período no psiquismo da mulher, mesmo que ela já tenha colocado um ponto final na relação. Pois, no período em que sofreu as violências, o parceiro a desqualificava de todas as formas, através da violência psicológica e moral (HIRIGOYEN, 2006; SOARES, 2005).

De acordo com Bastos (2009) a escuta do terapeuta quando feita de forma adequada e ativa, é um fator de facilitação da autoexpressão da pessoa em atendimento psicológico, mas escutar não é o mesmo que ouvir. Quando a pessoa diz estar ouvindo algo, isto se remete ao próprio fato de estar conseguindo a partir do seu aparelho auditivo assimilar sons. Quando se fala em escuta, fala-se mais do que simplesmente ouvir. A escuta é quando, além de ouvir, nós prestamos atenção naquilo que está sendo dito, esta é uma atenção flutuante, ou seja, que não se prende a um determinado ponto da fala do outro, mas sim, no todo do que está sendo dito. A escuta ativa prende a atenção do profissional que o faz prestar mais atenção e curiosidade sobre o que está por vir na fala do sujeito. Quando se utiliza a escuta ativa o psicólogo pode fazer intervenções inesperadas, que fazem com que o sujeito pense de forma diferente da que havia pensado até então.

No trabalho feito com as mulheres vítimas de violência é fundamental que o psicólogo faça uma escuta ativa. “É preciso ajudá-las a verbalizar, a compreender sua experiência e, então, levá-las a criticar essa experiência”. Pois, a partir da compreensão e da ampliação da consciência de suas experiências, a mulher conseguirá se proteger da violência, bem como resgatar sua identidade (HIRIGOYEN, 2006, p. 183).

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo explanar sobre a importância do acompanhamento psicológico para mulheres vítimas de violência, com o intuito de compreender os benefícios que essa terapêutica pode proporcionar às mesmas.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto será realizado um estudo que quanto a sua natureza é básico, do ponto de vista da abordagem do problema é qualitativo, quanto aos fins da pesquisa caracteriza-se como exploratório e quanto aos procedimentos técnicos é bibliográfico e documental. A principal vantagem deste tipo de estudo reside no fato de permitir investigar uma ampla gama de fenômenos por meio de pesquisa em materiais já elaborados, possibilitando o aprimoramento de ideias e conceitos, sendo constituídos de livros de leitura corrente, artigos científicos, teses e dissertações, periódicos de indexação, e anais de encontros científicos de bases de dados digitais (GIL, 2011).

A pesquisa bibliográfica pode ser entendida como um processo que envolve as seguintes etapas: escolha do tema, levantamento bibliográfico, formulação do problema, elaboração do plano provisório de assunto, busca de fontes, leitura do material, tomada de apontamentos, confecção de fichas, construção lógica do trabalho e redação do relatório (GIL, 2011).

Sabe-se que a escolha do tema é de suma importância para a elaboração do artigo e, requer bastante habilidade da pesquisadora. Quanto à escolha do tema, a pesquisadora considerou o interesse próprio.

Este estudo tem como critérios de inclusão artigos publicados no período de 2010 a 2022, em periódicos científicos nacionais disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), podendo ser em português, inglês e espanhol. Os descritores utilizados serão: violência doméstica, psicologia e vulnerabilidade psicológica.

Como critérios de exclusão foram considerados artigos que estejam fora do período temporal estabelecido, que não se enquadrem nos idiomas indicados e que fogem da temática da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Após a pesquisa nas bases de dados, foram encontrados um total de 37 artigos. A partir destes foi realizada uma análise quanto ao seu título, resumo e íntegra do conteúdo, de modo que apenas 5 se enquadraram nos critérios estabelecidos anteriormente, conforme ilustrado no fluxograma. Desse total, todos foram selecionados para a pesquisa, com o intuito de explanar sobre a assistência psicológica de mulheres vítimas de violência. Os artigos foram sintetizados quanto a seu autor e ano de publicação, título, objetivo, metodologia e resultados, conforme a tabela 1.

Tabela 1. Resultados da pesquisa nas bases de dados Scielo, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)

Autor/Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados
Vallejo; Carmona-Otálvaro e Rengifo-Áreas (2020)	Criar uma estratégia de intervenção sobre a violência doméstica a partir de uma ressignificação conceitual da noção de violência e da abordagem de sua função e significado.	Estratégia de intervenção com grupo de mulheres vítimas de violência doméstica, identificando por meio de questionário a percepção das mesmas sobre a violência sofrida.	Por meio da análise, eles compreenderam como é sua história familiar, os lugares e funções de seus membros, a forma como os realizam e suas expectativas em relação a eles. Além disso, puderam identificar que a conversa em grupos sobre esses problemas permite a elas se autoafirmar, tornando-se mais confiante, reduzindo as tramas.
Hoepers e Tomanik (2019)	Apresentar alguns dos efeitos produzidos em vivências, representações, afetos e relações de mulheres em situação de violência doméstica, a partir da participação em um grupo de acompanhamento.	O processo de intervenção/participação incluiu pesquisa de campo de natureza qualitativa. A pesquisa contou com uma amostra de 19 mulheres.	Nesse processo de mudanças, os trabalhos em grupos figuram como instrumentos importantes de fortalecimento, resistência e criação de estratégias de enfrentamento à violência doméstica.
Rolim e Falcke (2017)	Conhecer a percepção de psicólogos(as) que trabalham nestes dispositivos, acerca do fenômeno da violência conjugal, das políticas públicas na área e inserção de psicólogos(as) na rede de atendimento.	Participaram oito profissionais que responderam a uma entrevista semiestruturada. Identificou-se o predomínio da compreensão feminista sobre o fenômeno.).	No que tange às políticas públicas, foram consideradas insuficientes para o atendimento da demanda e permeadas por dificuldades de delimitação dos papéis e funções nos serviços. Consideram que ocorrem sobreposições de intervenções na rede de atendimento, que se mostra fragmentada e pouco articulada. Propõem-se reflexões acerca das potencialidades da Psicologia para fortalecimento da rede de atendimento e garantia de direitos para pessoas que vivenciam violência conjugal.
Santini e Williams (2016)	Avaliar os efeitos de três procedimentos de aplicação dos referidos módulos: (a) Módulo I seguido do Módulo II; (b)	Nove mães com histórico de violência pelo parceiro íntimo foram distribuídas em três grupos, cada um com um tipo de	Foram observados efeitos favoráveis da intervenção nos três grupos avaliados, especialmente no que recebeu o

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

	Módulo II seguido do Módulo I; e (c) Módulo I e II aplicados simultaneamente, em um delineamento intrassujeitos. .	procedimento, e participaram de 20 sessões individuais.	procedimento simultâneo de módulos
Gomes et al. (2014)	Objetivou-se compreender o significado do apoio psicológico à mulher em situação de violência conjugal, no âmbito da Estratégia de Saúde da Família.	Foram realizadas entrevistas com 52 profissionais que atuam em unidades de saúde em Santa Catarina, Brasil. A coleta e análise de dados basearam-se na Teoria Fundamentada nos Dados.	Sinaliza-se para a necessidade de repensar as ações em saúde no âmbito da Atenção Primária à Saúde, a partir da integração e articulação intersetorial a fim de que seja assegurado às mulheres o apoio psicológico necessário para o enfrentamento da violência conjugal.

Por meio do estudo realizado por Vallejo, Carmona-Otalvaro e Rengifo-Áreas (2020), por meio de uma proposta de intervenção sobre a violência doméstica, buscou-se avaliar o processo de violência doméstica e as limitações decorrentes dele. Segundo o artigo, esse tipo de ocorrência infelizmente faz parte da natureza humana, mesmo que de forma negativa, mas que faz necessária uma ressignificação de valores por parte da vítima. Quem é agredido passa a sentir medo e insegurança, e isso torna-se um problema psicológico muito importante no contexto de qualidade de vida.

Nesse sentido, Hoepers e Tomanik (2019) avaliaram os principais efeitos da violência doméstica em suas vítimas. Foi possível identificar que elas não conseguiram ter uma rotina normal, estão sempre com medo de encontrar seu agressor, algumas desenvolvem depressão e crises de ansiedade, e algumas não conseguem até mesmo iniciar novos relacionamentos.

Por meio desse estudo, em que foram realizados planos de intervenção com um grupo de 19 mulheres agredidas, foi possível diagnosticar que a fala em grupo, nos dias de reunião, permitiu que essas mulheres expusessem seus sentimentos, anseios e traumas, e demonstraram melhora significativa na sua consciência de si mesmas e segurança (HOEPERS; TOMANIK, 2019).

De maneira complementar, Santini e Williams (2016) avaliaram mães com histórico de violência doméstica por meio de sessões terapêuticas individuais. O acompanhamento das vítimas demonstrou que, ao realizarem esse tipo de terapia, as mulheres conversam sobre sua situação, sobre filhos e como mulheres. Sabe-se que a criação de um filho, durante ou após a violência, mexe de maneira substancial na vida da

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

vítima. Assim, conversar e enxergar outras realidades proporciona que essa mulher não se sinta sozinha, melhorando seus aspectos psicológicos.

Ao avaliar os profissionais psicólogos atuantes nesses casos, Rolim e Falcke (2017) buscaram entender a visão dos mesmos nas situações de violência doméstica. Eles indicaram que a terapia psicológica é fundamental e tem grande relevância no acompanhamento, pois permite compreender essa vítima em sua integralidade. Entretanto, a falta de profissionais é uma realidade evidente, e que dificulta o acesso das vítimas ao acompanhamento adequado.

De mesmo modo, Gomes e colaboradores (2014) avaliaram que as ações em saúde, no contexto da Atenção Primária em Saúde, ainda não se encontram adequadas para atender esse público. Apesar de a cada ano a demanda por esse tipo de acompanhamento ser maior, infelizmente ainda não existem recursos profissionais suficientes para atender de maneira satisfatória essa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a temática tratada no presente estudo, nota-se que a violência doméstica não pode ser considerada uma violência comum, visto as suas especificidades, necessitando de um tratamento diferenciado. Os dados estatísticos explícitos no presente trabalho apontam para o aumento no número de casos de violência doméstica em âmbito nacional. Além disso, foi observado que em grande parte dos feminicídios a vítima já havia sofrido ameaças ou agressões anteriores, e que, caso houvesse alguma intervenção prévia, essas mortes poderiam ter sido evitadas.

A violência constante oriunda de um indivíduo do membro familiar, em sua maioria, pelo próprio cônjuge, o qual deveria prover proteção, promove nesta vítima um impacto psicológico substancial. O acompanhamento das vítimas de violência por um profissional psicólogo torna-se imprescindível.

O psicólogo é o responsável por aproximar-se da vítima por meio de uma escuta ativa, o qual irá auxiliá-la na compreensão de seus sentimentos e traumas, e assim, favorecer o processo de cura.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Através dos estudos analisados no presente trabalho, observou-se que o acompanhamento psicológico a essas vítimas, apesar de ainda ser escasso devido a falta de profissionais no Sistema Único de Saúde e nem todas as vítimas disporem de recursos financeiros para um acompanhamento particular, é extremamente benéfico.

Desse modo, os programas de assistência em grupo ou individual trazem a essas mulheres um sentimento de pertencimento, de compreensão e de autocura. Muitas encontram-se em situação de vulnerabilidade com relação a sua imagem e sua ação social, de modo que essa terapêutica proporciona que elas possam se ressignificar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão.** Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2012. Coleção pensamento criminológico (n. 19).

BERNARDES, M. N. **Violência doméstica, opressão de gênero e justiça social: uma análise da Lei 11340/06 a partir do princípio da paridade de participação.** In: XXIII Encontro Nacional Conpedi, 2014, Florianópolis. Teoria Crítica do Direito: XXIII Encontro Nacional Conpedi. Florianópolis: Conpedi 2014, 2014. p. 334-357.

BRASIL. Constituição. Lei nº **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 25 de abril de 2022.

CAMPOS, Carmen Hein de. Desafios na implementação da Lei Maria da Penha. **Revista Direito GV.** 11(2) | P. 391-406 | JUL-DEZ 2015.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. 6 ed. Salvador: Jus Podivm, 2019.

GERHARD, Nadia. **Patrulha Maria da Penha**. 1. ed. Porto Alegre: Age Editora, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

GONÇALVES, Antonia Baptsta. **Legítima defesa da honra x feminicídio.** Consultor Jurídico. 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-abr-13/antonio-goncalves-legitima-defesa-honra-feminicidio. Acesso em 25 de abril de 2022.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A Violência no Casal**: da coação psicológica à agressão física. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HOEPERS; Aline Daniele; TOMANIK, Eduardo Augusto. (CO)**construindo sentidos:** o grupo como dispositivo de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.

Psicologia & Sociedade [online]. 2019, v. 31, e214338. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31214338. Acesso em 25 de abril de 2022.

LÓPEZ, Ocner Córdova. **La Violencia Económica y/o Patrimonial Contra las Mujeres en el Ámbito Familiar.** Revista del Instituto de la Familia – Faculdad de Derecho (UNIFE), ed. Persona Y Familia, nº 6, 2017. Disponível em: http://revistas.unife.edu.pe/index.php/personayfamilia/article/view/468/295. Acesso em 25 de abril de 2022.

MELLO, Marilia Montenegro Pessoa de; ROSENBLATT, Fernanda Cruz da Fonseca. Para além do "mundo jurídico": um diálogo com as equipes multidisciplinares de Juizados (ou Varas) de Violência Doméstica. **Rev. Direito e Práx**., Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 01, 2021, p.608-641.

MENDES, Soraia da Rosa. **(Re)pensando a criminologia**: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista. Universidade de Brasília. Faculdade de Direito. Tese de Doutorado. 2012.

MEYERSRFELD, Bonita. **Domestic Violence and International Law**. Oxford: Hart Publishing, 2010.

MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha. Uma Análise Criminológica- Crítica.** Revan; 1ª edição (1 janeiro 2015).

NAÇÕES UNIDAS. **Respurces and Speakers on Global Issues, Ending Violence Against Women and Girls.** UNITED NATIONS, Disponível em: http:// www.un.org/en/globalissues .2019. Acesso em 18 de abril de 2022.

OLIVEIRA, Adriana; BERNARDES, Márcia; COSTA, Rodrigo**. Violência Doméstica, Discriminação de Gênero e Medidas Protetivas de Urgência**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2016.

PIMENTEL, Adelma. Violência Psicológica nas Relações Conjugais – **Pesquisa e Intervenção Clínica**. São Paulo: Summus, 2011.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. "Utopias" institucionais antidiscriminação. As ambiguidades do direito e da política no debate feminista brasileiro. **cadernos pagu** (45), julho-dezembro de 2015:297-329. ISSN 1809-4449

ROLIM, Kamêni Iung; FALCKE, Denise. Violência Conjugal, Políticas Públicas e Rede de Atendimento: Percepção de Psicólogos(as). **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2017, v. 37, n. 04pp. 939-955. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003332016. Acesso em 25 de abril de 2022.

SANTINI, Paolla Magioni e WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de AlbuquerqueEfeitos de procedimentos para maximizar o bem-estar e a competência parental em mulheres vitimizadas. **Estudos de Psicologia** (Campinas) [online]. 2016, v. 33, n. 04, pp. 711-721. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02752016000400014. Acesso em 25 de abril de 2022.

SEGATO, Rita L. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes. 2003.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

SOARES, Bárbara M. IN: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentando a Violência contra a mulher** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 64p. 2005.

SOUSA, Célia Regina Nilander. **Isolamento Social em tempos de pandemia**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2020. ePUB.

VALLEJO, Germán Arley, CARMONA-OTÁLVARO, Juan Gabriel; RENGIFO-ARIAS, Carlos Gustavo Propuesta de intervención sobre la violencia intrafamiliar: abordaje de acuerdo con la función y sentido del fenómeno violento presente en la dinámica familiar. **Estudos de Psicologia** (Campinas) [online]. 2020, v. 37, e 180104. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e180104. Acesso em 25 de abril de 2022.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXI

RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA: UMA PARCERIA NECESSÁRIA

Edna Maria Silva da Costa[65].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-21

RESUMO: Este presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da relação família e escola para a formação do aluno. Como objetivos específicos pretendeu-se conceituar a família e seu papel na sociedade; verificar o papel dos pais na educação dos alunos e verificar a participação dos pais em suas atividades, sempre verificando a participação da família no contexto escolar. O estudo busca saber qual a importância da participação da família na formação do aluno, bem como buscar entender qual a participação que a escola espera que a família tenha e também a forma que a família participa na educação dos seus filhos. Para tanto foi realizada como metodologia pesquisa bibliográfica e documental. A base teórica foi composta por autores tais como, Dada Prado (1981), entre outros que também foram importantes. Na análise da pesquisa identificou-se que a Escola e a Família são à base da formação da criança e para isso é necessário o envolvimento de ambas para o aprendizado delas; foi possível notar que pais e professores se aproximam do entendimento do que seja participação e que o caminho a ser percorrido ainda é longo, porém não é impossível. Sendo assim pode-se perceber que a parceria entre família e escola é imprescindível para o bom desenvolvimento da educação desses alunos.
PALAVRAS-CHAVE: Participação. Família. Escola.

RELATIONSHIP BETWEEN SCHOOL AND FAMILY: A NECESSARY PARTNERSHIP

ABSTRACT: This present work aims to analyze the importance of the family and school relationship for the formation of the student. As specific objectives, it was intended to conceptualize the family and its role in society; verify the role of parents in the education of students and verify the participation of parents in their activities, always verifying the participation of the family in the school context. The study seeks to know the importance of family participation in the formation of the student, as well as to seek to understand what participation the school expects the family to have and also the way in which the family participates in the education of their children. For that, a bibliographic and documentary research was carried out as a methodology. The theoretical basis was composed by authors such as Dada Prado (1981), among others who were also important. In the analysis of the research it was identified that the School and the Family are the basis of the formation of the child and for that it is necessary the involvement of both for their learning; it was possible to notice that parents and teachers are approaching the understanding of what participation is and that the way to go is still long, but it is not

65 Pedagogia - UVA. Pós-graduação em educação infantil e alfabetização - FETREMIS, Pós-graduação em psicopedagogia, educação especial e inclusiva - Faculdade Dom Alberto. Pós-graduação em psicopedagogia institucional e clínica - ISEP. Professora da Rede municipal de ensino nas cidades de Guamaré/RN e Macau/RN. E-mail: edna.4004@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

impossible. Thus, it can be seen that the partnership between family and school is essential for the good development of these students.
KEYWORDS: Participation. Family. School.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda sobre a importância da relação entre escola e família no que diz respeito ao Processo Pedagógico para uma educação de qualidade, analisando assim a interação de ambas as partes, tanto a escola quanto a família para que juntas alcançam um objetivo em comum que é de proporcionar às crianças uma educação de qualidade.

Também será analisada a influência desta como parceria na contribuição e na melhoria da qualidade de ensino, podendo assim propor atuações para que as escolas e famílias possam apoiar uma à outra na educação das crianças.

A aproximação da família com a escola é extremamente importante para o desenvolvimento de uma criança, no que diz respeito à construção do conhecimento do mesmo e na formação dos aspectos cognitivo e efetivo desses alunos. O diálogo entre essas duas instituições é essencial para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. É necessário que haja o interesse de diálogo entre os pais com a escola, e que juntas participem desse processo de construção de conhecimento educativo dos filhos.

Esta parceria entre família e escola é concretizada quando ambos estão juntos em um só propósito, formar cidadãos conscientes da sociedade em que habitam, com valores éticos e morais em um objetivo de um futuro promissor.

A família pode e deve participar de diversas formas na educação dos filhos, como: acompanhar tarefas e trabalhos escolares, verificar se o filho fez as atividades solicitadas pelo professor, estabelecer horário de estudo, informar- se sobre matérias e provas, entre outras, assim defende Freitas, Maimoni e Siqueira, (1994) e de Maimoni e Miranda, (1999).

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos, e estes divididos em subtemas de acordo com o tema que intitula o trabalho. Sendo assim a monografia é um trabalho relevante para o educando, pois, é nele que se tem oportunidade de mostrar seus

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

conhecimentos adquiridos durante sua vida acadêmica, assim refletindo na contextualização teórica e prática sobre a temática abordada.

A FORMAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FAMILIAR

O conceito de família se modifica conforme o tipo de sociedade, o tempo e a sua estrutura social, na medida em que sofre as influências dos acontecimentos sociais. Podemos então ter como base dois conceitos sobre a família, onde a sociologia e a psicologia as definem. A primeira delas é a definição psicológica que diz que família é:

> Um grupo de pessoas, vivendo em uma estrutura hierarquizada, que convive com uma proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre adultos e deles para crianças e idosos que aparecem no contexto. Pode-se também entender como uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos (CARNUT, 2014, p. 63).

Nessa perspectiva psicológica, pode-se entender a família como um grupo de coesa relação interpessoal, ocasionada de forma impositiva ou não e que se observa, mesmo que minimamente, alguma relação de hierarquia e cuidado entre seus membros.

Já para sociologia família é:

> Um grupo que apresenta organizações estruturadas para preencher as contingências básicas da vida biológica e social. Trata-se de uma unidade social básica, ou seja, o grupamento humano mais simples que existe, por isso a família é a instituição básica da sociedade. (FAQUIM, 2014, p. 63).

Apoiando-se na visão sociológica, percebe-se que a família ganha um caráter de "unidade primária". Pode-se dizer então que sem a família, seriamos um aglomerado de sujeitos particulares sem ligação interpessoal com os demais membros da mesma espécie e que não haveria o mínimo de coletividade entre os seres humanos.

É normal as pessoas no dia a dia confundirem esses termos, achando que se trata da mesma coisa. Um dia, em determinado período histórico, nas sociedades ocidentais (em especial, as eurocêntricas) esses termos se confundiam, pois para haver famílias, era necessário um matrimônio e admitia-se que os membros frutos desse matrimônio (os parentes) eram a "família" propriamente constituída. Contudo, hoje em dia, famílias podem ser constituídas sem haver o matrimônio e muito menos ainda gerarem parentesco entre as partes.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

PARCERIA: FAMÍLIA E ESCOLA

Diante dessa afirmação acima é possível compreender o quanto é importante o relacionamento entre professores e alunos, e que a troca de conhecimentos que existem entre eles os aproximam e faz com que a construção do conhecimento seja mútuo entre as partes.

Para que haja respeito à diversidade na escola é necessário que todos sejam reconhecidos como iguais em dignidade e em direito. Em outras palavras, ao considerarmos que os seres humanos dependem do reconhecimento que lhes é dado, está reconhecendo que a identidade do ser humano não é inata ou pré-determinada, e isso nos torna mais crítica e reflexiva sobre a maneira como estamos contribuindo para a formação das identidades dos nossos alunos.

> A projeção sobre o outro de uma imagem inferior ou humilhante pode deformar e oprimir até o ponto em que essa imagem seja internalizada". E não dar um reconhecimento igualitário a alguém pode ser uma forma de opressão (TAYLOR, 1994, p. 58).

Analisando a afirmação acima é possível verificar que devemos deixar de considerar as inúmeras formas de diferenciação que existem entre os indivíduos e grupos e que devemos fornecer o apoio e os recursos necessários para que não haja assimetria, desigualdade nas oportunidades e no acesso aos recursos.

Na escola é possível presenciar a indiferença, a discriminação, o preconceito, a injustiça que, são situações que são muito comum nas escolas públicas, os alunos que não seguem o padrão idealizado pela escola tradicional, causam indignação, pois a escola é um lugar privilegiado para ensinar as crianças desde cedo, com carinho e respeito pelo outro.

As crianças sempre entram nesse cenário que é a escola. Lugar primeiramente que receberia a todos com respeito, afeto, solidariedade. Isso contribuiria muito para que crescessem aprendendo a lidar com as diferenças com sensibilidade.

Um dos parâmetros que ele cita como premissa da escola e do ensino hoje é:

> A razão pedagógica, a razão didática, está associada à aprendizagem do pensar, isto é, a ajudar os alunos se constituírem como sujeitos pensantes, capazes de pensar e lidar com conceitos, para argumentar, resolver problemas, para se defrontarem com dilemas e problemas da vida prática. Democracia na escola

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> hoje, justiça social na educação, chama-se qualidade cognitiva e operativa do ensino (LIBÂNEO, 2002, p. 26).

A escola deve valorizar os muitos saberes do aluno, e seja oportunizado a ele demonstrar suas potencialidades. O professor deverá oportunizar às crianças situações favoráveis à aquisição do conhecimento e acreditar nas capacidades dos seus alunos de forma positiva e confiante, fazendo com que cada um deles tenha o sentimento de pertencer a um grupo, pois jamais vai demonstrar as potencialidades que possui.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) Art. 208 instrui que:

> O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
>
> I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
>
> II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
>
> III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Apesar de se afirmar que somos iguais, também é necessário afirmar que somos todos diferentes, e que essa diferença é necessária para que assim sejamos todos um só. Não anulando a da subjetividade de nossos alunos, mas lembrando de que a negação da diferença e da singularidade, não acaba e não permite a superação do preconceito, e assim o afirma e reforça, por esse motivo vemos a necessidade de uma escola que consiga olhar para todos e para cada um, dando igual importância e procurando atender a todos os alunos da melhor maneira, permitindo a convivência na singularidade de todos, assim como é a sociedade e a cultura em que vivemos.

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

A relação entre família e escola enfrenta muitos desafios, e é de total responsabilidade de pais e professores a formação integral da criança.

A educação sempre ocupou um espaço importante na sociedade, onde a escola e a família desempenham papéis fundamentais na transmissão dos conhecimentos. É certo que há muitos desafios a serem enfrentados em relação às responsabilidades que cada um destes tem de um lado os pais que devem educar, e de outro a escola que tem o dever de ensinar e que possui o trabalho pedagógico.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A escola se apresenta como objeto importante nesse processo, já que devido à formação que os profissionais possuem, é cabível que haja uma iniciativa por parte desta instituição para que se estabeleça uma relação harmoniosa e produtiva entre as duas partes envolvidas.

Escola e família são fundamentais no processo de desenvolvimento do ser humano, entretanto ainda há divergências no papel que cada um deve desempenhar. A família não é um simples fenômeno natural, mas pelo contrário, é uma instituição social que varia no tempo e apresenta formas e finalidades diferentes dependendo do grupo social em que esteja (PRADO, 1981, p. 16).

Baseada na afirmação de Prado é possível constatar que a família tem passado por inúmeras mudanças ao longo da história e sendo assim reflete na formação educacional das crianças, até porque a escola também sofreu alterações que também foram sentidas pelos alunos.

Um ambiente familiar estável e afetivo certamente contribui de forma positiva para o bom desempenho escolar da criança, porém um lar mal estruturado tende a favorecer o mau desempenho escolar das crianças. Sabe-se que, quando algo não vai bem ao ambiente familiar, o escolar será também de certa forma afetado. Desta forma, percebe-se que a grande maioria das dificuldades apresentadas pelas crianças é proveniente de problemas familiares.

Desta forma, uma boa relação entre a família e a escola deve estar presente em qualquer trabalho educativo que tenha como principal alvo, o aluno. A escola deve também exercer sua função educativa junto aos pais, discutindo, informando, orientando sobre os mais variados assuntos, para que em reciprocidade, escola e família possam proporcionar um bom desempenho escolar e social às crianças.

De acordo com Pereira (2008, p. 43):

> A Família é considerada a instituição social básica a partir da qual todas as outras se desenvolvem, a mais antiga e com um caráter universal, pois aparece em todas as sociedades, embora as formas de vida familiar variem de sociedade para sociedade. A Organização das Nações Unidas (ONU) em 1984, refere a Família como o elemento de base da sociedade e o meio natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Portanto, o papel que a escola possui na construção dessa parceria é fundamental, devendo considerar a necessidade da família, levando-as a vivenciar situações que lhes possibilitem se sentirem participantes ativos nessa parceria. A família é o primeiro suporte vital que temos nos primeiros anos de vida, é nela que temos que nos apoiar e consequentemente teremos que apoiar, pois cada elemento da família (seja ela grande ou pequena) necessita do nosso apoio, da nossa companhia, do nosso carinho, da nossa sabedoria, da nossa alegria, das nossas palavras de conforto, resumindo, é na família que está todo o equilíbrio que o ser humano necessita à boa integração na sociedade e fundamentalmente à sua sobrevivência.

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR

As famílias são organizadas diferentemente em cada época e modelo societário. A ideia de família "nuclear" (pai, mãe e filhos) como central não se sustenta nos dias atuais. A família, diz Morgan (apud ENGELS, 1974), "é o elemento ativo, nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado".

O casamento representa uma vinculação de duas redes familiares, preocupadas com a estabilidade e a manutenção do patrimônio.

A família moderna cresceu em torno dos conceitos de autonomia e disciplina, um artifício fabricado pelo homem nas circunstâncias sociais dadas, não um legado natural. Outras transformações nas relações entre as pessoas ocorreram com a vinda do capitalismo: a separação do público e do privado, o rompimento dos laços de patronagem, o fortalecimento da autonomia do lar sob a autoridade paterna.

Não há como conceber um compartilhamento da ação educativa sem considerar os contatos entre as famílias e os educadores. Essa é uma questão primordial que deve ser muito mais frequente na educação dos anos iniciais do que nas outras etapas, os contatos podem ser de várias naturezas: contatos rotineiros, reunião de pais, reuniões de conselho de escola, comemorações, trabalho do professor e informações da própria criança.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Para Libâneo (2003, p. 348-349) a organização de atividades que asseguram a relação entre escola e comunidade.

> Implica ações que envolvem a escola e suas relações externas, tais como os níveis superiores de gestão do sistema escolar, os pais, as organizações políticas e comunitárias, as cidades e os equipamentos urbanos. O objetivo dessas atividades é buscar as possibilidades de cooperação e de apoio, oferecidas pelas diferentes instituições, que contribuam para o aprimoramento do trabalho da escola, isto é, para as atividades de ensino e de educação dos alunos. Espera-se especialmente, que os pais atuem na gestão escolar mediante canais de participação bem definidos (LIBÂNEO, 2003, p. 348-349).

Não há dúvidas que o ambiente escolar e a família compõem o meio social no qual o aluno está inserido. Eles dois mais o local em que localizam sua residência ou sua escola, bem como os laços sociais e econômicos compõem o meio social com forte interferência no aprendizado e na motivação para aprendê-lo.

FUNDAMENTOS DA ESTRUTURAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A família e a escola são parceiros fundamentais no desenvolvimento de ações que favorecem o sucesso escolar e social das crianças, formando uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir. A educação perpassa tanto o ambiente escolar quanto o familiar. A criança, desde seu nascimento, ocupa um espaço dentro da família. É nela que se encontram os primeiros professores e ensinamentos, os quais refletirão e perdurarão por toda vida adulta, permitindo que seus membros se desenvolvam em todos os aspectos, de forma integral.

A participação da família no ambiente escolar é fundamental no processo ensino-aprendizagem. Família e escola são os principais suportes com que a criança pode contar para enfrentar desafios, visto que, integradas e atentas podem detectar dificuldades de aprendizagem que ela possa apresentar, podendo contribuir de maneira eficiente em benefício da mesma. Art. 226- IV- “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado- Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (BRASIL, 1988).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A Carta Constitucional ampliou o conceito de família, permitindo o reconhecimento de entidades familiares, com a mesma proteção jurídica dedicada ao casamento, modificando de forma revolucionária a compreensão do direito de família, que até então se assentava necessariamente no matrimônio.

A nova definição legal da família brasileira se harmoniza com o conceito de casamento "entre cônjuges" do art. 1.511, do Código Civil, não apenas deixando de fazer qualquer alusão à oposição de sexos, mas explicitando que a heterossexualidade não é condição para o casamento. Derruba-se, enfim, a última barreira – meramente formal – para a democratização do acesso ao casamento no Brasil.

ECA- ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei que cria condições de exigibilidade para os direitos da criança e do adolescente, que estão definidos no artigo 227 da Constituição Federal foi promulgada em julho de 1990, que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Trata-se de um ramo do direito especializado, dividido em partes geral e especial, onde a primeira traça, como as demais codificações existentes, os princípios norteadores do Estatuto. Já a segunda parte estrutura a política de atendimento, medidas, conselho tutelar, acesso jurisdicional e apuração de atos infracionais.

A partir do Estatuto, crianças e adolescentes brasileiros, sem distinção de raça, cor ou classe social, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres, considerados como pessoas em desenvolvimento a quem se deve prioridade absoluta do Estado.

Nesse artigo 227 destaca-se que:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência crueldade e opressão (ECA-ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, 1990).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O objetivo estatutário é a proteção dos menores de 18 anos, proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizente com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando para a vida adulta em sociedade.

Elias (2005, p. 4) coloca que a proteção integral é abrangente. Refere-se à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à profissionalização, ao lazer e ao esporte, sendo relevante considerar que todos os cidadãos são convocados a participar desta grande obra.

É oportuno observar que a Constituição Federal, no art. 205, segundo Elias (2005) preceitua que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Então, reconhece-se que o aluno tem o direito de ser respeitado pelo professor, o que implica uma educação produtiva, sem traumas, entretanto, isso não dá liberdade para o aluno fazer o que quiser na sala de aula, e no tocante aos deveres que lhe são impostos pelos professores, da mesma forma, estes devem ser respeitados.

> Ajudar o aluno a potencializar seus recursos internos, valorizar qualquer possibilidade de esforço ou conquista, promover o diálogo e buscar ajuda externa, quando a situação demonstra sinais de agravamento, são algumas ferramentas que o educador dispõe (FERNANDA; SOUZA, 2009).

Ações conjuntas levam à compreensão por parte de todos os sujeitos envolvidos, de que a educação deve ser o carro-chefe que levará o país à transformação social, entendida aqui não como um jargão cujo uso desgasta o significado, mas como mudança necessária que tornará o homem a pessoa mais importante do mundo, a quem se deve respeitar enquanto cidadão. Tais concepções podem ser evidenciadas na fala abaixo:

> A escola detém uma importante parcela na construção desse processo, pois oferece ao aluno a oportunidade de vivenciar situações tanto de “conforto” social como de desafio, colocando à prova suas habilidades sociais. A socialização e o processo de aprendizagem caminham juntos. Quando uma está comprometida, a outra tende a sofrer prejuízos, pois a motivação, atenção e memória são pré-requisitos para ambas (FERNANDA; SOUZA, 2009).

O processo educacional é um grande desafio que envolve os profissionais da educação, as famílias dos alunos e a comunidade em toda sua amplitude, enquanto colaboradora na compreensão e aplicação do código ético que rege as vidas dos seres humanos.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

É necessária, acima de tudo, uma maior compreensão a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como do funcionamento do Conselho Tutelar, a fim de que se possa transformar efetiva e seguramente a nossa sociedade. Essa tarefa cabe a todos aqueles que almejam ver florescer uma sociedade de pessoas iguais, com direitos e deveres bem compreendidos, ou seja, uma sociedade educada para o bem, cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi analisado o processo de integração família e escola tendo em vista as práticas pedagógicas que muito deixam a desejar e são apontados como causa para o fracasso escolar. Não restam dúvidas que um ato integrativo permite aos alunos um melhor desenvolvimento educacional. Porém para que isso ocorra são necessários incentivos, propostas construtivas e inovadoras para que venha ocorrer um processo integrativo entre professor, família e aluno com êxito ajudando a ampliar o universo deles.

Ao buscar a participação dos pais e comunidade escolar, a fim de serem concretizados princípios da verdadeira gestão participativa, visando também à qualidade no ensino e o sucesso escolar tão almejados na sociedade atual. Hoje é importante repensar a prática pedagógica diante das novas perspectivas da educação. A epistemologia do conhecimento nesta visão é a de que o indivíduo, ao nascer, é tabula rasa e nada tem em termos de conhecimento, tudo o que o indivíduo adquire no intelecto o faz através dos sentidos. E frente a cada novo conhecimento, o aluno nada sabe e o professor vai ensinar, o aluno aprende somente se o professor ensina e vai armazenando conhecimentos.

Sendo assim se concluiu que família e escola têm papel fundamental na construção do conhecimento e na formação do aluno, sendo estes responsáveis pelo aprendizado e pelo encaminhamento destes para a sociedade, tornando-os cidadãos atuantes e participativos.

REFERÊNCIAS

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. **Lei N O 10.406, De 10 De Janeiro De 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm

CARNUT, Leonardo - **Conceitos de família e a tipologia familiar:** aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. São Paulo, 2014.

ELIAS, R. J. **Direitos Fundamentais da Criança** e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A família monogâmica**. In: CANEVACCI, Massimo. Dialética da Fa]mília: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1974

FAQUIM, Juliana- **Conceitos de família e a tipologia familiar:** aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. São Paulo,2014

FERNANDA C. D; SOUZA, M F. **O papel do educador diante da agressividade, violência e comportamento antissocial.** 2009. Disponível em http://www.promenino.org.br. Acesso em 20 dez 2016.

Freitas, G. B., Maimoni, E. H. & Siqueira, M. M. M. (1994). **Escala reduzida de envolvimento de pais na vida escolar do aluno (EEPVA).** XXIV *Reunião Anual de Psicologia, da Sociedade Brasileira de Psicologia*, 437.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?**. São Paulo. Editora Cortez, 2002.

Maimoni, E. H & Miranda, A. A. B.(1999). **Uma proposta de avaliação do envolvimento dos pais na vida escolar do filho**. Anais do IV Congresso e IV Mostra de Ciências Humanas e Artes (CD-room), Viçosa (MG)

PEREIRA, Maria Paula Ivens Ferraz Colares Pereira. **A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso.** São Paulo, 2008.

PRADO, Danda. **O que é família.** São Paulo, SP (Brasil): Editora Brasiliense, 1981.p. 19-22.

TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo y la política del reconocimiento**. México, Fondo de Cultura Econômica, 1994.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXII

EDUCAÇÃO ESPECIAL: LIMITES E DESAFIOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM RETARDO MENTAL NO ENSINO REGULAR

Francisca Ariela Reges Rocha[66]; Areillen Ronney Rocha Reges[67].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-22

RESUMO: A educação inclusiva assume, a cada ano, importância maior dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania. Nesse contexto, a importância da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, representa um novo horizonte na caminhada na busca por um ensino diversificado e eficaz. Pensando nisso, compreende-se que promover uma sensibilização dos profissionais que trabalham com pessoas com necessidades educacionais especiais em classes de ensino regular, favorece o incentivo à autonomia e ao exercício da sua cidadania. Como também refletir sobre o processo de inclusão desses alunos no ensino regular, analisando a participação da família e da comunidade nesse processo de desenvolvimento, e o atendimento dos alunos com necessidades especiais mentais na rede regular de ensino, proporcionando-os as mesmas condições de aprendizagem dos demais. A pesquisa de campo, trata-se de uma abordagem bibliográfica, realizada na Escola Municipal Camila de Lellis, Riacho da Cruz – RN, onde foram desenvolvidas observações e aplicação de questionários. É apresentada uma proposta de intervenção. A pesquisa estrutura-se no embasamento teórico de alguns estudiosos como: Rosa (2009), Oliveira (2004) e Coll et al. (2004). Constatou-se que a escola necessita de profissionais com formação específica. A mesma também não se encontra totalmente nos padrões de acessibilidade física, nem dispõe de recursos para receber alunos com baixa visão.
PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Inclusão. Ensino Regular. Retardo Mental Leve.

SPECIAL EDUCATION: LIMITS AND CHALLENGES IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH MENTAL RETARDATION IN REGULAR EDUCATION

ABSTRACT: The inclusive education assumes greater importance each year, within the perspective of meet the increasing demands of a society in the process of renewal and relentless quest for democracy, which will only be achieved when all people, indiscriminately, have access to information, knowledge and means necessary for the

66 Formado em Geografia/Licenciatura - UERN. Graduando em Pedagogia - Instituto Brasileiro de Formação - Faculdade Verdes Mares. Especialista em Geografia do Nordeste - UERN. Especialista em Direito da Criança e do Adolescente - Instituto Brasileiro de Formação - Faculdade Verdes Mares. Mestrando em Ensino - Programa de pós-graduação em Ensino POSENSINO (UFERSA; UERN; IFRN). Professor de Geografia. E-mail: arielarocha_@hotmail.com

67 Graduado em Geografia - UERN. Especialista em Geografia do Nordeste e Especialista em Direito da Criança e do Adolescente. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO/UFERSA). Professor na cidade de Mossoró-RN. E-mail: areillen_ronney@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

formation of their full citizenship. In this context the importance of the inclusion of pupils with special educational needs in regular education, represents a new horizon in the quest for a diversified education and effective. Thinking about it, it is understood that promoting awareness among professionals working with people with special educational needs in regular education classes, favors encouraging the autonomy and exercise of their citizenship. As also reflect on the process of inclusion of these students in regular education, reviewing the participation of family and community in the process of development, and the care of students with special needs in regular mental education network, giving them the same conditions of learning from others. The field research, it is a bibliographical approach, held at the Municipal school Camila de Lellis, Riacho da Cruz-RN, where he developed observations and application of questionnaires. And presented a proposal for intervention. Structure research on theoretical foundation of some scholars as: Rosa (2009), Oliveira (2004) and Coll et al. (2004). It was found that the school needs of professionals with specific training. The same is also not entirely physical accessibility standards, or has resources to receive students with low vision.
KEYWORDS: Special education. Inclusion. Regular Education. Mild Mental Retardation.

INTRODUÇÃO

A constante presença de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino é cada vez mais crescente. A inclusão desses estudantes nas classes regulares representa um avanço histórico. A inclusão requer uma reestruturação do sistema de ensino, objetivando fazer com que a escola se aperfeiçoe e se torne aberta às diferenças e competente para trabalhar com todos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais. Ela deve considerar-se parte desse modelo, pois quem educa, educa a todos. Uma escola inclusiva parte do ponto de que todas as crianças podem aprender juntas e fazer parte da vida escolar e comunitária.

Com isso, problematiza-se: como se dá a interação e socialização do deficiente mental na escola e na sociedade? Lugares esses onde ocorre o preconceito, a falta de educadores qualificados e ambiente adequado para o atendimento do aluno com Necessidade Educacional Especial.

A educação especial assume, a cada ano, importância maior dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

necessários para a formação de sua plena cidadania. Neste contexto, a importância da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular representa um novo horizonte na caminhada em busca de um ensino diversificado e eficaz. Os portadores de necessidades especiais eram simplesmente ignorados, evitados, abandonados e muitas vezes eliminados.

O estudo passa a ter como objetivo identificar se a escola e os profissionais que trabalham com pessoas com necessidades educacionais especiais em classe de ensino regular utilizam meios que levem os mesmos a se sentirem incluídos, para que assim possa adquirir incentivo e autonomia, passando a exercer seu papel de cidadão e para que juntos possam adquirir incentivo à autonomia e ao exercício da sua cidadania.

Especificamente, a intenção é identificar e refletir como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais no ensino regular; analisar a participação da família e da comunidade no processo de desenvolvimento da personalidade do educando com necessidades educacionais especiais; analisar o ingresso do educando com necessidades especiais mentais em turmas do ensino regular; avaliar a expansão do atendimento aos alunos com necessidades especiais mentais na rede regular de ensino; proporcionar aos alunos com necessidades especiais mentais as mesmas condições de aprendizagem dos demais; sensibilizar a sociedade em relação ao preconceito à inclusão de pessoas com necessidades especiais mentais; propiciar aos professores do Ensino Fundamental uma formação que inclua informações e práticas acerca dos portadores de necessidades educacionais especiais.

O presente trabalho parte de uma pesquisa bibliográfica e de campo, onde envolveu o coordenador pedagógico e professores das turmas de 2º ano “A” e “B”, 3º ano “C” e 5º ano “Único”, da rede pública municipal de ensino, nos quais serão identificados, como: p1 2011, p2 2011, p3 2011 e p4 2011. Em destaque, classes regulares que tinham incluído alunos com necessidades educacionais especiais. Realizou-se através de observações e questionários a respeito do tema em discussão (Educação Especial: limites e desafios na inclusão de alunos com retardo mental no ensino regular). Após a observação e questionamentos, e diante dos dados colhidos, propõe-se ações teóricas metodológicas para tais problemas.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A pesquisa em questão foi realizada na Escola Municipal Camila de Léllis, situada na cidade de Riacho da Cruz – RN. A mesma estrutura-se no embasamento teórico de alguns estudiosos da área em discussão, ressaltando: Rosa (2009), Oliveira (2004), Coll et al. (2004) e outros que foram de suma importância para a realização da pesquisa em questão.

Este trabalho de intervenção sócio-escolar está estruturado em capítulos assim apresentados: na primeira parte, apresenta-se a introdução do trabalho, onde se mostra uma síntese do que foi discutido. Na segunda parte, enfatiza-se como se dão as políticas educacionais públicas para a educação inclusiva e como a escola envolve o currículo e a formação do professor para trabalhar com a educação inclusiva. Na terceira parte, enfatiza-se a avaliação da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais; a importância da interação de pais de alunos especiais e quais os desafios para se alfabetizar alunos com transtornos mentais leves. Na quarta parte apresenta-se uma proposta de intervenção que caracteriza o campo da pesquisa e enfoca os limites para promover a alfabetização de alunos especiais. Finalmente, na quinta parte conclui-se o trabalho com as considerações finais, onde se apresenta um balanço do que foi estudado.

Desenvolver um trabalho de consciência a todos que direta ou indiretamente estão inseridos no processo de inclusão e, ao mesmo tempo, conscientizar que o principal propósito é facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais, é a intenção deste ensaio.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PÚBLICAS INCLUSIVAS

O conceito e objetivo principal da educação inclusiva é, basicamente, inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, onde todos aprendem juntos, convivendo com as diferenças: individuais, físicas, culturais e sociais. A educação inclusiva hoje faz parte do discurso da política educacional da educação especial brasileira. A inclusão também faz parte do discurso dos que lutam por uma educação para todos, por uma escola que não negue seu papel educacional, que é o de incluir.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Sempre que nos referimos ao paradigma da inclusão, remetemo-nos às pessoas com necessidades educacionais especiais matriculadas no ensino regular. Incluir não é nivelar nem uniformizar o discurso e a prática, mas o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas. Portanto, cada aluno deve ser valorizado como é, e todo o processo de ensino- aprendizagem deve levar em conta essas diferenças. Segundo Rosa (2009, p. 57) "os sonhos e o futuro imaginados para ela dependerão dos lugares que serão construídos mediante ações inclusivas direcionadas para seu crescimento e sua aprendizagem, no âmbito familiar, social e escolar".

Igualdade, um dos fundamentos da educação inclusiva, não é, de forma alguma, tornar igual. A educação inclusiva está associada à igualdade para todas as minorias que sofrem algum tipo de exclusão – econômica, social, cultural, política e religiosa. Ela baseia-se nos seguintes princípios: a aceitação das diferenças individuais, a valorização da diversidade humana, o direito de ir e vir, o tratamento igual. O conceito de educação inclusiva não diz respeito simplesmente a escolarizar os alunos nas escolas regulares; ao contrário, essa escolarização exige um processo dinâmico, que objetiva encontrar melhores situações educativas para que o aluno desenvolva ao máximo suas possibilidades.

A educação inclusiva constitui uma das grandes preocupações da sociedade atual. Sua ideia fundamental é adaptar o sistema escolar às necessidades de todos os alunos, com ou sem deficiência. A mesma depende não só da capacidade do sistema escolar (diretor, professores, pais e outros) em buscar soluções para o desafio da presença de tão diferentes alunos nas classes, como também o desejo de fazer de tudo para que nenhum aluno seja excluído.

A educação inclusiva é o caminho definitivo para que deixemos de ser um país tão discriminatório. Essa inclusão não é fácil de lidar, tendo em vista a existência de inúmeras e variadas deficiências das escolas que na maioria das vezes não estão preparadas no que se refere ao currículo e à estrutura física; os professores altamente despreparados; as salas de aula muito numerosas; pais de alunos de deficientes que "protegem" seus filhos; pais de alunos comuns, resistentes. Esses são fatores que contribuem para que a educação inclusiva torne-se cada vez mais difícil. Embora

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

saibamos que essa inclusão estimula o desenvolvimento do aluno com necessidades especiais e estimula também o convívio com as diferenças. Nesta perspectiva, Salto para o Futuro (1999, p. 32) postula que

> A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com necessidades educativas especiais, e ao mesmo tempo facilitar-lhes a integração na sociedade como membros ativos. Mas, para que isto aconteça, é importante que o indivíduo portador de necessidades educativas especiais seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e principalmente, apto a aprender a aprender.

Oliveira (2005, p. 11) comenta: "Para que uma sociedade se torne inclusiva, é preciso cooperar no esforço coletivo de sujeitos que dialogam em busca do respeito, da liberdade e da igualdade". A educação inclusiva busca justamente romper com a situação de exclusão e de discriminação que as pessoas com necessidades especiais vivem no contexto educacional e social; Superar o desligamento existente entre a educação comum e a educação especial; A democratização do espaço escolar, como também objetiva a integração da criança com necessidades educacionais especiais à comunidade escolar e ao convívio em sociedade; e Possibilitar que essas crianças ampliem seu processo de aprendizagem.

A educação inclusiva supõe que as crianças aprendam e se desenvolvam melhor em um ambiente rico, variado, complexo e diverso, convivendo com diversas relações. É no contato com as diferenças individuais e culturais e na interação com o diverso, que a criança evolui e adquire valores.

Mantoan (apud OLIVEIRA, 2004, p. 80) manifesta algumas indagações educacionais, que são colocadas a respeito da inclusão:

> Muda então a escola ou mudam os alunos, para se ajustarem às suas velhas exigências? Ensino especializado em todas as crianças ou ensino especial para deficientes? Professores que se aperfeiçoam para exercer suas funções, atendendo às peculiaridades de todos os alunos, ou professores especializados para ensinar aos que não aprendem e aos que não sabem ensinar?

A educação inclusiva precisa analisar questões como essas, que nos leva a refletir sobre o que pensamos em relação à educação especial. Ela atravessa todas as etapas e níveis de ensino e é considerada, também, como um recurso que beneficia todos os educandos. Ela tem deixado os dirigentes educacionais confusos diante da obrigação de ter que trabalhar no mesmo espaço e tempo com crianças que apresentam as mais

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

diferentes formas de habilidades, capacidades, comportamentos e histórias de vida. A pessoa com necessidades educacionais especiais foi, ao longo da história, excluída da e pela sociedade.

Foi aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, ocorrida em Jomtien, Tailândia, em março de 1990. Esta declaração constatou a persistência de inúmeras dificuldades relacionadas à garantia do direito à educação.

O apoio legal para mudar as escolas brasileiras é suficiente, porém o que existe até agora são muitos entraves. Entre eles estão: a resistência das instituições especializadas a mudanças de qualquer tipo; a neutralização do desafio à inclusão, por meio de políticas públicas que impedem que as escolas se mobilizem para rever suas práticas homogeneizadoras; o preconceito, o paternalismo em relação aos grupos socialmente fragilizados, como o das pessoas com deficiência; a ignorância de muitos pais, a fragilidade da grande maioria deles diante do fenômeno da deficiência de seus filhos.

Aconteceu em Salamanca, na Espanha, entre 07 e 10 de junho de 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Estiveram presentes mais de 300 participantes, 92 representantes de diferentes países e 25 organizações internacionais. Essa Conferência teve o objetivo de promover a Educação para Todos, analisando as mudanças fundamentais de política necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando as escolas a atenderem a todas as crianças, sobretudo às que têm necessidades educacionais especiais. O foco central da “Declaração de Salamanca” é o compromisso com a educação para todos, reconhecendo-se a necessidade e urgência de ser o ensino ministrado no sistema comum de educação, para todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996, p. 22), apresenta características básicas de flexibilidade, além de algumas inovações que em muito favorecem o aluno com necessidades educacionais especiais.

No capítulo V, artigos 58, 59 e 60, é colocado que

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
>
> Pela primeira vez surge em uma LDB um capítulo (cap. V) destinado à Educação Especial, cujos detalhamentos são fundamentais: garantia de matrículas para portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 58); serviços de apoio especializado, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial (Art. 58 § 1º); a oferta de Educação Especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (Art. 58, § 3º);professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (Art. 59. III). O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, e independentemente do apoio às instituições previstas nesse artigo (Art. 60, parágrafo único).

As leis brasileiras sobre a educação procuram garantir o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino regular. No entanto, não são as leis elaboradas longe das escolas que irão mudar a prática educativa dentro das salas de aula, mas sim a disponibilidade para um trabalho transformador de cada um dos professores e dos membros da comunidade escolar envolvidos no processo educativo, que farão a diferença para esses alunos.

CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O currículo tem sido encarado e implementado a partir da perspectiva de que todo aluno do ensino regular deve aprender para ter sucesso no seu processo de escolarização. Essa é a concepção tradicional de currículo.

Nesta perspectiva, Rosa (2009, p. 133) postula que

> A organização curricular pode ser considerada o DNA de uma escola, o indicativo dos objetivos que esta busca atingir, qual a sua corrente, a sua ideologia, e que papel entende ter a educação na sociedade. Expressa o peso dado às experiências e atividades voltadas à formação, quais os caminhos e as formas de organização daquilo que vai compor o processo ensino aprendizagem. A escola planeja, o aluno vivencia.

Devemos pensar em colocar o currículo a favor do processo de formação e do reconhecimento de novas identidades, contestadoras e comprometidas com a ampliação da democracia. O currículo deve estar comprometido com a diversidade humana e com as diferenças culturais que compõem a realidade da escola. A educação inclusiva

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

pressupõe a realização de currículos mais abertos e flexíveis, que estejam comprometidos com o atendimento às necessidades educacionais de todos os alunos, sejam eles especiais ou não.

A construção do currículo em uma escola inclusiva deve levar em consideração as diferenças que nela estão presentes, considerando seus alunos, professores e a própria comunidade escolar. Na elaboração do "currículo inclusivo", a participação dos membros da comunidade escolar deve ser garantida – professores, alunos, equipe técnico/administrativa e familiares -, pois só assim conseguiremos alcançar o objetivo maior: a inclusão de seus alunos.

Salto para o Futuro (1999, p. 52) mostra:

> [...] As necessidades especiais que alguns alunos possam apresentar devem ser atendidas por meio do currículo regular, de maneira adaptada ou não. Se entendermos o currículo como o conjunto de ações que a escola formaliza em consonância com o projeto pedagógico, o processo educativo assim norteado é o mesmo para todos os alunos, com a devida atenção às diferenças individuais, inclusive as diferenças mais acentuadas que se podem observar em alguns alunos com relação aos demais.

O currículo pode constituir um grande obstáculo para os alunos com necessidades educacionais especiais, especialmente quando ele impõe uma referência homogênea a ser alcançada por todos os educandos, independentemente das condições particulares que possam apresentar. O que se busca e se incentiva atualmente é a construção de currículos abertos, transformadores e com novas prescrições, de modo a contemplar os que possam não responder à expectativa de "normalidade" da comunidade escolar.

No Brasil, os procedimentos de adaptações curriculares estão respaldados pela Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional cap. V, Art. 59 (BRASIL, 1996, p. 22-23):

> O sistema de ensino assegurem aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender as necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelaram capacidade de inserção no trabalho competitivo,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Pensando na perspectiva da educação inclusiva, são necessárias adaptações curriculares que possam atender às individualidades de acordo com as necessidades especiais dos alunos que participam desse processo, sem que esse planejamento se afaste do currículo comum para todos os alunos, de forma que existam conteúdos similares entre eles.

Para Marchesi (apud ROSA, 2009, p. 134):

> A atenção às diferenças individuais faz parte também de todas as estratégias educativas que se assentam no respeito à individualidade de cada um. Um respeito que, no caso dos alunos com necessidades educativas especiais, exige que se proporcione uma educação adaptada às suas possibilidades.

Diante desse desafio, como podemos reestruturar o currículo de nossa escola, considerando a perspectiva da educação inclusiva? É necessário que a comunidade escolar trabalhe em cooperação e com união, e que o corpo docente da escola se disponha a fazer as modificações necessárias para atender à nova demanda organizacional.

Ainda citando Marchesi (apud ROSA, 2009, p. 135) quando se refere ao currículo e às adaptações necessárias na inclusão de pessoas com necessidades especiais:

> Um currículo centrado fundamentalmente nos conteúdos conceituais e nos aspectos mais acadêmicos, que propõe sistemas de avaliação baseados na superação de um nível normativo igual para todos, lançam ao fracasso alunos com mais dificuldades para avançar nestes âmbitos. Os currículos mais equilibrados, nos quais o desenvolvimento social e pessoal também tem importância e em que a avaliação seja feita em função do progresso de cada aluno, facilitam a integração dos alunos.

Os alunos não são iguais. Inclusive, afirma-se que todos os alunos são diferentes em seus ritmos de aprendizagem e em seus modos pessoais de enfrentar o processo educacional e a construção de seus conhecimentos.

Um currículo aberto à diversidade dos alunos não é apenas um currículo que oferece a cada um deles aquilo de que necessita de acordo com suas possibilidades. É um currículo que se oferece a todos os alunos, para que todos aprendam quem são os outros e que deve incluir, em seu conjunto e em cada um de seus elementos, a sensibilidade para as diferenças que há na escola. Coll, Marchesi, Palacios e Cols. et al (2004, p. 29-30)

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

frisa: "[...] é necessário facilitar o acesso de todos os alunos a um currículo comum, mas também é preciso respeitar os ritmos de aprendizagem de cada aluno, dos mais capazes e dos que apresentam problemas de aprendizagem [...]".

Um currículo que seja válido para uma escola deve levar em conta tanto o conhecimento cultural que os alunos possuem, como o conhecimento sobre a cultura dos alunos. A educação se define concretamente pelo currículo, que é o conjunto de experiências educativas que a escola oferece. Será que as crianças e os adolescentes com deficiência necessitam de um currículo especial, diferente dos colegas? Não é possível planejar um currículo que, por um lado, seja especial, diferente do comum, mas, por outro lado, seja comum a todos os alunos com deficiência.

Um currículo aberto e flexível é condição fundamental para responder à diversidade, já que permite tomar decisões refletidas e ajustadas às diferentes realidades sociais, culturais e individuais. Trata-se de construir um currículo sob medida para o aluno, tomando decisões a respeito do que ele tem de aprender e em que sequência, de como se deve ensinar-lhe, de quais serão os critérios para avaliar seus avanços e de como ele será avaliado.

As adaptações curriculares não se restringem apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência. Muitos alunos com deficiência podem acompanhar o currículo comum, apenas acrescido de algumas ajudas técnicas ou materiais. As adaptações curriculares devem estar abertas a modificações constantes em função dos dados proporcionados pela prática. É preciso haver um currículo comum para todos os alunos, que posteriormente deve ser adequado ao contexto social e cultural de cada escola e às necessidades diferentes de seus alunos.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em relação aos professores, os mesmos julgam-se incapazes, despreparados e impotentes frente à realidade apresentada pelas escolas públicas – escolas sem condições físicas, materiais, financeiras e pedagógicas para receber o aluno com necessidades educacionais especiais.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Quando um professor diz “não sou capaz de trabalhar com um aluno assim”, “não tenho uma formação específica para isso”, dentre outras, fica clara a dificuldade dos mesmos em lidar com o processo de inclusão. Assim, eles estão demonstrando todo o seu sentimento de medo, insegurança e descrédito quanto ao processo de inclusão.

Uma das condições de funcionamento da escola é o professor, embora saibamos que a própria instituição escolar terá de buscar novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem orientados por concepções e práticas pedagógicas que atendam à diversidade humana.

Este novo momento passa a exigir dos professores outros conhecimentos, além daqueles que receberam. Os cursos de nível médio e superior de formação de professores necessitarão de grandes mudanças em sua estrutura curricular. É muito importante haver uma reforma na formação dos professores, pois precisam aprender a identificar e atender às necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos deficientes ou não. Com base nisso, Oliveira (2004, p. 85) diz:

> A denominada formação continuada ou contínua é, também, uma necessidade no panorama educacional mundial e brasileiro. Contribui para suprir falhas deixadas por uma formação inicial inadequada ou insuficiente, ou seja, para diminuir lacunas existentes, para atualização do conhecimento teórico e prático diante dos avanços que vêm se processando na ciência e na tecnologia educacional, nas últimas décadas, com vistas ao atendimento mais adequado dos educandos, sem distinção.

No ensino regular, a meta principal é satisfazer as necessidades específicas de aprendizagem de cada criança, incentivando-as a aprender e desenvolver seu potencial, a partir de suas particularidades. Isso requer dos professores maior sensibilidade e pensamento crítico sobre sua prática pedagógica, que deve ter como objetivo a autonomia intelectual, moral e social de seus alunos. No que se refere aos futuros professores, os cursos de formação devem ter como finalidade uma fundamentação teórica que lhes possibilite uma ação pedagógica eficaz e a criação de uma consciência crítica sobre a realidade onde irão trabalhar.

Salto para o Futuro (1999, p. 68) aponta: A partir do movimento de inclusão, o professor precisa ter capacidade de conviver com os diferentes, superando os preconceitos em relação às minorias. Tem de estar sempre preparado para adaptar-se às novas situações que surgirão no interior da sala de aula.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A expansão do acesso de alunos com necessidades educacionais especiais às classes comuns causa investimentos de diversas naturezas para também assegurar sua permanência, compreendida como aprendizagem e desenvolvimento. Para isso, a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do mesmo, que devem assegurar a elaboração e a implantação de novas propostas e práticas de ensino para atender às necessidades de seus alunos, incluindo aqueles alunos com necessidades educacionais especiais.

Não há como mudar práticas de professores, sem que os mesmos não tenham consciência de suas razões e benefícios, tanto para os alunos, para a escola, para o sistema de ensino, quanto para o seu próprio desenvolvimento profissional.

Uma das competências previstas para os professores manusear suas classes é considerar as diferenças individuais dos alunos como condição indispensável para a elaboração do planejamento e para a implantação de propostas de ensino e de avaliação da aprendizagem, condizentes às suas características.

A formação dos professores serve para que os mesmos tornem-se aptos ao ensino de toda a demanda escolar. Seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é para os alunos com necessidades educacionais especiais um mero espaço de escolarização. A função do professor na educação inclusiva é dar todo suporte necessário ao aluno envolvido no processo de ensino-aprendizagem, buscando alternativas que tornem a escola um ambiente para o aprendizado e para a permanência dos alunos com necessidades especiais.

O professor da educação inclusiva precisa ter algumas atitudes que favoreça à inclusão, como: procurar conhecer a legislação que garante o direito à educação das pessoas com deficiência; exigir auxílio, estrutura, equipamentos, formação e informações da rede de ensino; deixar claro aos alunos que manifestações preconceituosas contra quem tem deficiência não serão toleradas; não se sentir despreparado e, por isso, não rejeitar o aluno com deficiência; pesquisar sobre as deficiências e buscar estratégias escolares de sucesso; acreditar no potencial de aprendizagem do aluno e na importância da convivência com ele para o crescimento da comunidade escolar; organizar as aulas de forma que, quando necessário, seja possível dedicar um tempo específico para atender às

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

necessidades específicas de quem tem deficiência, focando as habilidades e capacidades de aprendizagem do estudante para integrá-lo à turma; conversar sobre a deficiência do aluno com todos na presença dele; adaptar sempre que necessário a rotina, para facilitar a aprendizagem; exibir filmes e adotar livros em que personagens com deficiência vivenciam contextos positivos.

Se houver preconceito entre os pais, mostrar a eles nas reuniões o quanto a turma toda ganha com a presença de alguém com deficiência e, na oportunidade, falar sobre o bullying e inclusão; elaborar com a escola um projeto de ação e prevenção contra o bullying; apoiar os pais dos alunos com informações.

Mantoan; Prieto (2006, p. 60) coloca:

> Uma das competências previstas para os professores manejarem suas classes é considerar as diferenças individuais dos alunos e suas implicações pedagógicas como condição indispensável para a elaboração do planejamento e para a implantação de propostas de ensino e de avaliação da aprendizagem, condizentes e responsivas às suas características.

Portanto, a formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos. É necessário considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata tão somente de incluir um aluno; trata-se de rever a escola e a que tipo de educação estes profissionais têm-se dedicado. Ainda é difícil encontrar professores que afirmam estar preparados para receber em classe um aluno deficiente.

COMO DEVE SER A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM NECESSIDADE EDUCACIONAL

As indagações que normalmente surgem em relação à avaliação do aluno com necessidades educacionais especiais são: “como avaliar esse aluno?” “O que avaliar?“. É muito importante que o professor tenha consciência que tanto o êxito quanto o fracasso escolar são realidades socialmente construídas e os mecanismos que levam o aluno a atingir uma ou outra situação também o são. A avaliação deve ser objetiva, conhecer as aquisições e os modos de raciocínio de cada aluno, a fim de auxiliá-los a progredir e a aprender.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Em relação à avaliação, Rosa (2009, p. 136) diz:

> A avaliação escolar tem sido um dos grandes problemas da educação formal, pois até hoje não foram encontradas fórmulas adequadas à sua prática. Embora seja consenso que é uma necessidade para avançar no desenvolvimento do currículo, a maioria dos estabelecimentos de ensino dá ênfase aos aspectos quantitativos, em um processo unilateral, onde apenas são mensuradas as respostas dadas pelos alunos dentro dos padrões determinados pela instituição, em função das competências que ela julga necessário adquirirem.

O professor deve utilizar diversos instrumentos para realizar as avaliações e não somente as provas tradicionais, ampliando, assim, os procedimentos de avaliação. É fundamental que o professor avalie seus alunos em situações informais e extraclasse, como por exemplo, durante o recreio, durante a realização de alguma atividade esportiva, em jogos, comemorações, durante as aulas de informática, etc. A informática apresenta-se como um ótimo recurso para que os alunos possam demonstrar seus conhecimentos.

A avaliação pode ser quantitativa, quando atribui uma nota, ou seja, um valor para o desempenho e aprendizagem dos alunos; e pode ser qualitativa ou descritiva, isto é, não atribui nota, e sim, faz a descrição em forma de um relatório detalhado dos avanços dos alunos. Em se tratando da educação inclusiva, a avaliação mais indicada é a qualitativa ou descritiva, pois a avaliação do aluno com necessidades educacionais especiais jamais poderá atender somente ao critério intelectual.

O pensamento de Hoffmann (apud ROSA, 2009, p. 138) confirma que Inclusão pode representar exclusão sempre que a avaliação for para classificar e não para promover, sempre que as decisões levarem em conta parâmetros comparativos, e não as condições próprias de cada aluno e o princípio de favorecer - lhe oportunidade máxima de aprendizagem, de inserção na sociedade em igualdade de condições educativas. Essa igualdade nada tem a ver com a visão padronizada da avaliação, como uma exigência de um currículo fixo, ou de um professor. Tem a ver com a exigência de delinear concepções de aprendizagem e formar profissionais habilitados que promovam condições de escolaridade e educação a todas as crianças e jovens brasileiros em suas diversidades.

É necessário organizar e utilizar formas e instrumentos de avaliação que objetivem a construção de um diagnóstico individual para alunos com necessidades educacionais especiais, no processo de inclusão no ensino regular.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

É importante destacar que a avaliação de um aluno com necessidades educacionais especiais deve ser feita de forma contínua e de modo sistemático de tempos em tempos. A avaliação dos alunos com necessidades educacionais busca solucionar as possíveis dificuldades dos mesmos, promovendo melhores condições para o seu desenvolvimento.

Coll, Marchesi, Palacios e Cols et al. (2004, p. 82-83) colocam:

> Uma boa avaliação é aquela que proporciona uma descrição das características da linguagem do sujeito, dando ênfase especial a seus pontos fortes e fracos; a que aponta possíveis caminhos para a intervenção; a que contribui para determinar uma explicação do transtorno e um diagnóstico; e aquela que proporciona um elemento de comparação para posteriores avaliações de forma que se possam medir as mudanças que se realizam.

Portanto, para o desenvolvimento do processo de aprendizagem de um aluno, a avaliação exige que se leve em conta as experiências ao longo de seu processo de escolarização, mediadas pelas variáveis que afetam a escola e pelos processos de ensino. Tanto os professores, assim como os pais e os especialistas, devem avaliar o processo de desenvolvimento da criança, pois os mesmos ocupam um lugar relevante no processo de ensino e aprendizagem e não podem ser excluídos do processo de avaliação.

IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO DE PAIS DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA

A participação da família é o ponto crucial no movimento da inclusão. Ela foi e sempre será de suma importância nesse processo, devendo ser vista e tratada como mais um parceiro no processo de inclusão social de seus membros. A família e a escola educam a criança, compartilhando o interesse comum de fazer-lhe o bem e de ajudá-la ao máximo. Esses dois contextos são muito distintos. Trata-se de contextos estruturados e planejados nos quais favoreçam a aprendizagem da criança. Por isso, é importante selecionar as intervenções, estudar as opções, não apenas em função da criança, como também, levando em conta as necessidades da família.

Salto para o Futuro (1999, p. 76) destaca:

> [...] O reconhecimento da importância do papel da família tem de fato crescido consistentemente. Se fizermos um levantamento das práticas sociais, educacionais e de saúde em países que já praticam a inclusão com uma certa segurança, veremos, também, que a família foi redescoberta como ponto

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> nevrálgico, crucial, do processo de inclusão. Não é à toa que, dentre as organizações sociais da sociedade civil, as associações de pais têm mantido, sempre, mesmo nos momentos em que imperavam práticas de cunho mais assistencialista, um papel de ponta.

É relevante a contribuição da família na vida de todas as pessoas e, no caso de pessoas com deficiência, isso é ainda mais marcante. Não se pode discutir o ensino-aprendizagem como ação isolada que acontece somente na escola; o contexto familiar como parte envolvida nesse processo deve ser considerado como parte integrante do contexto escolar, visto como um referencial somativo e determinante para o sucesso da criança, no tocante à aprendizagem.

Vale salientar, que a maneira de receber a pessoa com deficiência no meio familiar é que fará toda a diferença. No processo de convivência com a pessoa com deficiência, cada família terá o modo peculiar de lidar com a situação, considerando valores, preconceitos e aceitação. Acredita-se que será essa visão positiva ou negativa que influenciará nas realizações pessoais, sociais e profissionais da pessoa. A família sempre deu e dará importante contribuição em todos os aspectos do desenvolvimento humano. Porém, a superproteção poderá retardar todo o processo, dificultando a colaboração de limites claros.

Coll, Marchesi, Palácios e Cols et al. (2004, p. 343) relatam:

> A resposta a muitas necessidades educativas especiais supõe um esforço coordenado entre a escola e a família. Nem sempre, porém, é fácil pôr em prática essa colaboração, já que as relações, muitas vezes, são de desconfiança e de reprovação. Frequentemente, a escola se queixa que as famílias delegam exclusivamente ao meio escolar a educação de seus filhos. Por outro lado, muitos pais sentem que o mundo escolar lhes impõe o que devem fazer com seu filho, sem ouvir seus pontos de vista, sem considerar suas possibilidades e suas necessidades como família.

Muitas vezes, a posição da família do aluno com necessidades educacionais especiais é apontada como um obstáculo do processo de inclusão educacional, quando esta na maioria das vezes “dificulta a inclusão por não reconhecer as possibilidades da criança”. Prioste, Raiça, Machado e Cols.et al. (2006, p. 67) ressaltam que

> Observa-se que as famílias que melhor lidam com a questão da deficiência, independente da situação socioeconômica, são as que mais acreditam na possibilidade de desenvolvimento da pessoa com deficiência mental e facilitam-lhe o crescimento.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A escola e a família são parceiras no que diz respeito ao crescimento do indivíduo. A parceria, quando bem estabelecida, facilita e promove situações de aprendizagem tanto na área cognitiva como afetiva social. Portanto, as relações entre família e escola deverão estar permanentemente em harmonia e colaboração, pois é dessa união que resultarão um melhor aprendizado do aluno. Nesse processo de interação família e escola, estarão sendo beneficiados alunos, pais e professores. Cabe, então, conscientizá-los e sensibilizá-los no sentido de perceber e conhecer a importância dessa relação.

DESAFIOS E ENTRAVES PARA ALFABETIZAR ALUNOS COM TRANSTORNOS MENTAIS LEVES

Rosa (2009, p. 95) menciona que: “oligofrenia, denominação dada pela área médica a pessoas com deficiência mental, que em grego significa pouca mente”. E que segundo Fierro Rosa (apud ROSA, 2009, p. 95) é:

> A idade mental é o nível de capacidade geral e de aptidões concretas que um indivíduo atingiu em correspondência ao nível médio próprio de uma idade (cronológica) [...] o quociente intelectual (QI) resulta da divisão da idade mental pela idade cronológica multiplicada por 100.

Diante disto, podemos dizer que a deficiência mental é definida pela redução da habilidade cognitiva (intelectual), pelo comportamento adaptativo limitado e pela dificuldade em adquirir independência na vida, na escola e na comunidade.

Prioste, Raiça, Machado (2006, p. 27):

> O diagnóstico da deficiência mental é realizado por psicólogo; porém, é recomendável que seja em conjunto com equipe multidisciplinar. Vale destacar a importância da percepção do professor, pois sabemos que ele é, na maioria das vezes, o primeiro a notar quando o aluno passa a apresentar maior dificuldade no aprendizado. As suspeitas do professor devem ser acolhidas pela equipe técnica da escola, ou seja, é importante que se tomem providências para que a criança possa passar por diagnóstico e, em caso de confirmação de deficiência ou qualquer outra dificuldade, seja encaminhada para tratamento ou para algum serviço de apoio.

Sobre a deficiência mental, Oliveira (2005, p. 13) esclarece:

> Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Atualmente as pessoas com deficiência mental têm mais acesso à educação, à sociedade e à independência, porém, esses alunos com essa deficiência ainda carecem de propostas que garantam a sua inclusão e a sua aprendizagem escolar. Nos dias atuais, essas pessoas ainda enfrentam muitas resistências nos ambientes escolares e sociais, em relação às suas possibilidades de aprendizagem e às suas condições de desenvolver autonomia e independência.

Oliveira (2005, p. 13), também esclarece:

> Denominação genérica dada a distúrbios de comportamento, causados por injúria neurológica, distúrbios cerebrais, distúrbios psicológicos ou mentais. Entre outros, cita-se: esquizofrenia, depressão, anorexia/bulimia, demência senil, mal de Ahlzeimer, mal de Parkinson, psicose etc. os doentes mentais, entre outros, são categorizados como deficientes mentais ou portadores de necessidades especiais.

Hoje, o olhar sobre as pessoas com deficiência mental se deslocou para outro foco, pois apesar de permanente apresenta possibilidades de desenvolvimento e de aprendizagem. Podemos destacar o fato de que existem diferentes formas de aprender, incluindo a organização do conhecimento, o ritmo de aprendizagem, as estratégias de aprendizagem e de comunicação oral.

Destacamos aqui alguns traços que devemos conhecer quanto ao comportamento das pessoas com deficiência mental: ansiedade e insegurança diante de novos desafios ou tarefas; dificuldades em adaptar-se às diferentes situações que as façam sair de sua rotina; dependência afetiva e comportamental daqueles que as cercam, seja na família, na escola ou em outros lugares que "frequentam; dificuldades para prorrogar o esforço e agir por incentivos distantes, assim como para planejar ações futuras ou de projeto de vida; dificuldade para desenvolver comportamentos autorreferidos, relativos a elas mesmas". FIERRO (apud ROSA, 2009, p. 96).

É importante destacar, que não são todas as pessoas com deficiência mental que apresentam todas as características apresentadas acima. Recomenda-se que a expressão, que sem dúvida, contribui para assegurar o que se fala quando referir-se a essas pessoas é antepor "pessoa" ou "aluno": "pessoa/aluno com atraso/deficiência mental". Desse modo, coloca-se em primeiro plano o reconhecimento como pessoa, antes da menção do déficit. Os termos deficiência mentais leve, média, severa e profunda deixam de ser

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

utilizados. Podendo, assim, expressar do seguinte modo: “uma pessoa com deficiência mental” que necessita de apoios limitados em habilidades de comunicação e sociais.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, 10% da população de países em desenvolvimento, são portadores de algum tipo de deficiência, sendo que metade destes são deficientes mentais. Ainda de acordo com a Organização Mundial de Saúde, em 1970 essas pessoas eram classificadas como portadores de deficiência mental leve, moderada, severa e profunda. Atualmente, tende-se a não enquadrar a pessoa com deficiência mental em uma categoria baseada em generalizados comportamentos.

Rosa (2009, p. 96) esclarece:

> Hoje, o olhar sobre as pessoas com deficiência mental se deslocou para outro foco, uma vez que compreendemos que essa condição, apesar de permanente e de não ser considerada uma doença, apresenta possibilidades de desenvolvimento e de aprendizagem, se olharmos para alguns aspectos diferenciados daqueles considerados mensuráveis. Sobre esses aspectos, podemos destacar o fato de que existem diferentes formas de aprender, incluindo a organização do conhecimento, o ritmo de aprendizagem, as estratégias de aprendizagem e de comunicação oral.

Atualmente, a forma adequada usada para designar as crianças que apresentam dificuldades escolares, incluindo as que possuem deficiência mental, é “necessidades educacionais especiais”. No Brasil, o termo foi popularmente reduzido para “criança especial”. Esta expressão é ainda mais vaga, pois podemos pensar que todas as crianças deveriam ser “especiais”. Outra expressão, bastante usada no cotidiano da escola, é “incluído”; termo usado para designar crianças com algum tipo de deficiência frequentando classes regulares.

Prioste, Raiça, Machado (2006, p. 32) coloca:

> Muitas vezes, quando o professor recebe um laudo diagnóstico, de deficiência mental que se refere a um dos alunos, é comum ter a sensação de alívio do tipo: “Esta criança não aprende porque é deficiente mental e não por culpa minha!” Grande engano! Primeiro, porque deficiência mental não significa incapacidade de aprender. Talvez a criança não aprenda o que o professor espera que ela aprenda; talvez não tenha o mesmo ritmo de aprendizado da maioria dos alunos nem aprenda da mesma maneira; mas isso de modo algum significa que ela não seja capaz de aprender. Segundo, porque o desejo de ensinar do professor e as estratégias utilizadas fazem uma diferença significativa na aprendizagem da criança, que, às vezes, é pouco percebida em curto prazo, mas certamente fundamental ao longo da vida da pessoa com deficiência.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Os professores não podem se restringir ao que os laudos dizem sobre a criança/adolescente, pois consideramos que qualquer avaliação que procure circunscrever o desenvolvimento do sujeito é limitante. Apostar no futuro das crianças é sempre bom. Não é possível descrever quem é a pessoa com deficiência mental, pois antes de tudo ela é uma pessoa como qualquer outra, mesmo que o ritmo de aprendizagem seja diferente, ela é um ser em desenvolvimento, capaz de crescer desde que encontre pessoas que os ajudem nisso. O professor deve dar oportunidade ao aluno com deficiência mental para que ele demonstre suas capacidades.

Salto para o Futuro (1999, p. 61) destaca:

> Remover barreiras à aprendizagem é pensar em todos os alunos como seres em processo de crescimento e desenvolvimento, que vivenciam o processo de ensino-aprendizagem de maneiras diversas, seja por suas diferenças individuais, seja por seus interesses e motivações. Qualquer criança experimentará a experiência da aprendizagem escolar como desagradável, como uma verdadeira barreira, se estiver desmotivada, se não encontrar sentido e significado para o que lhe ensinam na escola.

Acreditamos que o desempenho da pessoa com deficiência mental poderá vir, mediante suporte, apoio e oportunidades que lhe serão oferecidas, onde os mesmos poderão vir a apresentar um bom desenvolvimento das potencialidades, mostrando sua capacidade e possibilidade de desempenho, independentemente da deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de tudo já exposto, é fato que, promover a aprendizagem/alfabetizar alunos ditos especiais, é tarefa difícil, tendo em vista a diversidade existente em sala de aula. Porém, não é tarefa impossível. Tanto a família quanto a escola têm papéis importantes nesse processo. Por isso, é importante e imprescindível a participação destes no processo de inclusão e de alfabetização de todo o alunado, principalmente das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Acreditamos que, neste momento, precisamos atuar a favor de um movimento de "inclusão", o que significa trazer à escola regular aqueles que, até então, nunca tiveram acesso a ela, seja por estarem matriculados em escolas especiais, seja porque eram segregados em suas comunidades. Dessa forma, estamos democratizando a educação,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

oferecendo igualdade em meio à diferença, visando o exercício da cidadania de todo indivíduo. Em todo o processo de aprendizagem, o mais importante é a necessidade da formação da consciência crítica do aluno quanto à aprendizagem, seja deficiente ou não.

Pode-se constatar que o Brasil empreendeu inegáveis esforços no sentido de "incluir" igualdade educacional e atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Mesmo assim, observa-se que o sistema educacional não se estruturou para oferecer esse serviço às pessoas com deficiência em geral, principalmente na rede pública de ensino, pois se observa que no âmbito escolar há falta de preparo pedagógico para atender a essa demanda, tanto por parte do professor quanto por parte da equipe escolar.

Enfim, fica evidente que é difícil, porém é preciso reconhecer e quebrar preconceitos, pois se trata de uma questão de diversidade e o paradigma é o da inclusão, pois a educação é uma responsabilidade da sociedade e, questões como essas devem ser apoiadas e justificadas, pelos benefícios que ela pode trazer para todos – uma sociedade inclusiva, que aceita e acolhe os diferentes, respeitando-os. A inclusão não se limita apenas a equipar a escola com material e bons professores – o que já é difícil de se obter – mas precisa compreender que necessita da ajuda de toda a comunidade para ter bons resultados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação:** transtornos de desenvolvimento e necessidades educacionais especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial:** a problemática ética da "diferença" e a exclusão social. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Narla Sathler Musse de. **Educação Especial**. Natal, 2005.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

PRIOSTE, Claúdia; RAIÇA, Darcy; MACHADO, Maria Luisa Gomes. **10 questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental.** São Paulo: Avercam, 2006.

ROSA, Ângela Coronel da. **Educação Inclusiva**. Curitiba: Ibpex, 2009.

SALTO PARA O FUTURO. **Educação Especial.** Tendências Atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília Ministério da Educação, Série de estudos e Educação a distância, SEED. 1999.

CIÊNCIAS DA SAÚDE

AmplaMente Cursos
EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXIII

ANTICORPOS MONOCLONAIS E OS AVANÇOS NO TRATAMENTO DO CÂNCER COLORRETAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Cristiano Alves de Souza[68]; José Charles Balduino Cardoso Filho[69];
Débora Lopes Gonçalves[70].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-23

RESUMO: Introdução: o câncer colorretal é uma neoplasia que acomete o intestino grosso e/ou reto com crescente incidência nos últimos anos. A fisiopatologia do crescimento tumoral ocorre devido mutações em: oncogenes (KRAS), genes supressores de tumor e genes reparadores do DNA. A via da instabilidade cromossômica ocorre quando mutações somáticas que resultam na inativação dos genes supressores ou na ativação dos oncogenes. A quimioterapia (QT) é o tratamento mais utilizado, no entanto não são medicamentos totalmente seletivos, o que leva aos efeitos adversos. Dentro dessa perspectiva, surgem os anticorpos monoclonais, atuando sobre alvos específicos, como uma estratégia de modulação do sistema imune, visando aumentar a sobrevida e reduzir os efeitos adversos da QT. Objetivos: analisar publicações sobre imunoterapia utilizado no tratamento do câncer colorretal quanto às seguintes variáveis: protocolo utilizado, sobrevida mediana, resposta objetiva, qualidade de vida e eventos adversos. Métodos: Trata-se de uma revisão de literatura, pesquisa exploratória. Foram considerados trabalhos em português e inglês, indexados nas bases de dados LILACS e Web of Science e PUBMED publicados entre os anos de 2017 e 2022. Resultados: os anticorpos administrados como monoterapia, não se mostraram eficazes para controle de doenças, devendo ser associados com os principais modelos de quimioterapia atuais. A sobrevida mediana e livre de doença aumentou cerca de 1-3 meses nos grupos que receberam imunoterapia associada a QT. Paciente com mutações KRAS apresentam resistência ao tratamento.Conclusões: A baixa seletividade dos quimioterápicos e a dificuldade de atingir sucesso terapêutico em carcinomas é um grande desafio no âmbito oncológico. Bevacizumabe, panitumumabe e cetuximab são anticorpos monoclonais aprovados como opção terapêutica no tratamento para o câncer colorretal. Apesar do aumento da sobrevida e diminuição dos efeitos adversos, os ganhos ainda são discretos, ainda se faz necessário a busca por novos compostos e associações para um tratamento mais assertivo para cada paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Anticorpos. Monoclonal. Câncer. Colorretal.

MONOCLONAL ANTIBODIES AND ADVANCES IN THE TREATMENT OF COLORECTAL CANCER: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

[68] Médico residente 3 ano do programa de cirurgia geral do Hospital Universitário Clemente de Farias; Lattes: http://lattes.cnpq.br/3861864132999458; E-mail: Cristianoas23@gmail.com
[69] Médico residente 3 ano do programa de cirurgia geral do Hospital Universitário Clemente de Farias Lattes: http://lattes.cnpq.br/5581935371369140; E-mail: charlescardozzo@gmail.com
[70] Médica residente 3 ano do programa de cirurgia geral do Hospital Universitário Clemente de Farias; Lattes: http://lattes.cnpq.br/9166065555583994; E-mail: debora.lgon@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

ABSTRACT: Introduction: colorectal cancer is a neoplasm that affects the large intestine and/or rectum with increasing incidence in recent years. The pathophysiology of tumor growth occurs due to mutations in: oncogenes (KRAS), tumor suppressor genes and DNA repair genes. The chromosomal instability pathway occurs when somatic mutations result in inactivation of suppressor genes or activation of oncogenes. Chemotherapy (CT) is the most used treatment, however they are not fully selective drugs, which leads to adverse effects. Within this perspective, monoclonal antibodies appear, acting on specific targets, as a strategy for modulating the immune system, aiming to increase survival and reduce the adverse effects of chemotherapy. Objectives: to analyze publications on immunotherapy used in the treatment of colorectal cancer regarding the following variables: protocol used, median survival, objective response, quality of life and adverse events. Methods: This is a literature review, exploratory research. Works in Portuguese and English were considered, indexed in the LILACS and Web of Science and PUBMED databases published between 2017 and 2022. Results: antibodies administered as monotherapy were not effective for disease control and should be associated with the main current chemotherapy models. Median and disease-free survival increased by about 1-3 months in the groups that received immunotherapy plus QT. Patients with KRAS mutations are resistant to treatment.Conclusions: The low selectivity of chemotherapeutics and the difficulty of achieving therapeutic success in carcinomas is a major challenge in the oncological field. Bevacizumab, panitumumab and cetuximab are monoclonal antibodies approved as a therapeutic option in the treatment of colorectal cancer. Despite the increase in survival and decrease in adverse effects, the gains are still discreet, it is still necessary to search for new compounds and associations for a more assertive treatment for each patient.
KEYWORDS: Antibodies. monoclonal. Cancer. Colorectal.

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), o câncer colorretal (CCR) é a quinta neoplasia mais comum na população brasileira, excluindo o câncer de pele não melanoma. É o segundo entre as mulheres e o terceiro mais frequente em homens. Estimam-se 18.980 casos novos/ano de câncer de cólon e reto em mulheres e 17.380 casos novos em homens. Correspondendo a um risco estimado de 17,90 para cada 100 mil mulheres e 16,83 casos novos a cada 100 mil homens. O câncer colorretal é a quinta neoplasia mais comum na população brasileira e ocupa o terceiro lugar em incidência para homens e o segundo entre as mulheres, excluindo-se os tumores de pele. O tabagismo e a ingestão de álcool estão associados a um aumento moderado, porém significativo, tanto dos riscos de CCR, quanto ao surgimento de pólipos adenomatosos e serrilhados.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O CCR abrange tumores que iniciam na parte do intestino grosso, chamado cólon, no reto, podendo se estender até o ânus. A maior parte desses tumores inicia a partir de pólipos adenomatosos, que consistem em lesões benignas que podem crescer na parede interna do intestino e, ainda, sofrer malignização com o tempo. O tipo histopatológico mais comum é o adenocarcinoma, sendo uma doença tratável e frequentemente curável quando localizada no intestino sem extensão para outros órgãos por ocasião do diagnóstico

Aproximadamente 30 a 50% dos tumores colorretais apresentam mutação do gene KRAS. Mutações BRAF ocorrem em aproximadamente 5% dos pacientes com CCR metastático e estão associadas a um fenótipo mais agressivo. O fígado é o sítio mais comum de metástases da neoplasia colorretal, presente em até 75% dos pacientes. Segundo dados do estudo de Thomassen et al., a taxa de metástases peritoneais é de aproximadamente 34%.

Drogas antineoplásicas são utilizadas para desmantelar células tumorais e a combinação de diversos agentes terapêuticos com diferentes mecanismos de ação é uma estratégia eficaz no tratamento do câncer, oferecendo inúmeros benefícios. Inicialmente, a terapia do CCR consistia em um único agente anti-hematopoiético. 5-fluorouracil (5-FU). Ao longo dos anos, outros agentes como ácido fólico, irinotecano, oxaliplatina, entre outros, foram incorporados à terapia melhorando assim a resposta clínica dos pacientes. A combinação de dois ou mais medicamentos com diferentes mecanismos de ação pode retardar mutações celulares e o processo de adaptação ao câncer. O efeito sinérgico de drogas, ou seja, a ação combinada de drogas, leva a um efeito farmacológico melhorado

A abordagem atual para tratamento do câncer colorretal metastático favorece o uso de terapia citotóxica combinada. Os tratamentos de primeira linha incluem as combinações de fluorouracil, leucovorina e irinotecan (FOLFIRI), fluorouracil, leucovorin e oxaliplatina (FOLFOX), capecitabina associado a oxaliplatina (XELOX), e terapia tripla fluorouracil, leucovorin, oxaliplatin e irinotecano (FOLFOXIRI). As combinações mais escolhidas foram as que continham oxaliplatina (72,9%), irinotecano (11,9%), fluorouracil e leucovorin (15,3%). Os dados de progressão de doença e informações precisas das datas da última aplicação de quimioterapia, muitas vezes

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

precisaram ser confirmados no controle da farmácia. A metastasectomia é fator associado a ganhos em sobrevida, devendo ser considerada na escolha da estratégia terapêutica em pacientes em estádio IV. Apesar do aumento na sobrevida (40% em 5 anos), a taxa de recorrência pode chegar a 80% dos casos.15 A taxa de ressecabilidade encontrada entre os pacientes do estudo foi de 15%.

O objetivo deste artigo foi apresentar revisão dos resultados obtidos com os anticorpos monoclonais usados no tratamento do câncer colorretal.

MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura, pesquisa exploratória e descritiva coletadas em bases de dados dos estudos científicos já publicados sobre anticorpos monoclonais e câncer colorretal. Foram realizadas: 1) identificação do tema de pesquisa; 2) definição dos critérios de inclusão e exclusão; 3) seleção dos artigos por meio da leitura do título, resumo e, posteriormente, pela leitura na íntegra; 4) coleta das principais informações dos estudos selecionados; 5) análise dos resultados obtidos e, 6) síntese da revisão. A questão norteadora para o estudo foi: “Qual o papel dos anticorpos monoclonais empregados no tratamento do CCR?”. O levantamento dos dados foi realizado nas bases de dados LILACS, PubMed e Web of Science. Os critérios de inclusão elencados foram publicações resultantes de artigos originais, ensaios clínicos randomizados e estudos de coorte, com acesso livre, publicados no período de 2017 até 2022.

Artigos de revisão foram utilizados para discussão e estudos divulgados em português e inglês. Foram definidos como critérios de exclusão: artigos de revisão de literatura, teóricos e artigos duplicados.

Utilizou-se os seguintes descritores para a pesquisa nas bases de dados: “anticorpos” e “câncer colorretal” e “monoclonal”, utilizados também no idioma inglês. Os principais dados coletados dos artigos foram taxa de resposta objetiva (TRO), as taxas de sobrevida livre de progressão (SLP), sobrevida global (SG).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a busca nas bases de dados, no período de 2017-2022, foram encontrados 422 artigos com as palavras-chave utilizadas. Após a avaliação dos artigos quanto aos critérios de inclusão e exclusão, foram eleitas 13 publicações para leitura na íntegra e desenvolvimento da discussão dos dados.

Estudos clínicos envolvendo anticorpos monoclonais mostraram Aumento da resposta clínica durante o tratamento do adenocarcinoma Câncer colorretal associado a outros regimes de quimioterapia, como, FOLFOX, FOLFIRI porque esses anticorpos administrados como monoterapia não é eficaz.

O estudo TAILOR foi um ensaio clínico de fase III, que avaliou especificamente pacientes com CCRm cujos tumores eram tipo RAS selvagem. Os resultados são obtidos a partir de observações feitas por Imagiologia, laboratório e investigação clínica. O cetuximabe apresenta baixa toxicidade, no entanto apresenta reações cutâneas. Os medicamentos monoclonais mostraram melhorias nas taxas de resposta e na sobrevida livre de doença. No entanto, apesar dos resultados estatisticamente significativos, resultados clínicos observados em poucos meses Sobrevida global e sobrevida livre de progressão. Os resultados mostram que 50% das publicações tratam da inserção do cetuximabe no protocolo FOLFOX, 33% no protocolo FOLFIRI e 16% trazem os dois protocolos como comparação ao cetuximabe

À medida que as pesquisas avançam, anticorpos monoclonais são inseridos na terapia antitumoral, seja como monoterapia ou em relação aos esquemas convencionais. Sinais intracelulares (proto-oncogenes). Cetuximab é um anticorpo monoclonal IgG1 humano/ quimérico que se liga à porção extracelular do receptor EGFR. Cetuximab para o tratamento de câncer colorretal metastático (mCRC) Expressão de EGFR associada à quimioterapia e ausência de mutações RAS (KRAS e NRAS), em combinação com FOLFIRI ou FOLFOX, ou como agente único para pacientes com Aqueles que falharam na terapia à base de oxaliplatina e irinotecano, ou que são intolerantes ao irinotecano

A localização do tumor primário no trato colorretal (direita versus esquerda) tem um valor prognóstico significativo. Pacientes com tumores RAS selvagem do lado direito apresentam um pior prognóstico.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CONCLUSÃO

O uso de anticorpos monoclonais revolucionou o tratamento e desfecho dos pacientes com CCR. A introdução do bevacizumabe representou um marco no tratamento do câncer colorretal. Aumentando a eficácia da quimioterapia.

A baixa seletividade dos quimioterápicos e a dificuldade de atingir sucesso terapêutico em carcinomas é um grande desafio no âmbito oncológico. Como uma alternativa aos tratamentos atualmente disponíveis na clínica já que estes agem seletivamente em receptores alvos em células neoplásicas. Atualmente as opções terapêuticas de anticorpos monoclonais aprovados para uso clínico como primeira e segunda linha de tratamento para o câncer colorretal são: bevacizumabe, panitumumabe e cetuximab. Esses fármacos apresentam resultados satisfatórios nas taxas sobrevida e menores efeitos adversos em pacientes com carcinoma retal quando combinados a regimes de tratamento envolvendo fluorouracil, oxaliplatina, irinotecano, e leucovorin, no entanto estes ganhos ainda são discretos, necessitando de novas alternativas.

O tratamento do câncer colorretal evoluiu muito ao longo dos últimos 10 anos, onde o fluoracil era a única opção disponível. Os anticorpos anti-EGFR, são medicamentos valiosos no tratamento do câncer colorretal metastático, muito embora seu benefício pareça estar limitado aos casos em que não há mutações do gene K-Ras. em pacientes selecionados. Em casos selecionados, o emprego desses agentes confere aumento em termos de resposta objetiva.

Em estudo realizado por Bergsland e cols a adição de bevacizumabe ao esquema de quimioterapia apresentou uma resposta tumoral significativamente superior. Com relação aos pacientes com CCR que possuem mutações em KRAs, estes apresentam resistência ao tratamento envolvendo panitumumabe e cetuximabe. Esta resistência está relacionada com o fator anti-EGFR envolvido no mecanismo de ação desse anticorpo.

Mutações de KRAS são importantes biomarcadores em pacientes com câncer colorretal, necessitando, portanto, de avaliação clínica prévia dos tumores para procurar mutações que levam a limitações do tratamento. Isso sugere que a terapia com anticorpos monoclonais deve ser analisada e personalizada para cada paciente. O cetuximabe

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

compõe um padrão utilizado como primeira linha de tratamento no câncer colorretal metastático do tipo RAS selvagem.

Em um futuro próximo, o tratamento de diferentes tipos de câncer provavelmente dependerá da avaliação de biomarcadores que otimizam a eficácia do tratamento e reduzirão a toxicidade desnecessária onde as evidências moleculares sugerem um baixo potencial de benefício clínico.

Apesar do progresso clínico em alguns pacientes, ainda há necessidade de encontrar novos compostos e/ou novas associações para tratamentos menos prejudiciais e mais seguros.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

ARNOLD M, SIERRA MS, LAVERSANNE M, SOERJOMATARAM I, JEMAL A, BRAY F. **Global patterns and trends in colorectal cancer incidence and mortality.** Gut. 2017;66(4):683-91.http://dx.doi.org/10.1136/gutjnl-2015-310912. PMid:26818619.

BATTAGLIN, F. et al. Anti-EGFR **monoclonal antibody panitumumabe for the treatment of patients with metastatic colorectal cancer:** an overview of current practice and future perspectives. Expert opinion on biological therapy, v. 17, p. 1297-1308, 2017.

BERTOLAZZI LG, DOMINGUES JL JR, CARMO VCMFO, FERNANDEZ FLC. Prevalência de diabetes em pacientes com neoplasias malignas de trato intestinal em um hospital de ensino. **Rev Bras Oncol** Clin. 2015;11(40):71-7.

BONASSA, E.; MOLINA, P.; MEIRA, A.; OLIVEIRA, A. **Reações Adversas dos Agentes Antineoplasicos.** Terapêutica Oncológica para Enfermeiros e Farmacêuticos, p. 305- 460, 2012. BRAY, F. et al. Global cancer statistics 2018:

BRAY, F. et al. **Global cancer statistics 2018**: GLOBOCAN estimates of incidence and mortality worldwide for 36 cancers in 185 countries. CA: a cancer journal for clinicians, v. 68, p. 394-424, 2018.

CALDER, P. C; MILES, E. **A. Fatty acids and atopic diseaes**. Pediatric, Allergy and Immunology. v, 11, p. 29-36, 2014. 28

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CENTER, M.; JEMAL, A.; WARD, E. International trends in colorectal cancer incidence rates. Cancer Epidemiology and Prevention Biomarkers, v. 18, p. 1688- 1694, 2009. CORDEIRO, M.L.S.; et al. Anticorpos monoclonais: implicações terapêuticas no câncer. **Revista Saúde e Ciência Online**. v.3, p.252-262, 2014.

CHO E, SMITH-WARNER SA, RITZ J et al. **Alcohol intake and colorectal câncer**: a pooled analysis of 8 cohort studies. Ann Intern Med. 2004;140(8):603-13. http://dx.doi.org/10.7326/0003-4819-140-8-200404200-00007. PMid:15096331.

CREMOLINI, C. et al. **Early tumor shrinkage and depth of response predict longterm outcome in metastatic colorectal cancer patients treated with first-line chemotherapy plus bevacizumabee:** results from phase III TRIBE trial by the Gruppo Oncologico del Nord Ovest. Annals of oncology, v. 26, p. 1188-1194, 2015.

CUNNINGHAM, D. et al. **Cetuximab monotherapy and cetuximab plus irinotecan in irinotecan-refractory metastatic colorectal cancer.** N Engl J Med, v. 351, p.337 – 345, 2005.

DOUILLARD, J. et al. **Irinotecan combined with fluorouracil compared with fluorouracil alone as first-line treatment for metastatic colorectal cancer:** a multicentre randomised trial. The Lancet, v. 355, p. 1041-1047, 2000.

DOUILLARD, J. et al. Randomized, phase III trial of panitumumabe with infusional fluorouracil, leucovorin, and oxaliplatin (FOLFOX4) versus FOLFOX4 alone as firstline treatment in patients with previously untreated metastatic colorectal cancer: the PRIME study. **Journal of clinical oncology**, v. 28, p. 4697-4705, 2010

FAGUNWA IO, LOUGHREY MB, COLEMAN HG. **Alcohol, smoking and the risk of premalignant and malignant colorectal neoplasms.** Best Pract Res Clin Gastroenterol. 2017;31(5):561-8. http://dx.doi.org/10.1016/j.bpg.2017.09.012. PMid:29195676.

FAKIH MG. **Metastatic colorectal cancer:** current state and future directions. J Clin Oncol. 2015;33(16):1809-24. http://dx.doi.org/10.1200/JCO.2014.59.7633. PMid:25918280.

FEARON, E.; VOGELSTEIN, B. **A genetic model for colorectal tumorigenesis**. Cell, v. 61, p. 759-767, 1990.

FERLAY, J. et al. **Global and regional estimates of the incidence and mortality for 38 cancers:** GLOBOCAN 2018. Lyon: International Agency for Research on Cancer. World Health Organization, p. 394-424, 2018.

FERLAY, J. et al. **Global and regional estimates of the incidence and mortality for 38 cancers:** FERRARA, N.; GERBER, HP; LECOUTER, J. The biology of VEGF and its receptors. Nat Med, v.9, p. 669-676, 2005.

FORNASIER, G.; FRANCESCON, S.; BALDO, P. **An update of efficacy and safety of cetuximab in metastatic colorectal cancer:** a narrative review. Advances in therapy, v. 35, p. 1497-1509, 2018.

FORNASIER, G.; FRANCESCON, S.; BALDO, P. **An update of efficacy and safety of cetuximab in metastatic colorectal cancer: a narrative review. Advances in therapy**, v. 35, p. 1497-1509, 2018.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

FUCHS, C.; MITCHELL, E.; HOFF, P. **Irinotecan in the treatment of colorectal cancer**. Cancer treatment reviews, v. 32, p. 491-503, 2006.

GIANTONIO, J. et al. **Bevacizumabe in combination with oxaliplatin, fluorouracil, and leucovorin (FOLFOX4) for previously treated metastatic colorectal cancer**: results from the Eastern Cooperative Oncology Group Study E3200. Journal of clinical oncology, v. 25, p. 1539-1544, 2007.

GLOBOCAN 2018. **Lyon: International Agency for Research on Cancer**. World Health Organization, p. 394-424, 2018.

GLOBOCAN estimates of incidence and mortality worldwide for 36 cancers in 185 countries. **CA:** a cancer journal for clinicians, v. 68, p. 394-424, 2018. BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Dia internacional de combate ao câncer, 2012. CHABNER, Bruce A. et al. Antineoplásicos.

GONZALEZ, M.; CRUZ, M. **Colorectal cancer biomarkers**: where are we now?. BioMed research international, 2015. 29

GUIMARÃES, M.; SILVA, I.; RANGEL, L. Anticorpos na Terapia contra o câncer. **Revista Perspectiva online.** v.5, p.96-100, 2008.

HAAS P. **Efetividade da ingestão de grãos integrais na prevenção do câncer colorretal:** revisão sistemática de estudos de coorte com metanálise [tese]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2007.

HARDMAN, Joel G; LIMBIRD, Lee E. **Goodman & Gilman**: as bases farmacológicas da terapêutica, v. 10, p. 1042-1093, 2005.

HURWITZ, H. et al., **Bevacizumabe plus irinotecan, fluorouracil, and leucovorin for metastatic colorectal cancer.** N Engl J Med; v. 35, p, 42, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE CANCER (INCA). **Estimativa para 2020.** Incidência de Câncer no Brasil, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE CANCER (INCA). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde: Coordenação de Prevenção e Vigilância de Câncer. **Estimativas 2016:** Incidência de Câncer no Brasil, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. INCA 2018: **estimativa:** colorretal: casos: taxas: Brasil [Internet]. Brasília; 2018 [citado 2018 jun 20]. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/estimativa/2018/casos-taxas-brasil.asp

KOCH M, MCPHERSON TA, EGEDAHL RD. **Effect of sex and reproductive history on the survival of patients with colorectal cancer**. J Chronic Dis. 1982;35(1):69-72. http://dx.doi.org/10.1016/0021-9681(82)90032-7. PMid:7068804.

KOPETZ S, CHANG GJ, OVERMAN MJ et al. **Improved survival in metastatic colorectal cancer is associated with adoption of hepatic resection and improved chemotherapy.** J Clin Oncol. 2009;27(22):3677-83. http://dx.doi.org/10.1200/JCO.2008.20.5278. PMid:19470929.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

LEGENDRE, H. et al. **Prognostic values of galectin-3 and the macrophage migration inhibitory factor (MIF) in human colorectal cancers**. Modern pathology, v. 16, p. 491-504, 2003.

LONGLEY, D.; HARKIN, D.; JOHNSTON, **P. 5-fluorouracil: mechanisms of action and clinical strategies.** Nature reviews cancer, v. 3, p. 330-338, 2003. LODIS. H. et al. Biologia celular e molecular, 2014.

LOPES, J. **Anticorpos Monoclonais em Câncer.** Revista Brasileira de Cancerologia, v. 32, p. 297-298, 2013. 30

LOUPAKIS, F. et al. **Initial therapy with FOLFOXIRI and bevacizumabe for metastatic colorectal cancer.** New England Journal of Medicine, v.371, p. 1609-1618, 2014.

MACHOVER, D. et al. **Two consecutive phase II studies of oxaliplatin (L-OHP) for treatment of patients with advanced colorectal carcinoma who were resistant to previous treatment with fluoropyrimidines.** Annals of Oncology, v.7, p.95-98, 1996.

MARRUPE, D. et al. **Hipomagnesemia e hipocalcemia em relação com o uso de cetuximab.** Oncología (Barcelona), v. 29, p. 49-50, 2006.

MARTINELLI, E. et al. **Implementing anti-epidermal growth factor receptor (EGFR) therapy in metastatic colorectal cancer:** challenges and future perspectives. Annals of Oncology, v.31, p. 30-40, 2020.

MARTINELLI, E. et al. **Implementing anti-epidermal growth factor receptor (EGFR) therapy in metastatic colorectal cancer:** challenges and future perspectives. Annals of Oncology, v.31, p. 30-40, 2020.

MARTONI AA, TANNEBERGER S, MUTRI V. **Cancer chemotherapy near the end of life:** the time has come to set guidelines for its appropriate use. Tumori. 2007;93(5):417-22. http://dx.doi.org/10.1177/030089160709300502. PMid:18038871.

MEGUID RA, SLIDELL MB, WOLFGANG CL, CHANG DC, AHUJA N. **Is there a difference in survival between right- versus leftsided colon cancers.** Ann Surg Oncol. 2008;15(9):2388-94. http://dx.doi.org/10.1245/s10434-008-0015-y. PMid:18622647.

PIETRANTONIO. F. et al. **Maintenance therapy with panitumumabe alone vs panitumumabe plusfluorouracil-leucovorin inpatients with RAS wild-type metastatic colorectal cancer:** a phase 2 randomized clinical trial.JAMA Oncol. V.5, p. 1268- 1275, 2019.

QIN, S. et al. **Efficacy and tolerability of first-line cetuximab plus leucovorin, fluorouracil, and oxaliplatin (FOLFOX-4) versus FOLFOX-4 in patients with RAS wild type metastatic colorectal cancer:** the open-label, randomized, phase III TAILOR trial. Journal of Clinical Oncology, v. 3, p. 3031, 2018.

SEPULVEDA AR, HAMILTON SR, ALLEGRA CJ et al. **Molecular biomarkers for the evaluation of colorectal cancer:** guideline from the American Society for Clinical Pathology, College of American Pathologists, Association for Molecular Pathology, and American Society of Clinical Oncology. Arch Pathol Lab Med. 2017;141(5):625-57. http://dx.doi.org/10.5858/arpa.2016-0554-CP. PMid:28165284.

THOMASSEN I, VAN GESTEL YR, LEMMENS VE, HINGH IH. **Incidence, prognosis, and treatment options for patients with synchronous peritonealcarcinomatosis and liver metastases from colorectal origin.** Dis Colon Rectum. 2013;56(12):1373-80. http://dx.doi.org/10.1097/DCR.0b013e3182a62d9d. PMid:24201391.

TONON LM, SECOLI SR, CAPONERO R. **Câncer colorretal:** uma revisão da abordagem terapêutica com bevacizumabe. Rev Bras Cancerol. 2007;53(2):173-82.

VASQUES AR, PERES A. **Tendência temporal da mortalidade por câncer de cólon e reto em Santa Catarina no período entre 1980 a 2006.** Epidemiol Serv Saúde. 2010;19(2):91-100. http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742010000200002.

VENOOK, A. et al. **Effect of first-line chemotherapy combined with cetuximab or bevacizumabe on overall survival in patients with KRAS wild-type advanced or metastatic colorectal cancer:** a randomized clinical trial. Jama, v. 317, p. 2392-2401, 2017.

VENOOK, A. et al. **Treatment decisions in metastatic colorectal câncer: Beyond first and second line combination therapies**. Cancer Treatment, v. 59, p. 54-60, 2017

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Estimated number of incident cases worldwide, both sexes, all ages** [Internet]. Lyon; 2018 [citado 2018 jun 20]. Disponível em: https://gco.iarc.fr/today/online-analysis-multibars?v=2018&mode=cancer&mode_population=countries&population=900&populations=900&key=total&sex=0&cancer=39&type=0&statistic=5&prevalence=0&population_group=0&ages_group%5B%5D=0&ages_group%5B%5D=17&nb_items=10&group_cancer=1&include_nmsc=0&include_nmsc_other=1&type_multiple=%257B%2522inc%2522%253Afalse%252C%2522mort%2522%253Atrue%252C%2522prev%2522%253Afalse%257D&orientation=horizontal&type_sort=0&type_nb_items=%257B%2522top%2522%253Atrue%252C%2522bottom%2522%253Afalse%257D&population_group_globocan_id=

ZAVADSKY KE, LEE YT. **Liver metastases from colorectal carcinoma**: incidence, resectability, and survival results. Am Surg. 1994;60(12):929-33. PMid:7992967.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXIV

PERFIL DOS PACIENTES ATENDIDOS EM UNIDADE DE CUIDADOS ESPECIAIS EM AVC E O IMPACTO DA DOENÇA NAS FAMÍLIAS

Carmen Lucia Nunes da Cunha[71].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-24

RESUMO: Considerando que o AVC é a segunda doença que mais mata os brasileiros e é a principal causa de incapacidade no mundo, um Hospital Universitário de Alta Complexidade, em Porto Alegre/RS, criou, em 2013, uma Unidade de Cuidados Especiais em AVC (UCE), seguindo as orientações do Ministério da Saúde, para atendimento desta demanda. O objetivo deste trabalho é apresentar o perfil dos pacientes atendidos nesta unidade, assim como refletir acerca do impacto da doença nas famílias e suas necessidades. Através de pesquisa no Banco de Dados do Serviço Social da UCE apurou-se que 60% dos pacientes atendidos são do sexo feminino, casados, idosos, residem em famílias pequenas (62,5%), e possuem até 3 pessoas no mesmo domicílio. Identificou-se uma diminuição no número médio de filhos por família, sendo que 72,5% das famílias possuem até 2 filhos. Outro dado importante apurado na pesquisa diz respeito a faixa etária dos cuidadores que pertencem, frequentemente, a mesma geração daqueles que são cuidados, uma vez que 30% dos idosos são cuidados por outros idosos após a alta hospitalar. Reconhece-se que este perfil pode se alterar, porém, compreende-se ser de suma importância conhecer os usuários dos serviços de saúde e suas famílias para que se possa estabelecer prioridades, planejar ações, desenvolver programas e serviços que possam dar conta destas situações, pois nem sempre as famílias têm condições de assumir sozinha esse cuidado, por mais que se mostrem interessadas e compromissadas em assim fazê-lo. Entende-se que o Estado precisa desenvolver ações protetivas, pois o direito à saúde é um dos direitos fundamentais do ser humano, está relacionado com o direito à vida e a uma existência digna, e está previsto na Constituição Federal de 1988.
PALAVRAS-CHAVE: Saúde. Serviço Social. Famílias.

PROFILE OF PATIENTS CARED FOR IN A SPECIAL CARE UNIT FOR CVA AND THE IMPACT OF THE DISEASE ON FAMILIES

ABSTRACT: Considering that stroke is the second disease that kills the most Brazilians and is the main cause of disability in the world, a University Hospital of High Complexity, in Porto Alegre/RS, created, in 2013, a Special Care Unit for Stroke (UCE), following the guidelines of the Ministry of Health, to meet this demand. The objective of this work is to present the profile of the patients treated at this unit, as well as to reflect on the impact of the disease on families and their needs. Through research on the UCE Social Service Database, it was found that 60% of the patients treated are female, married, elderly, live in small families (62.5%), and have up to 3 people in the same household. A decrease in the average number of children per family was identified, with 72.5% of families having up to 2 children. Another important data found in the research concerns

71 Mestra em Serviço Social; Lattes: http://lattes.cnpq.br/2315982731341184; E-mail: carmenlncunha@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

the age group of caregivers who often belong to the same generation as those who are cared for, since 30% of the elderly are cared for by other elderly people after hospital discharge. It is recognized that this profile can change, however, it is understood that it is extremely important to know the users of health services and their families so that priorities can be established, actions planned, and programs and services developed that can deal with these situations, because families are not always able to assume this care alone, even if they are interested and committed to doing so. It is understood that the State needs to develop protective actions, since the right to health is one of the fundamental rights of the human being, it is related to the right to life and a dignified existence, and is provided for in the Federal Constitution of 1988.
KEYWORDS: Health. Social service. families.

INTRODUÇÃO

As doenças cerebrovasculares estão no segundo lugar no topo das doenças que mais acometem vítimas com óbitos no mundo, perdendo a posição apenas para as doenças cardiovasculares, conforme dados publicados no Manual de Rotinas para a Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (AVC) do Ministério da Saúde, posição que, segundo as pesquisas, tende a se manter até o ano de 2030.

Atualmente, o AVC é a segunda doença que mais mata os brasileiros e é a principal causa de incapacidade no mundo. Em 2015, o número de óbitos por AVC atingiu a marca de 100 mil óbitos, com uma maior prevalência entre os idosos, fato que merece atenção especial, pois vivemos num país com um perfil demográfico cada vez mais envelhecido.

O Brasil tem um dos processos de envelhecimento populacional mais velozes no conjunto dos países mais populosos do mundo. Em 1950, contava com 4,2% de pessoas com 60 anos ou mais. Em 2000, esse valor subiu para 8,6%, sendo que a projeção para 2050 é de 18,4%, ou seja, quase um quinto da população total. O aumento acentuado de nascimentos no passado e a atual queda na mortalidade são a causa dessas diferenças (KRONBAUER, 1999, p. 82).

Mas, embora a prevalência do AVC seja maior entre a população idosa, os dados do Ministério da Saúde mostram que 62.270 pessoas abaixo dos 45 anos morreram no Brasil, entre os anos 2000 e 2010, em decorrência do AVC. Em 2010 foram 1,7 mil mortes na faixa etária entre 15 e 34 anos, um fenômeno que vem assustando especialistas e

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

alarmando pais, pois indica que a doença está se espraiando para outras faixas etárias. No Rio Grande do Sul, são mais de 19 mil casos da doença por ano (16 mil atendidos pelo Sistema Único de Saúde), sendo 9,5 mil apenas em Porto Alegre e na Região Metropolitana.

Sabe-se que o aumento na expectativa de vida reflete avanços da medicina com progressos na área da saúde, e consequente melhoria nas condições gerais de vida da população, entretanto, ao mesmo tempo, implica em mudanças nos serviços de saúde, pois o crescimento da população idosa indica uma tendência a um maior número de pessoas com saúde frágil e dependência de cuidados. Demanda que geralmente é assumida pela família que necessita recorrer aos serviços de saúde e a recursos próprios para dar conta dessa assistência.

Por isso, entende-se ser de suma importância conhecer os pacientes acometidos pelo AVC e como as famílias organizam-se após a alta hospitalar para prestar assistência ao familiar com necessidade permanente de cuidados em decorrência do AVC, uma doença crônica não transmissível que, em muitos casos, afeta a capacidade funcional dos indivíduos, ou seja, a capacidade do indivíduo em desempenhar determinadas atividades ou funções básicas necessárias no seu dia a dia.

Entende-se por dependência de cuidados quando uma pessoa já não consegue mais realizar as tarefas da vida diária sem auxílio de outra pessoa, ou seja, não têm mais condições de efetuar, sozinha, as tarefas pessoais concernentes ao autocuidado e a outras habilidades pertinentes ao cotidiano de qualquer pessoa. As tarefas da vida diária dividem-se em Atividades Básicas da Vida Diária (ABVDs) e Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVDs). As ABVDs são as atividades fundamentais para se viver em um mundo social e estão relacionadas ao autocuidado, como, por exemplo, tomar banho, controlar a bexiga e o intestino, vestir-se, comer, alimentar-se, movimentar-se de um lugar ao outro durante as atividades do dia a dia, transportar objetos, dentre outras.

As AIVDs compreendem as atividades que dão suporte às tarefas de vida diária em casa ou na comunidade e que, frequentemente, exigem interações mais complexas. Estão relacionadas à capacidade de administração do ambiente de vida dentro e fora do lar, como, por exemplo, às tarefas diárias de manutenção da casa, seja cozinhar, lavar

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

louça, lavar roupa, arrumar a cama, varrer, passar roupa, preparação e limpeza de alimentos, gerenciamento e manutenção da saúde, nutrição adequada, rotina na ingestão de medicamentos, gerenciamento financeiro, movimentar-se na comunidade, caminhar, dirigir, andar de bicicleta, pegar táxi ou ônibus, usar o telefone, escrever, manipular livros, dentre outras.

Contudo, é importante destacar que dependência para as atividades da vida diária e perda de autonomia não são sinônimos, embora muitas vezes dependência física seja confundida com perda de autonomia e, por isso, vemos muito frequentemente o senso comum considerar que, com o envelhecimento, os idosos são vulneráveis a perder o controle de suas vidas, ou com o adoecimento as pessoas já não podem mais decidir sobre suas próprias vidas. A independência não é condição necessária para a autonomia, embora seja uma condição seguidamente presente em pessoas capazes de decidirem por si mesmas. Ou seja, entende-se que as pessoas podem ser dependentes de cuidados e ter autonomia para gerir suas próprias vidas.

A UNIDADE DE CUIDADOS ESPECIAIS EM AVC (UCE)

A Unidade de Cuidados Especiais em AVC do Hospital em questão foi criada em 2013, atendendo a Portaria Nº 665, de 12 de abril de 2012 do Ministério da Saúde, que estabeleceu uma Linha de Cuidados para o atendimento dos pacientes acometidos pelo AVC, considerando a alta prevalência da doença e sua importância como causa de morbidade e mortalidade no Brasil e no mundo. A Linha de Cuidados deve articular a Rede Básica de Saúde, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), as Unidades Hospitalares de Emergência, os leitos de retaguarda, a reabilitação ambulatorial e os Programas de Atenção Domiciliar.

A Linha de Cuidados engloba estratégias utilizadas na Rede de Atenção à Saúde, aplicadas a determinados diagnósticos ou condições crônicas, que orientam os usuários sobre os caminhos preferenciais que devem percorrer nas linhas e pontos da rede para terem suas necessidades adequadamente atendidas. Estas linhas abrangem os campos da prevenção, cura e reabilitação. Os usuários acessam pontos da Rede e transitam entre eles de acordo com suas necessidades singulares, “com impactos positivos na eficiência e

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

efetividade da ação, na redução de hospitalizações e na procura em serviços de emergência e na humanização da relação dos portadores desta condição com o sistema de saúde" (SILVA, 2008, p. 83).

A UCE atende ao preconizado na Portaria, é coordenada por um neurologista e oferece cuidados clínicos multiprofissionais com o objetivo de dar continuidade ao tratamento da fase aguda do AVC, reabilitação precoce e investigação etiológica completa, estando habilitada, desta forma, como Centro de Atendimento de Referência em AVC. Têm-se médicos, enfermeiros, assistente social, fisioterapeuta, nutricionista, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, farmacêutico, técnicos de enfermagem, funcionários administrativos e estagiários de diversas áreas, trabalhando em equipe com o objetivo de prestar uma assistência integral aos pacientes internados e suas famílias. Pretende-se, com este atendimento integral, conhecer

[...] o todo indivisível que cada pessoa representa, trazendo como consequência a não-fragmentação da atenção, reconhecendo os fatores socioeconômicos e culturais como determinantes da saúde, e, principalmente, sugerindo um modelo integral de atenção que não tem como suposto a cura da doença, mas alarga os horizontes do mundo da vida espiritual e material (PINHEIRO; MATOS, 2001 apud NOGUEIRA; MIOTTO, 2006, p. 7).

Na UCE desenvolve-se o trabalho em equipe de forma multiprofissional, embora se reconheça e valorize diferentes saberes e busque cada vez mais que os profissionais da unidade conheçam as particularidades de cada trabalho individual, reconhecendo o seu valor de uso em cada uma das situações demandadas pela população usuária dos serviços. O trabalho em equipe na unidade tem como horizonte a realização de um trabalho interdisciplinar, na qual cada trabalho de qualidade particular se insere em um processo de trabalho coletivo, visando a articulação dos diversos saberes para ampliação da resolutividade das ações desenvolvidas. A equipe compreende que as incapacidades decorrentes do AVC geram, também, grande impacto econômico, social e emocional, pois, enquanto patologia crônica, a doença atinge não apenas o indivíduo adoecido, mas toda a família.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

As limitações funcionais e/ou condições crônicas exigem tratamentos prolongados e permanentes e cabe ao Sistema Único de Saúde (SUS) o desafio de responder a estas necessidades, reestruturando serviços e programas para dar conta desta realidade. O não recebimento de tratamento adequado por parte dos serviços de saúde sobrecarrega as famílias, tenham elas, ou não, conhecimentos e habilidades para exercer o cuidado. Sabe-se que, recebendo um tratamento adequado a pessoa tem 55% de chance de ficar sem sequelas, mas para isso é preciso chegar rápido ao hospital. Trinta por cento dos casos podem ficar com demência, como perda de memória e depressão (MARTINS, 2016, p. 1).

PERFIL DOS PACIENTES ATENDIDOS EM UNIDADE DE AVC

Cientes a importância de se conhecer quem são as famílias que cuidam de membro acometido pelo AVC, sistematizou-se dados, a partir de uma amostra de 40 pacientes internados na Unidade de Cuidados Especiais em AVC (UCE) de um Hospital Universitário de Alta Complexidade em Porto Alegre, ainda que se reconheça que este perfil se modifica, com o objetivo de dar visibilidade a estes pacientes e suas famílias cuidadoras. Destaca-se que foram adotados dois critérios para a participação neste estudo: pacientes residentes em Porto Alegre e que tenham tido alta hospital com dependência de cuidados para as atividades da vida diária.

A sistematização dos dados mostra que, destes pesquisados, 60% são do sexo feminino, casados (62,5%), porém, há um significativo percentual de viúvos (22,5%). O IBGE aponta que a expectativa de vida das mulheres é superior à dos homens, e este resultado demonstra que as mulheres acessam a UCE mais do que os homens, assim como são maioria na busca pelos serviços na atenção básica, segundo outros estudos. Porém, este dado contraria as pesquisas que apontam que tanto para o AVC do tipo isquêmico (51,43%) como para o tipo hemorrágico (51,43%) há um predomínio dos homens sobre as mulheres.

Com relação à faixa etária dos selecionados, 95% têm idades que variam de 60 a 94 anos. Na faixa etária dos idosos com prioridade especial no atendimento em saúde sobre os demais idosos (entre 80 e 96 anos), tem-se 32,5% dos pesquisados. Estes dados

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

confirmam a literatura que aponta que embora o AVC possa surgir em qualquer idade é mais comum entre os idosos.

Em se tratando de raça, as informações pesquisadas indicam que 75% dos pacientes são brancos, porém, a observação do serviço social nos atendimentos rotineiros sugere que esta é uma informação que pode ser não muito fidedigna, pois observa-se uma maior presença de pessoas da raça negra ou parda do que o dado apurado. A declaração da raça é registrada em prontuário na chegada do paciente à Emergência do Hospital e acredita-se que duas situações podem estar ocorrendo: a) o profissional da classificação de risco não estaria avaliando a raça dos usuários a partir das informações obtidas com os familiares e/ou o próprio usuário, mas preenchendo o formulário a partir de sua percepção, por ser extenso e demandar certo tempo e trabalho para o preenchimento; b) o usuário percebe-se como branco e assim o declara, pois, segundo o IBGE, negros são aqueles que se declaram pretos ou pardos, conforme o quesito cor ou raça, no momento em que são entrevistados.

Não se tem a pretensão de aprofundar essa discussão, mas acredita-se que esta informação mereceria um maior estudo, pois de acordo com a literatura são as pessoas da raça negra que tem uma maior tendência ao desenvolvimento da doença. Porém, os dados coletados indicam que apenas 25% dos atendidos são pretos ou pardos, o que permitiria inferir, por exemplo, que a população negra não estaria tendo acesso ao atendimento para o AVC na rede pública de saúde.

Com relação à forma de acesso dos pacientes ao Hospital pode-se observar, através da pesquisa em banco de dados do serviço social, que no período de 2013 a 2016, 80% chegavam acompanhados por familiares e/ou amigos (75% com familiares; 5% com amigos) e apenas 20 % com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Comparando-se esta informação com os dados coletados recentemente, observou-se que esta situação sofreu significativas alterações, pois hoje 50% dos atendimentos chegam através do SAMU, abrangendo o SAMU com familiares, transferência de outros hospitais ou encaminhamentos da Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Houve uma redução no número de pacientes que foram trazidos por familiares e/ou amigos (47%). A situação

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

dos que chegam na Emergência desacompanhados permaneceu muito semelhante, pois de 5% no período de 2013 a 2016, passou para 3% nos últimos anos.

Esta modificação no acesso ao Serviço de Emergência deve-se a regulação pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (SMS) dos atendimentos de urgência em AVC na Capital, direcionando as situações de urgência e emergência para os serviços de referência dos usuários em sua região. Manteve-se no Hospital o acesso dos pacientes moradores da zona leste e sul da cidade, enquanto os da Região Metropolitana são levados pelo SAMU Metropolitano aos serviços disponíveis no município de origem, reduzindo, desta forma, o atendimento dos que residem fora desta área de abrangência.

O SAMU faz parte da atenção de média complexidade no SUS e muitas vezes é a porta de entrada dos pacientes que acessam a UCE. As famílias acionam o SAMU quando há algo errado com o familiar e este serviço faz o primeiro atendimento. Se constatado tratar-se de um AVC, o SAMU tem a tarefa de direcionar o paciente para ser atendido no hospital de referência o mais rápido possível. Destaca-se que, algumas vezes, a Emergência está superlotada, com a capacidade de atendimento muito acima do previsto, com vaga zero para o Protocolo de AVC, mas, mesmo assim, o paciente é trazido ao Serviço de Emergência, contrariando a pactuação, e devido à gravidade da situação é imediatamente atendido pela equipe.

Estes dados referentes a forma de ingresso no hospital mostram que o Protocolo de AVC tem tido êxito no atendimento, garantindo o acesso ao Serviço de Emergência de forma mais rápida aos usuários com sintomas de AVC, ofertando uma assistência mais específica e qualificada. Por outro lado, acaba sendo uma seleção de demanda por emergência em saúde, pois deixa de atender aos usuários que buscam espontaneamente o hospital por outros motivos, sendo encaminhados a outros serviços devido à superlotação da Emergência que não abre exceção para estes casos.

O direito à saúde é um dos direitos fundamentais do ser humano, por estar relacionado com o direito à vida e a uma existência digna. Está entre os direitos sociais fundamentais previsto na Constituição Federal de 1988 como uma obrigação do Estado em assegurar o acesso a todos. Acesso de forma universal aos serviços que garantam um tratamento efetivo, acolhedor, humanizado, de forma gratuita e sem qualquer tipo de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

distinção ou discriminação. Embora o acesso tenha uma grande relevância como direito fundamental, não se trata apenas de garantir a admissão a serviços de qualidade, trata-se da saúde de forma ampliada, com acesso à alimentação, educação, moradia, saneamento básico, segurança, cultura, lazer, promovendo desta forma a sobrevivência e dignidade do ser humano.

Outro dado que pôde ser verificado diz respeito à composição familiar. Sabe-se que o tamanho da família brasileira vem diminuindo em todas as regiões do país, pois as famílias que possuíam em média 4,3 pessoas, em 1981, chegam em 2011 com uma média de 3,1 pessoas por família. Das famílias pesquisadas na UCE, 61,25% residem com até 3 pessoas na mesma casa, sendo que destes, 15% residem sozinhos, em 45% das famílias residem apenas 2 pessoas no mesmo domicílio, e 12,5 % dos usuários residem em famílias com 3 componentes.

Conforme Gelinski e Moser (2015), é importante destacar o aumento no número de famílias unipessoais, pois este é um dos arranjos familiares que tem tido um aumento expressivo no país. Nos anos de 2000, as pessoas que moravam sozinhas representavam 8,6% da população. Dez anos depois representavam 12,1% da população. Em alguns lugares, como no Rio de Janeiro, por exemplo, este número é ainda mais expressivo, chegando a 15,6% dos domicílios com apenas um morador, no ano de 2010.

Nesta pesquisa observa-se que há um número considerável da população idosa que reside sozinha, seja por vontade própria, ausência de vínculos familiares ou inexistência de familiares que se responsabilizem pelo cuidado. Nota-se também que há um número significativo de idosos que são cuidados por outros idosos (30%) após alta hospitalar. Este é um dado importante que vem surgindo em relação ao cuidado: a faixa etária dos cuidadores que pertencem, frequentemente, a mesma geração daqueles que são cuidados.

Compreende-se que alguns idosos decidam viver sozinhos e esta decisão deve ser respeitada, porém, é necessário que se dê condições para que isso ocorra. Cabe à família discutir abertamente com o idoso a questão da segurança no domicílio (barras no banheiro, ausência de tapetes na casa, comidas prontas para evitar o uso do fogão etc.) para construírem, de forma conjunta, soluções para os problemas que possam surgir no

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

cotidiano, e cabe ao Estado garantir ações e serviços que possibilitem a realização deste desejo, enquanto direito social do idoso. É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (BRASIL, Estatuto do Idoso, 2003, art. 9º).

Outro dado apurado diz respeito ao número médio de filhos por família, que no Brasil vem caindo ano a ano, chegando a uma média é de 1,6 filhos por família. Os dados da UCE corroboram essa realidade, pois 72,5% das famílias possuem até 2 filhos (25% possuem 1 filho, 40% possuem 2 filhos) e 7,5% não possuem filhos. Identificou-se que 20% das famílias têm 4 ou mais filhos. Esta transformação no âmbito da estrutura familiar deve-se a fatores como: a inserção da mulher no mercado de trabalho; a utilização de contraceptivos; a possibilidade de planejamento familiar; o elevado custo de vida; as dificuldades econômicas das famílias; a difícil conciliação entre trabalho e família.

Muito embora o número de filhos não seja garantia de cuidado na velhice ou em situações de adoecimento, este é um fator relevante e que deve ser levado em conta, pois indica, muitas vezes, uma impossibilidade do familiar em assumir o cuidado doméstico de seu membro adoecido e, ao mesmo tempo, dedicar-se a uma atividade remunerada, formal ou informal, para a garantia da sobrevivência da família. Em algumas situações significa usuários desacompanhados na internação hospitalar, fato que numa primeira impressão da equipe assistencial pode ser entendido, erroneamente, como abandono ou negligência.

O cuidado é entendido pelas equipes de saúde como algo natural e intrínseco às famílias e é representado nas instituições pela figura do acompanhante na hospitalização, geralmente a mulher. O lugar que este acompanhante ocupa acaba trazendo alívio à carga de trabalho em todo o ambiente hospitalar. Uma mediação muito presente no cotidiano do profissional do serviço social é problematizar com a equipe assistencial situações em que a família se reduz a duas pessoas, sendo que uma delas é a que está internada, pois não há família extensa. Muitas vezes, o(a) filho (a) é chamado(a) a permanecer no hospital cuidando do pai/mãe adoecido, em tempo integral, com o objetivo de que neste período aprenda o manejo do cuidado para posteriormente executá-lo. Entende-se que a equipe

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

queira ensinar o cuidador, esse é um dos objetivos da internação na UCE, porém, nem sempre isto é possível.

A difícil e precária inserção das famílias no mercado de trabalho é ameaçada com o afastamento para acompanhamento hospitalar do familiar adoecido. Quanto a legislação brasileira, poucas categorias profissionais têm direito ao afastamento para cuidar de um membro adoecido. Gozam deste benefício de licença por motivo de doença em pessoa da família, apenas o funcionalismo público municipal, estadual ou federal.

O funcionário poderá obter licença por motivo de doença do cônjuge, da companheira ou companheiro, de descendente e colateral consanguíneo, até o segundo grau, desde que prove se indispensável a sua assistência e esta não possa ser prestada, simultaneamente, como o exercício do cargo (RIO GRANDE DO SUL, Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre, LC 133, art. 150).

O Estatuto dos Funcionários Público do Município de Porto Alegre determina que a doença deverá ser comprovada mediante inspeção médica e a licença será concedida com a retribuição pecuniária total de até 90 dias; com dois terços quando superior a 90 dias e não ultrapassar 180 dias; com um terço, quando superior a 180 dias e não exceder a 365 dias; sem retribuição pecuniária quando exceder 365 dias, até o máximo de 730 dias.

Compreende-se que, embora seja disponibilizado atestado médico comprovando a necessidade deste acompanhamento, os funcionários de empresas privadas não costumam solicitá-lo, pois dada a fragilidade dos vínculos empregatícios e a possibilidade de substituição e/ou demissão, preferem não arriscar. Semelhante situação enfrenta os que trabalham de forma autônoma, sem vínculo empregatício, ou fazendo “bicos” ocasionais, pois se não estão trabalhando, não recebem, dificultando ainda mais o cuidado no domicílio, visto que este impõe novas despesas à família.

Os usuários que saem com dependência de cuidados têm dificuldade em aceitar novas formas de viver devido às limitações decorrentes do AVC, especialmente aqueles que eram pessoas independentes, ativas, profissionais atuantes ou “chefes de família”. O grau de dependência influencia diretamente a vida destas pessoas e dos cuidadores, pois a dificuldade em realizar as ABVDs gera impacto em toda a estrutura familiar.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CONSIDERAÇÕES

Entende-se que o AVC causa profundas mudanças na vida daqueles que foram atingidos pela doença e que precisam se reorganizar financeira e emocionalmente para dar conta desta necessidade de sobrevivência. Mas, por mais que a legislação normatize, a política pública oriente, e a sociedade afirme que é a família que deve amparar o membro dependente de cuidados, não se pode precisar a qualidade deste cuidado no domicílio. Neste sentido, é essencial que o Estado desenvolva programas e serviços que possam dar conta destas necessidades e demandas, pois nem sempre a família tem condições de assumir o cuidado, por mais que se mostre interessada e compromissada em assim fazê-lo.

A família não é somente um espaço de carinho e proteção, ela pode ser um espaço de discriminação, isolamento e violência, principalmente quando não consegue atender material e emocionalmente o que lhe é socialmente cobrado. Gestores e trabalhadores da saúde precisam propor novas formas de atendimento às demandas destas famílias, sejam elas cuidadoras de familiar jovem, adulto ou idoso. Compete ao Estado proteger as famílias das fragilidades decorrentes do adoecimento oferecendo recursos, apoio, informações, serviços de qualidade e ações protetivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_ Brasileiras/constituicao1988.html>. Acesso em: 03 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providencias. Brasília, 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 665, de 12 de abril de 2012**. Dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/ bvs/saudelegis/gm/2012/PRT0665_12_04_2012.html>. Acesso em: 15 mar. 2020.

GELINSK, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez; MOSER, Liliane. **Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhadas nas Políticas Sociais**. In: MIOTO, Regina Celia

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Org). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social.** São Paulo: Cortez, 2015.

KRONBAUER, Gláucia Andreza; OHLWEILER, Zélia Natália Coletti; SEHNEM, Karla**. Nosso Velhos:** Perfil Demográfico dos Idosos de Santa Cruz do Sul. In: Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. v. 1 (1999). Porto Alegre: Núcleo de Estudo sobre o Envelhecimento. PROREXT/UFRGS, 1999.

MARTINS, Sheila. **O AVC é a segunda causa de morte no Brasil**. In: SIMERS, 2016. Disponível em: https://www.simers.org.br/noticia?name=avc-e-segunda-causa-de-morte-no-brasil. Acesso em: 15/10/2020

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MIOTO, Regina Célia Tamaso**. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os Assistentes Sociais**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <http://www.sbfa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_ saude/texto24.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985**. Estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-porto-alegre-rs>. Acesso em: 04 nov. 2020.

SILVA, Silvio Fernandes (Org). **Redes de Atenção à Saúde no SUS**. O pacto pela saúde e redes regionalizadas de ações e serviços de saúde. Gilson Carvalho et al. Campinas, SO: IDISA: CONASEMS, 2008.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXV

CUIDADOS INTENSIVOS EM PACIENTES EM PÓS-OPERATÓRIO DE CIRURGIA CARDIOVASCULAR

Leonidas Nelson Martins Junior[72]**.**

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-25

RESUMO: Este artigo trata dos cuidados intensivos prestados pelo profissional enfermeiro a pacientes no pós-operatório de cirurgia cardiovascular. Tem como objetivo analisar quais são esses cuidados intensivos, percebendo que pacientes submetidos à cirurgia cardiovascular necessitam de cuidados de enfermagem de alta complexidade e de intervenções de enfermagem fundamentadas, onde prevaleça a organização e onde decisões importantes sejam tomadas com rapidez e eficácia. Este artigo baseou-se em uma metodologia qualitativa, bibliográfica, com pesquisa em diversos livros, banco de dados da Internet e periódicos. Tratando-se de um procedimento com grandes repercussões no organismo, a cirurgia cardíaca leva o paciente a um estado crítico pós-operatório, exigindo cuidados intensivos por parte dos enfermeiros, para se obter a completa recuperação do paciente. Observa-se então que a equipe de enfermeiros representa um ponto forte entre o paciente e o ambiente da UTI ocasionando um alívio do estresse gerado pela cirurgia e criando uma boa relação entre paciente e enfermeiro.
PALAVRAS-CHAVE: Cirurgia Cardiovascular. Cuidados Intensivos. Pós-operatório.

INTENSIVE CARE IN POST-OPERATIVE CARDIOVASCULAR SURGERY PATIENTS

ABSTRACT: This article is provided by critical care nurses to patients in the postoperative cardiovascular surgery. Aims to analyze what these intensive care, realizing that patients undergoing cardiovascular surgery requiring nursing care of high complexity and also based nursing interventions, where prevails the organization and where important decisions are taken quickly and effectively. This article was based on a qualitative methodology literature, with research in several books, databases, journals and the Internet. In the case of a procedure with large effects on body, heart surgery the patient takes a critical postoperative period, requiring intensive care from nurses to obtain complete recovery of the patient. It is then observed that the nursing staff is a strength between the patient and the ICU environment causing a stress relief generated by the surgery and creating a good relationship between patient and nurse.
KEYWORDS: Cardiovascular Surgery. Intensive Care. Post-operative.

INTRODUÇÃO

Milhões de pessoas no mundo possuem um ou mais tipos de doenças cardiovasculares. Alguns têm hipertensão, ou doença da artéria coronária, insuficiência

[72] Universidade Federal de Juiz de Fora; http://lattes.cnpq.br/3159919710079489, E-mail: boleonidas@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

cardíaca, sofrem acidente vascular cerebral ou ainda defeitos cardiovasculares congênitos. Assim sendo, é necessário que o profissional enfermeiro, seja no hospital, em casa, em casas de repouso, em clínicas de reabilitação, possa ser capaz de avaliar o sistema cardiovascular do paciente.

Este artigo trata dos cuidados intensivos prestados a pacientes em pós-operatório de cirurgia cardiovascular e salienta que os pacientes que foram submetidos à cirurgia cardíaca requerem cuidados de enfermagem de alta complexidade e necessitam de importantes intervenções de enfermagem, onde predomine a organização e as decisões sejam tomadas de modo rápido e eficaz.

Haddad et al. (2005) confirma que tais serviços prestados pela equipe de enfermagem precisam ser de qualidade e especializados, mesmo se considerando que os mecanismos tecnológicos são cada vez mais avançados e tornam mais eficientes os cuidados prestados aos pacientes em estado crítico.

> Com o avanço tecnológico das técnicas cirúrgicas, o melhor conhecimento da fisiopatologia e a implantação de protocolos mais sofisticados de pós-operatório em cirurgias cardíacas, a evolução de novos equipamentos, técnicas e, acima de tudo, o desenvolvimento científico, vem crescendo em velocidade muito rápida, exigindo que a enfermagem aprimore seus conhecimentos nos aspectos técnicos e científicos, visto que o tratamento e acompanhamento das fases pré, trans e pós-operatória, e até mesmo no tratamento cirúrgico, estão diretamente relacionados à qualificação da assistência de enfermagem ministrada (JANSEN, 2000 apud LEONIA; ESPÍNDULA, 2010, p. 2).

O estudo objetiva perceber tais cuidados intensivos no pós-operatório de cirurgias cardiovasculares e, para isso, realiza um breve histórico da função cardiovascular, analisando os procedimentos no pré-operatório para, em seguida, aprofundar o estudo no pós-operatório e nos cuidados intensivos que devem partir da equipe de enfermagem.

De acordo com o Dr. Marcel Delafiori Hikiji[73], o termo ‘cirurgia cardíaca’ sempre foi considerado algo assustador, entretanto, na atualidade deixou de ser um mito passando a ser fato comum no dia a dia das pessoas.

[73] O Dr. Marcel Delafiori Hikiji – Especialista em Cardiologia pela Sociedade Brasileira de Cardiologia; Residência em Cardiologia no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Especialista em Terapia Intensiva pela Sociedade Brasileira de Medicina Intensiva; Responsável pelo pré e pós operatório de cirurgia cardíaca e pelas Unidades de Terapia Intensiva do Hospital do Coração de Natal.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O especialista ainda considera que a cirurgia cardíaca, como um procedimento de alta complexidade, requer que o paciente esteja ao menos em condições clínicas aceitáveis; que exista uma equipe multidisciplinar treinada e que possua experiência e que o hospital tenha instalações e equipamentos adequados.

Hikiji (2007) relaciona as patologias cardíacas que, de modo geral, têm indicação cirúrgica, tais como: as cardiopatias congênitas, as valvulares, as doenças da aorta, transplante cardíaco e doenças coronárias graves sem indicação de angioplastia. Após ser indicada a cirurgia, encaminhe-se o paciente para uma minuciosa avaliação, onde será colhida a história clínica, onde será realizado exame físico e serão solicitados alguns exames complementares, conforme o quadro clínico e doenças associadas.

Este artigo baseou-se em uma metodologia qualitativa, bibliográfica, com pesquisa em diversos livros, banco de dados da Internet e periódicos. Alguns autores, estudiosos do assunto embasaram este estudo, como, por exemplo: Brunner e Suddarth, Pomerantzeff et al., Hikiji e outros.

HISTÓRICO DA FUNÇÃO CARDIOVASCULAR

Segundo Stipp (2012) é importante que a equipe de enfermagem compreenda a problemática das doenças cardiovasculares e como elas se inserem no cotidiano da assistência. Sendo assim, poderá ser possível a aplicação de métodos de assistência na prevenção de tais doenças favorecendo a administração do cuidado de enfermagem.

De acordo com Brunner e Suddarth (2009), os principais componentes do histórico da função cardiovascular incluem uma história de saúde, o exame físico, assim como a monitoração de vários resultados de exames laboratoriais e diagnósticos.

> Um histórico exato e adequado da função cardiovascular proporciona os dados necessários para identificar os diagnósticos de enfermagem, formular um plano de cuidado individualizado, avaliar a resposta do paciente ao cuidado oferecido e revisar o plano quando necessário (BRUNNER; SUDDARTH, 2009, p. 656).

Os autores acrescentam que, para que o enfermeiro possa desenvolver positivamente as habilidades de avaliação cardiovascular é relevante a compreensão da estrutura e função do coração na saúde e na doença.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Em uma breve revisão anatômica e fisiológica, Brunner e Suddarth (2009) salientam que o coração é um órgão muscular oco, que se encontra no centro do tórax, ocupando um espaço entre os pulmões e sobre o diafragma. Tem o peso aproximado de 300g, dependendo do peso do indivíduo, sua idade, sexo, exercício físico que pratica ou doença que apresenta. Ele manda o sangue para os tecidos e os supre com oxigênio e nutrientes.

Este bombeamento do coração para enviar o sangue é realizado pela contração rítmica e relaxamento de sua parede muscular. Durante a sístole, que é a contração do músculo, os compartimentos cardíacos tornam-se menores à medida que o sangue é ejetado. Durante a diástole, ou seja, o relaxamento do músculo, estes compartimentos enchem-se com sangue na preparação para a subsequente ejeção. Acrescenta-se que um coração adulto em repouso bate, de modo aproximado, de 60 a 80 vezes por minuto e cada ventrículo injeta aproximadamente 70 ml de sangue por batimento apresentando um débito de mais ou menos 5L por minuto (BRUNNER; SUDDARTH, 2009).

Segundo os autores, são diversos os fatores em que se baseiam a frequência e a extensão do histórico de enfermagem da função cardiovascular, como, a gravidade dos sintomas do paciente, a presença de fatores de risco, o ambiente de atuação e a finalidade do histórico.

A avaliação do paciente muito grave que dá entrada na emergência ou unidade de terapia intensiva é diferente daquela de uma pessoa que se examina para uma condição estável crônica; apesar de que os principais componentes do histórico cardiovascular são os mesmos, ou seja, história da saúde, exame físico e monitoração dos resultados de exames laboratoriais e diagnósticos e as prioridades do histórico variam conforme as necessidades do paciente. Através da história da saúde pode-se obter informações importantes sobre o estado de saúde do paciente. “Além disso, ela proporciona ao paciente a oportunidade de compartilhar suas impressões sobre sintomas relevantes, estado da doença atual e experiências associadas ao tratamento de sua saúde.” ((BRUNNER; SUDDARTH, 2009, p. 663).

Segundo Hikiji (2007), é na história clínica que se poderá colher dados como sinais e sintomas da cardiopatia, fatores de risco para doenças cardíacas, hábitos de vida

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

como higiene, tipo de dieta, sedentarismo, etilismo, tabagismo, uso de drogas lícitas e ilícitas, uso de medicamentos, alergias a alimentos e remédios, infecções e uso de antibióticos recentes, problemas anestésicos, vacinação, história de sangramento, gravidez; doenças e cirurgias prévias.

O exame físico, feito de forma detalhada, poderá avaliar o estado nutricional do indivíduo, assim como, a presença ou não de lesões na pele, a sua higiene bucal e o estado de conservação de seus dentes. Este exame também avalia o tipo de tórax, a presença de sopros carotídeos, a presença de varizes; se existem edemas e a presença de pulsos nos quatro membros. Também é realizado um exame físico específico do coração, pulmão, abdome, exame neurológico e de outros órgãos (HIKIJI, 2007).

Outros exames são solicitados, como, os laboratoriais de rotina, Raio X de tórax e eletrocardiograma. Conforme a patologia outros exames serão necessários, como: ecocardiograma, Doppler de artérias carótidas e vertebrais, cateterismo cardíaco e angiotomografia da aorta (HIKIJI, 2007).

O PRÉ-OPERATÓRIO DA CIRURGIA CARDIOVASCULAR

De acordo com Pomerantzeff e Brandão (2004), a busca por novas técnicas menos invasivas e da pressão para diminuir o período e os custos de internação hospitalar levaram a estudos para aprimorar cada vez mais a avaliação pré-operatória. Os pacientes indicados para a cirurgia cardiovascular são acompanhados por cardiologistas clínicos e depois da indicação cirúrgica, o cirurgião precisa saber da história do paciente, rever seus exames laboratoriais, fazer exame físico e checar órgãos e sistemas. É nesse contato pré-operatório que se estabelece a relação do médico com o paciente.

Auler Jr e Piccioni (2004, p. 1) ressaltam que,

> Devem-se analisar criteriosamente as condições pré-operatórias que afetam os resultados precoce e tardio da cirurgia cardíaca, pois ela deve ser indicada a determinados pacientes quando a morbidade e a mortalidade são maiores sem o tratamento cirúrgico.

Na visão de Baggio, Teixeira e Portella (2001) o paciente precisa ser orientado quanto ao procedimento de sua cirurgia e tal orientação deve ter qualidade em seu

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

contexto e não quantidade de informações detendo-se nos pontos que interessam ao paciente.

Pomerantzeff e Brandão (2004, p. 153-154) salientam que precisa haver objetividade na fala do cirurgião, esclarecendo para o paciente e seus familiares todas as dúvidas e dizendo realmente quais são os reais riscos do procedimento. “As condições psicológicas e sociais também devem ser avaliadas e consideradas no planejamento cirúrgico de procedimentos como, por exemplo, o transplante cardíaco ou o implante de prótese valvar mecânica.” Consideram os autores que, os fatores de risco descritos para as cirurgias cardiovasculares são muito grandes. “A função ventricular esquerda é um dos mais importantes preditores de morbidade e mortalidade hospitalar e tardia.”

De acordo com Jones (1996) e O’Connor (1992) apud (POMERANTZEFF; BRANDÃO, 2004, p. 154), “nas cirurgias de revascularização do miocárdio, o número de vasos, a extensão da lesão, a idade e o sexo feminino, dentre outros, foram descritos como fatores de mau prognóstico”.

Com relação à parte nutricional, considera-se que, a terapia nutricional no pré-operatório da cirurgia cardiovascular, segundo Cabral (2004), pode ajudar muito, tornando-se uma ferramenta muito importante na vida dos pacientes que vão ser submetidos a uma cirurgia cardíaca. Isto ocorre porque,

> Além de estar relacionada à oferta adequada de calorias e nutrientes necessários para o bom funcionamento orgânico, sua utilização também pode influenciar o funcionamento de diversos órgãos e sistemas como, por exemplo, o sistema imunológico, o sistema respiratório, a mucosa intestinal e, até mesmo, o sistema circulatório (CABRAL, 2004, p. 119).

O autor destaca vários estudos que mostram a importância do estado nutricional na evolução de pacientes em estado grave. McLennan e Cols (1988 apud CABRAL, 2004) demonstraram a importância dos ácidos graxos poliinsaturados na prevenção de arritmias. Wu e Meininger (2000 apud CABRAL, 2004, p. 120) “mostraram a importância da arginina na reversão da disfunção endotelial e sua atuação benéfica em algumas condições clínicas como nas insuficiências cardíaca, coronária e vascular periférica”.

Cabral (2004) ressalta os estudiosos Sole e Jeejeebhoy (2000), que reafirmam que, muitos pacientes que são portadores de insuficiência cardíaca congestiva sintomática

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

apresentam muitas deficiências nutricionais, especialmente aquelas, cujos nutrientes, atuam nos mecanismos que produzem energia pelo miocárdio e pela musculatura esquelética.

Nas cirurgias eletivas, a maioria dos pacientes se encontra com boas reservas nutricionais, permanecendo poucos dias em jejum. Tais casos ocasionam pequena perda proteica, e, mesmo assim, ao iniciar a ingestão alimentar, essa perda proteica começa a desaparecer, o que dispensa o suporte nutricional especial (CABRAL, 2004).

Se a cirurgia é de emergência, o paciente nem sempre está em condições clínicas estáveis, então surge o risco de desnutrição, sendo importante um acompanhamento nutricional especializado. Os principais objetivos da avaliação nutricional não ficam limitados apenas à identificação das situações de risco nutricional, é preciso observar também a quantificação deste risco e a monitorização da terapêutica empregada (CABRAL, 2004).

Em relação às medicações, Pomerantzeff e Brandão (2004) acrescentam que muitas medicações usadas pelo paciente devem ser suspensas ou terem suas doses ajustadas antes do procedimento cirúrgico, dependendo das condições clínicas dos pacientes.

Os autores ressaltam que o tempo de permanência no hospital deve ser o menor possível, assim, a internação deve ser feita na véspera ou até mesmo no dia da intervenção, em casos mais simples. É importante a checagem dos exames, novamente, antes da operação.

Além do cirurgião, toda a equipe, inclusive a enfermagem, deve acompanhar o paciente desde a sua internação, para que possam proporcionar-lhe um atendimento eficaz.

PÓS-OPERATÓRIO – CUIDADOS INTENSIVOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Na atualidade, com as melhorias e o aperfeiçoamento que tem ocorrido nas unidades de terapia intensiva (UTI), pessoas portadoras de cardiopatias, mesmo as mais complexas, têm uma melhor sobrevida.

Segundo Góis e Dantas (2004 apud CARVALHO; BRASILEIRO, 2010, p. 3), as unidades pós-operatórias de cirurgia cardíaca são caracterizadas como centro de terapia intensiva. O objetivo dessas unidades especializadas é promover o cuidado aos pacientes depois do ato anestésico-cirúrgico.

Acrescentam os autores que, além dos cuidados de enfermagem que tem o intuito de proporcionar conforto e bem-estar ao paciente, a equipe de enfermagem da unidade precisa estar preparada e ciente das alterações fisiológicas que podem ocorrer após o ato cirúrgico. Havendo aptidão da equipe para detectar precocemente tais alterações, poderão discutir com a equipe multidisciplinar e intervir no quadro clínico para que outras ações sejam realizadas.

De acordo com Haddad et al. (2005, p. 65), “O processo de trabalho na UTI exige a atuação integrada de diversos profissionais: médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem entre outros, que são de suma importância para o atendimento integral do paciente”.

Carvalho e Brasileiro (2010, p. 3) ressaltam que, “a equipe de enfermagem representa o elo mais forte entre o paciente e o ambiente da unidade em que se encontra”, pois, estes profissionais estão por mais tempo junto do paciente.

Entretanto, são muitos os desafios para a equipe de enfermagem quando se admite um paciente na UTI depois de uma cirurgia cardíaca. Conforme Brunner e Suddarth (2009), todos os esforços devem ser feitos para facilitar a transição da sala de cirurgia para a unidade de terapia intensiva ou unidade de recuperação pós-anestésica (URPA) com risco mínimo.

De acordo com David João e Faria Júnior (2003), o transporte do paciente do centro cirúrgico até a unidade de terapia intensiva requer cuidados especiais. Ele precisa ser acompanhado de uma pessoa da equipe cirúrgica e de anestesia. É importante atenção

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

para não acontecer perda de drenos, cateteres e sondas, nem hipoventilação ou extubação acidental. É preciso também monitorar o ritmo cardíaco e a pressão arterial.

Brunner e Suddarth afirmam que,

> As informações específicas sobre o procedimento cirúrgico e os fatores importantes sobre o tratamento pós-operatório são comunicadas pela equipe cirúrgica e profissionais da anestesia para a enfermeira de cuidados intensivos, que, em seguida, assume a responsabilidade para o cuidado do paciente (2009, p. 766).

Os autores relatam alguns procedimentos que precisam ser realizados pela equipe de enfermagem quando um paciente é admitido na unidade de terapia intensiva ou na URPA. A cada hora, durante as próximas 12 horas seguintes à cirurgia, realiza-se um exame completo de todos os sistemas para observar o seu estado pós-operatório e também para que se identifiquem algumas alterações previstas desde a cirurgia. São relatados pelos autores alguns parâmetros a observar:

O Estado neurológico, que abrange o nível de responsividade, o tamanho da pupila e a reação à luz, reflexos, simetria facial, movimento dos membros e pegada manual; O estado cardíaco, ritmo e frequência cardíaca, batimentos cardíacos, estado do marcapasso, pressão arterial, pressão venosa central (PVC), pressão da artéria pulmonar, pressão em cunha da artéria pulmonar (PAWP)[74], índice ou débito cardíaco, resistência vascular sistêmica e pulmonar, saturação de oxigênio arterial pulmonar (SvO2). O estado respiratório também é preciso ser observado, através do movimento torácico, sons respiratórios, parâmetros do ventilador, frequência respiratória, pressão inspiratória máxima, saturação de oxigênio arterial (SaO2), saturação de oxigênio percutânea (SpO2), CO2 término-expiratório, drenagem pleural por dreno torácico, gasometria arterial (BRUNNER; SUDDARTH, 2009).

Segundo os autores, a equipe precisa monitorar também o estado periférico, ou seja, pulsos periféricos, coloração da pele, leitos ungueais, mucosa, lábios e lobos das orelhas, temperatura da pele, edema, condição dos curativos e linhas invasivas. Quanto a função renal, observa-se o débito urinário, avalia-se a densidade específica da urina e a

[74] PAWP - do inglês, pulmonary artery wedgw pressure.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

osmolalidade. O estado hidroeletrolítico: ingestão, débito a partir de todos os tubos de drenagem, todos os parâmetros do débito cardíaco e indicações do distúrbio eletrolítico.

Quanto à dor, identifica-se a natureza, o tipo, a localização e duração, lembrando que a dor incisional deve ser diferente da dor anginosa; a apreensão e resposta aos analgésicos. A equipe de enfermagem também deve observar todos os equipamentos e drenos, determinando se os mesmos estão funcionando de modo adequado. O tubo endotraqueal, ventilador, monitor de CO2 término-expiratório, monitor de SpO2, cateter de artéria pulmonar, monitor de SvO2, linhas arteriais e intravenosas, dispositivos e equipo de infusão monitor cardíaco, marcapasso, drenos torácicos e sistema de drenagem urinária (BRUNNER; SUDDARTH, 2009).

Os autores acrescentam que, "à medida que o paciente recupera a consciência e progride através do período pós-operatório, a enfermeira também avalia os indicadores dos estados psicológicos e emocionais". Pode acontecer de o paciente demonstrar um comportamento de negação ou depressão ou de delírio pós-cardiotomia. São sinais de delírio as ilusões de percepção transitórias, alucinações visuais e auditivas, desorientação e ilusões paranoides (BRUNNER; SUDDARTH, 2009, p. 761).

As necessidades da família também precisam ser avaliadas. O enfermeiro observa como a família está reagindo nesta situação, percebe suas necessidades psicológicas, emocionais e espirituais e verifica se estão sendo informados da condição do paciente.

O enfermeiro e o cirurgião trabalham em constante cooperação para se evitar complicações e para identificar os sinais e sintomas precoces das complicações, instituindo as medidas necessárias para reverter a progressão de tais complicações.

COMPLICAÇÕES QUE PODEM OCORRER

Bianco (2001 apud SOARES et al., 2011, p. 140) ressaltam que uma preparação deficiente antes da cirurgia, associada a fatores de risco, que somados à história do paciente e "períodos de instabilidade hemodinâmica intraoperatória, pioram sobremaneira o prognóstico e podem determinar e/ou desencadear complicações pós-operatória graves".

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> Os principais fatores de risco para o surgimento de alterações orgânicas no período pós-operatório de cirurgias cardíacas se associam a: idade do paciente, sexo, história médica prévia (doenças de base existentes), tipo de medicação utilizada no pré-operatório e fatores de risco intraoperatório (tipo de cirurgia, tempo de permanência em circulação extracorpórea, tempo de permanência em internação e uso de medicação específica) (ABELHA, 2010 apud SOARES et al., 2011, p. 140).

Brandão et al. (2005) ressaltam que, no período pós-operatório imediato, que o paciente está na UTI, o enfoque maior do cuidado está relacionado à recuperação da anestesia e à estabilidade hemodinâmica. Os enfermeiros precisam se lembrar que, nesta fase, o paciente está fragilizado em decorrência de alto estresse físico e emocional e que tal estado pode piorar com atividades que se desenvolvem no ambiente da unidade.

Carvalho e Bianchi (2007 apud NOGUEIRA et al., 2012) relatam resultados de pesquisas indicando muitos fatores desencadeadores de estresse no pós-operatório imediato e acrescentam que tais fatores podem ser afastados ainda no período pré-operatório, mediante a orientação ao paciente e sua família.

Brandão et al. (2005, p. 279) citam Barcellos e Camponogara (2001) quando dizem que, “apesar dos avanços técnicos as fantasias a respeito do coração, órgão único e centralizador, não foram amenizadas”. Por isso, Barbato et al. (1982 apud BRANDÃO et al., 2005) consideram que pacientes adultos que passaram por cirurgia cardíaca relataram como principal problema o ambiente desconhecido e agressivo e os estudiosos perceberam diversos problemas psicossociais e espirituais manifestados pelos pacientes cardíacos internados em UTI. Como por exemplo, a falta da família, o medo de morrer, medo de exames e da própria cirurgia; preocupação com o trabalho que deixaram para trás e as rotinas que têm que passar no hospital, como o fato de ficarem sem as próprias roupas e outros.

A equipe de enfermagem deve estar atenta a esses processos psicológicos por que passa o paciente internado em UTI pós-cirurgia cardíaca. É necessário o estímulo por parte dos enfermeiros para que o paciente participe plenamente do processo de recuperação de sua saúde. Por meio da comunicação e dos sentimentos de apoio e confiança a ele transmitidos podem reduzir a ansiedade e aumentar sua dignidade (BRANDÃO et al., 2005).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Com todos estes cuidados ainda podem ocorrer algumas complicações. Brunner e Suddarth (2009) relacionam algumas complicações, como: débito cardíaco diminuído, que constitui uma ameaça a quem se submeteu a uma cirurgia cardíaca e provém de várias causas, como alterações da pré-carga – (volume de sangue muito pequeno que retorna para o coração devido a hipovolemia, ou volume sanguíneo excessivo que retorna ao coração devido à sobrecarga de líquidos); alteração da pós-carga – as artérias contraídas em razão da hipertensão pós-operatória prejudicam o esvaziamento ventricular esquerdo, aumentando a carga de trabalho do coração; alterações da frequência cardíaca, muito rápida ou muito lenta ou arritmias; alterações da contratilidade: insuficiência cardíaca, IM, distúrbios eletrolíticos, hipóxia.

Pode ocorrer também o desequilíbrio do volume de líquidos e dos eletrólitos: esse desequilíbrio eletrolítico pode ocorrer após a cirurgia cardíaca. O histórico de enfermagem inclui a monitoração da ingestão e débito, peso, parâmetros hemodinâmicos, níveis de hematócrito, distensão das veias do pescoço, edema, tamanho do fígado, sons respiratórios e níveis eletrolíticos. É importante verificar os níveis perigosamente baixos ou altos de potássio, magnésio, sódio e cálcio. Pode ser necessária a administração de insulina IV para atingir o controle glicêmico necessário para cicatrização da ferida (VAN DEN BERGHE; WOUTERS; BOUILLON et al., 2003 apud BRUNNER; SUDDARTH, 2009).

Brunner e Suddarth (2009) relatam outra complicação que pode acontecer: a troca gasosa prejudicada. Para que todos os tecidos orgânicos recebam um suprimento adequado de oxigênio para a sobrevida depois da cirurgia, um tubo endotraqueal com assistência do ventilador pode ser usado por 24 horas ou mais. A ventilação assistida é contínua até que as medições da gasometria arterial do paciente se tornem aceitáveis e este demonstre capacidade de respirar de modo independente.

A equipe deve avaliar constantemente o paciente para os sinais da troca gasosa prejudicada, ou seja, agitação, ansiedade, cianose das mucosas e tecidos periféricos, taquicardia e briga com o ventilador.

Conforme os autores, a circulação cerebral prejudicada é outra complicação. A função cerebral precisa de contínuo suprimento de sangue oxigenado e o cérebro não tem

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

a capacidade de armazenar oxigênio, para isso baseia-se na perfusão contínua adequada pelo coração. Portanto, a enfermeira precisa observar o paciente procurando detectar algum sinal de hipóxia, como, agitação, cefaleia, confusão, dispneia, hipotensão e cianose.

Avaliar o estado neurológico, incluindo o nível de consciência, também é necessário, assim como a resposta a comandos verbais e aos estímulos dolorosos, o tamanho e a reação da pupila à luz, simetria facial, movimento dos membros, força da pegada, presença dos pulsos, pedioso e poplíteo, temperatura e coloração dos membros. Havendo qualquer alteração no estado do paciente deve ser documentada e o que for anormal deve ser relatado ao cirurgião, pois são sinais que podem mostrar o início de uma complicação (BRUNNER; SUDDARTH, 2009).

CONCLUSÃO

Na atualidade, considera-se que a cirurgia cardíaca constitui a solução imediata de muitas doenças cardíacas que antes não tinham nem esperança de cura. Desse modo, pode-se perceber que, para que o paciente suporte a sobrecarga imposta ao sistema cardiovascular pelas alterações fisiológicas da anestesia e cirurgia, é necessário que o preparo para esta cirurgia seja rigoroso, o que poderá reduzir o nível de complicações peri e pós-operatórias.

Sendo um procedimento com grandes repercussões no organismo, a cirurgia cardíaca leva o paciente a um estado crítico pós-operatório, estado este que exigirá do enfermeiro cuidados intensivos e especiais para que se obtenha a completa recuperação do paciente.

Os estudos realizados levaram ao entendimento de que são fundamentais estes cuidados intensivos de enfermagem na unidade de terapia intensiva para a recuperação dos pacientes submetidos a essas cirurgias cardíacas. Esta equipe de profissionais representa uma força maior entre o paciente e o ambiente da unidade de terapia intensiva, visto que são eles a passar a maior parte do tempo com o paciente.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Surgindo alterações no pós-operatório, estas devem ser identificadas e corrigidas com a maior rapidez possível para que se possa garantir sucesso no ato cirúrgico. O cuidado de enfermagem representa o ponto forte na internação do indivíduo para cirurgia cardíaca, pois permite que se estabeleçam relações entre paciente e enfermeiro, aliviando o estresse gerado pelo pré e pelo pós-operatório.

A equipe de enfermagem deve estar preparada para enfrentar todo tipo de situação que pode ocorrer no pós-operatório em cirurgia cardíaca. É muito importante que os profissionais adquiram cada vez mais conhecimento, que aliado a um trabalho humanizado, poderá garantir um atendimento de qualidade ao paciente em pós-operatório de cirurgia cardíaca.

REFERÊNCIAS

AULER Jr., J. O. C.; PICCIONI, M. A. Avaliação pré-anestésica para cirurgia cardíaca. In: POMERANTZEFF, P. M. A.; AULER Jr. J. O. C. CÉSAR, L. A. M. **Cuidados pré e pós-cirurgia cardíaca**. São Paulo: Roca, p. 1-19, 2004.

BAGGIO, M. A.; TEIXEIRA, A.; PORTELLA, M. R. Pré-operatório do paciente cirúrgico cardíaco: a orientação de enfermagem fazendo a diferença. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 122-139, 2001. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4355/2303>. Acesso em: 10 mai. 2012.

BRANDÃO E. S. B. BASTOS, M. R. C. M.; VILA, V. S. C. Significado da cirurgia cardíaca e do toque na perspectiva de pacientes internados em UTI. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. v. 7, n. 3, p. 278-284, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/906/1106>. Acesso em: 08 mai. 2012.

BRUNNER & SUDDARTH. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. Editores: Smeltzer et al. Trad. Fernando Diniz Mundim; José E. F. de Figueiredo. 11. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

CABRAL, R. H. Cuidados nutricionais no pré e pós-operatório de cirurgia cardiovascular. In: POMERANTZEFF, P. M. A.; AULER Jr. J. O. C. CÉSAR, L. A. M. **Cuidados pré e pós-cirurgia cardíaca**. São Paulo: Roca, p. 119-137, 2004.

CARVALHO, J. L.; BRASILEIRO, M. E. Terapia Intensiva x Cirurgia Cardíaca: que cuidados de enfermagem exerce? **Revista Eletrônica de Enfermagem do Centro de Estudos de Enfermagem e Nutrição**, v. 1, n. 1, p. 1-16, mai. 2012. Disponível em: <http://www.ceen.com.br/conteudo/downloads/4552_62.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2012.

CÉSAR, L. A. M. **Cuidados pré e pós-cirurgia cardíaca**. São Paulo: Roca, 2004.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

DAVID JOÃO, P. R. FARIA JUNIOR, F. Cuidados imediatos no pós-operatório de cirurgia cardíaca. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro, n. 79, supl. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v79s2/v79s2a11.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2012.

HADDAD, M.C.L.; ALCANTARA, C. PRAES, C.S. Sentimentos e percepções do paciente no pós-operatório de cirurgia cardíaca, vivenciados em unidade de terapia intensiva. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**. Maringá, v. 4, n. 1, jan/abr., 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewFile/5371/3430>. Acesso em: 02 abr. 2012.

HIKIJI, M. D. Cirurgia cardíaca: cuidados no pré e pós-operatório. **Revista Telepesquisa,** Jan. 2007. Disponível em: <http://www.hospitaldocoracao.com.br/conteudo/dica.php?tx=YToxOntzOjI6ImlkIjtzOjM6IjM5MCI7fQ==>. Acesso em: 20 mai. 2012.

LEONIA, C. J.; ESPÍNDULA, B. M. Terapia Intensiva x Cirurgia Cardíaca: que cuidados exerce? **Revista Eletrônica de Enfermagem do Centro de Estudos de Enfermagem e Nutrição** [serial online]. PUC. Goiás, v. 1, n. 1, p. 1-16, mai. 2010.

NOGUEIRA, I. D. S.; CARDOSO, K. S.; DALTRO, L.; SOUZA, M. S.; MIRANDA, T. P. Viana, J. M. **Assistência de enfermagem no pós-operatório**. Monografia. Faculdade São Francisco de Barreiras. Barreiras, BA. Disponível em: <http://www.fasb.edu.br/congresso/trabalhos/AENF17.10.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2012.

POMERANTZEFF, P. M. A. BRANDÃO, C. M. A. Avaliação geral pré-operatória para cirurgia cardíaca. In: POMERANTZEFF, P. M. A.; AULER Jr. J. O. C. CÉSAR, L. A. M. **Cuidados pré e pós-cirurgia cardíaca**. São Paulo: Roca, p. 153-155, 2004.

STIPP, M. A. C. A gerência do cuidado na enfermagem cardiovascular. **Revista Escola Anna Nery**. v. 16, n. 1. Rio de Janeiro, mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script= sci_arttext & pid=S1414-81452012000100001>. Acesso em: 30 abr. 2012.

SOARES, G.M.T; FERREIRA, D.C.S; GONÇALVES, M.P.C.; ALVES, T.G.S.; DAVID, F.L.; HENRIQUES, K.M.C.; RIANI, L.R. Prevalência das principais complicações pós-operatórias em Cirurgias Cardíacas. **Revista Brasileira de Cardiologia**. v. 24, n. 3, 2011, p. 139-146. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2011_03/a_2011_v24_n03_01prevalencia.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2012.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXVI

RISCOS OCUPACIONAIS NA UNIDADE DE CLÍNICA MÉDICA DO HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

Tereza Cristina Araújo Silva[75]; Ana Dulce Azevedo Santana[76]; Sheila Oliveira Belas Silva[77].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-26

RESUMO: Contexto: O reconhecimento das condições de risco no trabalho é fundamental, servindo de base para tomada de decisões quanto às ações a serem adotadas. Objetivo: Identificar, junto aos profissionais de enfermagem, os riscos ocupacionais mais comuns aos quais estão expostos na clínica médica do Hospital Santo Antônio. Método: Trata-se de uma pesquisa quantitativa. Foi aplicado um questionário a 42 profissionais de enfermagem, no período de setembro e outubro de 2007, na unidade de clínica médica do Hospital Santo Antônio. Resultados: Pôde-se identificar riscos: físicos (radiação, ruído, temperaturas extremas); biológicos (vírus, bactérias, fungos, bacilos e parasitas); químicos (através de substâncias nocivas); ergonômicos (adoção de posturas inadequadas, situações que levam ao stress, ritmo de trabalho excessivo, jornada de trabalho prolongada, entre outros); de acidentes (probabilidade de incêndio, iluminação inadequada, arranjos físicos inadequados). Em relação às medidas de segurança, verificou-se que os equipamentos mais utilizados foram: EPI's (luva, máscara, gorro, avental, propé e sapato fechado); EPC's (caixa de perfurocortantes, pia para lavagem das mãos, extintores, lixeiras, local de acondicionamento de álcool gel. Conclusão: Foi constatado que os profissionais de enfermagem estão expostos a diversos riscos. A Instituição oferece medidas de proteção, entretanto, é necessário fazer educação permanente sobre estes riscos e as diversas formas de minimizá-los.
PALAVRAS-CHAVE: Riscos ocupacionais. Saúde. Trabalhador. Enfermagem.

OCCUPATIONAL RISKS IN THE UNIT OF MEDICAL CLINIC OF SANTO ANTÔNIO HOSPITAL

ABSTRACT: Context: The recognition of the conditions of risk in the work is basic, serving as a basis for decisions-making regarding actions to be taken. Objective: Identify together nursing professionals the most commons occupational risks which are exposed in the medical clinic of Santo Antônio Hospital. Method: It is a quantitative research. Was applied a questionnaire to 42 nursing professionals between september and october of 2007 at the clinical unit of Santo Antônio Hospital. Results: It was identified several risks: physical (radiation, noise, temperature extremes), biological (viruses, bacteria, fungi, bacilli and parasites); chemicals (through harmful substances); ergonomic (adoption of inappropriate postures, situation that increases stress, extreme pace of work, long day of work and others); of accidents (probability of fire, inadequate illumination, inadequate

[75] E-mail: tkacris@hotmail.com
[76] E-mail: anadulcesantana@yahoo.com.br
[77] E-mail: sheilabelas30@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

physical arrangements). In relation to the measures of security it was verified that the more used equipments had been: EPI's (glove, mask, cap, apron, propé and closed shoe); EPC's (box of cutting tools, sink for washing hands, fire extinguishers, dumps, local packaging of alcohol gel). Conclusion: It was evidenced that the nursing professionals are exposed to several risks. The institution provides measures of protection, however it is necessary to make learning about these risks and the different ways to minimize them.
KEYWORDS: Occupational risks. Health. Worker. Nursing.

INTRODUÇÃO

O trabalho de enfermagem é movido essencialmente pela necessidade de ajudar e ser útil aos indivíduos que se encontram debilitados. Esse trabalho coletivo e hierarquizado é dividido conforme sua complexidade de concepção e execução (SILVA, 2003 apud SOUZA, 2006).

Nas instituições de saúde, os graves riscos existentes gerados pela insegurança dos trabalhadores e pelo descumprimento da legislação relativa à segurança, higiene e medicina do trabalho, causados pela desinformação, ausência de fiscalização, inexistência de pessoal especializado, entre outros, trazem danos potenciais às pessoas que trabalham nesses locais (SOUZA, 2006).

Os trabalhadores de enfermagem, particularmente os que estão inseridos no contexto hospitalar, permanecem 24 horas junto ao paciente, em sua grande maioria, executando o "cuidar" dentro da perspectiva do "fazer" e, consequentemente, expõem-se a vários riscos, podendo adquirir doenças ocupacionais e do trabalho, além de lesões em decorrência dos acidentes de trabalho (MARZIALE; RODRIGUES, 2002).

O reconhecimento das condições de risco no trabalho é algo fundamental que envolve um conjunto de procedimentos com a finalidade de definir se existe ou não um problema para a saúde do trabalhador; se afirmativo, qualificar sua magnitude, identificar os agentes potenciais de risco e as possibilidades de exposição, tudo isso servirá de base para tomada de decisões quanto às ações a serem adotadas e para o estabelecimento de prioridades (BRASIL, 2001).

Tendo uma percepção de que os profissionais de enfermagem estão submetidos a vários riscos ocupacionais, sofrem acidentes de trabalho e adoecem, a sensibilização

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

desses profissionais acerca desses riscos é de suma importância para reduzir e prevenir novos incidentes.

Diante deste contexto, o presente estudo tem o propósito de contribuir para a construção do conhecimento na área de saúde e na melhoria da qualidade da atenção à saúde do trabalhador.

Este estudo sobre riscos ocupacionais foi escolhido por se tratar de um tema pouco discutido e conhecido, até mesmo entre os profissionais de enfermagem, além da autora desta pesquisa estagiar em unidade de clínica médica e estar exposta a alguns desses riscos.

O resultado deste trabalho contribuirá para a sensibilização de profissionais de saúde, da comunidade acadêmica que, futuramente, estará inserida no mercado de trabalho e da sociedade, que conhecerá os riscos à saúde que oferecem os hospitais, tornando-se uma efetiva contribuição para elaboração de condutas e meios para minimizar e evitar a ocorrência de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho; em virtude dessas considerações, faz-se necessária a busca de informações sobre esses riscos.

A pesquisa teve como pergunta de investigação: Quais são os riscos ocupacionais mais comuns aos quais estão expostos os profissionais de enfermagem na enfermaria de clínica médica do Hospital Santo Antônio?

Para responder estes questionamentos, foram traçados os seguintes objetivos: Objetivo geral: Identificar, junto aos profissionais de enfermagem, os riscos ocupacionais mais comuns aos quais estão expostos na clínica médica do hospital Santo Antônio e objetivos específicos: identificar os riscos físicos, químicos, biológicos ergonômicos e de acidentes de trabalho existentes na clínica médica; identificar equipamentos de proteção utilizados na unidade de clínica médica; identificar medidas de proteção aos profissionais de enfermagem contra os riscos a que estão expostos em seu trabalho diário.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter quantitativo. Segundo Oliveira (1999, apud SANTOS, 2006), uma abordagem quantitativa abrange a quantificação de opiniões,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

dados, assim como também emprego de recursos e técnicas estatísticas desde as mais simples como porcentagem, média, moda, desvio padrão, até as de uso mais complexo, como coeficiente de correlação e análise de regressão.

A pesquisa teve como campo empírico a área da saúde do trabalhador. A escolha do campo de estudo foi feita com base nos objetivos propostos; para tanto, foi escolhida uma unidade de Clínica Médica de longa permanência (crônicos), do hospital particular filantrópico Santo Antônio, composto de Centro Cirúrgico e CTI, o qual oferece atendimento em 17 especialidades, divididas entre as enfermarias de Clínica Médica, Clínica Médica de Longa Permanência (crônicos), Clínica Cirúrgica, Diálise Peritoneal e Tisiologia, situado em Salvador-BA, mediante prévia oficialização dos órgãos competentes e consentimento para realização do estudo.

A população de estudo foi constituída de profissionais de enfermagem da unidade de clínica médica de pacientes crônicos do referido hospital. Teve como critério de inclusão: os profissionais de enfermagem que estavam trabalhando regularmente, os que concordaram em participar e assinar o termo de consentimento livre esclarecido. Ficaram excluídos os profissionais que estavam de férias, licença maternidade, recém-contratados até 30 dias de atividades, estagiários e os que se recusaram a participar da pesquisa e assinar o termo de consentimento. A amostra constituiu-se de 42 profissionais de enfermagem, sendo 16 enfermeiros, 23 técnicos de enfermagem e 3 auxiliares de enfermagem.

A coleta de dados foi realizada no período de setembro a outubro de 2007, após aprovação do comitê de ética do Hospital Santo Antônio. O instrumento de coleta de dados foi o questionário estruturado, dividido em duas partes. A primeira consta de dados de identificação com as seguintes variáveis: idade, sexo, categoria profissional, tempo de formação, tempo de atuação na enfermagem, tempo de atuação na unidade de estudo, a fim de traçar um perfil do grupo pesquisado e a segunda parte consta de questões relativas ao estudo: carga horária de trabalho, conhecimento quanto aos riscos ocupacionais, medidas de segurança na rotina de trabalho, utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e a periodicidade do seu fornecimento.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A análise do conteúdo ocorreu através da leitura das respostas dos pesquisados de modo a responder a questão de estudo. Inicialmente, foi feito o ordenamento dos dados; em seguida, a organização das ideias e formulação de categorias. Por fim, na análise dos grupos de dados, buscou-se responder o questionamento mediante discussão do conteúdo com base em referencial teórico e os resultados foram apresentados através de gráficos e tabelas. A análise resultou na formação de três categorias: Perfil dos sujeitos, Riscos para o trabalhador e Medidas de segurança.

Quanto aos aspectos éticos, foi preservada a identidade dos profissionais, sendo assegurado pela pesquisadora o atendimento à Resolução 196/96 da lei de diretrizes e normas regulamentadoras, para pesquisa envolvendo os seres humanos do Conselho Nacional de Saúde, que contempla os princípios éticos nas pesquisas com consentimento livre e esclarecido como: beneficência, não maleficência, justiça e equidade, bem como confidencialidade para com os indivíduos da pesquisa. Os resultados serão divulgados apenas no âmbito acadêmico e poderão ser usados para fins científicos, ficando disponíveis para a instituição durante todo o período do estudo.

RESULTADOS

Com base no questionário aplicado aos profissionais de enfermagem que prestam assistência aos pacientes internados no Hospital Santo Antônio, buscou-se identificar os riscos ocupacionais mais comuns aos quais estão expostos. Para isso, a análise se deu a partir de três categorias: perfil dos sujeitos; Riscos para o trabalhador; medidas de segurança. E, para facilitar a análise, foram discutidos os dados com maiores percentuais.

CATEGORIA-I PERFIL DOS SUJEITOS

A pesquisa realizada no período de setembro a outubro de 2007 revelou que, num total de 42 participantes, 55% são técnicos de enfermagem; 38% são enfermeiras e 7% são auxiliares de enfermagem. Desses profissionais, 57% se encontram na faixa etária de 20 a 30 anos, e apenas 5% têm mais de 50 anos de idade, predominando o sexo feminino, com 81%.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Tabela1- Distribuição dos profissionais do Hospital Santo Antônio em Salvador quanto ao sexo e categoria profissional no ano de 2007.

SEXO	CATEGORIA PROFISSIONAL						TOTAL	
	Enfermeiros		Técnicos de enf.		Auxiliares de enf.			
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Feminino	16	38	18	43	-	-	34	81
Masculino	-	-	5	12	3	7	8	19
TOTAL	16	38	23	55	3	7	42	100

Houve a coincidência de tempo, na faixa etária de 0 a 3 anos, em relação à atuação na área de enfermagem (66%); conclusão de curso (67%) e atuação na unidade pesquisada (74%). Foi constatado que 50% dos profissionais entrevistados não trabalham em outras instituições, o que não ocorre com os demais, cuja carga horária varia entre 48 a 72 horas semanais.

CATEGORIA - II RISCOS PARA O TRABALHADOR

Essa categoria foi subdividida em quatro subcategorias: riscos biológicos, riscos físicos, riscos químicos, riscos ergonômicos e riscos de acidentes de trabalho.

RISCOS FÍSICOS

Segundo Bulhões(1998), são considerados agentes físicos: calor excessivo, radiação, ruídos, iluminação deficiente, eletricidade, ar comprimido, entre outros. Conforme o gráfico 1, podem-se observar alguns riscos físicos aos quais os profissionais de enfermagem estão expostos: radiação (40%), ruídos (45%), temperaturas extremas (21%); 38% dos participantes da pesquisa não reconheceram a exposição aos riscos citados.

Torna-se importante enfatizar possíveis prejuízos decorrentes desses riscos, tais como: surgimento de casos de câncer, em função da radiação frequente; irritabilidade e desconcentração, em virtude do ruído proveniente das enfermarias nos horários de visita, dos alarmes de equipamentos sem manutenção preventiva, e desidratação, decorrente do calor excessivo nas enfermarias.

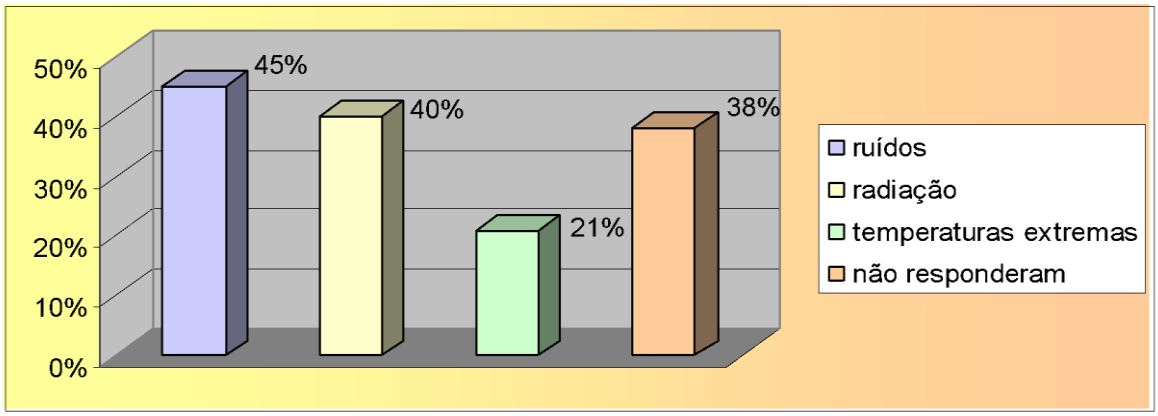


Gráfico 1: Percentual de respostas relacionadas aos riscos físicos referido pelos profissionais de enfermagem do hospital Santo Antônio em Salvador, no ano de 2007.

Com referência à radiação, o ideal seria que o paciente fosse deslocado para a sala destinada à realização do exame, a fim de não causar prejuízos à saúde dos profissionais, que estão atuando na enfermaria, bem como dos pacientes.

Em relação ao ruído, para referir que o risco existe deveria ser mensurado por decibéis em que o nível de ruído aceitável para efeito de conforto é de até 65 dB segundo o Ministério do Trabalho. Não havendo essa possibilidade seria necessário um trabalho de conscientização das pessoas no sentido de preservarem o silêncio nas enfermarias e manutenção dos equipamentos. No que diz respeito às temperaturas extremas, torna-se difícil uma solução imediata, devido à estrutura física do hospital e o seu caráter filantrópico.

RISCOS BIOLÓGICOS

O risco biológico é referido ao contato do trabalhador com microrganismos ou material infecto contagiante, os quais podem levar doenças, por envolver cuidados diretos e indiretos aos pacientes (GARDEL, 2007 apud MARZIALE; RODRIGUES, 2002).

De acordo Bulhões (1998), os riscos biológicos são representados pelas infecções causadas por bactérias, vírus, rickettisias e clamídias, fungos, e, em menor grau, as parasitoses. A pesquisa ratifica o relato deste autor, uma vez que 95% dos questionados reconheceram a vulnerabilidade aos vírus, 83% a bactérias, 60% estão relacionados aos bacilos e fungos, e, em menor número, estão os riscos referentes a parasitas.

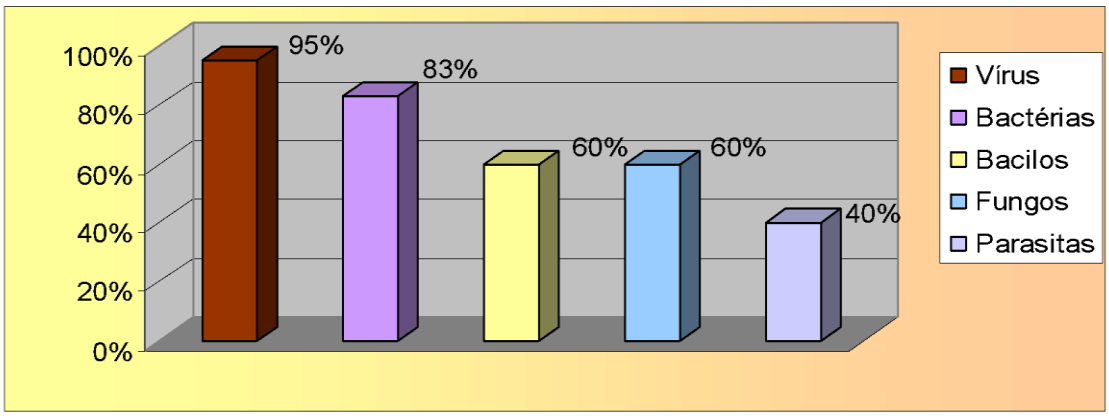


Gráfico 2: Percentual de respostas relacionadas aos riscos biológicos referidos pelos profissionais de enfermagem do hospital Santo Antônio em Salvador, no ano de 2007.

Dos riscos biológicos, os vírus são os que têm maior capacidade para desencadear má formação fetal, sem contar as bactérias que podem alterar a morfologia do feto, através de seus processos inflamatórios (SÊCCO; GUTIERREZ; MATSUO, 2002).

Sendo os profissionais de enfermagem majoritariamente do sexo feminino, o cuidado e a atenção na execução de suas tarefas, de acordo com as normas e rotinas, bem como a utilização de EPI's são imprescindíveis para minimizar a contaminação por agentes biológicos, independente do desenvolvimento do programa de controle de infecção hospitalar da instituição de pesquisa.

Em todo local onde exista a possibilidade de exposição a agentes biológicos, devem ser fornecidas aos trabalhadores instruções escritas, em linguagem acessível, das rotinas realizadas no local de trabalho e medidas de prevenção de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho, devendo ser fornecido, gratuitamente, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B, febre amarela, entre outros (BRASIL, 2002).

ERGONÔMICOS

Segundo Miranda (1999), os riscos ergonômicos são evidenciados na utilização de equipamentos e mobiliários inadequados, adoção de posturas e posições incorretas, iluminação inadequada, ventilação insuficiente e desconforto para os trabalhadores, trabalho de turno e noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia ou ritmo de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

trabalho excessivo, relações de trabalho autoritárias, falhas no treinamento, entre outros fatores, podendo gerar estresse físico e psíquico,

Conforme o gráfico 3, os riscos ergonômicos apontados pelos participantes da pesquisa são: adoção de posturas inadequadas (71%); situações que levam ao stress (64%); monotonia e ritmo excessivo (38%). Trabalho de turno e noturno (33%); jornada de trabalho prolongada (29%); relações de trabalho autoritárias (17%) e 12% não responderam ao questionamento.

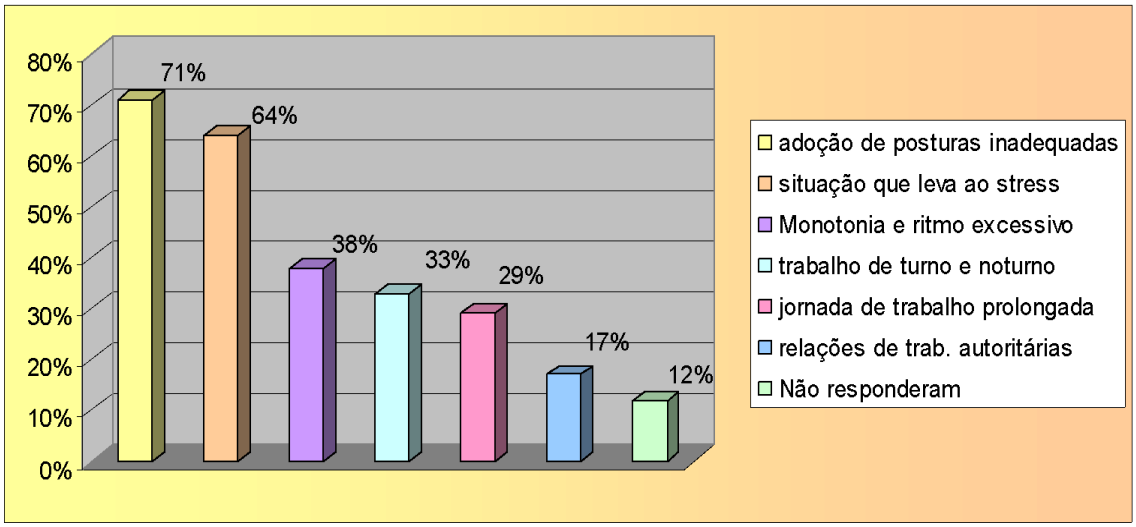


Gráfico 3: Percentual das respostas dos questionados quanto aos riscos ergonômicos no Hospital Santo Antônio, no ano de 2007.

A adoção de postura inadequada dos profissionais na atividade laboral, ao levantar e transportar equipamentos e pacientes, pode ocasionar problemas na coluna, fraturas, varizes, entre outros (MARZIALE; CARVALHO, 1998). Para tanto torna-se necessário que sejam feitas orientações quanto à postura adequada.

As exigências para realização das tarefas, horários inconvenientes de trabalho, os problemas referentes à carreira como falta de perspectiva, problemas na interface trabalho/lar, entre outros, são situações que levam ao stress (SILGNANN 19994 apud SANTOS, 2006). O trabalho mais humanizado, voltado para a satisfação do trabalhador, contribui para a minimização do stress na atividade diária.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O aumento do número de profissionais de enfermagem evitaria o cansaço, decorrente da jornada de trabalho prolongada e sobrecarga de atividades, assim como o desgaste psíquico desses trabalhadores.

RISCOS DE ACIDENTES

Segundo Sêcco et al. (2003), a ocorrência de AT (Acidente de Trabalho) é atribuída, muitas vezes, a não utilização de EPI's, mas também outras variáveis contribuem para a sua ocorrência como: falta de treinamento; inexperiência; indisponibilidade de equipamentos de segurança; cansaço; repetitividade de tarefas; dupla jornada de trabalho; distúrbios emocionais; excesso de autoconfiança; qualificação profissional inadequada; falta de organização do serviço; desequilíbrio emocional na vigência de situações de emergência; negligência de outros, bem como a "carga " de trabalho, características próprias das atividades realizadas nas unidades hospitalares.

Segundo Miranda (1999), os riscos de acidentes incluem aspectos relacionados à organização do trabalho, ao mobiliário e equipamentos, às condições ambientais do posto de trabalho, ao levantamento, transporte e descarga de materiais. Santos (2006) acrescenta, entre as causas de acidentes o descarte de materiais perfurocortantes em locais inapropriados, reencape de agulhas, quebra de ampolas s/ proteção, entre outros.

Os riscos apontados na pesquisa realizada foram: arranjos físicos inadequados (29%); probabilidade de incêndio (19%); iluminação inadequada (5%); 67% dos entrevistados não responderam essa questão. Este resultado aponta para a necessidade de um trabalho contínuo sobre os possíveis riscos de acidentes.

Neste sentido, constata-se a necessidade de utilização de medidas preventivas como: treinamentos quanto ao uso correto dos materiais e seu devido descarte, bem como orientações sobre os riscos a que mais estão expostos, a fim de que possam contribuir para a prevenção dos AT e promover a segurança e bem-estar do trabalhador de unidades hospitalares.

RISCOS QUÍMICOS

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Alguns possíveis riscos químicos presentes na utilização de substâncias, no ambiente hospitalar, estão na manipulação de antibióticos de última geração, como as cefalosporinas que podem causar alergias, bem como no uso prolongado de luvas protetoras e/ou degermantes que podem causar dermatites de contato, asma e rinite (XELEGAT; ROBAZZI, 2003).

De acordo com Brasil (1995), os riscos químicos são as substâncias ou produtos que possam penetrar no organismo humano pela via inalatória, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvida pelo organismo, através da pele ou por ingestão. De acordo com a pesquisa, 62%ratificaram esse conceito do referido autor e 38% não responderam. Os questionados entendem o que são riscos químicos e reconhecem que estão expostos a eles.

Esses riscos estão ligados ao local de atuação do profissional, tipo de produto e tempo de contato, podendo ocasionar alergia, e até mesmo esterilidade. Desse modo, fica evidenciada a importância do uso adequado dos EPI 's, do local apropriado para a realização dos procedimentos, bem como do manuseio correto das substâncias.

CATEGORIA – III MEDIDAS DE SEGURANÇA

Gardel (2007) faz referência ao equipamento de proteção individual, cujo uso é garantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da NR6 (Norma Regulamentadora). Esta norma define o equipamento de proteção individual como todo dispositivo de uso individual, destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador de riscos que ameaçam a sua saúde e a sua segurança no trabalho. É imprescindível o uso de EPI 's tais como: luva, máscara, gorro, avental, óculos, protetor auditivo, propé, sapato fechado, entre outros.

Com referência à pesquisa realizada, todos os questionados referiram que adotam medidas de segurança na rotina de trabalho, através do uso de EPI’s;7% e 5%dos pesquisados referiram que, além do uso de EPI’s, utilizam a lavagem das mãos e manutenção de posturas adequadas, respectivamente.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Os profissionais de saúde devem, obrigatoriamente, proteger-se, utilizando EPI 's e EPC's adequadamente. Caso contrário, estarão em contato direto com os riscos ocupacionais, podendo provocar acidentes e agravos à sua saúde.

A higienização básica das mãos com água e sabão visa remover a maioria dos microrganismos da flora transitória, células descamativas, suor, sujidade, oleosidades e outros fluidos, prevenindo, assim, o aumento dos índices de infecções transmitidas por contato manual direto entre pacientes no ambiente hospitalar; portanto, a lavagem das mãos deve ser um hábito entre todos os profissionais de saúde.

É importante a manutenção de posturas adequadas no preparo de medicações no posto, no transporte e manuseio de pacientes, bem como no banho e no encaminhamento de pacientes para realização de exames, na arrumação da cama com pacientes acamados, mudanças de decúbito, entre outros (MARZIALE; CARVALHO, 1998).

Quando questionados sobre quais EPI's são utilizados por eles, cem por cento referiram luva; 95%, máscara; 71% gorro; 43% avental; 21% óculos; 19% propé; 90% sapato fechado.

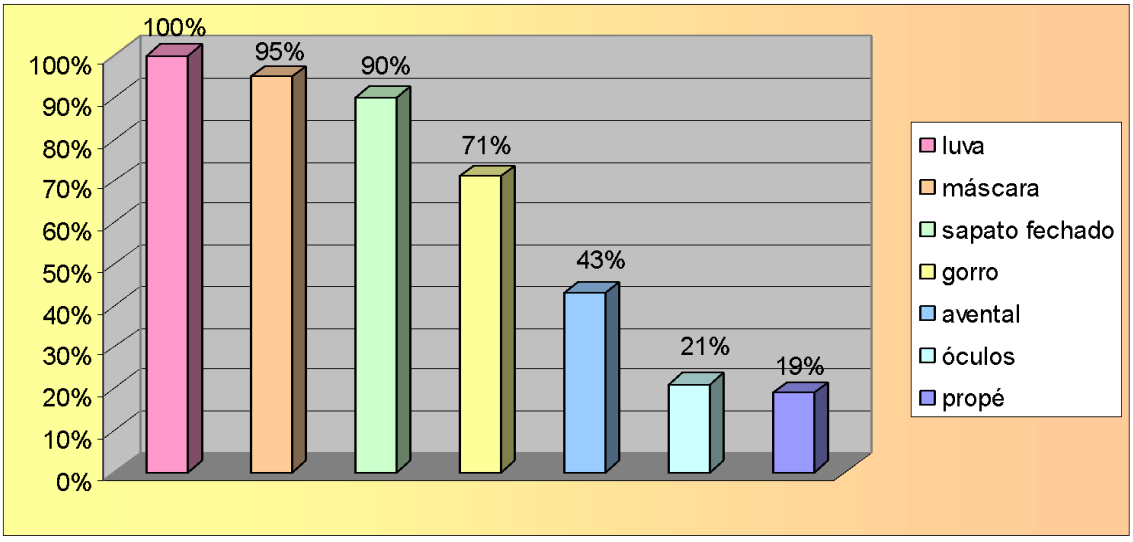


Gráfico 4: Percentual de respostas relacionadas aos EPI's mais utilizados, referidos pelos profissionais de enfermagem do hospital Santo Antônio em Salvador, no ano de 2007.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Segundo Gardel (2007), o Ministério da Saúde descreve que a proteção é dada à cabeça, ao aparelho respiratório, tronco, membros superiores, membros inferiores e à pele, sendo conferida através do uso do gorro, máscara e óculos, avental e jaleco, luvas, calçados impermeáveis e resistentes, como sapatos fechados e propés.

Como o próprio nome sugere, Brasil (2002) refere que os equipamentos de proteção coletiva (EPC) dizem respeito ao uso coletivo, devendo proteger todos os trabalhadores expostos a determinado risco, como caixa de material perfurocortante, pia para lavagem das mãos, recipientes para descarte de materiais biológicos e infecto contagiantes e lixos comuns.

Quanto aos equipamentos de proteção coletiva (EPC's), os apontados na pesquisa foram: caixa de perfurocortantes (26%), pia para lavagem das mãos e extintores (12%), lixeira (5%), local de acondicionamento de álcool gel (2%); 5%referiram que esses EPC's não existem no hospital, o que evidencia o desconhecimento do termo EPC's, e 10% não responderam ao questionamento.

Segundo Gardel (2007), o Ministério da Saúde determina que os equipamentos de proteção individual, descartáveis ou não, devem ser armazenados em número suficiente, nos locais de trabalho, de forma a garantir o imediato fornecimento ou reposição, sempre que necessário.

De acordo com a pesquisa, 62% dos questionados referiram que os EPI's estão disponíveis para seu uso, sempre que precisam deles; já 33% discordaram. Com relação à periodicidade do fornecimento do EPI, 93% referiram que a reposição do material é feita diariamente; 2%, mensalmente, e 5% não responderam. Alguns pesquisados podem ter associado a reposição diária de EPI's ao uso frequente de luvas.

A informação e o treinamento dos trabalhadores, segundo Brasil (2001), são componentes importantes das medidas preventivas relacionadas ao ambiente de trabalho.

No que se refere ao questionamento da participação dos pesquisados em treinamento para proteção da ocorrência de acidentes e prevenção de riscos ocupacionais, 43% informaram que já haviam participado e 57% relataram que não ocorreu treinamento na unidade hospitalar.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Tanto o conhecimento sobre os riscos ocupacionais quanto a prevenção desses riscos, através do uso de EPI's, EPC's, treinamentos para uso de equipamento de proteção, são imprescindíveis para a saúde do trabalhador.

Diante desse fato, torna-se evidente a necessidade de se realizar treinamento formal específico, voltado para a biossegurança, demonstrando, em aulas, a finalidade, importância da utilização do EPI e EPC, forma de uso e os riscos aos quais estão expostos os profissionais de enfermagem no espaço laboral, bem como a criação do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) que segundo Brasil (2002), visa a preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham existir no âmbito de trabalho, levando em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, conforme prevê a NR9, em parceria com o serviço de saúde e medicina do trabalho.

CONCLUSÃO

Ao final da pesquisa, foram constatados alguns riscos ocupacionais aos quais os profissionais de saúde estão expostos, no Hospital Santo Antônio: riscos físicos (vírus, bactérias, fungos, entre outros); ergonômicos (adoção de posturas inadequada, situação que levam ao stress, ritmo de trabalho excessivo); químicos (inalação ou absorção através da pele de substâncias nocivas à saúde); probabilidade de acidentes (através de arranjos físicos inadequados, possibilidade de incêndio e iluminação inadequada).

A pesquisa evidenciou a disponibilidade de EPI's como: luva, máscara, gorro, propé e avental, bem como EPC's: extintores, caixa de perfurocortantes, lixeira, pia para lavagem das mãos, local de acondicionamento de álcool gel, entre outros, que são imprescindíveis à preservação da saúde dos profissionais que atuam nessa unidade hospitalar.

Enfim, com relação às medidas de segurança adotadas pelos profissionais, além da utilização de EPI's, higiene e manutenção de postura adequada, torna-se evidente a necessidade de treinamentos mais frequentes para a proteção dos profissionais de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

enfermagem contra os riscos ocupacionais. A instituição oferece medidas de proteção, entretanto é necessário fazer educação permanente sobre estes riscos e as diversas formas de minimizá-los, bem como implantar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

REFERÊNCIAS

BULHÕES, I. Insalubridade e perigo. In:____ Riscos **Ocupacionais do trabalho de enfermagem.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Folha Carioca, 1998 p.173-255.

GARDEL, D. N. **Uso do equipamento de proteção individual por acadêmicos de enfermagem da Universidade Católica do Salvador.** 2007 15-26 Artigo de graduação. Universidade Católica de Salvador. Faculdade de Enfermagem,2007.

MARZIALE, M.H.P.; CARVALHO, E.C.de. Condições ergonômicas do trabalho da equipe de enfermagem na unidade de internação de cardiologia. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 99-117, janeiro 1998. disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v6n1/13926.pdf

MIRANDA, C. R. Programa de Prevenção de riscos Ambientais In:____ **Introdução à saúde no trabalho.** São Paulo, Atheneu p.29-35.1999

SANTOS, C. C. **Acidentes de trabalho da equipe de enfermagem.**2006. 11-13; 16-23. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)- Faculdade de Enfermagem, Universidade Católica do Salvador, Salvador-BA, 2006.

SÊCCO,I A. O. et al. **Acidentes de trabalho e riscos Ocupacionais no dia-dia do trabalhador Hospitalar:** desafio para a saúde do trabalhador. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 2003. Disponível em:

http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude/v4n1/doc/hospitais.doc Acesso em 15 Abril 2007.

SÊCCO,I A. O.; GUTIERREZ,P.R.; MATSUO,T. **Acidentes de trabalho em Ambiente Hospitalar e riscos ocupacionais para os profissionais de enfermagem.** Semina: Ciências Biológicas e da Saúde. Londrina, v.23,p.19-24, jan./dez. 2002. Disponível em: ,http://www.uel.br/proppg/semina/pdf/semina_23_1_20_47.pdf . Acesso em 15 abril 2007.

XELEGATI R, ROBAZZI MLCC. **Riscos químicos a que estão submetidos os trabalhadores de enfermagem:** uma revisão de literatura. Rev Latino-am Enfermagem 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n3/16545.pdf acesso em 22 de setembro 2007.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXVII

QUEM CUIDA DO CUIDADOR: UMA VISÃO EPISTEMOLÓGICA DO CUIDAR

Leonidas Nelson Martins Junior[78].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-27

RESUMO: Com o envelhecimento da população mundial, têm-se observado um crescente número de doenças que afetam a autonomia, como consequência há uma crescente de pessoas que necessitam de apoio para realizar suas atividades do dia a dia. O presente artigo tem como proposta discutir como se dão as relações de cuidado na área da geriatria e da gerontologia em relação aos cuidadores de pacientes. Considerando que há grandes implicações na vida dos familiares decorrentes do cuidar, que podem gerar esgotamento mental e físico, além de problemas emocionais, financeiros e sociais. Assim, tem-se como objetivo discorrer sobre a importância do autocuidado em cuidadores de idosos. Para isso, é realizada uma pesquisa bibliográfica para apresentar o tema e alguns exemplos de como superar essa dificuldade. De tal modo, conceitos como cuidador familiar (FAVERO, 2013), cuidador (HAN; HALEY, 1999) serão discutidos. Como resultado apresenta-se a extrema importância do ato de autocuidado dos cuidadores e de que maneira ele, ou a sua falta, pode afetar no trabalho e na vida pessoal dessas pessoas. Conclui-se que é essencial que sejam elaborados espaços para que o zelo do cuidador possa ser realizado, incluindo auxílio psicológico, mas outros tantos, como físico e profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidadores. Autocuidado. Gerontologia.

WHO CARE FOR THE CAREGIVERS: AN EPISTEMOLOGICAL VIEW OF CARE

ABSTRACT: With the aging of the world population, there has been a growing number of diseases that affect autonomy, as a consequence there is a growing number of people who need support to carry out their daily activities. The purpose of this article is to discuss how care relationships occur in the area of geriatrics and gerontology in relation to patient caregivers. Considering that there are major implications in the lives of these professionals arising from their work, which can lead to mental and physical exhaustion, in addition to emotional, financial and social problems. Thus, the objective is to discuss the importance of self-care in caregivers of the elderly. For this, a bibliographical research is carried out to present the theme and some examples of how to overcome this difficulty. Thus, concepts such as caring (FAVERO, 2013), caregiver (HAN; HALEY, 1999) and will be discussed. As a result, the caregivers' self-care act is extremely important and how it, or its lack, can affect the work and personal life of these people. It is concluded that it is essential that spaces are created so that the carer's zeal can be carried out, including psychological assistance, but many others, such as physical and professional.

[78] Universidade Federal de Juiz de Fora; http://lattes.cnpq.br/3159919710079489, E-mail: boleonidas@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

KEYWORDS: Caregivers. Self-care. Gerontology.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se observado um fenômeno mundial de crescimento populacional de idosos. Devido a diversos fatores, como as reduções de taxas de fecundidade e mortalidade, principalmente em decorrência de avanços tecnológicos na medicina e nas melhorias da qualidade de vida, os seres humanos têm vivido cada vez mais. Entretanto, com o maior tempo de vida, também tem sido observado um acréscimo de condições que afetam a autonomia dos idosos, tais como as demências e problemas físicos.

É um truísmo dizer que a qualidade de vida é essencial, sendo compreendida no geral como uma boa condição de saúde, capacidade funcional e independente. Além disso, segundo a OMS (1998) também são levados em consideração aspectos biológicos, emocionais, econômicos e, dentre outras, a qualidade do cuidado que recebe.

Nesse contexto há uma demanda cada vez mais intensa de pessoas que auxiliem esses idosos nos seus processos cotidianos, desde um apoio até uma dependência completa. Esses cuidados podem ser advindos de familiares ou de profissionais especializados. Independente de qual a natureza da relação entre paciente e cuidador tem havido uma demanda social de discussão acerca dos acometimentos em que o assistente sofre com o decorrer do tempo, como problemas físicos e psicológicos.

O presente trabalho tem por objetivo, portanto, discutir como esses sujeitos que atuam na geriatria e na gerontologia têm promovido o autocuidado, considerando que há grandes implicações na vida desses profissionais decorrentes do seu fazer laboral. Assim, tem-se como intuito discorrer sobre a importância do autocuidado em cuidadores de idosos.

METODOLOGIA

Para a realização da presente pesquisa será de caráter bibliográfico (PRODANOV; FREITAS, 2013), ou seja, foi realizado um levantamento e uma análise

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

crítica de trabalhos publicados sobre a temática de autocuidado dos cuidadores de idosos. Nesse sentido, há como proposta contribuir para a sistematização das pesquisas realizadas. Compreende-se esse modelo científico como aquele que

> [...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

Foram analisados textos de diversas naturezas, tais como livros, teses, dissertações, artigos, relatos de experiência acadêmica e relatos de experiência de profissionais do campo, além de documentos orientadores para o trabalho. Nesse sentido, foram elencados 40 trabalhos sobre a temática a ser exposta. Para sua seleção, foram utilizados os seguintes descritores, “cuidador familiar”; “autocuidado” e “gerontologia”, contudo, outros trabalhos que não continham tais palavras-chave também foram incluídos devido a sua importância.

A pesquisa foi feita através de bases de dados indexadas (e.g. NCBI, Google Scholar, SciELO), somente considerando textos publicados no Brasil (ou traduzidos) recentemente ou de contribuição clássica para o campo das ciências geriatria e gerontologia.

Não há interesse neste texto, contudo, apresentar resumos quantitativos do que há de exposto na Literatura, mas apresentar como a temática é compreendida, assim como quais propostas têm sido desenvolvidas pelo campo. Nesse sentido, serão discutidos nas próximas seções os conceitos de cuidado e cuidador familiar. Além disso, serão apontados os problemas decorrentes dessa atuação para essas pessoas, nos mais diferentes âmbitos de sua vida. Por fim, serão apresentados alguns exemplos de como esse sofrimento tem sido tratado.

A EPISTEMOLOGIA DO CUIDAR

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A palavra cuidar, do latim cura, significa zelo e preocupação amorosa, ou seja, aquela que se dá em relações de amor e de amizade. Já a palavra cuidador, ou no latim curator, tem como significado ocupação, cuidado, cargo, encarregado de zelo, vigia e proteção. Ambos os significados demonstram que, por um lado, o ato de cuidar está diretamente relacionado à afetividade e, por outro lado, também está relacionado a uma responsabilidade.

No mundo ocidental, há ainda de se considerar que o cuidado é além de um direito, um dever. Assim, os códigos de ética morais da sociedade rechaçam fortemente qualquer tipo de abandono, mas sobretudo os de familiares hospitalizados (BARBOSA et al., 2011).

Além da questão moral, há também a legislação brasileira que diz que é crime a negligência, o que "refere-se à recusa ou à omissão de cuidados devidos e necessários aos idosos, por parte dos responsáveis familiares ou institucionais. A negligência é uma das formas de violência contra os idosos mais presente no país" (BRASIL, 1994).

Assim, tanto pela semântica da palavra, quanto pela prática social e política, há a concepção de que o cuidado está diretamente relacionado ao sentimento de amor e de responsabilidade.

Essa concepção de cuidado gera importantes consequências para aqueles que o fazem. Isso porque demanda não somente uma atitude isolada, mas um processo que ocorre com uma série de ações ao longo de um período de tempo. Nesse sentido, agir com o cuidar é visto com muita responsabilidade, algo que necessita de dedicação e pode-se compreender como um tipo de trabalho, embora nem sempre remunerado.

Quando trata-se do fim da vida, por exemplo, há grande importância de que os cuidados ocorram de forma interdependentes entre a equipe médica, o cuidador e o sujeito-paciente. O cuidador é, portanto, parte essencial da manutenção da qualidade de vida do idoso, sendo necessário ter ou criar um vínculo afetivo, de modo a propiciar proteção, recuperação da saúde e também conforto (FAVERO, 2013).

Embora haja uma regulamentação acerca de quem deve ocupar esse espaço, conforme o Código Brasileiro de Ocupações (CBO), registrado em número 5162-10, no

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

geral, há constantemente a promoção de um membro da família para ocupar o espaço de cuidador. Isso se dá por uma série de razões, como a proximidade afetiva, que facilita o trabalho a ser realizado, além de outras razões como as financeiras.

No geral, a função de cuidador familiar é assumida por uma mulher da família, que precisa abdicar de parte de seus afazeres próprios, sem remuneração, conforme aponta Silvia Federici (2017). Essa pessoa precisa dar conta não só das questões do paciente, a partir de todas as suas demandas, mas precisa ainda manter outras funções de sua vida em pleno funcionamento, como cuidar da casa, das crianças, trabalhar, dentre outras (HAN; HALEY, 1999).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, considera-se idoso, aquele que atinge os 60 anos. Nessa faixa etária são observadas alterações neuropsicológicas, como problemas na cognição, diminuição da velocidade de raciocínio, mudanças no padrão de sono, episódios de confusão e dificuldades na realização de tarefas diárias. Assim, é normal que haja um processo de lentidão no pensamento, dificuldade de leitura, contudo, quando é um envelhecimento saudável não há problemas efetivos no cotidiano.

No caso de cuidadores de idosos, esse trabalho inclui:

> • Atuar como elo entre a pessoa cuidada, a família e a equipe de saúde.
>
> • Escutar, estar atento e ser solidário com a pessoa cuidada.
>
> • Ajudar nos cuidados de higiene.
>
> • Estimular e ajudar na alimentação.
>
> • Ajudar na locomoção e atividades físicas, tais como: andar, tomar sol e exercícios físicos.
>
> • Estimular atividades de lazer e ocupacionais.
>
> • Realizar mudanças de posição na cama e na cadeira, e massagens de conforto.
>
> • Administrar as medicações, conforme a prescrição e orientação da equipe de saúde.
>
> • Comunicar à equipe de saúde sobre mudanças no estado de saúde da pessoa cuidada.
>
> • Outras situações que se fizerem necessárias para a melhoria da qualidade de vida e recuperação da saúde dessa pessoa. (BRASIL, 2008).

Além disso, há de se considerar que há níveis de dependência distintos também entre os idosos. Embora seja recomendado que até mesmo os mais autônomos tenham

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

apoio familiar mais próximo, quando acometidos por alguma doença, os níveis de cuidados podem ser intensificados.

Como frequentemente a contração de mais uma função social não está atrelada ao devido treinamento e formação para tal, o cuidador pode apresentar sobrecarga emocional e psicológica, afetando diretamente sua qualidade de vida (NICKEL et al., 2010).

O ADOECIMENTO DE CUIDADORES

Ao discutir as questões da qualidade de vida dos cuidadores, a Literatura tem apontado que por se tratar de um campo que lida com o sofrimento, a morte e a perda de autonomia de pessoas, o trabalho é compreendido, como mostra Osório (2003), como um desafio para o mantimento da qualidade de vida.

Se já trata-se de um desafio para profissionais da área, quando considerados os familiares que assumem tal função, tal sofrimento e dificuldade são ainda elevados por considerar que estão lidando diretamente com um ente, com alguém cujo afeto é alto. Por um lado, há a forte necessidade de fazer com que a cura seja alcançada e, quando o fim chega, a necessidade de lidar com o luto. Segundo aponta Campos (2011, p. 23):

> A angústia, nessas circunstâncias, é extrema. Desde o doente, que sente a morte iminente, como todos nós que o amam e não querem perdê-lo. Talvez aqui resida o auge da exigência feita a um ser humano: transformar se em deus; num ser onipotente, salvador. O resultado, todos conhecemos: a frustração; a impotência; a sensação de fracasso Depois de tantos esforços, de tanto empenho, o "prêmio" é a incompreensão ou a revolta dos que viram morto seu ente querido.

A sobrecarga da qual reclamam os cuidadores familiares estão relacionadas aos mais diferentes âmbitos da vida porque cada um enfrenta essa situação de multifuncionalidade de forma distinta. Muitos apresentam comportamentos inapropriados em decorrência dessa exaustão (MARTINS et al., 2003).

De acordo com Ramos et al. (p. 23):

> Ao observar o histórico dos cuidadores e o ambiente de vivência dos idosos acompanhados, encontram-se cuidadores sobrecarregados, que se sentem impotentes, desamparados e frustrados por conviverem com pacientes sofrendo de doenças degenerativas, que não apresentam cura, mas que evolui progressivamente a dependência do paciente sob seus cuidados.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O conceito de sobrecarga nesse cenário é elaborado por Gomes, Silva e Batista (2018). Para os autores ele pode ser dividido em duas faces, o objetivo, ou seja, as consequências que visivelmente são apontadas na vida do cuidador, como a diminuição de vida social, problemas com o trabalho formal e alterações em sua vida particular e financeira, que geram prejuízos na qualidade de vida. Já a segunda face está relacionada aos problemas que nem sempre são possíveis de serem assimilados com a observação simples, como os distúrbios emocionais e psicológicos, sentimentos negativos e incômodo em realizar tal tratamento.

Nesse contexto, portanto, além do paciente, os cuidadores e familiares muitas vezes apresentam também problemas emocionais, que podem se desenvolver para outros tipos de adoecimentos (PORTO; LUSTOSA, 2010).

Por essa razão, a Organização Mundial de Saúde passou a levar em consideração a importância de atendimento e cuidados com os próprios cuidados, sobretudo aqueles que não são formados para tal e ainda apresentam vínculo afetivo com o paciente, já que esses precisam de apoio durante o processo e também, em caso de morte, no luto. De tal modo, os cuidados acerca dos idosos que tenham perdido sua autonomia em algum nível deve incluir, aos profissionais, também o acolhimento e auxílio à família.

Contudo, apesar de clara necessidade, ainda não há muitos programas ou unidades de atendimento que auxiliem os cuidadores familiares de idosos, seja nos procedimentos a serem realizados, seja no apoio emocional dessas pessoas. Dessa forma muitos ainda se veem abandonados ou sucumbidos pelo trabalho informal.

Na próxima seção, serão analisados como dois exemplos de programas realizados em diferentes instituições que auxiliam o cotidiano dos cuidadores informais, familiares, em suas funções com os idosos. Mais do que simplesmente apresentar o que foi realizado, a proposta é elencar os pontos mais relevantes, assim como os pontos a serem melhorados, para que outras iniciativas sejam realizadas pelo país.

CUIDANDO DOS CUIDADORES: DOIS CASOS

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Como apresentado até então, é essencial que o sujeito tenha apoio institucional para lidar com o processo de cuidar de outro. Embora seja uma necessidade básica, ainda não há muito trabalho feito nesse sentido, nem há muitas possibilidades já estabelecidas.

Na presente seção serão analisadas duas ações realizadas por diferentes instituições.

O primeiro delas, o Programa de Apoio ao Cuidador, do Centro Estadual de Referência de Atenção à Saúde do Idoso (CREASI)[79], tem como princípio o exposto pelo dispositivo legal do artigo XVIII da Lei 10741/2003 – Estatuto do Idoso, que diz que " "As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores, familiares e grupos de autoajuda" e da Portaria MS-GM 963/2013 – Inciso II E IV. Art. 18 da Lei 10741/2003 – Estatuto do Idoso, que afirma que é necessário "Inciso II: Identificar e treinar os familiares e ou cuidadores dos usuários envolvidos na realização dos cuidados, respeitando os seus limites e potencialidades. [...] Inciso IV: "Elaborar reunião para cuidadores e familiares."

O programa tem como objetivo treinar e auxiliar os familiares com o cuidado domiciliar dos pacientes, educá-los e promover a troca de experiência entre eles. Contudo, muito relevante e diferenciado está a abertura para o acolhimento e apoio emocional e propor acompanhamento psicológico desses profissionais.

Tal proposta se mostra muito relevante porque abrange dois dos grandes problemas encontrados atualmente pelo cuidador, a falta de conhecimento técnico e o desgaste emocional. Nesse sentido, são oferecidos apoios aos sujeitos que podem se abrir e conseguem melhor lutar contra a situação. A instituição afirma que há feedbacks positivos em relação ao trabalho feito.

O segundo projeto aqui citado é realizado pelo Centro de Saúde-Escola da Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP, conforme Cerqueira (2002) com diferentes tipos de cuidados, agora não mais somente idosos. A proposta é acrescer a qualidade de vida dos cuidadores e proporcionar melhores condições de atendimento. O programa é

[79] Disponível em: https://saudedapessoaidosa.fiocruz.br/programa-de-apoio-ao-cuidador-do-creasi

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

dividido em dois módulos: i) quem é o cuidador, quem é, como age, quais são as suas dificuldades e como sua sobrecarga acarreta em problemas no cuidar e ii) o cuidado, ou seja, os problemas enfrentados, como melhorar a autonomia.

Um destaque desse programa está na apresentação dos efeitos de sobrecarga:

> São apresentados os sinais de alerta de manifestações da sobrecarga, tais como: distúrbios de sono, perda de energia, fadiga crônica, isolamento, uso abusivo de substâncias, fumo, problemas físicos, alteração de memória, baixa concentração, agressividade, dificuldade de concentração. Incentiva-se a busca de formas de cuidar-se, de pedir ajuda, de buscar serviços especializados, estabelecer limites, planejar o futuro e cuidar da própria saúde. Propõe-se a criação e integração em grupos de autoajuda e a organização em grupos para reivindicação de direitos sociais e assistência médica (CERQUEIRA, 2002, p.12)

Ambos os projetos apresentados atuam nos dois principais âmbitos do cuidar familiar: a sobrecarga do cuidador e o auxílio nas ações necessárias. Embora os dois tenham se preocupado com essas questões, é importante que o trabalho ultrapasse a barreira da generalização. Em nenhum deles as propostas partem da necessidade real dos participantes do momento, um devido ao grande número e o outro devido ao conteúdo ser previamente estabelecido. Nesse sentido, embora haja ganhos, ainda há o déficit de ouvir realmente quais são as necessidades dos cuidadores, tratando-se das questões práticas.

Outro ponto importante está em termos de propostas de solução para a sobrecarga dos profissionais. Embora haja avanço no auxílio da identificação do problema, ainda há mais a ser feito. É necessário que o governo possibilite meios de solução de tal sobrecarga, seja com o auxílio na contratação de enfermeiros, ou no apoio financeiro a essas famílias. Além disso, apesar de haver um trabalho com uma equipe de psicólogos, o ideal é que esse trabalho seja ampliado para um acompanhamento, mais do que simplesmente uma disposição para auxiliar em momentos pontuais.

Com base no exposto, fica evidente que embora haja propostas sendo desenvolvidas e que têm gerados bons resultados, é necessário que mais seja feito, tanto visando o bem-estar do cuidado, quanto o bem estar do cuidador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A partir da reflexão acerca do envelhecimento da população mundial, o presente artigo teve como proposta discutir como se dão as relações de cuidado na área da geriatria e da gerontologia em relação aos cuidadores de pacientes. Considerando que há grandes implicações na vida dos familiares decorrentes do cuidar, que podem gerar esgotamento mental e físico, além de problemas emocionais, financeiros e sociais.

Assim, foi apresentada a necessidade do cuidado e do autocuidado em cuidadores de idosos. Para isso, foram discutidos os conceitos de cuidador familiar e seus processos de adoecimento.

Além disso, foram analisados dois casos em que há o apoio institucional ao cuidador familiar, de modo a demonstrar como esse apoio é essencial e promove mudanças na qualidade de vida daqueles que são demandados a cuidar de outros.

Com base no exposto fica claro que é essencial que haja o desenvolvimento de ações que auxiliem os educadores familiares no trabalho realizado, de modo que eles possam realizar suas tarefas de modo muito mais efetivo. Nesse ponto, mostrou-se relevante ainda que haja uma rede de apoio de várias pessoas, para que não somente uma fique responsável pelo cuidado e que tenha, portanto, muitos prejuízos.

Percebe-se que a falta de apoio ao cuidador acarreta outros problemas, como o adoecimento da pessoa, problemas financeiros, problemas sociais e psíquicos. Com o cuidado sobrecarregado, até sua atuação com o paciente sofre com problemas. Por outro lado, tendo apoio o cuidador poderá desenvolver com muito mais competência e boa vontade a sua obrigação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana L. et al. Cuidar de idosos com demência em instituições: competências, dificuldades e necessidades percepcionadas pelos cuidadores formais. **Psicologia, Saúde e Doenças,** v. 12, n. 1, p. 119-129, 2011.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.** Cidade de São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

BRASIL. Lei Federal Nº 10.741 de 1° de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providência**s. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis /2003/l10. 741. htm>

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1948,** de 03 de julho de 1996. Regulamenta a Lei nº 8.842 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Assistência Social, 1994.

BRASIL. (1999). Portaria do Gabinete do Ministro de Estado da Saúde de nº 1395, de 9 de dezembro de 1999, que aprova a **Política Nacional de Saúde do Idoso e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.

BRASIL. (2006). **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.** Brasília: Ministério da Saúde Retrieved from http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteúdo=publicacoes/cab19.

BRASIL. (2009). **Guia prático do cuidador.** Brasília: Ministério da Saúde.

CAMPOS, Eugenio Paes. Quem cuida do cuidador: uma proposta para os profissionais da saúde. In: **Quem cuida do cuidador:** uma proposta para os profissionais da saúde. 2011. p. 150-150.

CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu Ramos e Oliveira, Nair Isabel Lapenta de Programa de apoio a cuidadores: uma ação terapêutica e preventiva na atenção à saúde dos idosos. Psicologia USP [online]. 2002, v. 13, n. 1 [Acessado 9 Dezembro 2021] , pp. 133-150.

FAVERO, L. Cuidado com a mãe/mulher cuidadora. In: LACERDA, M. R. COSTENARO, R. G. S. (Orgs.). **Quem cuida de quem cuida?** As teias de possibilidades de quem cuida. Porto Alegre: Moriá, 3ª ed., cap.3, p.57-69, 2013.

GOMES, Maria Lovâni Pereira; DA SILVA, José Carlos Barboza; BATISTA, Eraldo Carlos. **Escutando quem cuida**: quando o cuidado afeta a saúde do cuidador em saúde mental. Revista Psicologia e Saúde , v. 10, n. 1, pág. 3-17, 2018.

HAN, B; HALEY, W. **Family caregiving for patients with stroke:** Review and analysis. Stroke. Vol. 30: 1478-1485, 1999

MARTINS, Teresa; RIBEIRO, José Pais; GARRETT, Carolina. **Estudo de validação do questionário de avaliação da sobrecarga para cuidadores informais.** 2003.

NICKEL, R.; LIMA, A. P.; NAVARRO, E. J.; PINTO, L. M.; TEIVE, H. A. G.; BECKE, N. Correlação entre a qualidade de vida de cuidadores familiares e os níveis de independência funcional dos cuidados. **Cogitare Enfermagem**, v. 15, n. 2, p. 225-230, abr./jun. 2010

OMS(1998). **CID-10:** Classificação internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. Décima Revisão. São Paulo: Edusp

OSÓRIO, L.C. **Psicologia grupal:** uma nova disciplina para o advento de uma era. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

PORTO, Gláucia; LUSTOSA, Maria Alice. Psicologia hospitalar e cuidados paliativos. **Revista da SBPH,** v. 13, n. 1, p. 76-93, 2010.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

FEDERICI, Silvia. **O Caliban e a Bruxa**, 2017

DA SILVA RAMOS, Luciene Barbosa; DA SILVA RAMOS, Thaynan; FREITAS, Hércules Rezende. **Quem cuida dos cuidadores?** Propostas e abordagens para cuidadores de pacientes idosos.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

AmplaMente Cursos
EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXVIII

A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

Amanda Aparecida Santos de Oliveira[80].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-28

RESUMO: A prevalência de tratamentos terapêuticos que necessitem do uso de medicamentos é cada vez maior no Brasil. Dessa forma, a necessidade de estabelecer uma política que propicie o uso adequado e assertivo dos medicamentos, propiciou a criação de ações de saúde voltadas para a óptica do uso racional de medicamentos. Eleito como um dos alicerces da Assistência Farmacêutica, a racionalização do tratamento farmacêutico é um fragmento fundamental para o avanço do Sistema Único de Saúde. O presente trabalho buscou, por meio de levantamentos bibliográficos, destacar a importância do uso racional dos medicamentos e as influências que as políticas públicas podem exercer sobre os mesmos. Além de cooperar para que profissionais oriundos da área possam também ampliar seus conhecimentos e formar gestores pactuados com o aumento no bem-estar da população. Foi feito um breve resgate histórico do processo de construção das políticas de saúde e do uso racional de medicamentos. O desenvolvimento deste estudo se fundamentou na análise de artigos por meio de dados Scielo e Lilacs. Além disso, foram feitas também leituras de teses de dissertações na Biblioteca Virtual em Saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Saúde. Uso racional de medicamentos. SUS.

THE INFLUENCE OF PUBLIC POLICIES ON RATIONAL USE OF MEDICINES

ABSTRACT: The prevalence of therapeutic treatments that require the use of drugs is increasing in Brazil. Thus the need to establish policies that provide adequate and assertive use of drugs led to the creation of health actions focused on the optical rational use of medicines. Elected with one of the foundations of Assistance Pharmaceuticals, the rationalization of the pharmacological therapeutic treatment is a fundamental piece for the Advancement of Health Care System This work vision through bibliographic the importance of rational use of medicines and the influences that public policies can exert on it. In addition to co-operate so that professionals from the can also expand their knowledge and train managers agreed with the increase in on human being. Making a brief historical review of the process of building health policies and the rational use of medicines. The preparation of this article is based on the analysis of articles through Scielo and Lilacs databases. Also were made also dissertations theses readings in the Virtual Health Librar

KEYWORDS: Health Policy. Rational use of medicines. SUS

80Acadêmico do Curso de Especialização lato sensu em Gestão Pública. E-mail: amanda.oliveira.farmacia@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

INTRODUÇÃO

Para que a efetividade da atuação de um medicamento seja convencionada, existe uma série de fatores empíricos e científicos que influenciam diretamente na ação do fármaco como, por exemplo, as prescrições múltiplas, a não compreensão do paciente em relação ao efeito farmacológico, o uso abusivo de medicamentos, a desinformação dos prescritores e dispensadores e o uso incorreto por meio da automedicação. Esses elementos norteiam toda a aplicabilidade do tratamento que deverá permitir ao paciente um recobramento absoluto da saúde física e mental. Neste sentido, a Política da Saúde do SUS não só está inserida no âmbito do uso racional de medicamentos como interfere, ininterruptamente, na valência da saúde populacional (SEHN et al., 2003).

O Estado possui a incumbência de garantir aos cidadãos o direito de acesso à saúde universal, integral e igualitária. Assim sendo, é impossível estabelecer a garantia ao bem-estar físico e mental da população sem compreender a importância e influências de uma política persuasiva que engloba desde as ações de atenção primária, até uma terapia que proporcione ao paciente uma recuperação íntegra.

As significâncias de uma gestão podem ser assertivas quando atingem sua finalidade terapêutica, e de outro modo podem suceder disfunções que acarretaria para um cidadão em específico ou para uma população em sua totalidade, problemas expressivos que abrangem desde a escassez de medicamentos até ineficácia de um tratamento que dissemine em perdas drásticas.

O presente artigo tem como objetivo principal a diligência de somar conhecimento e cooperar para que os profissionais inerentes à área possam influenciar de forma direta e factual na qualidade da administração da Política de Saúde do País. O trabalho propõe uma análise da trajetória da Política de Saúde no Brasil, com o enfoque principal na repercussão que uma gestão fundamentada, ou não, em fatores coadunados com a vida humana que podem ocasionar a um uso racional de medicamentos e, por conseguinte, a um efetivo tratamento terapêutico.

O estudo a ser implementado é de caráter descritivo, com abordagem metodológica qualitativa. A revisão sistemática da literatura foi realizada através de levantamento bibliográfico por meio das bases de dados Scielo e Lilacs, que discorrem

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

sobre a Gestão de Saúde do SUS utilizando principais conceitos e fazendo um entroncamento com fatores primordiais para a administração correta de medicamentos tais como uma assistência farmacêutica correta. A revisão foi ampliada através da busca em outras fontes, tais como teses e dissertações na Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME).

CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICAS

A história da Saúde Pública do Brasil tem origem nos primórdios do período colonial, onde o acesso à saúde individual era exclusivo do setor privado. Nessa época, o ditado popular: “o dinheiro é aquilo com que tudo se compra”, parecia ser um postulado absoluto, pois o serviço assistencial à saúde era especificamente restrito ao setor mais abonado do País. Em contraposição, a classe dos empobrecidos não dispunha de acesso definido e seus atendimentos ficavam à mercê das entidades filantrópicas e das práticas liberais (BRAVO, 2001).

Essa realidade permaneceu até o início do século XX, período marcado por uma grande intercorrência social. O Brasil usufruía de uma economia baseada na agricultura, dimensionada em torno das exportações de grãos e coabitam ao mesmo tempo, um momento de grandes epidemias, doenças como febre amarela e varíola se alastraram pelo País. Na tentativa de solucionar o problema, o governo introduziu a primeira forma de assistência à saúde no País, conhecida como Modelo de Saúde Sanitarista, baseado em programas especiais, campanhas e ações de vigilância epidemiológica (ROSENFELD, 2000).

Na perspectiva do Modelo Sanitarista, o governo conseguiu estabelecer alguns pontos favoráveis, como a instauração de medidas profiláticas para algumas enfermidades. No entanto, o acesso à saúde permanecia exclusivo a alguns privilegiados e, a preocupação administrativa visava apenas fatores econômicos.

Nesse contexto, Crescêncio (2008) salienta o nome de Oswaldo Cruz, médico sanitarista responsável por instaurar a revolta da vacina, sem orientar a população sobre

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

a medida preventiva, o profissional de saúde obrigou a população a se vacinar ferindo a regulamentação dos direitos humanos.

No início dos anos 30, sob a gestão administrativa do Governo Vargas, o Brasil enfrentou os resultados da quebra da Bolsa de Nova Iorque. A crise instaurada no mercado financeiro do Estado americano em junho com alto índice de ações provocou aumento na volatilidade do mercado e refletiu na situação econômica do País como um todo (GALVÃO et al., 200).

Entre outras consequências, a crise econômica do setor agroexportador de café instituiu um grande impacto na economia do Brasil. Houve um deslocamento do polo dinâmico da economia da zona rural para a zona urbana, com o maior fluxo de moradores urbanos, somado ao despreparo do governo, a condição social do Brasil se agravou, o índice de desemprego aumentou e as condições de saúde da maioria da população era cada vez mais precária (ANDREOTTI, AL.).

Paim (2007) destaca que o período transitório entre a ditadura e a democracia foram que impeliram a explosão dos movimentos sociais e a reivindicação por reformas no setor de saúde.

Segundo Moreira e Mota (2009) uma das primeiras conquistas da classe trabalhadora foi a criação do INAMPS em 1977. O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social surge como forma de assistência médica que beneficiava somente os trabalhadores do mercado formal e seus dependentes, priorizando apenas aqueles que possuíam vínculos empregatícios.

À vista disso, embora o País ainda esteja estagnado em uma assistência a saúde prioritária aqueles de maior poder aquisitivo, nesse período, os problemas sanitários passam a ser discutidos, estudados e aqui surgem pela primeira vez as ideias e discussões para a criação de um sistema de plano nacional de saúde que atingissem as três esferas de governo.

A Assistência de Saúde do Brasil passa a ser dividida em três categorias: as pessoas que por possuírem condições financeiras privilegiadas recebiam assistência médica particular, os contribuintes do INAMPS, e aqueles que por não dispunham de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

nenhum tipo de assistência por não estarem incluídos no sistema do mercado formal. O modelo assistencialista privatista vigorou até os anos 80, marcado por uma prática médica curativa, centrada na prática médica liberal e no modelo hospitalocêntrico (PAIM, 2003).

Em 1980 mais uma crise adentra o País a crise dos quatro i" (ineficiência, ineficácia, iniquidade, insatisfação popular) conceituada pela influência do modelo médico hegemônico e privatista e da opção recessiva do governo. O tratamento dos desiguais de maneira desigual, a má alocação de recursos destinada a maior parte da população e uma estratégia de organização programática onde as instituições estariam integradas a fim de conter gastos e desenvolver uma capacidade gerencial de serviços local e regional, despertou nos cidadãos um descontentamento (SABÓIA, 1986).

A justificativa do governo se fundamenta na ideia de que os recursos financeiros eram escassos e havia baixo investimento, os erros também eram advindos da má administração, o modelo privatista de assistência à saúde centralizada na medicalização na garantia de condições de saúde apenas para trabalhadores empregados na produção e exportação fomentou numa grande epidemia (JUNIOR; JUNIOR, 2006).

A necessidade de uma reavaliação da assistência médico-hospitalar do País que promovesse a racionalização de gastos e ações de saúde priorizada nas ações da atenção primária deu origem ao CONASP (Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária). Conforme Rosa e Labate (2005) a proposta do Conselho era de remodelar os parâmetros da assistência médica, e designar medidas de controle de gastos.

Dentro do CONASP surgiram as ações de integração à saúde, com o objetivo de evitar ações paralelas entre as instituições sanitárias. O surgimento das comissões de saúde foi o embrião para os atuais conselhos de saúde e contribuíram também para a implantação do SUS.

Por conseguinte, um marco na história do País finalmente trouxe propostas para reestruturação da saúde do cidadão brasileiro, a Conferência Nacional de Saúde de 1986. A mudança partiu de uma reflexão advinda de um longo processo de lutas sociais e representava a necessidade de mudanças que respondessem e priorizassem a saúde da população.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Nesse ínterim, a 8a Conferência Nacional de Saúde destacou os principais problemas a serem sanados, com maior prioridade entre eles, a inadequação e insatisfação dos atendimentos aliados ao não cumprimento da promoção de saúde (WESPHAL, 1992).

Entre as propostas da Conferência estavam, a saúde como dever do estado, a garantia da distribuição do direito à saúde, acesso igualitário e garantia de ações de promoção e proteção de saúde, gerando um conceito ampliado da saúde, onde o estado garante acesso igualitário finalmente com enfoque principal na promoção e prevenção das doenças e agravos.

> Na Constituição Federal, promulgada em 1988, afirmou-se a importância de promover a saúde como direito fundamental de cidadania, cabendo ao Estado a obrigação de garanti-la a todos os cidadãos. Sob o preceito constitucional "saúde direito de todos e dever do Estado" defendeu-se a assistência médico-sanitária integral e de caráter universal, com acesso igualitário dos usuários aos serviços, sendo estes hierarquizados e a sua gestão descentralizada (MAIO; LIMA, 2009).

Os esforços pela valorização dos princípios éticos e sociais de direito a saúde formularam os proclamas de universalidade, igualdade e integralidade legitimadas pela carta magna que prevê as ideias discutidas na conferência de saúde, originando na inserção dos residentes que antes eram excluídos das residentes de saúde (ANDRADE).

POLÍTICA NACIONAL DE MEDICAMENTOS

Segundo o Ministério da Saúde (2001) os medicamentos, são produtos farmacêuticos usados com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico. Aqueles que possuem finalidade profilática são usados para prevenir doenças e auxiliar o organismo a se proteger de determinadas patologias como, por exemplo, as vacinas e antissépticos. Em contraposição os que possuem o propósito curativo são aqueles que erradicam os agentes de determinada doença, e ainda os que corrigem uma função corporal deficiente. Já os medicamentos com finalidade paliativa são aqueles que corrigem ou acabam com sintomas como a febre e a dor, como os antitérmicos. Por fim, existem também os que auxiliam no diagnóstico de doenças ou avaliam o funcionamento de órgãos.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Segundo Paula (2009), na década de 70, todas as mobilizações relacionadas aos medicamentos no âmbito federal eram centralizadas na Central de Medicamentos (CEME) criada durante o regime militar após o aumento da preocupação governamental com a segurança pública.

Com a descentralização administrativa dos serviços de saúde do governo federal e estadual para as esferas de saúde, houve uma ampliação do acesso da população ao sistema de saúde.

A extinção da CEME e a desordem no setor de distribuição de medicamentos Margonato (2006), afirma que elementos como a falta de qualificação profissional, o agravo de problemas relacionados ao uso irracional de medicamentos e a inadequação no abastecimento e aquisição de medicamentos e a necessidade de gerenciar adequadamente os serviços de fornecimento da medicação aos usuários do SUS, culminaram na concepção de ideias que impeça o SUS, a mudança no gerenciamento dos serviços de saúde.

Os complexos problemas advindos dessa desejável articulação alimentam-se da conjuntura fruto desse processo histórico e foram, ao mesmo tempo, motivadores da elaboração das políticas aqui referidas (PAULA et al., 2009).

Conforme a Revista de Saúde Pública de São Paulo (2000), a Política Nacional de Medicamentos (PNM), aprovada pela Portaria 3.916/98, tem como propósito garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais.

De acordo com o Ministério da Saúde (2001), para o alcance do propósito estabelecido pela política de medicamentos os gestores do SUS, nas três esferas de Governo, devem atuar em estreita parceria e na conformidade das oito diretrizes fixadas, a saber: adoção de relação de medicamentos essenciais; regulamentação sanitária de medicamentos; reorientação da assistência farmacêutica; promoção do uso racional de medicamentos; desenvolvimento científico e tecnológico; promoção da produção de medicamentos; e desenvolvimento e capacitação de recursos humanos do SUS.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Ainda nesse contexto, como um dos pilares da política de medicamentos, a assistência Farmacêutica surge atenuando hegemônicas e reformulando conceitos, o atendimento da assistência farmacêutica faz parte de uma política intersetorial que articula desde a tecnologia usada na formulação dos medicamentos até a aquisição e dispensação dos mesmos com o objetivo principal de promover o uso racional de medicamentos (OLIVEIRA et al., 2010).

> Compreende-se por assistência farmacêutica o conjunto de ações e serviços com vistas a assegurar a assistência terapêutica integral, a promoção e a recuperação da saúde, nos estabelecimentos públicos e privados que desempenham atividades de pesquisa, manipulação, produção, conservação, distribuição, garantia e controle de qualidade, vigilância sanitária e epidemiológica de medicamentos e produtos farmacêuticos (BRASIL, 2001).

O farmacêutico responde por um conjunto de métodos que promovem ações de respaldo à saúde com o objetivo de promover e restaurar o bem-estar físico e mental dos indivíduos.

A Relação Nacional de Medicamentos (RENAME) define a lista de medicamentos considerados essenciais à população, priorizando a necessidade de cada região. Com a proposta de estabelecer uma padronização de medicamentos, além de garantir o acesso da população à uma terapia correta, a RENAME também minimiza gastos com aquisição excessiva de medicamentos, atuando aqui como instrumento fundamental nas ações de saúde do SUS (WANNMACHER, 2006).

A assistência farmacêutica no SUS engloba em sua totalidade vários processos organizativos que se inicia pela seleção de medicamentos elaborada a partir da RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais) em junção com a comissão fármaco terapêutica. Em congruência com a programação, que estipula a quantidade de medicamentos a ser adquirida para um determinado período de tempo. Por conseguinte, a aquisição se relaciona com a compra de medicamentos, e o armazenamento com a utilização do medicamento que vai desde sua prescrição até sua dispensação.

Ao ser elaborada a lista leva em conta a prevalência das doenças específicas de cada região, a organização de cada serviço de saúde, os profissionais que prestaram o serviço e qualidade dos insumos registrados no País (WANNMACHER, 2006).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

A palavra fármaco tem sua origem na Grécia e significa “aquilo que tem o poder de transladar impurezas”. Segundo Kawano (2006) o conceito de medicamento estava associado ao termo “agente de cura” desde as civilizações da Mesopotâmia.

Ao pensar em recuperação de enfermidades ou parâmetros que proporcionem ao paciente a cura total ou a redução dos agravos da doença, instantaneamente a palavra medicamento vem à discussão.

A intervenção terapêutica com o uso de fármacos estabelece supremacia sobre todas as outras, por estar presente em quase todos os âmbitos, nesse contexto o fármaco é instrumento essencial para atenção em saúde.

O Ministério da Saúde (2001) estabelece que alguns elementos como a elaboração de campanhas educativas, ações de farmacovigilância e estudos para a adequação dos recursos humanos podem aumentar consideravelmente a qualidade de vida da população.

Quando utilizados de forma incorreta e sem orientação de profissionais habilitados os produtos farmacêuticos podem causar efeitos adversos irreversíveis à vida, estima- se que a maioria da população brasileira tenha acesso a medicamentos prescritos, dispensados ou vendidos de forma errada ou não os use segundo sua posologia correta.

A automedicação inadequada, tal como a prescrição errônea, pode ter como consequência efeitos indesejáveis, enfermidades iatrogênicas e mascaramento de doenças evolutivas, representando, portanto, problema a ser prevenido (ARRAIS et al., 1997).

Nesse cenário o papel do farmacêutico ganha prioridade, é importante entender o potencial do profissional que pode contribuir para a melhoria da utilização da medicação e auxiliar na redução de morbidade e de custos hospitalares através da assistência farmacêutica.

CONCLUSÃO

Como dizia o médico físico Paracelso, a diferença entre o veneno e o remédio está na dosagem, o uso racional de medicamentos além de ser um mecanismo imensamente

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

benéfico, quando protege e garante ao paciente um tratamento operativo, em contraposição quando não estabelecido, implanta no sistema de saúde sérios problemas entre eles o gasto excessivo com medicação inadequada.

Apesar de estar inserida em todos os contextos, a influência das políticas de saúde no uso racional de medicamentos é intermediada pelo seu principal alicerce a assistência farmacêutica.

Essa interferência pode ser positiva quando oferece ao paciente o direito adquirir o tratamento e obtiver todos os processos relativos ao serviço assistencial, e negativo quando desencadeia através de falta de recursos financeiros, profissionais habilitados e organização de serviços uma errônea terapia medicamentosa.

Dessa forma é necessário que os profissionais farmacêuticos e inerentes à área compreendam e reflitam sobre suas atribuições e a importância de um trabalho executado sob a ótica da priorização da vida humana e do bem-estar social.

Além disso, é essencial que os gestores percebam que a economia de custos advindos de erros de medicação bem como menor índice de prevalência de doenças, são fatores diretamente influenciados pela assistência farmacêutica e por consequência pela farmacoepidemiologia e farmacovigilância, portanto é necessário que haja maior prioridade e incentivo a esses serviços.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, A.L. **O Governo Vargas e o equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova.** Unicamp. São Paulo

ANDRADE, L.L. et al. **As Conferências Nacionais de Saúde, após a implementação do Sistema Único de Saúde.** Rev Tempus Actas Saúde

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução – da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973**, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos

ARRAIS, PSD. et al. **Perfil da automedicação no Brasil**. Rev. Saúde Pública, 31 (1): 71-7, 1997.

BRAVO, M.I. **Políticas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, 2001

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

GALVÃO, A.B. et al. **Volatilidade e Causalidade:** Evidências para o Mercado à Vista e o Futuro de Índices de ações no Brasil. RBE. Rio de Janeiro, 2000.

JUNIOR, A.P. & JÚNIOR, L.C. **Políticas Públicas de Saúde no Brasil**. Revista Espaço para a Saúde, Londrina, 2006.

MARGONATO, F.B. **Atribuições do Farmacêutico na Política Nacional de Medicamentos.** Infarma, vº18. 2006

Ministério da Saúde. **Secretaria de Políticas de Saúde**. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de medicamentos, 2001.

OLIVEIRA, ECF et al. **Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde:** da Política Nacional de Medicamentos à atenção básica de saúde. Ciência e Saúde Coletiva, 2010.

PAIM, J.S. **Políticas de saúde no Brasil.** In: ROUQUAYROL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e saúde. 6 ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003, pp. 587-604.

PAULA PAB et al . **Política de Medicamentos:** da universalidade de direitos aos limites da operacionalidade. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2009.

ROZENFELD. S., org. **Fundamentos da vigilância sanitária** (on line). Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2000. Available from Scielo Books.

KAWANO DF et al. **Acidentes com medicamentos como minimizá-** los? Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas, 2006.

ROSA, W.A.G. & LABATE, R.C. **Programa de Saúde da Família:** A construção de um novo modelo de assistência. Rev Latino-am Enfermagem, 2005

SABÓIA, J. **Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil durante a crise de 1980 _1983.** Revista de Economia Política, 1986

SEHN, R. et al. Interações **medicamentosas potenciais em prescrições de pacientes hospitalizados**. Infarma, v.15, nº 9-10, (Set/Out 2003)

WESTPHAL, M.F. **Participação popular e políticas municipais de saúde:** o caso de Cotia e Vargem Grande Paulista. São Paulo, 1992

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXIX

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA PRIVADA DA LIBERDADE SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL

Fernando Augusto Albuquerque Moraes[81]; Jorge Ribeiro Dias Dos Santos[82].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-29

RESUMO: Quando o nos deparamos com o Sistema Carcerário brasileiro, surge o questionamento: As previsões constitucionais dos direitos são suficientes para garantir a integridade física e moral das pessoas privadas de liberdade? Como ponto de partida, devemos traças linhas históricas dos direitos fundamentais, por consequência trazendo a definição do que são os direitos Fundamentais. A presente pesquisa tem como objetivo discutir sobre os direitos fundamentais da pessoa privada da liberdade sob a ótica constitucional. Onde foi possível constatar que o entendimento de que, mesmo que o cidadão esteja penalmente sido condenada, sua integridade física e moral deve ser preservados, ressalvadas as exceções que a própria CF estabelece, os direitos fundamentais devem ser analisados conforme a situação fática do caso concreto.
PALAVRAS-CHAVE: Direitos Fundamentais. Liberdade. Constituição Brasileira.

THE FUNDAMENTAL RIGHTS OF THE PERSON DEPRIVED FROM FREEDOM FROM THE CONSTITUTIONAL VIEWPOINT

ABSTRACT: When we are faced with the Brazilian Prison System, the question arises: Are the constitutional provisions of rights sufficient to guarantee the physical and moral integrity of people deprived of their liberty? As a starting point, we must draw historical lines of fundamental rights, consequently bringing the definition of what fundamental rights are. The present research aims to discuss the fundamental rights of the person deprived of liberty from the constitutional point of view. Where it was possible to verify that the understanding that, even if the citizen is criminally convicted, their physical and moral integrity must be preserved, with the exception of the exceptions that the CF itself establishes, fundamental rights must be analyzed according to the factual situation of the concrete case.
KEYWORDS: Fundamental Rights. Freedom. Brazilian constitution.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil – CF (BRASIL, 1988), trouxe ao direito doméstico, inovações que tiverem forte influência do Pós 2ª guerra mundial, em especial, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 – DUDH (ONU,

81 Bacharelado em Direito – Faculdade Estácio de Sá. Advogado seção OAB/Pará. Especialista em Direito Penal. Direitos Humanos e Ressocialização. Direito, Segurança Pública e Organismos Policiais. E-mail: fernandomoraesadvocacia@gmail.com
82 Pós-Graduação em Direito Material e Processual de Trabalho. E-mail: J.Dias07@outlook.com.br

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

1948) na sendo considerada umas das legislações mais avançados quando falamos em direito democrático e Direitos Humanos, pois mais que a Lei de Execução Penal – LEP n° 7.210/84 (BRASIL, 1984), seja anterior a CF, sua elaboração seguiu parâmetros internacionais em Direitos humanos, sendo considerada de vanguarda para o mundo jurídico, quando da inovação constitucional de 1988 os dispositivos da LEP que eram compatíveis com a nova legislação foram recepcionados pelo novo ordenamento jurídico.

Nossa Carta magna trata no CAPÍTULO II Dos Direitos Sociais Art. 6.º (*) São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, p. 2), porém este não é a única parte que abordo os direitos sociais, estes estão espalhados por toda a Constituição, inclusive conferindo direitos e garantias aos privados de liberdade.

Quando o nos deparamos com o Sistema Carcerário brasileiro, surge o questionamento: As previsões constitucionais dos direitos são suficientes para garantir a integridade física e moral das pessoas privadas de liberdade? Como ponto de partida, devemos traças linhas históricas dos direitos fundamentais, por consequência trazendo a definição do que são os direitos Fundamentais.

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA EVOLUÇÃO

A Doutrina majoritária vem nos ensinando que a evolução dos direitos individuais, tem características universais, dentre elas podemos apontar as seguintes:

Historicidade: Os direitos fundamentais (local) são fruto da cultura popular e socialmente aceita em certo momento da história, influenciado diretamente pela cultura, portanto, sendo mutável.

Imprescritibilidade: Os direitos fundamentais não se esvaem com o decurso do tempo, essa ideia está diretamente ligada com o direito natural, porém, devemos ter em mente que nem todo direito é absoluto.

Irrenunciabilidade: versa que os diretos fundamentais são irrenunciáveis, ou seja, aquele que possui o direito não poderá abrir mão desta.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Inviolabilidade: indica que a legislação deverá estar em consonância com a lei máxima, no caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988, quem ofender os direitos fundamentais estará passível de sanções Administrativa, penal e cível, neste caso a pessoa ofensora pode responder em uma ou mais esferas, de acordo com o caso concreto.

Universalidade: Os direitos Fundamentais são destinados a todas e todos que estiverem em território nacional, independente se em situação regular ou não no País, ressaltando-se que nem todos os direitos fundamentais são gozados por estrangeiras(os), cabendo a própria Carta Magna delimitá-los.

Concorrência: Um direito fundamental não exclui o outro, uma pessoa pode ser titular de um ou vários direitos ao mesmo tempo.

Efetividade: Premissa que obriga o estado a garantir a efetividade dos direitos, inclusive de maneira coercitiva, tendo previsão em nossa Carta maior os remédios constitucionais.

AS GERAÇÕES OU DIMENSÕES

Os Direitos Fundamentais, como já apontados, são construídos por um contexto histórico e cultural, variando no tempo e no espaço, os doutrinadores, para efeitos didáticos classificam estes em Gerações ou Dimensões, No Brasil um doutrinador expoente é o professor Paulo Bonavides, defende a ideia de Gerações dos Direitos Fundamentais: “os direitos fundamentais passaram na ordem institucional a manifestar-se em três gerações sucessivas, que traduzem sem dúvida um processo cumulativo e quantitativo... (BONAVIDES, 2006), com o passar o tempo esta nomenclatura foi refutado por poder ser interpretada de forma errônea de que uma geração sucede a outra por este motivo foi criado o termo dimensão dos Direitos Fundamentais.

Um dos defensores desta outra nomenclatura é Ingo Sarlet, indicando que a expressão dimensões seria a mais adequada, por trazer a noção de cumulatividade de direitos, passando a ideia de evolução dos direitos e não de sobreposição, tendo por premissa que nenhum direito é mais importante que o outro, sendo somente o momento da constituição destes, neste sentido Sarlet afirma que:

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> [...] a teoria dimensional dos direitos fundamentais não aponta, tão somente, para o caráter cumulativo do processo evolutivo e para a natureza complementar de todos os direitos fundamentais, mas afirma, para, além disso, sua unidade e indivisibilidade no contexto do direito constitucional interno [...] (SARLET, 2008).

O momento histórico que ele foi qualifica em 1ª, 2ª ou 3ª Geração ou Dimensão, representa a evolução destas garantias, sendo os de 1ª dimensão ou Geração envolve os direitos de liberdade/negativos, 2ª Dimensão ou Geração são os de Igualdade/concretistas, já a 3ª Dimensão ou Geração são os direitos de fraternidade/difusos. Ambos os termos são considerados corretos e aceitos, porém, atualmente o termo "Dimensão" está sendo mais utilizados pelos doutrinadores.

No diapasão desta evolução, existem correntes que defendem a 4ª, 5ª e até 6º há quem fale até em 7ª Geração ou Dimensão, porém, estas ainda são controversas e não estão bem definidas e pacificadas no âmbito doutrinário.

Os Direitos de 4ª Geração ou Dimensão não está bem delimitado para a doutrina, que aponta rumos diferentes para esta geração ou dimensão de direitos. Noberto Bobbio (1992) defende que os direitos relacionados a esta Geração ou Dimensão estão ligados à engenharia genética, sendo objeto a pesquisa com células tronco, os alimentos transgênicos etc.

Marcelo Novelino (2008) defende que este direito está ligado à informação (direito ao acesso), a democracia, com interdependência das nações, causado o fenômeno da globalização política, sendo assim, todo Estado por mais que tenha sua autonomia e gestão própria sofre influência das decisões de outros Estados.

> Os direitos fundamentais de quarta dimensão compendiam o futuro da cidadania e correspondem à derradeira fase da institucionalização do Estado social sendo imprescindíveis para a realização e legitimidade da globalização política.

A 5ª Geração ou Dimensão, segundo Paulo Bonavides, diz que este direito é inerente a Paz. A ideia foi defendida no VII Simpósio Nacional de Direito Constitucional realizado no ano de 2006 em Curitiba/PR. Em nossa Carta Magna há esta previsão expressa no Artigo 4º, IV, onde estabelece que um dos princípios internacionais garantido pela República Federativa do Brasil é a Defesa da Paz.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Lenza defendem que o direito a paz está gravado nos direitos de fraternidade, que foram enquadrados como direitos de terceira dimensão, porém, atualmente esta classificação estaria incompleta, sendo necessário enfatizar o direito paz, com a sua reclassificação, pois a falta deste acarretam outras percas de direitos. Vale ressaltar que o direito a Paz está gravado em nossa carta magna no Art. 6º IV.

Quem defende a existência da 6ª dimensão diz que os direitos atrelados são da democracia, liberdade de informações e ao pluralismo político, outra parcela defende que está ligado ao direito a busca pela felicidade e há quem defendo que o direito ligado a esta dimensão diz respeito ao acesso a água potável. A Constituição Federativa do Brasil, em seu art. 1º, V vem tratar diretamente da garantia do pluralismo político em nosso ordenamento maior, garantindo a participação popular por meio direto e indireto nas decisões políticas do Estado, já o direito a água potável está previsto nos artigos 20, III e 26, I da CF.

Há quem ventile a 7ª Dimensão como sendo o Direito à impunidade, esta corrente considerar que a insuficiência do sistema de defesa, a morosidade na prestação jurisdicional, a fragilidade legislativa, com fortes críticas ao garantismo processual, aos institutos despenalizastes e as penas brandas reforçam o cometimento de ilícitos.

Tal corrente traz uma carga crítica as demais dimensões dos Direitos Humano, sendo incompatível com o Estado Democrático de Direito, assevera ainda que as três primeiras dimensões: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, o que as demais seria preciosismo doutrinário, por estes motivos, como uma forma de criticar o que foi intitulado de “preciosismo doutrinário”.

Podemos inferir que só está pacificado entre os doutrinadores as ideias das três primeiras gerações, não se podendo afirmar com clareza sobre as demais dimensões, apenas que eles existem e exceção das garantias fundamentais.

Por mais que em nosso íntimo temos a noção de que direitos e garantias fundamentais sejam um único termo, tendo sentido sinônimos, nos cabe salientar que quando falamos em garantias fundamentais estamos nos referindo as ferramentas criadas para assegurar os direitos constitucionalmente tutelados. Então, enquanto o direito fundamental é o bem a ser protegido, a garantia é modo como este direito será assegurado.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Sendo assim, caso o ordenamento jurídico não seja respeitado, a Constituição Federal, prevê em seu corpo os mecanismos coercitivos para serem cumpridos os mandamentos nela previstos, o chamado sistema de freio e contrapeso, que busca resguardar os direitos em face do abuso de poder, seja ele estatal ou particular.

Os meios constitucionais são utilizados para assegurar os direitos, também denominados de remédios constitucionais: A Ação popular, Habeas Corpus, Habeas datas, Mandado de Segurança (individual e coletivo) e o mandado de injunção.

Como todo instrumento, cada um desses remédios constitucionais, tem sua função específica e particularidades, atacando a "enfermidade" específica, sendo assim, cada um destes instituto serve para atuar em determinada situação, estas previsões são classificadas como norma de eficácia contida, devendo ser regulamenta por lei.

CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Direitos fundamentais são todos os direitos que garantem os direitos individuais e coletivos, com previsão no direito interna nacional, em nosso caso a previsão expressa está contida no título II (**DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS)**, nos capítulos II e III, sendo respectivamente os artigos 5° (DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS) e 6° (DOS DIREITOS SOCIAIS).

Observamos que ao indicar os artigos, em momento algum a Constituição restringiu os direitos fundamentais aos referidos artigos, apenas, por questão geográfica, os trouxe de forma expressa, podemos encontrar outras previsões de direitos fundamentais espalhados pela Carta Magna de 1988, sejam de forma explícita ou implícita.

Considerando que nossa Carta Maior é considerada prolixa vamos nos ater aos aspectos mais sensíveis à temática exposta, como ponto de partida analisaremos o artigo 5ª da CF/88, enumera alguns direitos fundamentais, vejamos:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a **inviolabilidade do direito à vida, à liberdade**, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O Caput do art. Supracitado vem tratando de igualdade e garante aos brasileiros e estrangeiros residentes no País alguns direitos, porém, a doutrina tratou de interpretar de modo extensivo o alcance desses direitos, adotando o entendimento de que estes direitos são extensivos a todos que estiverem em solo nacional, inclusive as previsões de extensão territorial.

Direito à vida*:* Não apenas o direito de permanecer vivo, mas também de viver com dignidade; **Direito à liberdade***:* versa sobra a liberdade de locomoção, a liberdade de consciência e opinião; **Direito à igualdade***:* mandamento que orienta a tratar os iguais como iguais e os desiguais como desiguais, neste sentido, o que se busca é a igualdade material, e não a igualdade formal, portanto o entendimento atual, é que poderá haver políticas discriminatórias, desde que busque a dita igualdade material, denominadas de políticas afirmativas; **Direito à segurança***:* podemos extrair dois entendimentos, o primeiro é sobre a proteção ao patrimônio material e também imaterial, o segundo é sobre a proteção aos abusos estatal, e neste ponto, entendemos a importância deste aspecto aos direitos do custodiados; **Direito à propriedade**: Todos têm direito à propriedade, devendo atender a função social

Como já mencionado, nenhum direito é absoluto, todos, absolutamente todos podem ser restringíveis, porém, mesmo que cerceáveis, não podem ser feitos ao bel prazer da administração pública, seja em que esfera for. Os direitos devem ser ponderados ao caso concreto, para efeitos ilustrativos, nem mesmo o direito à vida e a liberdade, que não inerentes ao ser humano são absolutos, há previsão constitucional para ambos os casos (XLVI, a. e XLVII, a.)

Consagrando o princípio da legalidade o inciso II versa que: ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;", sendo complementado pelo princípio do devido processo legal, previsto no inciso LIV – "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal", ou seja, deverá ocorrer o processo legislativo para a criação da lei, esta criará o ordenamento que deverá ser obedecida.

Como princípios correlatos, o inciso XXXIX, nos traz a noção do princípio da anterioridade da norma penal, que está intimamente ligado ao princípio da legalidade

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

assim nos ensinando: “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”.

A Constituição esculpe no inciso LXIII, a previsão ligadas ao momento da prisão – “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;” Neste artigo podemos visualizar várias garantias, entre elas o da não auto incriminação, os assistenciais e da garantia da defesa técnica.

Em questões com previsão constitucional, apenas outra previsão constitucional pode exceptuar a regra, como a prevista ao princípio da anterioridade, esta exceção prevista no inciso XL “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”, sendo assim, quando a lei inovar e essa alteração for de ordem material e trouxer benefício ao réu, mesmo que este já tenha seu processo findado, com sentença irrecorrível, esta nova lei, mais benéfica poderá atingir e, inclusive, ter sua pena atenuada ou até mesmo extinta.

Nossa CF em seu Art. 5º não se limitou a vedar a tortura e o tratamento desumano ou degradante, previsto no inciso III, ela reforça os mandamentos, no inciso XLVII e ainda prevê no inciso XLVI as penas admitidas em nosso ordenamentos infraconstitucional, colecionamos o texto constitucional:

> XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:
>
> a) privação ou restrição da liberdade;
>
> b) perda de bens;
>
> c) multa;
>
> d) prestação social alternativa;
>
> e) suspensão ou interdição de direitos;
>
> XLVII - não haverá penas:
>
> a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
>
> b) de caráter perpétuo;
>
> c) de trabalhos forçados;
>
> d) de banimento;
>
> e) cruéis;

No inciso VII do Art. 5º, o tema tratado é a liberdade religiosa, garantindo a quem encontra-se em restrição de liberdade o direito a exercer suas crenças, destacamos que o

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Estado Brasileiro não adotou religião oficial, sendo o Estado laico, todos devem ter suas crenças asseguradas, cristã, protestante ou pagã. Versando desta forma: *"é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva".*

Outro tema muito relevante ao tratar do cárcere, é o trabalho, as pessoas privadas de sua liberdade têm direito ao trabalho, tanto o preso com condenação definitiva quanto o preso provisório, sendo vedado ao preso provisório o trabalho externo pelas razões que fundamentaram sua custódia, as qualificação e aptidão técnica do segregado devem ser levadas em consideração no momento de alocar nas atividades laborais.

Temos em destaque que o preso com sentença transitada em julgado, além de direito, passa a ser uma obrigação, sendo considerado como mais um instrumento de ressocialização e isto não caracteriza trabalho forçado, sendo a LEP a regulamentadora deste tema, quando nos referimos ao sistema prisional, vejamos o texto constitucional:

> XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

O Estado, como forma de políticas públicas adotou o sistema de remissão de pena, como forma de valorizar o trabalho, onde prevê que a cada 3 dias trabalhados o custodiado tem direito ao abatimento (remido) de um dia de sua pena total.

Comprovando o caráter garantista de nossa CF/88, assegurou o direito a petição, onde o sujeito privado de liberdade, de próprio punho ou representado, pode solicitar à administração penitenciária informações, desde que esta não comprometa a segurança, a ordem, as pessoas, o cumprimento da pena e até mesmo informações sobre o estabelecimento carcerário.

> XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:
>
> a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
>
> b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

Não por acaso, o constituinte, no inciso seguinte previu o princípio da inafastabilidade jurisdicional, que teve origem no direito inglês, para combater qualquer tipo de abuso, por parte da administração, o interessado que vê seus direitos ameaçados, poderá requerer ao judiciário providências para sessar o abuso ou ameaça de lesão, como

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

versa o inciso XXXV: *"a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".*

No inciso XLV a CF fez menção ao princípio da intranscendência da pena, significa dizer que a ação penal e seus efeitos extrapenais, não pode transcender a pessoa a quem foi imputada a conduta criminosa.

> "nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido".

Quando nos referimos ao direito de herança de alguém que foi condenado à prisão e/ou a reparação dos danos causados, quando aberta a sucessão, o limite que poderá ser restringido é o quanto transmitido ao sucessor em virtude da herança recebida, não caracterizando assim uma pena ao herdeiro, pois o patrimônio atingido seria do condenado e não do herdeiro.

Corroborando com a princípio da individualização da pena o inciso XLVIII versa: *"a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;"* neste sentido a previsão traça parâmetros para a separação de acordo com o perfil biopsicossocial dos presos.

Por mais que a pessoa tenha cometido um crime este não perde o direito de ser considerado humano e deve ter seus direitos resguardados, versando o inciso XLIX*: "é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;"* devendo o Estado zelar por estes.

Em um contexto humanitário foi assegurado o direito a amamentação durante o cárcere no inciso "L", devemos considerar que o direito a amamentação não é um direito garantido a custodiada, mas sim é um direito que assiste a criança, cabendo as leis infraconstitucionais regulamentarem o fato. Vejamos a previsão: *"às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;"*

O inciso LXII traz a previsão de que: *"a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;" o* marco desse inciso se dá pelo contexto histórico de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

elaboração da constituição, pós golpe militar, onde muitas pessoas foram presas e nunca mas foram encontradas.

A possibilidade de o cidadão ter seus direitos defendidos por assistência jurídica técnica também é tema constitucional, previsto no inciso LXXIV *"o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;"* este mandamento comtempla inclusive o preso, uma vez que este ainda é sujeito de direitos, devendo comprovar apenas sua hipossuficiência.

Por fim, houve a previsão do direito de o cidadão ter reparação em virtude de erro judiciais, o inciso LXXV trata do tema d seguinte forma *"o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;",* saliento que trata-se da responsabilidade objetiva do estado.

Ao lermos nossa Constituição Federativa da República do Brasil temos a aparência de que ela por diversas vezes repete a mesma ideia com escritas diferentes, em vários dispositivos, não se trata de preciosismos legislativo, devemos levar em consideração que uma das características da Constituição é a historicidade, e como a constituição de 1988 foi a primeira após o fim de ditadura militar, os constituintes buscaram abranger, senão todas, a maioria dos problemas que houve durante a ditadura.

Com isso, a nossa Carta magna se tornou prolixa e extensa, devemos considerar também que muitos dos constituintes foram perseguidos e tiveram seus direitos tolhidos pelo governo militar, então no momento de sua elaboração atendeu aos anseios da população da época.

Cabe-nos firmar o entendimento de que, mesmo que o cidadão esteja penalmente sido condenada, sua integridade física e moral deve ser preservados, ressalvadas as exceções que a própria CF estabelece, os direitos fundamentais devem ser analisados conforme a situação fática do caso concreto.

REFERÊNCIAS

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; e MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015;

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

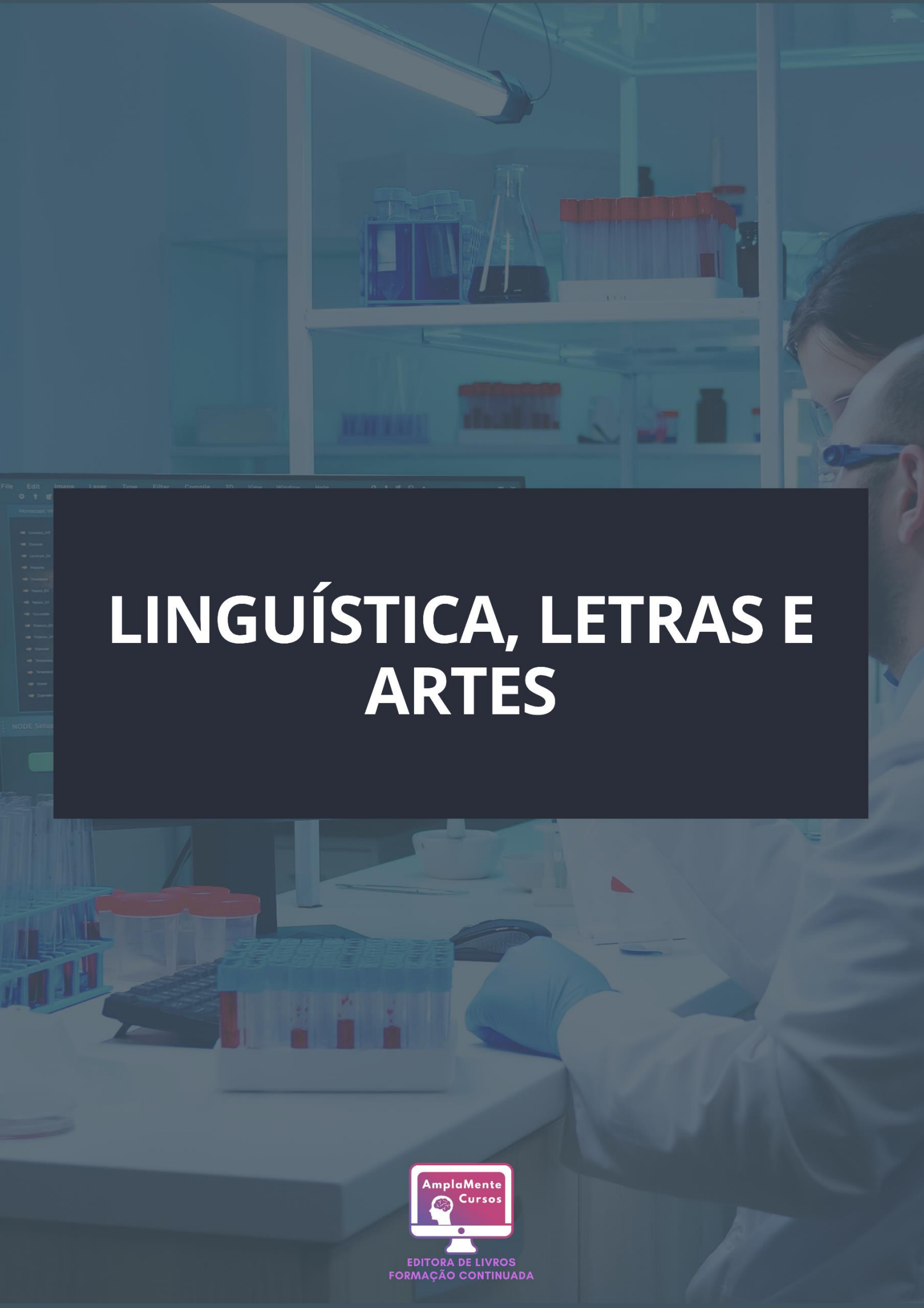
NOVELINO, Marcelo. **Manual de direito constitucional**. 9ª ed. São Paulo: Método, 2014;

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MASSON, Nathalia, **Manual de direito constitucional**. 3ª ed. Salvador: Juspodivm, 2015;

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015;

PEREIRA, Jeferson Botelho. A impunidade dos sociocidas como direito de sétima geração. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 3025, 13 out. 2011. Acesso em: 3 jan. 2022.



LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES

AmplaMente Cursos
EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXX

PROPOSTA PEDAGÓGICA: A MÚSICA E A DRAMATIZAÇÃO NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA ESTADUAL LOBO D´ALMADA, BOA VISTA – RORAIMA

Lorena Cristina Dourado de Souza[83]; Nádia Fernandes Pires Pereira de Almeida[84]; Diane Macedo Esbell Gomes[85].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-30

RESUMO: O tema deste artigo foi Proposta Pedagógica: Música e Dramatização no Ensino da Língua Portuguesa na Escola Estadual Lobo D'Almada, Boa Vista - Roraima, ano 2019. Cujo objetivo foi propor uma estratégia didática para melhorar o aprendizado da gramática em Língua Portuguesa na Escola Estadual Lobo D'Almada, Boa Vista – Roraima, no ano de 2019. A população de estudo foi composta por professores da rede estadual de ensino, e a amostra foi determinada por quatro professores de Língua Portuguesa, uma vez que para os fins desta pesquisa foi necessária a amostra. A metodologia adotada para a pesquisa foi não experimental, descritiva, transversal, qualitativa. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevista com professores de Língua Portuguesa, e o instrumento foi um questionário semiestruturado de questões abertas, seguido da Proposta Pedagógica elaborada pela autora. As principais conclusões foram que para o ensino da gramática a maioria dos professores ainda segue o método tradicional, de forma que os alunos não se sentem motivados para aprender a gramática. No entanto, os professores demonstram interesse em conhecer novas estratégias de ensino da gramática da Língua Portuguesa.

PALAVRA-CHAVE: Língua Portuguesa. Estratégias de Ensino. Proposta Pedagógica.

PEDAGOGICAL PROPOSAL: MUSIC AND DRAMATIZATION IN PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING AT LOBO D´ALMADA STATE SCHOOL, BOA VISTA – RORAIMA

ABSTRACT: The subject of this article was Pedagogical Proposal: Music and Dramatization in Portuguese Language Teaching at Escola Estadual Lobo D´Almada, Boa Vista - Roraima, year 2019. Lobo D'Almada State, Boa Vista – Roraima, in the year 2019. The study population consisted of teachers from the state education network, and the sample was determined by four Portuguese language teachers, since for the purposes of this research it was the required sample. the methodology adopted for the research was non-experimental, descriptive, transversal, qualitative. The field research was carried out through interviews with Portuguese language teachers, and the instrument was a semi-structured questionnaire with open questions, followed by the Pedagogical Proposal

[83] Mestranda do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Ciências da Educação pela Universidade Politécnica e Artística do Paraguai - UPAP. E-mail: lorenadourado73@gmail.com.
[84]Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Politécnica e Artística do Paraguai - UPAP. E-mail: amoracem@yahoo.com
[85] Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Politécnica e Artística do Paraguai - UPAP. E-mail: dianeesbell@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

prepared by the author. The main conclusions were that for the teaching of grammar most teachers still follow the traditional method, so that students do not feel motivated to learn grammar. However, teachers show interest in learning about new strategies for teaching Portuguese grammar.
KEYWORD: Portuguese language; Teaching Strategies; Pedagogical Proposal.

INTRODUÇÃO

A proposta pedagógica estruturada nas legislações vigentes e com concepções que atendem aos alunos e professores, vem a cada ano se superando com a execução de projetos interdisciplinares, os quais culminam com uma aprendizagem significativa e estimulante para o sucesso dos alunos.

O clima escolar contribui para as ações compartilhadas e participativas que envolvem toda a comunidade escolar. A organização diferenciada em relação à organização do funcionamento, em que os alunos trocam de sala e não os professores, tornou-se uma prática de grande relevância de interação entre os alunos, as disciplinas se desenvolvem em salas temáticas.

Se a pessoa não tem um conhecimento adequado da Língua Portuguesa, não poderá compreender corretamente o que lê ou ouviu. Se não aprende, não assimila e, por outro lado, torna-se incapaz de elaborar um pensamento lógico.

Entretanto, tudo o que se fala sobre o ensino da Língua Portuguesa só poderá ser eficaz se as suas intenções forem examinadas e suas metodologias revistos a partir de teorias recentes formuladas e que proveem uma captação mais abrangente do fenômeno linguístico.

Esta pesquisa enfoca o canto e a dramatização como ferramenta didática para o ensino da Língua Portuguesa, ou seja, a utilização desse material, que muitas vezes é considerado apenas como um jogo não didático, o que desvaloriza seu uso.

É possível compreender que, sendo o ser humano sensível à música, a canção pode servir como meio de acesso à língua e à cultura de um país. A partir dos diálogos com os alunos, foi possível compreender a importância da música nesta fase da vida dos adolescentes e que seu uso em sala de aula pode ser benéfico para o aprendizado.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Dessa forma esse ensino assume, nos seus múltiplos aspectos, importância e novas perspectivas; e, na discussão das formas que ele pode assumir, é essencial uma fundamentação científica, abandonando-se a gramática tradicional como centro de ensino.

Normalmente, para o aluno, a gramática é uma das matérias menos atrativas do currículo. Cabe ao professor desconstruir esta ideia e demonstrar a utilidade da gramática. Para isso, é fundamental adequar as estratégias de ensino da gramática aos objetivos e conteúdos a tratar em sala de aula.

Nesse sentido, visa-se propor, neste artigo, algumas formas de ensinar gramática, combinando abordagens e colocando a ênfase no aluno enquanto agente na construção da explicitação do seu conhecimento linguístico.

ENSINANDO A LÍNGUA PORTUGUESA

No ensino de uma língua, é necessário primeiro compreender e compreender as concepções de língua. Portanto, o uso de uma linguagem não pode ser considerado um evento isolado, segundo Antunes (2009) o uso de uma determinada língua, é um ato humano, social, político, histórico, ideológico, que tem consequências, que tem repercussões na vida de todas as pessoas. É um fato pelo qual passa a história de todos, o sentido de tudo.

Tendo em vista que a língua sempre pertence a um grupo social, com significados próprios para quem a utiliza, é imprescindível ter clareza sobre qual concepção de linguagem está sendo adotada, uma vez que dela dependerá o trabalho de ensino-aprendizagem.

Então, o momento de ensino é formado a partir da abordagem da linguagem, conforme citado por Marcuschi (2011):

> Todo problema está no ponto de vista que adotamos para estabelecer esses fenômenos [linguísticos], como construímos as relações entre os indivíduos, o peso que damos a essas relações e como concebemos o papel da língua neste processo (MARCUSCHI, 2011).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Existem várias formas de trabalhar a linguagem como objeto de estudo: no sentido estruturalista, como saussuriano, cognitivista e outros estudos. Outra forma de conceber a linguagem como objeto de estudo é aquela que surge do "pragmatismo", como a linguística do texto, a análise discursiva, a análise da conversação, entre outras.

Assim, segundo este autor, as estruturas linguísticas não são uma parte central do estudo, a linguagem é simplesmente tomada como uma forma de ação. A linguagem é vista não como uma estrutura, mas como uma forma de ação social (MARCUSCHI, 2011).

Outro aspecto importante a se levar em consideração no ensino de língua é a concepção de gramática. Mais amplamente Antunes (2009) afirma:

> Gramática abarca todas as regras de uso de uma língua. Envolve, portanto, desde os padrões de formação de sílabas, de formação de palavras e de suas flexões, até aqueles níveis mais complexos de distribuição e arranjo das unidades para a constituição das frases e dos períodos (ANTUNES, 2009).

Em relação ao ensino da gramática, Perini (2007) apresenta três opções: a primeira, descreve como gramática "prescritiva ou normativa" em que "se procura estabelecer o que é certo e o que é errado na língua"; a segunda indica como a "gramática internalizada", proposta pelos estudos linguísticos da linha cognitiva e gerativista, que consiste em "um sistema de regras, unidades e estruturas que o falante de uma língua tem programado em sua memória e que lhe permite usar sua língua; a terceira e última aborda a "gramática descritiva" está preocupada em registrar para investigação científica "como se fala realmente, retratando e sistematizando os fatos da língua".

Embora a concepção de linguagem seja ampla e amplamente discutida por autores como Geraldi (2006), Travaglia (2005) e vários outros, ela requer atenção especial para não ficar estagnada apenas no meio acadêmico. Embora essa concepção seja contraditória ao que se considera a forma correta de se ensinar a língua, a de ensinar a língua com foco na gramática, na estrutura do texto e na escrita, essa concepção está diretamente relacionada à concepção de que a linguagem é apenas um instrumento de comunicação.

Segundo Geraldi (2012) ao ver a língua como código (conjunto de signos que se combinam segundo regras) capaz de transmitir ao receptor certa mensagem. Em livros

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

didáticos, é a concepção confessada nas instruções ao professor, nas introduções, nos títulos, embora em geral seja abandonada nos exercícios gramaticais.

SISTEMA TRADICIONAL VERSUS SISTEMA IDEALIZADO

Embora os estudos sobre a metodologia de ensino de línguas tenham avançado significativamente, ainda existe uma dualidade entre o método tradicional e o ideal. Quanto ao ensino da gramática nas instituições de ensino brasileiras, a metodologia tradicional ainda predomina. Para mudar isso, é necessário dedicar tempo à pesquisa de novas metodologias, para que o professor e os alunos renovem os métodos de ensino-aprendizagem.

Conforme Xavier (2012) para que o aluno reflita, a sala de aula deve ter estas características: experiências dos alunos, reflexões linguísticas a partir do conhecimento prévio do discente, compreensões dos fenômenos linguísticos, práticas de exercícios e produções textuais.

Ainda de acordo com Xavier (2012) nota-se a apresentação de seis etapas para alcançar o conhecimento explícito:

> 1ª – observação do fenômeno: os alunos agrupam enunciados retirados de um contexto conhecido, classificam, observam, apresentam conclusões e determinam quais questões serão exploradas;
>
> 2ª – manipulação dos enunciados e formulação de hipóteses: os alunos examinam como um enunciado reage quando manipulado em termos de sua estrutura e formulam hipóteses a partir dos resultados obtidos;
>
> 3ª – verificação das hipóteses: as hipóteses são testadas com outros dados para serem validadas, ou não, e então tornarem-se regras;
>
> 4ª – formulação de regras e estabelecimento de procedimentos: os alunos formulam as regras com suas próprias palavras e checam o que criaram com o que as gramáticas indicam;
>
> 5ª – prática: aplicar as descobertas a contextos diversificados gerando "automatismos" quanto à resolução de situações-problema;
>
> 6ª – avaliação/reinvestimento dos conhecimentos: transferência dos novos conhecimentos nas atividades de leitura, escrita e oralidade.

Para que qualquer metodologia funcione, necessariamente, deve haver uma relação entre o fenômeno estudado e a produção textual. Em geral, as concepções apresentadas pelos materiais didáticos para o ensino da gramática são incompletas ou desatualizadas. Um ensino que costuma focar nas regras, depois nas explicações e nos

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

exercícios seguidos, permite ao aluno agir sem consciência linguística, razão pela qual Lobato (2014) afirma que:

> (i) A gramática tradicional é uma gramática da frase, que negligencia totalmente a situação de comunicação e apresenta a língua como sendo pura e homogênea;
>
> (ii) O modelo estrutural representa um passo adiante na descrição gramatical em relação ao modelo tradicional: a língua deixa de ser considerada como pura e homogênea, para ser compreendida como um complexo de variantes. (...) Desse modo, com a exclusão da fala do âmbito da análise, não se leva em consideração o emprego das diversas variantes linguísticas segundo as situações e descreve-se uma variante de língua considerada neutra, homogênea, representativa, comum a todos os membros da comunidade. Continua-se a negligenciar, de modo geral, as unidades superiores à frase, com algumas exceções.
>
> (iii) O modelo gerativo também tem a característica de ser um modelo da frase, não levando em conta nem o emprego dessas mesmas frases em situações de comunicação apropriadas nem o fato de a língua não ser uma e de comportar variações de diversos tipos.

Sobre as contribuições da linguística para o ensino da gramática, nota-se a importância de formar professores com uma perspectiva não julgadora da língua. Seguindo este contexto, Lobato (2014) descreve que é um ponto pacífico que um dos legados da linguística de grande utilidade para o contexto escolar é a visão não-preconceituosa sobre línguas e variedades de línguas. Esse foi um legado da linguística estrutural que se consolidou com os desenvolvimentos subsequentes da linguística, sobretudo a sociolinguística variacionista.

Essa visão não-preconceituosa derivou naturalmente da perspectiva da língua como estrutura, daí que o caráter não-normativo da linguística se opôs frontalmente à atitude de preconceito linguístico que existia até então. Exemplos de preconceito linguístico são o conceito de língua primitiva (a ideia de que há povos de cultura dita ‘primitiva’ correspondem línguas igualmente ‘primitivas’), a valoração de certas variedades de língua ou registros de língua em detrimento de outras variedades e registros, e assim por diante.

Deixando transparecer que ninguém nos dias de hoje contestaria que o estudante que vai ser professor de ensino básico deve receber uma formação que o torne isento de preconceitos ou, pelo menos, o sensibilize contra preconceitos linguísticos e o norteie

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

para saber como reagir diante de situações de variação dialetal dentro de sua sala de aula (LOBATO, 2014).

O ensino tradicional da gramática leva em consideração as mudanças no uso da língua, porém não contempla a reflexão linguística. Considera o aluno como um material inexplorado, pronto para ser preenchido por um conhecimento baseado em um padrão de normas.

METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM

O objetivo das metodologias ativas é ajudar os alunos a se reconhecerem como pessoas capazes de resolver exercícios de linguagem, tanto que consigam superar as dificuldades propostas e passar da descrição à reflexão e atingir a autoestima gramatical, além de motivá-los. De fato, a autonomia para a construção do próprio conhecimento os torna responsáveis pelo seu desempenho escolar, gerando neles confiança em suas habilidades cognitivas (TOLEDO, 2019).

Uma vez encontrados os desafios para o alcance da aprendizagem, este se torna um trabalho árduo para o professor e para o aluno, é quando se torna necessário utilizar um dos métodos que irão auxiliar os alunos a refletir sobre o processo ensino-aprendizagem. É por isso que o ensino da gramática deve ser visto como uma tarefa que visa o aprendizado.

Toledo (2019) trazem em seus textos de estudos que o ato de aprender, para muitos alunos, pode ser uma verdadeira tortura diante dos obstáculos encontrados no meio do caminho. Os motivos são os mais variados possíveis, mas a não compreensão da própria dificuldade ao aprendizado é o que já foi mencionado na literatura científica de ignorância secundária.

Segundo a teoria gerativista, a gramática é a base sobre a qual a linguagem se desenvolve, ou seja, é uma condição que o indivíduo possui, que lhe dá a estrutura dentro da qual a linguagem se desenvolve. A partir do momento em que o professor percebe que seu aluno possui conhecimentos prévios, uma gramática universal, que permite refletir sobre as estruturas da língua, analisa-se a razão de conceber uma gramática estática, que

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

não permite a reflexão. Isso leva a entender que a metodologia tradicional está desatualizada e não contempla a realidade do aluno ou do professor.

Hoje é possível verificar nas aulas, tal como vimos no passado, o ensino de um português arcaico, que se preocupa apenas com as regras e regulamentos e não com o seu uso ou reflexão. As metodologias que aceitam as propostas de Lobato, ou seja, que propõem uma gramática dinâmica, são mais eficientes, pois motivam os alunos a aprender a gramática. Criando a consciência linguística através da metacognição, por isso é importante levar em consideração aspectos da variação linguística, com os quais se pode verificar que a língua não é estática, mas, pelo contrário, está em processo de mudança, o que ela precisa novas formas de ensino (TOLEDO, 2019).

Conforme Lobato (2014) propõe uma remodelação no ensino de línguas, para alcançar uma aprendizagem ativa, com base em:

> (i) procedimento de descoberta: em que o aluno descobre os novos processos analisando a língua;
>
> (ii) metodologia de eliciação: em que o professor conduz essa descoberta e direciona o aluno a chegar a suas conclusões; e
>
> (iii) técnica de resultados: que consiste na relação entre a forma e o conteúdo, ou seja, uma alteração na forma implica alteração no sentido.

Com tudo isso, pode-se afirmar que a metodologia tradicional não é a mais correta para ensinar gramática; pois considera o aluno como um ser estático; entretanto, as metodologias ativas consideram o aluno como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem. Capaz de refletir sobre as formas linguísticas, que podem manipular os recursos gramaticais, e ao mesmo tempo é tolerante com as variações da língua.

O ensino da gramática deve incluir metodologias capazes de dar sentido e utilidade aos conteúdos desenvolvidos, uma vez que os alunos já percebem a lacuna entre as normas gramaticais e a sua aplicabilidade no dia-a-dia da língua (PILATI, 2014).

Desta forma, Pilati (2014) afirma que:

> Desconsiderar as reflexões gramaticais inviabiliza um aspecto crucial para o desenvolvimento da análise e produção textual, que é a reflexão gramatical. É por meio do manejo das estruturas gramaticais da língua que o produtor de textos irá expressar suas ideias, organizar argumentações, escolher formas de expressar pensamentos. Quando dispensamos as aulas de gramática, por exemplo, perdemos a oportunidade de apresentar aos nossos alunos a

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> ferramenta crucial para a leitura e produção autônomas e críticas – a reflexão gramatical.

Ou seja, o objetivo principal do ensino da gramática é que o aluno tenha uma consciência linguística e, para isso, são necessários métodos inovadores e não aulas sem vida; em que os alunos só precisam resolver exercícios. Pois bem, estes não são eficazes e apenas destacam a distância entre o dia a dia e a escola, uma vez que saem sem saber a própria língua.

MÚSICA E LINGUAGEM

A linguagem e a música são duas formas de comunicação. A fala produzida contém um sentido, porém é por meio do som que a mensagem é transmitida. Em várias culturas, existem diferentes situações em que a comunicação é estabelecida através da música. Ou seja, uma cultura não pode ser concebida sem música, a interação da pessoa com a música é inevitável, seja para criar ou para se beneficiar dela. Por isso, a música é muito importante para a vida humana (PATEL, 2008).

A música como linguagem está presente na sociedade por meio de grupos sociais de diferentes formas. Este é um elemento presente no dia a dia das pessoas, geralmente ao longo do seu percurso de vida. É possível tomar como exemplo a sociedade, a forma como ouvem música, o que diferencia os grupos indígenas dos grupos populares, uma vez que utilizam a música de várias formas (SANTOS et al., 2013).

Levando em consideração o que afirma Nogueira, (2003), assim como a música é capaz de possibilitar vários estímulos no indivíduo, devido ao seu caráter relaxante, facilita a absorção de informações, ou seja, facilita o aprendizado. Losavov, um cientista búlgaro, conduziu uma investigação na qual observou grupos de crianças em idade escolar, em situação de aprendizagem. A música clássica foi imposta a um deles durante as aulas. O resultado foi muito favorável para o grupo que ouvia música clássica.

INFLUÊNCIA DA MÚSICA NA APRENDIZAGEM

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A inserção da música no contexto escolar visa facilitar a aprendizagem e estimular a aceitação do aluno de si mesmo e dos outros, como a socialização. A música ajuda a escola a ser mais alegre e promove o aprendizado. Segundo Tardif (2011) o professor ao compreender que seu trabalho é baseado em emoções, afetos e não apenas na capacidade intelectual do aluno, mas além de perceber e sentir suas emoções, medos, alegrias, tristezas, constrói uma relação afetiva, dando apoio à prática pedagógica relacionada ao ensino-aprendizagem da música.

De acordo com os PCNs: "[...] as oportunidades de aprendizagem de arte, dentro e fora da escola, mobilizam a expressão e a comunicação pessoal e ampliam a formação do estudante como cidadão, principalmente por intensificar as relações dos indivíduos tanto com seu mundo interior como com o exterior" (BRASIL, 1988).

É importante também compreender que o objetivo principal da educação em busca da aprendizagem por meio do lúdico ou de metodologias ativas inovadoras, será viável se o professor for capacitado para tal.

Segundo Sobral e Santos (2011) ressaltam que, se o professor tem interesse em fazer combinações, ele pode propor metodologias inovadoras que ajudem os alunos a superar a dificuldade de aprendizagem e a reduzir o alto índice de repetência. A utilização de atividades musicais em sala de aula contribui significativamente para a melhoria do resultado acadêmico dos alunos.

É claro que isso não contempla todo o processo educacional, mas pode ajudar a obter melhores resultados para os professores que buscam mudanças, uma vez que essas atividades são mediadoras do progresso e ajudam a tornar a sala de aula um espaço agradável e favorável para a aprendizagem.

Segundo Ongaro *et al*. (2006), a música desenvolve o raciocínio, a criatividade e a socialização, tornando-se indispensável no contexto escolar. A expressão musical desempenha importante papel na vida recreativa de toda criança, ao mesmo tempo em que desenvolve sua criatividade, promove autodisciplina e desperta a consciência rítmica e estética. A música também cria um terreno favorável para a imaginação quando desperta as faculdades criadoras de cada um. A educação pela música proporciona uma educação profunda e total.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

MÚSICA E SUAS FUNÇÕES NO ENSINO

Desde o início, a música teve uma função reflexiva, contemplativa e artística. A música dá sensação de emoções, memórias, ilumina a memória e aumenta o raciocínio lógico. Loureiro (2003) afirma que: "é cada vez mais usada para alfabetizar, resgatar a cultura e ajudar na construção do conhecimento de crianças carentes. Projetos que envolvem a música na integração social se espalham por todo país e são exemplos de sucesso" (LOUREIRO, 2003).

Segundo Ongaro *et al*. (2006) Na vida do ser humano, a música é importante, real e concreta, pois contribui significativamente para o bem-estar das pessoas. Assim, na escola, a música visa auxiliar e facilitar a prática pedagógica, uma vez que forma no aluno o hábito de ouvir e ouvir ativamente e refletir sobre ela.

Por isso, o uso da música nas atividades de aula, seja para a disciplina de Língua Portuguesa ou outras disciplinas, é importante e útil, pois auxilia na prática pedagógica de alunos de qualquer idade e série.

Conforme diz Radespiel, (1990), é fundamental analisar a relação entre música e prática pedagógica, uma vez que influenciam na motivação e na atitude perante a aprendizagem. Dessa forma, o objetivo da música como instrumento pedagógico é auxiliar na formação e no desenvolvimento da personalidade da pessoa, além de ampliar a diversidade da linguagem de forma a permitir a descoberta de novas formas de aprender, abrindo o aluno para uma amplitude de formas de conhecer, interpretar e sentir.

Além disso, este autor afirma que a música como elemento pedagógico, ajuda a combater a agressividade, a canalizar o excesso de energia e desenvolve o espírito de iniciativa, o desenvolvimento da inteligência e da motricidade, da mesma forma que serve como entretenimento (RADESPIEL, 1990).

MÚSICA COMO RECURSO DE ENSINO

Como já mencionado a música contribui significativamente para o desenvolvimento do ser humano desde a sua concepção. De acordo Hohmann e Weikart (2011):

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

> "(...) a música é um importante aspecto da infância precoce, pelo facto de as crianças mais novas estarem tão abertas a ouvir música, e a moverem-se ao seu som. A música torna-se mesmo uma outra linguagem, através da qual os jovens fazedores de música aprendem coisas sobre si mesmos e sobre os outros. A música insere as crianças na sua própria cultura e ritmos comunitários […] igualmente importante é o facto de a música transmitir emoções, sublinhar experiências e marcar ocasiões pessoais e históricas […] O desenvolvimento musical das crianças e sua capacidade de comunicarem através da música floresce em culturas e contextos em que os membros da comunidade valoriza e aprecia a música" (HOHMANN; WEIKART, 2011).

Quando o professor usa a música como recurso didático, ele mesmo entusiasma o aluno para aprender a língua. De fato, a forma lúdica, sensorial e corporal dos alunos é conduzida por meio de imagens mentais, desenvolvendo a oralidade, desta forma, ao cantar, o aluno aprende ritmo, respiração e dicção.

Com a música é possível ensinar os números, reconhecer o ambiente que a rodeia, os meses do ano, o tempo entre outros e claro desenvolver a oralidade. Sousa (1999, p. 19) refere que "a música desperta a curiosidade do aluno, que por sua vez amplia os seus conhecimentos e aprimora o desejo pela leitura e pelo saber".

Nicolau e Dias (2003) manifestam que o objetivo principal da música é desenvolver a audição, o que leva ao desenvolvimento rítmico e à prática sonora. Assim os autores, Nicolau e Dias (2003) afirmam:

> Aprender a ouvir diante da música equivale, em primeiro lugar, a desenvolver a atenção auditiva e a ampliar a habilidade de concentração e memória. Diante da "escuta inteligente", a criança começa a notar todas as formas da música: ritmo, melodia, textura, forma, texto, estilo (entre outros), e estará guardando dados essenciais para seu aprendizado futuro (NICOLAU; DIAS, p. 79).

Além disso, a música tem outra vantagem, que pode ser usada para cantarolar, canções de roda, que estão ligadas à poesia e à música. Assim, é possível afirmar, após a leitura de todos esses autores, que a música como estratégia pedagógica traz muitas vantagens para o aluno e facilita a motivação do professor para o processo ensino-aprendizagem.

DISCUSSÕES E RESULTADOS SOBRE ADOÇÃO DA MÚSICA E DA DRAMATIZAÇÃO NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Ao se referir à metodologia mais utilizada pelos professores, o resultado é que é a tradicional, embora os professores estejam cientes de que uma metodologia única não é possível, pois os alunos se entediam muito rapidamente quando a aula é apenas teórica e mais ainda, se o que deve ser aprendido são regras e normas.

De acordo com isso temos que Lobato (2014) assinala que:

> (i) A gramática tradicional é uma gramática da frase, que negligencia totalmente a situação de comunicação e apresenta a língua como sendo pura e homogênea;
>
> (ii) O modelo estrutural representa um passo adiante na descrição gramatical em relação ao modelo tradicional: a língua deixa de ser considerada como pura e homogênea, para ser compreendida como um complexo de variantes.

Desse modo, com a exclusão da fala do âmbito da análise, não se leva em consideração o emprego das diversas variantes linguísticas segundo as situações e descreve-se uma variante de língua considerada neutra, homogênea, representativa, comum a todos os membros da comunidade.

Além disso, os alunos não se interessam pelas aulas de gramática, pois são muito chatas, sem motivação, e isso eu concordo com Travaglia (2005) quem afirma que “os alunos não têm interesse em aprender gramática, pois ela possui muitas regras conceituais sem significado para o uso diário na interação entre as pessoas, de forma que essa disciplina torna-se difícil e sem importância para o aluno”.

Em relação à formação recebida pelos professores, afirmam que a recebem, embora difiram quanto à frequência, visto que a maior parte das sessões de formação se repetem, ou seja, o mesmo tema é sempre, não se abordado nada específico, referente às metodologias do ensino, principalmente de gramática, que é a parte mais difícil de chegar ao aluno, na qual há muitos fatores como tempo reduzido, faltas às aulas, desinteresse do aluno, notas muito baixas no desempenho acadêmico, o que desestimula para o professor.

Embora os professores não levem em conta que a música é eficaz e contribui muito para a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno desde a sua concepção, alguns professores dizem que sim, que pode ser útil, outros dizem que não.

No entanto, autores como Hohmann e Weikart (2011) afirmam que quando o professor usa a música como recurso didático, ele mesmo entusiasma o aluno para

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

aprender a língua. De fato, a forma lúdica, sensorial e corporal dos alunos é conduzida por meio de imagens mentais, desenvolvendo a oralidade, desta forma, ao cantar, o aluno aprende ritmo, respiração e dicção.

Levando em consideração a questão que analisa a possibilidade de aprender novas estratégias para ensinar gramática, sem que seja tão chato; a maioria diz que sim. Esse fenômeno se deve ao fato dos professores ficarem muito decepcionados com as avaliações dos alunos e por estarem sempre desmotivados e querem reverter isso.

Com isso em mente, Pilati (2014) afirma que:

> O ensino de gramática, da forma como vem sendo praticado, não tem contribuído nem para a compreensão dos fenômenos gramaticais nem para a formação de cidadãos confiantes em seu saber gramatical tácito e em sua capacidade de expressão linguística. Por isso, é necessário criar alternativas às formas tradicionais de levar a língua portuguesa às escolas brasileiras.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa, estabelecem que a língua se realiza num processo de diálogo através das práticas sociais dos indivíduos em vários momentos e através da interação com vários grupos. A língua é um sistema de signos históricos e sociais que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas (TRAVAGLIA, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que, particularmente, ser professor, na atualidade, não é tarefa fácil, entretanto não é difícil, pois possui os seus encantamentos e seus desafios. O maior segredo é trabalhar com prazer, amando o que se faz, pois o que gostamos de fazer, sempre fazemos bem. Só é bem-sucedido aquele que faz o que gosta.

Quanto ao diagnóstico do estado atual do ensino da aprendizagem da gramática na Escola Estadual Lobo D'Almada, Boa Vista – Roraima, temos que os professores afirmam que os alunos não têm motivação para aprender a gramática, pois as aulas são chatas, pois existem muitas regras e normas para aprender e não são úteis para a vida real.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Para o propósito de fundamentar teórica e metodologicamente a estratégia didática para melhorar o aprendizado da gramática no ensino da Língua Portuguesa, com esta pesquisa, evidencia-se que os professores geralmente desenvolvem suas aulas da forma tradicional, porém estão mais abertos a novas propostas de trabalho. Todos os professores afirmam que recebem formação para inovar o ensino, mas que para alguns já é difícil mudar para algo novo, porque já estão na reta final da carreira de professores; e em geral os treinamentos são muito repetitivos em termos de estratégias de ensino

Propor estratégias didáticas para melhorar a aprendizagem da gramática no ensino da Língua Portuguesa, com a minha proposta procuro dar uma ideia, e não uma receita para o professor ensinar. Em vez disso, uma ideia que pode ser adaptada à sua realidade e, assim, permitir que os alunos tenham uma aprendizagem significativa, não apenas para o aluno, mas também para o professor.

Pode-se concluir que para o ensino da gramática é necessário e importante levar em consideração a cultura, a reflexão e a convivência social, bem como destacar a importância da língua, na busca de alcançar as habilidades de comunicação necessárias e corretas nas aulas, não só regras ou normas de escrita e fala, sem compreender e aderir à mesma língua, para evitar que num futuro não muito distante este aluno saia para a sociedade sem conhecer a sua própria língua.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. (2009). **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho.** Parábola (ed.).

BONADIO TOLEDO, B. (2019). **Estudo de caso sobre o uso de materiais concretos e metodologias ativas no ensino dos termos da oração.** UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB.

BRASIL. (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Ensino de quinta à oitava séries.** Ministério da Educação e do Desporto (ed.).

GERALDI, J. W. (2012). **O texto na sala de aula.** Anglo (ed.); 1ra..

HOHMANN, M., & WEIKART, D. (2011). **Educar a Criança**. F. C. Gulbenkian (ed.); 6ta. ed.

LOBATO, L. M. P. (2014). **Linguística e ensino de línguas**. UnB (ed.).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

LOUREIRO, A. M. A. (2003). **O ensino de música na escola fundamental**. Papirus (ed.).

MARCUSCHI, L. A. (2011). **Tradução Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. Parábola (ed.).

NICOLAU, M. L., & DIAS, M. C. M. (2003). **Oficina de sonho e realidade na formação do educador da infância.** Papirus (ed.); 3 Ed..

NOGUEIRA, M. (2003). **A música e o desenvolvimento da criança.** Revista da UFG, 5(2). www.proec.ufg.br

OLIVEIRA SANTOS, M., MATOS, M. S., SANTOS, I. DA H., SANTOS OLIVEIRA, A., & SOUZA DOS SANTOS, V. (2013). **Discussões e reflexões sobre a presença da música no processo de ensino/aprendizagem: uma análise de produções científicas.** XI Congreso Nacional de Educación, 15752-15763.

ONGARO, C. F., SILVA, C. S., & RICCI, S. M. (2006). **A importância da música na aprendizagem** (UNIMEO/CTESOP (ed.)).

PATEL, A. (2008). **Music, Language, and the Brain**.

PERINI, M. A. (2007). **Princípios de uma linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical.** Parábola (ed.).

PILATI, E. (2014). **"Laboratório de Ensino de Gramática: Questões, Desafios e Perspectivas"**. En Movimento (Ed.), O que a distância revela: reflexões de professores e estudantes do Curso de Letras – EaD-UnB (pp. 48-67).

RADESPIEL, M. (1990). **Alfabetização sem segredos.** Editora Temar (ed.).

SOBRAL, A. C. S. DE, & SANTOS, M. M. DOS. (2011). **A Ludopedagogia como Instrumento Pedagógico: O Papel do Professor nesse Contexto.** V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade".

SOUSA, A. (1999). **Sentido na Produção de texto Crianças em fase de alfabetização - Goiânia**, (FONTE DE FINANCIAMENTO: PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INCENTIVO À DOCÊNCIA – PIBID (ed.)).

TARDIF, M. (2011). **Saberes docentes e formação profissional**. Vozes (ed.); 12 ed.

TRAVAGLIA, L. (1997). **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1° e 2° graus**. Cortez (ed.); 2 ed.

TRAVAGLIA, L. (2005). **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. Cortez (ed.); 10° ed.

XAVIER, L. G. (2012). **"Ensinar Gramática pela Abordagem Ativa de Descoberta". (Ed.**

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXXI

REFLEXÃO DO TEXTO “OS EXCLUÍDOS DO INTERIOR” DE P. BOURDIEU E P. CHAMPAGNE, DO LIVRO “A MISÉRIA DO MUNDO”

Aldo Alves de Melo[86]; Francisca de Fátima Ribeiro[87];
Rogéria Rúbia Lima da Silva[88]; Francisca Maria de Farias Martins[89];
Maria da Conceição dos Santos Leandro[90].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-31

RESUMO: A palavra “miséria” conforme o contexto que esteja sendo empregada poderá designar uma prática em que um indivíduo produz um ato de maldade. Evidentemente é algo visível que sempre existiu e que o mesmo estará sempre em evidência na sociedade. Dessa forma, este trabalho busca apresentar uma reflexão embasada nos pensamentos do Sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) e demais presentes na obra em análise. Trazendo uma abordagem dos diversos contextos que a palavra “miséria” acarreta e de como a mesma contribui para as amarguras sociais, das quais as funções desempenhadas pelo sistema de ensino podem influenciar nas relações humanas e acarretar mais ainda as desigualdades sociais. Sendo então, necessárias as pesquisas para podermos expor estas fragilidades que acometem tanto o ser social e a sua comunidade. Gerando assim, oportunidades de entender os mecanismos e suas engenharias que estão secularmente “adoecendo” povos em suas mais diversas formas interacionais socioculturais.
PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ensino. Sociedade. Miséria.

REFLECTION ON “THE EXCLUDED FROM THE INTERIOR” BY P. BOURDIEU AND P. CHAMPAGNE, FROM THE BOOK "A MISÉRIA DO MUNDO"

ABSTRACT: The word "misery", depending on the context in which it is used, can designate a practice in which an individual produces an act of evil. Obviously it is

86 Graduado em Ciências Biológicas – IFRN. Pós-graduação em: Especialização em Ensino de Ciências Naturais e Matemática; Especialização em Mídias na Educação; Especialização em Metodologia do Ensino de Biologia e Química; Mestrando em Mestrado em Ciências da Educação da Word Ecumenal University. Professor efetivo da Educação Básica. Lattes: https://lattes.cnpq.br/8792926279215740. E-mail: aamel7@gmail.com
87 Graduação em Pedagogia – UFRN. Especialização em Metodologia do Ensino em Educação Básica – FIP. Especialização em Docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais - FAVENI (2021). Especialização em Educação Infantil - FAVENI. Mestrado em Ciências da Educação pela World Ecumenical University. Professora da Educação Básica na cidade de Pendências/RN e Alto do Rodrigues. E-mail: fatinha71ribeiro@gmail.com
88 Graduação em pedagogia – UFRN. Especialização em Educação Ambiental – UERN. Mestranda em Ciências da Educação pela Word Ecumênical University. Professora da Educação Básica na cidade de Macau- RN. E-mail: rogeriarubia@gmail.com
89 Graduação em Letras - UFRN. Especialização em Educação de Jovens e Adultos – UFRN. Graduada em Pedagogia – FAEL. Especialização em Gestão pública – FAEL. Especialização em Neuropsicopedagogia – Faculminas. Mestrando do curso em Ciências da Educação da Word Ecumenal University. Professora aposentada - Prefeitura de Natal. Professora da Rede Estadual - RN. Coordenadora Administrativa e Financeira da 6ª Direc - (Diretoria Regional de Educação e Cultura Macau-RN. E-mail: franmartin@bol.com.br
90 Graduada em Letras – UERN. Pós-Graduação em LIBRAS - ISEP; Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - Faculdade Futura; Ensino de Língua Portuguesa - FAVENI; EJA - Educação de Jovens e Adultos pela Faculdade - FAVENI (2020); Mestranda em Ciências da Educação pelo World Ecumenical University. Professora da Educação Básica no município de Guamaré/RN. E-mail: ceycysantos@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

something visible that has always existed and will always be in evidence in society. Thus, this work seeks to present a reflection from the thought of the sociologist Pierre Bourdieu (1930-2002) and others present in the work under analysis. Tracing an approach in two different contexts that the word "misery" implies and how it contributes to social resentment, since the functions performed by the educational system can influence human relations and lead to even more social inequalities. Therefore, research is necessary in order to expose these weaknesses that affect both the social being and its community. Thus generating opportunities to understand the mechanisms and their engineering that have been "growing" secularly in their most diverse forms of sociocultural interaction.
KEYWORDS: Education. Education. Society. Poverty.

INTRODUÇÃO

O título do livro, "A Miséria do Mundo" é uma coletânea de entrevistas coordenadas pelo professor de Sociologia Pierre Bourdieu. É uma obra que apresenta um recorte panorâmico das mazelas que assolam o mundo, destacando as condições da contemporaneidade da miséria social. A seguinte obra enfatiza na sua titulação o vocábulo "miséria", termo que remete a diversos significados, dentre os quais apresentamos, mendicância, lástima, estado de penúria, mesquinharia ou avareza.

Podemos ainda mencionar que a palavra "miséria" conforme o contexto que esteja sendo empregada poderá designar uma prática em que um indivíduo produz um ato de maldade, assim como também uma diminutiva de determinada porção de alguma coisa, uma migalha, tomamos como exemplo, "Os operários recebem uma miséria" (DEBIASI, 2020).

Ressaltando-se que o significado do termo mencionado é amplo e que também pode ser usado para demonstrar uma desgraça, uma consternação intensa, assim como acepções de fraquezas ou imperfeições humanas.

O autor Miguel Debiasi (2020), explica que no contexto figurado "uma miséria" define-se como algo medíocre, algo sem importância, mas partindo na visão desse raciocínio destacamos a miséria como um dos principais fatores que levam à desigualdade social, expressão que resulta para o favorecimento ao crescimento das mazelas presentes na sociedade.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Tal definição aborda aspectos de como o próprio indivíduo e as demais pessoas vivem inclusos em uma determinada nação, mostrando a forma como os mesmos são divididos por diversas classes sociais, as lacunas existentes entre eles que refletem também nos setores econômicos, educacionais, profissionais ou até mesmo nas próprias oportunidades.

Nota-se, predominantemente que, a coletânea em foco, dividida em seis blocos aponta a "miséria" como uma grande exclusão social presente no âmbito social desde os primórdios da civilização, delimitando as exclusões explícitas assim como as mais invisíveis na maioria das vezes despercebidas por parte de alguns.

Evidentemente é algo visível que sempre existiu e que o mesmo estará sempre em evidência na sociedade. Dessa forma, este trabalho busca apresentar uma reflexão embasada nos pensamentos do Sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) e demais presentes na obra em análise.

Trazendo uma abordagem dos diversos contextos que a palavra "miséria" acarreta e de como a mesma contribui para as amarguras sociais, das quais as funções desempenhadas pelo sistema de ensino podem influenciar nas relações humanas e acarretar mais ainda as desigualdades sociais.

Sendo então, necessárias as pesquisas para podermos expor estas fragilidades que acometem tanto o ser social quanto a sua comunidade. Gerando assim, oportunidades de entender os mecanismos e suas engenharias que estão secularmente "adoecendo" povos em suas mais diversas formas interacionais socioculturais.

FUNÇÕES DO SISTEMA DE ENSINO

A educação sempre esteve presente no seio das mais diversas comunidades existentes, com os anciões contanto seus aprendizados e conhecimento adquiridos aos mais jovens, sem a utilização de um determinado local ou organização estabelecida. Era natural e contínuo, formando cada vez mais uma integração social entre os seus cidadãos.

Somente depois do século XVII que tivemos as Escolas se elevaram institucionalmente, como vemos contemporaneamente.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Hoje, as instituições de ensino, com sua essência democrática, buscam estar receptivas para o acesso de todos, mas é percebida como uma das que lavam as mãos em relação quando há um baque no desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem e culpam seus núcleos familiares (COIMBRA, 1989).

A autora, Coimbra (1989, p. 14-16) descreve que “a instituição escolar passa a ser a peça fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo". Consideram a Escola como Aparelho Ideológico de Estado, pois é o instrumento número um da burguesia, visto difundir a sua visão de mundo e de vida”. Reforçando que os núcleos familiares e as mídias informacionais complementam tudo isto exposto, sobre a função do sistema de ensino.

No “Os excluídos do interior”, Pierre Bourdieu, Patrick Champagne (2003) descreve e explica o ambiente escolar e dos colégios são percebidos como uma um "continuum". Reforça dizendo que:

> Deste conjunto, percebemos habitualmente só os extremos: por um lado, as escolas precárias, que se multiplicaram apressadamente nos subúrbios cada vez mais pobres, para acolher cada vez mais alunos, cada vez menos preparados culturalmente, sem mais muito a ver com o curso escolar, como fora idealizado nos anos 50; do outro, os colégios selecionados, onde alunos das famílias mais abastadas podem ter uma vida escolar bastante parecida com aquela dos seus pais e avós. Embora seja capaz de juntar, por ocasião de uma passeata de protesto, alunos (e pais) que sofrem dele, o "mal escolar", hoje em dia muito comum, assume formas muito diversificadas: as dificuldades, e até as ansiedades, dos alunos das grandes escolas de Paris diferem, como o dia da noite, daqueles dos alunos de escolas técnicas das periferias dos grandes conjuntos habitacionais (BOURDIER, 2003, p. 481-486).

Chegando até a década de 50, as instituições escolares normatizaram a exclusão acentuada mais ainda dos alunos, hierarquizou em grupos ditos do primeiro e segundo grau. Desta forma, um se tornava mais relevante do que seu antecessor nas camadas sociais (MARCHELLI, 2016). A funcionalidade escolar deixa de ser voltada para uma expectativa democrática e parte para uma segregacionista sociocultural.

As mudanças que ocorreram depois, foram descortinando de que as ascensões nas camadas sociais não eram bastantes somente nos ensinos básicos, mas que o superior é fundamental para haja uma ruptura de acesso e que a democracia no sistema de ensino realmente aconteça, como também, a permanência dos alunados (GISI, 2006).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Assim, pessoas dos demais setores da sociedade estão cada vez mais em processo de aprendizagem de mais níveis altos, possibilitando um aumento de vozes na gestão, atendimento e entendimento do sistema de ensino. Mas no tocante à inclusão, temos muito ainda excluídos da política nacional de educação especial na perspectiva da educação (PAVÃO, 2019).

Devemos estar atentos, pois, como este autor informa, as exclusões sociais podem estar somente endurecidas ou fragmentadas ao longo de todo o processo. Que não tem ainda garantia de que não tem ou haverá garantias de acesso dos mais desfavorecidos aos cursos superiores.

DESIGUALDADE SOCIAL

De acordo com o último relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo. Mesmo ocupando a 9° posição no ranking dos países com maior Produto Interno Bruto (PIB), no país não há uma distribuição de renda equitativa. As principais causas que geram desigualdade social no mundo são (BEZERRA, 2022): Dificuldade de acesso a uma educação de qualidade; Falta de investimentos em serviços básicos, tais como saúde, saneamento básico e transporte público; Política fiscal injusta; Baixos salários.

As consequências da desigualdade social decorrem, principalmente, da má distribuição de renda que gera: Marginalização; Favelização; Pobreza; Desemprego; Miséria; Violência; Desnutrição.

Alguns pesquisadores afirmam que há formas de acabar com as desigualdades sociais, como tornar a economia mais eficiente, a aliando com a justiça social e a democracia, como no artigo “Os excluídos do Interior”.

Podemos analisar duas situações extremas: Na primeira, estabelecimentos de ensino improvisados e feitos de qualquer forma, feitas precipitadamente para servir de “acolhimento” para as grandes massas de alunos, principalmente das periferias, cujo os mesmos são desprovidos e desafortunados em todos os sentidos, principalmente do ponto

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

de vista social e cultural. Analisamos na segunda os alunos de "boa Família" percorrem um caminho escolar quase sempre condizente ao de seus pais ou avós. Ao nos apresentarmos com escola, é fácil distinguir as complexidades e obstáculos que os alunos de classes sociais mais nobres enfrentam das complexidades e obstáculos dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino periféricos (BALARDIM, 2019).

Em se tratando do contexto escolar, Pierre Bourdieu traz uma importante comparativo entre e depois dos anos 50: Antes as escolas secundárias eliminaram de forma prematura e brutal as crianças que provinham de famílias desfavorecidas culturalmente e essas seleções tinham como principal base na situação social, fazendo-os acreditar que era eles quem não queriam a escola e não a escola que não os queriam.

Após os anos 50, crianças e jovens que provêm de famílias com profissões manuais (artesãos, agricultores e comerciantes) passaram a ter acesso às escolas de ensino secundário, fazendo aumentar a concorrência e investimentos das classes mais favorecidas.

Pouco a pouco os novos beneficiários perceberam que não bastavam ter acesso ao ensino secundário para ter êxito nele ou que seus certificados escolares não lhes garantiam acesso a posições sociais por eles almejadas. Esses indivíduos ao possuírem seus diplomas desvalorizados, se sentem responsáveis por não fazerem jus às chances que lhes foram dadas. Com isso, é praticado um ato de exclusão ainda maior do que aquela praticada anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebendo-se a experiência e a realidade das funções do sistema de ensino e as desigualdades sociais, é bastante significativo de que ainda é um tema atual, que está perpassando décadas, desde a Europa, os relatos parecem retratos do Brasil, mesmo sendo algumas atividades, costumes e cultura diferentes.

O autor Pierre Bourdieu faz uma profunda análise sociológica em que, as instituições escolares podem estar normatizando e aprofundando cada vez mais as exclusões dos alunados, desvirtuando assim o papel da escola. Fazendo com que haja uma

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

necessidade direcionarmos nosso olhar para as devidas segregações que podem estar somente não evidentes em primeiro plano, mas em profunda atividade e funcionamento nos níveis escolares.

Quanto às desigualdades sociais acometidas, existe uma divisão de dois momentos, um antes e depois dos anos 50, em que na primeira, prematuramente as crianças eram descartadas por serem de famílias desprovidas financeiramente, e a segunda, as que não queriam participar do processo. Com o passar do tempo, começaram a ter mudanças de entendimento, no qual foi percebido que não se pode ter ascensão em posições sociais somente por possuir um certificado, que muitos podem se auto culpar pela falta de valorização dos seus diplomas, aumentando assim a exclusão.

Cabendo-se uma profunda reflexão e consciência de olharmos a situação com clareza, que a desigualdade pode ser uma "chaga" gera prejuízos e se aprofunda dia-a-dia, porém é possível mudanças, por meio da sensibilização e da mobilização e assim, construirmos canais de mediação, conhecimento e de perspectivas de transformações nesse quadro social.

REFERÊNCIAS

BALARDIM, Graziela. **10 problemas escolares do dia a dia que a ClipEscola resolve**!. Disponível em < 10 problemas escolares do dia a dia que a ClipEscola resolve!>. Acesso em 08 de outubro de 2022.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Pierre. **A miséria do mundo.** São Paulo: Vozes, 2003.

DEBIASI, Miguel. **A classe operária na miséria.** Disponível em: < https://www.tuaradio.com.br>. Acesso em 07 de outubro de 2022.

COIMBRA, Cecília Maria B. **As funções da instituição escolar:** análise e reflexões. Psicologia: ciência e profissão, v. 9, p. 14-16, 1989.

GISI, Maria Lourdes. **A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência.** Revista Diálogo Educacional, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006.

BEZEERA, Juliana. **Desigualdade social**. Disponível em: < https://www.todamateria.com.br/>. Acesso em 07 de outubro de 2022.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. **Educação, trabalho e vulnerabilidade social:** reflexões sobre os jovens excluídos do ensino médio no Brasil. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 9, n. 19, p. 129-146, 2016.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. **Os casos excluídos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** v. 2. 2019.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXXII

DESENVOLVIMENTO DA LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE ALGUMAS DIFICULDADES

Edna Maria Silva da Costa[91].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-32

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo investigar as dificuldades de aquisição e desenvolvimento da leitura no processo de alfabetização. Vimos que ler é construir significados, fazer a interpretação não só dos sinais gráficos, mas de tudo que rodeia. É além de tudo, a comunicação que o indivíduo faz com outras culturas, outras épocas, com o restante da humanidade. Aprender a ler é apropriar-se de um conhecimento cultural amplo, é ser capaz de reconstruir os pensamentos, a forma de se ver e ver o mundo, na sociedade em que se vive. Existem várias formas de leituras e cada uma tem seu grau de importância na formação do ser leitor. O indivíduo que se apropria da leitura conquista sua independência, autonomia, tornando-se capaz de atuar sobre sua realidade, construindo sua história. A metodologia utilizada neste estudo é a pesquisa em fontes bibliográficas (livros, artigos). Os resultados permitirão a possibilidade de identificação das dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização e como tratá-las logo no início. Os principais autores consultados para essa pesquisa foram: Bossa (2007), Ferreiro (1986), Fernandez (1990), entre outros. O tratamento se dá no início pela observação para depois ingressar no acompanhamento psicológico, terapêutico e também acompanhamento psicopedagógico oferecido pela equipe escolar em sala de aula ou fora dela.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldades. Aprendizagem. Leitura. Alfabetização.

DEVELOPMENT OF READING IN THE LITERACY PROCESS: REFLECTIONS ON SOME DIFFICULTIES

ABSTRACT: This work aimed to investigate the difficulties of reading acquisition and development in the literacy process. We have seen that reading is building meanings, interpreting not only graphic signs, but everything that surrounds them. It is, above all, the communication that the individual makes with other cultures, other times, with the rest of humanity. Learning to read is appropriating a broad cultural knowledge, it is being able to reconstruct one's thoughts, the way of seeing and seeing the world, in the society in which one lives. There are several ways of reading and each one has its degree of importance in the formation of being a reader. The individual who appropriates reading conquers his independence, autonomy, becoming able to act on his reality, building his history. The methodology used in this study is research in bibliographic sources (books, articles). The results will allow the possibility of identifying learning difficulties in the

[91] Pedagogia -UVA. Pós-graduação em educação infantil e alfabetização - FETREMIS, Pós-graduação em psicopedagogia, educação especial e inclusiva - Faculdade Dom Alberto. Pós-graduação em psicopedagogia institucional e clínica - ISEP. Professora da Rede municipal de ensino nas cidades de Guamaré/RN e Macau/RN. E-mail: edna.4004@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

literacy process and how to treat them at the beginning. The main authors consulted for this research were: Bossa (2007), Ferreiro (1986) Fernandez (1990), among others. The treatment begins with observation and then enters the psychological, therapeutic and also psychopedagogical support offered by the school team in the classroom or outside it.
KEYWORDS: Difficulties. Learning. Reading. Literacy.

INTRODUÇÃO

A leitura é uma fonte importantíssima de aprendizado, uma pessoa que ouve e lê tem uma capacidade maior de fixação em comparação a outra que apenas ouve. Deve se tornar um costume, se instalar por meio de situações prazerosas. A linguagem, um atributo do ser humano, é definida como o uso da palavra articulada ou escrita, como meio de expressão e comunicação entre pessoas. Falar não é apenas uma questão cultural e política, mas em se tratando de crianças, uma necessidade do crescimento psicológico. A linguagem verbal exercita o pensamento, socializa, desenvolve o pensamento simbólico e operatório, coloca a criança em conflitos com as outras, organiza sua mente, interpreta o mundo, expressa sentimentos. Quanto mais a criança cresce, mais a linguagem assume um papel preponderante.

"O espaço da sala de aula deve ser de formação de leitores. Um espaço, portanto, com muitas leituras. Leituras das crianças e dos professores. Leituras de jornais, livros, panfletos, músicas, poesias e do que mais se tornar significativo. Leituras de vários autores e com várias intenções. E com a leitura abundante da escrita do mundo que aprendemos a ler" (BARBOSA, 1990, p. 69). Ensinar a ler passa pela ação de despertar o gosto pela leitura que proporciona acesso ao conhecimento produzido ou em produção, prazer estético (contemplação do que é belo, do que nos emociona, do que nos mobiliza profundamente).

Quando se fala das dificuldades de leitura, e especificamente do processo da alfabetização, é muito importante que sejam questionadas as condições da criança que o inicia, verificando se ela já adquiriu suficiente desenvolvimento físico, intelectual e emocional, bem como todas as habilidades e funções necessárias para aprender.

A alfabetização é um processo indispensável de apropriação do sistema da leitura, a conquista dos princípios alfabéticos e ortográficos que possibilita o aluno ler e escrever

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

com autonomia. Uma das maneiras de obter êxito nesta tarefa é começar a exercitar a comunicação de forma que sensibilizem e motivem os alunos para o aprendizado.

Outro assim, não podemos esquecer-nos de frisar que o letramento é um processo individual de aquisição da escrita, o que envolve aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e práticas de linguagem. é possível perceber que os problemas de aprendizagem implicam amplo trabalho do professor junto à família da criança, para analisar situações e levantar características visando descobrir o que está causando dificuldade ou empecilho para que o aluno aprenda. é importante ressaltar que, se o professor não conhece as manifestações próprias do pensamento infantil para as várias faixas etárias, terá dificuldade em identificar o estágio que o aluno se encontra.

Bossa (2007, p. 21-22) traz a seguinte contribuição: objeto de estudo da Psicopedagogia deve ser entendido a partir de dois enfoques: preventivo e terapêutico. O enfoque preventivo considera o objeto de estudo da Psicopedagogia o ser humano em desenvolvimento, enquanto educável. Seu objeto de estudo é a pessoa a ser educada, seus processos de desenvolvimento e as alterações de tais processos. Focaliza as possibilidades do aprender, num sentido amplo. Não deve se restringir a uma só agência como a escola, mas ir também à família e à comunidade.

A depender da intensidade com que se apresentam os sintomas e comportamentos infantis, pela duração que eles têm na vida escolar e pela participação do lar e da escola nos processos problemáticos, nem sempre é fácil para o professor diferenciar um distúrbio de um problema de aprendizagem. Na verdade, quando o ato de aprender se apresenta como problemático, é preciso uma avaliação muito abrangente e minuciosa.

> A alfabetização vem percorrendo caminhos [...] em que a leitura passou de elemento propulsor para elemento colaborador, substituindo o conceito de alfabetizar como ensinar a ler pelo de alfabetizar como ensinar a escrever, e a concepção de avaliação através de testes de leitura pela de avaliação através de testes de escrita. Nesse percurso, os livros para aprender a ler deram lugar a sucessivas folhas de exercícios que muitas vezes reproduzem em parte as páginas que neles havia (ROSA; PEREIRA, 2008, p. 48).

O professor não pode se esquecer de que o aluno é um ser social com cultura, linguagem e valores específicos aos quais ele deve estar sempre atento, inclusive para evitar que seus próprios valores não o impeçam de auxiliar a criança em seu processo de aprendizagem.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Escolhi a pesquisa bibliográfica porque se a leitura não for trabalhada na alfabetização se tornará um fracasso escolar, temos que corrigir os nossos erros a partir desse reparo com certeza nos tornaremos um grupo grande e forte e todos esses problemas escolares seriam amenizados ou resolvidos, Professores e pais se unirem, os alunos terão avanço no desempenho e no desenvolvimento da leitura.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiramente, apresenta uma introdução, que contextualiza os objetos de estudo (Dificuldade de Aquisição e desenvolvimento da leitura no processo de alfabetização), define os objetivos que se busca alcançar, a justificativa, a motivação da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados. Sequencialmente, dividiu-se em três tópicos de desenvolvimento, os quais se voltam para a análise da importância da temática leitura, para a qualidade pedagógica das aprendizagens escolares no ensino de alfabetização.

Por último, são tecidas as considerações finais que apontam os resultados e as nossas perspectivas em relação às constatações evidenciadas ao longo deste estudo.

CONCEITUAÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA

A psicopedagogia é o ramo da psicologia que tem em atenção os fenómenos de foro psicológico para chegar a uma formulação mais adequada dos métodos didáticos e pedagógicos. Trata dos fundamentos do sujeito e do objeto de conhecimento e da sua inter-relação com a linguagem e a influência sócio-histórica, dentro do contexto dos processos quotidianos da aprendizagem.

Por outras palavras, é a ciência que permite estudar a pessoa e o seu meio envolvente nas várias etapas de aprendizagem que abarca a sua vida. Através dos seus métodos, estuda o problema presente ao entrever as potencialidades cognitivas, afetivas e sociais para um melhor desenvolvimento nas atividades que desempenha a pessoa. A psicopedagogia desenvolve-se como disciplina científica desde meados do século XX, com um enfoque interdisciplinar e combinando conhecimentos da educação e da saúde mental.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A definição de Psicopedagogia apresentada pelo Código de Ética do psicopedagogo, portanto, uma decisão tomada em consenso pelos membros da Associação Brasileira de Psicopedagogia enfatiza que esta é um campo de atuação. “Se a Psicopedagogia é conceituada como campo de atuação e não como profissão, qual é sua validade?” (BOSSA, 1994, p. 01).

Assim sendo, a Psicopedagogia é uma área de estudos muito nova, portanto pode ser vista com desconfiança por alguns. Por outro lado, o fato de ser jovem, permite que se construa para atender os problemas enfrentados no processo ensino-aprendizagem são crescentes os problemas referentes às dificuldades de aprendizagem no Brasil.

A Psicopedagogia surge para auxiliar na intervenção e prevenção dos problemas de aprendizagem” (BOSSA, 1994, p. 74) afirma que os problemas de aprendizagem possuem origem na constituição do desejo do sujeito.

As explicações para o fracasso escolar têm sido dadas com justificativa na desnutrição, nos problemas neurológicos e genéticos. Poucas são as explicações que enfatizam as questões inorgânicas, ou seja, as de ordem do desejo do sujeito. Um profissional em psicopedagogia deve dominar as bases epistemológicas do saber psicopedagógico, com as suas noções básicas e os eixos conceptuais. Da mesma forma, deve conhecer as ciências auxiliares que contextualizam o seu desempenho profissional e todas as aplicações que estas abrangem relacionadas ao pensamento e ao desenvolvimento na sua condição de ser humano.

Cabe aos psicopedagogos estudarem, prevenirem e corrigirem as dificuldades que possa apresentar um indivíduo no processo de aprendizagem, ainda que este tenha um quociente de inteligência (QI) dentro dos parâmetros considerados normais, mas que apresente dificuldades na sua aprendizagem.

A psicopedagogia estuda o fenômeno de adaptação que implica o desenvolvimento evolutivo da mente, com o processo de ensino-aprendizagem. A psicopedagogia estuda os processos e as dificuldades de aprendizagem, tanto de crianças e adolescentes como dos adultos. A psicopedagogia faz o uso de diversas áreas, e são elas: pedagogia, psicanálise, psicologia e antropologia.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O papel do psicopedagogo é atuar para prevenir e trabalhar para tentar compreender o que está acontecendo, qual é a falha no processo de aprendizagem de determinada pessoa. O profissional está preparado para a prevenção, diagnóstico e tratamento dos problemas. O interessante, é que uma profissão que atualmente é de extrema importância para as escolas, e muitas vezes exigida, até dezembro de 2009, não era uma profissão regularizada.

Foi apenas depois de realizado o Projeto de Lei 7855/10, do deputado Neilton Mulim (PR-RJ), que regulamenta a atividade de psicopedagogo, em conjunto com um manifesto de aprovação, feito pela a ABPP - Associação Brasileira de Psicopedagogia, que em dezembro de 2009 o projeto foi aprovado. Nos últimos anos houve um grande crescimento na área de psicopedagogia. Pode-se trabalhar em diversas áreas como: área clínica, educação continuada, orientação pedagógica, recursos humanos, entre outros. Os cursos de Pós-Graduação, os quais dão formação teórica e práticas (com estágios), aos estudantes enfatizam o caráter interdisciplinar desta atuação, pois este enfoque exige a integração de profissionais de diversas áreas, tanto para o enfoque preventivo quanto para o terapêutico.

Para Psicopedagogia é fundamental que o profissional faça uso do trabalho interdisciplinar; pois os conhecimentos específicos das diversas teorias contribuem para o resultado eficiente da intervenção ou prevenção psicopedagógica. Por exemplo, a Psicanálise pode fornecer embasamento para compreender o mundo inconsciente do sujeito; a Psicologia Genética proporciona condições para analisar o desenvolvimento cognitivo do sujeito; a Psicologia possibilita compreender o mundo físico e psíquico do sujeito; a Linguística permite entender o processo de aquisição da linguagem, tanto oral quanto escrita Nestas áreas encontramos autores renomados que contribuem para o crescimento da Psicopedagogia, tanto em nível preventivo quanto em nível clínico.

Em nível preventivo, segundo Bossa (1994), a Psicopedagogia tenta detectar perturbações no processo ensino - aprendizagem, conhecer a dinâmica da instituição educativa, orientar a instituição quanto à metodologia de ensino utilizada. Isto, através de orientação de estudos e apropriação dos conteúdos escolares. Pode-se concluir que o campo de atuação do psicopedagogo é a aprendizagem, sua intervenção é preventiva e

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

curativa, pois se dispõe a detectar problemas de aprendizagem e "resolvê-los", também, preveni-los evitando que surjam outros.

No enfoque preventivo, Bossa (1994), enfatiza que a função do psicopedagogo é detectar possíveis problemas no processo ensino-aprendizagem; participar da dinâmica das relações da comunidade educativa, objetivando favorecer processos de integração e trocas; promover; realizar orientações metodológicas para o processo ensino-aprendizagem, considerando as características do indivíduo ou grupo; colocar em prática processo de orientação educacional, vocacional e ocupacional em grupo ou individual.

Tanto na clínica quanto na instituição, o psicopedagogo atua intervindo como mediador entre o sujeito e sua história traumática, ou seja, a história que lhe causou a dificuldade de aprender. No entanto, o profissional não deve fazer parte do contexto do sujeito, já que ele está contido numa dinâmica familiar, escolar ou social da qual o profissional deve manter-se ciente do problema de aprendizagem, fazer a leitura e a intervenção no mesmo. Assim, com o auxílio do psicopedagogo, o sujeito pode reelaborar sua história de vida reconstruindo fatos que estavam fragmentados e retomar o percurso normal de sua aprendizagem.

PROPOSTA PSICOPEDAGÓGICA PARA ALFABETIZAÇÃO

Quando uma criança ingressa na escola, sua primeira tarefa é aprender a ler e escrever, sendo a alfabetização o centro das expectativas de pais e professores. Os pais e a própria criança não têm, em geral, razão para duvidar do sucesso nessa nova aprendizagem. No entanto, o que muitas vezes os pais e professores não consideram, é que a leitura é uma habilidade que exige da criança atenção para aspectos da linguagem aos quais ela não precisa dar importância, até o momento em que começa aprender a ler. Por isso, toda a criança encontra alguma dificuldade na aprendizagem da leitura.

Aprender a ler exige novas habilidades, novos desafios à criança com relação ao seu conhecimento da linguagem. Por isso, aprender a ler é uma tarefa complexa e difícil para todas as crianças. Quando as crianças não conseguem atender às expectativas da professora, supõe-se e conclui-se que elas têm problemas, pois a escola constrói um

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

modelo de bom aluno, mas nem todas crianças se adaptam dentro desse modelo, quando isso acontece os professores recorrem as muletas para explicar tal situação: "estas crianças não podem aprender porque não há ajuda familiar, falta de maturidade, suposta lesão cerebral mínima ou transtornos do tipo: psicomotora, na fonação, percepção, etc […]" (FERREIRO, 1989, p. 73).

Sobrecarregados de tanta violência estas crianças acabam aprendendo que não poderão aprender, buscando estratégias de sobrevivência neste sistema, tentam adequar-se às normas e copiam do quadro mesmo sem saber como e o porquê. Outras se recusam a copiar, procuram outras atividades para fazer, surgindo o espaço ideal para a indisciplina. Várias pesquisas afirmam que o fracasso na leitura constitui uma das principais causas de repetência ou atraso escolar. Cerca da metade dos alunos repetem a primeira série onde a repetência é acentuada e está intimamente relacionada com problemas no ensino e na aprendizagem inicial da leitura e escrita e, nos casos dos alunos provenientes de família de baixa renda, essa porcentagem sobe para 60% (TORRES, 1999, p. 12).

Segundo Ferreiro (1989, p. 73) a “escola geralmente, ineficiente para introduzir as crianças no mundo da língua escrita, é contudo, extremamente eficiente para conseguir fazer com que assumam a culpa de seu próprio fracasso: um dos maiores danos que se pode fazer a uma criança é levá-la a perder a confiança em sua capacidade de pensar”.

Nesse contexto, o ensino da leitura e escrita tem se reduzido a uma simples técnica que serve e funciona num sistema de reprodução cultural. Os efeitos desse ensino são evidentes, não apenas nos índices de evasão e repetência, mas nos resultados de uma alfabetização sem sentido que produz uma atividade sem consciência, desvinculada da realidade e desprovida de sentido, tornando a escrita um instrumento seletivo, dominador e alienador. Já é bem conhecido o fato de que o fracasso escolar não se distribui democraticamente no conjunto da população.

O fracasso escolar inicial, que é o da alfabetização, se concentra nas populações urbanas e rurais marginalizadas. Constitui, também, lugar comum assinalar correlações positivas entre o fracasso da alfabetização no tempo escolar requerido e fatores como estado de saúde da criança (especialmente o nutricional) o nível de educação dos pais, as

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

condições gerais de vida etc. os professores e a instituição escolar têm aceitado, com facilidade, a realidade de tais fatos.

Para uma melhor clareza sobre a verdadeira função da Psicopedagogia em relação ao processo de leitura é importante uma discussão de todas as informações obtidas em conjunto com uma possível intervenção na prática. A análise de um caso é algo que dará mais fundamentação ao tema pesquisado, não podendo esquecer que todas as informações adquiridas têm como fonte outras pesquisas executadas mediante os estudos de casos e de aplicação de testes, assegurando assim a sua veracidade.

Colocar em prática os dados desta pesquisa por quem é de interesse no assunto, é sem dúvida a complementação de um trabalho que deve unir teoria e prática na tentativa de solucionar os problemas de aprendizagem na alfabetização.

> Tendo em mãos a teoria que leva ao conhecimento sobre como de dar: a alfabetização; o processo de aprendizagem e suas dificuldades; a contribuição da Psicopedagogia para a superação dos problemas de aprendizagem, à luz de autores importantes, sem dúvida dar ao profissional na área da Educação ou de áreas afins, mais segurança na sua prática educativa. Estas informações são ainda mais necessárias para o Psicopedagogo, que vem como novo agente envolvido no processo de aprendizagem, que para contribuir com a solução de problemas deve ter uma bagagem de informações bem consideráveis (BRASIL, 1997, p. 21).

O psicopedagogo deve estar ciente que para diagnosticar um problema de aprendizagem na leitura, não é fácil de ser feito. Para minimizar as dificuldades na alfabetização é necessário tirar da análise feita da aprendizagem do sujeito suas capacidades que serão utilizadas para ter um relacionamento com a mesma e a partir daí o psicopedagogo possa intervir, auxiliando para a superação dos problemas encontrados neste processo.

Espera-se da Psicopedagogia a contribuição para melhor compreendermos o surgimento da linguagem nos indivíduos, intervindo de forma produtiva, preventiva e corretiva no processo de alfabetização. Utilizar-se das pesquisas de Ferreiro (1982) e de provas através do método clínico, tornam-se indispensáveis para uma boa investigação do desenvolvimento da linguagem, porém estas provas não devem ser colocadas como instrumento que rotule ou discrimine o sujeito, elas devem estar o mais próximo da realidade do mesmo.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Proponho a leitura desta relação a luz da visão sistêmica familiar, por entender que as experiências relacionais internalizadas no aluno vão definir o tipo de relação que será estabelecida com a aprendizagem, com os pares e também o seu comportamento frente ao saber que são construídas através do modelo relacional da família que ao mesmo tempo que influencia é influenciado pelo "mundo das relações." Esta visão sistémica vai possibilitar o professor a compreensão destas inter-relações permitindo que a criança desenvolva e utilize melhor o seu potencial.

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO MEDIANTE AS DIFICULDADE DE LEITURA NA FASE DA ALFABETIZAÇÃO

A leitura é extremamente complexa, mas essencial para a comunicação. Fazer uma leitura adequada corretamente é um desafio que é enfrentado diariamente. Este desafio inicia-se na infância quando nos deparamos com várias situações de aprendizagem. A leitura é um favorecedor de aquisição de novos conhecimentos, representa o apoio para efetivação de relações interpessoais, para a comunicação de seu mundo interno e externo. Um sujeito que não tenha solidificado realmente sua alfabetização na educação formal, poderá tornar-se frustrado diante da sociedade.

Se o aluno já na alfabetização for identificado com dificuldade de leitura, todo o seu processo de aprendizagem será deficitário e aos poucos sua autoconfiança estará baixa, podendo manifestar ações reativas de comportamento na sociedade, bem como levá-lo ao desinteresse e muitas vezes até a evasão escolar. Os distúrbios de leitura podem ocorrer de maneiras diversas, não necessariamente sendo diagnosticada uma patologia, como a dislexia.

O enfoque preventivo é importante na função do psicopedagogo, pois identifica possíveis distúrbios no processo ensino-aprendizagem, objetivando favorecer processos de integração e trocas, considerando as características do indivíduo ou grupo. Neste sentido, o psicopedagogo é um profissional apto para diagnosticar as dificuldades de aprendizagem, através de intervenções preventivas e curativas, além de evitar o surgimento de outros.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O psicopedagogo procura desenvolver no sujeito a confiabilidade em suas ações, através de intervenções que auxiliam no processo de ensino/aprendizagem e a ressignificação das diferentes fases do desenvolvimento. Portanto, cabe a estes profissionais buscarem não só compreender o porquê do sujeito apresentar dificuldade em algo, mas o que ele pode aprender e como.

O papel do psicopedagogo é promover a aprendizagem garantindo o bem-estar das pessoas em atendimento, devendo-se valer dos seus recursos disponíveis, incluindo procurar criar competência e habilidades para soluções dos problemas.

Uma avaliação cautelosa é o primeiro passo para diagnosticar a causa do problema de aprendizagem e definir o plano de intervenção para o tratamento clínico além de avaliar e intervir, o psicopedagogo trabalha em conjunto com outros profissionais que atendem a criança e também atuam em parceria com a escola e família de modo a melhor adequar o ensino às necessidades do paciente, levando em conta suas dificuldades e principalmente suas potencialidades.

No passado ler era decifrar códigos, atualmente este conceito ultrapassado mudou e a leitura passou a ser vista como um processo de interação entre autor-texto-leitor. A concepção de leitura que consta nos Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental diz que: A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc.

Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições feitas (1998, p. 69).

Analisando a definição de leitura anterior e relacionando-a com a nossa maneira de ler, observamos que a decodificação é apenas um dos procedimentos que utilizamos para ler. A leitura fluente envolve uma série de outras estratégias e recursos para a construção do significado. Para Marisa Lajolo: Ler não é decifrar, como num jogo de

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

adivinhações, o sentido de um texto. É a partir do texto, ser capaz de atribuir-lhe significado, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e, dono da própria vontade, entregar-se a esta leitura, ou rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista. (LAJOLO, 1982 ab, p. 59) Nas duas concepções de leitura, tanto do PCN (l998), como de Lajolo (1982) os valores enfatizados, para o processo educacional, são semelhantes.

Nelas, a leitura deixa de ser vista como algo mecânico e passa a exigir processos de interlocução entre leitor-autor mediada pelo texto. A interlocução é uma característica própria da linguagem. Sempre quando se fala ou se escreve há um interlocutor; essa visão de relação entre emissor e receptor na comunicação não é mecânica, mas interativa.

Na concepção de Ferreiro e Teberosky (2001) a leitura e a escrita têm sido tradicionalmente consideradas como objeto de instrução sistemática, pertencente à escola. As atividades de interpretação e escrita começam antes da escolarização.

A escrita não é um produto escolar e sim um objeto cultural construído pela sociedade. Como objeto cultural, a escrita cumpre diversas funções sociais e tem meios concretos de existência, principalmente nos meios urbanos através de letreiros, embalagens, placas, roupas, periódicos e outros. No convívio familiar, os adultos fazem anotações, listas de compras, escrevem e leem cartas entre outras atividades que proporcionam à criança um ambiente alfabetizador nos mais variados contextos.

Estas práticas sociais exercem grande influência na aquisição de conhecimentos que dão suporte para a aprendizagem da leitura e da escrita. Com isto, através de um prolongado processo construtivo a criança vai se apropriando do sistema simbólico.

A língua escrita e a língua oral apresentam natureza distinta, ou seja, a escrita não é uma vestimenta da oralidade ou apenas uma representação gráfica da fala. Escrever leva à ascensão social, principalmente para se inscrever na modalidade culta. Devido ao desconhecimento ou à falta de domínio da língua portuguesa, o estudante acaba por utilizar recursos próprios da oralidade para construir seus textos.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A criança quando chega à escola, já traz consigo uma linguagem e o desempenho oral dessa linguagem se manifesta com uma preponderância maior no início de sua escolarização, pois a criança está iniciando o processo de aquisição da língua escrita.

Cabe, pois a escola, ensinará escrita, além de continuar dando subsídios para que a criança continue a desenvolver a linguagem oral que traz consigo ao entrar na escola. Essa oralidade deve ser estimulada e melhorada. Inicialmente a criança elabora o seu texto muito próximo da maneira como fala, cabe à escola instrumentada através da leitura dos diversos tipos de textos para que a sua expressão seja gradativamente melhorada.

No decorrer dos séculos, a escola transformou um objeto social, a escrita, em objeto exclusivamente escolar, ocultando suas funções extraescolares, precisamente aquelas que historicamente deram origem à criação das representações escritas da linguagem. É imperioso, mas nada fácil, restabelecer, no nível das práticas escolares, uma verdade elementar: a escrita é importante na escola porque é importante fora dela. As crianças são facilmente alfabetizadas desde que descubram, através de contextos sociais funcionais, que a escrita é um objeto interessante que merece ser conhecido como tantos outros objetos da realidade aos quais dedicam seus melhores esforços intelectuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abordou as dificuldades de aprendizagem da leitura durante a alfabetização, bem como as causas do fracasso escolar e algumas das práticas utilizadas pelos professores e psicopedagogos com o intuito de facilitar a aprendizagem da leitura no processo de alfabetização.

Nossa intenção, neste trabalho de pesquisa, foi a de contribuir com a discussão sobre as dificuldades de aprendizagem na leitura, apresentando algumas das possibilidades de contribuição da psicopedagogia. Desta forma, este trabalho bibliográfico se constitui no início de um estudo que não possui respostas simples, visto que, os fenômenos complexos são difíceis de explicar.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Entretanto ressaltamos aqui a importância do comprometimento profissional, da busca pela continuidade de estudos bem como de metodologias alternativas de trabalho para que possamos obter melhorias significativas no processo educacional.

Essas melhorias, certamente devem também considerar o trabalho em sala de aula em especial com as possíveis dificuldades de aprendizagem dos alunos das séries iniciais. O tema que escolhido para estudo é bastante amplo e com certeza muita coisa poderia ainda ser abordada. No entanto, em função do tempo se faz necessário parar por aqui, tendo a consciência de ter aprendido muito e ter contribuído de alguma forma para que outros pesquisadores sobre este tema se debruçam.

REFERÊNCIAS

BOSSA, Nádia Ap. **A Psicopedagogia no Brasil:** Contribuições a Partir da Prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil** – Contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 3ª edição. 2007

BARBOSA, José. J. **Alfabetização e leitura.** São Paulo: Cortez, 1990, p. 69 e 95.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ensino Fundamental: Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998, pp. 69-70

TORRES, Rosa Maria. **Repetência escolar:** falha do aluno ou do sistema. Revista Pedagógica Pátio, POA. 1999, ano 3, n, p. 9-11, nov/jan.

FERREIRO, Emília, 1989. **Alternativa para a compreensão do analfabetismo na região**. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v.14, n. 21, p.70-80, jan/jun.

LAJOLO, Marisa. **Leitura em crise na escola.**São Paulo: Mercado Aberto, 1982

TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo a escrever.**1 ed. São Paulo, Ática, 2001

ROSSA, Adriana; PEREIRA, Vera Wannmacher. **Leitura e alfabetização.** Porto Alegre, 2008. Disponível

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXXIII

O LÚDICO NA ALFABETIZAÇÃO

Alyson Matheus da Silva Rodrigues[92]; Josenildo Batista da Silva[93];
Rosa Primeira Sunamita Batista do Nascimento da Trindade Neta[94];
Verônica Cristina Rodrigues de Oliveira[95].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-33

RESUMO: A pesquisa apresentada aqui por meio de fragmentos e tem o objetivo de pesquisar o lúdico como ferramenta em sala de aula, analisando a realidade observada através de estudos e pesquisas dados por outros pesquisadores, bem como declarações de estudiosos e docentes, relacionando-o com o desenvolvimento infantil, avaliando as possibilidades que o mesmo proporciona à construção do conhecimento. Assim, estabelecendo relações entre os pensamentos dos autores quanto o lúdico como ferramenta, teoria e prática observada utilizou-se como metodologia a pesquisa participante, tendo como ponto de partida a realidade concreta do cotidiano dos próprios participantes e de suas experiências reais. Dessa forma, optou-se pelo diário como instrumento para coleta de dados e a observação desses em entrevistas e estudos, sendo os mesmos coletados na Web e em citações diversas. Para a análise dos dados, procurou-se fazer uma análise qualitativa dos dados coletados durante observações descritas em materiais, tomando como base os registros reflexivos acerca da temática/problemática deste estudo. Considerando as informações coletadas, percebeu-se a necessidade de atividades lúdicas dentro da sala de aula, no âmbito da Educação Infantil, visto que as mesmas potencializam e auxiliam no desenvolvimento das crianças, nos diferentes aspectos (cognitivo, físico, psicológico, motor e social). Comprova-se assim que, o lúdico é um fator positivo na construção do conhecimento das crianças durante a infância, desenvolvendo nelas a imaginação, raciocínio, criatividade e espontaneidade na construção do sistema de representação (leitura e escrita).
PALAVRAS-CHAVE: Lúdico. Desenvolvimento. Alfabetização.

THE PLAY IN LITERACY

ABSTRACT: The research presented here through fragments and aims to research the playful as a tool in the classroom, analyzing the reality observed through studies and research given by other researchers, as well as statements by scholars and teachers,

[92] Licenciatura em Biologia – IFRN. Especialista em psicopedagogia clínica e institucional – FAVENI. Mestrando em Ciências da educação - Universidade World Ecumênica. Gestor da Escola Municipal João Felipe (Pendências) e Docente no município de Porto do Mangue. E-mail: matheusdemaria@outlook.com
[93] Graduado em pedagogia - UVA. Pós-graduação em Ensino de Educação Física e Psicomotricidade – FAVENI. Pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais – FIAVEC. Pós-graduação em AEE – Facuminas. Mestrado em Ciências da Educação - Universidad Evangélica Del Paraguay. Acadêmico em Educação Física – Uninta. Professor no município de Guamaré/RN. E-mail: denis_f_uracao@hotmail.com
[94] Licenciada em Pedagogia - ISEP. Especializada em Educação Infantil e Ensino Fundamental -FMB. Cursando Gestão Escolar - IPEBRAS. Professora da educação básica no município de Macau/RN e Pendências. E-mail: sunamitarosa6@gmail.com
[95] Licenciada em pedagogia – ISEP. Especialização em Educação Infantil e Ensino Fundamental – FMB. Professora da Educação Básica no município de Macau/RN. E-mail: veronicacris123@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

relating it to the child development, assessing the possibilities it provides for the construction of knowledge.
Thus, establishing relationships between the authors 'thoughts and the playful as a tool, theory and observed practice, the participant research was used as a methodology, taking as its starting point the concrete reality of the participants' daily lives and their real experiences. Thus, we opted for the diary as a tool for data collection and observation in interviews and studies, which were collected on the Web and in various citations. For data analysis, we sought to make a qualitative analysis of data collected during observations described in materials, based on reflective records about the theme / problem of this study. Considering the information collected, it was realized the need for playful activities within the classroom, in the context of early childhood education, as they enhance and assist in the development of children, in different aspects (cognitive, physical, psychological, motor and social). Thus, it is proved that playfulness is a positive factor in the construction of children's knowledge during childhood, developing in them imagination, reasoning, creativity and spontaneity in the construction of the representation system (reading and writing).
KEYWORDS: Ludic. Development. Literacy.

INTRODUÇÃO

De acordo com as citações e o pensamento de Vygotsky (1991), a brincadeira é entendida como atividade social da criança, cuja natureza e origem específicas são elementos essenciais para a construção de sua personalidade e compreensão da realidade na qual se insere. O educador pode usar o lúdico como ferramenta para trabalhar os jogos, as brincadeiras, os brinquedos e, para isso acontecer, é necessária a vivência, o sentido, a percepção.

O professor precisa saber selecionar as situações importantes dentro da sala de aula, percebendo e sentindo e de que forma irá auxiliar no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

O lúdico como ferramenta, ou seja, as brincadeiras, jogos e brinquedos na Educação Infantil são essenciais para o desenvolvimento das crianças, pois são atividades primárias, as quais trazem benefícios nos aspectos físico, intelectual e social. Brincando, a criança desenvolve a identidade e a autonomia, assim como a capacidade de socialização, através da interação e experiências de regras perante a sociedade.

O foco deste projeto volta-se a crianças com cinco anos de idade, as quais se encontram na Educação Infantil, sendo está uma fase que merece atenção especial por parte dos adultos.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

"Uma educação que, pelo processo dinâmico, possa ser criadora e libertadora do homem. Planejar uma educação que não limite, mas que liberte, que conscientize e comprometa o homem diante do seu mundo. Esta é o teor que se deve inserir em qualquer planejamento educacional" (OLIVEIRA, 2007, p. 27).

O colégio João Penha Filho Em consequência disso, a nossa prática de planejamento deve estar atrelada ao que liberta, que conscientiza e compromete o homem diante do seu mundo, pautado em mediação e orientação da construção do conhecimento ao aluno. Compreendendo que tanto a proposta como o planejamento são processuais e devem correr em paralelo com a construção do conhecimento

No contexto do presente projeto, observaram-se as atividades desenvolvidas dentro da sala de aula, através do lúdico, brincadeiras e brinquedos disponibilizados para as crianças. Durante o desenvolvimento deste projeto, foi possível identificar e reconhecer se os educadores estão preparados e conscientes da importância de trabalhar o brincar dentro da sala de aula.

Valorizar o lúdico durante os processos de ensino significa considerá-lo na perspectiva das crianças, sendo vivido na sala de aula como algo espontâneo, permitindo-lhes sonhar, fantasiar, realizar desejos e viver como crianças de verdade. Entre os autores abordados durante o projeto está Ivanise Meyer.

A mesma salienta a necessidade de trabalhar com projetos envolvendo o brincar na Educação Infantil, servindo de referência para os profissionais da educação, reconhecendo a criança como cidadã de pouca idade, a qual tem uma história que precisa ser ouvida e uma experiência a ser olhada no aqui e agora.

O brincar faz parte da vida da criança, do seu dia-a-dia, considerando que durante o brincar ela aprende e gasta energia, brincando por puro prazer, para ocupar o tempo, e o ambiente escolar deve ser transformado num espaço cheio de prazer, utilizando atividades direcionadas ao brincar. Vygotsky (1991) salienta que a brincadeira apresenta três características: a imitação, a regra e a imaginação, presentes em todos os tipos de brincadeiras, podendo ser de faz-de-conta, tradicional ou outra atividade lúdica.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Seguindo o pensamento do autor abaixo, [...] por volta dos cinco anos, então, brincar, construir e expressar-se podem ser uma coisa só: a criança constrói cenas, objetos, cenários para sua brincadeira enquanto está se autoexpressando, verbalmente e de outras formas também, imaginárias ou simbólicas. (MACHADO, 2001, p. 51).

A criança que brinca pode ser mais feliz, realizada, espontânea, alegre, comunicativa, entre outras características positivas que auxiliam no desenvolvimento infantil, podendo torná-la assim um ser mais humano, cooperativo e sociável.

Nesse sentido, consideramos necessário buscar saber qual a importância do brincar na construção do conhecimento na Educação Infantil? Tendo como objetivo geral pesquisar sobre o lúdico como ferramenta dentro da sala de aula com crianças de cinco anos de idade.

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Por que trabalhar com o lúdico na Educação Infantil? Atualmente, toda criança necessita e tem o direito de brincar, onde o lúdico tem relevância no desenvolvimento infantil, pois o brincar é uma atividade importante no período da infância, e pode estar perdendo o seu espaço para atividades relacionadas e dirigidas ao processo de alfabetização, visto ser o objetivo principal das escolas.

A autora Flávia de Barros (2009), em sua obra "Cadê o brincar? Da Educação Infantil para o Ensino Fundamental", após realizar várias pesquisas, nos faz refletir através de suas palavras: Percebeu-se a grande preocupação dos professores, especialmente no final da Educação Infantil, em antecipar a alfabetização da criança, reduzindo seus espaços de brincar.

Diante dessa realidade, sentiu-se a necessidade de aprofundar estudos na área. (BARROS, 2009, p.35). O que podemos pensar sobre as palavras acima? É preocupante o fato de que as crianças possam estar perdendo um tempo precioso que é a infância, o tempo de brincar, para realizar atividades que envolvem somente a alfabetização.

É preciso que os educadores trabalhem mais as brincadeiras, os jogos, a coordenação motora, realizando um trabalho pedagógico mais centrado na infância, em

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

suas especificidades, beneficiando as crianças e contribuindo para uma formação que as considere como sujeitos relevantes do processo de aprendizagem.

A autora Gisela Wajskop (1995), em seu artigo "O Brincar na Educação Infantil", também aborda a questão do uso dos materiais didáticos, brinquedos pedagógicos e atividades lúdicas de ensino e alfabetização, fazendo-nos refletir sobre esse assunto importante dentro da sala de aula.

Assim, a maioria das escolas tem didatizado a atividade lúdica das crianças, restringindo-a a exercícios repetidos de discriminação visomotora e auditiva, mediante o uso de brinquedos, desenhos coloridos e mimeografados e músicas ritmadas.

Ao fazer isso, bloqueia a organização independente das crianças para a brincadeira, infantilizando-as, como se sua ação simbólica servisse apenas para exercitar e facilitar (para o professor) a transmissão de determinada visão do mundo, definida a priori pela escola. (WAJSKOP, 1995, p. 64).

A citação acima nos faz pensar sobre o devido uso dos materiais pedagógicos com fins lúdicos, com os quais podemos desenvolver um trabalho envolvendo as brincadeiras, deixando as crianças se expressarem espontaneamente, auxiliando no desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e motor das mesmas. O brincar nas escolas de Educação Infantil ajuda a construir o conhecimento, promovendo momentos onde as crianças expressam diferentes sentimentos, realizando atividades lúdicas que visam melhorar sua socialização, vivenciando situações de trabalho em equipe e respeito.

Segundo o artigo "O Lugar do Brincar na Educação Infantil", de Tânia Fortuna (2011), publicado na Revista Pátio, a interação criança-criança durante a brincadeira é fundamental, mas a interação da criança com o educador também é importante, tendo em vista que a presença do educador na brincadeira é agregadora e estimulante, pois brincando junto o educador irá mostrar como se brinca.

O educador precisa estar sempre informado e atualizado sobre quais as vantagens do lúdico, e saber qual a melhor maneira de abordar e desenvolver as atividades lúdicas dentro da sala de aula.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

São poucas as pessoas que sabem a importância do lúdico no desenvolvimento das crianças, e que através dele as crianças irão adquirir experiências e desenvolver o próprio conceito sobre o contexto em que estão inseridas. Cabe ao professor refletir sobre a forma com que o brincar interfere no desenvolvimento pleno da criança.

Devemos entender que o lúdico é um facilitador no processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração esse fato, fazendo com que as brincadeiras proporcionam prazer para as crianças, não sendo uma obrigação realizar as atividades lúdicas somente com o objetivo da alfabetização.

A HISTÓRIA DO LÚDICO E SUAS ETAPAS

Na historicidade do lúdico, toda criança tem direito de brincar, e desde pequenas estas já se encontram no âmbito escolar, dentro de uma sala de aula, sendo esse um dos motivos de citar a importância das reflexões e estudos sobre o brincar na Educação Infantil

O ser humano encontra-se inserido numa sociedade informatizada e informativa, onde etapas a serem desenvolvidas, necessita de pessoas capazes de criarem as próprias opiniões, seres ativos, dinâmicos, responsáveis pelos seus atos, e o lúdico é um grande auxiliar no desenvolvimento cognitivo, físico, afetivo, entre outros aspectos.

Durante o processo de desenvolvimento das crianças, a família deve estar sempre presente, visto que “escola e família não se excluem, se completam” (MEYER, 2008, p. 44) e assim a criança sente-se mais segura durante a realização das atividades na escola.

Quando a criança brinca, ela é espontânea, livre e na Educação Infantil encontramos um papel social que é “valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos” (MEYER, 2008, p. 44), ou seja, através das brincadeiras as crianças estão assimilando novas ideias e novos conceitos.

A criança não é um adulto em miniatura, ela possui características próprias que merecem ser respeitadas. O educador precisa estar sempre se atualizando para poder desenvolver um trabalho que contemple as diversas necessidades das crianças que, na verdade, são cidadãos com pouca idade, mas produtoras de história e cultura. Na

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Educação Infantil, o lúdico é importante para o crescimento das crianças, inclusive intelectualmente, pois as brincadeiras trazem consigo "um brincar compromissado com a qualidade de vida da criança" (MEYER, 2008, p. 22), sendo que os educadores serão responsáveis por elas naquele determinado ambiente e estarão empenhados na valorização do ser humano.

A brincadeira é importante para o desenvolvimento social e psicológico, é através dela que a criança pode expressar os seus sentimentos em relação ao mundo social.

A criança consegue viver e reconhecer a realidade através das diferentes brincadeiras existentes, e quanto mais ela brinca, maior será o desenvolvimento sob os diferentes aspectos, até mesmo corporal. As atividades com jogos auxiliam no desenvolvimento da imaginação, simulação e estratégias, e quando as situações são planejadas por profissionais possuem o objetivo de proporcionar para a criança a construção de novos conhecimentos e/ou novas habilidades, "brincar é uma linguagem, é a nossa primeira forma de cultura" (MEYER, 2008, p. 33), ou seja, todos nós brincamos um dia, e sinceramente, deveríamos ter um pouco de criança "dentro" de nós, visto que facilitaria no momento de trabalhar com as crianças, iríamos compreendê-las com mais facilidade.

Vygotsky (1991, p. 134) faz uso das palavras de Montessori, quando relata que "o jardim de infância é o lugar apropriado para o ensino da leitura e da escrita", mas que estas descobrem as respectivas habilidades durante as situações de brinquedo.

A METODOLOGIA ULTIMADA NO CONTEXTO ESCOLAR

Uma criança não se comporta de forma puramente simbólica no brinquedo; ao invés disso, ela quer e realiza seus desejos, permitindo que as categorias básicas da realidade passem através de sua experiência.

A criança, ao querer, realizar seus desejos. Ao pensar, ela age. As ações internas e externas são inseparáveis; a imaginação, a interpretação e a vontade são processos internos conduzidos pela ação externa (VYGOTSKY, 1991, p. 78).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Assim, sabemos que existem paradigmas a serem explorados e uma metodologia a ser implantada. Um número de brincadeiras, brinquedos e jogos nas diversas culturas, podendo variar de acordo com a região, e através destas as crianças aprendem a colaborar umas com as outras, respeitando as regras impostas, desenvolvendo e explorando as capacidades físicas, as emoções, sentimentos e afetos.

Segundo Vygotsky, "a essência do brinquedo é a criação de uma nova relação entre o campo do significado e o campo da percepção visual, ou seja, entre situações no pensamento e situações reais" (VYGOTSKY, 1991, p. 81).

Através do brincar, as crianças aprendem de maneira espontânea, sem pressão ou medo de errar, sentindo prazer pela aquisição de novos conhecimentos, desenvolvem a sociabilidade, fazendo amigos, aprendendo e convivendo respeitando o direito dos outros e normas estabelecidas. Quando as crianças estão brincando, elas aprendem a participar das atividades, sem visar recompensa ou temer um castigo, fazendo algo criativo e inteligente.

Meyer (2008, p. 39) nos faz refletir através de suas palavras "o brinquedo enquanto objeto, é suporte da brincadeira, é o material que permite fluir o imaginário infantil", a criança estará no meio da reprodução, preparando-se para o futuro, através de experimentações ao seu redor, dentro dos seus limites, buscando um sentido para a sua vida.

O brincar é uma das atividades principais do período da infância. Nesse contexto, surge uma pergunta: Os professores estão realmente preocupados com essa questão? Se não estão, precisam começar a pensar sobre o assunto, tendo em vista que uma das propostas de ensino na Educação Infantil é "atender as crianças de maneira que se respeitasse à infância, com suas especificidades e singularidades" (BARROS, 2009, p.52), ou seja, desenvolver um trabalho proporcionando momentos de experiências, onde os educadores assumam a criança como um ser ativo no processo de ensino e aprendizagem.

O DESENVOLVIMENTO LÚDICO NA PEDAGOGIA

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Segundo Barros (2009, p. 54-55), Potencializar e ser percebido como uma atividade essencial e potencializadora do desenvolvimento pedagógico, e que proporciona à criança durante seu processo a capacidade de ler o mundo adulto, opinando e criticando-o.

As palavras *brinquedo e lúdico* são colocadas lado a lado, e nesse momento começam as reflexões para identificar quais as ligações delas com a vida das crianças. Vários autores acreditam que o brinquedo e a atividade lúdica são processos pedagógicos inseridos separadamente, o que são essenciais para a educação inicial, valorizam os blocos de construção, a utilização de histórias, fábulas e o contato das crianças com a natureza. Assim como os jogos sensoriais, de linguagem e matemáticos, o material dourado, entre outros

DIFICULDADES NA LEITURA E ESCRITA

O brincar contribui para o processo de formação da subjetividade do indivíduo, considerando que somos formados por nossas experiências sociais, pelo contato com os objetos da cultura, durante nossa história de vida. (BARROS, 2009, p. 100).

É importante salientar que o brincar é visto como o laser simples, mas que dele o processo vai buscar caminhos para novas etapas; Assim, deve surgir do referencial das próprias crianças, da iniciativa delas, sendo que “o próprio processo de brincar já possibilita a construção do conhecimento sobre o mundo, oportunizando leituras sobre ele” (BARROS, 2009, p. 182), prevalecendo às brincadeiras do jogo simbólico, o contar histórias, brincadeiras tradicionais, sendo atividades que auxiliam no desenvolvimento das crianças.

Durante o período da Educação Infantil, a criança adquire diversos conhecimentos, mesmo sendo moldados os cuidados da construção da escrita, desenvolve várias habilidades, tendo o auxílio das atividades lúdicas, sendo estas entendidas como situações e/ou momentos em que as crianças expressam diferentes sentimentos, melhoram a socialização entre as outras, vivenciando momentos de trabalho em equipe, de maneira lúdica e prazerosa. São motivadas a ultrapassar os próprios limites, lembrando

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

que, segundo Ferreira (2011), a criança enquanto cria, desenvolve além de outros fatores, o pensamento crítico.

O educador precisa pesquisar e estar atento às necessidades das crianças para conseguir selecionar materiais adequados, que despertem nelas o interesse, favorecendo-lhes a criatividade, introduzindo personagens e situações novas, tornando o jogo mais rico, aumentando novas possibilidades de aprendizagem.

Conforme Ferreira (2011) aborda em seu artigo, a grande maioria das aquisições das crianças é conquistada através do brinquedo, sendo aquisições que auxiliam no desenvolvimento intelectual das crianças durante a infância, refletindo em suas vidas quando adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que, através dos estudos e da prática observada e vivenciada através das várias pesquisas vivenciadas pessoal, digitais, elucidadas e ainda pesquisas na web com as diferentes citações, este artigo durante todo o estágio supervisionado, o lúdico é essencial para o desenvolvimento das crianças, em todos os aspectos, pois as atividades lúdicas são consideradas como um espaço positivo à promoção do aprender, sendo mais atraentes para as crianças.

Portanto, torna-se importante proporcionar-lhes momentos prazerosos e educativos, envolvendo brincadeiras, jogos, brinquedos, contação de histórias, faz-de-conta, fazendo com que ela sinta-se livre para que possa usar a imaginação.

As crianças que participam dos momentos lúdicos desenvolvem-se de maneira mais espontânea e ativa perante a sociedade na qual estão inseridas. Na visão de Vygotsky (1991), os brinquedos didáticos e os jogos de faz-de-conta auxiliam no desenvolvimento dos movimentos finos e amplos do corpo, bem como levam a criança a vivenciar diversas funções intelectuais (velocidade, equilíbrio, cálculo), além do trabalho em grupo, cooperativo.

Já Na visão de Piaget e Inhelder (2001), o lúdico incentiva a criança a agir de maneira ativa, reflexiva, questionadora, curiosa, torna-a um ser social, que cria e respeita

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

as regras impostas pela sociedade, tendo em vista diversas brincadeiras e jogos que representam uma situação-problema. Sendo está resolvida pela criança, em que a mesma descobre a solução de forma criativa e inteligente.

Trabalhar com o lúdico é importante na construção do conhecimento na Educação Infantil, uma vez que auxilia no desenvolvimento da imaginação, do raciocínio e da criatividade. Da mesma forma, na construção do sistema de representação, envolvendo a aquisição da leitura e escrita, visando à formação dos aspectos motor, cognitivo, físico e psicológico das crianças. Esse artigo abordou o lúdico em sala de aula, procurando incentivar a reflexão dos educadores junto à Educação Infantil, esperando contribuir, de forma positiva, com as práticas docentes.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos R. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. **Pesquisa Participante**. São Paulo. Brasiliense, 1986. BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de. Cadê o Brincar? : da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

FERREIRA, Rosalina Gomes. **A importância do brincar na educação infantil**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-de-brincar-na-educacao-infantil/11903/>. Acesso em: 20 de abr. de 2011.

FORTUNA, Tânia Ramos. **O Lugar do brincar na Educação Infantil.** Revista Pátio Educação Infantil, Ano IX, n. 27, p. 08-10, abr./jun. 2011.

_____. **A Sala de Aula é um lugar de brincar?** In: XAVIER, M.L. M. e DALLA ZEN, M. I. H. (org) Planejamento em destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica, 6) . 147-164.

HAX, Cristiane S. A. **Diário do Estágio Supervisionado na Educação Infantil**. 2011.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXXIV

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOMOTRICIDADE NA APRENDIZAGEM DA ESCRITA

Vilma Rejane da Silva Pereira[96].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-34

RESUMO: O objetivo do presente artigo é fazer algumas observações sobre o significado das habilidades motoras na aquisição da linguagem escrita. Para isso, devemos primeiro entender o conceito de psicomotricidade e como ele se relaciona com o processo de alfabetização, bem como sua contribuição para a aprendizagem das crianças. Como resultado, a abordagem psicomotora possibilitará a compreensão de como a criança adquire consciência de seu corpo e as possibilidades de autoexpressão por meio dele, situando-o no tempo e no espaço, o que o tornará um fator essencial no processo de desenvolvimento da criança. Objetivos: Compreender o significado da psicomotricidade para o crescimento e aprendizagem educacional, com foco nas séries iniciais do ensino fundamental e jogos desenvolvidos em sala de aula, bem como compreender o papel do especialista em educação física no desenvolvimento psicomotor das crianças pequenas nessas séries. Destaca a importância de tais atividades para o desenvolvimento saudável das crianças por meio da prática de atividades físicas que promovam a socialização, a criatividade e a saúde física e mental. As dificuldades de aprendizagem no ambiente educacional podem ser minimizadas estimulando as atividades psicomotoras, abrindo novos caminhos na busca de superação dessas dificuldades.
PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem. Desenvolvimento motor. Psicomotricidade. Educação infantil.

THE CONTRIBUTION OF PSYCHOMOTRICITY IN WRITING LEARNING

ABSTRACT: The purpose of this article is to make some observations about the meaning of motor skills in the acquisition of written language. For this, we must first understand the concept of psychomotricity and how it relates to the literacy process, as well as its contribution to children's learning. As a result, the psychomotor approach will make it possible to understand how the child acquires awareness of his body and the possibilities of self-expression through it, placing it in time and space, which will make it an essential factor in the child's development process. Objectives: To understand the meaning of psychomotricity for growth and educational learning, focusing on the early grades of elementary school and games developed in the classroom, as well as understanding the role of the physical education specialist in the psychomotor development of young children in these grades. It highlights the importance of such activities for the healthy development of children through the practice of physical activities that promote socialization, creativity and physical and mental health. Learning difficulties in the educational environment can be minimized by stimulating psychomotor activities, opening new paths in the search for overcoming these difficulties.

[96] Pós-graduação em psicopedagogia institucional e clínica- Faveni. Mestranda em Ciências da Educação – FACEM. Licenciatura em Pedagogia. Bacharel em Nutrição. Professora da Educação Básica. E-mail: Rejanevilma@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

KEYWORDS: Learning. motor development. Psychomotricity. Child education.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca levar em conta o valor das habilidades motoras para o aprendizado da escrita, bem como o papel da psicomotricidade na educação infantil com um olhar voltado para o equilíbrio, o desenvolvimento motor e intelectual da criança. Trata-se de um projeto de pesquisa bibliográfica com o objetivo de examinar a relevância das habilidades motoras para o aprendizado da escrita, bem como o papel da psicomotricidade na educação infantil, tendo em vista o equilíbrio, o desenvolvimento motor e intelectual da criança. Compreender o conceito de psicomotricidade, como se relaciona com o processo de alfabetização e como beneficia a aprendizagem das crianças.

Visto que, a estrutura da educação psicomotora e as habilidades motoras é uma base fundamental para o processo de aprendizagem. Dessa forma, entendemos como o desenvolvimento psiquiátrico afeta todo o desenvolvimento da criança em todas as suas facetas físicas, sexuais, cognitivas e sociais. A abordagem da psicomotricidade permite compreender como a criança adquire consciência de seu corpo e as possibilidades de autoexpressão por meio dele, situando-se no tempo e no espaço. O movimento humano é desenvolvido a serviço de um objetivo, começando com o comportamento substancial e o movimento autotransformador. Existem fatores que têm um papel nesse atraso no desenvolvimento

A psicomotricidade deve ser vista como uma ciência que investiga o ser humano por meio de seu movimento físico e sua relação com seus ambientes interno e externo. Existem três conceitos-chave que servem de base: movimento, inteligência e emoção. Analisar a psicomotricidade como um aspecto integrante do processo de aprendizagem é extremamente importante. Uma vez que o número de alunos com dificuldades de aprendizagem está aumentando a cada dia, o índice de alunos com dificuldades de aprendizagem.

Existem fatores que influenciam esse atraso na evolução do desenvolvimento. Alguns estudos mostram que a obesidade é um deles (mas ainda é um fator que deve ser visto com muita cautela pois não existem estudos tão aprofundados), outro fator é a

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

limitação da criança a espaços físicos diferentes, é a falta de exploração do próprio corpo, falta de aptidão física, dentre outros (BERLEZE, 2007).

Diante disso, o papel da escola nos primeiros anos do ensino fundamental é extremamente significativo, pois afeta diretamente o crescimento do aluno. Por exemplo, por meio de jogos lúdicos e atividades que estimulem o desenvolvimento cognitivo, motor e social da criança, a escola pode ajudar os alunos a melhorar sua aptidão física e crescimento psicomotor. Compreender o significado da psicomotricidade para o crescimento e aprendizagem educacional, com foco nos jogos criados para ambientes de sala de aula e nas aulas fundamentais.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NA INFÂNCIA

Como estamos preocupados principalmente com a atividade psicomotora, aspecto importante do desenvolvimento e aprendizado motor infantil, o conhecimento e a aplicação da psicomotricidade são de extrema importância quando se trabalha com crianças na educação infantil. Busca compreender o corpo em suas múltiplas relações, ou, dito de outra forma, o corpo em movimento. Com isso, possibilita trabalhar com toda a história de vida de um indivíduo, incluindo suas aflições sociais, políticas, econômicas e físicas, ao mesmo tempo em que desenvolve suas habilidades comunicativas e melhora seu equilíbrio e domínio corporal. O desempenho geral do sujeito e sua relação sistêmica com o corpo, o cérebro e a mente são o foco de sua pesquisa.

> A psicomotricidade considera a motricidade humana uma ação e uma conduta relativas a um sujeito, uma ação que só pode ser concebida e abordada nos substratos psiconeurológicos que a integram, elaboram, planificam, regulam, controlam e executam. Em psicomotricidade o objetivo do movimento não está inserido nele, mas naquilo que o origina, na sua motivação, no componente emocional que o justifica e na intencionalidade que o antecipa e controla (FONSECA, 2004, p. 10).

A criança aprende sobre o mundo através de seu corpo e interage com ele. O corpo serve como ponto de referência do sujeito para compreender e interagir com seu corpo e servirá de base e inspiração para seu desenvolvimento cognitivo. Perceba que as etapas do desenvolvimento são de extrema importância para que o educador possa trabalhar efetivamente as questões relacionadas à Psicomotricidade.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

É fundamental promover o desenvolvimento motor, psicomotor, cognitivo e afetivo da criança no início de sua jornada educacional para que ela evite dificuldades na vida adulta. Neste mesmo estudo, foram realizados testes que demonstraram como o ambiente de uma criança pode limitar ou melhorar seu desenvolvimento motor de várias maneiras. Fonseca (2008) realizou testes em pré-escolares do ensino fundamental de 1ª a 4ªsérie, utilizando a Escala de Desenvolvimento Motor – E.D.M, mostrando que a quantidade de atividade física que a criança exerce fora e dentro de casa, com intervenção de um profissional da Educação Física e dos pais quando estão em casa, pode influenciar no desenvolvimento motor da criança. Afirmando a importância do educador físico nessas séries iniciais, auxiliando a criança a adquirir as informações motoras com mais facilidade e aprendendo a executar de uma forma correta.

HABILIDADES MOTORAS E A APRENDIZAGEM DA ESCRITA

Através da ação, a criança vai descobrindo as suas preferências e adquirindo a consciência do seu esquema corporal. Para isso é necessário que ela vivencie diversas situações durante o seu desenvolvimento, nunca esquecendo que a afetividade é a base de todo o processo de desenvolvimento, principalmente o de ensino-aprendizagem. “A coordenação motora é definida como junção de um conjunto de habilidades e das estruturas corporais. Dentro dos pré-requisitos para o desenvolvimento da coordenação motora, encontram-se a experiência adquirida, a informação sensorial, a capacidade intelectual e a antecipação” (RODRIGUES, 2005).

O desenvolvimento das habilidades fundamentais essenciais ao crescimento motor, afetivo e psicológico da criança deve ser previsto pelo trabalho de educação psicomotora realizado com ela, proporcionando a oportunidade de ela tomar consciência de seu corpo por meio de jogos e outras atividades exploratórias.

> A elaboração do esquema corporal, através do qual a criança adquire a imagem,o uso e o controle do seu corpo, faz-se progressivamente, com o desenvolvimento e o amadurecimento do sistema nervoso e é paralela à evolução sensória motora. Do esquema corporal dependem o equilíbrio e a coordenação motora, pois sem eles não poderíamos andar, sentar ou fazer qualquer movimento sem cair (MORAIS, 1998, p. 08).

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Nesse sentido, o termo "esquema corporal" refere-se às experiências que se tem relacionadas ao seu bem-estar físico e às suas experiências sensoriais. Não é um conceito aprendido que requer treinamento. Ele é organizado pela experiência do corpo da criança. É uma construção mental que a criança vai completando de acordo com os usos que dá ao seu corpo.

O corpo e a sua imagem são elementos simbólicos e materiais que ocupam um momento no espaço e no tempo através do conhecimento, que é sempre renovável e translúcido. Transforma-se na razão direta de sua fugacidade em saber e exigir “ser entendido a partir de um lugar: um lugar que o reconheça no pormenor, mas que o identifique no todo” (SILVA, 1999, p. 26). O corpo transforma-se em um palco de imagens corporais construídas.

Como resultado, a criança precisa praticar o uso de ambas as partes do corpo. A lateralidade tem se mostrado um fator na aquisição de estabilidade, equilíbrio e boa postura. Uma criança tem a capacidade de olhar e agir em todas as direções usando sua lateralidade, equilíbrio, coordenação física e consciência espacial. Ela é uma situação que uma criança pequena acabará aprendendo ao longo de suas vidas. Eles também perceberão que ela pode fazer dois ou mais movimentos ao mesmo tempo na direção oposta.

A psicomotricidade evoluiu para um fator significativo, essencial para o crescimento e aprendizagem de uma criança e deve ser abordada desde a infância. Nosso próprio universo individual é o corpo. Nele nos faz mover, sentir, agir, perceber e aprender sobre nossos universos. Tudo neste corpo foi registrado com precisão, e são as crianças que determinam o que será bem registrado e o que não será. Aprender, movimentar-se, vivenciar este mundo e compartilhá-lo com os outros terá um papel na forma como esse assunto é estruturado, mas também respeitando as limitações de cada indivíduo, pois o processo de desenvolvimento de todos pode não ser o mesmo.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, serviu como espaço de ativismo político, prática democrática e desenvolvimento de conhecimentos que se solidificaram à margem das recentes conquistas democráticas da sociedade brasileira. Por lei o sistema de ensino desde 1996 determina creches para crianças até 03 anos de idade, e as pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos (BRASIL, 2012). Ocorreram duas mudanças na Educação Infantil: em 2006 alteraram a idade para conclusão da pré-escola, passou de 6 para 5 anos, assim adiantando a entrada da criança no Ensino Fundamental, a segunda mudança por meio da Emenda Constitucional N 59, de 2009, determinou a obrigatoriedade de matrícula, frequência na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos.

A Constituição Federal de 1988, acarretou ao Estado o dever em relação à educação formal de crianças de 0 a 6 anos de idade, implicando nos direitos das crianças (2008) e dos pais e mães (artigo 7) as creches e as pré-escolas. Segundo Weiten (2002), estas relações são estabelecidas desde o pré-natal, durante os estágios germinal, embrionário e fetal, ao contexto familiar no qual a criança está inserida. Campanudo (2009) relata que as crianças podem manifestar dificuldades em vários tipos de aprendizagem, nomeadamente na aprendizagem escolar ou acadêmica, abrangendo a aprendizagem simbólica ou verbal, onde se incluem a leitura, a escrita e a matemática; ou na aprendizagem psicossocial ou psicomotora, de caráter não simbólico ou não verbal, revelando-se nas dificuldades em aprender a orientar-se no espaço, a desenhar, em atividades desportivas ou na interação com os pares.

Segundo José e Coelho (2001), na maioria das vezes, a família não percebe os distúrbios, que são percebidos quando ela entra na escola, assim sendo, sua dificuldade em aprender e, dessa forma, o problema de aprendizagem torna-se o primeiro sintoma conhecido da deficiência física que a criança apresenta. A origem do problema de aprendizagem pode estar relacionada com o modelo de relação vincular que cada criança estabelece e que foi desenvolvido e estruturado nas primeiras relações com a mãe.

METODOLOGIA

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Este projeto de pesquisa tem como foco uma revisão bibliográfica eletrônica realizada por autores conceituados sobre o tema psicomotricidade e aprendizagem. As buscas foram realizadas por meio de autores com expertise relevante, que buscaram artigos em bases de dados de dados como Google, Scielo, livros, entre outros.

EDUCAÇÃO PSICOMOTORA

Dada a importância desses estudos para o campo educacional, principalmente em termos de suas contribuições para a aprendizagem dos alunos, é necessário compreender o percurso do estudo da psicomotricidade.

Nesse contexto, a prática psicomotora teve seu início com Edouard Guilmain em 1935. Este médico iniciou um novo método que chama de Reeducação Psicomotora. O método exposto pelo médico consistia na aplicação de vários testes psicomotores para a avaliação do perfil da criança. Assim, estabeleceu-se um exame psicomotor padrão e um programa de sessões de acordo com as características dos distúrbios motores que o indivíduo apresentava, orientando as modalidades de intervenção do terapeuta (LEVIN, 1995).

Estudos apontam que a educação psicomotora surgiu com o objetivo de atingir os espaços educativos com grupos de crianças, com a finalidade de contribuir no processo de aprendizagem dos alunos. Diante de pesquisas realizadas, constatou-se que a psicomotricidade pode vir a se estabelecer no processo inicial da educação da criança, justamente por compreender o período da infância como aquele que constitui e alicerça as bases emocionais e afetivas do ser humano (LEVIN, 1995).

Conforme expõe Alves (2007), o termo psicomotricidade se relaciona a uma concepção de movimento organizado e integrado, cuja ação é o resultado de experiências vividas pelo sujeito, resultante de sua socialização. Assim, o aluno precisa ser estimulado a realizar os movimentos, sendo o mesmo planejado e orientado pelo docente.

Segundo Levin (1995), desde que nasce a criança usa a linguagem corporal para conhecer a si mesma, para se relacionar com seus pais, para movimentar-se e descobrir o mundo. Essas descobertas feitas com o corpo deixam marcas, são aprendizados efetivos,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

incorporados. Na verdade, são tesouros que podem ser guardados e usados como referência quando necessário, como por exemplo, auxiliar na criatividade em determinado momento profissional ou então na resolução de problemas cotidianos. Segundo o autor, os movimentos são saberes adquiridos sem saber, que ficam à disposição para serem colocados em uso conforme a necessidade.

Os estudos propostos por Alves (2007) discutem sobre a educação psicomotora, o autor relata que a psicomotricidade.

> [...] é dirigida basicamente às crianças pretendendo favorecer ao máximo, odesenvolvimento psicomotor e evitar as desviações demasiado neurótica da personalidade. É uma atividade preventiva que através da prática psicomotora propicia o desenvolvimento das capacidades básicas, sensoriais, perceptivas e motoras, favorecendo a uma organização mais adequada ao desenvolvimento da aprendizagem (ALVES, 2007, p. 6).

À luz da pesquisa, pesquisadores ressaltam a necessidade e a importância de incluir a educação psicomotora no cotidiano das crianças. Por isso, é fundamental que os professores criem exercícios práticos que estimulem o movimento físico dos alunos, inovando seus métodos pedagógicos com o objetivo de promover o desenvolvimento integral da criança.

Diante disso, estudos realizados 4 confirmam que o movimento físico auxilia no desenvolvimento da aprendizagem das crianças. Como resultado, fica claro que a pesquisa em psicometria está auxiliando na renovação da educação e na definição de novos princípios educacionais. A realidade observada nas escolas mostra que os professores devem estar constantemente atentos aos estudos e informações sobre a psicomotricidade, incluindo seus fundamentos, para ver como movimento físico e aprendizagem andam de mãos dadas.

A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E OS SEUS FATORES

Segundo Paín (2008), em se tratando de dificuldade de aprendizagem, pode-se definir a sua patologia. Supõe um desvio mais ou menos acentuado do quadro normal, mas admissível, e que responde às expectativas relativas a um sujeito que aprende. De acordo com a mesma autora, este diagnóstico é sempre uma hipótese, e cada momento da relação com o sujeito através, tanto do processo diagnóstico como do

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

tratamento, nos permitirá adequá-la desde que as transformações obtidas a partir dessa hipótese sejam aplicáveis por ela mesma (PAÍN, 2008).

Para Soares (2006), é evidente que o processo ensino-aprendizagem é um processo construído sócio interacionalmente, entre ensinante-aprendente-meio, a fim de que todos os componentes possam usufruir do processo cognitivo, que é o processo de aprendizagem. A aprendizagem abrange processos de atenção, codificação, planificação e de expressão, a aplicação de estratégias de interação e mediatização sociocultural (FONSECA, 2001).

Ainda segundo Paín (2008), os fatores fundamentais que precisam ser levados em consideração no diagnóstico de um problema de aprendizagem são: fatores orgânicos, específicos, psicógenos e ambientais. Dentro dos fatores psicógenos, podem-se diferenciar duas possibilidades para o fato de não aprender: na primeira, este constitui um sintoma e, portanto, supõe a prévia repressão de um acontecimento que a operação de aprender de alguma maneira significa; na segunda, trata-se de uma retração intelectual do ego. Os fatores ambientais podem referir-se ao meio ambiente material do sujeito, às possibilidades reais que o meio lhe fornece, à quantidade, à qualidade, à frequências e à abundância dos estímulos que constituem seu campo de aprendizagem habitual. São interessantes as características de moradia, do bairro, da escola; a disponibilidade de ter acesso aos lugares de lazer e de esportes, bem como aos diversos canais de cultura (jornais, rádio, televisão, etc.); e, a abertura profissional ou vocacional que o meio oferece a cada indivíduo.

Para Smith e Strick (2001), um ambiente estimulante em casa gera estudantes adaptáveis e dispostos a aprender, mesmo entre crianças cuja saúde ou inteligência foi comprometida de alguma maneira .

Segundo José e Coelho (2001), na maioria das vezes, a família não percebe os distúrbios, que são percebidos quando ela entra na escola, assim sendo, sua dificuldade em aprender e, dessa forma, o problema de aprendizagem torna-se o primeiro sintoma conhecido da deficiência física que a criança apresenta.

A origem do problema de aprendizagem pode estar relacionada com o modelo de relação vincular que cada criança estabelece que foi desenvolvido e

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

estruturado nas primeiras relações com a mãe. Segundo Weiten (2002), estas relações são estabelecidas desde o pré-natal, durante os estágios germinal, embrionário e fetal, ao contexto familiar no qual a criança está inserida.

Campanudo (2009) relata que as crianças podem manifestar dificuldades em vários tipos de aprendizagem, nomeadamente na aprendizagem escolar ou acadêmica, abrangendo a aprendizagem simbólica ou verbal, onde se incluem a leitura, a escrita e a matemática; ou na aprendizagem psicossocial ou psicomotora, de caráter não simbólico ou não verbal, revelando-se nas dificuldades em aprender a orientar-se no espaço, a desenhar, em atividades desportivas ou na interação com os pares.

Na concepção de Scoz (2002), a realidade educacional brasileira ainda não atingiu uma política clara e segura de intervenção, onde a escola torne-se capaz de ensinar e contribuir com a superação das dificuldades de aprendizagem. Para que isso aconteça, seria necessário que os educadores adquirissem conhecimentos que lhes possibilitem compreender sua prática e os meios necessários para o progresso e sucesso dos alunos.

A criança ao ingressar na escola já adquiriu experiências relacionadas a diversas situações e irá reagir a esse novo espaço de acordo com condicionamentos anteriores, sendo frequente encontrarmos crianças que não conseguem adaptar-se, não apresentando um rendimento satisfatório nos estudos por estarem comprometidas por ansiedades e tensões psíquicas (NOVAES, 1986).

Scoz (2002), afirma que não há uma única causa para os problemas de aprendizagem. É preciso compreendê-los a partir de um enfoque multidimensional, que associe fatores orgânicos, cognitivos, afetivos/sociais.

> Sentimentos básicos de alegria e tristeza, sucesso e fracasso experimentados em relação aos objetos e situações também serão experimentados, futuramente, em relação às próprias pessoas, o que dará origem aos sentimentos interindividuais (SISTO, 2001, p. 102).

De acordo com a abordagem do desenvolvimento proposta por Henri Wallon, os aspectos afetivo, motor e cognitivo são indissociáveis, no processo de construção individual. Vale ressaltar que Wallon (apud NADEL-BRULFERT e WEREBE,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

1986) destaca a importância da motricidade no desenvolvimento humano, situando-a na origem do pensamento

PSICOMOTRICIDADE E APRENDIZAGEM

Henri Wallon trouxe suas contribuições para a psicomotricidade em 1925 por meio de sua análise dos estágios e transições do desenvolvimento mental e motor da criança. Sua pesquisa foi baseada no neurodesenvolvimento de recém-nascidos e no desenvolvimento das habilidades psicomotoras de uma criança. Para Wallon, há uma relação entre motricidade e caráter, onde o movimento está relacionado ao afeto, à emoção, ao meio ambiente e os hábitos da criança (OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Fonseca (1995), Wallon foi o responsável pelo nascimento da reeducação psicomotora. Pode-se dizer que a psicomotricidade atua nos pequenos gestos e em todas as atividades que desenvolvem a motricidade da criança, visando ao conhecimento e ao domínio do seu próprio corpo. A estrutura da educação psicomotora é a base essencial para o processo intelectivo e de aprendizagem da criança.

A Associação Brasileira de Psicomotricidade (2012), define psicomotricidade como ciência que tem como objeto de estudo o homem, através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo. Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. É sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto. Distúrbio de Aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de desordens, expressadas por dificuldades na aquisição e no uso da audição, fala, escrita e raciocínio matemático (TULESKI; EIDT, 2007).

Segundo Rosa Neto (2002), a psicomotricidade está relacionada a aspectos psicológicos e cognitivos do movimento e às atividades corporais na relação do organismo com o meio em que se desenvolve. Na psicomotricidade, há elementos maturacionais relacionados com os movimentos e ações que se mostram quando a criança entra em contato com pessoas e objetos com os quais se relaciona de forma construtiva. Para Coll (1995), o desenvolvimento psicomotor tem como meta o

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

controle do próprio corpo, capaz de extrair todas as possibilidades de ação e expressão que sejam possíveis.

De acordo com Oliveira (2009), o desenvolvimento psicomotor evolui lentamente, de acordo com experiências e oportunidades que a criança possui em descobrir o ambiente no qual está inserida, portanto a falta de habilidade motora pode ser muitas vezes, resultado da falta de vivência corporal.Le Boulch (1987), afirma que a representação mental do movimento, imprescindível ao ajustamento com representação mental, presume a visualização das atitudes sucessivas, segundo seu desenvolvimento rítmico. A percepção e a memorização das estruturas rítmicas são um apoio funcional indispensável. O mesmo autor afirma que a construção de esquemas motores complexos envolve não apenas a disponibilidade corporal completa, no plano postural, da localização e da dissociação do movimento, acrescentando a boa percepção e memorização das estruturas rítmicas (LE BOULCH, 1987).

De acordo com Andrade, Luft e Rolim (2004), a aprendizagem se dá através da mudança de comportamento viabilizada pela plasticidade neural. Considera-se que a aprendizagem motora é complexa e envolve todas as áreas corticais de associação, é importante compreender o funcionamento neurofisiológico da maturação, para entender melhor as bases teóricas necessárias para a estruturação de um plano de ensino, considerando as fases de desenvolvimento neural da criança, maximizando assim o aprendizado.

Segundo Rosa Neto (2002), os elementos básicos da psicomotricidade são: esquema corporal, lateralidade, orientação temporal, coordenação global, coordenação fina e óculo-manual. Estes elementos psicomotores bem estruturados atuam de forma integrada e são pré-requisitos necessários para que a aprendizagem escolar aconteça de forma fluente e regular.

Para Kishimoto (2002), a brincadeira quando se repete juntamente com a intervenção de um adulto, a criança descobre regras, ou seja, uma série de ações que compõem a modalidade da brincadeira e não apenas a repete, mas toma iniciativas, faz alterações ou introduz novos elementos. Assim a criança demonstra ter domínio das regras da brincadeira e uma boa capacidade criativa. Para Fonseca (1996), o

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

jogo é um fator de libertação e de formação, que não pode faltar ao desenvolvimento da criança, que além da satisfação catártica que permite, implica também uma subestimação dos instintos e tendências antissociais

A RELAÇÃO DA PSICOMOTRICIDADE COM O PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO

O objetivo da psicometria é trabalhar com um indivíduo em toda a sua história de vida, incluindo suas esferas social, política e econômica. Esta história ganha vida em seu corpo. Trabalhe sua estabilidade emocional e destreza física à medida que desenvolve suas habilidades de comunicação, dando a si mesmo a chance de dominá-las e economizar sua energia mental para a gesticulação, para que você possa trabalhar sua aparência e aperfeiçoar seu equilíbrio. A psicomotricidade é o corpo em movimento levando em conta todo o ser.

O desenvolvimento está se expandindo em todas as áreas — física, intelectual e tudo depende de influências compartilhadas. Os estágios de desenvolvimento são comuns a todas as crianças, mas as variações no ambiente doméstico e social em que vivem afetarão seu comportamento. Como resultado, observamos crianças da mesma idade que apresentam comportamentos variados, demonstrando que cada criança é única e merece ser respeitada. Os primeiros anos de vida são cruciais para o desenvolvimento psicomotor da criança. Para evitar afetar o potencial da criança e prejudicar seu aprendizado da leitura e da escrita, é importante estar alerta e garantir que qualquer interrupção seja tratada imediatamente.

O desenvolvimento físico, intelectual e sexual está se expandindo, e tudo depende de influências compartilhadas. Todas as crianças passam por fases de desenvolvimento, no entanto, cada criança experimenta essas fases de forma diferente, dependendo do seu ambiente doméstico e social, o que afeta a forma como se comporta. Como resultado, vemos crianças da mesma idade exibirem uma gama de comportamentos, ilustrando o quão única e merecedora de respeito cada criança é. O desenvolvimento psicomotor da criança depende muito de seus primeiros anos de vida. É crucial estar ciente e certificar-se de que quaisquer interrupções sejam tratadas imediatamente para evitar prejudicar o

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

potencial da criança e prejudicar sua capacidade de aprender através da leitura e da escrita.

O desenvolvimento do sistema nervoso é expresso por uma combinação de atividades motoras, desenvolvimento psicomotor geral, particularmente em relação à tonicidade e coordenação do movimento, bem como o desenvolvimento de habilidades motoras finas ao nível das mãos e dos dedos, na ato de escrever. Do ponto de vista linguístico, a escrita exige que a criança reformule sua linguagem falada para ser compreendida. A aprendizagem da escrita como modo de linguagem pode ser afetada de maneira específica, deixando as demais condutas verbais inalteradas. Mesmo com um bom nível de linguagem de conversação e um bom leitor, uma criança pode ter dificuldades para executar a ortografia de letras, números ou palavras.

A aprendizagem da escrita como modo de linguagem pode ser afetada de maneira específica, deixando as demais condutas verbais inalteradas. Mesmo com um bom nível de linguagem de conversação e um bom leitor, uma criança pode ter dificuldades para executar a ortografia de letras, números ou palavras. Uma criança deve ter atingido um certo nível de linguagem e desenvolvimento cognitivo para aprender a escrever, que é um modo expressivo de linguagem. Além disso, a criança deve ter crescido em afluência.

Uma criança normalmente precisa de suas mãos, sua orientação espacial (lateralidade), seu ritmo motor, sua postura e seu reconhecimento da ação relevante (função imaginária) para escrever. Uma gradação progressiva de atividades inclui coordenação motora global, equilíbrio, separação de movimentos, esqueleto do corpo, lateralização, organização espacial e motricidade final. Todas as facetas da percepção, incluindo a visual, auditiva, tátil, olfativa e gustativa, devem ser abordadas na educação infantil. A imagem corporal de uma criança, ou a impressão que ela tem de seu corpo, pode ser medida a partir dos desenhos que ela faz de uma figura humana.

A coordenação das habilidades motoras finas, como a arrumação, é crucial para o crescimento da escrita e das artes gráficas. A falta de habilidades rudimentares pode resultar em uma leitura lenta e lenta, com pontuação e enunciação inadequadas. Escrever significa conectar um signo verbal com um signo gráfico. Características comuns a todas

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

as crianças podem ser observadas em suas representações gráficas, o que levou a uma variedade de classificações de estágios de desenvolvimento gráfico por diversos autores.

A criança, em princípio, carece da maturidade necessária para ler e escrever; ao contrário, eles só são capazes de se engajar em pura diversão quando usam um instrumento (como lápis, caneta, giz ou pincel), o que mostra a ausência de qualquer coordenação do movimento. Quando se trata de manipular linhas contínuas, a criança ainda tem a oportunidade de fazê-lo sem nenhuma intenção de expressar pensamentos. O nível de coordenação do movimento, no entanto, melhorou um pouco. A capacidade de manipular as ferramentas é melhorada.

As rupturas do grafismo são a causa da instabilidade da criança, má coordenação motora, rigidez ou constrição das mãos, problemas psicológicos e desejo de acabar com a atividade depressiva. É mais fácil prevenir problemas futuros quando respeitamos cada etapa do desenvolvimento e a singularidade de cada pessoa.

CONCLUSÃO

O conhecimento do papel ativo que as crianças desempenham no desenvolvimento de seus conhecimentos e concepções iniciais da linguagem escrita, bem como suas características e processo de desenvolvimento, tem sido discutido e revisto em contextos educacionais, bem como nas escolhas, intervenções e práticas metodológicas de educadores. A criança deve passar por todas as etapas do desenvolvimento respeitando seu amadurecimento para produzir boas habilidades de escrita, pois essas etapas devem ser passadas com alegria, fantasia, prazer e realizações.

Com o desenvolvimento deste estudo, descobrimos que para desenvolver as habilidades cognitivas, afetivas, motoras e psicomotoras das crianças, devemos respeitar e explorar os estágios e fases do desenvolvimento infantil. É importante que os educadores da primeira infância lembram que as crianças não aprendem e criam apenas por meio da imitação. Em vez disso, eles devem proporcionar às crianças jogos criativos sem estabelecer muitas regras e um ambiente onde elas se sintam aceitas, incluídas e livres para expressar sua imaginação.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Este trabalho serve como uma reflexão sobre o significado da psicomotricidade no processo educacional e no processo de aprendizagem, visando minimizar os desafios da aprendizagem por meio de seus benefícios. Tendo em vista que uma criança vivencia o mundo por meio de seu corpo e que seu desenvolvimento é determinado pelas interações que ela tem com os outros, faz sentido que o estudo sistemático dos elementos fundamentais da psicomotricidade sirva como pré-requisito para o aprendizado e auxílio na resolução de questões relacionadas à aprendendo dificuldades.

REFERÊNCIAS

FONSECA, V. **Psicomotricidade: perspectivas multidisciplinares**. Porto Alegre:Artmed, 2004.

RODRIGUES, C. G. **Educação física infantil:** motricidade de 1 a 6 anos. [Tradução de Roberto Francine Junior]. São Paulo: Phorte, 2005.

MORAIS, F. A. **Desenvolvimento da moral e do perdão em estudantes dos cursos de Educação Física.** Dissertação de mestrado não publicada, Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 1998.

SILVA, P. C. **O lugar do corpo: elementos para uma cartografia fractal.** Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

CAMPANUDO, M. **Representações dos Professores sobre as Dificuldades de Aprendizagem Específicas –Leitura, Escrita e Cálculo**. Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa com vista à obtenção do grau de Mestre em Psicologia de Educação e Intervenção Comunitária. Universidade Fernando Pessoa.https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1424/1/ dm_mariajosecampanudo.pdf. 2009

WEITEN, W. **Introdução à psicologia:** temas e variações. Tradução de Zaira G. Botelho, Maria Lúcia Brasil, Clara A. Colotto e José Carlos B. dos Santos. São Paulo: Pioneira Thomson, 2

JOSÉ, E. A.; COELHO, M. T. **Problema de Aprendizagem**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2001.

CUNHA, S. H. N. **Brinquedo, desafio e descoberta para a utilização e confecção de brinquedos.** Rio de Janeiro: Fae, 1988

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXXV

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rosane Xavier de Oliveira[97].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-35

RESUMO: O presente artigo passa a destacar a importância da leitura para os alunos do ensino infantil no intuito de esclarecer ao docente quais os benefícios ao inserir a prática de ler na sala de aula, deste modo proporcionando assim o prazer que deve ter o ato de ajudar os estudantes a compreender determinada história ajudando assim na sua formação social , o estudo de pesquisa tem por finalidade atender aquelas crianças de 4 a 6 anos de idade passando a analisar os códigos e os seus significados decorrente a sua aprendizagem , deste modo com a ajuda de alguns teóricos e PCNS da língua portuguesa com o objetivo de deixar bem claro por que é importante os alunos do ensino infantil ter o estímulo da leitura justamente no nosso tempo atual para poder formar alunos mais criativos e pensantes, o campo da pesquisa passa a ser na Escola Municipal Jessé no distrito de Baixa Do Meio com a colaboração das professoras Gerusa e Juliana com as turmas da alfabetização e o jardim II.
PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Educação Infantil. Criança. Alunos.

THE IMPORTANCE OF READING IN CHILD EDUCATION

ABSTRACT: The present article emphasizes the importance of reading for the children's students in order to clarify to the teacher the benefits of inserting the practice of reading in the classroom, thus providing the pleasure of helping the children. students to understand a certain history thus helping in their social formation, the research study aims to serve those children from 4 to 6 years of age, starting to analyze the codes and their meanings resulting from their learning, thus with the help of some theoretical and PCNS of the Portuguese language with the aim of making it very clear why it is important for students to have the reading stimulus precisely in our current time to be able to train more creative and thinking students, the field of research happens to be in School Municipal Jessé in the city of Baixa Do Media with the collaboration of the teachers Gerusia and Juliana with the literacy classes and the garden II.
KEYWORDS: Reading. Early Childhood Education. Child. Students.

INTRODUÇÃO

O estudo de pesquisa passa a analisar a importância da leitura para os alunos do ensino infantil com a finalidade de ampliar um pouco mais a educação das crianças de 4 a 6 anos que estão em formação inicial na escola por abordar um tema motivacional no

[97] Formação em Letras Inglesa – UERN. Atualmente cursando Letras Portuguesa – UFRN. Pós-graduação em Ensino Infantil – FAVENI. Pós-graduação em Docência Inglesa - FMU e Pós-graduação em Ensino de Língua Inglesa – FAVENI. Professora de Língua Portuguesa no município de Macau/RN. E-mail: rosanexavier957@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

intuito de destacar a prática da leitura na sala de aula, no qual é primordial a compreensão dos pais durante essa inicial jornada de cada um dos filhos durante a sua associação com os outros alunos.

Diante de tudo dizemos que por meio das diretrizes e parâmetros, no qual define desenvolvimento da criança na Educação Infantil, citamos o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (2001), que em seus objetivos gerais diz que a criança deve:

> Desenvolver uma imagem positiva de si, levando à independência, confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações; conhecer o próprio corpo, desenvolvendo hábitos de cuidado e de higiene; estabelecer vínculos afetivos, ampliando as possibilidades de interação social; aprender a articular seus interesses com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvimento da colaboração; perceber-se como agente transformador do meio ambiente, valorizando atitudes para sua conservação; brincar expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades; enriquecer sua capacidade expressiva utilizando as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita); conhecer, respeitar e participar de manifestações culturais

Diante de tudo isto o PCN passa a destacar os benefícios de inserir a leitura no âmbito educacional de cada um dos integrantes dos estudantes do ensino infantil por abordar o hábito de ler .para as crianças de sua iniciação educacional procurando assim desenvolver a escrita de modo mais compreensivo ajudando na aprendizagem com respeito a sua língua materna, deste modo a pesquisa irá descrever por que é importante que cada uma das crianças tenham conhecimento que venha somar quanto ao seu conhecimento e formação continuada , visto isso o artigo tem por etapa proporcionar para os docentes a leitura como sendo um recurso pedagógico ,no qual os estudantes irá progredir exatamente em sua jornada educacional

Segundo Carvalho (1997) Para vivermos em nossa sociedade, faz-se necessário saber ler e para isso há que se considerar a leitura de diferentes linguagens como da linguagem verbal, da linguagem visual, auditiva, olfativa, gustativa, bem como os gestos, os sons, os sentidos, as coisas, os traços, as linhas, a natureza, os comportamentos, a moda, a televisão, o cinema, o teatro, enfim, tudo o que vivo.

De acordo com o comentário acima dizemos que para tudo precisamos ler atualmente por que é uma das atividades de todo ser humano ter o hábito de ler , sabemos que deste modo podemos ser como um cidadão de valor para sociedade por ter tido o

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

interesse de saber sobre a leitura e por passa a ter o desejo de compreender o seu ambiente social procurando ser alguém num mundo cheio de exigências como encontra-se atualmente, deste modo a pesquisa passa a ser estruturada por temas que tem como foco o fator principal a leitura no ambiente de uma criança.

A LEITURA NO ENSINO INFANTIL

Ler é uma das atividades mais importante na vida de um ser humano embora vivemos num mundo globalizado e com os avanços nas tecnologias alguns persistem em somente visualizar as imagens e não usar o seu intelecto para fazer uma leitura de uma certa imagem ou até mesmo de uma linguagem, mas dizemos que uma criança em sua fase inicial de pré escola e no 1° ano inicia a necessidade de saber exatamente do que a professora está falando e até mesmo em seu ambiente familiar, vale salientar que o Plano Nacional do Livro e da Leitura afirma que:

Ler é abrir janelas, destrambelhar portas, enxergar com outros olhares, estabelecer novas conexões, construir pontes que ligam o que somos com o que outros, tantos outros, imaginaram, pensaram, escreveram. Ler é fazermos expandidos. (BRASIL, 2006, p. 04)

Então como diz o comentário acima confirma cada vez mais a importância de inserir a pratica de ler no início da formação escolar de uma criança , por que ajuda em sua compreensão de mundo iniciando um processo de aprendizagem mais eficaz na sua vida ,justamente por destacar exatamente os fatores importante que é de saber sobre os códigos das letras desenvolvendo assim a escrita sem nenhuma dificuldade procurando sempre pôr em prática em sua vida diária, deste modo dizemos que a leitura torna-se essencial para os alunos da educação infantil, por que beneficiará no seu vocabulário e na sua formação social estimulando assim o desejo de ter mais conhecimentos que possam ter uma abrangência maior quanto as palavras dita pelo próprio docente ,por essa razão passando a desenvolver a sua habilidade de comunicação.

Abramovich (1989, p. 16) nos fala sobre a importância da criança ouvir histórias, quando diz que: “[...] é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

muitas histórias... Escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo".

Ao observarmos a opinião acima vimos de forma bem clara que quando um aluno passa a ouvir o professor inicia no momento da aula passa a desenvolver a sua aprendizagem por meio das palavras ditas pelo docente por descrever a história e a repeti-la de modo que haja assim uma interação entre os discentes que venha ser repercutido por perguntas e respostas jogadas durante a leitura de um conto ou de uma história infantil , deste modo contribuindo assim para a sua educação, por essa premissa quando o docente tem como recurso histórias que venham a destacar situações reais sobre o que vivenciamos no ambiente familiar e social procuramos sempre facilitar o entendimento por meio de uma linguagem verbal e não verbal destacando as partes principais de cada situação .

Segundo Carvalho (1997) Para vivermos em nossa sociedade, faz-se necessário saber ler e para isso há que se considerar a leitura de diferentes linguagens como da linguagem verbal, da linguagem visual, auditiva, olfativa, gustativa, bem como os gestos, os sons, os sentidos, as coisas, os traços, as linhas, a natureza, os comportamentos, a moda, a televisão, o cinema, o teatro, enfim, tudo o que é vivo e significativo.

Pensando nisso o comentário da autora destaca mais uma vez que a leitura proporciona várias modalidades de ter o hábito de ler basta o docente está apto para desenvolver nas crianças de 4 a 6 anos a sentirem o desejo de ter o conhecimento sobre cada história lida durante a sua aula , mas procurando estimular assim a vontade de ser um grande leitor.

O PROFESSOR COMO MEDIADOR DA PRÁTICA DE LER

Sabemos que cada cidadão necessita ter conhecimento de tudo que há ao nosso redor, por que nos direciona para um caminho que nos leva a uma formação, por essa razão vem o profissional da educação que tem um papel de vital importância que é exatamente passar para cada um dos alunos o que tenha adquirido em sua formação educacional.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Deste modo quando vem aquele estudante que está iniciando a sua vida em seu ambiente escolar o docente tem a importante tarefa de iniciar na sua formação da sua língua materna até a sua produção textual, Libâneo (1994, p. 06) afirma que "a característica mais destacada do trabalho do professor é a mediação docente pela qual ele se põe entre o aluno e o conhecimento para possibilitar as condições e os meios de aprendizagem".

O autor passa a afirmar que o professor tem a sua participação principal na educação do público infantil por propor condições favoráveis para cada um dos seus aprendizes a ter uma noção real de tudo que venha ocorrer ao seu redor podendo assim dar um ensino com qualidade por fazer a sua função de desenvolver as suas habilidades comunicativas e o seu desenvolvimento na fala e na escrita por ler para cada um dos seus estudantes que estão em sua formação educacional.

Porém a tudo que vem ocorrendo atualmente no mundo dizemos que a leitura faz o aluno a ser uma pessoa que venha ter opiniões próprias e um bom desempenho quanto ao saber que esteja ocorrendo ao seu redor, com isso o docente tende a proporcionar a leitura como sendo uma procura incessantemente por riquezas culturais conhecimentos satisfatórios que venham a acrescentar na educação dos alunos do ensino infantil.

ESTRATÉGIAS DE LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao lermos uma história às vezes sentimos inspirado a entrar num mundo de imaginação querendo assim participar daquele momento que o professor esteja ditando aquela situação durante a sua aula, deste modo procurando destacar as palavras e os conceitos de cada conteúdo abordado delineando todo o tema para que o aluno venha desenvolver a sua capacidade comunicativa.

Então dizemos que hoje com o avanço na tecnologia passam a deixar de lado todo o conceito de saber um determinado assunto por querer sempre ouvir ou olhar um vídeo ,sendo assim dizemos que o docente enfrentam atualmente desafios quanto ao ensinar uma criança a ler, por essa razão faz necessário que o docente da pré-escola venha incutir nos seus estudantes o desejo de ser um bom leitor por essa razão procurando seguir

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

algumas estratégias possíveis para desenvolver a capacidade cognitiva dos alunos contribuindo para ser alfabetizado.

Gardinali (2010, p. 113) nos fala sobre esse momento quando afirma que: A leitura em voz alta é para mim o caminho mais poderoso do fomento à leitura. É a via ideal, quase perfeita, para o estabelecimento de uma relação amigável com a leitura e com os livros, e, consequentemente, para o acesso ao conhecimento. Ainda mais, a leitura em voz alta é a chave para a educação e para o saber, para a construção de cidadãos responsáveis e de uma sociedade melhor.

O comentário do autor acima destaca a leitura como uma estratégia de aprendizagem .no qual se torna mais eficaz no que diz respeito a história lida em voz alta pelo docente com um pouco mais de interpretação, porque pode ser a chave da educação do público infantil, justamente por cada um dos alunos memorizar as palavras de modo mais eficaz procurando compreender o texto. No entanto ao abordar vídeos destacando assim um filme de animação trabalhando o lúdico, no qual ajuda mais ainda no progresso educacional das crianças de 4 a 6 anos, porque com as imagens demonstrada para cada um dos estudantes eles irão interagir uns com os outros.

Porém dizemos que o lúdico estimula a criança a estar em contato com o que está a sua volta que eles sabem que existe, sendo assim o docente irá desenvolver no estudante o prazer de ler ou de até mesmo procurar obter conhecimentos que façam parte de sua realidade.

Segundo Negrine (1994, p. 19): As contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança.

Negrini afirma que o lúdico tem como ferramenta principal para o ensino infantil porque somente por meio de atividades lúdicas e outras atividades em questão passa a prender a atenção da criança quanto a cada situação exposta no momento de sua aula, por

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

essa razão proporcionando uma leitura prazerosa com mais ênfase e consistência quanto ao valor de sentir prazer de ler uma história ou até mesmo um conto.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa tem por finalidade ser qualitativa e interpretativa com o objetivo de esclarecer a importância da leitura para os estudantes da educação infantil, no qual se encontra no seu período inicial de formação escolar, que na verdade vem com a necessidade de desenvolver a capacidade de compreender palavras e significados em que possa adquirir um novo vocabulário, sendo assim beneficiando quanto ao seu crescimento educacional.

Então fez necessário optar por elaborar um questionário que venha dar mais embasamento quanto ao artigo em questão, colaborando justamente quanto às teorias abordadas na segunda parte do quesito da revisão bibliográfica contribuindo mais necessariamente nas citações dos teóricos abordados no início.

Segundo Kretzmann e Rodrigues (2006, p. 395) a família tem um importante papel no desenvolvimento de nossa subjetividade na medida em que dela fazem parte as primeiras pessoas com as quais temos contato, portanto, antes mesmo de ser alfabetizada, a criança pode ser levada a descobrir o quanto é importante e interessante o contato com a leitura. Assim, o ambiente familiar e a escola de Educação Infantil exercem grande importância na formação do sujeito leitor.

Observamos que o comentário acima torna-se bastante interessante por destacar o acompanhamento da família com a criança descrevendo um dos pontos mais ressaltado que é justamente da escola andar lado a lado com a família por que somente os membros familiares são de grande ajuda na formação de um estudante da educação infantil por colaborar na formação educacional, proporcionando a cada um deles o prazer de fazer uso da prática de ler habitualmente.

Desta forma para deixar mais claro, mas antes de tudo tivemos a colaboração de duas professoras de pedagogia com respeito a responder às seguintes perguntas que foram relacionada justamente com a pesquisa

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

1° Pergunta: Qual a importância da leitura para as crianças da educação infantil?

> P1: A leitura é uma das etapas mais importante na fase inicial da educação que ajudará na sua formação
>
> P2: Realmente é bastante importante por que ajudará na formação de palavras e significados

2° Pergunta: Quais as estratégias de leitura que facilitam a aprendizagem do estudante da Educação Infantil?

> P1: Uma das estratégias que são mais usadas é a leitura de voz alta e a que é feita por imagens que auxiliam as crianças a entenderem realmente o que está ocorrendo.
>
> P2: A leitura feita numa linguagem verbal e não verbal

3° Pergunta: Quais os recursos necessários para ter uma escola para realizar a aula de leitura ?

> P1: Alguns dos recursos necessários são: televisão, cabos USB, internet , livros sobre contos infantis e histórias com fantasias.
>
> P2: Para conduzir a aula precisamos de uma sala bem elaborada com boas ferramentas pedagógicas.

4° Pergunta: Por que destacar a leitura para estudantes da educação infantil?

> P1: Por que os alunos poderão conhecer os sons das palavras e os seus significados
>
> P2: Por que ajudará a conhecer um novo vocabulário de palavras

5° Pergunta: Como estimular o aluno de 4 a 6 anos a ter o prazer da leitura atualmente?

> P1: Embora a mídia venha bombardeando muito as crianças com vídeos e canções, o docente precisa usar de sua criatividade em sua interpretação.
>
> P2: Deverá usar de sua criatividade na leitura.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O artigo para ter um bom andamento fomos ao nosso campo de pesquisa que foi justamente na Escola Municipal Jessé na cidade de Baixa Do Meio – GUAMARÉ durante o turno matutino nas séries do jardim II e a Alfabetização com as duas professoras Gerusa e Juliana, deste modo passamos duas semanas para observar bem o desempenho dos alunos e vimos que teve uma grande aceitação por intermédio de cada um deles, porque fizeram várias perguntas sobre exatamente a história ditada pelas professoras.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Na primeira semana ficamos na sala do jardim II que era justamente com a professora juliana que ao iniciar a aula nos apresentou para sala todos muito empolgado perguntaram o nome e até mesmo onde morava , mas com o decorrer da semana estavam sempre agitados , desta forma por ser uma sala com 10 meninas e 5 meninos eram todos bem elétricos mas a professora tinha domínio , diante de tudo ao iniciar a aula de leitura fomos para biblioteca onde era a sala mais larga da instituição no momento a docente passou a citar por alto a história que iria contar que era sobre Mogli o menino que foi deixado na floresta , mas no momento passou a falar sobre os animais da e a explicar que uns eram perigosos e outros não.

Sendo assim na outra semana na sala de Gerusa ela falou sobre a Bela e a Fera demonstrando gravuras e parágrafos citados em seus slides mostrando de forma mais ilustrada trabalhando assim o lúdico justamente por ser uma história longa, mas que ensina o conceito de aprendermos a aceitar as diferenças de cada uma das pessoas foi mais interessante porque houve muitos questionamentos sobre situações que cada aluno havia sofrido antes, por essa razão a aula repercutiu muito.

No último dia da semana teve uma apresentação na sala que era todos cantando a música do filme da Bela e a Fera passando a ser uma linda apresentação para todos as crianças ficaram bastante empolgadas quanto a aula que marcaram na sua vida ,observamos que a leitura proporciona para os alunos o prazer de fazer algo bem interessante que venha tornar-se prazeroso para cada um de ambas partes como os discentes quanto os docentes , mas depois de tudo passamos os questionários para as professoras e vimos a grande colaboração das duas por conduzir as suas respostas de modo mais claro procurando descrever exatamente a situação de cada estudante no momento, vimos que ao apresentar qual seria a história a ser contada os alunos acharam interessante , por que somente tinha visto o filme diante de tudo passaram a perguntar se seria igual ao filme a professora falou que seria totalmente diferente , por que no filme havia muita fantasia com isso iniciando assim sua interpretação por descrever a história de modo entusiástico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Presente artigo tem por finalidade esclarecer a importância da leitura para os estudantes da Educação Infantil, com o objetivo de ajudar na sua formação inicial na escola procurando assim desenvolver habilidades cognitivas que venha ser favorável para a sua leitura e escrita ,com isso estimulando o aluno a ter um bom hábito de ler textos que façam parte de seu convívio diário , sabendo isso o docente por ser o intermediador da função de formar pessoas pensantes ajudará no progresso educacional das crianças por desenvolver a capacidade comunicativa de seus discentes por informar histórias que façam parte de sua realidade.

Aguiar (2016, p. 112) afirma que durante a pré-escola: A criança desenvolve capacidades e habilidades que a tornam apta à aprendizagem da leitura: a construção dos símbolos e o desenvolvimento da linguagem oral e da percepção permitem o estabelecimento de relações entre as imagens e as palavras. Os interesses voltam-se, nesta fase, para histórias curtas e rimas, em livros com muitas gravuras e pouco texto escrito, que permitem a descoberta do sentido mais pela linguagem visual do que pela verbal.

Por essa razão dizemos que a leitura proporciona para cada um dos estudantes habilidades perceptíveis que venha colaborar com o docente quanto a formação de palavras e a sua oralidade no momento da discursão proposta no momento da história contada sendo ela curta ou com rimas que beneficie na formação cognitiva das palavras dita ,sendo assim observamos que a docente ao usar a leitura como estratégia de aprendizagem teve um efeito maior na sala de aula , por essa razão ao ditar a leitura em voz alta observamos que as narradoras como as professoras em questão observamos assim uma metodologia que na verdade veio a acrescentar em conhecimento.

Então para que os estudantes venham interagir com os outros na sala de aula o docente tem que estar sempre modificação de contação de história procurando interpretá-la de modo mais específico desenvolvendo a sua capacidade comunicativa por aprender um novo vocabulário que leve aos estudantes da educação infantil a uma direção correta com respeito a formação de palavras e frases produzidas durante as aulas expositivas do docente.

REFERÊNCIAS

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

BRASIL. Ministério da Cultura e Ministério da Educação. **Plano Nacional do Livro e Leitura.** Brasil: Ministério da Cultura e Ministério da Educação, 2006. Disponível em: < http://www2.cultura.gov.br/upload/PNLL_1185372866.pdf > Acesso em: 25 de fevereiro de 2016

ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil- Gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione. 1989.

CARVALHO, Neuza C. de. **Proleitura.** Unesp, Uem, Uel. Agosto/97. Ano 4. nº15.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez. 1994

GIARDINELLI, M. Voltar 2° **Pergunta:** Quais as estratégias de leitura que facilita na aprendizagem do estudante da Educação Infantil? a Ler: Propostas para ser uma nação de leitores. São Paulo: Ed. Nacional. 2010.

NEGRINE, A. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil.** Porto Alegre: Propil. 1994

AGUIAR, V. T. de. **A formação do leitor.** Porto Alegre: PUC. Disponível em: < http://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40359/1/01d17t08.pdf > Acesso em: 02 de março de 2016.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

CAPÍTULO XXXVI

A LUDICIDADE COMO ALIADO NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Rayane Cristina Carvalho Bezerra[98]; Enilsa Ramos de Lima[99];
Karla Monique Fernandes Pereira[100].

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.07-36

RESUMO: A ludicidade presente na alfabetização e letramento consiste em ampliar o desenvolvimento dos alunos para que aprendam com novas estratégias de ensino voltado aos jogos, brinquedos e brincadeiras. O presente artigo se deu pela pesquisa bibliográfica com a finalidade acerca de retratar ser possível trabalhar o lúdico na fase de alfabetização, na dimensão da prática, os alunos são estimulados ao desenvolvimento do corpo, mente e sentimento com a realização de atividades propostas nesta característica de ensino. Trabalhar com o lúdico é fazer conhecê-lo como recurso pedagógico e como mediador de aprendizagem. Dado de maneira eficaz, é por meio desta proposta que os professores inovam suas práticas e estratégias, interessando-se estimular a aprendizagem de forma prazerosa e crítica no contexto contemporâneo e, adentrar no universo do ensino da ludopedagogia com os alunos.
PALAVRAS-CHAVE: Ludicidade. Alfabetização e letramento. Aprendizagem.

LUDICITY AS ALLY IN LITERACY AND LITERACY

ABSTRACT: The playfulness present in literacy and literacy consists of expanding the development of students so that they learn with new teaching strategies focused on games, toys and games. This article was based on a bibliographic research with the purpose of portraying being possible to work the ludic in the literacy phase, in the practical dimension, students are stimulated to develop the body, mind and feeling with the performance of activities proposed in this characteristic of teaching. Working with the ludic is to make it known as a pedagogical resource and as a learning mediator. Effectively given, it is through this proposal that teachers innovate their practices and strategies, take an interest in stimulating learning in a pleasurable and critical way in the contemporary context, and enter the universe of teaching ludopedagogy with students.
KEYWORDS: Playfulness. Literacy and literacy. Learning.

INTRODUÇÃO

98 Graduada em pedagogia -UNINTER. Pós-graduada em nível de especialização: Psicopedagogia e educação especial -FAVENI. Pós-graduada em nível de especialização: Educação Infantil, alfabetização e letramento - FAVENI. Professora de educação especial no município de Guamaré. E-mail: rayaneefelipe2@gmail.com
99 Graduada em Pedagogia – ISEP. Pós-Graduação em Educação Infantil e Ensino Fundamental - Faculdade Maciço de Baturité. Pós-Graduação em Educação Especial – FAVED. Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento – FAVED. Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica – FAVED. Professora no Município de Guamaré/RN. E-mail: enilsalima@hotmail.com
100 Graduada em Pedagogia – FAERPI. Pós-Graduação em Educação Infantil – FACEI. Pós-Graduação em Gestão Escolar Aplicada -FACEI. Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva - FAMEP. Auxiliar de Educação Infantil no município de Macau RN. E-mail: karla.moniquef@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O lúdico presente na educação é um dos importantes aliados na fase de alfabetização e no letramento, onde a ludicidade contribui em todas as fases de escolarização para melhor desenvolvimento do aluno no que tangue as capacidades intelectuais, motoras e sentimentais

A temática ora abordada é um retrato da importante contribuição do lúdico para a alfabetização e letramento, ambos são indissociáveis quanto a prática educativa, porém tem suas significâncias diferentes, onde aprender a ler, escrever e saber interpretar o mundo a sua volta torna-se indispensável. Perante a isso, destaca-se a investigação, como o lúdico desperta aprendizagem no aluno?

A ludicidade contribui de maneira eficiente na alfabetização e letramento, dado que as crianças não saem da sua cultura de ter contato com brinquedos, brincadeiras e jogos, embora seja de característica séria.

Contudo, o presente trabalho tem por objetivo de retratar ser possível trabalhar com a ludicidade na fase de alfabetização e letramento utilizando jogos, brinquedos e brincadeiras. Tendo os objetivos específicos: descrever sobre as concepções teóricas; conhecer o lúdico como um recurso pedagógico e; compreender sobre a contribuição do lúdico no processo de alfabetização e letramento.

A relevância da temática se deu em acreditar que podemos trabalhar na alfabetização de forma lúdica, jogar e brincar aprendendo com alinhamento do planejamento.

A ludicidade, pode estar presente não somente na educação, tendo em vista que os alunos estão em constante movimento e as aulas devem atender suas expectativas, desta vez de forma prazerosa.

O trabalho foi desenvolvido através da pesquisa bibliográfica, tendo como base a literatura acadêmica disposta de forma no banco literário proveniente de bibliotecas virtuais.

DESENVOLVIMENTO ANALISANDO A LUDICIDADE

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

A ludicidade presente na educação traz consigo a possibilidade de o aluno aprender brincando e jogando. De acordo com Costa (2005, p. 45), "a palavra lúdico vem do latim ludus e significa brincar. Neste brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e brincadeiras, e a palavra é relativa também à conduta daquele que joga, que brinca e se diverte". Desta forma, contribui para a aprendizagem e o pleno desenvolvimento do aluno com as regras, as regras criadas por eles, interação e a linguagem como ressalta (PIAGET, 1988) que por meio da ludicidade, os alunos vivenciam a organização e prática de regras, aprende a elaborar estratégias para superar situações-problemas nos âmbitos emocional e social.

Sob esta análise, o brincar enquanto linguagem típica da criança (PIAGET, 1998) é uma realidade intrínseca ao mundo da mesma, uma condição sine qua non à sua formação e desenvolvimento, fazendo despertar características da capacidade humana com a criatividade em criar situações ou influenciadas por pessoas ao seu redor.

Contudo, Luckesi (2000) diz que a ludicidade é algo inovador segundo a experiência de vida dizendo que, o que [...] a ludicidade traz de novo é que o ser humano, quando age ludicamente, vivencia uma experiência plena de forma única naquele momento, onde enquanto as crianças estão [...] participando verdadeiramente de uma atividade lúdica, não há lugar, na nossa experiência, para qualquer outra coisa além desta atividade, tendo somente foco na atividade em execução e que não há divisão de atenção. [...] brincar, jogar, agir ludicamente exige uma entrega total do ser humano, corpo e mente ao mesmo tempo (LUCKESI, 2000, p. 21).

Com isso, a ludicidade se apresenta como um fator natural do homem, suas ações e sua vivência é regida por atividade e situações com interação com o conhecimento ou no mundo do faz de conta, sendo uma entrega total do homem em sua criação, consegue inventar e se reinventar com agir diante do brincar e jogar, onde "a conduta de viver de modo lúdico situações do cotidiano amplia as oportunidades não só de compreensão das próprias experiências como também de progresso do pensamento" (SEBER, 1999, p. 55).

Para compreender melhor o lúdico é necessário analisar o brincar, a brincadeira e o jogo. Kishimoto salienta ser muito complexo definir jogo, brinquedo e brincadeira. Uma mesma conduta pode ser jogo ou não jogo em diferentes culturas, dependendo do

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

significado a ela atribuído. (KISHIMOTO, 2003, p. 15) e as experiências de cada grupo diferente.

Contudo, o brincar é uma atividade que facilita o desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico e estimula o desenvolvimento intelectual para a aprendizagem.

Neste sentido, brincar é constatado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com direito da criança:

> Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (BRASIL, 2017, p. 36).

Em diversas formas e estilos em tempos distintos, brincar é, parceria e interação do eu com o outro, esta influência desvela na criança significados para o aprender com a mediação, bem como a figura do professor como estimulador de seus conhecimentos.

Já a brincadeira é uma ação que a criança desempenha ao concretizar as regras de um jogo, ao mergulhar na ação lúdica, podendo se dizer que é o lúdico em ação (KISHIMOTO, 2003, p. 21). E, com base nos estudos de Vygotsky (1991), observa-se que ele considera o ato da brincadeira extremamente importante para o desenvolvimento da criança.

Segundo Grassi, o termo jogo compreende uma atividade de ordem física ou mental, que mobiliza ações motrizes, pensamentos e sentimentos, no alcance de um objetivo, com regras previamente determinadas, e pode servir como um passatempo, uma atividade de lazer, ter finalidade pedagógica ou ser uma atividade profissional (GRASSI, 2008, p. 70).

Entrelinhas, o brinquedo se configura em instrumentos para brincar (GRASSI, 2008, p. 55) no sentido de brincadeira, considerando que é um instrumento muito utilizado e produtivo, válida, significativo e importante, onde supõe uma relação íntima com a criança e a indeterminação de regras em sua utilização (KISHIMOTO, 2003, p. 18).

RECURSO PEDAGÓGICO PARA A APRENDIZAGEM

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

O lúdico na contribuição e função como recurso pedagógico se dá pelo processo de desenvolvimento na aprendizagem, acontece brincando e jogando onde se "refere à totalidade das estruturas de conhecimento" (FRIEDMAN, 1996, p. 57) que vão consoante a evolução pessoal.

O jogo como recurso pedagógico utilizado na escola, é compreender que o jogo tem a função de facilitar a aprendizagem, contendo um grande simbolismo, mas de modo que seja pouco previsível (BROUGÈRE, 2002, p. 06). Sob este pensar, é de grande significância que o jogo e a brincadeira estejam contemplados no contexto educativo, focando tanto nos objetivos quanto nas metodologias de ação que se relaciona frente ao desenvolvimento e à aprendizagem da criança (FORTUNA, 2003, p. 8).

Brougère (1998) reconhece que os materiais aplicados pelos adultos no âmbito da sala de aula, devem ser determinantes para que a liberdade da criança aconteça e se desenvolva na proposta planejada, sendo de forma significativa advinda dos professores com valores e objetivo, onde o mediador determina o material e seus significados pela lógica pedagógica de acorda com teorias, sendo eleito e daquilo que é eliminado (BROUGÈRE, 1998, p. 18).

Os materiais utilizados são significativos, os jogos, brinquedos e brincadeiras traduzem ação pedagógica voltada ao valor de aprender brincando, dando suporte às práticas pedagógicas nas escolhas de direcionamento de atividades que desencadeiam aprendizagem e apresente valores naquilo que foi escolhido pelo professor.

> Assim, cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma a que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a autoestima (BRASIL, 1998, p. 31)

É da incumbência docente proporcionar momentos de interação com atividades diferenciadas, em diferentes características, explorando jogos, brinquedos e brincadeiras que garantam seu desenvolvimento para extrair do indivíduo capacidades de aprender, despertando confiança e prazer.

Na oportunidade da vivência de momentos lúdicos, o fazer pedagógico deve estar sempre atento em que maneira aplicar, tendo em vista que, de acordo com Cunha (1994), é uma "[...] situação de aprendizagem delicada", onde o educador deve respeitar e

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

incentivar o aluno envolvendo ele em todas as atividades, bem como "não deve ser nem tão largada que dispense o educador, dando margem à práticas educativas espontaneístas que sacralizam o ato de brincar, nem tão dirigida que deixa de serem brincadeiras" (CARDERELLI, 2007, p. 14) que auxiliam também no processo de alfabetização.

Desta forma, com lúdico como recurso pedagógico voltado para a aprendizagem, Piaget (1976), diz que sejam ofertados métodos ativos de educação, onde [...] exigem que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil (PIAGET, 1976).

A CONTRIBUIÇÃO DO LÚDICO NO ALFABETIZAR E LETRAR

No que tange a contribuição da ludicidade no processo de alfabetização e letramento, podemos observar anteriormente que o lúdico explora as capacidades para aprendizagem segundo (BROUGÈRE, 2002), a partir daí que percebemos que o desenvolvimento do jogo para ler, escrever e compreender o mundo a sua volta é necessário entender que

> Numa concepção lúdica, a linguagem oral e escrita deve ser considerada como forma de interação para externar pensamentos ou para apropriação de conhecimentos. Desse modo, poderemos através de jogos, brincadeiras, montagens e produções dos alunos criar um ambiente alfabetizador significativo e concreto (MONTEIRO; MONTEIRO, 2015, p. 25).

É apresentar atividades que contemplem extrair do aluno novas habilidades, com o lúdico, a oralidade, interação, respeito, carinho e prazer criam oportunidade de alfabetizar as crianças de acordo com sua vivência de maneira mais significativa e eficaz.

Conforme Soares é citada por Morais e Albuquerque (2007, p. 47):

> Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas inseparáveis do contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto de práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo e tornasse ao mesmo tempo alfabetizado e letrado.

Nesta perspectiva de alfabetizar letrando, é importante que seja ensinado a leitura e escrita com os acontecimentos do mundo, escrever o contexto inserido faz do aluno autônomo em dissertar seus argumentos, da mesma forma para "lidar com dificuldades,

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

com o medo, dor, perda, conceitos de bem e mal, que são reflexos do meio em que vivem" (RODRIGUES, 2013, p. 40)

A alfabetização demanda não somente do saber para ler e escrever, nem tampouco o letramento de compreender o mundo, ou seja, a "criança toma decisões, resolve seus conflitos, vence desafios, descobre novas alternativas e cria novas possibilidades de invenções" (RODRIGUES, 2013, p. 40), por isso que ao brincar mesmo em sala de aula constroem oportunidades para desenvolver todas essas competências cognitivas e habilidades de forma criativa e divertida. Entendendo que aos 6 (seis) anos permite que todas as crianças brasileiras tenham o benefício de um ambiente educativo mais voltado à alfabetização e ao letramento, para que aumente sua rentabilidade em seu sucesso no processo de escolarização (BRASIL, 2013).

Soares (2010, p. 9) diz que a alfabetização e o letramento se somam, são complementos, portanto, a criança precisa do domínio da tecnologia da escrita, leitura e contextualização do mundo, onde o lúdico estreita a condição e a ideia de que a criança está em constante construção brincando para viver em uma sociedade quando adulta "daí a grande relevância do lúdico para o ambiente de ensino-aprendizagem, principalmente para a própria sala de aula, nos mais diversos níveis de escolaridade, permitindo à criança ressignificar seu contexto vivido" (OLIVEIRA; SOLÉ; FORTUNA, 2010, p. 27).

Com a experiência de alfabetizar e letrar com o lúdico, a proposta dos jogos e a brincadeira auxiliam no processo de aprendizagem na alfabetização, entendendo que o jogo amplia a capacidade de aprender brincando. É nessa perspectiva Vygotsky (1991), aponta que para melhor trabalhar com a aprendizagem da leitura e escrita o melhor método é descobrir as habilidades e necessidades durante situações de brincadeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao conceber nossas considerações finais, ressaltamos que o desenvolvimento do trabalho demonstra o principal interesse em retratar a possibilidade de trabalhar o lúdico na fase de alfabetização e letramento utilizando jogos, brinquedos e brincadeiras no processo de ensino- aprendizagem.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

É de suma relevância e, pertinente desvelar que o lúdico se baseia no que tange aos jogos, brinquedos e brincadeiras. No entanto, pudemos analisar que o brincar faz parte da realidade da criança e, que, ao brincar na sala de aula ela desencadeia novos aprendizados com base na proposta do professor e como recurso pedagógico, utilizado em atividades diferenciadas que desenvolva a mente, o corpo e o sentimento e, características humanas de convivência que irá adquirir com o respeito e tolerância na brincadeira ou jogo.

Esta pesquisa prova que o lúdico na alfabetização visa contribuir com os métodos e estratégias do professor para auxiliar sua prática pedagógica, tendo em vista que capacita os alunos de maneira inovadora frente ao ensinamento da leitura e escrita, da interpretação de mundo, criatividade e reproduzir a partir da realidade e estimula a oralidade.

Sobre estas questões, brincar é coisa séria que explora do aluno o incentivo pelo aprender. Alfabetizar e letrar não são indissociáveis, por isso a grande possibilidade de preparar o aluno para a vida adulta em sociedade.

Conclui-se portanto, a partir desse trabalho que trabalhar com a ludicidade é ser capaz de auxiliar o aluno no processo de aprendizagem. Podemos obter com base nisso, que o discente necessita de estímulos e que os professores devem avançar com ações didáticas para vivências lúdico pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília; MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular – BNCC**. Versão Final. Brasília, DF. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC, 1998. Vol.1.

BROUGÈRE, G. **Jogo e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. BROUGÈRE G. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 1998.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

COSTA, S. **A formação lúdica do professor e suas implicações éticas e estéticas. Psicopedagogia online.** Educação e saúde mental. 28 jun. 2005.

CARDERELLI, Fernanda Cristina. **A contribuição do lúdico nas séries iniciais do Ensino Fundamental.** Capivari: CNEC, 2007.

CUNHA, Nylse Helena Silva. Brinquedoteca: um mergulho no brincar. São Paulo: Matese, 1994.

FORTUNA, Tânia Ramos. **Jogo em aula: recurso permite repensar as relações de ensino-aprendizagem.** Revista do Professor, Porto Alegre, v. 19, n. 75, p. 15-19, jul./set. 2003.

FRIEDMAN, Adriana. **Brincar, crescer e aprender:** o resgate do jogo infantil. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

GRASSI, T. M. **Oficinas psicopedagógicas**. 2ª ed. rev. e atual. Curitiba: IBPEX, 2008.

KISHIMOTO, T. M. (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7ª ed. São Paulo. Cortez, 2003.

LUCKESI, Cipriano C. **Educação, Ludicidade e Prevenção das Neuroses Futuras:** uma Proposta Pedagógica a partir da Biossíntese. Ludopedagogia, Salvador, BA: UFBA/ FACED/PPGE, v. 1, p. 9-42, 2000.

MONTEIRO, Benedito da Silva, MONTEIRO, Eliane Silva. **A importância da metodologia do lúdico na EJA no processo de ensino e aprendizagem**./. – Tomé-Açu: UFRA, 2015.

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Alfabetização e letramento**. Construir notícias. Recife, PE, v.07, n.37, p.05-29, nov/dez,2007.

OLIVEIRA, V.B.; BORJA SOLÉ, M.; FORTUNA, T.R. **Brincar com o outro caminho de saúde e bem-estar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RODRIGUES, Lídia da Silva. **Jogos e brincadeiras como ferramentas no processo de aprendizagem lúdica na alfabetização.** Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós - Graduação, 2013.97 f.

SEBER, Maria da Glória. **Psicologia do pré-escolar.** São Paulo: Editora Moderna, 1999.

SOARES, Magda Becker. **Simplificar sem falsificar**. In: Revista Educação – Guia da Alfabetização: Os caminhos para ensinar a língua escrita. N. 1. p. 6-11, SP: Editora Segmento, 2010.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes 1991.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. Trad. Lindoso Da, Ribeiro da Silva RM. Rio de Janeiro: Forense Universitária;1976.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

POSFÁCIO

Escrever sobre este livro é uma tarefa deveras satisfatória tendo em vista o quão surpreendente é a atualidade dos temas abordados e sua importância para profissionais das diversas áreas. A proposta deste livro é incitadora: ampliar, para além das técnicas e especialidades, a visão de professores e profissionais da saúde sobre a sua atuação profissional.

Como toda obra coletiva, essa também deve ser lida tendo-se em consideração a riqueza específica de cada contribuição, diante da diversidade de conhecimentos que se apresenta.

Um dos desafios que a leitura deste trabalho suscita é o de fazer pensar novas práticas para o aprimoramento da educação, em seus mais variados níveis e modalidades, a partir de diferentes práticas e metodologias. Nesta obra, a interdisciplinaridade se desenvolve. Supera-se a multidisciplinaridade pela transdisciplinaridade.

Esta coletânea apresenta ainda um grande potencial motivador de reflexões e debates acerca de questões e proposição de ações concretas, resultado das pesquisas e contribuições de autores de todo país.

Ao que percebemos, esta coletânea foge ao modismo superficial pela tentativa de verticalização dos conteúdos e pela abertura universal do horizonte intelectual em que está situada.

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

SOBRE OS ORGANIZADORES

FREITAS, Dayana Lúcia Rodrigues de: Doutoranda em Ciências da Educação pelo Centro de Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional (CECAP). Mestra em Ciências da Educação pelo Centro de Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional (CECAP). Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Metodologia do ensino de Biologia e Química pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG/MG). Especialista em Educação Ambiental e Geografia do semiárido pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Língua Portuguesa, Matemática e Cidadania pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura Plena em Biologia pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Pedagogia pela UNOPAR. Técnica em Meio Ambiente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/RS). Palestrante. Pesquisadora. Professora e Orientadora de cursos de Pós-Graduação e Graduação em instituições da rede privada em Macau/RN. Professora; Orientadora de TCC e Orientadora de Estágio Curricular Supervisionado da Escola Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Professora da UFRN. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5355-3547. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5122671799874415. E-mail: dayannaproducoes@gmail.com.

PAIVA, Luciano Luan Gomes: Diretor de Arte na Editora Amplamente Cursos, coordenando toda a produção visual e ações de publicidade nas redes sociais e site da empresa. No campo da Educação, atua como Coach Educacional, Palestrante, Ministrante de Oficinas (presenciais e on-line), Tutor a Distância na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Professor de Música na Educação Básica do Estado do Rio Grande do Norte. Como pesquisador, tem feito estudos sobre Aprendizagem mediada por Tecnologias Digitais sob a ótica da Complexidade; Formação Docente no âmbito das Tecnologias Digitais; e Mediação Pedagógica no Ciberespaço. Também é membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Música (GRUMUS-UFRN). Tem formação acadêmica, como Mestre em Música (com ênfase em Educação Musical) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN). Licenciado em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6192-6075. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0772088747598226. E-mail: luciano.90@hotmail.com.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

FERNANDES, Caroline Rodrigues de Freitas: Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-graduanda em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade UNOPAR. Técnica em Contabilidade pelo Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório (CEIMH). Atua como professora da Rede Pública e Privada em Macau/RN. Atuou como professora da Escola Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9198-6746. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5956672837215695. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com.

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

SOBRE OS AUTORES

ALMEIDA, Irlândia Oliveira: Psicóloga – FAT. Especialista pela Faculdade Faveni em Pilsicologia Hospitalar; Psicooncologia, Psicologia da Saúde na Faculdade Serra Geral, psicóloga clínica e social com abordagem voltada para gestal-terapia a qual é especialista pela Faculdade Serra Geral. Tem experiência de trabalho com a população de rua. E-mail: irlandia.almeida@hotmail.com

ALMEIDA, Nádia Fernandes Pires Pereira de: Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Politécnica e Artística do Paraguai - UPAP. E-mail: amoracem@yahoo.com

ALVES, Janicleide Fernandes: Graduação em pedagogia – IESM. Pós-graduação em Educação Infantil e Ensino Fundamental I - FMB. Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Especial - Faveni. Mestrado em Ciências da Educação - faculdade world University Ecumenical. Professora do município de Alto do Rodrigues/RN e Carnaubais/RN. E-mail: janicleidefernandes02@gmail.com

AQUINO, Taise Meire Bezerra Lira de: Graduada em pedagogia - UNP. Pós-graduada em Educação infantil – FACESA. Pós-graduação em AEE e Educação Especial (cursando) – Ipebras. Professora da Educação Especial no município de Guamaré RN. E-mail: taise.assu@gmail.com

ARAÚJO, José Jorge Modesto: E-mail: jose-jorge2010@hotmail.com

BARROS, Lúcio Alves de: Doutor em Ciências Humanas (Sociologia). Professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. lucio.alves@uemg.br

BEZERRA, Rayane Cristina Carvalho: Graduada em pedagogia pelo Centro universitário internacional -UNINTER. Pós-graduada em nível de especialização: psicopedagogia e educação especial -FAVENI. Pós-graduada em nível de especialização: Educação Infantil, alfabetização e letramento - FAVENI. Professora de educação especial no município de Guamaré/RN. E-mail: rayaneefelipe2@gmail.com

CARVALHO, Mauro Giffoni de: Doutor em Comunicação. Professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. mauro.carvalho@uemg.br

CLEMENTINO, Juliana Rodrigues: Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Politécnica e Artística do Paraguai - UPAP. E-mail: julianarodriguesclementino@gmail.com.

COSTA, Edna Maria Silva da: Pedagoga -UVA. Pós-graduação em educação infantil e alfabetização - FETREMIS, Pós-graduação em psicopedagogia, educação especial e inclusive - Faculdade Dom Alberto. Pós-graduação em psicopedagogia institucional e clínica - ISEP. Professora da Rede municipal de ensino nas cidades de Guamaré/RN e Macau/RN. E-mail: edna.4004@hotmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

COSTA, Shirley Machado da: Graduada em Pedagogia - Faculdade Estácio do Amapá. Pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva (cursando). E-mail: shirleyycosta.14@gmail.com

CUNHA, Carmen Lucia Nunes da: Mestra em Serviço Social. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2315982731341184. E-mail: carmenlncunha@gmail.com

FERNANDES, Caroline Rodrigues de Freitas: Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-graduanda em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade UNOPAR. Técnica em Contabilidade pelo Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório (CEIMH). Atua como professora da Rede Pública e Privada em Macau/RN. Atuou como professora da Escola Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9198-6746. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5956672837215695. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com.

FILHO, Jose Charles Balduino Cardoso: Médico residente 3 ano do programa de cirurgia geral do Hospital Universitário Clemente de Farias. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5581935371369140. E-mail: charlescardozzo@gmail.com

FLORES, Marcello Rodrigues: Graduado em Administração (Aespi), Pós-graduado em Gestão Estratégica nas Organizações (FAR), Mestre em Estratégia de Investimento e Internacionalização (ISG) Professor do IFPI. E-mail: marcellorodrigues_f@hotmail.com

GOMES, Diane Macedo Esbell: Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Politécnica e Artística do Paraguai - UPAP. E-mail: dianeesbell@hotmail.com

GOMES, Francisco Kleiton de Souza Silva: Professor de História licenciado – UERN. Atua em escolas públicas dos municípios de Macau e Guamaré. Especialização em gestão escolar pela instituição Dom Alberto; Especialização em Ensino de história pela Faculdade século XXI. Especialização em Supervisão escolar e história e cultura do Brasil pela intervale. Mestrando no curso de Ciência da educação - Facem. E-mail: kleitonsouza07@gmail.com

GONÇALVES, Débora Lopes: Médica residente 3 ano do programa de cirurgia geral do Hospital Universitário Clemente de Farias. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9166065555583994. E-mail: debora.lgon@gmail.com

JÚNIOR, Leonidas Nelson Martins: Universidade Federal de Juiz de Fora. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3159919710079489. E-mail: boleonidas@hotmail.com

LEANDRO, Francisca Tamires Medeiros da Silva: Graduada em Letras - Língua Portuguesa - UERN. Pós-graduada em Psicopedagia Clínica e Institucional -ISEP.

Graduação em Pedagogia (cursando) - Centro Universitário Dom Bosco. Professora da educação básica no município de Macau/RN. E-mail: tamymedeiros28@gmail.com

LEANDRO, Maria da Conceição dos Santos: Graduada em Letras – UERN. Pós-Graduação em LIBRAS - ISEP; Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - Faculdade Futura; Ensino de Língua Portuguesa - FAVENI; EJA - Educação de Jovens e Adultos pela Faculdade - FAVENI (2020); Mestranda em Ciências da Educação pelo World Ecumenical University. Professora da Educação Básica no município de Guamaré/RN. E-mail: ceycysantos@hotmail.com

LIMA, Enilsa Ramos de: Graduada em Pedagogia – ISEP. Pós-Graduação em Educação Infantil e Ensino Fundamental - Faculdade Maciço de Baturité. Pós-Graduação em Educação Especial – FAVED. Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento – FAVED. Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica – FAVED. Professora no Município de Guamaré/RN. E-mail: enilsalima@hotmail.com

LIMA, Vanessa Vasconcelos: Graduada em Pedagogia – UNIFOR. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional – UVA. Gestão escolar, supervisão e coordenação Pedagógica – FTP. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação - MUST University. Gestora pedagógica Procuradora Institucional da FATEC Cariri e Sertão Central Assessora do Ensino e Pesquisa. E-mail: vanessa.vlima@hotmail.com

MARTINS, Francisca Maria de Farias: Graduação em Letras - UFRN. Especialização em Educação de Jovens e Adultos – UFRN. Graduada em Pedagogia – FAEL. Especialização em Gestão pública – FAEL. Especialização em Neuropsicopedagogia – Faculminas. Mestrando do curso em Ciências da Educação da Word Ecumenal University. Professora aposentada - Prefeitura de Natal. Professora da Rede Estadual - RN. Coordenadora Administrativa e Financeira da 6ª Direc - (Diretoria Regional de Educação e Cultura Macau-RN. E-mail: franmartin@bol.com.br

MARTINS, Maria Antônia Teixeira da Cunha: Graduação em pedagogia - UFRN. Pós-graduação em educação infantil, faculdade integradas de patos. Pós-graduação em educação especial - FAVENI. Professora do município de Guamaré/RN. E-mail: mariaantoniat160@gmail.com

MELO, Aldo Alves de: Graduado em Ciências Biológicas – IFRN. Pós-graduação em: Especialização em Ensino de Ciências Naturais e Matemática; Especialização em Mídias na Educação; Especialização em Metodologia do Ensino de Biologia e Química; Mestrando em Mestrado em Ciências da Educação da Word Ecumenal University. Professor efetivo da Educação Básica. Lattes: https://lattes.cnpq.br/8792926279215740. E-mail: aamel7@gmail.com

MENEZES, Michely Queiroz de Lima: Licenciada em Pedagogia -FAK. Licenciada em História -UVA. Especialização em História e Geografia – FAK. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação - Must University. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8487020421293639; Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5603-6967. E-mail: menezesmaylla@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

MORAES, Fernando Augusto Albuquerque: Bacharelado em Direito – Faculdade Estácio de Sá. Advogado seção OAB/Pará. Especialista em Direito Penal. Direitos Humanos e Ressocialização. Direito, Segurança Pública e Organismos Policiais. E-mail: fernandomoraesadvocacia@gmail.com

MOREIRA, Diôgo Hermógenes da Silva: Graduado em pedagogia – Faex. Pós-graduado em música - Faveni. Pós-graduação em educação infantil e anos iniciais (cursando) - Faveni. Professora no município de Guamaré/RN e Jandaíra/RN. E-mail: diogojupd@gmail.com

MOURA, Ana Gabriella Moreira de: Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Especialista em Docência do Ensino Superior e Metodologias Ativas, em Gestão Financeira e Análise de Custos (Faculdade Metropolitana). Professora EBTT do Instituto Federal do Piauí. E-mail: anagabithe2@gmail.com

NETA, Rosa Primeira Sunamita Batista do Nascimento da Trindade: Licenciada em Pedagogia - ISEP. Especializada em Educação Infantil e Ensino Fundamental -FMB. Cursando Gestão Escolar - IPEBRAS. Professora da educação básica no município de Macau/RN e Pendências. E-mail: sunamitarosa6@gmail.com

OLIVEIRA, Amanda Aparecida Santos de: Acadêmico do Curso de Especialização lato sensu em Gestão Pública. E-mail: amanda.oliveira.farmacia@hotmail.com

OLIVEIRA, Jacy Bezerra de: Mestrando em Ciências da Educação - World University Ecumenical. Especialização em Psicopedagoga Institucional e Clínica - FMB. Graduação em Geografia - UERN. Graduação em Pedagogia - FAIBRA. Professora polivalente do município de Assú/RN. e-mail: Jacy261104@gmail.com

OLIVEIRA, Rosane Xavier de Formação em Letras Inglesa – UERN. Atualmente cursando Letras Portuguesa – UFRN. Pós-graduação em Ensino Infantil – FAVENI. Pós-graduação em Docência Inglesa - FMU e Pós-graduação em Ensino de Língua inglesa – FAVENI. Professora de Língua Portuguesa no município de Macau/RN. E-mail: rosanexavier957@gmail.com

OLIVEIRA, Verônica Cristina Rodrigues de: Licenciada em pedagogia – ISEP. Especialização em Educação Infantil E Ensino Fundamental – FMB. Professora da Educação Básica no município de Macau/RN. E-mail: veronicacris123@gmail.com

PEREIRA, Karla Monique Fernandes: Graduada em Pedagogia – Licenciatura plena na Faculdade Entre Rios do Piauí (FAERPI); Pós-Graduação em Educação Infantil pela Faculdade Einstein (FACEI); Pós-Graduação em Gestão Escolar Aplicada pela Faculdade Einstein (FACEI); Pós-Graduação em Educação Especial e inclusiva pela Faculdade do Médio Parnaíba (FAMEP); Auxiliar de Educação Infantil no município de Macau RN. E-mail: karla.moniquef@hotmail.com

PEREIRA, Maria das Graças de Oliveira: Doutoranda em Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

(PPGE) – UERN. Especialização em Atendimento Educacional Especializado na Diversidade – CEFOP. Especialização em Mídias na Educação -UERN. Especialização em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido – IFRN. Especialização em Ensino e Aprendizagem de Lingua Espanhola - UERN. Especialização em Excelência em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais – CEFOP. Especialização em Pedagogia e Docência Universitária – CEFOP. Graduada em Letras com Habilitação em Língua Espanhola e suas Respectivas Literaturas – UERN. Graduação em Pedagogia – UFRN. Graduação em Geografia – UFRN. E-mail: mariaoliver788@gmail.com

PEREIRA, Vilma Rejane da Silva: Pós-graduação psicopedagogia institucional e clínica- Faveni. Mestranda em Ciências da Educação – FACEM. Licenciatura em Pedagogia. Bacharel em Nutrição. Professora da Educação Básica. E-mail: Rejanevilma@hotmail.com

PIMENTEL, Aurineide da Silva: Pedagoga. Professora da Educação básica. E-mail: aurineide.pimentel@hotmail.com

REIS, Renato Francisco dos: Mestre em Administração. Professor da Unidade Ibirité. renato.francisco@uemg.br

REGES, Areillen Ronney Rocha: Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Geografia do Nordeste e Especialista em Direito da Criança e do Adolescente. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO/UFERSA). Professor na cidade de Mossoró-RN. E-mail: areillen_ronney@hotmail.com

RIBEIRO, Francisca de Fátima: Graduação em Pedagogia – UFRN. Especialização em Metodologia do Ensino em Educação Básica – FIP. Especialização em Docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais - FAVENI (2021). Especialização em Educação Infantil - FAVENI. Mestrado em Ciências da Educação pelo World Ecumenical University. Professora da Educação Básica na cidade de Pendências/RN e Alto do Rodrigues. E-mail: fatinha71ribeiro@gmail.com

RIBEIRO, Maria José: Graduação em licenciatura plena em Pedagogia. Atuação: Agente de saúde Campo Maior PI. E-mail: mj3660597@gmail.com

ROCHA, Francisca Ariela Reges: Formado em Geografia/Licenciatura - UERN. Graduando em Pedagogia - Instituto Brasileiro de Formação - Faculdade Verdes Mares. Especialista em Geografia do Nordeste – UERN. Especialista em Direito da Criança e do Adolescente - Instituto Brasileiro de Formação - Faculdade Verdes Mares. Mestrando em Ensino - Programa de pós-graduação em Ensino POSENSINO (UFERSA, UERN, IFRN). Professor de Geografia. E-mail: arielarocha_@hotmail.com

RODRIGUES, Alyson Matheus da Silva: Licenciatura em Biologia – IFRN. Especialista em psicopedagogia clínica e institucional – FAVENI. Mestrando em Ciências da educação - Universidade World Ecumênica. Gestor da Escola Municipal João Felipe (Pendências) e docente no município de Porto do Mangue. E-mail: matheusdemaria@outlook.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

ROSADO, Jannaib Beserra Benvindo: Graduado em Administração – FAR. Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos – ANHANGUERA. Especialista em Gestão Pública Municipal – GPM. Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação - MUST University. CEO da Marca Homem de Valor, Professor do IFPI. E-mail: adm.jannaib@gmail.com

SANTANA, Ana Dulce Azevedo: E-mail: anadulcesantana@yahoo.com.br

SANTOS, Jorge Ribeiro Dias dos: Pós-Graduação em Direito Material e Processual de Trabalho. E-mail: J.Dias07@outlook.com.br

SANTOS, Neide Elisa Portes dos: Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. neide.santos@uemg.br

SILVA, Carlos Henrique Holanda da: Graduado em Administração - Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Especialista em Administração Financeira (IEMP). Professor EBTT do Instituto Federal do Piauí. E-mail: carlos.henrique@ifpi.edu.br

SILVA, Izaura Passos de Oliveira: Graduação Normal superior. Pós-graduação em Psicopedagogia – IFRN. Professora no município de Guamaré/RN. E-mail: izaurapassos@yahoo.com.br

SILVA, Josenildo Batista da: Graduado em pedagogia - UVA. Pós-graduação em Ensino de Educação Física e Psicomotricidade – FAVENI. Pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais – FIAVEC. Pós-graduação em AEE – Facuminas. Mestrado em Ciências da Educação - Universidade Evangélica Del Paraguai. Acadêmico em Educação Física – Uninta. Professor no município de Guamaré/RN. E-mail: denis_f_uracao@hotmail.com

SILVA, Juçara Aguiar Guimarães: Licenciada em pedagogia – UNOPAR. Pós-graduada em psicopedagogia e Gestão escolar e Mestranda em tecnologias Emergentes em educação - Must Unisersity. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4411660084289885; Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2414-9884. E-mail: escolaraiosecreche@gmail.com

SILVA, Leonardo Lima da: Doutorando em Ciências da Educação (CECAP). Docente. E-mail: leonardollslima@hotmail.com

SILVA, Maria Iana Soares da Cruz: Graduada em Pedagogia – UVA. Pós-graduada em Educação Infantil - FALC. Mestranda em Ciências da educação pela Instituição ESL Centro Educacional. João Câmara/RN. E-mail: iana_torres@yahoo.com.br

SILVA, Maria Ilma Soares da Cruz: Graduada em Pedagogia – FACERN; Serviço Social - FACEX e Farmácia – UNINASSAU. Pós-graduada em Psicopedagogia clínica e institucional, pela - FMB. Mestranda em ciências da educação pela instituição ESL Centro Educacional. Servidora pública na cidade de João Câmara/RN. E-mail: mariailmasoaresdacruz@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

SILVA, Rogéria Rúbia Lima da: Graduação em pedagogia – UFRN. Especialização em Educação Ambiental – UERN. Mestranda em Ciências da Educação pelo Word Ecumênical University. Professora da Educação Básica na cidade de Macau-RN. E-mail: rogeriarubia@gmail.com

SILVA, Sheila Oliveira Belas: E-mail: sheilabelas30@gmail.com

SILVA, Tereza Cristina Araújo: E-mail: tkacris@hotmail.com

SOUZA, Cristiano Alves de: Médico residente 3 ano do programa de cirurgia geral do Hospital Universitário Clemente de Farias. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3861864132999458. E-mail: Cristianoas23@gmail.com

SOUZA, Ferlucia Sabino de: Especialização em Tecnologias Educacionais e Educação à Distância- IFRN; Pós-graduada em Informática Educativa – Faveni. Graduada em Licenciatura em Computação - UFERSA. Trabalho como professora de laboratório de informática- Guamaré/RN E-mail: ferluciasabino@gmail.com

SOUZA, Lorena Cristina Dourado de: Mestranda do Programa de Pós-Graduação Strictu Senso em Ciências da Educação pela Universidade Politécnica e Artística do Paraguai - UPAP. E-mail: lorenadourado73@gmail.com.

VALE, **Gilmaria Cardoso de Souza:** E-mail: gilmaria.vale@gmail.com

VALE, Mikarla de Sousa Silva do: Graduada em pedagogia – UVA. Pós-graduação em Educação Infantil e Ensino Fundamental – FMB. Pós-graduação em Educação Infantil e Práticas Pedagógicas – FETREMIS. Pós-graduação em Psicopedagogia e em Educação Especial e Inclusiva - Faculdade do Vale Elvira Dayrell. Professora da educação básica. E-mail: mikarladesouza07@gmail.com

VASCONCELLOS, Paula Priscila de Matos: Graduação em Direito - Faculdade de Belém. Graduanda em Licenciatura em História - Faculdade Unyleya. Pós-Graduação em Direito Constitucional - Intervale. Pós-Graduação em Gestão Pública - Intervale. Mestranda em Educação - Must University. Assistente em administração do IFPA. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4411660084289885; Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1140-2075. E-mail: paulamvasconcellos32@gmail.com

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aceitação, 131
Administração da produção, 143
Alfabetização, 487, 501
Alfabetização e letramento, 539
Alunos, 528
Anticorpos, 372
Aprendizado na escola, 269
Aprendizagem, 291, 487, 512, 539
Aspectos legais, 175
Assistência, 321
Autismo, 175
Autocuidado, 426

C

Cálculo Numérico, 168
Calendário Cultural, 41
Câncer, 372
Carreira, 104
Cirurgia Cardiovascular, 396
Colorretal, 372
Comunicação, 195
Condições de trabalho, 104
Constituição Brasileira, 450
Criança, 150, 217, 528
Cuidadores, 426
Cuidados Intensivos, 396
Cultura Indígena, 41

D

Desenvolvimento, 217, 501
Desenvolvimento motor, 512
Desenvolvimento Social, 150
Dificuldade, 61, 487
Direitos Fundamentais, 450
Discalculia, 61
Dislexia, 253
Distúrbio, 61

E

Educação, 143, 195, 203, 479
Educação Especial, 69, 237, 348
Educação Inclusiva, 131
Educação Infantil, 69, 217, 291, 512, 528
Educação Infantil Inclusiva, 308
Educação superior, 104
Enfermagem, 411
Ensino, 479
Ensino de Geografia, 269
Ensino e aprendizagem, 17
Ensino Regular, 348
Ensino-aprendizagem, 203, 253
Escola, 150, 237, 336
Estratégias de Ensino, 463

F

Família, 336, 387
Formação, 17, 131

G

Gerontologia, 426

I

Inclusão, 237, 348
Inclusão escolar, 175
Infância, 217

L

Leitura, 487, 528
Liberdade, 450
Língua Portuguesa, 463
Linguagem Phyton, 168

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

Ludicidade, 539
Lúdico, 291, 501

M

Matemática, 61
Miséria, 479
Monoclonal, 372

P

Participação, 336
Pesquisa. 41
Políticas de Saúde, 439
Pós-operatório, 396
Prática pedagógica, 69, 308
Práticas de ensino, 269
Práticas inovadoras, 17
Professor, 253
Proposta Pedagógica, 463
Psicologia, 321
Psicomotricidade, 512
Psicopedagogia, 253

R

REDs, 17
Reengenharia, 143
Retardo Mental Leve, 348
Riscos ocupacionais, 411

S

Saúde,387, 411
Scilab, 168
Seis Sigma, 143
Serviço Social, 387
Sociedade, 479
SUS, 439

T

Tecnologia, 69
Tecnologia inclusiva, 195
Tecnologias Digitais, 203
Teoria da Atividade, 41
Trabalhador, 411
Trabalho docente, 104

U

Universidade, 104
Uso racional de medicamentos, 439

V

Violência doméstica, 321

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-21-8 DOI: 10.47538/AC-2022.07

E-BOOK

AMPLAMENTE: PESQUISA CIENTÍFICA

1ª EDIÇÃO. VOLUME 01.

EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

ORGANIZADORES
Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Luciano Luan Gomes Paiva
Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes

DOI: 10.47538/AC-2022.07
ISBN: 978-65-89928-21-8

(84) 99707 2900
@editoraamplamentecursos
amplamentecursos
publicacoes@editoraamplamente.com.br

EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

Ano 2022